

Luciana Teixeira de Andrade
Dalva Borges de Souza
Flávio Henrique Miranda de A. Freire
Organizadores

Marco Antônio Couto Marinho
Colaborador

Homicídios nas regiões metropolitanas



**Observatório
das Metrópoles**
Instituto Nacional de
Ciência e Tecnologia

coleção
METRÓPOLES

LETRACAPITAL

Homicídios nas regiões metropolitanas

Luciana Teixeira de Andrade
Dalva Borges de Souza
Flávio Henrique Miranda de A. Freire
ORGANIZADORES

Marco Antônio Couto Marinho
COLABORADOR

Homicídios nas regiões metropolitanas



**Observatório
das Metrôpoles**
Instituto Nacional de
Ciência e Tecnologia

LETRCAPITAL

Copyright © Luciana Teixeira de Andrade, Dalva Borges de Souza, Flávio Henrique Miranda de A. Freire e Marco Antônio Couto Marinho, 2013.

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 19/02/1998.
Nenhuma parte deste livro, sem a autorização prévia por escrito da Editora,
poderá ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados.

EDITOR:
João Baptista Pinto

PROJETO GRÁFICO E CAPA:
Rian Narcizo Mariano

REVISÃO:
Michel Gannam

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

H728

Homicídios nas regiões metropolitanas / organizadores Luciana Teixeira de Andrade, Dalva Borges de Souza, Flávio Henrique Miranda de A. Freire ; colaborador Marco Antônio Couto Marinho. - Rio de Janeiro : Letra Capital, 2013.

430 p. : 23 cm

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7785-193-5

1.Regões metropolitanas - Brasil 2.Criminologia -Brasil 3.Violência urbana. I. Andrade, Luciana Teixeira de, 1959- II. Souza, Dalva Borges de, 1951- III. Freire, Flávio Henrique Miranda de A. IV. Marinho, Marco Antônio Couto.

13-0879.CDD: 363.2
CDU: 351.74

07.02.13 08.02.13 042705

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES - IPPUR/UFRJ
Av. Pedro Calmon, 550, sala 537, 5º andar - Ilha do Fundão
Cep 21941901 – Rio de Janeiro, RJ
Tel/Fax (55) 21-2598 –1828
www.observatoriodasmetrololes.net

LETRA CAPITAL EDITORA
Tels: 21.3553-2236 | 2215-3781
www.letracapital.com.br

Apresentação

Este livro é resultado de três anos de trabalho de um grupo de pesquisa participante do Observatório das Metrôpoles que integra o Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia INCT/CNPq/Faperj. Com a coordenação nacional no Rio de Janeiro, este grupo funciona como uma rede estruturada em 14 metrôpoles e uma aglomeração metropolitana.

Como o próprio nome indica, a questão central de pesquisa dessa rede é questão metropolitana/urbana e, ao longo dos anos, quatro linhas de pesquisa se firmaram. A primeira analisa a relação entre as dinâmicas metropolitanas e o território nacional, a segunda as desigualdades socioespaciais, a terceira a governança e a gestão metropolitana e a quarta os movimentos sociais, que por sua vez se desdobraram em vários projetos ao longo de mais de vinte anos de pesquisa. O crime, nunca foi, portanto, um tema privilegiado, mas era evidente que com o crescimento da violência urbana, em especial nas regiões metropolitanas, ele começasse a aparecer em vários estudos como os da segregação socioespacial, do mercado imobiliário, do comportamento político, da sociabilidade urbana, entre vários outros. Essas foram as razões que instigaram um grupo de pesquisadores a propor um estudo mais específico sobre a criminalidade urbana no âmbito do Observatório das Metrôpoles.

Em 2008, em um estudo realizado para o Ministério das Cidades sobre as metrôpoles brasileiras, já havíamos inserido o indicador dos homicídios para pensar a dimensão da criminalidade metropolitana. Ainda que cientes de seus limites, este se revelou o melhor indicador para um estudo nacional e comparativo e se manteve na pesquisa que resultou neste livro. Seu principal limite é a escala geográfica, pois, como já foi relatado pela literatura especializada, o homicídio é muito concentrado espacialmente e ao tratá-lo na escala municipal perdemos a dimensão territorial. Infelizmente não há no momento saída para esse dilema. Poucas capitais dispõem de dados espacializados em escala, pelo menos, de bairros. Nos municípios menores, menos ainda. Fora o problema do acesso aos dados que é uma questão que ainda

precisa ser muito discutida. Além da escassez da informação por nível intra-municipal, há ainda o problema que o homicídio é um evento “raro” para a magnitude da população, o que leva a efeitos aleatórios que podem influenciar nas taxas calculadas de um ano para o outro, ou nas diferenças entre taxas de um município para outro. Para minimizar este problema as taxas de homicídios calculadas por nível municipal foram suavizadas por média móvel trienal.

O segundo limite é que o registro de homicídio precisa ser visto como o que realmente é, um indicador, apenas um indicador de um vasto universo de crimes que tem lugar nas metrópoles brasileiras, ainda que seja um dos crimes mais graves em função das suas consequências. As vantagens são a comparabilidade uma vez que ao optarmos por trabalhar com os homicídios estamos utilizando uma fonte única para todas as regiões metropolitanas e a maior confiabilidade do registro frente a outros crimes, como furtos, por exemplo.

Essas considerações mostram que foi a partir da questão urbana metropolitana que começamos este estudo. Ou seja, o que nos moveu foi pensar a dimensão metropolitana da criminalidade sabendo o tanto que ela vinha impactando a vida urbana, tanto no plano econômico, político, socioespacial e da sociabilidade.

Esse brevíssimo histórico é importante para nos situar frente a vários outros estudos já realizados no campo da sociologia, da geografia e da demografia do crime. O nosso, agora concretizado neste livro, não é um produto de especialistas em uma área específica, ainda que conte com especialistas, mas conta também com pesquisadores que pela primeira vez trabalharam com dados de homicídios, uma vez que no Observatório das Metrópoles dedicavam-se prioritariamente à questão urbana/metropolitana. Por isso mesmo, ele traz essa diversidade de trajetórias. Por outro lado, ele tem um traço que o diferencia de outras coletâneas, agora não falando mais do campo específico dos estudos do crime, ele é o resultado efetivo de um trabalho coletivo. Os dez primeiros capítulos da primeira parte analisam uma mesma base de dados produzida especificamente para este estudo. Voltaremos a falar dela. Já a segunda parte, conta com pesquisadores que se integraram ao Observatório das Metrópoles quando a pesquisa já estava em curso e outros com os quais mantivemos contato durante a pesquisa e que os convidamos a participar.¹

¹É uma opção dos organizadores não apresentar aqui individualmente nem os autores, nem o conteúdo dos artigos. Em geral essas apresentações repetem o conteúdo das

Outra característica dessa coletânea, e que se afina com um dos objetivos dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, é a participação de pesquisadores em diferentes níveis de formação, o que demonstra o processo de formação de pesquisadores e de transmissão de conhecimento que se processa durante a pesquisa. Até chegarmos a este produto final foram diversas as discussões sobre a natureza dos dados, seus limites, a forma como deveriam ser analisados, os que tiveram que ser abandonados ou tratados com muito cuidado em função da inconsistência, entre vários outros procedimentos da “cozinha” da pesquisa que raramente são relatados, mas que em geral consome um tempo enorme dos pesquisadores. Também compartilhamos algumas leituras que consideramos como fundamentais para o entendimento do fenômeno das mortes violentas, mas cada grupo teve liberdade para usá-las ou acrescentar o que achasse mais relevante tendo em vista o conhecimento específico já acumulado, seja em relação ao tema, seja em relação à realidade local. Além da comunicação eletrônica e de algumas reuniões de coordenação, o grupo se encontrou em dois seminários onde apresentou resultados parciais, um em Natal e outro em Maringá. Essa dinâmica, além colocar os participantes da pesquisa em contato e compartilhar dúvidas, foi fundamental para que o livro realmente se efetivasse. Além do que, esses momentos, como os congressos em que individualmente participamos, foram momentos em que dialogamos com pessoas de fora do grupo do Observatório das Metrôpoles.

Outro aspecto que merece ser mencionado é que todos os artigos da primeira parte são coletivos. A razão disso é que foram produzidos dentro de uma dinâmica coletiva de pesquisa que inclusive demandou que alguns autores se encarregassem de analisar algumas metrôpoles que, dada à natureza da rede, prioritariamente focada no tema metropolitano, não contava com pesquisadores que pudessem integrar esse projeto, mas que em função de alguns critérios como representação regional e altos índices de homicídios, consideramos que deveriam ser contempladas. Esse foi o caso das metrôpoles do Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Belém. No total tivemos seis equipes do Observatório analisando 10 Regiões Metropolitanas, como se pode ver pelo Quadro 1:

apresentações dos autores, que se encontra no final do livro, e a dos artigos.

Quadro 1 - Universo da pesquisa e distribuição pelas equipes do Observatório

Região	Metrópole	Equipe do Observatório responsável
Sudeste	Belo Horizonte	Belo Horizonte
	Rio de Janeiro	Belo Horizonte
	São Paulo	Natal
Sul	Maringá	Maringá
	Porto Alegre	Belo Horizonte e Porto Alegre
Centro-oeste	Goiânia	Goiânia
Nordeste	Fortaleza	Fortaleza
	Natal	Natal
	Recife	Natal
Norte	Belém	Goiânia
5 Regiões	10 RM	6 equipes

Como mencionado, a primeira parte deste livro utilizou uma mesma base de dados. Os dados de óbitos para as análises desta primeira parte do livro são do Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM/Datasus do Ministério da Saúde que – , para os anos utilizados aqui, classifica as causas de morte segundo a Classificação Internacional de Doenças em sua 10^a revisão (CID-10). Para selecionar apenas os óbitos por homicídios trabalhamos com as categorias X85-Y09 (Agressões) de acordo com o capítulo XX da CID-10.

Cabe ainda ressaltar que, nas análises realizadas nos capítulos da primeira parte do livro, apresentamos por diversas vezes, não os números absolutos de homicídios ou percentual de homicídio segundo alguma categoria numa determinada região metropolitana, mas as taxas de homicídios. Nesse caso, se apresentamos taxas temos uma população exposta no denominador. Esses dados de população também foram extraídos do Datasus.

Contudo, é preciso um cuidado adicional. No cálculo de taxas devemos usar no denominador o conceito de *peessoas-ano* que estima o tempo de exposição de cada indivíduo ao risco do numerador. Este número de pessoas-ano é estimado com a população mensurada exatamente no meio do período de análise que, para um ano calendário se refere a 1^o de julho.

Para os anos intercensitários a população do Datasus está estimada para 1^o de julho do respectivo ano. Já para os anos censitários, a população está para a data de referência do Censo que, para 2000 e 2010, é 31 de julho.

Portanto, para os dois anos censitários, foi preciso ajustar a população para 1º de julho. Este ajuste foi feito a partir do modelo de crescimento geométrico.

No que diz respeito ao conteúdo dos artigos da primeira parte do livro, pode se dizer que os resultados delineiam claramente as semelhanças e as diferenças entre as regiões, revelando a complexidade do fenômeno metropolitano.

Regiões que experimentaram um processo de metropolização precoce em relação à institucionalização das Regiões Metropolitanas na década de 1970, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Recife apresentam redução das taxas de homicídios, ainda que em momentos diferentes da série histórica aqui trabalhada e, em algumas delas, apenas na capital. São regiões cuja configuração econômica e demográfica parece ter se estabilizado. Destaque-se o caso da Região Metropolitana de São Paulo que apresentou o declínio maior e mais consistente do que as outras citadas, ainda que essa tendência pareça estar sendo revertida nos últimos dois anos, fenômeno não captado com os dados aqui disponíveis.

De outro lado, regiões metropolitanas situadas nos estados do norte, nordeste e centro-oeste, cujo processo de metropolização é relativamente recente, passaram a conviver mais diretamente com a violência urbana, pois tiveram as suas taxas de homicídios fortemente aumentadas. Tudo indica que a desorganização social que propicia a violência é decorrente mesmo de um brusco e intenso aumento populacional, de um tipo de urbanização que se dá sem a oferta de bens e serviços públicos que garantam uma vida digna. Essa tese é reforçada pelo fato de que a violência letal concentra-se em alguns municípios apenas, em todas as regiões metropolitanas analisadas, e não em todos os que as compõem. As cidades polo das Regiões Metropolitanas concentram altas taxas de homicídios, porém, a tendência é de que as cidades com alto grau de integração ao polo as superem nas manifestações de violência. São cidades que passam a absorver os problemas urbanos próprios das capitais, na medida em que recebem grandes contingentes dos migrantes que se dirigiriam a ela, e não dispõem de uma estrutura urbana adequada para tanto.

Tal como constatado em outros estudos, as vítimas da violência letal são predominantemente jovens solteiros do sexo masculino e de cor parda. Têm também pouca escolaridade, o que indica baixa renda

e, considerando o padrão de distribuição das pessoas no espaço social nas grandes cidades brasileiras, devem habitar as periferias urbanas. Aqui aparece mais uma vez a questão da pobreza e sua nunca resolvida relação com a violência urbana que este estudo tampouco teve a pretensão de elucidar.

Uma conclusão geral aqui apresentada é a da alta concentração dos homicídios nas regiões metropolitanas estudadas em relação ao interior dos estados, o que demanda uma maior discussão a respeito de uma suposta descentralização e interiorização da violência. Se há descentralização ela se dá a partir do polo para as suas franjas imediatas, dentro da própria região metropolitana. É possível afirmar que são as tensões macroestruturais decorrentes do modo de vida metropolitano que geram determinadas formas de sociabilidade que favorecem a ação violenta envolvendo preferencialmente os jovens pobres habitantes das periferias urbanas,

A segunda parte desta coletânea continua discutindo a violência urbana sem, contudo, prender-se exclusivamente ao indicador homicídios ou ao *locus* metropolitano. Seus autores elegeram temas como violência no trânsito; pobreza e violência; a relação dos homicídios com o tráfico de drogas e a segregação socioespacial; a questão federativa e as atribuições da segurança pública no Brasil. Esta sessão foi também valorizada pela participação de Paulo Machado que analisa a violência urbana em Portugal, concentrando-se sobre a delinquência juvenil e nos agraciando com preciosas reflexões metodológicas.

Os organizadores

Sumário

PRIMEIRA PARTE

- Organização social do território e violência letal na Região Metropolitana de Belo Horizonte: o balanço de uma década
Luciana Teixeira de Andrade e Marco Antônio Couto Marinho 15
- Padrões de homicídios na Região Metropolitana de Goiânia
Dalva Borges de Souza e Najla Franco Frattari 45
- A criminalidade violenta na Região Metropolitana de Natal
Tiago Souto Bezerra, Moisés Alberto Calle Aguirre e Flávio Henrique Miranda de A. Freire 73
- Homicídios e relações municipais metropolitanas na Região Metropolitana de Porto Alegre
Marco Antônio Couto Marinho e Leandro Jesus Basegio 97
- Crimes letais em escala metropolitana: o caso de Fortaleza
Maria Clélia Lustosa Costa e Fabiano Lucas da Silva Freitas 129
- Homicídios na Região Metropolitana de São Paulo – 1998-2007
José Duarte Barbosa Júnior, Márcio Fernandes Ribeiro e Flávio Henrique Miranda de A. Freire 155
- Os jovens e as mortes por homicídionsa Região Metropolitana do Rio de Janeiro 1998-2007
Alexandre Magno Alves Diniz, Elisângela Gonçalves Lacerda e Felipe de Ávila Chaves Borges..... 187
- Organização social do território e criminalidade violenta na Região Metropolitana de Maringá
Ana Lúcia Rodrigues e Celso Nicola Romano..... 209

Uma visão dos homicídios na Região Metropolitana de Recife
Ana Raquel Matias Dantas e Flávio Henrique Miranda de A. Freire....231

Análise da mortalidade por homicídios na Região Metropolitana
de Belém
Najla Franco Frattari e Dalva Borges de Souza263

SEGUNDA PARTE

Crime, delinquência juvenil e ação pública em Portugal
Paulo Machado.....287

Igualdade, pobreza e violência em Porto Alegre
Letícia Maria Schabbach.....321

Homicídios e tráfico de drogas:
contribuições da análise de segregação socioespacial
Lúcia Lamounier Sena343

Vidas desperdiçadas: mortes por causas externas na Região
Metropolitana da Baixada Santista
Luzia Fátima Baiarl357

Um jogo de empurra: a questão federativa e a indefinição da política
pública de segurança
Robson Sávio Reis Souza385

Aspectos sociológicos dos acidentes de trânsito: o caso de Belo
Horizonte
Andreia dos Santos.....409

Sobre os autores.....433

PRIMEIRA PARTE

Organização social do território e violência letal na Região Metropolitana de Belo Horizonte: o balanço de uma década

Luciana Teixeira de Andrade
Marco Antônio Couto Marinho

Segundo o último censo demográfico feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2010, 4.883.970 pessoas residiam na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), o que representa 24,9% do total de habitantes do estado de Minas Gerais, que possuía 19.597.330 pessoas. Comparada à década anterior (2000) cuja população da RMBH era de 4.357.942 pessoas, observamos um crescimento demográfico de 12,1% em 2010, enquanto o estado cresceu 9,5%. Por outro lado, quando observamos os dados sobre a violência, identificamos que, em 1998, a taxa de homicídios¹ metropolitana por grupo de 100.000 habitantes era de 21,1 e, em 2008, de 38,4, ou seja, cresceu 81,9% na década. Minas Gerais registrou, em 1998, taxa de homicídios de 8,8 por grupos de 100.000 habitantes e, em 2008, de 19,5, o que corresponde a um crescimento de 107%. Apesar do maior crescimento no estado, as taxas metropolitanas são bem mais elevadas e os homicídios ocorridos em territórios metropolitanos representaram 49,9% dos casos ocorridos em 2008 no estado. Quando observamos toda a série histórica, somando os homicídios registrados em Minas Gerais de 1998 até 2008, de um total de 35.115 pessoas assassinadas, 56,3% residiam em municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte (correspondente a 19.778 pessoas assassinadas).

¹ A fonte de dados utilizada para mensuração dos homicídios, no presente texto, é o Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS). São considerados os óbitos decorrentes de agressões registrados na RMBH no período de 1998 a 2008.

O que esses dados mostram é uma disseminação da violência homicida para o interior do estado, mas uma maior gravidade dessa violência no ambiente metropolitano. Mostram também que o aumento da violência não tem uma relação direta com o crescimento da população, mas, por outro lado, nas áreas mais urbanizadas e adensadas, como a RMBH, houve concentração de homicídios.

Alguns estudos recentes mostram, para o Brasil, uma relação entre urbanização e homicídios. Ignácio Cano e Nilton Santos (2001), por exemplo, ao investigarem as possíveis interfaces entre violência letal, renda e desigualdade social no Brasil, identificam que a dimensão urbana dos territórios é que apresentou uma relação mais direta com as mortes decorrente de violência interpessoal no país. Se observarmos o interior da RMBH, identificamos que sete municípios, incluindo o polo (Contagem, Betim, Ribeirão das Neves, Santa Luzia e Vespasiano), tiveram um crescimento demográfico mais significativo, o que pode ter relação direta com o adensamento urbano, que foi mais intenso nesses espaços. Ressaltamos que não iremos apresentar aqui a dinâmica migratória² metropolitana em relação à sua unidade federada e demais unidades brasileiras. Contudo, os resultados censitários de 2000 e 2010 indicam que alguns municípios da RMBH continuam a ter uma capacidade de atração e de fixação de população superiores às do estado de Minas Gerais, afirmando uma continuidade do processo de polarização próprio da dinâmica metropolitana. Pela Tabela 1 é possível ver os municípios mais adensados e urbanizados na RMBH.

Tabela 1 – Comparação da evolução da densidade demográfica metropolitana e do estado de Minas Gerais

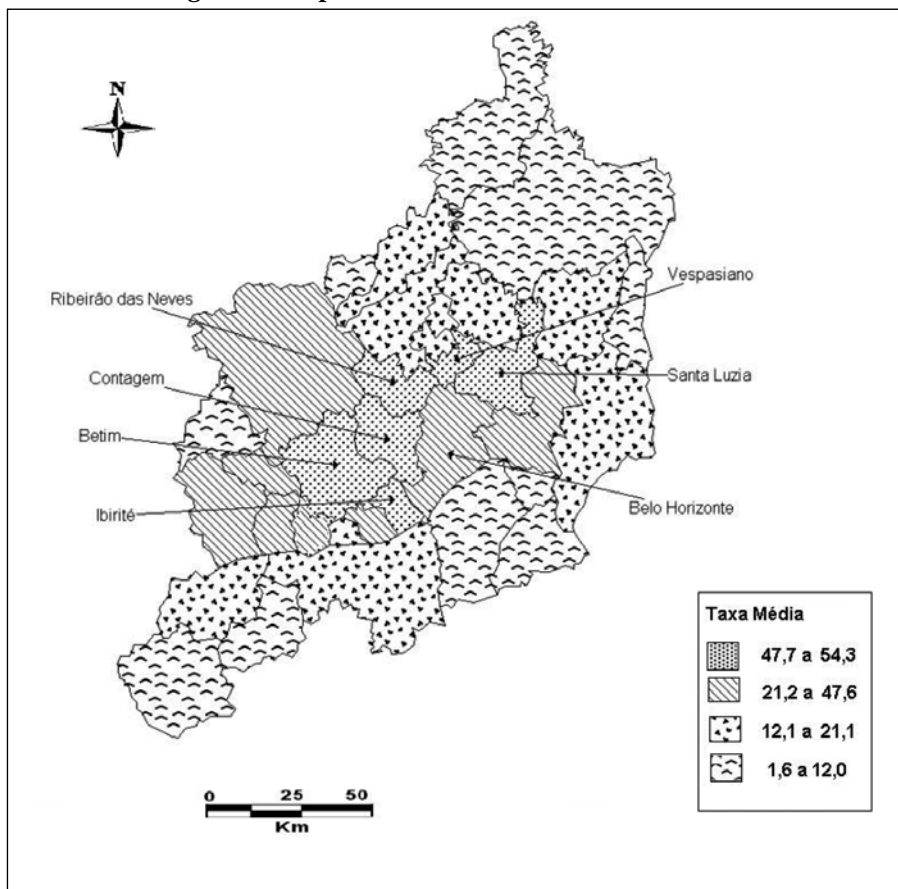
	Densidade em 2000	Densidade em 2010
Belo Horizonte	6.763,86	7.176,76
Contagem	2.764,93	3.101,09
Ibirité	1.821,85	2.150,06
Ribeirão das Neves	1.601,02	1.921,88
Vespasiano	1.090,06	1.490,90
Betim	886,57	1.093,02
Santa Luzia	791	868,16
Demais (27) municípios metropolitanos	78,54	93,81
RMBH	460,71	516,32
Minas Gerais	30,5	33,41

Fontes: Produzida pelos autores com dados dos Censos Demográficos 2000-2010.

²Sobre a dinâmica migratória na RMBH, ver (RIGOTTI; VASCONCELLOS, 2003).

Os mesmos sete municípios apresentados concentraram 93% de todos os homicídios registrados pelo Ministério da Saúde na RMBH durante todo o período de 1998 até 2008. Tais municípios são também os que mais se integram à dinâmica de metropolização segundo o Observatório das Metrôpoles (2006), que identificou no Brasil os territórios que de fato apresentavam-se como metropolitanos.

Mapa 1 – Taxa média de homicídios por 100.000 hab. dos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte – 1998-2008



Fontes: Produzido pelos autores com dados dos Censos Demográficos 2000-2010 e Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde.

A legenda, no mapa acima, apresenta quatro intervalos distintos, sendo que cada um deles representa uma faixa de risco de morte por homicídio. Desse modo, é possível identificarmos em quais municípios

o risco de ser vítima de assassinato, a cada 100.000 habitantes, foi maior ou menor de acordo com os intervalos mencionados. Os municípios com taxas mais elevadas, pertencentes aos intervalos “47,7 a 54,3” e “21,2 a 47,6”, concentram-se ao norte, oeste e sudoeste da capital Belo Horizonte e constituem áreas cuja ocupação teve forte relação com a expansão metropolitana. Dentre os territórios municipais mais violentos, destacam-se seis que tiveram taxas médias mais elevadas, Contagem, Betim, Ibirité, Ribeirão das Neves, Santa Luzia e Vespasiano, superiores às do município polo. No decorrer do texto, expomos um gráfico com a evolução das taxas anuais de homicídios desses seis municípios e também a do município de Belo Horizonte, possibilitando uma observação da variação ocorrida entre cada um deles ao longo do tempo considerado. A seguir, apresentaremos um breve histórico da RMBH, logo após analisarmos o perfil social das vítimas de homicídios na região, para, em seguida, tecermos algumas considerações sobre a relação entre os homicídios e o processo de metropolização de Belo Horizonte.

Panorama da gênese da metropolização da RMBH e algumas considerações sobre a violência urbana

O processo de metropolização de Belo Horizonte, que antecede a institucionalização das regiões metropolitanas brasileiras nos anos 1970, iniciou-se durante a década de 1940 e foi motivado principalmente pela inauguração da Cidade Industrial, no município de Contagem, e pela implantação do complexo da Pampulha, na porção norte do município. As décadas seguintes, 1950 e 1960, foram as de maior crescimento demográfico, acelerando os processos de ocupação das áreas periféricas próximas aos municípios limítrofes, gerando intensa conurbação. Chama a atenção nesse processo, segundo Souza (2008), o descontrole ou desinteresse dos poderes públicos estadual e municipal, sobre a ocupação do solo e expansão do território metropolitano, à medida que favoreceu o processo de concentração da terra por poucos indivíduos ou grupos.

Como consequência de tal concentração fundiária, as populações de migrantes ficaram mais vulneráveis aos efeitos perversos da especulação imobiliária e tiveram pouca ou nenhuma garantia sobre a qualidade da urbanização dos loteamentos aos quais poderiam ter acesso pela via do mercado de terras (SOUZA, 2008). Em função das

disparidades econômicas entre os municípios, do elevado ritmo de crescimento populacional e da intensificação dos custosos movimentos pendulares que muitos habitantes realizam cotidianamente, o processo de metropolização apresenta-se como um grande desafio, tanto do ponto de vista da integração regional como da qualidade de vida local em cada município. Notamos, assim, que o agravamento e a cristalização de problemas relacionados à infraestrutura e acesso aos bens urbanos, como se vê em Ribeirão das Neves, Betim, Vespasiano e Santa Luzia, podem também decorrer do próprio processo de metropolização, como, por exemplo, atesta Souza (2008). Sobre os problemas relacionados à violência urbana, Paixão (1983) informa que muitos estudos sociológicos sobre violência nas cidades corroboram com a percepção generalizada de uma associação entre crescimento urbano acelerado e desordenado e aumento das taxas de criminalidade. De acordo com tal perspectiva, os processos tardios de industrialização e urbanização provocariam intensos movimentos migratórios, produzindo com isso periferias empobrecidas e segregadas dos centros urbanos e áreas mais equipadas urbanisticamente. Ainda de acordo com Paixão (1983), a segregação socioespacial, aliada a outros processos, como o uso e a ocupação do espaço urbano, ordenados principalmente pela exploração econômica fundiária, geraria contextos sociais mais propícios à incursão de violência no cotidiano das pessoas, seja ela intraclasse ou fomentada pelo próprio estado. Essa incongruência entre desenvolvimento humano e urbano produz, além de pobreza e privações, tensões sociais e formas de organização da vida social mais vulneráveis às violências e criminalidade.

Nesse sentido, nosso esforço converge também para a forma ou o possível diálogo existente entre o fenômeno da violência letal e o processo de urbanização motivado pela dinâmica metropolitana na RMBH. Contudo, antes de apresentarmos o perfil social das vítimas de homicídios, faremos uma breve consideração acerca da qualidade dos registros produzidos pelo Ministério da Saúde para a RMBH. Os dados produzidos pelo Ministério Saúde, como destacam Cano e Santos (2001) sobre os óbitos registrados sem a informação da natureza ou causa de morte, que são classificadas pelo Ministério da Saúde como mortes mal definidas.³ Os municípios mais urbanizados apresentam menos problemas de mortes mal definidas (CANO; SANTOS,

³Tais mortes classificadas como indefinidas correspondem ao capítulo XVI, da CID-9, e ao capítulo XVIII, da CID-10.

2001). Essa constatação pode ser observada pela comparação dos óbitos registrados como mal definidos, no total das causas externas de mortalidade, para a RMBH, com o estado de Minas Gerais (sem contar os registros da RMBH). Segundo esses registros, em 2008 houve, respectivamente, 8,6% e 9,0% óbitos mal definidos. Por outro lado, essa constatação também está sujeita a exceções, como no caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), em que os óbitos registrados como mal definidos em 2008 corresponderam a 20, 5%.⁴

Perfil social das vítimas dos homicídios metropolitanos na RMBH

Quanto ao perfil social das vítimas dos homicídios na RMBH, identificamos que não difere daquele encontrado por outros estudiosos que se detiveram sobre outros contextos urbanos brasileiros, como Cano e Santos (2001), Soares (2008), Batitucci e Cruz (2007), entre muitos outros. As vítimas são preferencialmente homens jovens, residentes em municípios mais urbanizados e assassinados com armas de fogo. Sobre a primeira característica do perfil social das vítimas, “o sexo”, identificamos variações significativas entre a razão de risco de vitimização por homicídios de homens e de mulheres residentes na RMBH.

Sexo

Tabela 2 – Razão de risco de morte por homicídio por sexo na Região Metropolitana de Belo Horizonte – 1998, 2000, 2002, 2004, 2006 e 2008

	Mulheres assassinadas	Homens assassinados
1998	1	08
2000	1	09
2002	1	14
2004	1	13
2006	1	11
2008	1	12

Fontes: Produzido pelos autores com dados dos Censos Demográficos 2000-2010 e Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde.

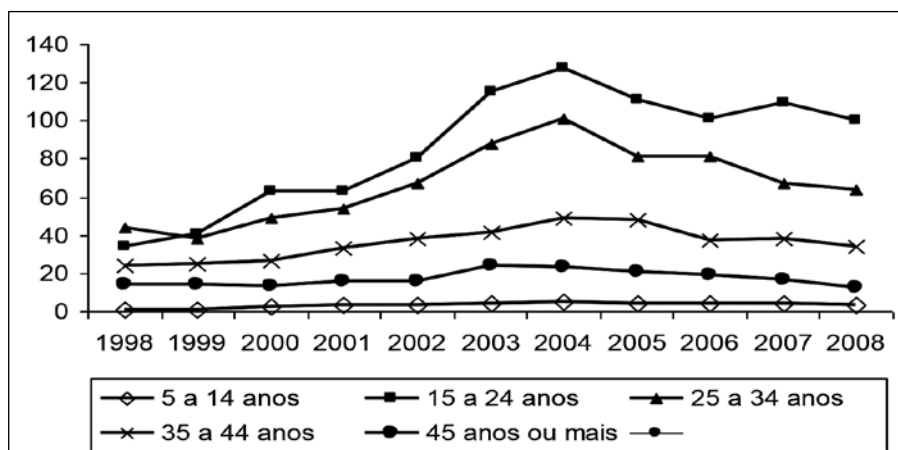
⁴ Sobre o elevado percentual de óbitos por causas registradas como mal definidos identificados na RMRJ e na cidade do Rio de Janeiro, ver (CERQUEIRA, 2010).

A tabela informa, portanto, que em 1998, para cada mulher assassinada na RMBH, havia em média oito casos ocorridos com homens. Já em 2002, eram 14 homicídios de homens para cada homicídio feminino registrado pelo SIM/MS. Nesse sentido, concluímos que, ao longo dos anos considerados, o risco dos homens de serem assassinados em relação às mulheres apresentou tendência de crescimento até 2002 e, depois, uma estabilização, em patamar mais alto do que o observado nos anos iniciais da série. Essa disparidade envolvida nessa comparação fica mais evidente quando consideramos todos os homicídios ocorridos na RMBH de 1998 até 2008, e notamos que 91,9% ocorreram com pessoas do sexo masculino, enquanto 8,1% representavam vítimas do sexo feminino.

Juventude e homicídios

Outro padrão do perfil social das vítimas relaciona-se com a idade. Há predominância de assassinatos de pessoas jovens, concentradas na faixa de 15 a 24 anos. O gráfico seguinte apresenta a evolução das taxas de homicídios por faixas etárias segundo os registros realizados pelo SIM/MS ao longo do período de tempo considerado.

Gráfico 1 – Evolução das taxas de homicídios por 100.000 hab. por grupos etários das vítimas na Região Metropolitana de Belo Horizonte – 1998-2008

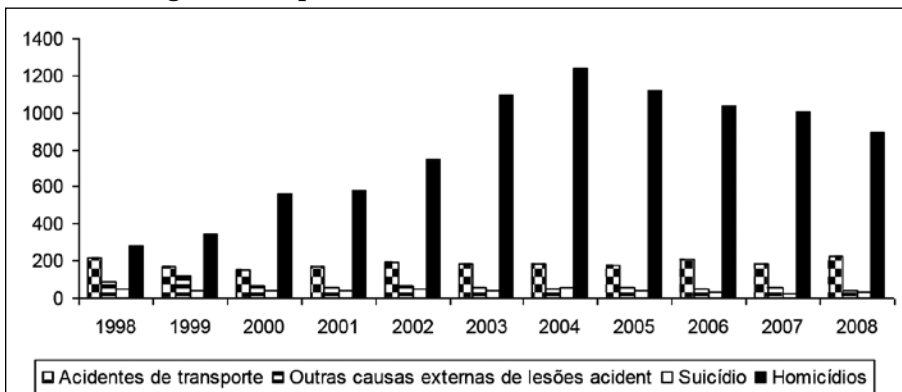


Fontes: Produzido pelos autores com dados dos Censos Demográficos 2000-2010 e Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde.

Pelo gráfico, observamos que, a partir do segundo ano da série, as taxas de homicídios no grupo de 15 a 24 anos crescem e se distanciam das demais faixas etárias consideradas. Em seguida, aparecem os grupos entre 25 e 34, 35 a 44 e 45 anos ou mais. De modo geral, o risco de vitimização por homicídio diminui à medida que a faixa de idade cresce. Durante todo o período, observamos pouca variação das taxas de homicídios na faixa mais nova, de 5 a 14 anos, que agrupa crianças e adolescentes. Por outro lado, há um expressivo crescimento na faixa seguinte, de 15 a 24 anos, e, em menor intensidade, na faixa posterior, de 25 a 34 anos. É relevante destacar que a distância entre as linhas das taxas correspondentes às faixas de 5 a 14 anos e de 15 a 24 anos demonstra uma drástica mudança comportamental, relacionada à transição entre adolescência e juventude. Contudo, a constatação verificada pelo gráfico gera indagações sobre os motivos pelos quais a resolução de conflitos sociais e interpessoais entre os jovens, ou envolvendo jovens, tem resultado em tanta letalidade quando comparada às demais faixas etárias.

Pelo Gráfico 2, é possível inferir que o crescimento dos homicídios na RMBH, na década analisada, tem uma relação evidente com o aumento das mortes juvenis. No início da série, a diferença entre os homicídios e os acidentes, que apareciam em segundo lugar, não era tão grande. Já em 2004 a distância é enorme e se mantém, mesmo com a queda nos homicídios.

Gráfico 2 – Comparação entre a frequência das principais causas externas de mortalidade, por números absolutos, das pessoas de 15 a 24 anos na Região Metropolitana de Belo Horizonte – 1998-2008

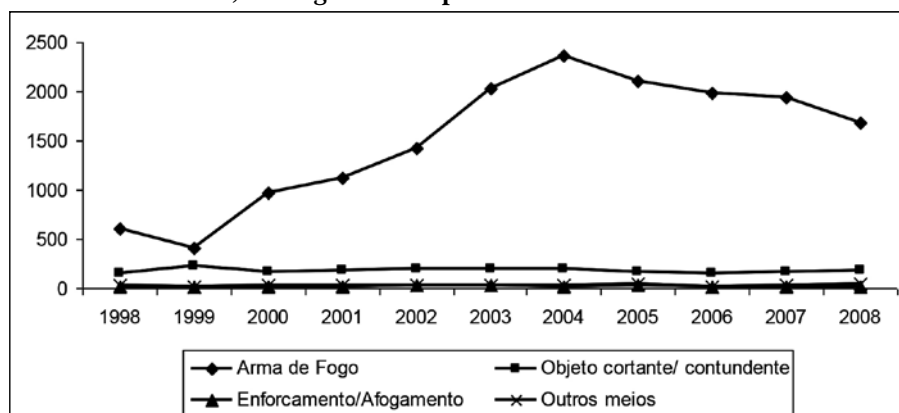


Fontes: Produzido pelos autores com dados dos Censos Demográficos 2000-2010 e Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde.

Armas de fogo

O crescimento da vitimização juvenil coincide com outro evento relevante, que é o aumento das mortes ocasionadas pelo uso de armas de fogo. Dentre os principais meios utilizados para consumação dos homicídios registrados pelo sistema de saúde, as armas de fogo tiveram um papel importante no aumento da mortalidade decorrente de violência.

Gráfico 3 – Meio utilizado para execução das vítimas de homicídios, por números absolutos, na Região Metropolitana de Belo Horizonte – 1998-2008



Fontes: Produzido pelos autores com dados dos Censos Demográficos 2000-2010 e Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde.

Pelo o Gráfico 3, é notável como cresceu o uso de armas de fogo no cometimento dos homicídios a partir de 1999. Comparando esse gráfico ao primeiro, que apresentou as mortes por grupos etários, identificamos, através da tendência de evolução das linhas referentes aos óbitos consumados via “arma de fogo” e as da faixa etária de “15 a 24 anos”, respectivamente, uma relação entre as mortes causadas por armas com os homicídios juvenis.

Em busca de explicações

Os dados aqui explorados não nos habilitam a uma explicação das causas dessas mortes violentas de pessoas jovens. Trata-se de um limite do próprio dado, sobre o qual é sempre bom reiterar que só temos um lado de um conflito, o que resultou na morte de alguém, ou seja, o dado sobre a vítima e apenas algumas informações sobre as condições em que essa morte ocorreu, mas nada sobre os seus autores. Contudo, podemos recorrer também aos esforços de outros estudos que compõem a bibliografia especializada sobre o tema para identificarmos hipóteses explicativas que possam orientar nossa análise, feita a partir dos homicídios apresentados aqui.

Nesse sentido, dialogamos inicialmente com Nascimento (2004), que realizou um estudo sobre a violência entre gangues existentes na favela Pedreira Prado Lopes (PPL), localizada na região Noroeste de Belo Horizonte. Tal área é considerada uma das com piores históricos de violência da capital mineira. A pesquisa desenvolvida por Nascimento (2004) teve como objetivo compreender o que poderia existir de específico em algumas regiões das grandes cidades que as façam concentrar parte significativa da criminalidade violenta registrada no território municipal. Um dos pontos-chave do trabalho de Nascimento (2004) é o reconhecimento de que a presença de gangues juvenis e seu envolvimento com o tráfico de drogas seriam os ingredientes fundamentais para a ocorrência dos homicídios e outras violências na PPL. A constatação de Nascimento (2004) corrobora com a tese de Alba Zaluar (2004), que identificou na cidade do Rio de Janeiro a constituição de uma identidade social juvenil sedimentada nas relações de violência. Para Zaluar (2004), a busca por poder e o envolvimento juvenil em gangues são também elementos-chaves em sua análise.

Chama a atenção também, em Zaluar (2004), o fato de que ela identifica a violência, mesmo quando cometida por jovens integrantes de gangues, não ser motivada somente por princípios racionais/instrumentais, mas como um comportamento compulsivo relacionado a motivos banais. Nesse sentido, sobre a violência e sua dimensão letal, Zaluar (2004, p. 258) mostra, através da etnografia realizada junto a delinquentes juvenis, que muitas mortes ocorriam tanto por motivos comerciais quanto por conta de rixas infantis, como “[...] um simples olhar atravessado ou por uma simples desconfiança de traição”. Quanto às mortes por motivos comerciais, no caso do estudo

de Zaluar (2004), elas tinham relações com o envolvimento juvenil em atividades criminosas, principalmente o tráfico de drogas. Zaluar (2004) não utiliza o tráfico como causa determinista. Corroborando com isso, Marinho (2009) identifica, em pesquisa realizada no Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte, a existência de rixas e conflitos independentes das relações de venda e consumo de drogas e que produziam insegurança e violência.

Um argumento que interroga esses relatos de que nem sempre as mortes se vinculam estritamente ao comércio e ao uso de drogas é o de que a violência pode ser potencializada pelas armas financiadas pelo tráfico, como indicam Beato et al. (2001), em sua análise sobre os conglomerados de homicídios e o tráfico de drogas em Belo Horizonte. O estudo de Beato et al. (2001) centra na questão territorial das ocorrências de homicídios e de envolvimento com tráfico de drogas, através de registros policiais, apontando para o problema da violência que emerge das relações que envolvem o comércio ilícito de drogas em determinados espaços empobrecidos de Belo Horizonte, sem com isso propor uma relação causal entre tais questões. Corroborando essa ideia, Marinho (2009) coloca que, em um contexto complexo e diverso como o do Aglomerado da Serra, por exemplo, muitos homicídios não derivam de conflitos relacionados ao tráfico ou ao consumo de drogas; contudo, esses crimes podem envolver pessoas relacionadas com ele. Nesse sentido, motivos passionais, ou rixas históricas entre moradores de vilas de um mesmo aglomerado de favelas, podem ser facilmente desconsiderados como motivação de um homicídio em casos cujo autor possua envolvimento com drogas ilícitas. O problema disso refere-se ao crime ser, possivelmente, registrado pela polícia simplesmente como uma morte relacionada ao tráfico, sem maiores esclarecimentos (MARINHO, 2009, p. 78).

Uma hipótese que pode ser pensada a partir dos relatos da mídia e das conversas cotidianas sobre a violência diz respeito a uma certa naturalização da morte, no sentido de que ela era esperada (ou quase que determinada) para aqueles que se envolvem com as drogas ou com pessoas envolvidas com drogas. Uma vez que essa conexão é feita, de forma acrítica, a sociedade se exime da sua responsabilidade para com aquela morte, seja ela o resultado da ação da polícia ou dos conflitos entre as pessoas “envolvidas com as drogas”.

Um ponto também já bastante acordado pelos autores do Brasil e de outros países, em geral, é a inexistência de uma determinação entre

crime e pobreza. Assim, quanto aos homicídios, é relevante ressaltar que o envolvimento com esse tipo de violência não é restrito aos jovens pobres, como Zaluar (2004) mostra em seu estudo. Além disso, nos territórios mais atingidos pela violência, na cidade de Belo Horizonte, Nascimento (2004), corroborando com os achados de Zaluar (2004) para a cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, identificou que apenas pequenas parcelas da juventude da PPL estavam envolvidas em atividades de risco relacionadas ao crime e à violência. Nesse sentido, não podemos perder de vista a pluralidade de trajetórias e escolhas que perpassam a vida dos jovens, pobres ou não. Contudo, a literatura mostra que os jovens pobres são mais vitimados pelos homicídios e por outras expressões da violência urbana, como, por exemplo, a cometida por agentes da segurança pública representantes do Estado.

Um dos pontos centrais da tese de Zaluar (2004), entendido aqui como uma hipótese explicativa para a emergência da violência letal, é o reconhecimento da violência não como resultado de escolhas simples ou superficiais, mas de diversos e concorrentes processos de socialização, instituídos principalmente nos períodos de transição da adolescência para a juventude. Tais processos criariam etos ou hábitos violentos e seriam responsáveis em mediar a articulação entre o indivíduo e o social. Nascimento (2004), ao entrevistar jovens envolvidos com a criminalidade violenta em Belo Horizonte e também moradores e policiais que atuavam na favela Pedreira Prado Lopes, identificou as gangues de jovens como os grupos ou as instituições responsáveis pelo processo de socialização da violência entre os jovens. Apesar de desenvolverem pesquisas em contextos distintos, tanto para Zaluar (2004) quanto para Nascimento (2004) a participação nas quadrilhas criminosas teria forte relação com a construção de um tipo de identidade masculina, na qual a expressão da virilidade se daria por meio de demonstrações de força através de atos violentos.

A violência seria, portanto, um meio pelo qual os jovens expressariam sua virilidade perante o outro? Para Nascimento (2004), sim, e tal violência estaria associada à adesão a alguns elementos ou recursos simbólicos, como o uso de arma de fogo, o dinheiro no bolso, a conquista de mulheres e as demonstrações de bravura perante o enfrentamento da morte. Nesse mesmo sentido, Zaluar (2004, p. 366) relacionou tal expressão de violência há um *etos de masculinidade*, que posteriormente foi substituído pelo de *etos guerreiro*, adotado pela autora a partir de Nobert Elias (1990).

Há também outras explicações relevantes para a insurgência da violência letal juvenil que não tem relação com uma expressão de masculinidade em si, mas com a própria condição urbana e social na qual a juventude se insere atualmente. Luiz Eduardo Soares (2005), por exemplo, percebe como central, nos conflitos vividos pelas juventudes, o problema da invisibilidade social que atinge de forma diferente os diversos jovens urbanos. A opção pela violência seria uma forma de proteção ou escape, ainda que arriscada, da sensação de invisibilidade social, ou seja, somente quando de posse de uma arma de fogo na mão alguns jovens se sentiriam notados pelos outros membros da sociedade mais ampla. Essa invisibilidade parece ser acentuada pela segregação socioespacial, sendo que há casos de jovens ou adolescentes que passam a maior parte do tempo de suas vidas sem sair dos limites físicos e geográficos de seus locais de moradia. O que mais chamou a nossa atenção na abordagem de Soares (2005) em relação à dimensão urbana da vida contemporânea concentrada em espaços metropolitanos, além das denúncias feitas pelo autor sobre as políticas de extermínio praticadas pela polícia sobre os jovens pobres, é que a violência recrudescida é também reconhecida como um meio de jovens ou adolescentes adquirirem a visibilidade social desejada. Essa necessidade de ver e de ser visto está, sem dúvida, muito presente no modo de vida contemporâneo, sobretudo no ambiente metropolitano, no qual o anonimato parece ter sua face mais extrema, em especial para alguns grupos sociais, como o dos jovens moradores de áreas segregadas como as periferias pobres ou as favelas.

O reconhecimento, nas investigações de Machado da Silva (2008a), de que há um ingrediente que torna mais violentas as sociabilidades e mais letais os conflitos interpessoais levou-o a formulação do conceito de *sociabilidade violenta* como uma tentativa de compreender um tipo de resolução de conflito que em muitos casos conduz ao extermínio do outro. Aqueles que se valem da *sociabilidade violenta* se impõem sobre o outro por meio do uso da força física, o que faz com que a força não seja apenas um meio para a obtenção de interesses, mas princípio da ação. É justamente isso que faz da sociabilidade violenta uma forma de poder, e, portanto, uma ordem social. Ainda que restrita a um grupo específico, os criminosos, ela, ao se configurar como uma ordem social, acaba por atingir um grupo muito mais amplo, como o daqueles que são obrigados a partilharem seu lugar de moradia na mesma vizinhança que os criminosos, geralmente as periferias

empobrecidas e favelas. Nessa ordem haveria pouco espaço para os princípios éticos ou morais, uma vez que o outro com o qual o conflito poderia em princípio ser negociado é objetificado. Mas entre esses dois polos, os criminosos que impõem a sua ordem e os que a ela são obrigados a se submeterem, há, nas palavras do próprio Machado da Silva,

[...] uma imensa nebulosa de situações intermediárias que devem ser consideradas, mas, segundo creio, ainda não são bem compreendidas. Elas ligam-se, de um lado, ao fato de que é preciso “aprender a ser agente”: não se nasce “portador” da sociabilidade violenta [...]. (SILVA, 2008b, p. 42-43).

Esse aprender a ser, adquirido através de interações sociais via adesão de valores e sentidos da conduta, integra um conjunto de relações sociais que não estaria restrito à participação em grupos juvenis, pois é também construído nas relações entre diferentes grupos etários. Esse constructo possui uma dimensão espacial significativa, em que as grandes cidades seriam como lócus do padrão de tal sociabilidade em formação. Segundo Machado Silva, “[...] trata-se justamente daquilo que confere especificidade histórica à violência contemporânea nas grandes cidades, tornando-a um objeto sociológico singular e um problema social muito mais complexo e profundo do que sua apreensão atual faz crer”. (SILVA, 1999, p. 117).

Essas parecem ser as principais vertentes que buscam avançar na compreensão da violência que atinge maciçamente as pessoas jovens residentes de áreas metropolitanas, como tentamos apresentar através do presente texto, ancorado em diálogo com a literatura especializada. Contudo, não pretendemos aqui esgotar o debate que problematiza essa vitimização juvenil, mas sim expor reflexões e problematizações acerca do crescente número de homicídios entre os jovens. O que torna ainda mais complexo e instigante tal empreitada é que nesse período de tempo, a virada do século XX para o XXI, no qual aumenta o crime letal contra as pessoas jovens, são apresentados registros estatísticos de melhoria em muitos indicadores sociais na Região Metropolitana de Belo Horizonte e em outras regiões metropolitanas do país. Ao compararmos alguns dados da Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílio (PNAD), entre o ano de 2001 e o de 2008, para a RMBH, por exemplo, notamos mudanças significativas nos indicadores de desenvolvimento humano. A tabela seguinte sintetiza tais dados.

Tabela 3 – Indicadores de desenvolvimento humano na Região Metropolitana de Belo Horizonte – 2001-2008

Ano	Renda <i>per capita</i>	Expectativa de vida ao nascer	Taxa de analfabetismo (%)	% da pop. com menos de 4 anos de estudo	% da pop. com menos de 8 anos de estudo	Taxa bruta combinada de frequência à escola (%)
2001	595,32	70,8	5,73	15,12	47,35	83,85
2008	771,11	73,6	4,41	12,83	37,48	97,45

Fontes: Adaptada pelos autores a partir dos dados dos Censos Demográficos 2001-2010; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001-2008 – Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Além dos indicadores apresentados nessa tabela, entre os mesmos anos comparados, 2001 e 2008, o Índice de Gini, relativo à diferença de rendimento entre mais ricos e mais pobres, passou de 0,57 para 0,54, respectivamente. Ademais, a melhoria na qualidade de vida foi expressa também pelo aumento no acesso ao consumo de bens duráveis e não duráveis. Dessa maneira, ampliou-se o acesso à casa própria, a eletrodomésticos, à telefonia móvel e fixa, a computadores, à internet, além da diminuição da mortalidade infantil, do aumento do acesso aos serviços de pré-natal etc., dentre muitos outros que representam melhorias de qualidade de vida da população metropolitana. É claro que todos esses indicadores expressam, para o território, estatísticas de tendência central, ou seja, médias principalmente, e por isso devem ser interpretados com cautela, assim como os dados que apresentamos sobre os homicídios.

Como já foi apresentado, na RMBH cresceram os homicídios no mesmo período em que os indicadores de qualidade de vida apresentaram melhoras. Então, apesar de toda melhoria nos cuidados com a primeira infância e aumento da expectativa de vida, refletidos pelo aumento dos índices de desenvolvimento humano, houve mais assassinatos de pessoas jovens. Isso mostra que muitos jovens ainda não tiveram acesso a uma melhoria plena de qualidade de vida e muitos deles não são plenamente assistidos por políticas públicas, além de estarem mais expostos à violência. Por outro lado, não podemos descartar a existência de uma dimensão urbana metropolitana da vida que essa juventude experimenta e que gera diversas possibilidades de interação e inserção social. Assim, permanece a seguinte questão: como e de que forma as juventudes se inserem na vida metropolitana contemporânea? Não ousaremos alçar resposta para essa questão no presente texto; contudo, consideramos relevante reiterá-la, até

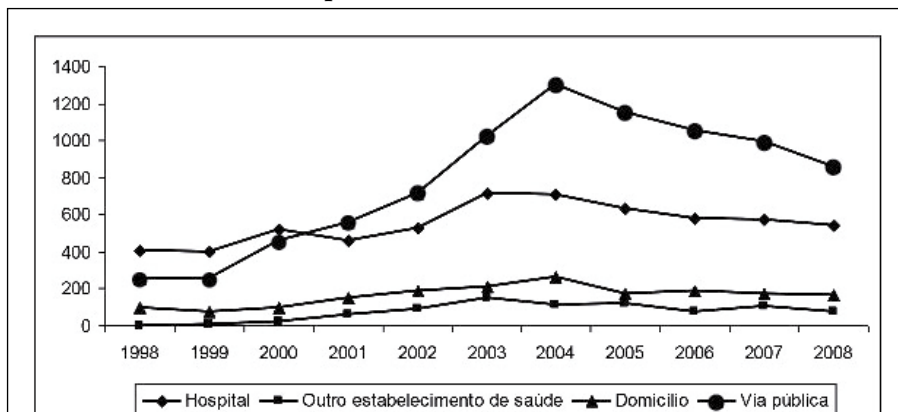
como forma de estabelecer os limites da nossa compreensão sobre as influências da vida metropolitana sobre a trajetória desses jovens. Nos parágrafos seguintes, exploraremos um pouco mais sobre a relação territorial dos homicídios metropolitanos, a partir dos limites de escala geográfica apresentada pelos dados do SIM/MS, que é municipal.

Território e violência letal na RMBH

Um dos aspectos centrais nos estudos de fenômenos sociais é sua dimensão territorial. Isso porque a análise espacial revela tanto as diferenças na sua distribuição geográfica como os padrões de ocorrência no tempo. No caso dos homicídios, há claramente uma concentração em determinados espaços que, por sua vez, se distinguem na cidade por abrigarem grupos diversos e distintas formas de interação social. Como já mencionado, tentaremos aqui explorar, através dos dados que dispomos do Ministério da Saúde, essa relação territorial da violência letal na RMBH. Uma primeira característica espacial identificada é a dimensão pública dos homicídios, há uma concentração de mortes ocorridas em vias públicas nesse início de século. As mortes ocorridas nas vias públicas refletem ao mesmo tempo um aumento na letalidade dos conflitos interpessoais, mas também expõe a dimensão pública desses conflitos, o que contribui para a difusão de sentimentos de medo e de repulsa aos espaços públicos. O Gráfico 4 apresenta a evolução das mortes decorrentes de assassinatos em via públicas, residências, hospitais e outros estabelecimentos de saúde.

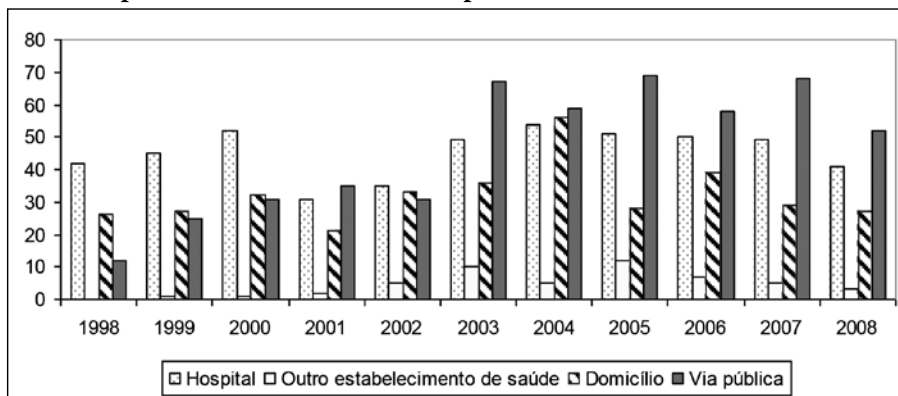
Na RMBH, 19.778 pessoas foram assassinadas de 1998 a 2008. Destas, 43,6% (8.622) tiveram óbitos acontecidos em via pública, 30,5% (6.047) em hospitais, 8,5% (1.687) em domicílios. Essa preponderância das mortes em lugares públicos também já foi verificada na cidade de Nova York. De 4.468 homicídios ocorridos nessa cidade em 1990 e 1991, 50,1% ocorreram em lugares públicos (ruas e outros espaços públicos) e 19,3% nos domicílios. A arma de fogo foi a causa de 49,6% dos homicídios ocorridos nos domicílios e 80,3% dos ocorridos nas ruas (TARDIFF et al. , 1995).

Gráfico 4 – Local de ocorrência do óbito na Região Metropolitana de Belo Horizonte, por número absoluto – 1998-2008



Fonte: Produzido pelos autores a partir dos dados do Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde.

Gráfico 5 – Local de ocorrência do óbito feminino na Região Metropolitana de Belo Horizonte, por número absoluto – 1998-2008



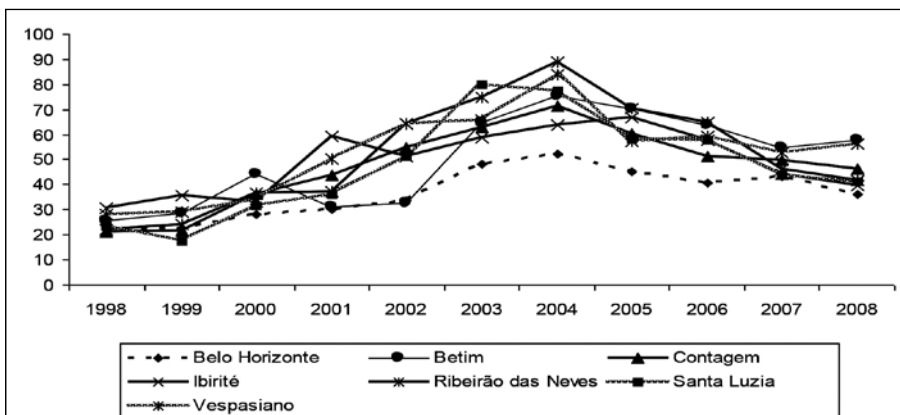
Fonte: Produzido pelos autores a partir dos dados do Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde.

Apesar de não termos dados e informações padronizadas sobre o atendimento pré-hospitalar, concordamos com Phebo (2005), ao presumir que, devido à letalidade decorrente do uso das armas de fogo, os óbitos ocorrem, cada vez mais, antes de a vítima chegar ao hospital. Isso mesmo se levarmos em conta a maior rapidez nos atendimentos de urgências depois da implantação, pelo Ministério da Saúde, do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), em 2003. De modo geral, em todos esses espaços (hospitais, outros estabelecimentos de saúde,

via pública e domicílio) houve predominância de mortes de pessoas do sexo masculino. Quando se analisa as mortes do sexo feminino separadamente, notamos que o local domicílio foi significativo no contingente total dos registros de homicídios de mulheres, como é apresentado através do gráfico seguinte.

Entre as mulheres notamos também o aumento das mortes em via pública, mas a linha referente à categoria domicílio foi bastante expressiva se comparada à correspondente no Gráfico 4, que mostrou o dado agregado por sexo. Quando adentramos mais nesse dado do domicílio, identificamos que em toda a série histórica apresentada aqui os percentuais de vítimas do sexo feminino variou pouco no que se refere às diferenças etárias, entre faixas de 15 a 24 anos e as de 25 a 34 anos, 89% e 94% das vítimas, respectivamente. Esse dado revela onde uma especificidade dos homicídios cujas mulheres são vítimas e, indiretamente, informa que possivelmente, em parte, essas mortes decorrem de violências cometidas por pessoas que compartilham o mesmo domicílio que elas.

Gráfico 6 – Evolução das taxas de homicídios por 100.000 hab. dos sete municípios mais violentos da Região Metropolitana de Belo Horizonte 1998-2008



Fonte: Produzido pelos autores a partir dos dados do Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde e Censos Demográficos 2000-2010.

A linha pontilhada representa as variações da taxa anual de Belo Horizonte e ela ocupou uma área menor no gráfico em relação às demais. Esse dado corrobora a representação cartográfica mostrada anteriormente de que o risco de morte por violência é maior noutros municípios que na capital. Outro dado útil que o SIM/MS (2011) oferece para caracterização metropolitana do homicídio é justamente a diferenciação geográfica entre os registros por município de residência da vítima e por município de ocorrência do óbito, como apresentamos a seguir. Ressalta-se que o dado seguinte não trata do local de ocorrência, mas sim do município de ocorrência do óbito da vítima de violência ou do município no qual a vítima possuía residência fixa.

Tabela 4 – Taxa de homicídio por grupo de 100.000 hab. /pelo município de residência das vítimas da Região Metropolitana de Belo Horizonte 1998/2000/2002/2004/2006/2008

	1998	2000	2002	2004	2006	2008
Belo Horizonte (polo)	30,4	28,2	33,9	52,3	40,6	36,1
Betim	34,7	44,0	32,5	75,2	63,6	58,0
Contagem	29,4	36,4	55,0	71,3	51,2	46,0
Ibirité	41,9	33,1	51,2	63,7	57,3	39,9
Ribeirão das Neves	30,0	36,5	64,4	89,0	64,7	41,5
Santa Luzia	32,2	31,9	51,3	77,5	57,8	41,3
Vespasiano	38,3	34,0	64,3	84,1	59,5	56,2
<i>Taxa agregada dos 6 municípios</i>	23,7	37,0	51,5	75,9	58,2	47,9
Taxa da RMBH	28,9	28,5	37,6	56,7	44,7	38,4

Fonte: Produzido pelos autores a partir dos dados do Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde e Censos Demográficos 2000-2010.

Tabela 5 – Taxa de homicídio por grupo de 100.000 hab. /pelo município de ocorrência dos óbitos da Região Metropolitana de Belo Horizonte 1998/2000/2002/2004/2006/2008

	1998	2000	2002	2004	2006	2008
Belo Horizonte (polo)	34,5	34,8	42,9	64,7	49,0	41,9
Betim	35,6	38,2	32,2	84,6	70,0	65,9
Contagem	28,8	38,8	51,7	65,2	49,9	40,1
Ibirité	43,1	15,8	46,3	51,5	53,6	38,0
Ribeirão das Neves	16,5	17,4	55,1	63,8	51,1	37,3
Santa Luzia	25,4	16,2	42,6	62,3	46,4	37,4
Vespasiano	21,3	14,4	31,6	43,2	31,8	46,2
<i>Taxa agregada dos 6 municípios</i>	21,0	29,0	45,5	66,4	53,6	45,4
Taxa da RMBH	29,4	28,8	39,5	58,7	46,4	40,0

Fonte: Produzido pelos autores a partir dos dados do Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde e Censos Demográficos 2000-2010.

De modo geral, os estudos sobre homicídios fundamentados em informações do Ministério da Saúde produzem taxas de homicídios a partir do dado do município de residência das vítimas, isso por haver um consenso na literatura de que vítimas e ofensores não são, na maioria dos casos, estranhos entre si. Assim, reconhece-se que a agressão que gerou a morte ocorreu em um espaço relativamente próximo ao local de residência da vítima e, por isso, tal dado refletiria melhor as áreas onde o risco de homicídio deve ser mensurado. No caso da análise metropolitana que exploramos, a comparação entre os dados de óbitos por município de ocorrência da morte e por município de residência da vítima é relevante, pois, segundo nosso entendimento, é útil para a compreensão da dimensão metropolitana dos homicídios.

A Tabela 4, sobre domicílio de residência da vítima, mostra que a partir de 2000 (com exceção de Betim, em 2002) as taxas dos seis municípios superaram as de Belo Horizonte. Ao compararmos as duas tabelas (4 e 5), notamos diferenças entre as taxas, em cada uma delas. Em Belo Horizonte, as taxas por “município de ocorrência” foram superiores às por “município de residência” ao longo de todo o período considerado. A hipótese mais corrente para esse caso é a da maior oferta de serviços de saúde no município polo da região metropolitana, no caso, Belo Horizonte. Se observarmos a Tabela 5, veremos que a partir de 2002 a taxa agregada dos seis municípios supera a de Belo Horizonte, ou seja, antes que as taxas da cidade polo começassem a cair (2006), a taxa dos seis municípios cresce.

Tabela 6 – Comparação entre o número de homicídios acumulados na década 1998-2008 por registros de município de residência da vítima e por município de ocorrência do dado de local do óbito/hospitais e via pública.

	Município de residência	Município de ocorrência	Município de residência	Município de ocorrência
	Hospital		Via pública	
Belo Horizonte	3.285	4.901	4.069	4.277
Betim	515	564	858	927
Contagem	752	562	1.366	1.342
Ibirité	200	53	399	400
Ribeirão das Neves	489	93	768	751
Santa Luzia	229	17	449	424
Vespasiano	185	0	189	164

Fonte: Produzido pelos autores a partir dos dados do Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde.

O caso de Belo Horizonte e, em menor escala, o de Betim ilustra uma dimensão do problema dos registros de homicídios nas regiões metropolitanas. Aqueles municípios com maior estrutura de saúde tendem a ter um número maior de registros por município de ocorrência do que de residência. Do total de mortes decorrentes de agressões registradas em hospitais do município de Belo Horizonte, de 1998 até 2008 (4.901 pessoas assassinadas), 32,9% delas eram pessoas que residiam em outro município, inclusive não metropolitano. O caso de Vespasiano é exemplar: dos 185 habitantes assassinados, de 1998 até 2008, cujo óbito ocorreu em hospital, nenhum foi em estabelecimento de saúde sediado no próprio município, justamente por inexistência do mesmo. Em casos como esse, os registros pelo local de ocorrência far-se-ão em Belo Horizonte e, em menor escala, em outros municípios equipados com hospitais e com atendimento de urgências.

Os registros de óbitos ocorridos em vias públicas mostram uma outra realidade. Tomando novamente o caso de Belo Horizonte, há uma diferença a favor do município de ocorrência, ou seja, de todas as pessoas que morrem nas vias públicas de Belo Horizonte, uma pequena porcentagem, 4,9, não reside no município, como se pode ver; em relação às mortes nos hospitais, a diferença a favor de Belo Horizonte é bem menor. No caso de Betim, 7,4% não residem no município e, em Ibirité, apenas 1% não reside no município. Nos outros quatro municípios, 13% não residiam em Vespasiano, 5,5% em Santa Luzia, 2,2% em Ribeirão das Neves e 1,7% em Contagem.

Aprofundamentos sobre a dimensão metropolitana dos homicídios na RMBH

A perspectiva metropolitana, relevante para a compreensão da criminalidade, tem sido timidamente abordada pela literatura especializada, ou seja, a metropolização, partindo da forma como os municípios metropolitanos relacionam-se entre si e, principalmente, com o município polo,⁵ parece estar alheia ao debate mais amplo sobre o tema. No caso da análise das taxas de homicídios da RMBH a partir de seu contexto metropolitano, ou seja, dos 34 municípios que conformam um universo extremamente diversificado, utilizamos

⁵ Para mais informações sobre metropolização e homicídios, ver (ANDRADE; MARINHO, 2010).

como instrumento de análise a agregação espacial das áreas municipais com base em um indicador sintético, o *grau de integração à dinâmica metropolitana*,⁶ conforme se pode ver na tabela seguinte.

Tabela 7 – Taxa média de homicídio por agregada grau de integração metropolitana nos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte 2008

Grau de integração	Municípios	Taxa de homicídios
Polo	Belo Horizonte	36,1
Muito alta	Betim, Contagem, Ibirité, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Vespasiano	47,3
Alta	Confins, Esmeraldas, Mário Campos Sabará, Sarzedo, São José da Lapa	29,4
Média	Caeté, Capim Branco, Igarapé, Juatuba, Lagoa Santa, Matozinhos, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, São Joaquim de Bicas	21,5
Baixa	Brumadinho, Itaguara, Itatiaiuçu, Mateus Leme, Rio Acima	15,4
Muito baixa	Baldim, Florestal, Jaboticatubas, Nova União, Rio Manso, Taquaraçu de Minas	10,9

Fonte: Produzido pelos autores a partir dos dados do Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde, Censos Demográficos 2000-2010 e Observatório das Metrôpoles, 2006.

As taxas mais altas encontram-se nos municípios com muito alta integração, seguidos pelo município polo, depois pela alta, média, baixa e muito baixa, ou seja, constatamos uma relação positiva entre integração à dinâmica metropolitana e à incidência de homicídios.⁷

⁶ Esse indicador foi elaborado pelo estudo *Identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias* (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2006), que hierarquizou os municípios metropolitanos brasileiros segundo sua integração à dinâmica metropolitana. Como resultado, obtiveram-se seis graus de hierarquia. Excetuando-se o município polo, esses graus vão de muito alta a muito baixa integração. A partir da integração baixa, os municípios não seriam, segundo esse estudo, considerados como metropolitanos. Os indicadores utilizados foram: densidade demográfica, taxa média de crescimento populacional 1991-2000, contingente e proporção de pessoas que realizam movimento pendular, proporção de empregos agrícolas e não agrícolas e a presença de funções específicas à circulação de pessoas e mercadorias, como a localização de portos e aeroportos e a capacidade de geração de renda pela economia local (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2006).

⁷ O artigo citado abordou, para o ano de 2003, os crimes violentos contra o patrimônio e contra a pessoa. Os primeiros seguem exatamente a hierarquia do grau de integração à dinâmica metropolitana com taxas mais altas no município polo e mais baixas nos municípios com muito baixa integração. Já os crimes contra a pessoa, como na Tabela 7 sobre homicídios, inverte a hierarquia em relação ao primeiro lugar, ocupado pelos municípios com muito alta integração, em vez do polo.

Essa constatação coloca em xeque a legitimidade do nosso processo de metropolização em relação à sua capacidade de inserção dos habitantes metropolitanos na vida urbana plena. A metropolização implica uma elevada polarização dos serviços públicos e privados no município polo e, conseqüentemente, um alto grau de dependência dos demais municípios metropolitanos em relação a esses serviços. Essa situação agrava-se pela ausência de uma política metropolitana para gestão dos problemas sociais e cooperação entre os municípios da RMBH, conforme Faria e Machado (2009), por exemplo, colocam. Nesse sentido, as variações das taxas de homicídios entre o município polo e os demais municípios metropolitanos podem ser também consideradas a partir desse contexto de polarização e dependência proporcionado pela metropolização. Levanta-se a hipótese de que esse desequilíbrio também traga conseqüências para as relações dos municípios com as políticas de segurança pública, que podem ser notadas, por exemplo, na tendência de que a queda da taxa de homicídios se antecipe no polo, e isso não ocorre aleatoriamente.

Tanto as políticas públicas repressivas como a modernização das policiais e das preventivas, como Silveira *et al.* (2010) mostram através do Programa Fica-Vivo!, por exemplo, iniciam-se na capital e, posteriormente, somente atingem outros municípios metropolitanos. Logo, se a dinâmica da criminalidade que produz letalidade no interior de uma favela carioca pode estar claramente relacionada a eventos e fenômenos não locais, como a globalização como comentada por Zaluar (1999), qual seria o papel desempenhado pela metrópole nesse contexto? As metrópoles, além de se constituírem como nosso principal ponto de contato com a produção material e cultural global, são responsáveis pela indução de processo de urbanização conturbado e reprodutor de situações de desigualdade social, como pode ser visto em Andrade (2009) e em Souza (2008), ademais constituem grandes mercados inclusive para o consumo de drogas ilícitas.

Por fim, admitimos que este artigo apresente limitações tanto no âmbito teórico quanto no empírico. Quanto ao primeiro caso, como mencionamos, devemos assumir que a complexidade dos dois fenômenos abordados torna-os inapreensíveis, no sentido de sermos capazes de cercá-los e dissecá-los como a ciência moderna já pretendeu e às vezes pretende com seus experimentos. Ambos os fenômenos, metropolização e homicídio, assumiram proporções bastante significativas no contexto da RMBH, e diversos e múltiplos

fatores relacionam-se a isso. As limitações empíricas referem-se aos próprios dados utilizados que tratam somente da informação sobre as vítimas, que, assim, pouco informa sobre os autores e as motivações envolvidas. Contudo, percebemos que o homicídio tem apresentado, contemporaneamente, significativa concentração em áreas metropolitanas, e esse fato relaciona-se com o próprio ambiente urbano produzido pelo processo de metropolização. No interior dos territórios metropolitanos, alguns espaços concentraram mais homicídios, e, geralmente, são áreas que também concentram outros problemas e mazelas sociais. A determinação de tais espaços e de seus contextos sociais teve forte relação com o processo de metropolização, como a bibliografia apontou. Nesse sentido, o presente estudo consistiu em um esforço para colocar em pauta essa relevante dimensão que envolve o homicídio atualmente no Brasil: o contexto metropolitano.

Referências

- ANDRADE, L. T. ; MARINHO, M. A. C. A metropolização da violência letal na RMBH. In: **Seminário Governança Urbana e Desenvolvimento Metropolitano**. Natal: Observatório das Metrôpoles, 2010.
- ANDRADE, L. T. (Org.). **Como anda Belo Horizonte**. 2.ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2009.
- BATITUCCI, E. C. ; CRUZ, M. V. G. (Org.). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- BEATO, C. F. et al. Conglomerados de homicídios e o tráfico de drogas em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, de 1995 a 1999. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 5, p. 1163-1171, set. /out. 2001.
- CANO, I. ; SANTOS, N. **Violência letal, renda e desigualdade social no Brasil**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2001.
- CERQUEIRA, D. **Mortes violentas não esclarecidas e impunidade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPEA, 2010.
- ELIAS, N. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. v. 1.
- FARIA, C. A. P. ; MACHADO, G. G. A política do espaço e o espaço da política: a expansão negociada da RMBH após a Constituição Estadual de 1989. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 33, 2009, Caxambu, MG. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 1991**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censo/>>. Acesso em: out. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: out. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto dos Municípios 2004-2008**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2004_2008/srmpibmunicipios.pdf>. Acesso em: out. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2008/default.shtm>>. Acesso em: out. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001**. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2001-2008. Disponível em: <www.fjp.gov.br/index.php/component/. . . /522-estatisticas-pnads-2001-2009>. Acesso em: jun. 2011.

MARINHO, M. A. C. **Programa Vila Viva**: favela, urbanização e segurança pública: estudo de caso do Aglomerado da Serra de Belo Horizonte/MG. 2009. Monografia (Especialização) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública, Belo Horizonte.

MISSE, M. Notas sobre a sujeição criminal de crianças e adolescentes. In: SÉ, J. T. S. ; PAIVA, V. (Org.). **Jovens em conflito com a lei**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

MISSE, M. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. **Civitas**, Porto Alegre, v. 8, n. 3, p. 371-385, 2008a.

MISSE, M. Sobre a construção social do crime no Brasil. In: MISSE, M. (Org.). **Acusados e acusadores**: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações. Rio de Janeiro: Revan, 2008b.

NASCIMENTO, L. F. Z. **Violência e criminalidade em vilas e favelas dos grandes centros urbanos um estudo de caso da Pedreira Prado Lopes**. 233 f. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias**. Rio de Janeiro, Observatório das Metrópoles, 2006.

PAIXÃO, A. L. Crimes e criminosos em Belo Horizonte, 1932-1978. In: PINHEIRO, P. S. (Org.). **Crime, violência e poder**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PHEBO, L. Impacto da arma de fogo na saúde da população no Brasil. In: FERNANDES, R. C. **Brasil: as armas e as vítimas**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005.

RIGOTTI, J. I. R. ; VASCONCELLOS, I. R. P. As migrações na Região Metropolitana de Belo Horizonte no limiar do século XXI. In: MENDONÇA, J. G. ; GODINHO, M. H. L. (Org.). **População, espaço e gestão na metrópole: novas configurações, velhas desigualdades**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2003.

SILVA, L. Machado da (Org.). **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008a.

SILVA, L. Machado da. Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública. In: SILVA, L. Machado da (Org.). **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008b.

SILVA, L. Machado da. Criminalidade violenta: por uma nova perspectiva de análise. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 13, p. 45-58, 1999.

SILVEIRA, A. et al. Impacto do Programa Fica Vivo! na redução dos homicídios em comunidades de Belo Horizonte. **Revista de Saúde Pública**, v. 44, n. 3, p. 496-502, 2010.

SOARES, G. Ary. D. **Não matará: desenvolvimento, desigualdade e homicídios**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

SOARES, Luiz Eduardo. Invisibilidade. In: SOARES, L. E. ; MV BILL; ATHAYDE, C. **Cabeça de porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

SOUZA, J. **A expansão urbana de Belo Horizonte e da Região Metropolitana de Belo Horizonte: o caso específico do município de Ribeirão das Neves**. 2008. Tese (Doutorado em Demografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Ciências Econômicas, Belo Horizonte.

TARDIFF, M. D. et al. A profile of homicides on the streets and in the homes of New York City. **Public Health Reports**, v. 110, n. 1, p. 13-17, Jan. /Feb. 1995.

ZALUAR, A. A globalização do crime e os limites da explicação local. In: SANTO, S. J. V. T. (Org.). **Violência em tempo de globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

ZALUAR, A. **Integração perversa**: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

Anexo A – Taxa Anual de Homicídios

Taxa anual de homicídios (por 100.000 hab.)											
Municípios pertencentes à RMBH – 1998-2008											
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Baldim	0	0	0	0	12,3	0	0	0	25	25,1	23,4
Belo Horizonte	22	22,7	28,2	30	33,9	48	52,3	45,3	40,6	43,2	36,1
Betim	25,6	28,8	44	31,3	32,5	64,9	75,2	70,5	63,6	54,7	58
Brumadinho	11,7	7,7	7,5	18,2	7,1	34,6	20,3	12,8	18,7	9,1	17,8
Caeté	14	11,1	11	21,8	2,7	10,7	21,3	20,9	13	2,6	12,3
Capim Branco	0	0	0	0	0	23,9	11,7	0	22,1	0	10,9
Confins	0	0	0	0	38,9	19	18,6	53	0	0	0
Contagem	21,3	21,7	36,4	43,6	55	62,6	71,3	60,3	51,2	49,6	46
Esmeraldas	2,8	13,7	19,1	16	48,2	29,6	44,4	39,1	46,9	22,6	41,2
Florestal	18,3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ibirité	30,9	35,7	33,1	59,4	51,2	58,7	63,7	66,9	57,6	44	39,9
Igarapé	26,6	20,8	16,1	19,3	22,4	14,5	7	19,7	25,4	33,8	24,3
Itaguara	0	0	8,8	0	0	0	0	42,7	0	25,3	0
Itatiaiuçu	0	0	0	34,7	22,8	0	44,5	0	21,4	10,5	21,5
Jaboticatubas	24,3	24,4	7,4	14,7	0	14,5	0	0	21,2	7	6,2
Juatuba	23,1	22,5	18,3	17,4	16,8	48,6	10,4	43,4	37,2	35,9	24,3
Lagoa Santa	9,3	9,1	5,3	2,5	17,4	4,8	11,7	11,1	17,2	37,7	40,2
Mário Campos	0	23,3	0	0	43	0	39,5	29	27,8	26,7	8,4
Mateus Leme	18,4	4,5	16,6	28,1	31,3	19,1	33,6	24,8	27,6	13,5	18,8
Matozinhos	10,7	7	0	3,2	6,3	9,3	18,3	32,1	31,4	25,2	23
Nova Lima	10	3,3	1,6	4,6	9	7,3	13	11,1	12,3	14,7	2,6
Nova União	0	0	18,4	0	0	17,9	35,4	0	34,3	16,9	0
Pedro Leopoldo	8	7,9	13	7,2	10,6	13,8	3,4	19,4	22,2	24,8	25,6
Raposos	6,7	0	7	7	0	14	0	7	34,9	14	25,9
Ribeirão das Neves	22,1	24,1	36,5	37,4	64,4	74,7	89	70,3	64,7	46	41,5
Rio Acima	0	12,4	13,1	0	12,8	12,8	12,7	0	12,4	0	11,6
Rio Manso	0	0	0	21,5	21,3	0	0	21	0	0	19,2
Sabará	11,4	1,9	7,8	11	21,5	39,8	46,1	22,1	29,8	39,4	30,3
Santa Luzia	23,6	17,6	31,9	36,2	51,3	79,7	77,5	58,3	57,8	43,6	41,3
São Joaquim de Bicas	36,2	35,4	27,5	31,6	30,7	59,5	57,7	36	47,9	84,3	63,9
São José da Lapa	23,3	30,3	6,7	0	0	11,4	38,3	44,8	14,3	18,3	10,6
Sarzedo	0	6,7	28,9	10,9	26,4	30,4	43,8	31,3	25,8	45,6	28,2
Taquaraçu de Minas	59,6	0	0	0	0	0	28,3	0	28	0	25,6
Vespasiano	28,1	29	34	50,1	64,3	65,7	84,1	57,3	59,5	52,7	56,2
RMBH	21,1	21,4	28,5	31	37,6	50,7	56,7	48,8	44,7	42,7	38,4

Fonte: Produzido pelos autores a partir dos dados do Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde e Censos Demográficos 2000-2010.

Anexo B – Número de Homicídios registrados pelo SIM/MS

Número de homicídios registrados pelo SIM/MS Municípios pertencentes à RMBH – 1998-2008											
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Baldim	0	0	0	0	1	0	0	0	2	2	2
Belo Horizonte	467	485	631	677	775	1106	1218	1076	975	1048	879
Betim	73	87	135	101	109	226	272	276	259	231	249
Brumadinho	3	2	2	5	2	10	6	4	6	3	6
Caeté	5	4	4	8	1	4	8	8	5	1	5
Capim Branco	0	0	0	0	0	2	1	0	2	0	1
Confins	0	0	0	0	2	1	1	3	0	0	0
Contagem	109	113	196	239	306	354	409	358	309	304	284
Esmeraldas	1	5	9	8	25	16	25	24	30	15	24
Florestal	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ibirité	37	45	44	83	74	88	99	112	100	79	62
Igarapé	5	4	4	5	6	4	2	6	8	11	8
Itaguara	0	0	1	0	0	0	0	5	0	3	0
Itatiaiuçu	0	0	0	3	2	0	4	0	2	1	2
Jaboticatubas	3	3	1	2	0	2	0	0	3	1	1
Juatuba	3	3	3	3	3	9	2	9	8	8	5
Lagoa Santa	3	3	2	1	7	2	5	5	8	18	19
Mário Campos	0	2	0	0	5	0	5	4	4	4	1
Mateus Leme	4	1	4	7	8	5	9	7	8	4	5
Matozinhos	3	2	0	1	2	3	6	11	11	9	8
Nova Lima	6	2	1	3	6	5	9	8	9	11	2
Nova União	0	0	1	0	0	1	2	0	2	1	0
Pedro Leopoldo	4	4	7	4	6	8	2	12	14	16	15
Raposos	1	0	1	1	0	2	0	1	5	2	4
Ribeirão das Neves	49	56	90	97	173	208	257	219	209	154	141
Rio Acima	0	1	1	0	1	1	1	0	1	0	1
Rio Manso	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0	1
Sabará	12	2	9	13	26	49	58	29	40	54	38
Santa Luzia	38	29	59	69	100	159	158	125	127	98	94
São Joaquim de Bicas	5	5	5	6	6	12	12	8	11	20	15
São José da Lapa	3	4	1	0	0	2	7	9	3	4	2
Sarzedo	0	1	5	2	5	6	9	7	6	11	7
Taquaraçu de Minas	2	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1
Vespasiano	18	19	26	40	53	56	74	54	58	53	56
RMBH	855	882	1242	1379	1705	2341	2662	2382	2226	2166	1938

Fonte: Produzido pelos autores a partir dos dados do Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde e Censos Demográficos 2000-2010.

Padrões de homicídios na Região Metropolitana de Goiânia

Dalva Borges de Souza
Najla Franco Frattari

Introdução

A violência urbana aparece hoje como um dos problemas mais graves enfrentados pela população de grande parte das regiões metropolitanas. Além do sentimento de insegurança, ampliado pela mídia, há a violência enquanto fato, que pode ser detectada pelas ocorrências de criminalidade. O crime de homicídio é o indicador mais adequado para se avaliar a dimensão da violência urbana, pois, além de despertar maior reação moral e institucional, tem uma menor possibilidade de subnotificação. É esse indicador que foi utilizado para a reflexão sobre a violência urbana na Região Metropolitana de Goiânia, no período de 1998 a 2007, utilizando os dados do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde e os dados de população do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no período de 1998 a 2007.

A violência física, tal como as outras ações humanas, tem uma história. No passado, na sociedade pré-moderna, a violência aberta, fruto de manifestações emocionais não controladas, era enorme, mas, com a formação do Estado moderno e o progresso do processo civilizador, ela diminuiu, as pessoas se autocontrolam e passam a sublimar a agressividade (ELIAS, 1990). Diversos estudos sobre homicídios na Europa contemplando longos períodos históricos (SPIERENBURG, 1996; EISNER, 2001) comprovam a tese de Elias do autocontrole e da redução da violência na sociedade moderna. E associada a ela podemos pensar a cidade como o espaço privilegiado da regulação racional do Estado e do exercício da cidadania. Como então como compreender os índices explosivos de homicídios nas grandes metrópoles?

É justamente a relação entre a organização social do território e a criminalidade violenta que pode ser a chave para a compreensão dos eventos criminosos que produzem tantas vítimas nas metrópoles.

As interpretações apontam para o rápido processo de urbanização, migração rural-urbana, concentração populacional nas áreas metropolitanas, incapacidade do Estado de prover a população urbana dos serviços sociais necessários a uma vida digna e de exercer o controle social, enfraquecimento do controle social espontâneo, pobreza, desigualdade, exclusão social e segregação urbana. Soma-se a isso, característica do tempo atual, o crime globalizado, especialmente o tráfico de drogas e de armas.

Na última década, em algumas regiões metropolitanas, como as de São Paulo e do Rio de Janeiro, houve decréscimo no número de homicídios. Em outras, como a de Goiânia, as taxas apresentaram um movimento ascendente. Este estudo comparativo tem a importante função de permitir compreender essa relação entre espaços metropolitanos e criminalidade violenta.

A Região Metropolitana de Goiânia

A Região Metropolitana de Goiânia é constituída por 13 municípios: Goiânia, Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Goianápolis, Goianira, Guapó, Hidrolândia, Nerópolis, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo e Trindade (ver Mapa 1, Anexo). Há um certo artificialismo na configuração da Região Metropolitana de Goiânia, derivado de interesses políticos conjunturais que dificultam percebê-la como um todo integrado.

Para se compreender as diferenças na incidência de homicídios na região, é necessário considerar alguns fatores demográficos, bem como entender como se organiza o território metropolitano. Dos 13 municípios que compõem a Região Metropolitana de Goiânia, nove apresentavam, em 2010, população abaixo de 50. 000 habitantes. O município de Senador Canedo registrou 82.712 habitantes, Trindade 98.159 habitantes, Aparecida de Goiânia 442.978 habitantes e a capital, Goiânia, 1.256.514 habitantes. No Quadro 1, é possível visualizar alguns aspectos demográficos desses municípios e o seu nível de integração à capital.

Observe-se que os municípios que concentram maior população, exceto a capital, são os que tiveram taxas médias geométricas de crescimento maiores no período de 1991 a 2000, bem superiores à média da região metropolitana de 3,6%, e mesmo no período de 2000 a 2010, de 2,8%, quando houve redução no ritmo geral de crescimento populacional. São também as cidades que têm integração à capital de média a muito alta. Absorveram contingentes populacionais que se dirigiram à Goiânia e nela não puderam se instalar, por não poderem arcar com o valor da terra, ou foram forçosamente deslocados para o seu entorno por programas habitacionais de diversos governos. Goiânia e Aparecida de Goiânia concentram a maior parte dos pobres da região metropolitana, 70%. As maiores taxas de desocupados encontram-se nos municípios de Senador Canedo, Abadia de Goiás e Trindade, em torno de 17%, em 2000. (LIMA; MOYSES, 2009).

Tabela 1 – Aspectos demográficos dos municípios da Região Metropolitana de Goiânia e Nível de Integração ao Polo

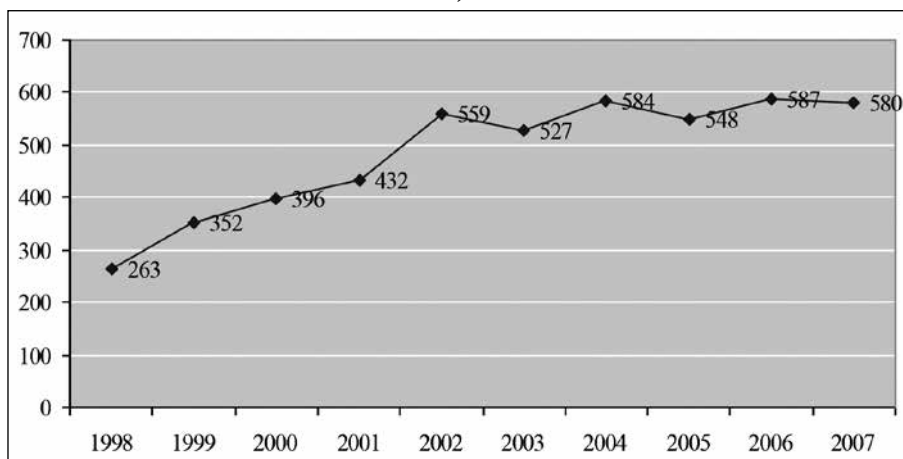
Município	População		Taxa média geométrica de crescimento	Taxa média geométrica de crescimento	Densidade demográfica		Nível de Integração ao Polo
	2000	2010			2000	2010	
Goiânia	1.093.007	1.302.001	1,91	1,77	1.478,0	1.776,75	-
Aparecida de Goiânia	336.392	455.658	7,30	3,08	1.166,14	1.580,27	Muito Alta
Trindade	81.457	104.488	4,66	2,52	114,20	147,02	Média
Senador Canedo	53.105	84.443	9,27	4,75	216,98	344,27	Muito Alta
Goianira	18.719	34.060	4,32	6,17	93,41	162,94	Alta
Nerópolis	18.578	24.210	4,06	2,68	90,97	118,55	Média
Bela Vista de Goiás	19.210	24.554	1,16	2,48	15,05	19,56	Muito Baixa
Guapó	13.863	13.976	1,82	0,08	26,81	27,04	Baixa
Hidrolândia	13.086	17.398	2,75	2,89	13,86	18,43	Baixa
Goianápolis	10.671	10.695	-0,05	0,02	65,72	65,84	Baixa
Aragoiânia	6.424	8.365	3,03	2,68	29,37	38,10	Baixa
Abadia de Goiás	4.971	6.876	-	3,3	33,94	46,85	Baixa
Santo Antônio de Goiás	3.106	4.703	-	4,24	23,39	35,41	Média

Fonte: dados de população: Secretaria do Planejamento do Estado de Goiás; níveis de integração: Observatório das Metrôpoles.

Homicídios na Região Metropolitana de Goiânia

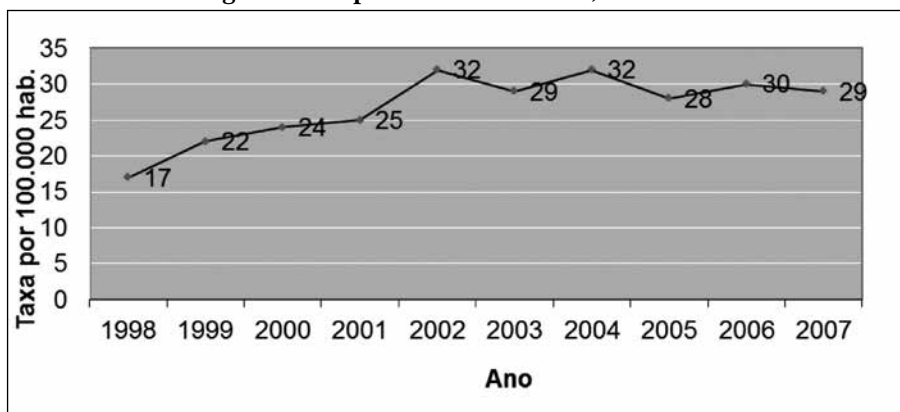
Entre 1998 e 2007, 4.828 pessoas morreram vítimas de homicídios na Região Metropolitana de Goiânia. O total de homicídios que em 1998 era de 263 e saltou, em 2007, para 580 casos, o que expressa um aumento de quase 50%.

Gráfico 1 – Total de homicídios – Região Metropolitana de Goiânia, 1998-2007



Fonte: SIM/MS, 1998-2007.

Gráfico 2 – Taxa anual de homicídios Região Metropolitana de Goiânia, 1998-2007

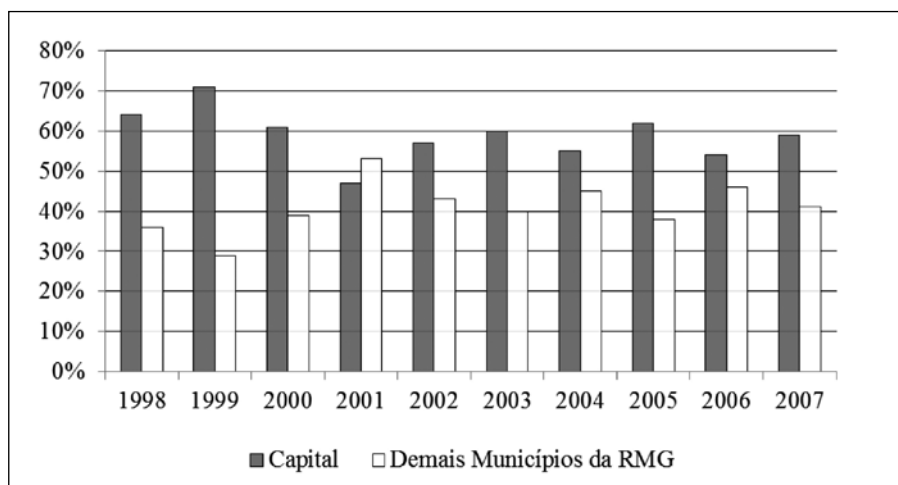


Fonte: SIM/MS, 1998-2007.

As taxas de homicídios por 100.000 habitantes na Região Metropolitana de Goiânia apresentaram um crescimento acelerado nos anos de 1998 a 2002, com um recuo em 2003. Desde então, ano a ano, experimentam um movimento sobe e desce, conforme pode ser visto no Gráfico 2. Se eram 17 em 1998, no final do período, 2007, chegaram a 29.

Embora a maioria dos homicídios concentre-se na capital (Goiânia), podemos observar no gráfico a seguir que, a partir do ano de 2000, cresce a participação dos demais municípios que compõem a região metropolitana no número total de homicídios. Em 2001, essa participação chega até mesmo a superar a da capital, não porque tenha havido ali uma redução do número de homicídios naquele ano, mas porque houve um aumento importante nas taxas das cidades de Aparecida de Goiânia e de Senador Canedo, modificando a proporcionalidade.

Gráfico 3 - Participação da capital e dos demais municípios da região metropolitana no total de homicídios da Região Metropolitana de Goiânia - 1998-2007



Fonte: SIM/MS, 1998-2007.

Como pode ser visto, a região comporta municípios de população muito pequena, em que ocorrências fortuitas, verificadas em um ou dois anos, distorcem as taxas. A tabela 2 permite observar que as taxas brutas de homicídios das cidades muito pequenas sofrem variações significativas na ocorrência de um ou dois eventos. Nos municípios de população abaixo de 10.000 habitantes, Aragoiânia, Abadia de Goiás e Santo Antônio de Goiás, são registrados um ou dois homicídios a cada ano, e em Santo Antônio de Goiás houve apenas dois homicídios no total do período considerado.

Tabela 2 – Taxa anual de homicídios por 100.000 hab. distribuída pelo tamanho da população total – Região Metropolitana de Goiânia, 1998-2007

Municípios pertencentes à Região Metropolitana de Goiânia/óbitos por município de residência – 1998-2007		1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Municípios com população menor que 50 mil hab.	Abadia de Goiás	0,0	0,0	40,2	19,1	0,0	17,8	17,2	0,0	15,0	14,8
	Aragoiânia	16,4	15,9	15,6	15,1	0,0	28,7	14,0	0,0	13,0	0,0
	Bela Vista de Goiás	15,4	19,7	36,4	40,7	10,0	14,7	24,1	4,6	5,0	26,7
	Goianápolis	18,4	17,8	18,7	9,0	17,5	17,1	16,6	0,0	0,0	14,7
	Goianira	24,0	5,8	10,7	20,3	9,8	28,4	41,1	21,2	16,5	19,7
	Guapó	0,0	15,5	7,2	0,0	0,0	0,0	33,9	19,7	32,0	6,4
	Hidrolândia	0,0	8,6	0,0	7,7	29,2	7,2	21,1	6,7	20,0	0,0
	Nerópolis	12,0	5,8	21,5	5,2	15,2	14,8	9,6	18,1	13,3	21,4
População entre 50 e 100mil hab.	Santo Antônio de Goiás	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	28,1	0,0	0,0	24,6
	Senador Canedo	12,4	21,8	20,7	31,8	52,3	37,0	26,2	25,2	8,0	20,5
População acima de 100 mil hab.	Trindade	18,6	11,5	17,2	18,8	22,9	23,3	29,0	14,1	38,2	26,5
População acima de 400 mil hab.	Aparecida de Goiânia	20,6	21,6	32,4	49,0	47,1	37,9	46,0	37,2	45,1	36,3
População acima de 1 milhão hab.	Goiânia	16,3	23,7	22,2	18,6	28,4	27,8	28,1	28,3	26,2	27,7

Fonte: SIM-Datasus, 1998-2007.

Para amenizar as dificuldades decorrentes da instabilidade das taxas de pequenas populações, utilizamos o modelo estatístico de média móvel. Usa-se o termo “média móvel”, porque, na medida em que a próxima observação fica disponível, a média das observações é recalculada, incluindo essa observação e descartando a observação mais antiga. Busca-se, assim, corrigir as taxas brutas para obter

uma nova taxa que seja uma estimativa menos instável. As taxas são também padronizadas por uma estrutura etária comum, o que elimina o efeito de populações com diferentes estruturas por idade. A tabela 3 apresenta as taxas corrigidas para os municípios que compõem a Região Metropolitana de Goiânia.

Tabela 3 – Taxas corrigidas

	Municípios	Período							
		1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Municípios com população menor que 50 mil hab.	Abadia de Goiás	7,1	13,1	13,1	11,5	10,9	10,9	10,5	10,2
	Aragoiânia	16,5	16,1	10,7	15,5	16,0	16,0	5,4	0,0
	Bela Vista de Goiás	23,1	31,4	28,1	21,1	15,6	13,8	10,8	10,2
	Goianápolis	17,6	15,0	14,6	14,5	17,7	12,3	8,3	6,9
	Goianira	11,7	11,9	13,3	19,0	26,6	30,3	26,4	18,9
	Guapó	4,4	4,4	0,0	0,0	11,4	18,4	29,5	19,9
	Hidrolândia	3,1	5,5	12,1	14,4	18,9	11,1	15,4	8,5
	Nerópolis	11,2	9,7	12,4	11,4	12,6	13,6	12,8	16,6
	Santo Antônio de Goiás	0,0	0,0	0,0	0,0	9,5	9,5	9,5	7,1
População entre 50 e 100mil hab.	Senador Canedo	19,1	25,1	34,5	40,3	38,2	28,8	19,3	17,1
	Trindade	14,9	15,2	18,9	20,9	24,1	21,0	25,1	24,6
População acima de 100 mil hab.	Aparecida de Goiânia	24,1	33,0	41,1	42,1	40,9	37,6	40,1	37,3
População acima de 400 mil hab.									
População acima de 1 milhão hab.	Goiânia	18,9	19,8	21,2	22,6	25,2	24,8	24,6	25,0

Fonte: SIM-Datasus, 1998-2006.

É possível afirmar que a maior incidência de homicídio se dá nas cidades mais populosas, que tiveram crescimento populacional exorbitante nas duas últimas décadas e que apresentam níveis significativos de integração à capital, como Aparecida de Goiânia, Senador Canedo, Trindade e, secundariamente, Goianira. Bela Vista de Goiás registrou taxas altas nos primeiros anos da série, mas desde 2003 há decréscimo considerável.

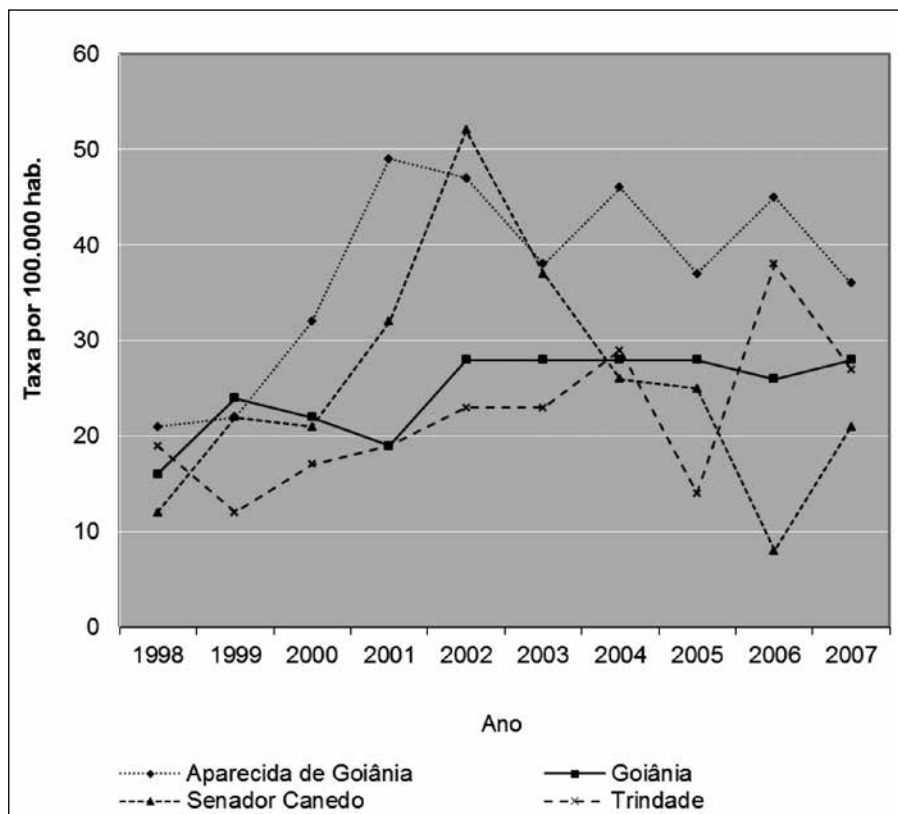
Tomando como parâmetro a taxa de homicídios considerada aceitável pela ONU, 10 homicídios para cada 100.000 habitantes, bem distante da realidade das metrópoles brasileiras,¹ na Região

¹ Waiselfisz (2011) constatou uma queda nas taxas de homicídios no conjunto das regiões metropolitanas brasileiras da ordem de 21,8% no período 2000-2010. A taxa média das regiões metropolitanas em 2007, ano final da série aqui examinada, ficou em 34,4%, e em 2010 em 33,7%.

Metropolitana de Goiânia apenas Santo Antônio de Goiás enquadrou-se nessa expectativa em todos os anos da série, considerando a taxa corrigida. Ainda considerando os municípios de população pequena, Bela Vista de Goiás e Goianira apresentaram taxas acima de 20 homicídios por 100.000 habitantes em quatro dos oito anos contemplados com a correção da taxa. Já para aqueles acima de 50 mil habitantes, Trindade e Senador Canedo registraram taxas acima de 20 em cinco anos, Goiânia em sete anos e Aparecida de Goiânia em todos os anos da série aparece com taxas bem acima de 20. Desses municípios, Aparecida de Goiânia e Senador Canedo apresentam taxas absurdamente altas, registrando em alguns anos acima de 40 homicídios por 100.000 habitantes. Assim, em Aparecida de Goiânia, Senador Canedo, Trindade e Goianira, a ocorrência de homicídios segue um padrão metropolitano. Embora a capital, Goiânia, concentre a maior parte da população, ela não é responsável pelas maiores taxas de homicídio entre as cidades pesquisadas, como pode ser observado no Gráfico 2. É necessário ainda esclarecer que esses dados não captam plenamente o fenômeno da introdução do crack na Região Metropolitana de Goiânia, o que se verifica com maior intensidade a partir de 2008, quando, segundo a Polícia Civil, ocorreram 442 homicídios na capital, com taxa de 35,0 por 100.000 habitantes. Em 2009, o número cai para 383, taxa de 30,0 bem acima dos 315 de 2007, com taxa de 25,4 na mesma base de dados.

O nível de integração ao polo, com o deslocamento constante de pessoas para estudar e trabalhar em Goiânia, bem como o alto grau de urbanização e conurbação à capital podem explicar em parte as altas taxas de vitimização. Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Trindade, no período de 1991 a 2000, já haviam apresentado taxa média geométrica de crescimento populacional de 7,3%, 9,27% e 4,66, respectivamente. Já no período de 2000 a 2010, houve desaceleração, mas as taxas permaneceram altas, 3,08 e 4,75% e 2,52. O destaque nesse segundo período é o crescimento populacional de Goianira, com taxa de 6,17. Essas cidades acompanham a dinâmica populacional das periferias metropolitanas e nela se inserem os problemas da sociabilidade precária (KAZTMAN; RIBEIRO, 2008) que favorece a criminalidade violenta. Goianira e Nerópolis, com populações bem menores, guardam as mesmas características das cidades mencionadas, com alto índice de urbanização e de crescimento da população e dinâmica de integração à capital alta e média, respectivamente, mas as suas taxas de homicídios são menores.

Gráfico 4 – Taxa anual de homicídios por 100.000 hab. dos maiores municípios da Região Metropolitana de Goiânia – 1998-2007



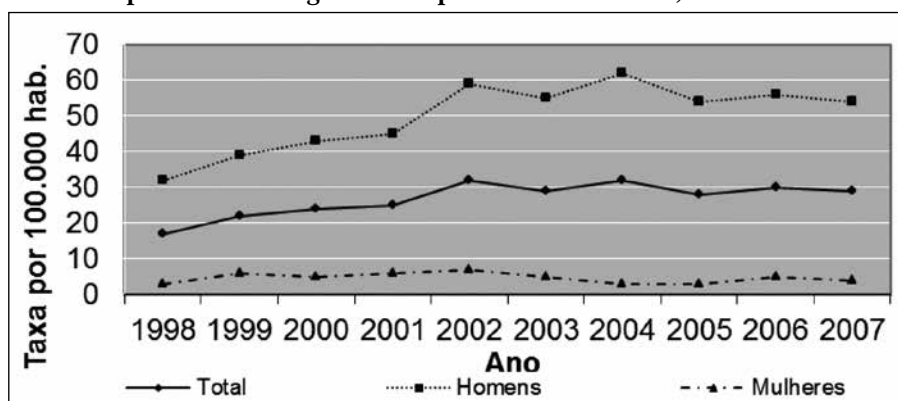
Fonte: SIM-Datasus, 1998-2007.

Bela Vista de Goiás, que aparece com taxas altas, atingindo 31 homicídios por 100.000 habitantes em 2000, tem integração à capital muito baixa, taxa de urbanização de 63,9% (em 2000) e taxa geométrica de crescimento abaixo da média da região metropolitana. Trata-se ainda de um município de grande extensão de área, com baixa densidade demográfica. A incidência de homicídios ali parece acompanhar o padrão rural tradicional e não metropolitano. Essa hipótese é reforçada por uma tendência de queda na taxa de homicídios a partir de 2003.

Vitimização de homens e de mulheres na Região Metropolitana de Goiânia

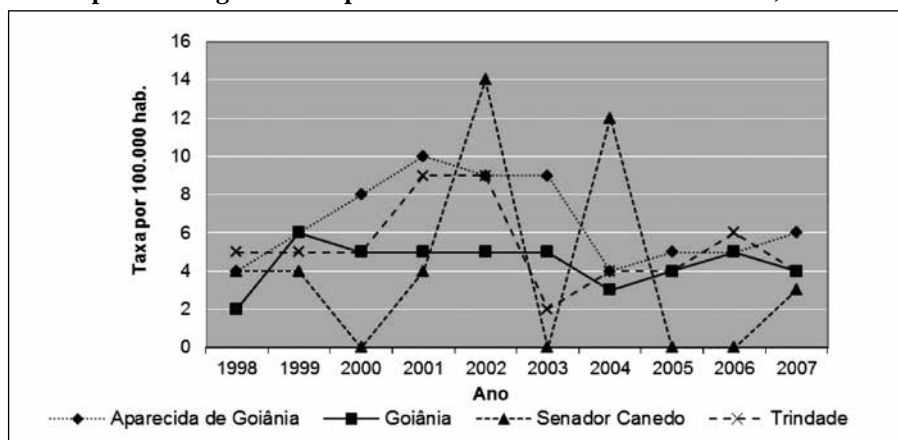
Como em todas as sociedades, na Região Metropolitana de Goiânia os homens são significativamente mais vitimados por homicídios do que as mulheres. As taxas de homens vítimas de homicídios em sete dos 10 anos da série ficam acima de 50 por 100.000 habitantes, enquanto as das mulheres não atingem 10.

Gráfico 5 – Taxa anual de homicídios por 100.000 hab. – total e por sexo na Região Metropolitana de Goiânia, 1998-2007



Fonte: SIM-MS, 1998-2007.

Gráfico 6 – Taxa anual de homicídios por 100.000 hab. nos maiores municípios da Região Metropolitana de Goiânia – sexo feminino, 1998-2007



Fonte: SIM-MS, 1998-2007.

Considerando apenas o gênero, a probabilidade de um homem morrer vítima de homicídio é bem maior do que a de uma mulher em todos os anos da série, atingindo a razão de risco de 21 no ano de 2004.

Tabela 4 – Razão de risco de vitimização por homicídio por sexo na Região Metropolitana de Goiânia – 1998-2007

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
RMG	11	7	9	8	8	11	21	18	11	14

Fonte: SIM/MS – 1998-2007

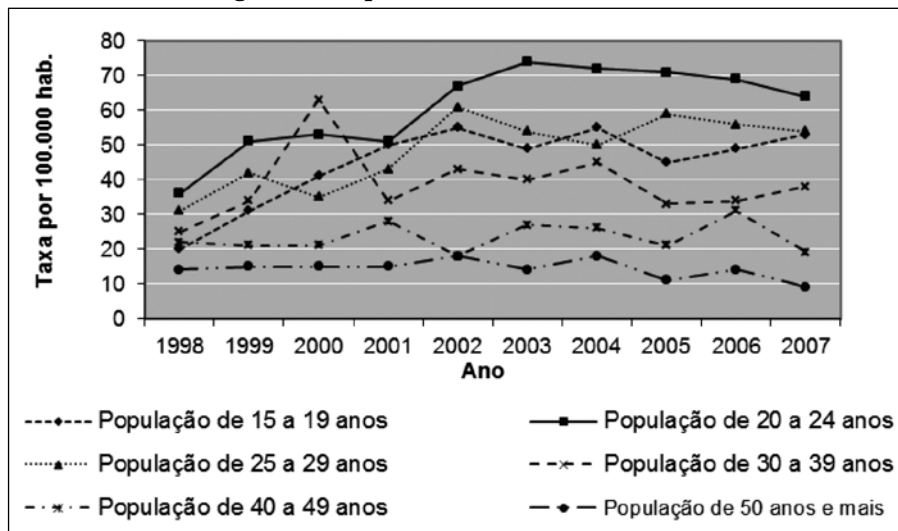
Porém, as taxas de homicídios de mulheres em cidades do entorno imediato de Goiânia, em alguns anos, são relativamente altas: 14 homicídios femininos por 100.000 habitantes em Senador Canedo, em 2002, e 12, em 2004. Em Trindade, ocorreram nove homicídios de mulheres por 100.000 habitantes, nos anos de 2001 e 2002, e em Aparecida de Goiânia 10, em 2001, e nove, em 2002 e em 2003. Essas taxas são muito altas se comparadas à média do Brasil, que é de 3,9 em 100.000 mulheres (WAISELFISZ, 2010). Importante registrar que, afortunadamente, em alguns municípios, como em Abadia de Goiás e Aragoiania, nenhum homicídio de mulheres ocorreu nos 10 anos da série, e em três outros, Guapó, Nerópolis e Santo Antônio de Goiás, apenas um homicídio com vítima do sexo feminino foi registrado nos 10 anos. Como a maior vitimização feminina foi verificada naquelas mesmas cidades com altas taxas de crescimento populacional e maior nível de integração à capital, é possível que parte dos homicídios de mulheres acompanhe a dinâmica da criminalidade metropolitana.

Homicídios e juventude

As taxas de homicídios mais altas são verificadas para vítimas que se encontram na faixa etária de 20 a 24 anos, que em alguns anos atingiu a taxa exorbitante de 74 homicídios por 100.000 habitantes no conjunto da região metropolitana. Em Aparecida de Goiânia e em Senador Canedo, em alguns anos essa mesma faixa etária atinge taxas superiores a 100 homicídios por 100.000 habitantes. A faixa etária que apresenta taxas mais altas é a de 20 a 24 anos, seguida daqueles com 25 a 29 anos. Os mais jovens, de 15 a 19, aparecem com as terceiras

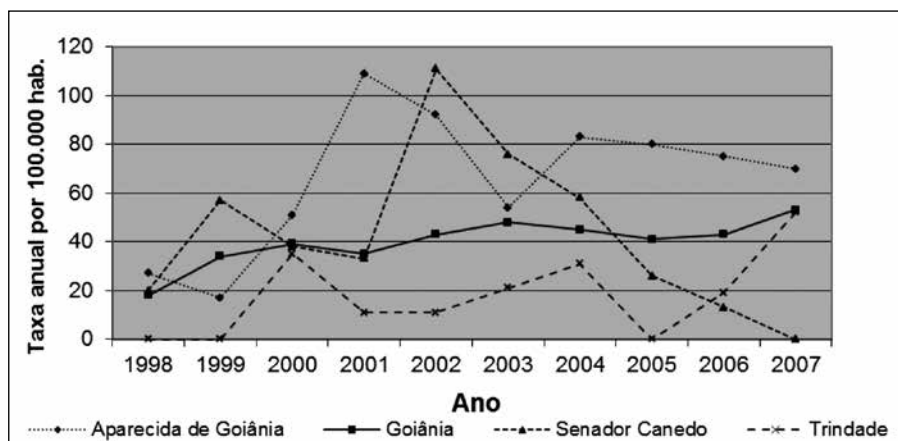
maiores taxas e, em alguns anos, chegam a superar a segunda faixa etária de maior incidência de vítimas.

Gráfico 7 – Taxa anual de homicídios por grupos etários na Região Metropolitana de Goiânia – 1998-2007



Fonte: SIM/MS, 1998-2007.

Gráfico 8 – Taxa anual de homicídios dos maiores municípios da Região Metropolitana de Goiânia – grupo etário de 15 a 19 anos, 1998-2007



Fonte: SIM/MS, 1998-2007.

Quando se observam os dados dos municípios maiores, verifica-se que o comportamento das taxas é bastante diversificado. Em Goiânia, na faixa etária de maior incidência de homicídios, de 20 a 24 anos, houve uma queda em 2001, voltou a crescer em 2002, caiu levemente nos dois anos seguintes, para voltar a crescer novamente. Dois outros grupos etários merecem referência. As vítimas na faixa etária de 25 a 29 anos apresentam taxas elevadas em todos os anos da série, que são, porém, superadas a partir de 2002 pela faixa etária de 15 a 19 anos, acompanhando a tendência que se verifica nas grandes cidades de juvenalização da violência e que parece ter relação com o tráfico de drogas e com as disputas de identidades.

Mortalidade por homicídios segundo raça/cor, anos de estudo e situação civil

A categoria raça/cor é outro elemento relevante para o estudo do perfil das vítimas de homicídio, bem como escolaridade e também situação civil. Para as categorias Raça/Cor; Anos de Estudo e Situação Civil não foram calculadas taxas de homicídios e sim porcentagens. Isso porque para essas categorias os dados do SIM/MS mostraram-se inconsistentes, pois as informações são insuficientes. Na categoria anos de estudo chega a haver 99% de ignorados.

**Tabela 5 – Vítimas de homicídios segundo raça/cor na
Região Metropolitana de Goiânia – 1998-2007**

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Branca (%)	13,3	24,1	26,5	29,6	31,5	28,5	35,4	31,9	29,8	30,0
Preta (%)	1,5	2,0	3,0	4,9	4,8	6,8	6,8	8,4	7,8	9,8
Amarela (%)	0,4	0,0	0,3	0,9	0,2	0,2	0,2	0,0	0,0	0,0
Parda (%)	10,6	19,9	34,1	42,1	35,2	38,7	45,2	56,4	60,8	57,2
Indígena (%)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,2	0,0	0,0
Sem informação (%)	74,2	54,0	36,1	22,5	28,3	25,6	12,3	3,1	1,5	2,9
Total (%)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: SIM/MS, 1998-2007.

Quanto à variável raça/cor, também existem alguns problemas com os dados. Somente nos três últimos anos da série a porcentagem de não informados diminui, permitindo analisar de maneira mais acurada o perfil das vítimas quanto a essa caracterização. Observa-se, então, na Região Metropolitana de Goiânia, assim como para o conjunto do Brasil, que as diferenças na incidência de homicídios para os diferentes grupos raciais são notáveis. A somatória da porcentagem de negros e pardos vítimas de homicídios chega a representar 70% dos casos ocorridos nos anos em estudo. Seguindo uma tendência nacional, a vitimização por homicídios na Região Metropolitana de Goiânia atinge preferencialmente negros e pardos.

Quando analisamos a situação civil das vítimas, temos que o risco de vitimização letal é bem menor entre casados do que entre solteiros. Muitos estudos realizados sobre outros países e também sobre o Brasil explicam essa relação a partir do entendimento de que os homens casados se expõem menos frequentemente a situações de risco do que os solteiros. O casamento protegeria os indivíduos das probabilidades de ser vítima de homicídios.

Tabela 6 – Vítimas de homicídios segundo situação civil na Região Metropolitana de Goiânia – 1998-2007

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Solteiro (%)	57,2	60,2	53,0	56,9	60,5	70,4	71,2	77,6	72,7	78,1
Casado (%)	25,4	22,4	19,7	19,7	17,5	18,2	16,6	12,8	16,0	13,4
Viúvo (%)	1,9	0,9	1,3	1,2	0,5	0,8	1,4	0,4	1,2	0,5
Separado (%)	3,4	3,7	4,0	4,2	3,0	1,9	3,3	2,4	2,9	2,9
Ignorado (%)	17,0	12,8	22	18,1	18,4	8,7	7,5	6,9	7,1	5,0
Total (%)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: SIM/MS, 1998-2007.

Tabela 7 – Vítimas de homicídios segundo anos de estudo na Região Metropolitana de Goiânia – 1998-2007

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Nenhum (%)	0,0	0,6	0,3	0,5	0,2	0,2	0,9	0,0	0,3	0,3
Anos 1-3 (%)	0,0	1,1	0,8	1,4	0,2	1,7	3,4	0,7	0,7	1,2
Anos 4-7 (%)	0,0	0,9	0,5	2,5	1,6	4,9	10,3	4,6	4,1	6,7
Anos 8-11 (%)	0,4	0,3	0,8	0,2	0,4	2,1	7,9	2,9	2,0	4,0
Anos 12 e mais (%)	0,0	0,0	0,5	0,5	0,4	0,8	2,6	0,9	1,9	1,2
Sem Informação (%)	99,7	97,2	97,3	95	97,3	90,3	75	90,9	90,9	86,5
Total (%)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: SIM/MS, 1998-2007.

Os dados sobre anos de estudo para a Região Metropolitana de Goiânia não nos permitem fazer uma análise da relação entre escolaridade e vitimização, uma vez que, para todos os anos da série em estudo, há um número elevado de “sem informação”. A porcentagem de não informados chega a representar 99% do total de casos analisados, conforme se observa no quadro a seguir apresentado.

Uma tentativa de interpretação: o caso de Aparecida de Goiânia

Como o texto trabalhado até aqui tem um caráter descritivo e os dados do SIM-Datasus referem-se exclusivamente às vítimas, foi feita uma tentativa de compreensão do fenômeno a partir de uma outra base de dados que incorpora informações quantitativas e qualitativas que permitem caracterizar os homicídios. Considerando que Aparecida de Goiânia é o município metropolitano que apresenta os mais altos índices de homicídios, foram coletadas informações em inquéritos policiais na Delegacia de Homicídios daquela cidade. São 276 inquéritos policiais, 262 tipificados como homicídios dolosos e 14 como latrocínio.²

Os anos coincidem com os anos da série examinada a partir dos dados SIM-Datasus, embora a maior frequência contemple os anos de 2003 a 2007. De início, são apresentados alguns dados quantitativos que permitem perceber a sua compatibilidade com aqueles do SIM-Datasus.

Tabela 8 – Percentual de indiciados e de vítimas de homicídios nos inquéritos policiais por sexo – Aparecida de Goiânia, 1999-2007

	Sexo dos indiciados e vítimas de homicídios			
	Masculino	Feminino	Não informado	Total
Indiciado	91,7%	4,0%	4,3%	100, 0%
Vítima	93,9%	6,1%	-	100, 0%

Fonte: Inquéritos policiais da DHAP.

² Como o banco de dados SIM-Datasus inclui os latrocínios nos homicídios, considerou-se possível trabalhar com as duas tipificações penais na base de dados dos inquéritos.

Tanto os indiciados por homicídios como as vítimas são, em grande maioria, do sexo masculino, embora as mulheres sejam mais vítimas do que autoras de homicídios, confirmando os dados já trabalhados e a tendência geral de homicídios com relação ao sexo.

Quanto ao estado civil, os dados confirmam também a hipótese – que se baseia no trabalho de Durkheim (1996) sobre o suicídio – de que os solteiros são mais vulneráveis do que os casados, pois revelam que tanto as vítimas como os autores dos homicídios são, na grande maioria, solteiros.

Tabela 9 – Estado civil de autores e vítimas de homicídios em Aparecida de Goiânia – 1999-2007

	Casado	Solteiro	Amasiado	Divorciado	Outros	Não informado	Total
Indiciado	16,3	44,2	17,8	1,8	0,7	19,2	100,0
Vítima	18,1	50,0	8,7	0,7	2,9	19,6	100,0

Fonte: Inquéritos policiais da DHAP.

Quando se considera a faixa etária, prevalece para os indiciados de 19 a 24 anos. Ela é seguida da de 25 a 29 e da de 35 a 50, e na sequência vem o grupo etário de 18 anos e menos. Essa prevalência confirma os dados do SIM-Datasus. Também para as vítimas de homicídios prevalece o grupo etário de 19 a 24 anos, seguido do de 35 a 50 anos e, em terceiro lugar, a faixa etária de 25 a 29 anos. Os indiciados com idade menor que 18 anos são 10,4%.

Tabela 10 – Faixa etária de autores e vítimas de homicídios em Aparecida de Goiânia – 1999-2007

	Menos de 18	19-24	25-29	30-34	35-50	50 ou mais	Não informado	Total
Autor	10,5	29,7	17,4	13,4	15,9	2,2	10,9	100,0
Vítima	3,3	38,8	11,2	8,9	18,7	5,4	13,8	100,0

Fonte: Inquéritos policiais da DHAP.

Em 67,3% dos casos, foi utilizada arma de fogo no crime, em 17,3% arma branca, em 14,4% outras armas e em 1,1% não foi informado o tipo de arma usada. A informação de que as armas de fogo prevalecem no ato de homicídio demonstra que, a despeito das campanhas pelo desarmamento, elas continuam disponíveis para a população.

Dos indiciados por homicídios em Aparecida de Goiânia, 68,1% residiam nesta cidade e 5,8% em Goiânia. Há a evidência de que, a

despeito do movimento pendular que se verifica entre Aparecida de Goiânia e a capital, os homicídios tenham um caráter endógeno, ou seja, é na mesma cidade onde residem que as pessoas praticam os crimes de homicídios. A metropolização certamente contribui para a desorganização da cidade, porém não se sustenta a hipótese de que jovens de Aparecida de Goiânia sejam responsáveis pela violência verificada na capital.

Tabela 11 – Local de residência dos indiciados por homicídios em Aparecida de Goiânia – 1999-2007

Local de residência do indiciado	Absoluto	Percentual
Aparecida de Goiânia	188	68,1
Goiânia	16	5,8
Presídio semiaberto	3	1,1
Senador Canedo	1	0,4
Trindade	1	0,4
Palmas-TO	1	0,4
Incerto	66	23,9
Total	276	100,0

Fonte: Inquéritos policiais da DHAP.

As informações sobre o local de residência das vítimas são poucas, não permitindo a comparação; há, porém, o fato de que grande parte dos crimes, 22,5%, ocorreu em casa e a relação agente-vítima é alta nas relações de proximidade, ou nas relações primárias, tais como de parentes, amigos e relacionamentos amorosos, o que indica que as vítimas também residiam em Aparecida de Goiânia. Porém, a grande maioria dos crimes ocorreu na rua e em outros lugares públicos, o que demonstra que acompanha a dinâmica da criminalidade violenta das grandes cidades.

Tabela 12 – Local de ocorrência do crime

Local em que ocorreu o crime	Absoluto	Percentual
Casa	62	22,5
Rua	134	48,6
Trabalho	1	0,4
Lazer	41	13,8
Outros	36	13,0
Desconhecido	1	0,4
Não informado	1	0,4
Total	276	100,0

Fonte: Inquéritos policiais da DHAP.

A naturalidade do indiciado confirma o perfil de Aparecida de Goiânia como uma cidade que, a despeito de ter sido criada em 1963, absorveu, de maneira precária, grande número de imigrantes nas últimas décadas, pois 36,6% dos indiciados nasceram em Goiânia, 16,3% em outros municípios do estado de Goiás, 10,9% em estados do Nordeste do país, 7,2% no estado do Tocantins e 28,6 em outros estados da federação. Apenas um indiciado nasceu em Aparecida de Goiânia.

As circunstâncias dos homicídios em Aparecida de Goiânia

As circunstâncias em que ocorreram os crimes foram tipificadas com base nas narrativas feitas nos inquéritos policiais, o que permitiu uma leitura qualitativa das informações, com a ressalva que é necessário ser feita com relação à “lógica em uso” do policial no Brasil (PAIXÃO; BEATO, 1997) presente na produção dos inquéritos:

- a) Conflito interpessoal – quando o crime resulta de brigas, alterações anteriores ou na hora do evento.
- b) Drogas – quando há disputa por ponto de venda de drogas, cobrança de dívidas por drogas, retaliação a pequenos vendedores que mudam de patrão.
- c) Extermínio – quando o crime teve mais de uma vítima e se caracterizou por ação premeditada e de surpresa.
- d) Patrimonial – quando o crime é cometido visando algum bem. Além dos latrocínios, das extorsões ou mesmo das disputas em torno de dinheiro ou de outro bem material.
- e) Institucional – quando o autor do homicídio está a serviço do aparelho repressivo do Estado. Em Goiás, recebe nos inquéritos a denominação de “confronto policial”.
- f) Não interpretado – quando não se pode, pela narrativa do crime, tipificar as circunstâncias.

Nos inquéritos aqui examinados, conflito interpessoal, seja resultante das disputas por dívidas, ainda que pequenas, seja provocado por esbarrões em locais públicos, acidentes de trânsito, brigas domésticas, disputas de identidades, aparece em maior proporção, 55,8% dos casos. São os conflitos da vida cotidiana nas cidades cujo desfecho resulta em violência. Os crimes derivados de tráfico

e consumo de drogas aparecem em segundo lugar, com 13,4% dos casos – lembrando que os anos contemplados neste estudo antecedem à disseminação dita epidêmica do crack na Região Metropolitana de Goiânia, segundo informações da Polícia Civil do Estado de Goiás.

É alto o índice de mortos em “confronto policial”, ao que poderiam ser somados os índices da categoria extermínio, porque até a operação da Polícia Federal denominada Sexto Mandamento prendeu, no dia 15 de fevereiro de 2011, 19 policiais militares, inclusive o subcomandante da Polícia Militar, acusados de compor grupos de extermínio. Porém, os crimes de extermínio podem também ser praticados por outros agentes. Já o crime visando à aquisição de algum bem por meio ilícito foi categorizado como patrimonial – dentro do qual se enquadram os latrocínios – e figura-se com 13,0%, percentual bem inferior daqueles de conflito interpessoal.

Por fim, como o que se quis buscar foi, a partir da teoria weberiana da ação, a intencionalidade do agente, a categoria *não interpretado* serve para incluir os casos em que o pesquisador foi incapaz de, com base nas narrativas, reconstruir o sentido da ação violenta.

Tabela 13 – Circunstâncias do crime

Circunstâncias do crime	Absoluto	Percentual
Conflito interpessoal	154	55,8
Drogas	37	13,4
Extermínio	6	2,2
Institucional	28	10,1
Patrimonial	36	13,0
Não Interpretado	15	5,4
Total	276	100,0

Fonte: Inquéritos policiais da DHAP.

Em 30, 2% dos casos, em que foi possível detectar não a circunstância do crime envolvendo drogas, mas o fato de o agente ou a vítima estarem sob o efeito de drogas, constatou-se que, em 25,5%, a droga em questão era o álcool, em 2,5% maconha e em 2,2% merla.

Interações sociais e homicídios em Aparecida de Goiânia

Desde que se interessou em pesquisar crimes de homicídios, a sociologia postulou a necessidade de desagregar os dados para compreender a sua motivação e, para tanto, tem utilizado o instrumento metodológico do tipo ideal. Assim é que Norbert Elias (1990) cria uma tradição de estudos na Europa ao classificar como homicídios instrumentais os atos violentos letais usados na obtenção de um determinado fim e como homicídios expressivos os atos letais em que a violência é um fim em si mesmo para obtenção de satisfação emocional. A partir da formulação feita por Elias da tese do processo civilizador, várias pesquisas empíricas foram realizadas (EISNER, 2001) sobre homicídios constatando o seu declínio na longa duração. Discípulo de Elias, o historiador holandês Pieter Spierenburg (1996) criou dois eixos de análise cruzando motivação para o homicídio e relação agente/vítima: violência impulsiva *versus* violência planejada ou “racional” constitui o primeiro eixo e violência ritual ou expressiva *versus* violência instrumental, o segundo. Com base nesses eixos, ele pôde analisar o declínio dos homicídios em Amsterdã do século XV às primeiras décadas do XX.

Nos Estados Unidos, Marvin E. Wolfgang e Ferracuti (1967) criaram os tipos de homicídio *premeditado* e *impulsivo*. Os seguidores de Wolfgang nos estudos sobre homicídios, em Chicago, têm utilizado essa tipologia e a refinado. Scott Decker (1996) propôs a classificação dos homicídios em instrumentais e homicídios expressivos, tal como havia feito Elias. Os instrumentais são os atos letais cometidos por um agente visando à obtenção de algo a partir de um cálculo racional que minimiza riscos e aumenta ganhos. Já os homicídios expressivos não são racionais, mas sim resultados de disputas de identidades, de emoções incontroláveis, de vinganças ou retaliações. Decker considera que, como todos os crimes, os homicídios têm um caráter normativo, ou seja, obedecem a um padrão. Há expectativas rotineiras sobre a combinação adequada de motivos e relações entre os agentes e as vítimas, bem como das características situacionais. A expectativa previsível sobre homicídios é de que eles ocorram nas relações primárias (entre parentes, casais, amigos), com motivação expressiva, e nas relações secundárias (conhecidos e estranhos), com motivação instrumental. É entre parentes, casais e amigos que se estabelecem longos períodos de intensa convivência, campo fértil

para o afloramento de emoções que desencadeiam conflitos que, por sua vez, podem resultar em atos de violência, inclusive com desfechos fatais. Além disso, haveria um poderoso interdito ético que impediria o cometimento de homicídios instrumentais (racionais e planejados) entre pessoas íntimas. Já nas relações secundárias é mais fácil romper essa proibição moral, e, ademais, faltaria aos estranhos a oportunidade da longa convivência fermentadora de estados emocionais que provocam conflitos potencializadores de emoções ainda mais intensas e incontroláveis. Assim, o padrão normativo de homicídios entre estranhos é instrumental.

A partir dessas formulações, Decker se propõe a compreender os homicídios que fogem ao padrão, ou seja, homicídios instrumentais nas relações primárias e expressivos nas relações secundárias. A explicação para esses homicídios atípicos seria o caráter epidêmico que as drogas assumem nas grandes cidades e o aumento das gangues, assim como mudanças na configuração do território das cidades, com a segregação socioespacial e guetificação, e transformações na estrutura da família. Todos esses fatores promoveriam uma mudança na articulação motivos/relação agente-vítima. Nos casos relatados por Decker, namorada mata o namorado para conseguir dinheiro para comprar crack, caracterizando um homicídio instrumental nas relações primárias.

Já os homicídios expressivos nas relações secundárias, entre estranhos ou meros conhecidos, foram igualmente classificados como atípicos porque falta a convivência intensa e frequente desencadeadora de conflitos. Os exemplos dados pelo autor são os de situações em que houve vingança ou retaliação, afirmação de identidades guerreiras que refletem uma cultura da rua, e homicídios envolvendo um terceiro, geralmente um rival nas relações amorosas.

Seguindo as indicações de Decker de que, além da motivação, a outra variável importante para a caracterização de homicídios é a relação agente-vítima, a classificação aqui feita foi a seguinte:

- a) Par amoroso – inclui a relação de concubinato e a que ocorre entre cônjuges, namorados.
- b) Parentes – relações entre parentes consanguíneos e parentes afins.
- c) Amigos – relações declaradas de amizade ou quando se observou ser a relação fruto de longa e próxima convivência.

- d) Conhecidos – relações de conhecimento prévio, sem caracterização de laços de amizade ou afeto.
- e) Rivais em relações amorosas – tanto quando envolve o casamento quanto nas ligações informais.
- f) Estranhos – quando não existe qualquer relação de convivência anterior e o contato só é travado no momento exato da violência.

Tabela 14 – Relação indiciado-vítima

Relação indiciado-vítima	Absoluto	Percentual
Par amoroso	5	1,8
Parente	3	1,1
Amigo	26	9,4
Conhecido	133	48,2
Rivais	28	10, 1
Estranho	78	28,3
Desconhecida	3	1,1
Total	276	100, 0

Fonte: Inquéritos policiais da DHAP.

Nos inquéritos examinados em Aparecida de Goiânia prevalecem as relações entre conhecidos, seguida de estranhos. Na tentativa de verificar se os homicídios examinados obedecem ao padrão normativo, foram agregadas as variáveis par amoroso, parentes e amigos na variável grupo primário e rivais, conhecidos e estranhos como grupo secundário.

Tabela 15 – Motivação da ação segundo a relação indiciado-vítima

Relação indiciado-vítima	Motivação da ação			
	Expressiva		Instrumental	
	Absoluto	Percentual	Absoluto	Percentual
Relações primárias	18	21,5	6	9,7
Relações secundárias	66	78,5	56	90, 3
Total	84	100, 0	62	100. 0

Fonte: Inquéritos Policiais da DHAP.

Verificou-se que, dos 146 homicídios em que foi possível conhecer a relação do indiciado com a vítima e interpretar a motivação do indiciado, 62 tiveram motivação instrumental e, destes, 9,7% ocorreram nas relações primárias e 90, 3% nas relações secundárias. Confirma-se então, para esse tipo, o instrumental, a expectativa rotineira dos homicídios normativos. Já dos de motivação expressiva, que registraram 84 casos, 21,5% ocorreram nas relações primárias, ou

seja, entre parentes, casais e amigos, e 78,5% nas relações secundárias, entre conhecidos, estranhos e rivais. Pode ser afirmado que eles fogem ao padrão e se classificam como homicídios atípicos. Isso não autoriza a interpretação de uma situação de anomia. A chave para a compreensão desse caráter desviante do padrão dos homicídios expressivos talvez possa ser encontrada na especificidade da categoria social conhecidos, que, nos códigos de interação social no Brasil, mantêm relações de proximidade mais intensas e mais frequentes entre si do que o fazem os conhecidos na sociedade norte-americana. É importante também considerar a alta incidência de homicídios entre os jovens, mais expostos aos perigos das ruas e aos encontros que geram as oportunidades para desavenças consideradas fortuitas, mas que podem desencadear reações violentas.

Considerações finais

O exame dos dados de homicídios do SIM-Datasus para a Região Metropolitana de Goiânia permitiu concluir que apenas aqueles municípios maiores, que tiveram crescimento populacional expressivo nas últimas décadas e que apresentam níveis altos de integração à capital, acompanham a dinâmica da criminalidade violenta característica das regiões metropolitanas. É também nesses municípios que crescem as taxas de homicídios.

O que deve ser objeto de destaque é a constatação feita não somente por este estudo, mas por todas as investigações sobre homicídios no Brasil de que essa modalidade de morte violenta atinge, em proporções espantosas, a população jovem e do sexo masculino. Em proporções menores, os seus autores são também os jovens. As mulheres são menos vitimizadas e também se envolvem menos como autoras de homicídios dos que os homens.

Foi feita aqui uma tentativa de estender a compreensão da relação entre violência e território, elegendo a cidade com maior incidência de homicídios na Região Metropolitana de Goiânia em uma pesquisa documental de uma amostra de inquéritos policiais na Delegacia de Homicídios de Aparecida de Goiânia. Ela permitiu aprofundar a análise a partir de uma investigação quantitativa e também qualitativa que reforça as indicações da primeira base de dados, mostrando que os homicídios em Aparecida de Goiânia guardam semelhanças com

a criminalidade violenta própria dos territórios metropolitanos. Atingem preferencialmente os jovens do sexo masculino e parecem ser produto de sociabilidades desenvolvidas em uma das muitas cidades metropolitanas brasileiras que cresceu aceleradamente em população entre 1991 e 2000, e que continuou crescendo muito entre 2000 e 2010 e que, pelo menos na primeira década mencionada, esteve na condição de cidade dormitório do polo metropolitano, urbanizou-se de maneira precária, sem proporcionar moradia adequada, equipamentos urbanos decentes, oportunidades de saúde, educação e lazer à sua população. Os problemas urbanos das periferias das capitais brasileiras estenderam-se de maneira perversa às cidades a ela conurbadas.

É fato que nas regiões metropolitanas há um considerável grau de desorganização social e, em algumas, até mesmo a emergência, ainda que débil, de uma nova ordem social denominada por Machado da Silva (2004) de sociabilidade violenta, vinculada ao aumento dos crimes relacionados ao tráfico de drogas. Na Região Metropolitana de Goiânia, onde a territorialização do tráfico não é tão demarcada como no Rio de Janeiro, os compradores adquirem a droga de traficantes conhecidos e com eles mantêm algum tipo de relação de conhecimento e uma certa convivência. Isso não impede que, em caso de dívidas não saldadas, sejam mortos pelos traficantes, muitas vezes não pelo valor do prejuízo, mas para a afirmação da dominação. Usuários de drogas que podem também se associar casualmente para cometer pequenos crimes para a aquisição da droga entram em conflitos momentâneos que resultam em violência. Um vizinho tende a manter relações mais próximas e, às vezes, de uma certa tensão afetiva com a pessoa da porta seguinte e, como a sociabilidade na metrópole não favorece muito a resolução não violenta de conflitos, pequenas contrariedades podem levar à violência letal. Membros de gangues em conflito tendem a se conhecerem previamente e, ao afirmarem a sua identidade, matam-se uns aos outros. Esse parece ser o padrão de homicídios na Região Metropolitana de Goiânia.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. **O sistema de informações sobre mortalidade**. Disponível em: < <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=040701>.>. Acessado em 12/08/2011.

DECKER, S. H. Deviant homicide: a new look at the role of motives and victim-offender relationships. **Journal of Research in Crime and Delinquency**, v. 33, n. 4, p. 427-449, Nov. 1996.

DURKHEIM, É. **O suicídio**. Lisboa: Editorial Presença, 1996.

ELIAS, N. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. (Uma História dos Costumes, v. 1).

EISNER, Manuel. Modernization, self-control and lethal violence: the long-term dynamics of European homicide rates in theoretical perspective. **British Journal of Criminology**, n. 41, p. 618-638, 2001.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. *Identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias*. Rio de Janeiro, Observatório das Metrôpoles, 2006.

O POPULAR, 19 de junho de 2010.

KAZTMAN, R. ; RIBEIRO, L. C. de Q. Metrôpoles e sociabilidade: os impactos das transformações socioterritoriais das grandes cidades na coesão social dos países da América Latina. **Cadernos Metrôpole**, n. 20, p. 241-261, 2.sem. 2008.

LIMA, J. J. F. ; MOYSÉS, A. (Org.). Como andam Belém e Goiânia. In: LIMA, J. J. F. ; MOYSÉS, A. (Org.). **Conjuntura urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2009.v. 11.

PAIXÃO, A. L. ; BEATO, C. C. Crimes, vítimas e policiais. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 233-248, maio 1997.

SILVA, L. A. M. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 19, n. 1, P. 53-84, jan. /jun. 2004.

SOARES, L. E. ; MILITO, C. ; SILVA, H. R. S. Homicídios dolosos praticados contra crianças e adolescentes no estado do Rio de Janeiro – 1991 a julho de 1993. In: SOARES, L. E. **Violência e política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume-Dumar, 1996.

SPIERENBURG, Pieter. Long-term trends in homicide: theoretical reflections and Dutch evidence, fifteenth to twentieth century. In: JOHNSON, E. A. ; MONKKONEN, E. J. **The civilization of crime: violence in town & country since the middle ages**. Urbana: University of Illinois Press, 1996.

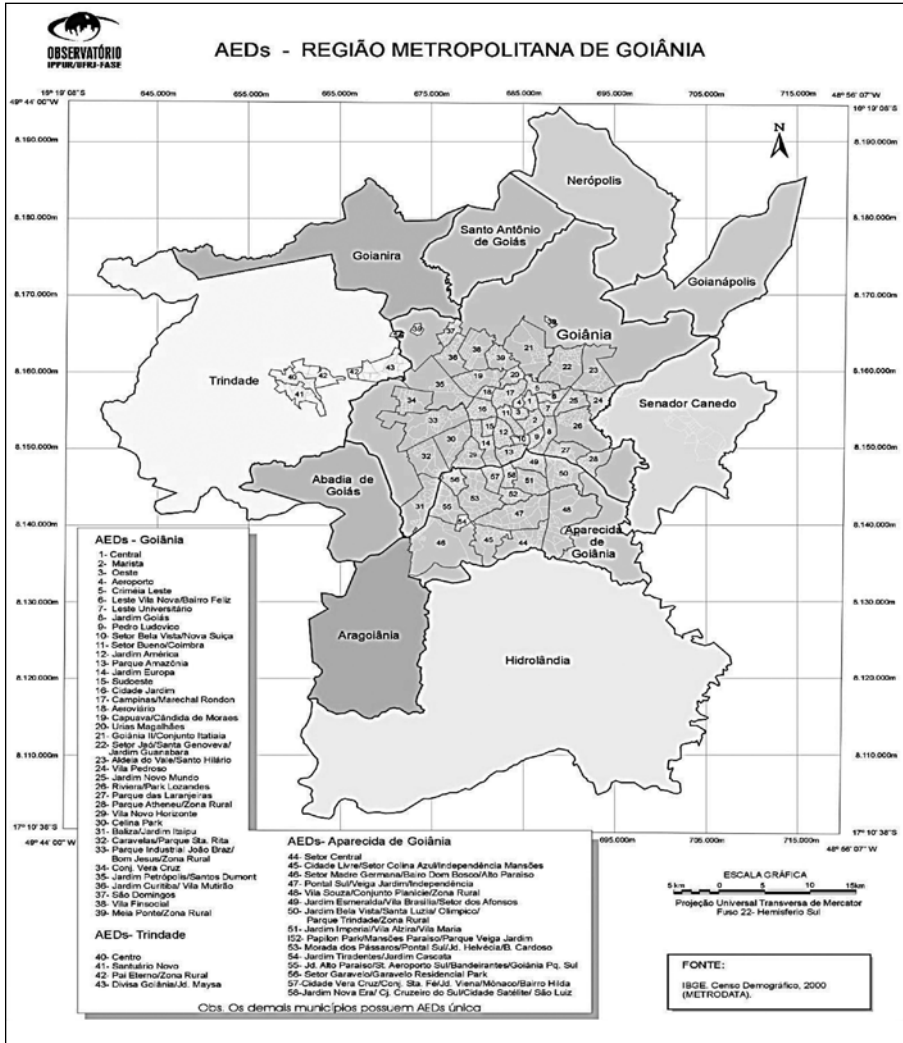
GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. **Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informações - SEPIN**, disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin>. Acessado em 08/07/2010

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência dos municípios brasileiros**. Brasília: Instituto Sangari, 2010.

WOLFGANG, M. E. ; FERRACUTI, F. **The subculture of violence: towards an integrated theory in criminology**. London: Tavistock Publications, 1967.

Anexo

Mapa 1 – Mapa da Região Metropolitana de Goiânia



A criminalidade violenta na Região Metropolitana de Natal

Tiago Souto Bezerra

Moisés Alberto Calle Aguirre

Flávio Henrique Miranda de A. Freire

Introdução

O Brasil ocupa a sexta posição no *ranking* internacional de homicídios da Organização Mundial da Saúde (OMS) numa lista com 91 países. Em 2007 a taxa de homicídio do Brasil foi de 25,2 para cada 100.000 habitantes, e, no caso da Região Metropolitana de Natal, qual é a realidade desse fenômeno? Essa pergunta será guia para fazer o retrato descritivo da morte violenta nos municípios que configuram essa região.

Na primeira metade do século XX, o paradigma da violência referia-se aos embates entre estados no que concerne as duas grandes guerras e as lutas de libertação nacional. Tais movimentos entraram em retrocesso dando lugar a práticas de violência relacionadas a conflitos étnicos, religiosos e do “crime organizado” (ALVAREZ, 2008). Avançando-se para o fim do século XX, as análises direcionaram-se, sobretudo, aos altos índices de homicídios que, na década de 1980, praticamente duplicaram na América Latina (KLIKSBURG, 2008).

No Brasil, os registros policiais por volta de 1950 figuravam crimes como brigas com agressões leves, adultério, pequenos furtos etc. Crimes violentos como homicídios estavam de maneira geral relacionados à honra, seguidos do suicídio do agressor (MISSE, 2008). Esse era um Brasil agrário e com um tecido social pouco denso nas zonas urbanas.

Essa realidade muda a partir de 1960, dado que começa a experimentar um processo de urbanização que, para esse ano, girava por volta de 45%. Quarenta anos mais tarde, ou seja, para o ano 2000, esse indicador alcança 80%, processo que tem como resultado uma

nova configuração da população no território. Vale ressaltar que, por mais que essa distribuição da população no território seja uma divisão geográfica, elas são, antes de tudo, divisões culturais que implicam modificação na qualidade das relações sociais (DURKHEIM, 2007).

Atrelado a esse processo, surgiram as regiões metropolitanas, as grandes cidades e, com elas, os grandes adensamentos populacionais, as periferias pobres, o processo de favelização, segregação residencial, desemprego, desigualdades sociais e outros tipos de problemas que as grandes cidades brasileiras apresentam.

Em decorrência da interação desses diversos fatores, surge, como grande problema social e de saúde pública, a violência urbana. No entanto, vários autores refutam a tese de que apenas questões como pobreza e desigualdade de renda explicam o fenômeno da violência (PERALVA, 2000). Argumenta-se que, apesar de alguns municípios das regiões metropolitanas possuírem os melhores índices de desenvolvimento humano, ainda assim verificam-se acentuados problemas de criminalidade violenta.

Alguns outros aspectos reforçam o quadro de violência nos grandes centros urbanos brasileiros, em geral questões que remetem à situação de vulnerabilidade social, principalmente dos jovens: aumento do acesso à arma de fogo, juvenilização da criminalidade, violência policial, ampliação do mercado das drogas e do poder de fogo do crime organizado, baixa qualidade do ensino público, desemprego e dificuldade de obter o primeiro emprego e aumento das expectativas não satisfeitas derivadas da cultura consumista e individualista que acaba por potencializar a violência (ABRAMOVAY et al. , 2002).

O Brasil está experimentando, no período atual, uma população caracterizada por gerações numerosas de jovens, fruto do grande volume de mulheres em período reprodutivo em gerações anteriores, como o exemplo da geração de 1980. Esses jovens estão chegando à adolescência e à idade adulta agora. É o que se chama de *bônus demográfico* ou *janela de oportunidades* (CARVALHO; WONG, 1988; WONG; CARVALHO, 2006; MASON, 2003).

Parte desses jovens estaria sendo vítima desse fenômeno. Diversos trabalhos demonstram que a criminalidade violenta, medida através dos homicídios, é um fenômeno muito concentrado em adolescentes e jovens masculinos na faixa etária que vai dos 15 aos 29 anos (WAISELFISZ, 2010), justamente o grupo etário em que é esperado

elevado contingente populacional devido à transição demográfica. Os dados que foram usados são: 1) registro de óbitos por causas externas,¹ com atenção nos óbitos por homicídios (essa informação provém do SUS – Datasus, do Ministério da Saúde);² e 2) estimativas populacionais intercensitárias realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

À luz dessas questões, este artigo tem como objetivo descrever a situação da morte violenta nos municípios que configuram a Região Metropolitana de Natal, através dos dados relativos à mortalidade por homicídios, para os anos de 1998 a 2007.

Além desta introdução, o presente artigo apresenta uma breve caracterização da região metropolitana. Em seguida, é feita uma análise da morte violenta (homicídios) no período de 1998 a 2007, centrando atenção nos diferenciais por sexo e grupo etário e nos possíveis impactos que esses homicídios podem causar na estrutura etária populacional. É feita ainda uma análise da distribuição desses homicídios nos municípios da região metropolitana e, para finalizar, são apresentadas as considerações finais.

Caracterização da Região Metropolitana de Natal

A Região Metropolitana de Natal (RMN), com pouco mais de 1.300.000 habitantes para o ano 2010, é formada por nove municípios: Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Macaíba, Extremoz, Ceará-Mirim, Nísia Floresta, São José do Mipibu e Monte Alegre. O polo, o município de Natal, cresceu a uma taxa de 1,81% ao ano no período de 1991 a 2010, enquanto o município de Parnamirim cresceu a um ritmo de 7,9% ao ano, seguido de São Gonçalo do Amarante, com taxa de 4,86%. Entre os demais municípios, somente Extremoz e Nísia Floresta apresentam taxas superiores a 3% (Tabela 1).

¹ Quando a “causa da morte” diz respeito a circunstâncias de morte não natural, esta é definida como *causa externa*, podendo ser classificada em acidente de trânsito, acidente de trabalho, suicídio e homicídio.

² Neste sistema são registrados os óbitos de todos os municípios brasileiros. Esse sistema é alimentado com informações de atestados de óbitos, que seguem padrões internacionais de catalogação de óbitos, trazendo informações da identificação pessoal, local de residência, condições e causas da morte.

Tabela 1 – População total, segundo ano censitário e taxa de crescimento geométrico na Região Metropolitana de Natal – 1991-2010

Municípios - RM Natal	1991	2000	2010	Taxa de cres. 1991 - 2010
Ceará-Mirim - RN	52.157	62.424	68.141	2,04
Parnamirim - RN	63.312	124.690	202.459	7,90
Extremoz - RN	14.941	19.572	24.569	3,07
Monte Alegre - RN	15.871	18.878	20.685	2,68
Macaíba - RN	43.450	54.883	69.467	2,65
Natal - RN	606.887	712.317	803.739	1,81
Nísia Floresta - RN	13.934	19.040	23.784	3,56
São Gonçalo do Amarante - RN	45.461	69.435	87.668	4,86
São José de Mipibu - RN	28.151	34.912	39.776	2,44
RM de Natal	884.164	1.116.151	1.340.288	4,25

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nota: Censos Demográficos 1991-2000-2010/ IBGE (2011).

O processo de crescimento populacional da RMN e a expansão da sua estrutura física têm sido condicionados por estruturas econômicas localizadas fora da região, particularmente, da economia do Rio Grande do Norte.³ Em que pese a existência de um polo industrial na RMN,⁴ constata-se a presença significativa do setor de serviços e do setor agrícola.

A cultura canavieira no vale do Ceará-Mirim, por exemplo, confere especificidades ao crescimento regional, quer seja pela atração expressiva do contingente populacional para o campo, quer seja pela definição de eixos viários necessários ao escoamento dessa produção. Vale mencionar, ainda, que grande parte do segmento carcinicultor do Rio Grande do Norte está localizado na RMN.

É importante destacar também que a RMN é considerada a maior produtora e exportadora brasileira de camarão. Essa nova atividade foi responsável, em 2006, por aproximadamente 12,4% do volume de recursos da pauta de exportações do Estado, embora tenha reduzido sua participação em relação a 2005, que era de 18,4% (NÚCLEO AVANÇADO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2006).

³ As principais fontes produtivas do Estado residem na atividade extrativa mineral – petróleo-gás, sal e minérios, como ferro, e recentemente a retomada da exploração da scheelita – e, fundamentalmente, com a atividade turística, que se vem tornando a principal fonte de dinamismo da economia norte-riograndense.

⁴ Destaque deve ser dado à indústria têxtil, segundo ramo em importância da indústria de transformação potiguar e o segundo segmento produtivo em termos de consumo de energia elétrica.

As relações econômicas e funcionais entre o núcleo e a periferia metropolitana se dão sobre forte liderança de Natal, devido à sua importância econômica e concentração de serviços públicos, cuja posição é marcante no tecido socioeconômico da capital. Do ponto de vista espacial, há clara identificação de constituição de três eixos: a) *o dos serviços*, mais antigo, modernizado nos anos 1970 pelos segmentos industriais desconcentrados do Sudeste e, nos anos 1980 e 1990, reestruturado pelo turismo. É originário da histórica concentração de serviços públicos na capital potiguar, partindo das áreas centrais mais urbanizadas e em direção ao sul de Natal para os bairros de melhor renda. E, ao norte e oeste, para a constituição de enorme periferia urbana; b) *o do turismo*, mais recente, dos anos 1990. A área do turismo extrapola Natal e os cinco municípios metropolitanos costeiros. Configura uma espécie de “filamento do oceano” no sentido norte e sul a partir de Natal, urbanizando e modificando a feição da costa litorânea. São cerca de 100 km ao norte e 100 km ao sul, com forte concentração em Natal e nas praias e pequenos núcleos urbanizados, descontínuos, longe das sedes municipais. Observa-se a formação de dois núcleos nas extremidades: Pipa ao sul e São Miguel do Gostoso ao norte; e c) *o das atividades rurais e interiorizadas*, constitutivas de vazios e terras para especulação imobiliária.

É visível a configuração de novas territorialidades metropolitanas, emergentes do crescimento populacional, incremento do setor de serviços e, principalmente, do turismo como alavancador de novos processos e espaços econômicos. Afirma-se que o turismo é um dos vetores que vêm determinando a expansão metropolitana, criando novas espacialidades, novos processos, também responsáveis pelas atuais formas espaciais na região metropolitana.

Essas transformações ocorridas de forma seletiva – setorial e espacialmente – contribuíram para agravar as desigualdades sociais preexistentes e para fazer surgir problemas de natureza metropolitana, especialmente aqueles ligados à questão ambiental (utilização e preservação dos recursos hídricos), à infraestrutura (esgotamento sanitário, coleta de lixo, cemitérios, matadouros) e à questão social, em que a violência se constitui como um dos mais graves problemas.

Nesse quadro, as desigualdades sociais intraurbanas na RMN, a exemplo das metrópoles brasileiras, concentra hoje a questão social explicitada por processos de segmentação social em curso, que separam classes e grupos sociais em espaços de abundância e em espaços de

exclusão social. Isso pode se observar com maior clareza no Mapa 1, o qual apresenta oito categorias hierarquizadas da composição sócio-ocupacional da RMN: a) superior; b) médio superior; c) médio; d) médio inferior; e) popular operário; f) popular; g) popular agrícola; e h) agrícola.

O Mapa 1 mostra a distribuição espacial da hierarquia sócio-ocupacional para cada um dos municípios segundo Áreas de Expansão Demográficas (AEDs) da RMN. Nesse mapa, pode se observar que o município de Natal alberga seis categorias da hierarquia sócio-ocupacional (superior, médio superior, médio, médio inferior, popular operário e popular), situação que a coloca como a mais heterogênea em relação ao resto dos municípios. Além disso, é o único município que apresenta categorias mais privilegiadas dessa hierarquia.

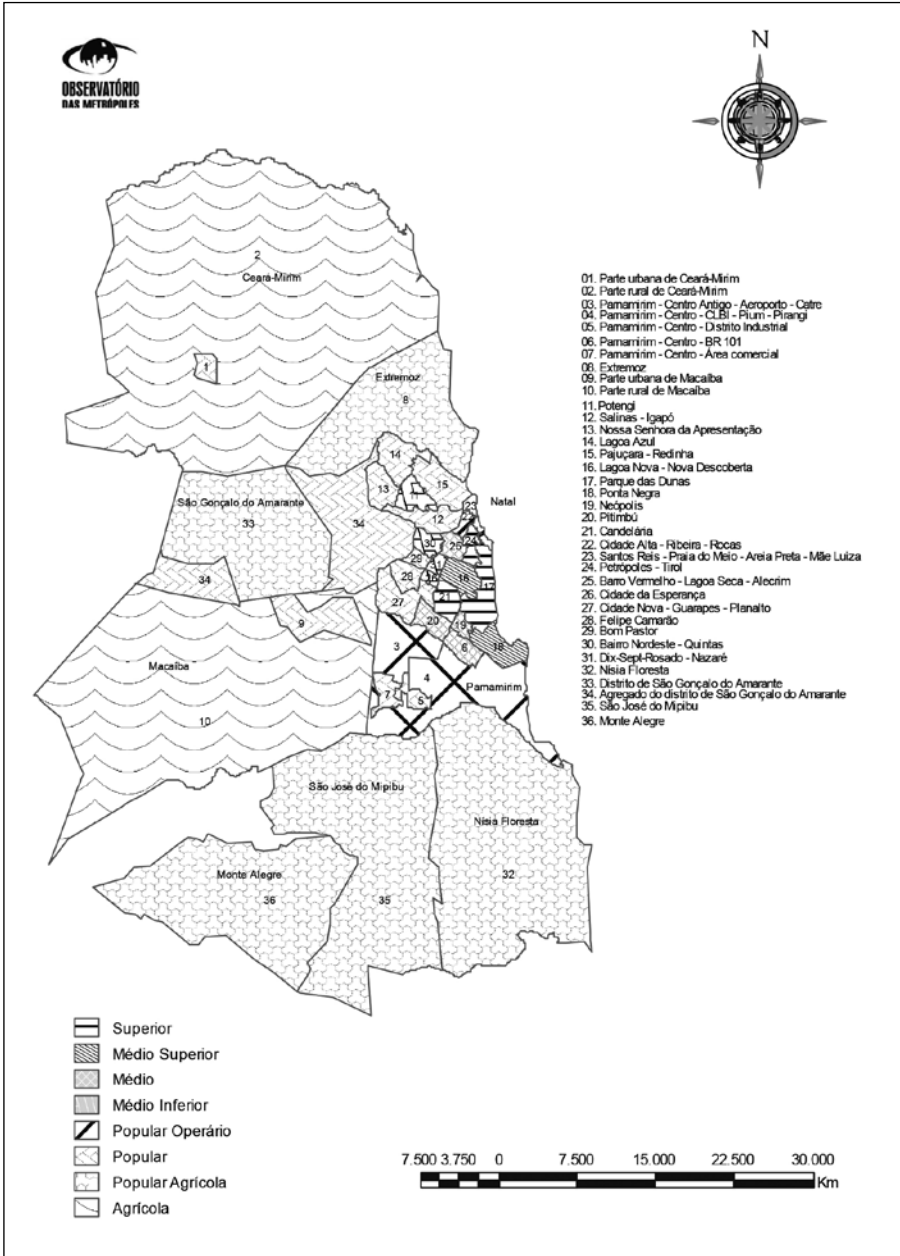
O município de Parnamirim apresenta uma composição sócio-ocupacional relativamente heterogênea com três categorias: médio, popular operário e popular. Estas duas últimas mostrariam que esse município alberga predominantemente as condições menos favorecidas da hierarquia social num contexto urbano.

Os municípios de Ceará-Mirim e Macaíba caracterizam-se por ter uma composição sócio-ocupacional homogênea com duas categorias (popular e agrícola): a primeira de corte urbana e a segunda de corte rural, situação que as coloca na condição da hierarquia social menos privilegiada. Concomitantemente, o município de São Gonçalo do Amarante revela uma configuração sócio-ocupacional de duas categorias (popular agrícola e popular), também de condição menos privilegiada na hierarquia social.

Três municípios, Extremoz, Monte Alegre e São José de Mipibú, caracterizam-se por ter uma composição sócio-ocupacional homogênea, com uma só categoria (popular agrícola), que na hierarquia social seria a menos privilegiada de contexto rural.

No marco desse contexto, se deve colocar em xeque o fenômeno da violência nos municípios da RMN.

Mapa 1 – Tipologias socioespaciais – Região Metropolitana de Natal – 2000

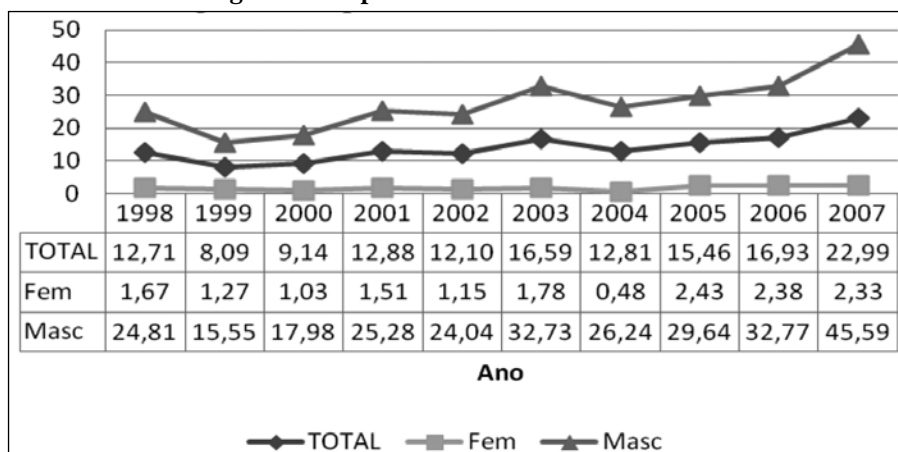


Fonte: UFRN – Núcleo RMNatal, 2005. Nota: Microdados do Censo Demográfico 2000/ (IBGE, 2011).

A morte violenta na Região Metropolitana de Natal

Baseado nos dados de óbitos por homicídios do Datasus, com uma série que começa em 1998 e vai até 2007, inicia-se a apresentação dos resultados, analisando as principais evidências sobre a criminalidade violenta na RMN.

Gráfico 1 - Taxas de homicídios por 100.000 hab. na Região Metropolitana de Natal - 1998-2007



Fonte: Dados básicos extraídos do Datasus/Ministério da Saúde.

No Gráfico 1, observa-se uma tendência de crescimento acentuado nos homicídios na RMN. Em 2007, a taxa de óbitos por homicídio nessa região atingiu o nível de 22,99 óbitos por 100.000 habitantes, o que equivale a 1,8 vezes em relação aos valor de 1998, praticamente dobrando o risco de homicídio em 10 anos. Esses resultados indicam, claramente, que os homens são os responsáveis por esse crescimento nas estatísticas de homicídios na RMN. Em 1998, foram 24,81 mortes violentas para cada 100.000 homens. Em 2008, esse número chegou a 45,59 homicídios.

A morte violenta em homes e mulheres

Os resultados apontados no Gráfico 1 demonstram o grande diferencial de mortalidade por homicídio entre os sexos que estariam indicando uma acentuada discrepância das taxas de homicídio masculinas em relação as femininas. Da mesma forma que existe a

vitimização negra, indicador que demonstra a mortalidade entre os negros com relação aos não negros (ABRAMOVAY et al. , 2002), é possível calcular o indicador da *vitimização masculina* por homicídio, diminuindo a taxa de homicídio masculina pela taxa de homicídio feminina e dividindo o resultado novamente pela taxa de homicídio feminina. Outro indicador é a razão entre os riscos de mortalidade por homicídio masculina e feminina, obtido a partir da divisão da taxa de homicídio masculina pela taxa de homicídio feminina.

Na RMN, há uma oscilação maior nesses indicadores ao longo dos anos estudados. O que se observa na Tabela 2 é que, tomando-se os extremos, 1998 e 2007, em Natal houve aumento da vitimização masculina por homicídio. Em 1998, o risco de um homem morrer por homicídio em Natal era 14,86 vezes o risco de uma mulher morrer dessa maneira. Em Natal, no ano 2007, ocorreram 1.854 mortes, 96% mais homicídios entre homens do que entre mulheres.

Tabela 2 – Índice de vitimização masculina por homicídio e razão entre os riscos de mortalidade por homicídio masculina e feminina na Região Metropolitana de Natal – 1998-2007

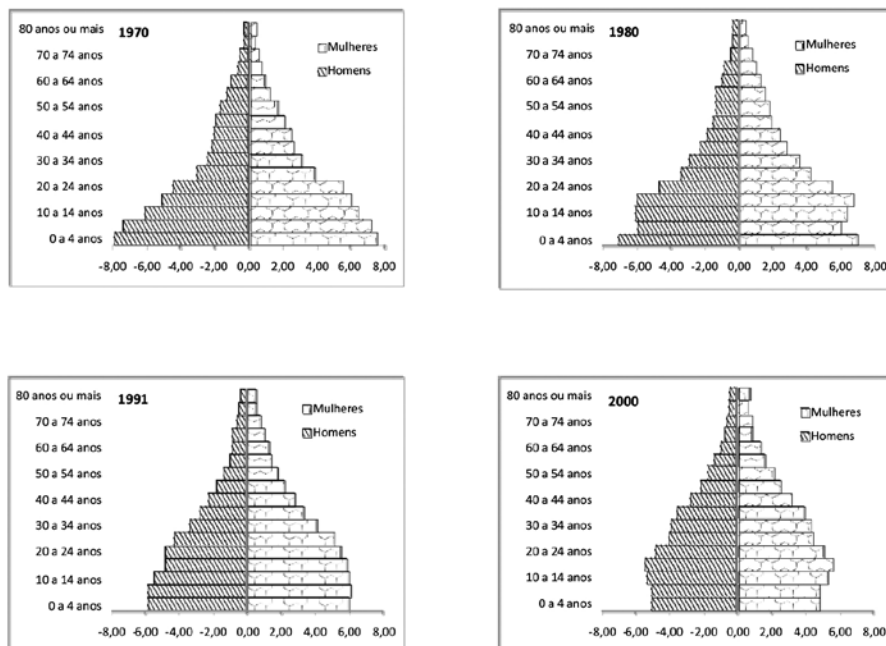
Ano	Região Metropolitana de Natal	
	Índice de vitimização	Razão dos riscos
1998	1.385,85	14,86
1999	1.121,01	12,21
2000	1.645,03	17,45
2001	1.571,69	16,72
2002	1.986,75	20,87
2003	1.742,78	18,43
2004	5.420,36	55,2
2005	1.118,32	12,18
2006	1.274,61	13,75
2007	1.854,96	19,55

Fonte: Dados básicos extraídos do Datasus/Ministério da Saúde.

É amplo o debate sobre os fatores que deixam os homens mais vulneráveis do que as mulheres, quando se trata de vitimização por homicídios. A necessidade de expressão de virilidade pelos homens, através da exibição da força nas negociações dos conflitos (BREINES; CONNELL; EIDE, 2000), além do maior acesso a armas de fogo e maior inserção no tráfico de drogas), é fator que pode explicar a maior vulnerabilidade do homem com relação à mulher.

Alguns aspectos da dinâmica demográfica já indicam consequências diretas devido à sobremortalidade masculina decorrente de causas externas em geral, que envolve, além dos homicídios, mortes por suicídio, acidentes de trânsito, afogamento e outras mortes violentas. Em geral, nos últimos anos, o Brasil, como um todo, tem experimentado avanços nos indicadores de mortalidade, tanto em homens quanto em mulheres. Contudo, à medida que se percebe esses progressos, nota-se também que o avanço nas mulheres é maior que nos homens. Um exemplo claro disso é o diferencial na esperança de vida ao nascer, que hoje encontra-se próximo dos 10 anos para as mulheres (WONG; CARVALHO, 2006; SOUZA, 2005). Os homicídios são de tal forma concentrados nos homens, principalmente jovens, que já se percebe sua participação de impacto estrutural na população. Esse fenômeno pode ser observado a partir da adolescência e das idades adultas jovens, em que o número de mulheres passa a ser maior do que o de homens (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Pirâmides etárias da Região Metropolitana de Natal para os anos 1970, 1980, 1991 e 2000



Fonte: Elaborado pelos autores.

Nota: Censos Demográficos 1970-1980-1991- 2000/ IBGE (2011).

A razão de sexo, indicador calculado a partir da divisão entre o número de homens e de mulheres de uma população, demonstra que de maneira geral não tem ocorrido significativas variações no número de homens e mulheres nos últimos censos demográficos como se pode apreciar no Tabela 3 que aponta 90 homens para 100 mulheres.

Tabela 3 – Razão de sexo, segundo anos censitários

Ano	Região Metropolitana de Natal
1970	90,46
1980	90,47
1991	86,13
2000	91,72
2008	**

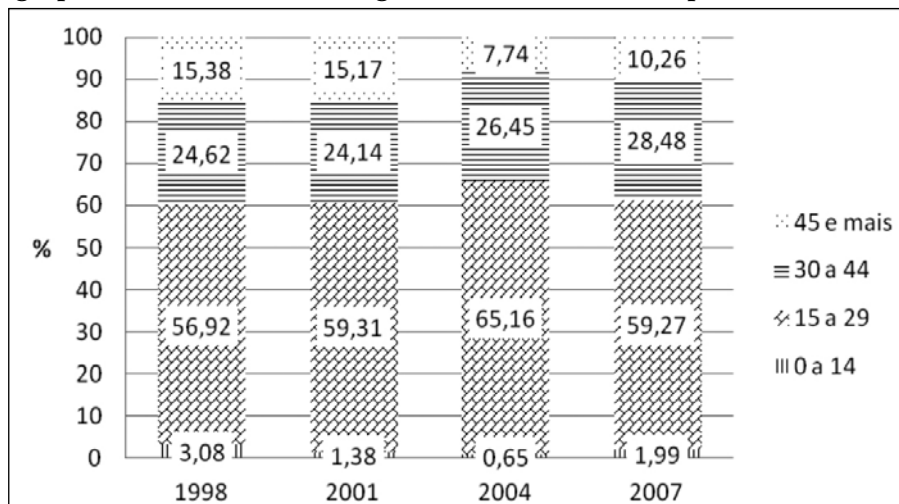
** A informação de 2008 é da PNAD que não tem representatividade para a RMN.
Fonte: IBGE (2011).

Os efeitos da sobremortalidade masculina por homicídio não ocorrem da mesma maneira em todas as idades. As mortes violentas estão concentradas na adolescência e nos adultos jovens masculinos, como se pode ver adiante.

Morte violenta: uma questão dos jovens

Na RMN, as mortes violentas, devido aos homicídios, concentram-se, sobretudo, nos adultos jovens, entre 15 e 29 anos. Em 1998, 56,92% dos homicídios nessa região foram registrados em jovens dessa faixa etária. Em 2001, esse percentual subiu para 59,31%, em 2004 (novo aumento para 65,57%). Em 2007, o percentual de óbitos por homicídios foi de 59,27% (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Percentual de homicídios da Região Metropolitana de Natal por grupos etários selecionados segundo ano de ocorrência (por 100.000 hab.)



Fonte: Dados básicos extraídos do Datasus/Ministério da Saúde.

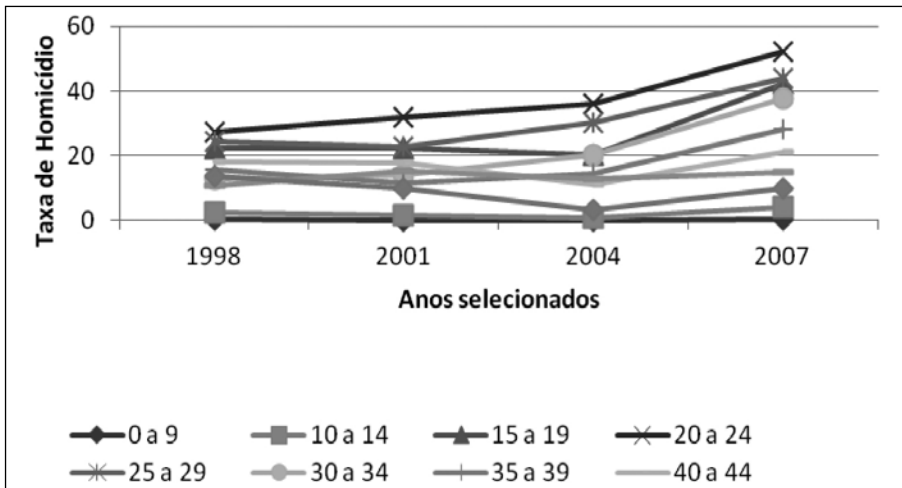
No Gráfico 3, apresenta-se a tendência da taxa de homicídio nesses quatro anos selecionados na faixas etárias entre 15 e 29 anos de idade na Região Metropolitana de Natal. Note que essa tendência, verificada no Gráfico 1, é acentuada no sexo masculino, no qual a taxa de mortalidade por homicídio na RMN apresentava crescimento no período de 1998 a 2007, tendo uma taxa de mortalidade homicida de 24,8 para 100.000 habitantes, elevando-se para 45,6, respectivamente, entre os jovens homens. Esse padrão de crescimento da taxa de homicídios, em geral, é percebido em todas as faixas etárias do Gráfico 3, embora em alguns grupos o crescimento seja mais acentuado que em outros. Notadamente, os grupos de 15 a 19, 20 a 24 e 25 a 29 têm o maior crescimento entre todas as idades, sobretudo em relação à mortalidade de adolescentes (15 a 19 anos), que cresceu muito no período de 2004 a 2007.

No que se refere a essa taxa de homicídios entre adolescentes na RMN, é importante notar que, no período de 1998 a 2003, ocorre até um leve declínio dessa taxa, que pode ser entendida como uma medida de risco de mortalidade por homicídio na adolescência. Depois, entre 2004 e 2007, há um crescimento acentuado de homicídios entre adolescentes na RMN.

Comparando-se os gráficos 1 e 3, ambos para a RMN, percebe-se a relação direta de que, quando se aumenta o risco de morte por homicídio, maior a concentração dessas mortes em adolescentes e jovens adultos, entre

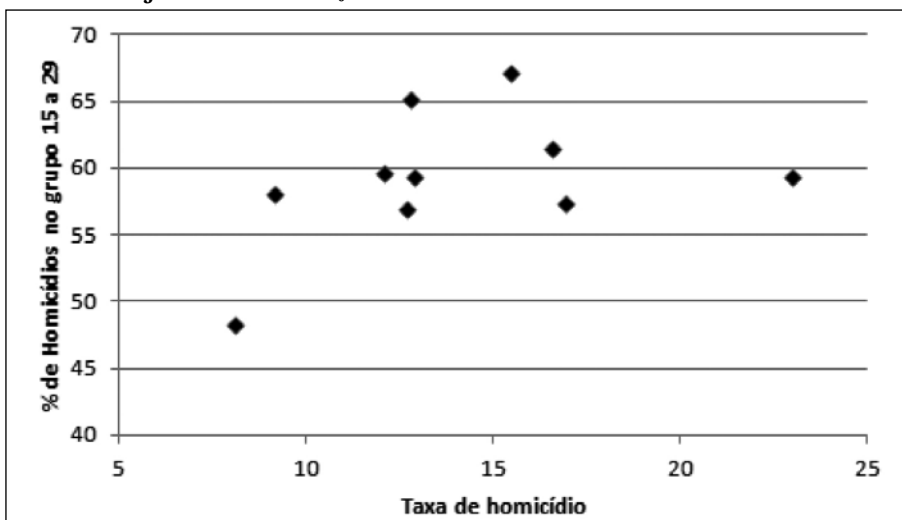
15 e 29 anos. De fato, o Gráfico 4 mostra que há uma relação moderada (coeficiente de correlação de 0,40), indicando que, para maiores níveis de violência, mais concentrada esta será entre os jovens.

Gráfico 4 – Taxas de homicídios da Região Metropolitana de Natal por grupos etários selecionados segundo ano de ocorrência (por 100.000 hab.)



Fonte: Dados básicos extraídos do Datasus/Ministério da Saúde.

Gráfico 5 – Diagrama de dispersão entre as taxas de homicídios da Região Metropolitana de Natal (por 100.000 hab.) e o percentual de homicídios de jovens com relação ao total de homicídios – 1998-2007



Fonte: Dados básicos extraídos do Datasus/Ministério da Saúde.

A morte violenta segundo o grau de integração metropolitana

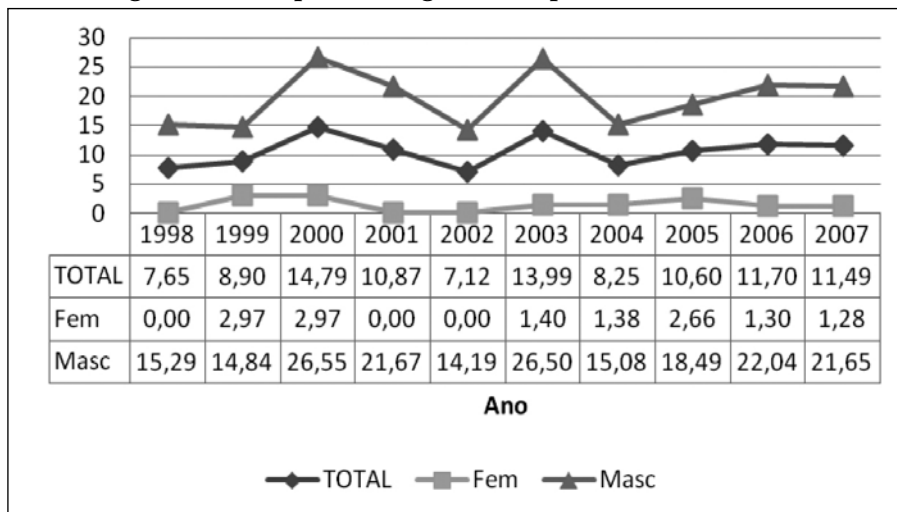
A Região Metropolitana de Natal apresenta uma dinâmica interna muito diversificada no que concerne aos municípios metropolitanos. Nesse sentido, para uma análise que possa levar em conta essa diversidade, classificaram-se os homicídios por nível de integração⁵ entre os municípios metropolitanos e a cidade polo. O indicador do nível de integração entre os municípios com a cidade polo dividiu-os em três níveis: baixa, média, alta ou muito alta integração.

A partir dessa divisão, foram selecionadas variáveis que permitem identificar as características predominantes que dão contorno ao perfil de vitimização que constitui os grupos mais vulneráveis ao homicídio por cada grupo de integração. As variáveis selecionadas foram estado civil, anos de estudo e raça/cor.

Para os municípios do grupo de baixa integração – Ceará-Mirim, Monte Alegre, Nísia Floresta e São José de Mipibu –, pode-se verificar que, na série temporal entre 1998 e 2007, as taxas de homicídios apresentaram valores bem inferiores em relação aos municípios com alta e muito alta integração. Em 2007, atingiu uma taxa total de 11,49 para cada 100.000 habitantes, o que não chega a ser a metade da taxa apresentada pelo outro extremo dos municípios de integração alta e muito alta, que em 2007 atingiu 24,34%. Esse grupo também é composto pelo município polo – são eles: Parnamirim, Natal e São Gonçalo do Amarante.

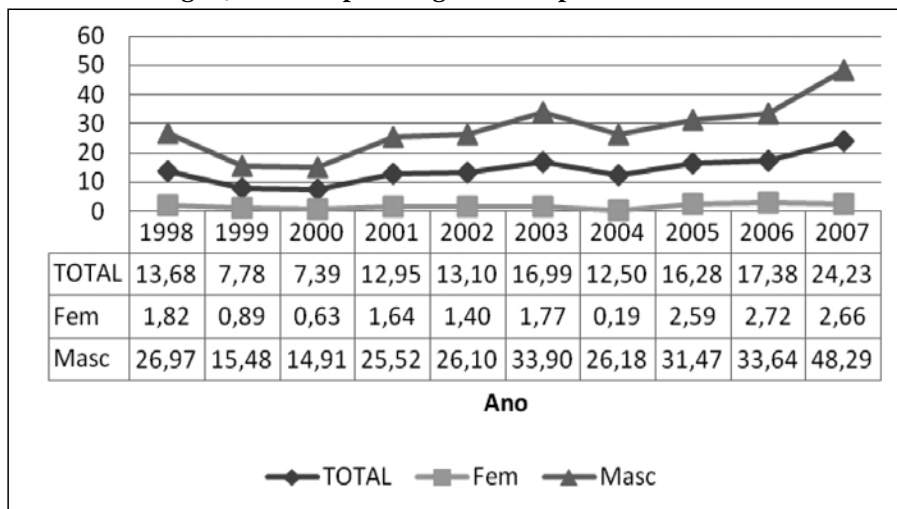
⁵ A definição quanto ao nível de integração na dinâmica do aglomerado metropolitano é do trabalho *Análise das regiões metropolitanas do Brasil: identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias* (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2004) e levou em consideração as seguintes variáveis: taxa de crescimento populacional total por município de 1991 a 2000, densidade hab. /km², número de pessoas que trabalham ou estudam em outros municípios (2000), percentual de ocupados não agrícolas em 2000, número de passageiros em voos domésticos, posição no ranking nacional dos portos e PIB em 2003.

Gráfico 6 – Taxas de homicídios (por 100.000 hab.) dos municípios de baixa integração com o polo da Região Metropolitana de Natal – 1998-2007



Fonte: Dados básicos extraídos do Datasus/Ministério da Saúde.

Gráfico 7 – Taxas de homicídios (por 100.000 hab.) dos municípios de alta e muito alta integração com o polo Região Metropolitana de Natal – 1998-2007



Fonte: Dados básicos extraídos do Datasus/ Ministério da Saúde.

Em relação ao estado civil das vítimas, todos os níveis de integração apresentaram percentuais equivalentes e registrou-se em torno de 80% das vítimas na condição de solteiro para todos os anos da série entre 1998 e 2007. Essa fato acentua o grupo de vulnerabilidade quanto ao homicídio, ou seja, jovens do sexo masculino e solteiros.

Cabe ainda destacar que a cor também é um elemento importante quanto à vitimização, pois se nos municípios com alta integração os pardos apresentam registros que flutuam em torno de 74%, em 1998, chegando a apresentar 90%, em 2005, os municípios classificados entre baixa e média integração registram 100% dos casos de homicídios, com vítimas pardas nos anos de 2004 e 2006, para o primeiro grupo, e de 2003 e 2005, para o segundo. Isso demonstra uma acentuada frequência de vítimas de homicídio de pessoas não brancas.

Quanto à escolaridade, os registros de óbitos por homicídios apontaram para uma baixa escolaridade entre as vítimas. No grupo dos municípios com baixa integração, em 1999 registrou-se 85% das vítimas com nenhuma escolaridade. No grupo de nível médio de integração, nos anos de 1998 e 1999, em Extremoz e Macaíba, as vítimas com nenhuma escolaridade registraram 100% dos casos.

Ao longo da série temporal entre 1998 e 2007, os registros apresentam maior diversidade quanto à escolaridade; no entanto, na maioria dos casos, os municípios dos três níveis de integração registraram baixos níveis de escolaridade, sendo predominante de 1 a 3 anos de estudos.

A morte violenta e sua distribuição no espaço

Frequentemente, a criminalidade violenta é relacionada ao processo de urbanização e ao grande e desordenado crescimento e adensamento populacional de áreas urbanas, o que gera conflitos pelo aumento da vulnerabilidade social dessas populações. Nesse sentido, é importante analisar a distribuição da criminalidade violenta no território, uma vez que esses conflitos não ocorrem homoganeamente, refletindo grandes diferenciais dentro de uma área urbana.

Cabe salientar que o ideal seria examinar esses dados num nível de desagregação ainda maior, por exemplo, bairros. Contudo, numa avaliação prévia dos dados do Datasus, observou-se que a qualidade da informação nesse nível de desagregação ainda não suporta análises de qualidade. Além disso, quanto maior o nível de desagregação, menor

o contingente populacional. Desse modo, como o evento estudado não deixa de ser fato “estatisticamente” raro, a combinação de baixa população com quantidade de eventos relativamente pequena contabilizada no numerador ocasiona taxas de homicídio muito instáveis, mesmo quando o nível de análise é municipal (FREIRE; ASSUNÇÃO, 1998; FREIRE, 2001). Sendo assim, a investigação dos homicídios, segundo a distribuição espacial, utilizou-se de taxas de homicídios suavizadas por média móvel trianual e padronizadas por estruturas estárias comuns.

Os Mapas 2 a 5, a seguir, mostram a distribuição do risco de homicídio por município da RMN para os anos de 1998, 2001, 2004 e 2007, respectivamente.

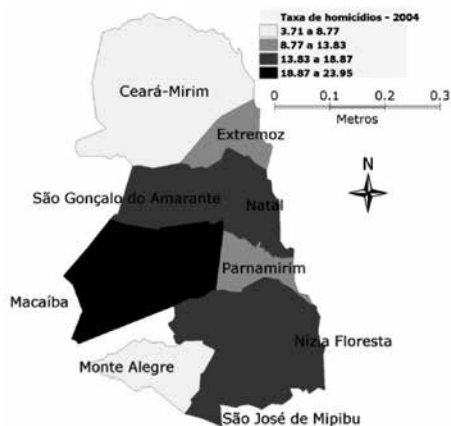
Mapa 2 – Taxa de homicídio suavizada por média móvel trianual na RMN em 1999 (por 100.000 hab.)



Mapa 3 – Taxa de homicídio suavizada por média móvel trianual na RMN em 2001 (por 100.000 hab.)



Mapa 4 – Taxa de homicídio suavizada por média móvel trianual na RMN em 2004 (por 100.000 hab.)



Mapa 5 – Taxa de homicídio suavizada por média móvel trianual na RMN em 2006 (por 100.000 hab.)



Observa-se com esses quatro mapas um aumento da concentração dos homicídios em Macaíba e São José de Mipibu, percebido já no mapa de 1998. No de 2006, há concentração no município polo Natal e em seus municípios vizinhos, Macaíba e Extremoz. Percebe-se, portanto, grande concentração de homicídios em Natal e seus municípios mais próximos.

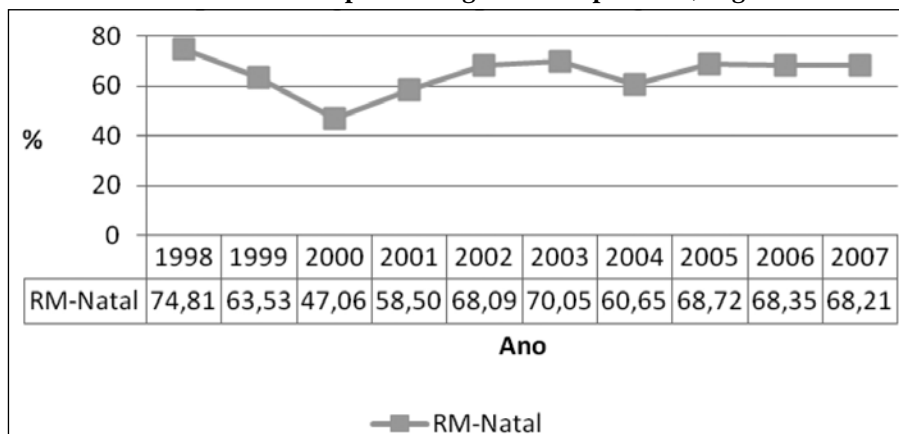
Clementino e Souza (2009) e Clementino e Pessoa (2009) argumentam que Natal é uma metrópole em formação e defendem a tese de que está havendo um transbordamento de Natal para municípios vizinhos. Analisando esses mapas, parece que os homicídios na RMN acompanham esse movimento.

Nos Gráficos 8 e 9, apresenta-se uma relação entre os homicídios da capital e os homicídios em geral para toda a região metropolitana. Primeiro, no Gráfico 8, o percentual de óbitos por homicídio de Natal com relação ao total de sua região metropolitana é mais elevado do que esse valor para os outros municípios da região metropolitana, evidenciando a maior centralidade de Natal com relação aos homicídios. Isso implica dizer que a criminalidade violenta na RMN é um fenômeno mais localizado na capital. Natal é responsável por aproximadamente 70% dos homicídios que ocorrem em toda a RMN, e isso permanece constante entre 1998 e 2007, exceto em 2000.

O Gráfico 8 é bem esclarecedor para esse tipo de análise, mas pode, por outro lado, apenas está refletindo a distribuição populacional

da região em estudo. Nesse sentido, se o número de homicídio for diretamente proporcional ao tamanho da população, esse gráfico estará apenas refletindo a proporção populacional da capital com relação a população da região metropolitana como um todo.

Gráfico 8 – Percentual de óbitos por homicídios da capital com relação ao total de homicídios da respectiva região metropolitana, segundo o ano

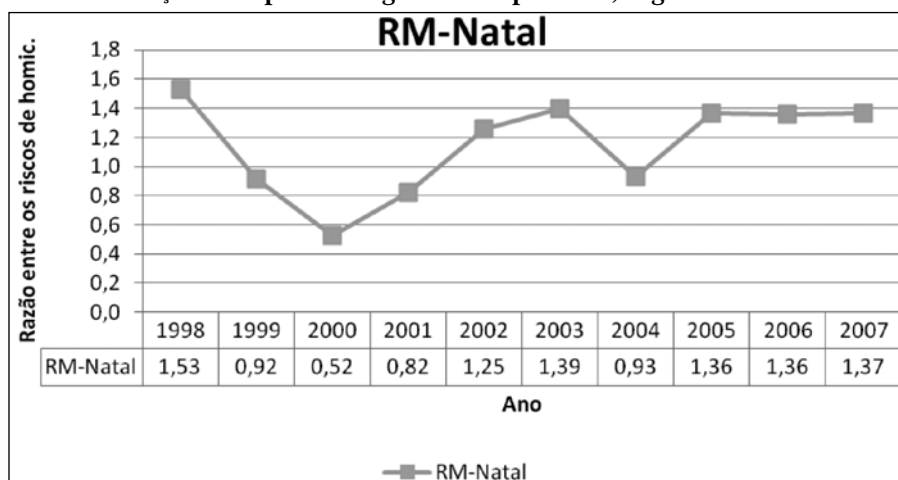


Fonte: Dados básicos extraídos do Datasus/Ministério da Saúde.

Dessa forma, o Gráfico 9 vem eximir qualquer dúvida, pois agora relaciona-se o risco de mortalidade da capital com relação ao restante da região. Lembrando que o estimador do risco de mortalidade por homicídio é dado pela taxa de homicídio, que é uma medida que leva em conta o tamanho populacional. A interpretação desse gráfico é a seguinte: se a razão do risco for maior que 1, então o risco de mortalidade na capital é maior que no restante da região metropolitana. Por outro lado, se esse risco for menor que 1 é porque o risco de uma pessoa morrer por homicídio é maior no restante da região metropolitana do que na capital.

Nesse sentido, analisando-se a série da RMN, até 2000 o risco de homicídio em Natal decresce substancialmente com relação ao risco de homicídio nos demais municípios metropolitanos. Depois de 2000, com exceção de 2004, o risco de homicídio em Natal passa a ser maior do que nos outros municípios da RMN.

Gráfico 9 – Razão entre o risco de morte por homicídios da capital com relação a respectiva região metropolitana, segundo o ano



Fonte: Dados básicos extraídos do Datasus/Ministério da Saúde.

Considerações finais

A análise dos dados do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) do Datasus para Região Metropolitana de Natal evidencia que as taxas de homicídio apresentou uma tendência de crescimento evidente, sobretudo, a partir de 2004. No período analisado, entre 1998 e 2007, a taxa de homicídio na RMN praticamente dobrou.

A mortalidade por criminalidade violenta é um fenômeno de homens jovens. Os resultados ora apresentados ratificam essa tese e chamam a atenção para o fato de que está aumentando o risco de homicídio entre adolescentes, grupo etário entre 15 e 19 anos, nos municípios da região metropolitana analisada.

Conforme mencionado, as taxas de homicídio para o nível municipal são indicadores bastante instáveis, devido à “raridade” do fenômeno e ao baixo contingente populacional. Técnicas de suavização, baseadas em estatística espacial, podem ser usadas para minimizar essa variação nas taxas. Esse será o próximo passo da pesquisa, além de analisar os dados de homicídios a partir de outros recortes, como estado civil e raça/cor.

Referências

- ABRAMOVAY, M. et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO/BID, 2002.
- ALVAREZ, M. C. Os sentidos da punição. **ComCiência**, v. 98, p. 1-2, 2008.
- BREINES, I. ; CONNELL, R. ; EIDE, I. **Male roles: masculinities and violence, a culture of peace perspective**. Paris: UNESCO, 2000.
- CARVALHO, J. A. M. ; WONG, L. R. Demographic and socioeconomic implications of rapid fertility decline in Brazil: a window of opportunity. In: MARTINE, G. ; DAS GUPTA, M. ; CHEN, L. (Ed.). **Reproductive change in India and Brazil**. Oxford: Oxford University Press, 1988.p. 208-240.
- CLEMENTINO, M. L. M. ; PESSOA, Z. S. **Natal: uma metrópole em formação**. Natal: Educ, 2009.
- CLEMENTINO, M. L. M. ; SOUZA, M. A. A. **Como andam Natal e Recife**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2009.
- DRUCK, S. et al. **Análise espacial de dados geográficos**. 2.ed. São José dos Campos: Embrapa, 2004.
- DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- FREIRE, F. H. **Projeção populacional para pequenas áreas pelo método das componentes demográficas usando estimadores bayesianos espaciais**. 2001. Tese (Doutorado em Demografia) –Universidade Federal de Minas Gerais, Cedeplar, Belo Horizonte.
- FREIRE, F. H. ; ASSUNÇÃO, R. M. Intervalo de confiança para a taxa de fecundidade total de pequenas áreas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11, 1998, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABEP, 1998.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA: **Censos Demográficos 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010**. Disponível em: < www.ibge.gov.br >. Acesso em: 01 out. 2011.
- KLIKSBERG, B. ¿Cómo enfrentar la inseguridad en América Latina? La falacia de la mano dura. **Nueva Sociedad**, n. 215, p. 4-16, mayo/jun. 2008.
- MASON, A. Capitalizing on the demographic dividend. In: MASON, A. **Population and poverty: achieving equity, equality and sustainability**. New York: UNFPA, 2003.
- MISSE, M. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. **Revista Civitas**, Porto Alegre, v. 8, n. 3, p. 371-385, set. /dez. 2008.

NUCLEO AVANÇADO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. A estrutura intraurbana. In: NUCLEO AVANÇADO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. **Relatório de pesquisas:** análise da estruturação intrametropolitana de Natal. Natal: Observatório das Metrôpoles, 2006.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Análise das regiões metropolitanas do Brasil:** identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias. 2004. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrosoles.ufjf.br/produtos/produto_mc_1.pdf>. Acesso em: 19 out. 2012.

PERALVA, A. **Violência e democracia:** paradoxo brasileiro. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SOUZA, E. R. Masculinidade e violência no Brasil: contribuições para a reflexão no campo da saúde. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v. 10, n. 1, p. 59-70, jan. /mar. 2005.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência dos municípios brasileiros.** Brasília: Instituto Sangari, 2010.

WONG, L. R. ; CARVALHO, J. A. M. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 23, n. 1, p. 15-33, jan. /jun. 2006.

Anexos

Óbitos por homicídios, segundo grupo etário, sexo e ano na Região Metropolitana de Natal

Gr.etário	1998						2002						2007					
	Masc		Fem		Total		Masc		Fem		Total		Masc		Fem		Total	
	óbt	%	óbt	%	óbt	%	óbt	%	óbt	%	óbt	%	óbt	%	óbt	%	óbt	%
0 a 9	1	0,8	0	0,0	1	0,8	1	0,7	0	0,0	1	0,7	0	0,0	1	6,3	1	0,3
10 a 14	2	1,7	1	11,1	3	2,3	2	1,5	1	12,5	3	2,1	2	0,7	1	6,3	3	1,0
15 a 19	23	19,0	2	22,2	25	19,2	24	17,8	2	25,0	26	18,2	52	18,3	2	12,5	54	18,0
20 a 24	27	22,3	0	0,0	27	20,8	38	28,1	1	12,5	39	27,3	66	23,2	4	25,0	70	23,3
25 a 29	20	16,5	2	22,2	22	16,9	17	12,6	2	25,0	19	13,3	53	18,7	2	12,5	55	18,3
30 a 34	9	7,4	2	22,2	11	8,5	22	16,3	1	12,5	23	16,1	40	14,1	0	0,0	40	13,3
35 a 39	10	8,3	1	11,1	11	8,5	14	10,4	0	0,0	14	9,8	23	8,1	4	25,0	27	9,0
40 a 44	10	8,3	0	0,0	10	7,7	6	4,4	0	0,0	6	4,2	19	6,7	0	0,0	19	6,3
45 a 49	5	4,1	0	0,0	5	3,8	5	3,7	1	12,5	6	4,2	10	3,5	1	6,3	11	3,7
50 e mais	14	11,6	1	11,1	15	11,5	6	4,4	0	0,0	6	4,2	19	6,7	1	6,3	20	6,7
Total	121	100	9	100	130	100	135	100	8	100	143	100	284	100	16	100	300	100

Fonte: Datasus/Ministério da Saúde.

Taxa de homicídios segundo o sexo e ano na Região Metropolitana de Natal (por 100.000 hab)

Gr.etário	1998			2002			2007		
	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total
0 a 9	0,90	0,00	0,46	0,85	0,00	0,43	0,00	0,86	0,42
10 a 14	3,47	1,72	2,59	3,47	1,72	2,59	6,64	1,68	4,17
15 a 19	42,56	3,41	22,18	38,56	3,07	20,42	80,94	3,13	42,13
20 a 24	57,69	0,00	27,28	68,40	1,68	33,85	100,30	5,84	52,11
25 a 29	47,01	4,20	24,41	36,70	3,87	19,38	88,06	3,08	43,94
30 a 34	22,62	4,42	12,93	49,09	2,01	24,30	79,66	0,00	37,76
35 a 39	30,68	2,71	15,84	34,37	0,00	16,11	51,63	7,88	28,34
40 a 44	39,82	0,00	18,40	18,84	0,00	8,77	45,60	0,00	21,15
45 a 49	23,73	0,00	10,78	20,48	3,48	11,28	29,33	2,50	14,85
50 e mais	29,36	1,64	13,81	9,79	0,00	4,26	21,73	0,85	9,73
Total	25,31	1,72	13,00	24,55	1,18	12,39	39,21	2,33	19,95

Fonte: Datasus/Ministério da Saúde.

Homicídios e relações municipais metropolitanas na Região Metropolitana de Porto Alegre

Marco Antônio Couto Marinho

Leandro Jesus Basegio

Introdução

Diversos são os contextos sociais e geográficos brasileiros marcados por históricos de homicídios e outras violências, tais como os sertões, as fronteiras agrícolas, os garimpos, os seringais e, atualmente, os ambientes urbanos e metropolitanos (ZALUAR, 1997; SOARES; GUINDANI, 2007). Entre os atuais contextos sociais conflituosos que produzem grande quantidade de mortes violentas, podemos destacar os cenários rurais relacionados às áreas de expansão da fronteira agrícola. Exemplo disso são os casos do Mato Grosso do Sul – o qual registrou 56% dos homicídios de indígenas no Brasil entre 2003 e 2009, segundo o Conselho Indigenista Missionário (2010) – e do Pará, onde, de acordo com Loureiro e Guimarães (2011), 523 trabalhadores rurais foram mortos. Contudo, apesar da grande violência letal no campo, são os ambientes urbanos metropolitanos que atualmente registram a maior concentração de homicídios. Nesse sentido, esse contexto exposto corrobora a observação de Soares e Guindani (2007) acerca da diversidade de contextos socioespaciais nos quais há intensidade de conflitos e mortes violentas no Brasil contemporâneo:

Várias são as matrizes da criminalidade e suas manifestações variam conforme as regiões do país e dos estados. O Brasil é tão diverso que nenhuma generalização se sustenta. A sociedade brasileira, por sua complexidade, não admite simplificações. Em São Paulo, a maioria dos homicídios dolosos encerra conflitos interpessoais, cujo desfecho seria menos grave não houvesse tamanha disponibilidade de armas de fogo. No Espírito Santo e no Nordeste, o assassinato a soldo ainda prevalece, alimentando a indústria

da morte, cujo negócio envolve pistoleiros profissionais, que agem individualmente ou se reúnem em “grupos de extermínio”, dos quais, com frequência, participam policiais. (SOARES; GUINDANI, 2007, p. 208).

A coexistência de mortes violentas em contextos rurais e em grandes centros urbanos nos permite admitir, portanto, que as dinâmicas históricas e sociais incrustadas no espaço implicam reconfigurações para o fenômeno da violência letal, tornando-o dinâmico, multifacetado e dotado grande variabilidade causal. Desse modo, a dimensão espacial – no sentido da organização social do território – implica também a reconfiguração dos conflitos letais e das principais causas ou motivações das violências interpessoais. No Brasil predominantemente rural, as mortes violentas estão relacionadas com as disputas em fronteiras agrícolas ou áreas de expansão latifundiária, muitas vezes envolvendo posse de terra, bem como à defesa da honra e afirmação da masculinidade (BEATO FILHO, 2012). No Brasil urbano, todavia, outros fatores imbricados podem ser elencados como determinantes da violência predatória, tal como a segregação social das cidades, os jovens envolvidos em atividades criminosas, como o tráfico de drogas, o uso abusivo da força policial em áreas empobrecidas, a ineficiência e seletividade do sistema de justiça criminal, dentre muitas outras. O que ressaltamos é que as transformações históricas e as diversas formas de territorialização dos conflitos sociais são relevantes na compreensão da violência, considerados a partir do modo como o espaço tem sido apropriado pelos diversos grupos a partir das disputas, tensões e interações sociais.

A respeito das altas taxas nacionais de violência letal, por exemplo, observa-se que elas não são um “privilegio” brasileiro, pois são bastante presentes na realidade dos países latino-americanos (WAISELFISZ, 2010, 2011, 2012). No entanto, o estudo *Mapa da Violência 2012*, realizado pelo Instituto Sangari, mostrou que, entre os 91 países que integraram seu universo de análise, o Brasil ocupava a sexta posição quanto ao risco de morte por homicídio em 2008, com uma taxa de 26,4 para cada 100.000 habitantes. Sem dúvida, esse número não torna nossa situação confortável, pois entre os países pesquisados muitos apresentavam uma situação de guerra civil (WAISELFISZ, 2010, p. 39-40).

Direcionando nosso olhar para o território brasileiro, vemos que em 2007 10 regiões metropolitanas (Belém, Belo Horizonte, Curitiba,

Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Vitória) acumulavam 45% dos homicídios registrados no país¹ (WAISELFISZ, 2010). Ressalta-se que nesse mesmo período essas mesmas regiões possuíam 31% do contingente demográfico brasileiro (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2012).

Recentemente Waiselfisz (1998, 2008, 2010) destacou a hipótese de uma tendência de deslocamento dos homicídios e de outros crimes violentos para municípios não metropolitanos. Sobretudo, verifica-se uma relativa estabilização nas taxas de homicídios nas capitais estaduais e um crescimento destes nas cidades médias. Nesse sentido, teceremos alguns comentários pertinentes sobre esse fenômeno de interiorização, sem a pretensão de esgotar ou reduzir o debate sobre o tema. Em primeiro lugar, não corroboramos a tendência de estabilização geral das taxas nas capitais, pois, exceto pelos casos de Palmas, com taxa de 12,8 homicídios para cada grupo de 100.000 habitantes, de São Paulo, com taxa de 19,1,² e de Florianópolis, com 19,5, em 2007, as demais 24 capitais, incluindo Brasília, permanecem em patamares muito elevados e superiores a média nacional de 25,8 (WAISELFISZ, 2010). É necessário dizer, portanto, que tal como nas capitais, nos municípios sede de cidades médias os homicídios também têm aumentado.³

Acreditamos que esses dados evidenciam a centralidade da questão metropolitana para a análise dos homicídios no Brasil. A seguir, pretendendo contribuir com esse debate, direcionamos nosso olhar para o caso da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), através da análise dos registros de homicídios processados pelo Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS) no período entre 1998 e 2008.

¹ Os critérios utilizados pelo *Mapa da Violência 2010* para a escolha dessas 10 regiões metropolitana foram: as nove criadas na década de 1970 mais a Região Metropolitana de Vitória, em função de ser mais recente e também de suas altas taxas (WAISELFISZ, 2010, p. 15).

² Sobre a redução das taxas em São Paulo – a RMSP assim como o estado possuem uma forte concentração demográfica e, portanto, um grande peso estatístico na análise –, o que chama a atenção é que tal tendência ocorreu em todo o estado, e não apenas na capital e áreas metropolitanas. Para alguns autores, como Goertzel e Kuhn (2009), essa redução decorreu das políticas de encarceramento em massa e investimento nas forças policiais. Outros estudiosos, como, por exemplo, Feltran (2010), consideram que mudanças internas no “mundo do crime” foram responsáveis pela diminuição desse tipo de violência.

³ Muitos deles integram áreas metropolitanas, como Betim, Contagem, Belford Roxo, Ananindeua, entre muitos outros. Não significa, com isso, afirmar que não haja interiorização, mas que, em parte, a violência homicida espalha-se sobre territórios correlacionados às regiões metropolitanas. (WAISELFISZ, 1998; 2008; 2010; 2011).

A RMPA no contexto das demais metrópoles nacionais

Inicialmente, comparamos as taxas agregadas de homicídios da RMPA entre 1998 e 2008 com as das demais nove regiões metropolitanas nacionais consideradas na pesquisa *Mapa da Violência 2010* (WAISELFISZ, 2010) para identificarmos sua localização no *ranking* das regiões com maior risco de violência letal.

Tabela 1 – Taxas de homicídio – regiões metropolitanas – 1998-2008

Região Metropolitana	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Δ%
Belém	24	12,2	17,8	19,5	23,6	25,6	27,7	36,5	37	35,3	53,3	119,3
Belo Horizonte	21,4	21,8	28,8	31,8	39,5	51,7	58,7	50,7	46,4	43,9	38,4	79,4
Curitiba	21,1	24,5	25,1	27,0	28,8	35,0	38,3	41,2	42,3	39,8	48,5	129,8
Fortaleza	17,5	22,8	26,2	24,9	27,7	26,8	27,2	29,6	31,9	36,4	34,1	94,8
Porto Alegre	23,0	22,9	26,9	26,6	28,2	28,2	29,0	28,5	26,9	32,8	36,6	59,1
Recife	88,1	80,2	77,2	84,9	74,0	76,9	73,9	73,1	73,1	72,6	62,8	-28,7
Rio de Janeiro	63,3	59,2	56,7	55,3	62,9	58,7	54,5	49,4	50,3	41,9	31,5	-50,2
Salvador	15,3	7,2	11,6	19,2	21,9	29,4	29,7	40,0	45,2	50,4	59,9	291,5
São Paulo	59,2	66,4	63,3	61,9	53,6	51,1	39,1	28,9	25,6	19,1	18,4	-68,9
Vitória	95,9	86,5	73,6	72,8	81,0	78,4	79,5	71,5	77,7	78,4	79,1	-17,1
Taxa agregada das 9 RMs (taxa global)	49,1	49,5	48,9	49,3	48,9	49,1	44,9	40,7	39,9	36,6	35,1	-28,5

Fonte: SIM/MS, MINISTÉRIO DA SAÚDE (2011). Elaborada pelos autores.

Nos anos de 1998, 1999 e 2000, a RMPA apresentou o sexto maior risco de morte quando comparada com as demais regiões metropolitanas, com taxas de 23,0, 22,9 e 26,9 homicídios para cada 100.000 habitantes, respectivamente. Contudo, nos anos posteriores a 2000, apesar da taxa se manter alta em 2001 (26,6 por 100.000 habitantes) e do crescimento observado em 2002 (28,2 por 100.000 habitantes), a RMPA desceu de posições no *ranking* dos homicídios, o que evidencia um crescimento generalizado desse tipo de crime em outras regiões brasileiras, uma vez que na RMPA não houve queda nas suas taxas, mas apenas um crescimento menos acentuado quando comparada com as demais regiões.

Em 2003, a RMPA ocupava a oitava colocação (com taxa de 28,2 por 100.000 habitantes), e nos quatro anos seguintes (2004, 2005, 2006 e 2007), mesmo com o crescimento de suas taxas (29,0, 28,5, 26,9 e 32,8 por 100.000 habitantes, respectivamente), a RMPA sustentou

a nona posição. Porém, em 2008, a RMPA ocupou a sexta posição novamente, com taxa de 36,6 por 100.000 habitantes.

A Tabela 1 também nos mostra uma tendência observável em meados da primeira década do século XXI, a saber, a queda nas taxas de homicídios registradas nos maiores centros metropolitanos do país. Esse fenômeno é representado, principalmente, pelo brusco decréscimo dos homicídios em São Paulo, que passou de uma taxa de 59,2 homicídios por 100.000 habitantes, em 1998, para 18,4, em 2008. A metrópole carioca⁴ registrou o mesmo movimento, mas de forma menos acentuada (de 63,3, em 1998, para 31,5 por 100.000 habitantes, em 2008). Por último, esse movimento decrescente também foi observado nas regiões metropolitanas de Recife e Vitória, embora as taxas dessas regiões permaneçam ainda extremamente altas.⁵ Sobre a queda da taxa em São Paulo, muitas discussões foram levantadas para tentar explicá-la. O debate sobre a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) é complexo, pois envolve tanto explicações que se fundamentam na eficácia das políticas públicas de segurança e aumento do encarceramento,⁶ como na reorganização das próprias atividades criminosas.

Finalmente, observa-se que algumas regiões metropolitanas, como as de Belém, Curitiba, Fortaleza e Porto Alegre, apresentaram uma alta constante na incidência de homicídio em todo o período de 1998 a 2008. A Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), por sua vez, demonstrou um quadro distinto, com um salto entre 1998 e 2004 (de 21,4 para 58,7) e, após este período, uma queda significativa, chegando em 2008 com uma taxa de 38,4 homicídios para cada 100.000 habitantes. Apesar da queda, trata-se de uma taxa alta e superior, inclusive, a de Porto Alegre.

⁴ Sobre a queda verificada para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), Cerqueira (2010) questiona a suposta validade dessa diminuição da taxa de homicídio, ao mostrar que essa queda é acompanhada por um aumento relativamente alto dos registros de “Mortes de Intenção Indeterminada” que não são contabilizados como homicídios pelo SIM/MS. Para mais detalhes, ver Cerqueira (2010).

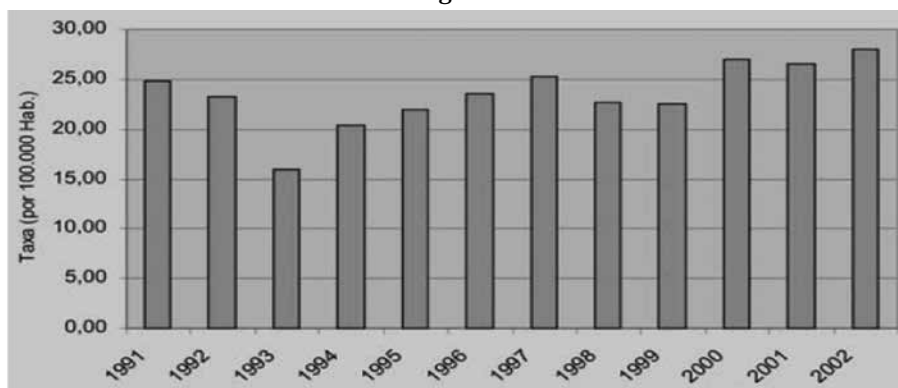
⁵ Há a hipótese de que a queda acentuada dos homicídios em algumas regiões metropolitanas importantes – especialmente Rio de Janeiro e São Paulo – deve-se a uma conjuntura de maior repressão à violência e aos efeitos produzidos pelo estatuto e campanha do desarmamento a partir de 2003.

⁶ Sobre a queda da taxa de São Paulo, ver: Goertzel; Kuhn, 2009; Feltran, 2010.

Distribuição dos homicídios na RMPA

A RMPA apresentou uma tendência de aumento da taxa de homicídios entre os anos de 1998 a 2008 (Tabela 1), com uma variação percentual positiva de 59,1 nessa série histórica. A série anterior – para os anos entre 1991 e 2002 –, no entanto, apresentava uma pequena queda da taxa nos anos iniciais e uma tendência de estabilização, a partir de 1995, em patamares um pouco mais elevados que os de 1991, em contraste com a elevação constante das taxas verificada na série de 1998-2008 (MEDEIROS; FANDIÑO MARINO; FERNANDES, 2009).

Gráfico 1 – Evolução do índice de homicídios na Região Metropolitana de Porto Alegre – 1991-2002



Fonte: MEDEIROS; FANDIÑO MARINO; FERNANDES, 2009.

A comparação entre os dois períodos (1991-2002 e 1998-2008) nos permite visualizar uma mudança, ainda que suave, no padrão de incidência de homicídios na RMPA, pois, entre 1998 e 2008, houve uma evolução mais pronunciada e constante das taxas na RMPA, tal como verificado na Tabela 1.

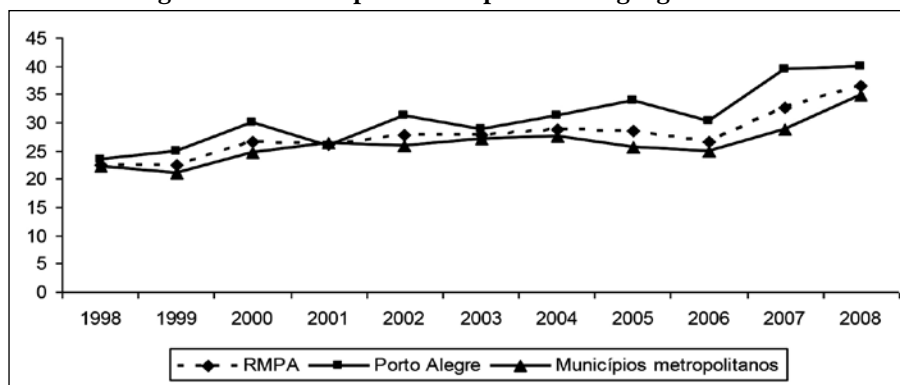
Aprofundando a questão da distribuição diferencial dos homicídios na RMPA, para sabermos o peso específico da capital gaúcha na evolução da violência letal, desmembramos a taxa global obtida em dois grupos, a saber:

- a) taxa de homicídios do município polo, no caso em pauta, Porto Alegre;
- b) taxa agregada de homicídios para o conjunto de municípios metropolitanos, excetuando o município polo (Porto Alegre).

Com essa operação, vemos o peso específico que a capital do Rio

Grande do Sul possui para a composição da taxa global de homicídios da RMPA, em comparação com o agregado dos demais municípios metropolitanos, conforme está representado no gráfico seguinte.

Gráfico 2 – Evolução da taxa de homicídio na Região Metropolitana de Porto Alegre e em municípios metropolitanos agregados – 1998-2008

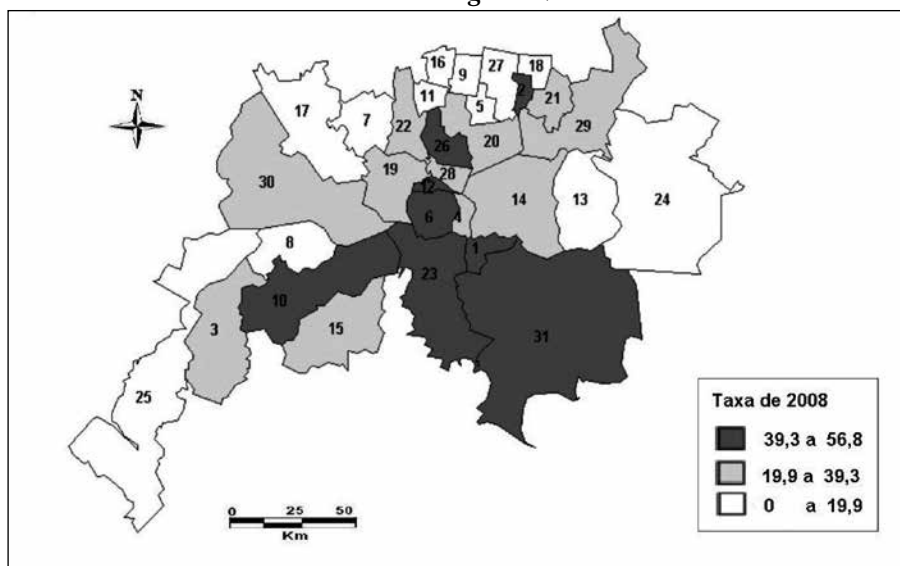


Fonte: SIM/MS, MINISTÉRIO DA SAÚDE (2011). Elaborada pelos autores.

Através do Gráfico 2, podemos observar que o crescimento dos homicídios se expressa nas três linhas representadas. Nota-se que na maior parte do período o aumento da taxa global metropolitana é impulsionado pelo crescimento dos homicídios no município polo (Porto Alegre). Contudo, a participação dos municípios metropolitanos também influenciou a dinâmica global da RMPA, o que se verifica no paralelismo entre as linhas do gráfico nos últimos anos selecionados. Há, portanto, uma participação distinta dos municípios metropolitanos agregados em relação à capital, destacando-se o peso exercido pelo polo para a incidência de violência letal na RMPA. Ou seja, houve uma concentração da vitimização por homicídio na cidade de Porto Alegre em quase todo o período, exceto em 1998, 2001 e 2003. Porém – de forma mais tímida, mas em ritmo crescente –, a taxa de homicídios agregada para os demais municípios metropolitanos também contribuiu para a maior incidência de violência letal na RMPA.⁷

⁷ Em outras regiões metropolitanas, como a RMBH, por exemplo, entre 2001 e 2006, o peso da taxa agregada pelos municípios metropolitanos (sem a capital) teve maior representatividade sobre a taxa global metropolitana, e, inclusive, superou continuamente a taxa da cidade de Belo Horizonte (ANDRADE; MARINHO, 2010).

Mapa 1 – Taxa de homicídios dos municípios⁸ da Região Metropolitana de Porto Alegre – 2008.



Fonte: SIM/MS, MINISTÉRIO DA SAÚDE (2011). Elaborada pelos autores.

O Mapa 1 mostra a distribuição do risco de morte por homicídio na RMPA para o ano de 2008 e segundo a taxa calculada por município. Chama a atenção a regularidade espacial da distribuição, vista pelo agrupamento ou proximidade dos municípios com taxas mais elevadas. A maior parte desses municípios ocupa a área central do mapa, num eixo sul/norte. Essa distribuição da violência letal no território não é aleatória, mas corresponde às áreas de maior urbanização e integração à metrópole. Como veremos a seguir, nos anos que antecedem a 2008, mesmo com variações nas taxas médias municipais, se caracteriza com boa consistência a tendência de centralização das mortes no eixo sul/norte da RMPA, num espectro que vai de Porto Alegre (polo) até as cidades do Vale do Rio dos Sinos.

⁸ 1.Alvorada, 2.Araricá, 3.Arrorio dos Ratos, 4.Cachoeirinha, 5.Campo Bom, 6.Canoas, 7.Capela de Santana, 8.Charqueadas, 9.Dois Irmãos, 10. Eldorado do Sul, 11.Estância Velha, 12.Esteio, 13.Glorinha, 14.Gravataí, 15.Guaíba, 16.Ivoti, 17.Montenegro, 18.Nova Hartz, 19.Nova Santa Rita, 20. Novo Hamburgo, 21.Parobé, 22.Portão, 23.Porto Alegre, 24.Santo Antônio da Patrulha, 25.São Jerônimo, 26.São Leopoldo, 27.Sapiranga, 28.Sapucaia do Sul, 29.Taquara, 30. Triunfo, 31.Viamão.

A comparação das informações do Mapa 1 com a variação das taxas de homicídios no período anterior (1991-2002) nos permite retomar a análise da distribuição desigual dos homicídios na RMPA, e nesse sentido podemos elencar três observações, a saber:

- a) o padrão interno de distribuição da violência letal na RMPA vem se alterando e há uma tendência de polarização em dois eixos de expansão de homicídios;
- b) a polarização pode ser entendida como decorrência da metropolização dos homicídios e ocorre, principalmente, a partir dos seguintes eixos: I) Porto Alegre e II) São Leopoldo/Novo Hamburgo;
- c) mesmo que se possa verificar dois eixos de expansão dos homicídios, a variação das taxas de violência letal no período entre 1998 e 2008 não segue um movimento muito regular entre os municípios (ver Mapas 1 e 2), sinalizando que os crimes de homicídio obedecem também a lógicas muito particulares, difíceis de serem captadas devido a grande variabilidade das taxas (MEDEIROS; FANDIÑO MARINO; FERNADES, 2009).

O conjunto cartográfico do Mapa 2 nos ajuda a visualizar como a violência homicida se disseminou espacialmente na RMPA. Vemos, por exemplo, a participação mais intensa de alguns municípios, como Alvorada, Guaíba, Cachoeirinha, São Leopoldo e Porto Alegre, entre outros com cores mais escuras em mais de um período. O mapa, de maneira geral, mostra o processo de metropolização da violência letal. Nele verifica-se que houve um aumento preocupante dos homicídios, com visível ampliação geográfica dos casos para além do município polo. Observamos que Porto Alegre iniciou a série histórica com taxas localizadas no intervalo de 20 a 28 homicídios por 100.000 habitantes; em 2000 a taxa estava entre 28 e 35 homicídios por 100.000, mantendo-se nesse patamar até o ano de 2006; e em 2007 as taxas ficaram entre 35 e 61 por 100.000 habitantes.

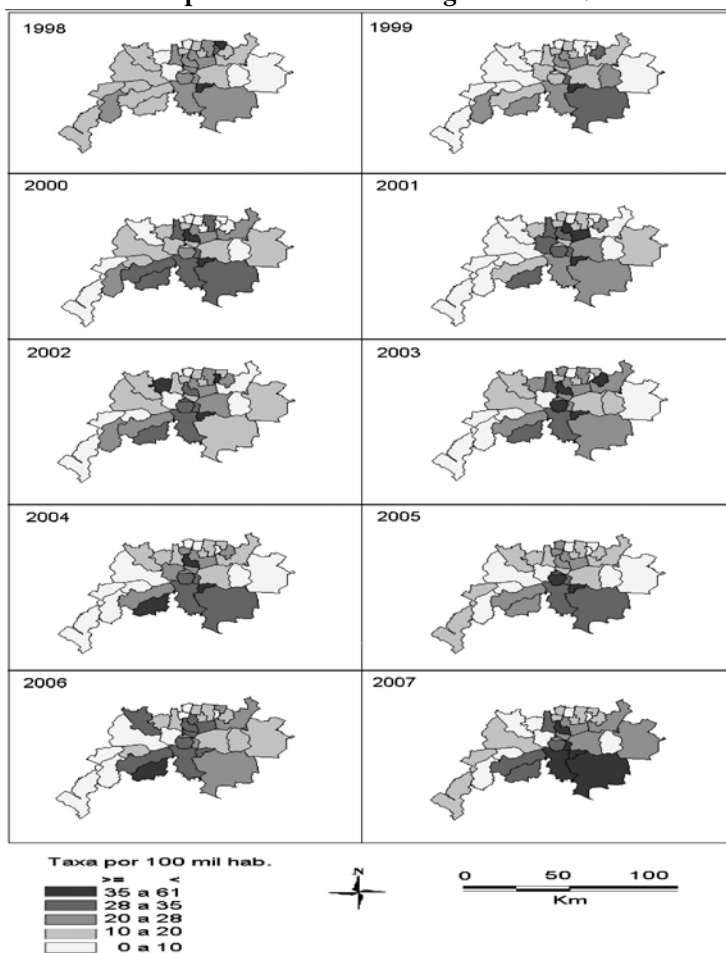
Entre os municípios que mantiveram taxas altas durante praticamente todo o recorte de tempo, destacam-se: Alvorada, com taxa de 35 a 61 por 100.000 habitantes, Cachoeirinha, que, com algumas variações, manteve taxas de 28 a 35 e de 35 e 61, ao longo de quase todo o tempo, São Leopoldo, alternando taxas de 28 a 35 e de 35 a 61, Guaíba, que intensificou sua participação a partir do ano 2000, Eldorado do Sul, destacando-se a partir de 2003, Canoas, oscilando

entre taxas altas e médias da escala, e, por fim, Viamão, que, apesar da queda dos homicídios em 2002, teve um recrudescimento nos anos seguintes, terminando a série com taxas de 35 a 61 homicídios para cada 100.000 habitantes.

Inicialmente, podemos perceber que a distribuição dos homicídios no espaço da RMPA demonstra se expandir em um arco a partir do município polo. Isso se caracteriza pelo fato de que, dos municípios que apresentaram persistentemente taxas maiores de violência letal – excetuando-se São Leopoldo –, todos fazem divisa com Porto Alegre, a saber, Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Viamão, Guaíba e Eldorado do Sul. Isso, portanto, nos ajuda a caracterizar um primeiro eixo de dispersão da violência letal na RMPA, representado por Porto Alegre e seus vizinhos imediatos. O segundo eixo de violência letal na RMPA encontra-se no Vale do Rio dos Sinos. Nesse eixo, São Leopoldo tem posição de destaque, seguido pela cidade de Novo Hamburgo. Esses dois municípios representam os principais polos do setor coureiro calçadista gaúcho e são os centros econômicos e de serviços da região do Vale do Rio dos Sinos (ALONSO, 2004).

A partir da identificação dos eixos de expansão da violência letal, podemos apresentar, aqui, uma divisão da RMPA em cinco recortes intrametropolitanos, baseada nas características específicas de cada um dos espaços e na importância de cada um deles para a RMPA (ALONSO, 2004). O mapa a seguir apresenta essa divisão.

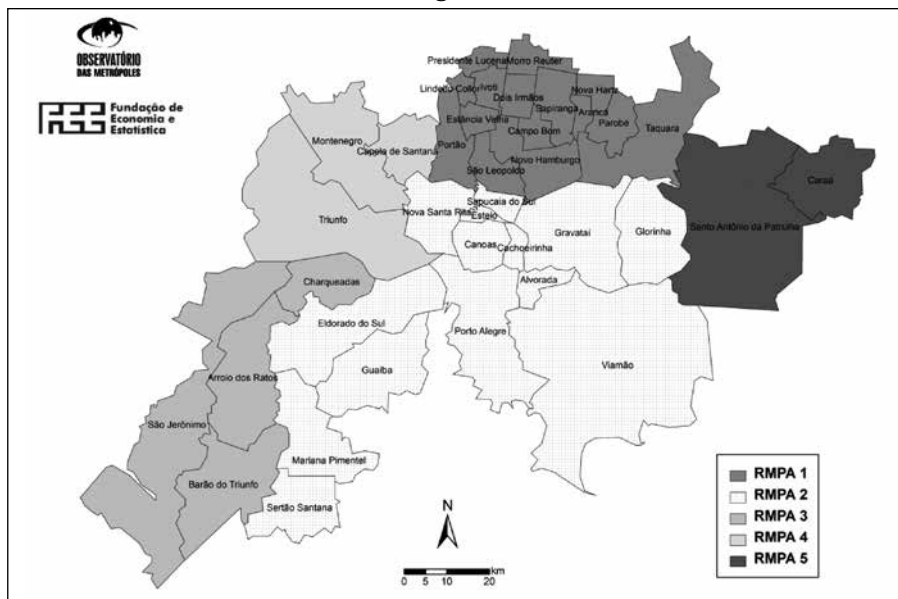
Mapa 2^o – Evolução dos homicídios entre os municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre – 1998-2007



Fonte: SIM/MS, MINISTÉRIO DA SAÚDE (2011). Elaborada pelos autores.

⁹ Para a análise proposta pelos mapas, alguns esclarecimentos metodológicos são necessários à compreensão adequada da dinâmica da violência letal através dos mapas. Utilizamos como parâmetro de construção dos intervalos da legenda a taxa média verificada para a RMPA, entre 1998 a 2007, de valor aproximado de 27 homicídios para cada grupo de 100.000 habitantes. Assim, os dois primeiros intervalos, de “0 a 10” e de “10 a 20”, congregam municípios com taxas anuais inferiores à média regional do período. O intervalo de 20 a 28 agrupa os municípios com taxas próximas, ou coincidentes, com o valor mediano regional, de 27,0. Os dois intervalos posteriores (de “28 a 35” e de “35 a 61”) representam os municípios cujas taxas foram superiores à média regional. Espera-se assim expor com mais clareza o movimento de evolução espacial dos homicídios no contexto regional metropolitano.

Mapa 3 – Recortes selecionados para a Região Metropolitana de Porto Alegre – 1991- 2000



Fonte: ALONSO, 2004.

Por tanto, a partir do Mapa 3, identifica-se 5 áreas relevantes para a compreensão da metropolização da RMPA:

- RMPA 1: Novo Hamburgo, São Leopoldo, Sapiranga, Taquara, Campo Bom, Estância Velha, Ivoti, Dois Irmãos, Nova Hartz, Portão, Araçá, Presidente Lucena, Morro Reuter, Parobé e Lindolfo Collor;
- RMPA 2: Porto Alegre, Canoas, Viamão, Alvorada, Cachoeirinha, Gravataí, Esteio, Guaíba, Eldorado do Sul, Nova Santa Rita, Sapucaia do Sul, Glorinha, Mariana Pimentel e Sertão Santana;
- RMPA 3: São Jerônimo, Charqueadas, Arroio dos Ratos e Barão do Triunfo;
- RMPA 4: Triunfo, Monte Negro e Capela de Santana;
- RMPA 5: Santo Antônio da Patrulha e Caraá.

Considerando estes cinco recortes intrametropolitanos da RMPA e analisando aos demais Mapas, 1 e 2, podemos perceber que as RMPA1 e RMPA2 são justamente aquelas que concentram as maiores taxas de violência letal e são, especificamente, os dois núcleos de expansão desse tipo de violência, como já referimos.

Buscando relacionar a questão da violência letal com as intrarregiões

da RMPA, algumas considerações podem ser feitas. Observa-se que as duas intrarregiões indicadas (RMPA1 e RMPA2) foram historicamente os principais polos econômico industriais do Rio Grande do Sul a partir da segunda metade do século XX (ALONSO, 2004). Contudo, as grandes mudanças da economia mundial da década de 1990 – que tiveram como principais componentes a reestruturação produtiva e a abertura dos mercados (com a derrocada dos níveis de emprego formal e a flexibilização da legislação trabalhista) – afetaram principalmente os países periféricos. Isso, por sua vez, provocou, no caso da RMPA, uma desconcentração industrial e uma queda nas taxas de ocupação formal, principalmente nas duas sub-regiões (RMPA1 e RMPA2) que se caracterizavam como os polos industriais do espaço metropolitano porto-alegrense. A industrialização, por sua vez, exerce forte influência nos movimentos populacionais e, em termos das teorias criminológicas, a industrialização e as migrações proporcionadas por ela podem ser relacionadas à perspectiva da desorganização social (FANDIÑO MARINO, 2012; BASEGIO, 2009). Analisando o caso brasileiro, Beato Filho e Marinho (2007) expressaram de forma clara como essa situação se manifesta e o impacto que produz sobre a sociedade e a criminalidade:

O panorama da violência no Brasil é um dos mais deploráveis da América Latina: somos um dos países mais violentos na região mais violenta do mundo. Este é, sem dúvida, um dos maiores desafios para o nosso desenvolvimento, pois os impactos de tal fenômeno se fazem sentir na vida econômica e política, na deteriorização dos serviços públicos e na educação e na diminuição das oportunidades de emprego para os que vivem em locais estigmatizados. Um dos aspectos mais perversos desse processo de corrosão da capacidade das pessoas conviver, devido ao medo, à desconfiança, à restrição da mobilidade em certos locais do espaço urbano, comprometendo assim a institucionalização dos mecanismos de autocontrole e de controle externo. Isso para não falar da destruição dos lares de milhares de famílias assoladas pela violência. (BEATO FILHO; MARINHO, 2007, p. 177).

Alguns estudos já apontaram para a associação entre criminalidade e desorganização social, indicando que essa relação é caracteristicamente mais forte em espaços de intensa urbanização, onde as instituições que tradicionalmente exercem o controle social (igrejas, associações comunitárias, escolas, órgãos de estado) se encontram enfraquecidas (FANDIÑO MARINO, 2012).

[...] este indicador (taxa de imigrantes) se relaciona teoricamente com a perspectiva da desorganização social. Num primeiro cenário, essa relação é negativa, pois o movimento de migração é direcionado justamente no sentido de comunidades que são atraentes, ou seja, é da organização da comunidade e das oportunidades econômicas e de trabalho que deriva a condição atrativa para os imigrantes. Contudo, na passagem do tempo 1 para o tempo 2, hipoteticamente, a condição atrativa deve inverter-se nas comunidades que receberam imigrantes, pois é natural que ocorra uma saturação da capacidade de absorção dos imigrantes e este fato acaba caracterizando o segundo cenário proposto. Nesse sentido, a relação teórica que agora podemos arrolar liga-se à perspectiva do estresse, pois, em tese, a partir do momento em que ocorre a saturação, a relação entre taxa de imigrantes e criminalidade deve assumir um sentido positivo. (BASEGIO, 2009, p. 74).

Seguindo nessa esteira, lembramos que a industrialização e o aumento demográfico se concentraram, desde meados do século XX, nas duas intrarregiões indicadas (RMPA1 e RMPA2), sendo que foram essas intrarregiões que receberam o maior contingente populacional ligado ao processo de êxodo rural. Nos anos 1990, foram elas, também, as que mais sofreram com as mudanças econômicas, sobretudo o Vale do Rio do Sinos, que tinha no centro de sua economia o setor coureiro calçadista. De acordo com Alonso (2004), as cidades de Novo Hamburgo e São Leopoldo – centros tradicionais da atividade coureiro calçadista – foram os municípios que mais perderam espaço de participação na produção industrial do estado gaúcho. Nesse sentido, pode-se destacar a cidade de São Leopoldo, que, em 198, participava com 3,45% da produção industrial, passando para 2,64%, em 1990, e para 1,47%, em 2001 (ALONSO, 2004, p. 26).

Podemos sugerir, portanto, que o processo puxado pela queda da produção do setor coureiro calçadista – e, por consequência, o aumento do empobrecimento e da vulnerabilidade da população da RMPA1, em termos da perspectiva da desorganização social – deve estar colaborando para o aumento das taxas de homicídios e caracterizando esta intrarregião como um dos eixos de expansão da violência letal. Esse eixo, por sua vez, liga-se, pelas mesmas razões, ao eixo de dispersão dos homicídios a partir da capital (RMPA2), tal como indicamos.

Certamente, não apenas a queda da produção industrial e as consequências derivadas da desorganização social que motivaram

os maiores índices de violência letal nas duas regiões. Outras tantas variáveis devem estar operando nesse fenômeno. Em especial, chamamos a atenção para a própria dinâmica das organizações criminosas, as quais tendem a migrar de acordo com a maior oferta de possibilidades para seus negócios ilícitos. Entre essas possibilidades, se destaca a falta de dispositivos de segurança que ofereçam barreiras, bem como a presença de alvos e locais propícios para as ações criminosas. Logo, pode-se sugerir que a busca por alvos e locais também deve estar influenciando a dinâmica das organizações criminosas no interior da RMPA. Esses elementos devem ter alguma relevância na tendência de expansão da criminalidade¹⁰ e na dispersão dos homicídios pela RMPA. Essa tendência, a qual estamos nos referimos, segue principalmente do polo (RMPA2) para a região do Vale do Rio do Sinos (RMPA1).

Adicionalmente, podemos observar que esse eixo – que engloba as duas intrarregiões problemáticas quanto às taxas de homicídios – apresenta, ainda, os maiores níveis de concentração de renda da RMPA (MARZULO, 2009). Desde as análises de Robert Merton (1970), discute-se o impacto que a concentração de renda produz sobre a sensação de desigualdade, elevando, por consequência, os níveis de *estresse econômico* (MERTON, 1970)¹¹ em uma região com essa característica. Logo, esse dado nos permite relacionar os fenômenos em pauta a mais uma dimensão teórica, ampliando nossa problemática. O aumento da disposição dos indivíduos à criminalidade que se sugere a partir da *desorganização social* e do *estresse econômico* pode, hipoteticamente, influenciar a elevação das taxas de homicídios. Isto porque, uma vez que se aumente o número de quadrilhas criminosas e de pessoas com elas envolvidas, as necessidades de disputa de territórios – principalmente

¹⁰ No caso, aqui, falamos de criminalidade violenta, mas, sem dúvida, a criminalidade patrimonial está diretamente ligada a esse processo. Ressalta-se que os dados do SIM/MS não oferecem a informação sobre os motivos e a intencionalidade envolvidos no crime; assim, as modalidades “latrocínio” (roubo seguido de morte) ou “homicídio culposo” (não intencional), por exemplo, não são identificáveis entre os registros de óbitos que compõe a base de dados do SIM/MS.

¹¹ Quando falamos da perspectiva do *estresse econômico*, a noção de *deficiência dos meios* (MERTON, 1970) é a principal responsável pela relação causal que produz uma tensão (frustração) interna nos indivíduos. Assim, quando um indivíduo não possui os meios necessários para atingir os fins econômicos culturalmente estabelecidos – mas que também são socialmente impostos pelas pressões contextuais – é provável que esta tensão o pressione a exercer um comportamento desviante, ou seja, a opção criminal torna-se uma alternativa viável, entre outras.

nas questões relativas ao tráfico de entorpecentes (ou seja, controle de pontos de tráfico) – devem colaborar para a elevação das taxas de violência letal, caracterizando um quadro de violência sistêmica, já que os indivíduos e os grupos que atuam criminalmente não recorrem aos meios legais para resolverem seus conflitos (VIAPIANA, 2006, p. 48). Da mesma forma, hipoteticamente, podemos sugerir que, em regiões onde os grupos criminosos já se encontram estabelecidos e o seu raio de ação (território) definido, podem ocorrer determinados períodos de estabilização e até de diminuição dos homicídios, uma vez que as causas instrumentais ligadas à violência homicida praticada pelos grupos criminosos (queimas de arquivo e guerra entre quadrilhas), que influenciam as taxas de ocorrência desse delito, já não apresentam tanta força (FANDIÑO MARINO, 2012). Essa interpretação poderia explicar a queda relativa das taxas de homicídios na capital, região onde a criminalidade já estaria mais estruturada – ao menos no que diz respeito à definição dos territórios de atuação dos grupos criminosos, principalmente àqueles ligados ao tráfico de entorpecentes – e o aumento percentual, em relação a Porto Alegre, das taxas de homicídios captadas no agregado dos municípios metropolitanos (excetuando-se o município polo, Porto Alegre), assim como pudemos visualizar no Gráfico 2.

Índice de integração metropolitana: uma possibilidade analítica

Sobre os tratamentos estatísticos aplicados aos dados, ressalta-se que foram distintos entre as duas fontes utilizadas. Com os dados de Mortalidade do Ministério da Saúde (2011), foram produzidas taxas de homicídios por grupos de 100.000 habitantes através do SPSS-15 (Statistical Package for the Social Sciences), programa de análise estatística – tais taxas serão espacializadas através do MapInfo Professional 8.5.A taxa de homicídios representa um indicador importante da criminalidade e da violência urbanas justamente por se tratar de um crime contra a vida, que reflete a condição de risco social extrema de determinados grupos da população (BEATO FILHO et al. , 2001). Portanto, por meio do cálculo e da distribuição das taxas de incidência de violência letal, podemos identificar as áreas onde o risco de morte por homicídio é maior ou menor e comparar a

intensidade do fenômeno entre os diferentes territórios do contexto metropolitano.

Entretanto, a diversidade dos municípios metropolitanos traz limites sobre a inferência aplicada ao risco de morte por homicídios através das taxas por grupos de 100.000 habitantes em função do tamanho da população principalmente. Segundo Castro et al. (2004), comparações entre contextos urbanos muito distintos e diferenças de tamanho do contingente demográfico interferem drasticamente a percepção de risco extraída das taxas. Ou seja, essa situação faz com que haja sensibilidades distintas a eventos aleatórios entre as taxas municipais, principalmente em função do tamanho da população residente. Ressaltamos também que os dados de mortalidade do Ministério da Saúde (2011) possuem outra limitação, que é a escala máxima de desagregação corresponde ao município metropolitano, ou seja, não oferece nível de análise em escala intramunicipal. Apesar disso, no presente artigo, optamos pelo uso da taxa bruta, em função de nossa análise centrar-se principalmente nos municípios mais integrados à dinâmica metropolitana de Porto Alegre. Sobre a integração mencionada, trata-se da utilização do indicador *grau de integração à dinâmica metropolitana*,¹² desenvolvido pelo Observatório das Metrôpoles (2006). Consideramos que o uso de tal indicador oferece uma possibilidade analítica que complementa o esforço empreendido nos mapas e nas relações teóricas acima pospostas para interpretação.

¹² Esse indicador foi elaborado pelo estudo *Identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias* (Observatório das Metrôpoles, 2006), que hierarquizou os municípios metropolitanos brasileiros segundo sua integração à dinâmica metropolitana. Como resultado, obtiveram-se seis graus de hierarquia. Excetuando-se o município polo, esses graus vão de muito alta a muito baixa integração. A partir da integração baixa (inclusive) os municípios não seriam, segundo esse estudo, considerados como metropolitanos. Os indicadores utilizados foram: densidade demográfica, taxa média de crescimento populacional 1991-2000, contingente e proporção de pessoas que realizam movimento pendular, proporção de empregos agrícolas e não agrícolas e a presença de funções específicas à circulação de pessoas e mercadorias, como a localização de portos e aeroportos e a capacidade de geração de renda pela economia local (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2006).

Tabela 2 – Taxa média de homicídios agregada pelos municípios por grau de integração metropolitana na Região Metropolitana de Porto Alegre – 1998-2008

Grau de integração	Municípios	Taxa média 1998 a 2008
Polo	Porto Alegre	30,9
Muito alta	Alvorada e Cachoeirinha	42,5
Alta	Canoas, Eldorado do Sul, Estância Velha, Esteio, Gravataí, Guaíba, Sapucaia do Sul, São Leopoldo e Viamão	27,4
Média	Araricá, Campo Bom, Capela de Santana, Charqueadas, Dois Irmãos, Ivoti, Montenegro, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Parobé, Portão, Sapiranga e Taquara	19,4
Baixa	Arroio dos Ratos, Glorinha, Santo Antônio da Patrulha, São Jerônimo e Triunfo	9,6

Fontes: SIM/MS, MINISTÉRIO DA SAÚDE (2011); Observatório das Metrôpoles, 2006; elaborada pelos autores.

Relacionando essa tabela com a variação das taxas de homicídios na RMPA, destacamos alguns pontos importantes. Primeiro, os municípios que possuem baixo grau de integração à metrópole encontram-se mais protegidos quanto à dispersão dos homicídios para seus territórios. Entre os municípios que estão nesse patamar do indicador *índice de integração à metrópole*, apenas Arroio dos Ratos (1998, 1999, 2000 e 2002) e Santo Antônio da Patrulha (2008) atingiram taxas médias entre 20 e 28 homicídios por 100.000 habitantes. A respeito desses casos, observamos complementarmente: a) no que se refere a Santo Antônio da Patrulha, a observação do conjunto de mapas (Mapa 2) mostra que o movimento de dispersão dos homicídios entre as RMPA2 e RMPA1 tende a incorporar a intrarregião RMPA5, diretamente vizinha às duas áreas mais problemáticas (ver Mapas 1, 2 e 3); b) quanto a Arroio dos Ratos, é difícil fazer qualquer tipo de interpretação, pois esse município apresenta uma oscilação considerável em sua taxa de homicídios ao longo do recorte de tempo; logo, carecemos de subsídios para a análise específica.

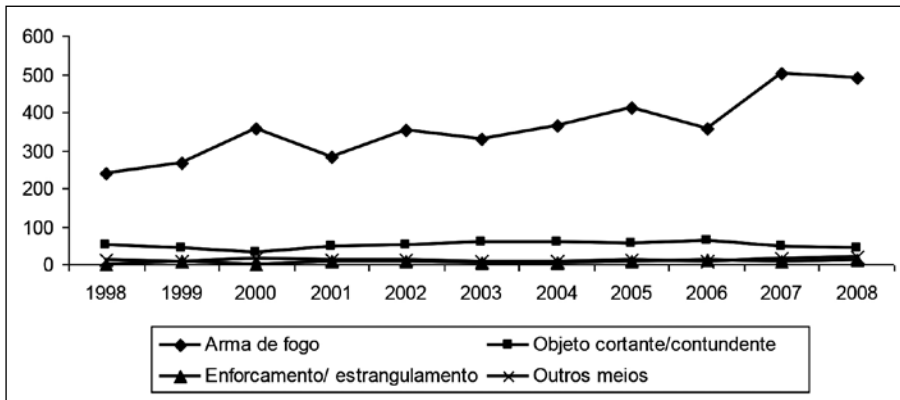
Em segundo lugar, fica claro que a metropolização dos homicídios na RMPA possui alguma ligação com o nível de integração à metrópole, pois vemos que os municípios com níveis alto e muito alto de integração foram os que mais contribuíram para que se consolidasse a tendência de elevação dos homicídios na RMPA no recorte temporal de 1998 a 2008. Entre eles, estão Alvorada, Cachoeirinha e São Leopoldo,

justamente os que sustentaram, durante grande parte do período, as taxas mais altas de violência letal.

Outros elementos constitutivos dos homicídios na RMPA

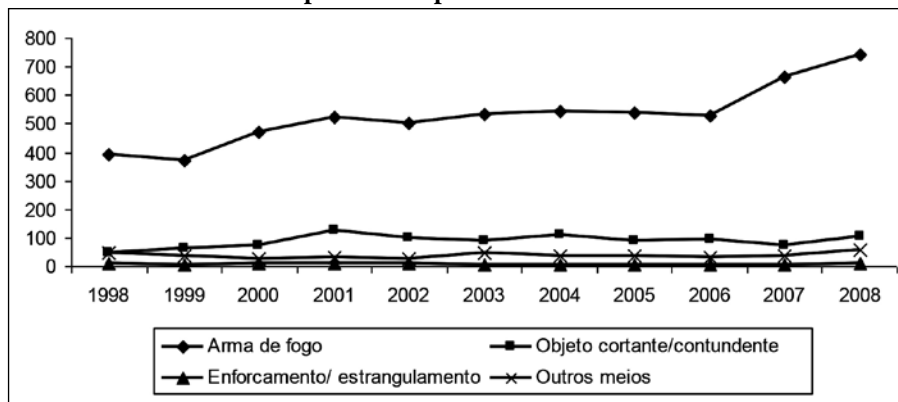
Um fator explicativo relevante da ascensão dos óbitos decorrentes de agressões na RMPA, a partir de 2000, refere-se ao meio pelo qual se consumou o crime, ou seja, o instrumento utilizado para produzir a morte. Através dos gráficos seguintes, podemos observar, tanto para o município de Porto Alegre como para o conjunto dos demais municípios metropolitanos, o aumento do uso de armas de fogo como instrumento ou meio de consumação dos óbitos.

Gráfico 3 – Número de homicídios de acordo com o tipo de instrumento utilizado no município de Porto Alegre – 1998-2008



Fonte: SIM/MS, MINISTÉRIO DA SAÚDE (2011). Elaborada pelos autores.

Gráfico 4 – Número de homicídios de acordo com o tipo de instrumento utilizado no conjunto dos demais municípios metropolitanos – 1998-2008

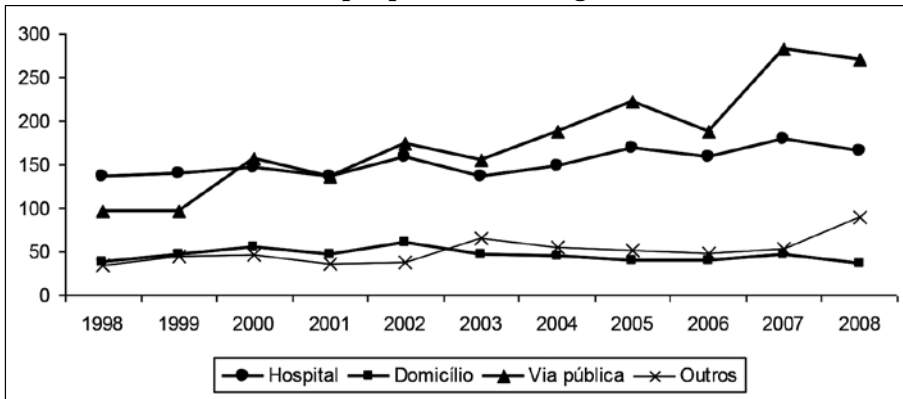


Fonte: SIM/MS, MINISTÉRIO DA SAÚDE (2011). Elaborada pelos autores.

Observamos um aumento geral do uso das armas de fogo, em ambos os gráficos, corroborando uma tendência já observada no Brasil por Phebo (2005, p. 15) em 2002, quando o país teve o maior número de mortes por arma de fogo no mundo, 38.088. Ainda sobre os Gráficos 3 e 4, notamos que o conjunto dos “demais municípios metropolitanos” possuía mais mortes provocadas por armas de fogo durante todo o período de tempo. No final do período, com crescimento de 110, 5% – observado entre os anos de 1998 e 2008 –, o “município polo” se aproximou dos patamares do conjunto dos “demais municípios metropolitanos”. Sobre esse tema, é necessário frisar que a presença de armas, *per se*, não causa crescimento dos homicídios. Galvão (2009, p. 13) mostra, por exemplo, que em 1996, na Argentina, havia armas de fogo em 29,5% dos domicílios e, na África do Sul, em 12,4%; contudo, as taxas argentinas de homicídios por 100.000 habitantes eram 17 vezes menores que às sul-africanas, com 3,8 e 64,4, respectivamente. Com isso percebemos a existência de uma intensificação da violência no Brasil – vista também na RMPA – e que as armas de fogo potencializam a letalidade dos conflitos relacionados a essa onda de violência, gerando assim crescimento dos homicídios.

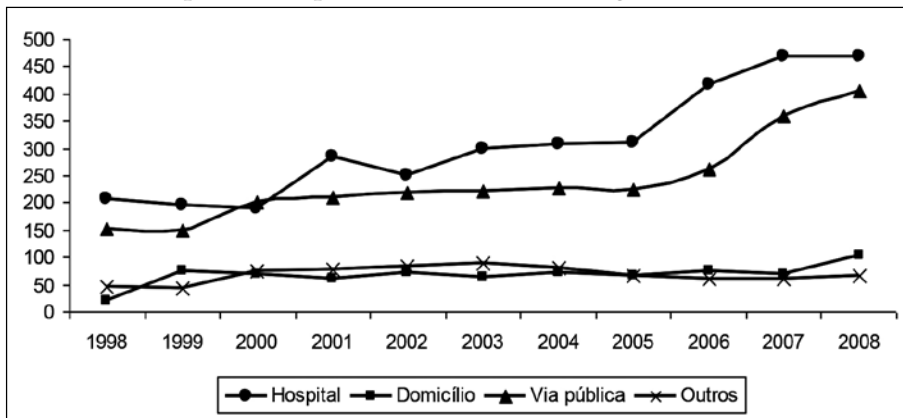
Empiricamente, outro dado – que revela o local onde as mortes ocorreram – fundamenta a tese de que na RMPA a intensificação da violência instrumentalizada pelo uso de armas de fogo produz mais letalidade, o que se observa pelo aumento dos óbitos em “via pública”, como mostram os gráficos seguintes.

Gráfico 5 – Homicídios por local de ocorrência dos óbitos no município polo (Porto Alegre) – 1998-2008



Fonte: SIM/MS, MINISTÉRIO DA SAÚDE (2011). Elaborada pelos autores.

Gráfico 6 – Homicídios por local de ocorrência dos óbitos nos municípios metropolitanos (sem Porto Alegre) – 1998-2008



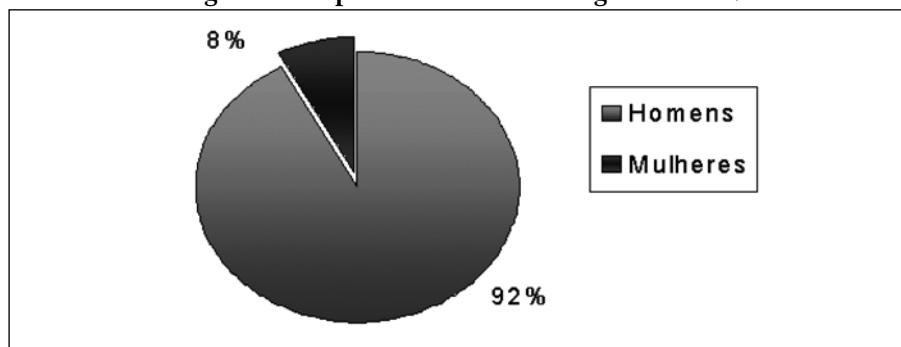
Fonte: SIM/MS, MINISTÉRIO DA SAÚDE (2011). Elaborada pelos autores.

Dentre as categorias representadas pelas legendas e colunas dos Gráficos 5 e 6, há duas mais expressivas que estão em destaque: “Via pública” e “Hospital”. Ao observar os gráficos anteriores, identificamos uma possível correlação entre o aumento da letalidade dos conflitos – consequente da elevação do uso de armas de fogo – com uma diminuição da possibilidade da vítima se encontrar em condições de ser socorrida pelo serviço de saúde, ou seja, o aumento da letalidade produz mais óbitos em vias públicas. Nesse sentido, notamos que, para as vítimas residentes em algum dos “municípios metropolitanos”

(exceto o polo), somente a partir de 2006 o grau de letalidade dos conflitos fez com que os óbitos ocorressem mais na “Via pública” que no “Hospital”. Por outro lado, para as vítimas residentes no “município polo” desde 2000 a quantidade de mortes ocorridas em “Via pública” é superior às ocorridas em “Hospitais”. O aumento das mortes decorrentes de agressões em “Via pública” reflete, portanto, uma dimensão da mudança no padrão da violência urbana, explicitando sua face mais extrema, tornando-a mais pública, na qual ocorre tanto uma diminuição da probabilidade de socorro às vítimas, quanto uma difusão maior da sensação de medo e insegurança (ANDRADE; MARINHO, 2010).

Outra dimensão constituinte do tipo de crime específico tratado pelo presente estudo, reconhecida como consenso geral na literatura especializada, é a predominante vitimização de pessoas do sexo masculino. A seguir, apresentamos a diferença percentual entre o número de vítimas de homicídio por sexo, observadas na RMPA, somadas durante todo o período de tempo considerado na análise, ou seja, de 1998 até 2008.

Gráfico 7 – Distribuição percentual média dos homicídios na Região Metropolitana de Porto Alegre – 1998-2008

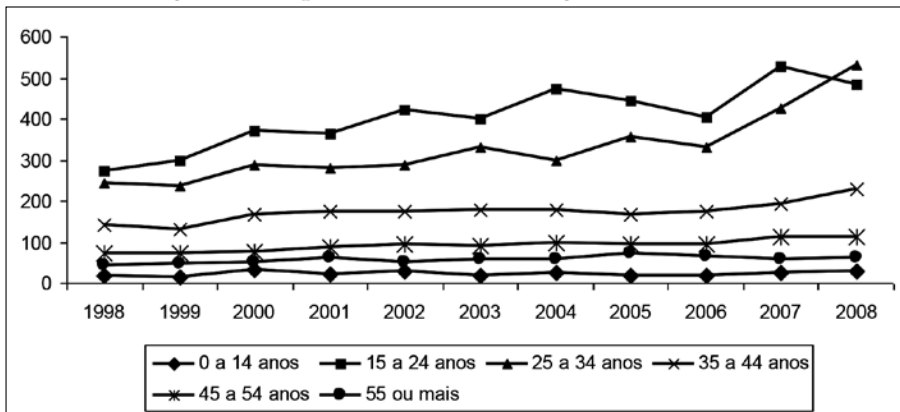


Fonte: SIM/MS, MINISTÉRIO DA SAÚDE (2011). Elaborada pelos autores.

Vimos anteriormente um aumento dos crimes na RMPA impulsionado pelo crescimento da participação masculina em conflitos que resultaram em mortes. Pelo Gráfico 7, vê-se que o percentual médio da vitimização masculina manteve-se em torno de 92% (em relação ao total de homicídios registrados na década de 1998 até 2008) e o feminino, em cerca de 8%. Essa diferença entre gênero também pode ser verificada pela razão de risco de morte por homicídios entre homens e mulheres. Nesse sentido, observamos que, em 1998, para cada mulher vitimada por homicídio na RMPA, nove homens eram assassinados. Essa razão de risco cresceu ao longo do período; em 2001, 2003 e 2005, para 13 homens mortos por violência havia uma mulher assassinada; em 2006 e 2007, essa razão foi de 14/1 e 15/1, respectivamente. Em 2008, último ano da série analisada, fechou com a razão de 13/1.

A participação masculina significativa entre as vítimas de homicídio coincide com outro atributo, a faixa etária jovem. Nesse sentido, quanto à mencionada participação juvenil, ela pode ser identificada através da diferença da evolução das taxas de homicídios entre as diversas faixas etárias apresentada no gráfico seguinte.

Gráfico 8 – Evolução dos homicídios por faixas etárias na Região Metropolitana de Porto Alegre – 1998 a 2008



Fonte: SIM/MS, MINISTÉRIO DA SAÚDE (2011). Elaborada pelos autores.

O gráfico acima chama a atenção para o peso da vitimização juvenil expresso pela faixa etária de “15 a 24 anos” e também pela população na faixa posterior de “25 a 34 anos”. Ambas as faixas mencionadas apresentam uma dinâmica crescente ao longo do tempo, corroborando uma tendência de juvenescimento no perfil das vítimas de homicídio, ou seja, nas últimas décadas a concentração etária dos homicídios tem abrangido faixas menores (FREIRE; SILVA, 2010; ANDRADE; MARINHO, 2010; SAPORI, 2010). São também relevantes o movimento e a distância sincrônica descendente entre as linhas do gráfico referentes às taxas de “35 a 44 anos”, de “45 a 54 anos” e de “55 ou mais”, pois evidenciam a diminuição da vitimização por homicídio à medida que a população envelhece. O mesmo não é verificado na faixa de 0 a 14 anos, que mantém os níveis mais baixos de vitimização e praticamente constante, diferente do crescimento observado na faixa etária posterior de 15 a 24 anos – período de transição da adolescência para a juventude –, neste caso, comparando essas duas faixas etárias, há um movimento abrupto. Não aprofundaremos a discussão sobre a relação entre juventude e violência, não é objetivo deste texto. O que pretendemos foi descrever um pouco desse processo a partir da exploração dos dados de homicídios e expor a maneira como ocorre a dispersão desse fenômeno entre os diferentes grupos etários considerados.

Considerações finais

Não vamos apresentar conclusões a partir das reflexões feitas na presente análise. Nosso esforço, entretanto, é de caráter exploratório. Tentamos detectar algumas relações possíveis entre as dinâmicas do espaço metropolitano e as da criminalidade e da violência letal. Logo, este texto serve mais como um mapeamento de rumos, através da identificação de importantes dimensões problemáticas que devem ser incorporadas como objetos para um estudo mais amplo.

Primeiramente, vemos que a distribuição desigual da violência e da criminalidade necessita de estudos que considerem esses fenômenos a partir de uma perspectiva relacional às problemáticas típicas das aglomerações metropolitanas, uma vez que são as regiões metropolitanas que ainda concentram as maiores taxas de violência homicida no país.

Um elemento significativo para que a dimensão metropolitana seja incorporada aos estudos destaca-se pelo fato de que nos últimos anos, hipoteticamente, vem ocorrendo um fenômeno de interiorização da violência letal (WAISELFISZ, 2010, 2011). O senso comum costumeiramente relaciona esse fenômeno (interiorização dos homicídios) aos efeitos derivados da interiorização industrial. Contudo, no caso da RMPA, o que vimos foi uma concentração dos homicídios no município polo (Porto Alegre) e seu espraiamento para os municípios circunvizinhos (RMPA2), que possuem maior integração à dinâmica metropolitana, de acordo com o indicador *índice de integração à metrópole*. Tais municípios, devemos lembrar, apresentaram queda em sua produção industrial, sobretudo os situados na RMPA1 (Vale do Rio dos Sinos), afetada gravemente pela crise do setor coureiro calçadista, desde meados da década de 1990.

A RMPA, diferente dos maiores centros metropolitanos do país, se caracterizou por um aumento das taxas de homicídios no período que vai de 1998 a 2008, em contraste com a grande estabilidade verificada entre 1991 e 2002. A elevação dos homicídios sustentou-se, em grande medida, nas altas taxas verificadas nas cidades que compõem as intrarregiões RMPA2 (capital e municípios limítrofes) e RMPA1 (municípios do Vale do Rio dos Sinos). Assim, identificamos dois eixos de dispersão diferencial dos homicídios na RMPA; entretanto, a dispersão dos crimes letais por esses dois eixos mostrou-se bastante irregular no recorte de tempo. Sugerimos, portanto, que o homicídio – por ser um delito que obedece a lógicas muito particulares – necessita ser observado em relação ao desenvolvimento e à estruturação dos grupos criminosos. Destacamos isso porque, pelas características peculiares das regiões metropolitanas, nesses locais os crimes de homicídio possuem determinantes diferentes daqueles que incidem sobre o homicídio tradicional (crimes de sangue e honra), comuns em espaços sociais onde persiste, de forma mais arraigada, uma cultura da violência, principalmente em cidades afastadas dos maiores centros urbanos.

Destaca-se, também, que em uma primeira observação, algumas regularidades puderam ser captadas entre o *índice de integração à metrópole* e a dispersão dos homicídios pela RMPA. Todavia, carecemos de um trabalho empírico aprofundado para identificar os nexos causais presentes nessa relação, o que permitiria avaliar melhor o potencial heurístico desse indicador para análise e compreensão dos fenômenos

da violência letal, em termos específicos, e da criminalidade, em um sentido mais amplo.

Por fim, consideramos que as observações aqui feitas servem, antes de tudo, para pautar uma agenda de pesquisa. É necessário que, quanto antes, sejam identificados os fatores que aumentam os riscos de homicídio, uma vez que esse problema tem adquirido, a cada dia, um caráter epidemiológico nas regiões metropolitanas, especificamente, e no Brasil todo, em um sentido geral.

Referências

- ALONSO, J. A. F. **Efeitos da reestruturação produtiva na dinâmica da região metropolitana de Porto Alegre (RMPA) na década de 90**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2004.(Cadernos Metrôpole, n. 1).
- ANDRADE, L. T. ; MARINHO, M. A. C. A metropolização da violência letal na RMBH. In: SEMINÁRIO NACIONAL GOVERNANÇA URBANA E DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO, 2010, Natal. **Anais**. . . Natal: Observatório das Metrôpoles Brasil, 2010.
- BASEGIO, L. J. **A transição criminológica na RMPA entre 1991 e 2000**: a sua manifestação através da análise da distribuição dos apenados e dos delitos entre os municípios da região metropolitana de Porto Alegre (RMPA). 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre.
- BEATO FILHO, C. et al. Conglomerados de homicídios e o tráfico de drogas em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, de 1995 a 1999. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 5, p. 1163-1171, set. /out. 2001.
- BEATO FILHO, C. C. ; MARINHO, F. C. Padrões regionais de homicídio no Brasil. In: CRUZ, M. V. G. ; BATITUCCI, E. C. (Org.). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.p. 177-190.
- BEATO FILHO, C. C. **Crime e cidades**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE> SIM/MS – Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br>>. Acesso em: 18 set. 2011.
- CERQUEIRA, D. **Mortes violentas não esclarecidas e impunidade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPEA, 2010.

CANO, I; RIBEIRO, E. Homicídios no Rio de Janeiro e no Brasil: dados, políticas públicas e perspectivas. In: CRUZ, M. V. G. ; BATITUCCI, E. C. (Org.). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.p. 51-78.

CASTRO, M. et al. Regionalização como estratégia para a definição de políticas públicas de controle de homicídios. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 1269-1280, 2004.

CERQUEIRA, Daniel. **Mortes violentas não esclarecidas e impunidade no Rio de Janeiro**. IPEA, 2010.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **A violência contra povos indígenas no Mato Grosso do Sul e as resistências do bem viver em um terra sem males**. Mato Grosso do Sul: CIMI, 2010. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/pub/MS/Viol_MS_2003_2010.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2011.

FANDIÑO MARINO, J. M. The moral cycle of egoistic and altruistic violence: a century of bloodshed in Colombia. In: ANDERSON, M. (Ed.). **Cultural shaping of violence**. West Lafayette: Purdue University Press, 2004a.

FANDIÑO MARINO, J. M. Ciclos históricos de violência na América Latina. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 1, P. 31-38, jan. /mar. 2004b.

FANDIÑO MARINO, J. M. **Contemporary trends in violent criminal aggression**: from individual/acassional to grouped/structured agressor. Los Angeles: ASC, 2006.

FANDIÑO MARINO, J. M. **Sobreviventes, bandidos e rebeldes**: o novo caráter da agressividade social na América Latina. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2012.No prelo.

FELTRAN, G. de S. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 58, p. 59-73, jan. -abr. 2010.

FREIRE, F. H. M. de A. ; SILVA, L. E. da. Aspectos da criminalidade violenta em duas regiões metropolitanas do Nordeste: Natal e Recife. In: SEMINÁRIO NACIONAL GOVERNANÇA URBANA E DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO, 2010, Natal. **Anais**. . . Natal: Observatório das Metrôpoles Brasil, 2010.

GALVÃO, M. **O referendo do desarmamento**: um estudo da campanha do desarmamento e de medidas de segurança públicas direcionadas. 2009. Monografia (Especialização) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública, Belo Horizonte.

GOERTZEL, T. ; KUHN, T. The great São Paulo homicide drop. **Homicide Studies**, v. 13, n. 4, p. 398-410, Nov. 2009

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA: **Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000** Disponível em: < www.ibge.gov.br >. Acesso em: 12 set. 2011

LOUREIRO, V. ; GUIMARÃES, C. **Reflexões sobre a pistolagem e a violência na Amazônia**. Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/reflexoes_sobre_a_pistolagem_e%20a_violencia_na_amazonia.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2011.

MARZULO, E. Concentração de renda e desemprego na região metropolitana de Porto Alegre (RMPA): uma análise a partir das áreas de expansão de dados (AEDs). In: ROSETTA, M. (Org.) **Como anda Porto Alegre**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2009.p. 151-160. (Coleção Conjuntura Urbana, n. 8).

MEDEIROS, A. ; FANDIÑO MARINO, J. M. ; FERNANDES, P. V. Diagnóstico da violência na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), a partir da incidência de homicídios. In: ROSETTA, M. (Org.) **Como anda Porto Alegre**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2009.p. 151-160. (Coleção Conjuntura Urbana, n. 8).

MERTON, Robert K. **Sociologia: teoria e estrutura**. Rio de Janeiro: Mestre Jon, 1970.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Análise das regiões metropolitanas do Brasil**: identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias, 2006.Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrosoles.ufrj.br/produtos/produto_mc_1.pdf>. Acesso em: mar. 2010.

PHEBO, L. Impacto da arma de fogo na saúde da população no Brasil. In: FERNANDES, R. C. **Brasil: as armas e as vítimas**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005.p. 9-36.

SAPORI, L. F. (Coord.). **Os impactos do crack na saúde pública e na segurança pública**. Belo Horizonte: Centro de Pesquisas em Segurança Pública da PUC Minas, 2010.

SOARES; G; BATITUCCI, E. ; RIBEIRO, L. . Mortes desiguais em Minas Gerais: gênero, idade, estado civil e raça nos homicídios registrado pelo Sistema de Informações de Mortalidade. In: CRUZ, M. V. G. ; BATITUCCI, E. C. (Org.). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SOARES, L. E. ; GUINDANI, M. A violência do Estado e da sociedade no Brasil contemporâneo. **Nueva Sociedad**, n. 208, p. 1-10, mar. /abr. 2007. Disponível em: <http://www.nuso.org/upload/articulos/3417_2.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2010.

SOARES, G. A. D. Subdesenvolvimento econômico e social e homicídios no Distrito Federal, 1995 a 1998.In: SOARES, G. A. D. **Homicídios: políticas de controle e prevenção no Brasil**. Brasília: Ministério da Justiça, 2009.p. 69-90.

VIAPIANA, L. T. **Economia do crime**: uma explicação para a formação do criminoso. Porto Alegre: AGE, 2006.

ZALUAR, A. Gangues, galeras e quadrilhas: globalização, juventude e violência. In: VIANNA, H. (Org.). *Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais*. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 1997.p. 17-57.

WASELFISZ, J. J. **Juventude, violência e cidadania: os jovens de Brasília**. São Paulo: Cortez, 1998.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2008: municípios brasileiros**. Brasília: OEI, 2008.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2010**. São Paulo: Instituto Sangari, 2010. Disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2010/MapaViolencia2010.pdf>> Acesso em: 2 jun. 2010.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2011: os jovens do Brasil**. São Paulo: Instituto Sangari, 2011. Disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2011/MapaViolencia2011.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2011.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2012**. São Paulo: Instituto Sangari, 2012. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_web.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2012.

Anexo A**Taxa de homicídios (por 100.000 hab.) distribuída pelo tamanho da população total municípios pertencentes à RMPA/óbitos por município de residência – 1998-2007**

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Araricá	28,3	0	0	0	47	0	0	0	0	0
Glorinha	0	20,7	0	0	0	16,6	0	0	15,4	0
Capela de Santana	0	0	19,9	19,3	37,8	27,7	18,1	17,2	16,8	0
Arroio dos Ratos	22,5	21,9	22,5	7,4	22	7,2	0	7	6,9	0
Ivoti	0	0	6,5	12,6	6,2	24,1	0	22,3	0	10,6
Nova Hartz	37,3	0	6,6	0	12,4	18	17,4	0	26,4	10,2
Nova Santa Rita	0	14,7	19	30,4	5,9	5,7	22,1	5,1	0	9,6
São Jerônimo	15,6	5,3		9,9	4,9	5		10	5	15
Triunfo	14,6	4,8	13,5	4,4	13	12,8	4,2	4	7,9	15,5
Dois Irmãos	10,6	10,4	0	4,3	12,5	0	7,8	7,3	10,7	3,4
Portão	25,5	12,5	28,4	31,7	19,4	30,5	15	10,8	17,6	34,4
Eldorado do Sul	16,7	16,3	29,3	17,6	27,3	23,2	25,7	21	34,9	31,1
Charqueadas	10,5	6,8	10	9,8	9,7	9,5	6,2	3	17,7	5,8
Estância Velha	15,2	14,9	14,2	13,9	16,4	13,4	26,4	22,8	7,5	14,6
Santo Antônio da Patrulha	2,9	8,8	16,2	18,8	13,3	0	7,9	7,8	10,3	23
Parobé	16,5	32,2	6,7	23,7	21,1	39	20	18,9	14,8	10,8
Campo Bom	12,8	17,3	7,4	16,4	16,3	12,5	14,2	10,4	12	10,1
Taquara	18	11,8	20,8	9,2	9,1	21,4	17,5	10,1	21,5	21,1
Montenegro	17,4	9,5	9,1	5,4	10,7	17,6	19,1	10,1	28,1	9,8
Sapiranga	24,3	7,4	34,7	18,4	25	20,5	12,1	19,4	12,7	13,7
Esteio	19	16,1	15	16	30,5	26,5	22,6	33,7	26,4	20,4
Guaíba	14,4	22,8	30,8	32,2	28,7	32,3	49,7	24	35,9	31,6
Cachoeirinha	26,7	32	32,5	33,7	33,1	26,4	33,8	31,7	25,4	40,3
Sapucaia do Sul	25,4	18,3	16,3	19,2	15	27,3	23,8	17,2	28	24,6
Alvorada	40,3	36,5	40,8	50,3	55,5	50,3	60,2	47,1	34,4	59,6
São Leopoldo	24,1	26,9	37,7	34,1	33,7	43,2	35,3	27,2	34,8	39
Viamão	24	29,9	29,9	22,8	18,1	26,9	34,1	33,5	24,4	37,1
Novo Hamburgo	25,9	22,5	27,1	38,4	26	23,2	22,5	23,5	29,8	25,2
Gravataí	13,8	16,1	16,3	20,1	22,2	12,5	16,6	18,1	15,1	24,2
Canoas	24,8	19,4	24,8	29,7	29,6	35,9	28,7	37,7	29,7	31,1
Porto Alegre	23,4	24,9	30	25,9	31,2	28,8	31,1	33,9	30,3	39,4

Fonte: SIM/MS, MINISTÉRIO DA SAÚDE (2011).

Elaboração: Observatório das Metrôpoles/INCT-CNPq.

Anexo B

Total de Homicídios (número absolutos) distribuído pelo tamanho da população total municípios pertencentes à RMPA/óbitos por município de residência – 1998-2007

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Araricá	1	0	0	0	2	0	0	0	0	0
Glorinha	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0
Capela de Santana	0	0	2	2	4	3	2	2	2	0
Arroio dos Ratos	3	3	3	1	3	1	0	1	1	0
Ivoti	0	0	1	2	1	4	0	4	0	2
Nova Hartz	5	0	1	0	2	3	3	0	5	2
Nova Santa Rita	0	2	3	5	1	1	4	1	0	2
São Jerônimo	3	1	0	2	1	1	0	2	1	3
Triunfo	3	1	3	1	3	3	1	1	2	4
Dois Irmãos	2	2	0	1	3	0	2	2	3	1
Portão	6	3	7	8	5	8	4	3	5	10
Eldorado do Sul	4	4	8	5	8	7	8	7	12	11
Charqueadas	3	2	3	3	3	3	2	1	6	2
Estância Velha	5	5	5	5	6	5	10	9	3	6
Santo Antônio da Patrulha	1	3	6	7	5	0	3	3	4	9
Parobé	7	14	3	11	10	19	10	10	8	6
Campo Bom	7	9	4	9	9	7	8	6	7	6
Taquara	9	6	11	5	5	12	10	6	13	13
Montenegro	9	5	5	3	6	10	11	6	17	6
Sapiranga	16	5	24	13	18	15	9	15	10	11
Esteio	15	13	12	13	25	22	19	29	23	18
Guaíba	13	21	29	31	28	32	50	25	38	34
Cachoeirinha	27	33	35	37	37	30	39	38	31	50
Sapucaia do Sul	30	22	20	24	19	35	31	23	38	34
Alvorada	69	64	75	95	107	99	121	99	74	131
São Leopoldo	45	51	73	67	67	87	72	57	74	84
Viamão	49	62	68	53	43	65	84	86	64	99
Novo Hamburgo	61	54	64	92	63	57	56	60	77	66
Gravataí	30	36	38	48	54	31	42	48	41	67
Canoas	72	57	76	92	93	114	92	124	99	105
Porto Alegre	305	327	408	356	432	402	437	485	436	572

Fonte: SIM/MS, MINISTÉRIO DA SAÚDE (2011). Elaboração: Observatório das Metrópoles/INCT-CNPq.

Crimes letais em escala metropolitana: o caso de Fortaleza

Maria Clélia Lustosa Costa
Fabiano Lucas da Silva Freitas

Introdução

As metrópoles constituem a escala geográfica que detém a maior parte dos crimes violentos. No ano de 2007, foram registrados 47.707 crimes letais no Brasil, e somente as regiões metropolitanas concentraram 58,39% dos homicídios ocorridos no território nacional, o que, em números absolutos, equivalem a 27.858 de pessoas vítimas, num total de 43 regiões metropolitanas¹ (SIM/DATASUS, 2009).

Como em outras regiões brasileiras, a violência na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) tem aumentado, com taxa superior ao crescimento populacional. Tomando como parâmetro o número de homicídios nas regiões metropolitanas, Fortaleza situa-se numa zona intermediária entre as metrópoles mais violentas. Uma taxa média de 26,8 assassinatos por 100.000 habitantes no período de 2001 a 2006 a colocou na 19^o colocação no *ranking* de homicídios das metrópoles brasileiras. No contexto regional, a RMF esteve entre as quatro mais violentas da região Nordeste, ficando abaixo apenas das regiões metropolitanas de Maceió (Alagoas) e Recife (Pernambuco) e do aglomerado Petrolina/Juazeiro (Pernambuco/Bahia) – Tabela 1. Como se percebe, as taxas de homicídios cresceram mais rapidamente na escala municipal e da RMF do que no Brasil. Todavia, isso não significa que a situação não seja preocupante, notadamente se considerar a enorme concentração de renda, a quantidade de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza e/ou do mercado informal.

¹ Taxas calculadas a partir dos óbitos informados ao Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM). As análises devem considerar as limitações de cobertura e qualidade da informação da causa de óbito.

Tabela 1 – Taxa de homicídio para o município de Fortaleza, Região Metropolitana de Fortaleza, estado do Ceará, região Nordeste e Brasil

Ano	Fortaleza	RMF	Ceará	Nordeste	Brasil
1998	19,6	17,2	13,5	18,5	25,9
1999	21,3	21,5	15,5	17,6	26,2
2000	24,5	24,9	16,7	19,4	26,8
2001	24,1	23,6	17,0	21,9	27,9
2002	27,0	25,7	18,9	22,5	28,5
2003	29,9	27,5	20,1	24,0	29,1
2004	24,9	26,0	19,8	23,0	26,9
2005	30,9	28,7	21,0	25,6	26,1
2006	31,2	30,4	21,8	28,0	26,6
2007	36,4	34,7	23,2	29,6	25,5

Fonte: SIM/DATASUS, 2010.

As hipóteses levantadas sobre a distribuição da violência no espaço e sobre a população mais atingida indicam vários fatores: crescimento das taxas de urbanização, aumento da pobreza e desestrutura familiar, dentre outros. Em síntese, todos esses fatores podem ser inseridos nas discussões sobre desigualdade socioespacial e vulnerabilidade socioeconômica a que são submetidos alguns grupos populacionais.

Neste artigo, partimos das ideias de Cano e Santos (2007), que tratam da violência letal levando em consideração a escala espacial, destacando a necessidade de uso de metodologia diferenciada para o país, a região, o estado, a metrópole, o município e o bairro. Para os autores, isso

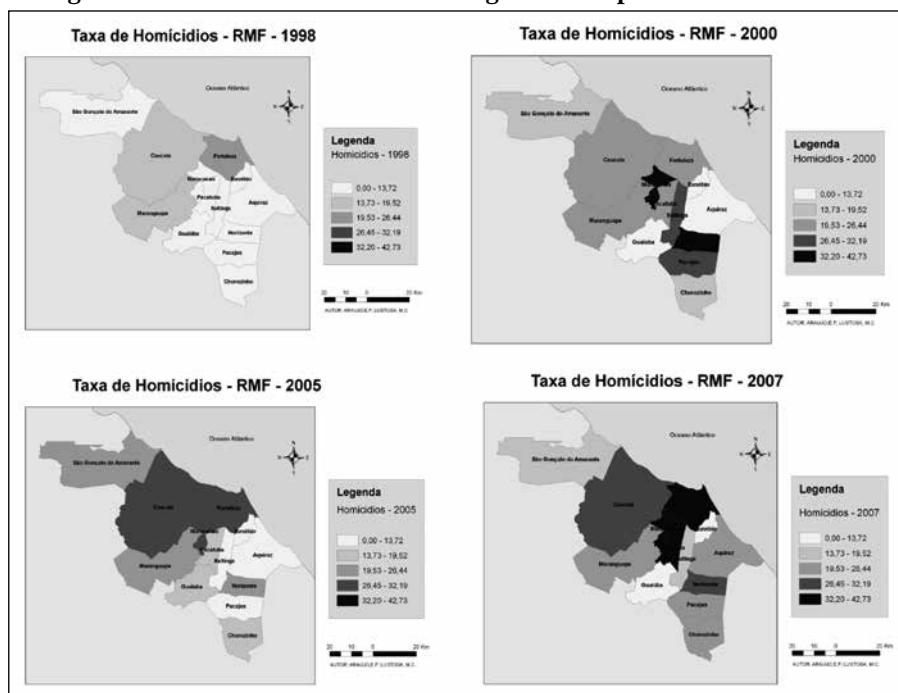
[. . .] confirma a velha sabedoria metodológica de que as relações entre variáveis podem não ser as mesmas quando medidas em níveis diferentes. A força da relação pode ser diferente em níveis diferentes ou pode ser compensada por outros fatores num ou noutro nível particular. (CANO; SANTOS, 2007, p. 84).

Este estudo se centrará na escala metropolitana, partindo da hipótese, já comprovada em pesquisas realizadas em outras cidades, de que a violência aumenta à proporção em que se intensifica o processo de urbanização. As maiores taxas de homicídio ocorrem nos municípios com maior percentual de população urbana. A distribuição espacial dos homicídios na RMF está relacionada com as áreas mais densas, mais urbanizadas, industrializadas e com maior integração à dinâmica da aglomeração metropolitana.² Não é por acaso que Maracanaú,

² Integração metropolitana, entendida como o adensamento de fluxos econômicos

Caucaia, Pacatuba e Fortaleza são os municípios com maiores taxas de crimes letais. A criminalidade que era maior na capital se espalha para municípios da RMF, que apresentam maior taxa de urbanização e integração com o município polo (Figura 1).

Figura 1 – Taxa de homicídios na Região Metropolitana de Fortaleza



Fonte: SIM/DATASUS, 2010.

Para Cano e Santos,

[. . .] a forte influência da urbanização sobre a violência letal, confirmada tanto no nível interestadual quanto no intermunicipal, se ajusta à tradicional noção sociológica de que o controle social é muito mais poderoso nas áreas rurais do que nos ambientes urbanos [. . .] (CANO; SANTOS, 2007, p. 84).

e populacionais. Para a classificação e a identificação dos municípios com maior ou menor grau de integração, foram utilizados indicadores elucidativos da dinâmica espacial da ocupação, representada por elevadas densidades demográficas, elevado crescimento da população, ocupações preponderantemente em atividades urbanas e elevados fluxos de movimento pendular (DESCHAMPS et al. , 1997).

Os autores, no entanto, ressaltam a necessidade de analisar uma combinação de fatores:

[. . .] urbanização rápida sem serviços sociais, pobreza, falta de controle social e anonimato, desigualdade, falta de oportunidades para a juventude etc. – o que provocaria, nas cidades, altos níveis de violência. (CANO; SANTOS, 2007, p. 85).

O espaço intramunicipal e, mais ainda, o espaço intraurbano são os que mais sofrem a influência da renda. Cano e Santos analisando esse problema em diferentes escalas, com base em uma série de mapas de risco para várias cidades do Brasil, conclui:

Em todas essas cidades, os habitantes de áreas de renda baixa ou média invariavelmente experimentavam um risco consideravelmente mais alto de serem assassinados do que os residentes de áreas afluentes. Há uma superposição considerável entre o mapa socioeconômico e o mapa de risco de homicídios em cada cidade. Em consequência, é muito consistente a evidência a favor da hipótese de que as taxas de homicídios nas áreas metropolitanas do Brasil são mais altas entre os habitantes de bairros pobres do que entre os habitantes de bairros de classe média ou média alta. (CANO; SANTOS, 2007, p. 79-80).

A criminalidade violenta, particularmente os homicídios, não incide homogeneamente sobre todos os espaços das metrópoles brasileiras. Ela parece acompanhar as desigualdades sociais intraurbanas. Na RMF, essa conjuntura não é diferente. Nos estudos sobre violência, destaca-se a distribuição desigual da criminalidade violenta na cidade, que geralmente concentra-se nos bairros de pessoas com baixos níveis educacionais e de renda. Os números mais expressivos de homicídios são encontrados nos bairros cuja população está sujeita à maior vulnerabilidade social, atingindo preferencialmente os habitantes que residem em espaços segregados. A combinação entre indicadores sociais desfavoráveis e violência estigmatiza essas populações (FREITAS, 2010).

Estudo feito em Fortaleza na escala do intraurbano e do bairro, realizado por Fabiano Lucas Freitas (2010), comprova a seguinte tese: a criminalidade letal é mais alta nos bairros mais pobres, periféricos, sem infraestrutura e serviços, onde se concentra uma população mais vulnerável. Há uma desigualdade econômica e social diante da morte. Os grupos mais vulneráveis, os mais suscetíveis ao risco de morrer, as

vítimas preferenciais da violência letal são jovens solteiros e pardos, do sexo masculino, com baixo nível de escolaridade, moradores das áreas periféricas, pouco assistidas pelas políticas governamentais. Como afirma Santos (2007), o fenômeno da “violência concentra-se nas periferias da capital, dramatizando ainda mais a precarização das condições de vida nessas regiões”.

Diversos fatores colaboram para essa conjuntura violenta na cidade: o crime organizado (em especial o tráfico de drogas), as disputas de gangues e os conflitos territorializados. Fortaleza está em acentuado processo de fragmentação socioespacial, balizado por conflitos territorializados que se multiplicam e se intensificam por toda a cidade, extrapolando inclusive para outros municípios (FREITAS, 2010).

Neste artigo, a análise, na escala metropolitana, compara as mudanças ocorridas no tempo e no espaço, articulando com as funções de cada município na divisão regional do trabalho e as transformações socioeconômicas na RMF, pondo em destaque algumas variáveis econômicas. Fundamentados nos dados de projeção populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Datasus, discutiremos a distribuição e a evolução das taxas de criminalidade violenta na RMF no período de 1998 a 2007, destacando-se os aspectos gênero, raça/cor (etnia), faixa etária, escolaridade e local de ocorrência de homicídios.

Vulnerabilidade social e desigualdade diante da morte

*Grupo de risco: homens jovens pardos solteiros
com baixo nível de escolaridade*

Como ressalta Soares (2008), a criminalidade violenta, no caso específico dos homicídios, possui uma estável composição interna de variáveis, como sexo, faixa etária e raça/cor, em determinada escala de tempo e espaço. Analisar a criminalidade letal é adentrar no ambiente social dos grupos de risco. Trata-se de entender o conjunto de fatores que fazem com que alguns grupos sejam mais vulneráveis a serem vítimas de homicídios do que outros.

A expressão *vulnerabilidade social* ganhou maior destaque no fim da década de 1980 e nos anos 1990, quando as pesquisas deixaram de

se preocupar somente com os perigos naturais e abordaram também os perigos sociais e a gestão de desastres (MARANDOLA JÚNIOR; HOGAN, 2005). Nesse momento, a demografia utiliza a

[...] noção de risco associada às probabilidades de ocorrerem certos eventos da dinâmica demográfica. Esse risco é fruto de um cálculo matemático, que tem seus elementos definidos de acordo com a natureza de tal fenômeno. Calcula-se, principalmente, o risco de morte e o de contrair uma determinada doença. (MARANDOLA JÚNIOR; HOGAN, 2005, p. 37).

Contudo, a noção de risco não se restringe apenas ao de morte, acrescentam-se o risco de ter filho na adolescência e de entrar em alguma atividade econômica ilícita ou ficar desempregado. Recentemente, a preocupação se direciona ao risco de exclusão e de pobreza. Para tanto, torna-se necessários a delimitação e o reconhecimento dos fatores de risco, podendo eles ser tanto demográficos (natalidade, gênero e família) quanto resultado das condições socioeconômicas dos pais, da escolaridade e dos comportamentos e situações de risco.

Os termos *vulneráveis* e *grupos vulneráveis* têm sido utilizados com muita frequência em círculos intelectuais e governamentais na América Latina. De acordo com o Pizarro (2001), o conceito de vulnerabilidade tem dois componentes principais. Em parte, o estado de insegurança que experimenta as comunidades, as famílias e os indivíduos devido ao impacto provocado por algum tipo de evento econômico-social e, em outra, refere-se ao manejo de recursos e estratégias que utilizam as comunidades, famílias e pessoas para enfrentarem esse evento. Para Peres (2007), o conceito de vulnerabilidade proporciona outra forma de analisar a questão. A violência interpessoal, como o próprio nome indica, surge na relação entre pessoas que estão inseridas num determinado contexto social, cultural e histórico. São os elementos contextuais, aliados às características individuais, que conformam os fatores de risco e proteção, os quais permeiam as relações sociais e atuam na determinação de situações de violência, modulando a dinâmica da vitimação (PERES, 2007, p. 127).

Neste estudo, daremos ênfase às condições sociais e econômicas que tornam uma pessoa mais suscetível de ser vítima de um crime letal. Analisando os dados do SIM/Datasus, verificamos que existem algumas características que tornam o indivíduo mais vulnerável a ser vitimado por homicídio na Região Metropolitana de Fortaleza. Esse

indivíduo, hipotético, deve ser jovem, do sexo masculino, solteiro e com menos de oito anos de estudo. Evidente que a relação não é causal e nem tão simples assim; existem outros fatores compensatórios que merecem ser levados em consideração.

Criminalidade por faixa etária na RMF

As condições socioeconômicas das últimas décadas, associadas à formação e organização de microgrupos sociais (gangues, bandos ou quadrilhas), ligados às práticas violentas e ao tráfico de drogas, são preponderantes para o agravamento da violência juvenil, fazendo da juventude o grupo mais vulnerável. As políticas públicas são elaboradas com base nas teorias que discutem os aspectos conceituais e indicam fatores que tornam os jovens mais suscetíveis à criminalidade letal. Conceitualmente, o termo *juventude* refere-se ao período de ciclo de vida no qual as pessoas passam da infância à condição de adultos e durante o qual se produzem importantes transformações biológicas, psicológicas, sociais e culturais, variando conforme a sociedade, cultura, etnia, classe social e gênero (WAISELFIZ, 1998).

Usualmente, utilizam-se ciclos de idade nas comparações internacionais para analisar os jovens em distintos contextos. Apesar da utilidade e necessidade desse tipo de procedimento, surgem dúvidas sobre o início e o fim da juventude. Conforme Waiselfiz (1998), embora tenham várias abordagens, há um razoável consenso em relação ao limite inferior do que se considera juventude, prevalecendo o enfoque físico, biológico e psicológico, o que diferencia o adolescente da criança. As dúvidas maiores surgem no estabelecimento do limite superior, pois “as fronteiras da juventude em relação à fase adulta são de fato confusas” (WAISELFIZ, 1998, p. 23).

Para Waiselfiz (1998), a abrangência do termo *juventude* se justifica por diversos fatores. A passagem do rural para o urbano faz com que se tenha um alargamento da juventude. Existem disputas interdisciplinares e perda da definição do que se considera um ser adulto. Atualmente, há uma tendência à “juvenilização” dos adultos no que concerne a aparência e os costumes. Por outro lado, deve-se considerar que os jovens também experimentam um processo de “adulterização” precoce, pois estão assumindo muito cedo os papéis e costumes da vida adulta. Levi e Shcmitt (2006) veem a juventude como uma construção social e cultural:

[...] o que nos interessa é justamente o caráter marginal ou limítrofe da juventude, o fato de ser algo irredutível a uma definição estável e concreta. De resto, é precisamente sua natureza fugidia que carrega significados simbólicos, de promessas e de ameaças, de potencialidade e de fragilidade, construção cultural, a qual em todas as sociedades é objeto de uma atenção ambígua, ao mesmo tempo cautelosa e plena de expectativas. (LEVI; SHCMITT, 1996, p. 8).

Nesse sentido, para efeito sociológico, cultural e fins metodológicos – e tendo por base dados do SIM/Datasus –, juventude é aqui entendida como a população do intervalo de 15 a 24 anos. A rigidez dos dados demográficos ou jurídicos pode obscurecer o caráter instável e irredutível da juventude. De acordo com Levi e Shcmitt (1996, p. 8), “os indivíduos não pertencem a grupos etários, eles os atravessam”. No processo de ajustamento social, Cruz e Batitucci salientam: “Os jovens vivenciam um processo de transição para a vida adulta, quando então sua agressividade tem um caráter de habilitá-los para a vida adulta a se automatizarem e a ocuparem um lugar no espaço social.” (SANTOS, 2007, p. 13).

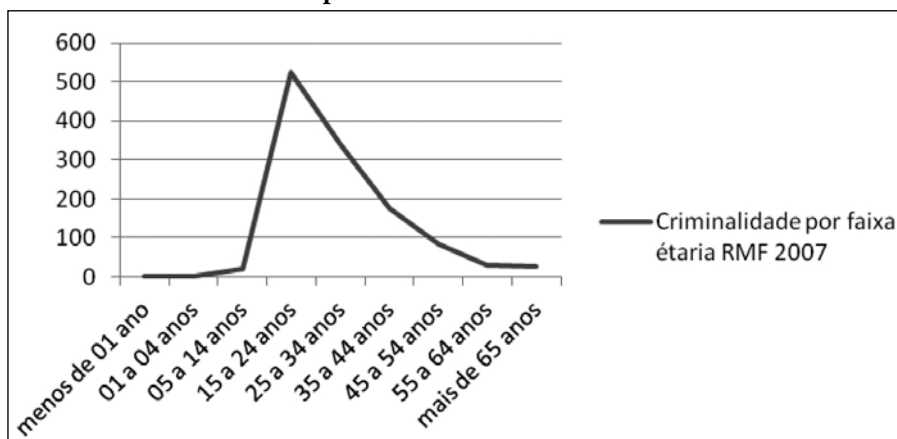
O mundo contemporâneo nos ensina que não existe uma única juventude, daí o termo *juventudes* empregado por alguns autores. Em contrapartida, como observa nos estratos sociais médios e altos urbanizados, a juventude se alarga para a faixa etária de 25 a 29 anos (WASELFIZ, 1998). Os dados analisados mostram que a violência na RMF se agrega numa faixa etária muito mais ampla do que a esperada.

Parece existir um marco bem-definido para a agudização da criminalidade violenta juvenil na RMF. Até o ano de 1998, a taxa de homicídio se manteve no patamar de 32,74 por grupos de 100.000 habitantes, para a faixa etária de 15 a 24 anos. No ano seguinte, a taxa salta para 36,11, e nos anos posteriores essas taxas se mantiveram mais ou menos estáveis, com agravamento do problema a partir do ano de 2005, com 56,59. Em 2007, a taxa chegou a 73,21 homicídios para um grupo de 100.000 habitantes, gerando um aumento de 44,72%, se comparado a 1998. Na faixa etária de 25 a 34 anos, a taxa ficou em torno de 55,18, verificando um incremento de 54,87%, variando em cada município, conforme suas características. Todas as outras faixas etárias registraram aumentos consideráveis nas taxas de homicídios. No entanto, concentraram 71,74% das ocorrências de crimes letais na RMF, em 2007, as faixas etárias de 15 a 24 e de 25 a 34 anos, 47,41% e 28,33%, respectivamente.

O mapa de distribuição espacial dos casos de homicídios em 2007 aponta Maracanaú (92,92), Pacatuba (84,18) e Fortaleza (82,19) como os municípios com as mais elevadas taxas de homicídios para a faixa etária de 15 a 24 anos. Taxas de homicídios intermediárias são encontradas em Caucaia (52,80), Aquiraz (45,55), São Gonçalo do Amarante (47,16), Chorozinho (44,09) e Pacajus (36,70). Os demais municípios não apresentaram taxas superiores a 30 homicídios por grupo de 100.000 habitantes. Já para a faixa etária de 25 a 34 anos de idade as maiores taxas foram registradas em Maracanaú (79,71), Pacajus (73,79), Maranguape (71,56) e Pacatuba (65,19). O município de Fortaleza registrou 53,84.

Portanto, na primeira faixa etária de 15 a 24, os municípios mais integrados e urbanizados foram os que apresentaram as maiores taxas de homicídios, enquanto na faixa etária de 25 a 34 os municípios rurais contribuem de forma mais significativa na ascensão das taxas de homicídios. Em todo caso, percebe-se um alargamento da criminalidade violenta para outras faixas etárias pelos motivos já relatados na RMF.

Gráfico 1 – Criminalidade por faixa etária Região Metropolitana de Fortaleza – 2007



Fonte: SIM/DATASUS, 2010.

Criminalidade letal por raça/cor na RMF (1998-2007)

No caso específico das mortes letais, existe uma acentuada concentração com relação à raça/cor.³ De acordo com os dados disponibilizados pelo SIM/Datasus, somente no período de 1998 a 2007, 3.819, ou seja, 85% foram vítimas de homicídios na RMF, excetuando-se os casos ignorados, no período em análise, que são de pessoas pardas. Apenas 2% do total de casos registrados, isto é, 57 vítimas, eram de cor negra. O pequeno percentual de negros entre as vítimas explica-se pelo fato da reduzida presença de indivíduos dessa etnia no Ceará, em virtude da colonização baseada nas fazendas de gado que não utilizavam o trabalho escravo. Apenas 12% dos casos válidos de homicídios ocorrem em brancos. Em número absoluto, 546 de pessoas brancas foram vítimas da criminalidade letal. Outros grupos possuem uma participação diminuta no contexto da violência. Logo, a violência tem uma cor, e são os pardos as maiores vítimas de homicídios na cidade de Fortaleza, como já foi assinado. Em geral, são homens jovens moradores de territórios estigmatizados.

Wacquant (2001) fala que a dualização da metrópole leva não apenas à marginalização dos pobres, bem como os condena a uma redundância social e econômica. O autor alerta que a realidade e os estigmas territoriais não devem ser subestimados:

Em primeiro lugar, o sentimento de indignidade pessoal que ele carrega assume uma dimensão altamente expressiva da vida cotidiana, que colore as relações interpessoais e afeta negativamente as oportunidades nos círculos sociais, nas escolas e nos mercados de trabalho. Em segundo, observa-se uma forte correlação entre degradação simbólica e o dismantelo ecológico dos bairros urbanos: áreas comumente percebidas como depósitos de pobres, anormais e desajustados tendem a ser evitadas pelos de fora, “assinaladas” pelos bancos e corretores de imóveis, desdenhadas pelas firmas comerciais e ignorados pelos políticos, tudo isso colaborando para acelerar-lhes o declínio e o abandono. Em terceiro, a estigmatização territorial origina entre os moradores estratégias socióforas de evasão e distanciamento mútuos e exacerba processos de diferenciação social interna, que conspiram em diminuir a confiança interpessoal e em minar o senso de coletividade necessário ao

³ O uso do termo raça/cor se deve a utilização da nomenclatura utilizada tanto pelo IBGE como pelo SIM/Datasus.

engajamento na construção da comunidade e da ação coletiva. (WACQUANT, 2001, p. 33).

Dito isso, não pretendemos afirmar a existência de guetos urbanos na cidade de Fortaleza e de grupos perigosos ou *outsiders*, os foras da lei que fugiram aos padrões de condutas socialmente estabelecidos. Não obstante, o que nos chama a atenção é o fato de que, em uma cidade com uma razoável heterogeneidade racial, os homicídios se concentrem prioritariamente em um grupo social particular, jovens pardos dos bairros populares da cidade de Fortaleza.

Segundo os dados do IBGE (2000), 2.770.560 pessoas do estado do Ceará se declararam de cor/raça branca, o que equivale 37,28% da população. A soma de pardos e negros na população no estado é da ordem de 4.579.638 (61,62%). Separando esses dois grupos, temos 305.279 (4,11%) de negros e 4.274.359 (57,51%) de pardos. Assim, a distribuição dos homicídios na cidade não obedece a essa proporção aferida pelo censo do IBGE (2000) – Tabela 2 e Gráfico 2). Batitucci, Ribeiro e Soares explicam essa questão da seguinte forma:

Sabe-se que existe uma relação entre status econômico e raça no Brasil. Vários estudos demonstram que os negros, em comparação com os brancos, têm níveis educacionais mais baixos, ocupações menos qualificadas e menor renda. Sabe-se também que, dentro de várias áreas metropolitanas, há uma relação inversa entre indicadores de status socioeconômico e vitimação. (BATITUCCI; RIBEIRO; SOARES, 2007, p. 97).

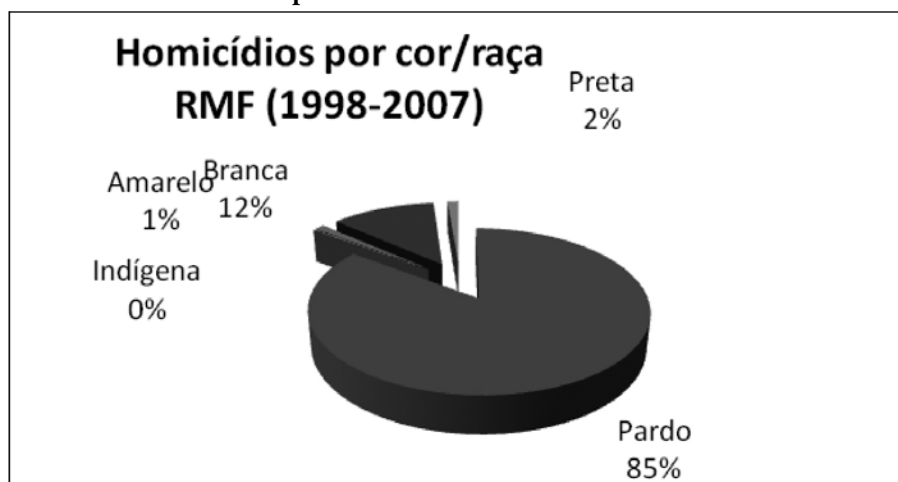
Em estudo realizado em 2010, Freitas verificou que os bairros de Fortaleza que registram alta incidência de homicídios apresentam concomitantemente elevada proporção de casos de criminalidade letal para cor parda. Não por acaso, os bairros mais violentos para essa variável possuem população altamente vulnerável, traduzindo em baixa escolaridade, baixos salários e falta de estabilidade no emprego, ou seja, muitos inseridos no mercado de trabalho informal.

Tabela 2 – Distribuição de crimes letais por raça/cor na Região Metropolitana de Fortaleza – 1998-2007

Raça/Cor	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total	%
Preta	3	6	6	10	2	1	5	1	8	15	57	1,27
Branca	25	23	95	53	44	58	60	43	51	94	546	12,19
Pardo	152	325	430	375	304	308	298	335	477	815	3819	85,25
Indígena	1	0	1	0	5	0	0	0	0	0	7	0,16
Amarelo	0	49	0	0	0	1	0	0	0	1	51	1,14
RMF	181	403	532	438	355	368	363	379	536	925	4480	100,00

Fonte: SIM/DATASUS, 2010.

Gráfico 2 – Distribuição dos crimes letais por cor/raça na Região Metropolitana de Fortaleza – 1998-2007



Fonte: SIM/DATASUS, 2010.

Criminalidade letal por ano de estudo

É importante salientar que a ocorrência de homicídios possui uma estreita relação com o contexto socioeconômico da população vitimizada. Verificou-se que 60, 95% das vítimas de homicídios na RMF não completaram o ensino fundamental, possuindo menos de três ou oito anos de estudos. Os dados denunciam que 54,02% deles não chegaram nem a completar a primeira etapa do ensino fundamental (Tabela 3).

Assim, o baixo nível educacional, associado às transformações no mercado de trabalho das últimas décadas, forma um conjunto de

fatores que afastam os jovens do trabalho e os aproximam das atividades ilícitas e da criminalidade violenta. São grupos de jovens que se “aventuram” no mundo das drogas, nos conflitos territorializados, nos roubos, nos furtos e estão majoritariamente fora e/ou sem perspectiva para entrar no mercado de trabalho, cada vez mais competitivo.

Tabela 3 – Distribuição de crimes letais por ano de estudo na Região Metropolitana de Fortaleza – 1998-2007

Anos de estudo	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total	%
Nenhum	28	31	49	35	23	29	32	43	56	58	384	10,23
1 a 3 anos	0	0	118	93	228	178	199	279	289	260	1644	43,79
4 a 7 anos	0	0	44	80	117	123	145	194	203	260	1166	31,06
8 a 11 anos	0	0	22	15	39	34	52	66	96	95	419	11,16
12 anos e mais	3	24	10	7	13	15	13	15	19	22	141	3,76
Total	31	55	243	230	420	379	441	597	663	695	3754	100,00

Fonte: SIM/DATASUS, 2010.

Criminalidade letal por estado civil das vítimas na Região Metropolitana de Fortaleza

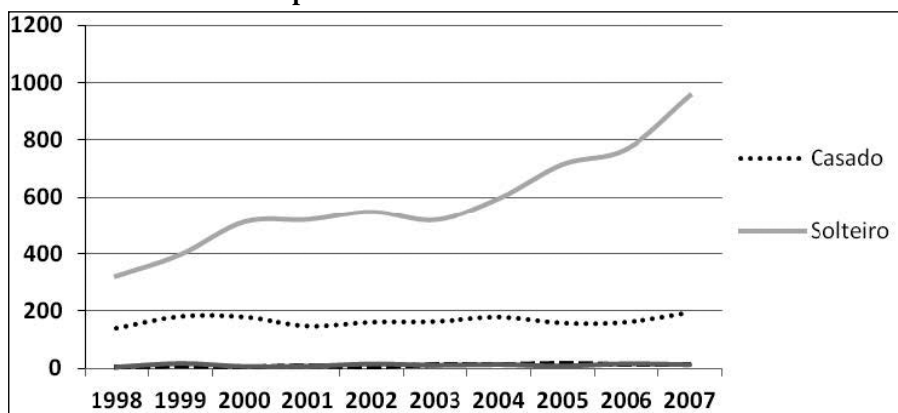
Outra variável importante derivada do SIM/Datasus é o estado civil das vítimas de homicídios. A tabela a seguir mostra que 89,46% dos óbitos por homicídios ocorreram com pessoas de estado civil solteiro, no período de 1998 a 2007, 5.841 vítimas, em número absoluto foram crimes letais em solteiros. No estado civil casado, se alcançou a taxa de 25,44%, e as demais classificações de estado civil representaram aproximadamente 3,06% do total das ocorrências. Observou-se uma inquietante escalada nas ocorrências de vítimas de homicídios com estado civil solteiro, passando de 321 casos, em 1998, para 954 casos, em 2007. Os demais estados civis mantiveram certa uniformidade (Tabela 4 e Gráfico 3).

Tabela 4 – Distribuição de crimes letais por estado civil na Região Metropolitana de Fortaleza – 1998-2007

Estado civil	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total	%
Casado	141	180	178	148	161	163	178	158	161	193	1661	25,44
Solteiro	321	396	511	519	547	518	594	714	767	954	5841	89,46
Separado	4	9	4	8	5	11	12	15	14	14	96	1,47
Viúvo	3	17	5	6	15	10	13	7	16	12	104	1,59
Total	469	602	698	681	728	702	797	894	958	1173	6529	100,00

Fonte: SIM/DATASUS, 2010.

Gráfico 3 – Distribuição de crimes letais por estado civil na Região Metropolitana de Fortaleza – 1998-2007



Fonte: SIM/DATASUS, 2010.

Local de ocorrência de crimes letais na Região Metropolitana de Fortaleza

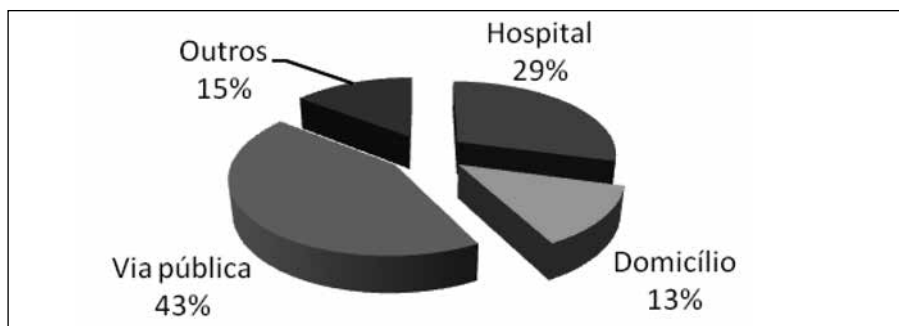
São nas ruas da RMF que confrontos entre grupos sociais, gangues ou quadrilhas alcançam resultados letais, o que explicam os 43,32% dos homicídios em vias públicas. É importante esclarecer que se contabiliza o local de ocorrência de um homicídio pelo local de falecimento da vítima, podendo o ato de violência ter sido concretizado em outra localidade. Essa ressalva é importante, pois 29,29% dos falecimentos ocorrem nos hospitais, podendo a agressão ter ocorrido na via pública ou no domicílio. Outros 13,01%, dos casos de homicídios ocorrem em domicílios, motivados por execuções sumárias ou crimes passionais (Tabela 5 e Gráfico 4)

Tabela 5 – Distribuição de crimes letais por local de ocorrência – 1998-2007

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total	%
Domicílio	83	133	123	91	82	90	80	95	102	111	990	13,01
Hospital	146	212	227	184	237	194	206	222	294	306	2228	29,29
Via pública	142	93	280	324	321	338	324	375	499	599	3295	43,32
Outro	92	138	58	61	127	210	83	65	87	173	1094	14,38
Total	463	576	688	660	767	832	693	757	982	1189	7607	100,00

Fonte: SIM/DATASUS, 2010.

Gráfico 4 – Distribuição dos crimes letais por local de ocorrência – 1998-2007



Fonte: SIM/DATASUS, 2010.

Urbanização, integração metropolitana e aumento das taxas de homicídios na Região Metropolitana de Fortaleza

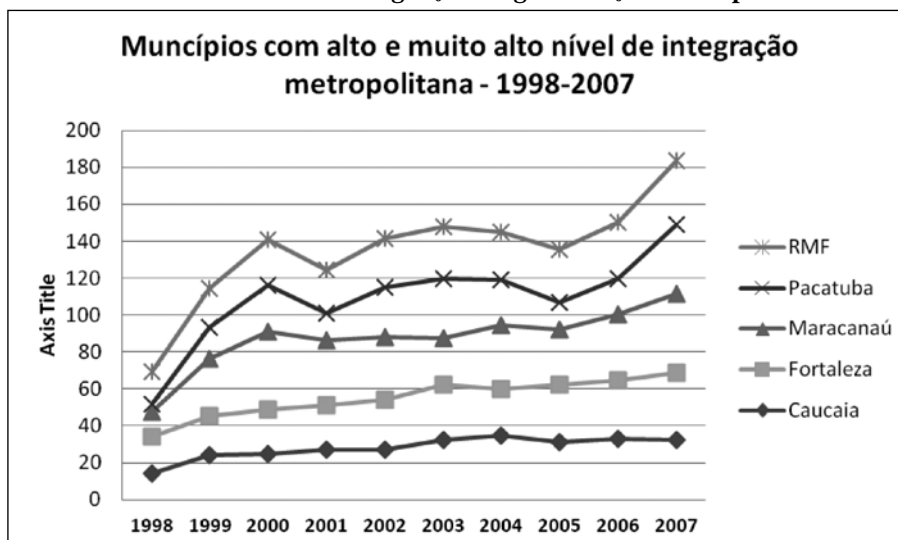
A metrópole fortalezense acumula não apenas riqueza, pessoas, infraestrutura, serviços e empregos, mas também uma quantidade considerável dos crimes letais no estado do Ceará. No período de 1998 a 2007, a RMF concentrou 56,97% das 14.575 vítimas de homicídios no estado. O peso da região metropolitana advém, sobretudo, do município polo, que, com uma população de 2.431.415 habitantes, responde por 42,08% dos crimes letais do Ceará.

Como ocorre na escala do país, em que os estados mais urbanizados apresentam taxas de homicídios maiores do que os de concentração de população rural (CANO; SANTOS, 2007, p. 83), na escala metropolitana, nos municípios da RMF, a variável urbanização é a que tem mais forte ligação com a taxa de homicídio.

Esse fato demonstra que o processo de urbanização e a expansão da malha urbana foram acompanhados de problemas sociais nos municípios metropolitanos, onde a violência letal tem se ampliado.

Em termos absolutos, o número de homicídios quase triplicou na RMF, passando de 486 homicídios, em 1998, para 1.208, em 2007 (Tabela 6 e Gráfico 5).

Gráfico 5 – Taxas de homicídio em Fortaleza e municípios com muito alta e alta integração à aglomeração metropolitana



Fonte: SIM/DATASUS, 2010.

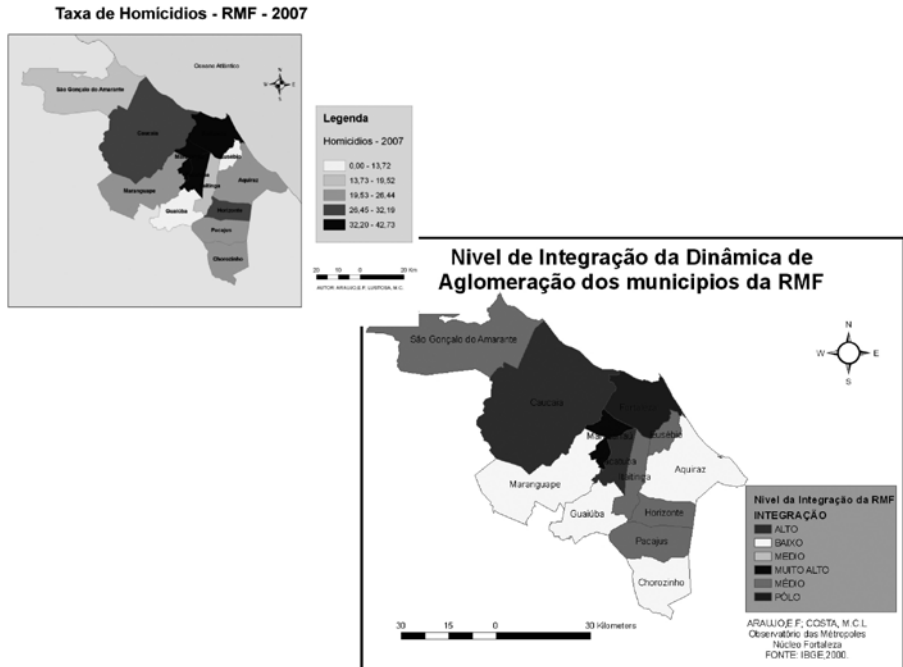
Fortaleza, que até 1998 tinha o maior índice de criminalidade violenta (19,60/ 100.000 hab.), em 2007 passa para o terceiro lugar. Outros municípios apresentaram taxas elevadas de homicídios em 2007: Maracanaú (42,73/ 100.000 hab.) e Caucaia (32,19/ 100.000 hab.), justamente os que possuem as maiores populações e, respectivamente, os de muito alto e alto nível de integração com a capital (Figura 2). Destaca-se também Pacatuba (37,54/ 100.000 hab.), área de expansão do distrito industrial de Maracanaú, com alto nível de integração, que na última década passou por um rápido e intenso processo de industrialização.

Tabela 6 – Distribuição das taxas e número absoluto e taxa de homicídios por 100.000 habitantes nos municípios da Região Metropolitana de Fortaleza – 1998-2007

Município	1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Aquiraz	3	5,45	4	7,1	5	8,27	11	17,7	3	4,73	3	4,63	12	18,12	5	7,21	12	16,92	17	23,44
Chorozinho	2	12,39	0	0,00	3	16,04	3	15,70	0	0,00	4	20,31	4	19,99	3	14,48	5	23,72	5	23,32
Eusébio	1	3,45	5	16,8	3	9,52	5	15,2	7	20,69	4	11,46	9	25,00	4	10,4	14	32,75	5	12,21
Guaiuba	-	0,00	3	18,2	-	0,00	1	4,96	1	4,91	4	19,42	-	0	3	14,06	4	18,52	3	13,72
Horizonte	3	11,11	10	36	11	32,6	7	19,6	4	10,80	5	12,96	7	17,47	11	25,28	7	15,47	15	31,93
Itaitinga	-	0,00	7	24,7	8	27,4	4	13,3	7	22,90	3	9,62	10	31,44	3	9,03	13	38,3	6	17,32
Pacajus	4	10,24	6	15	14	31,8	7	15,5	7	15,00	15	31,35	8	16,31	7	13,52	8	15,05	14	25,68
S. Gonçalo do Amarante	1	2,9	6	17	5	14	6	16,5	9	24,4	1	2,66	9	23,58	8	20,22	10	24,82	8	19,52
Maranguape	12	13,88	17	19,2	18	20,4	7	7,8	22	24	16	17,17	23	24,26	24	24,38	25	24,93	27	26,44
Pacatuba	2	4,36	8	17	13	25,2	8	14,9	15	27,4	18	32,07	14	24,34	9	14,83	12	19,25	24	37,54
Caucaia	33	14,39	57	23,9	62	24,8	70	26,9	73	27,2	89	32,16	99	34,73	95	31,25	104	33,16	104	32,19
Maracanaú	22	13,63	50	30,9	75	41,7	62	35,1	62	33,6	48	25,71	65	34,41	58	29,92	71	36,15	85	42,73
Fortaleza	403	19,6	447	21,3	520	24,3	527	24,1	600	27	674	29,87	582	25,39	731	30,78	754	31,2	895	36,40
RMF	486	17,21	620	21,50	737	24,69	718	23,56	810	26,07	884	27,94	842	26,14	961	28,69	1038	30,39	1208	34,71

Fonte: SIM/DATASUS, 2010.

Figura 2 – Nível de integração *versus* taxa de homicídios na Região Metropolitana de Fortaleza – 1998-2007



Fonte: SIM/DATASUS, 2010.

A má distribuição da população na rede urbana do estado do Ceará implica a inexistência de cidades com mais de 500.000 habitantes. Os municípios de Caucaia e Maracanaú, sedes de indústrias e de vários conjuntos habitacionais, com populações superiores a 100.000 habitantes, apresentaram, sem muitas oscilações, as maiores taxas de homicídios da RMF durante o período de 1998 a 2007. Esses municípios passaram de 14,39 e 13,63/ 100.000 habitantes para 32,19 e 42,73/ 100.000 habitantes, respectivamente (Tabela 7 e Figura 1).

As características e as funções de cada município na divisão regional do trabalho e as transformações socioeconômicas nos ajudam a compreender as alterações nas taxas de criminalidade violenta na RMF (Tabela 8).

Tabela 8 – Distribuição da população, densidade populacional, taxa de urbanização, PIB e taxas de homicídios por municípios na Região Metropolitana de Fortaleza

Município da RMF	Pop. 2007	Ranking	Área (km²)	Ranking	Densid. pop. 2007	Ranking urb. 2000	Tx Agro. 2007 %	PIB Ind. 2007 %	PIB Serv 2007 %	PIB R\$1.000 2007	Ranking	PIB/cap. 2007	Ranking PIB/cap. 2007	IDH 2000	Taxa homic. 2007	Ranking
Aquiraz	67265	5º	481	5º	139,84	11º	8,0	38,6	53,5	392.725	8º	5.838	7º	0,670	23,44	8º
Chorozinho	18261	14º	278	7º	65,69	14º	12,9	13	74,1	57.188	14º	3.132	13º	0,633	23,32	9º
Caucaia	316906	2º	1.228	1º	258,07	6º	2,2	29,9	68,0	1.469.403	3º	4.637	10º	0,721	32,19	4º
Eusébio	38189	11º	77	14º	497,96	3º	1,0	62,1	36,9	773.316	4º	20.250	1º	0,684	12,21	13º
Fortaleza	2431415	1º	313	6º	7768,1	1º	0,2	20,3	79,6	24.474.012	1º	10.066	5º	0,786	36,40	3º
Guaiúba	22405	13º	267	8º	83,91	12º	14,2	12,7	73,1	60.162	13º	2.685	15º	0,652	13,72	12º
Horizonte	48660	9º	160	10º	304,13	5º	83,2	4,0	38,4	607.207	5º	12.479	4º	0,679	31,93	5º
Itaitinga	31107	12º	151	11º	206,01	9º	90,9	3,3	73,1	101.584	12º	3.266	14º	0,680	17,32	11º
Maranguape	102982	4º	591	4º	174,25	10º	99,7	4,8	51,7	578.035	6º	5.613	8º	0,691	26,44	6º
Maracanaú	197301	3º	106	13º	1861,33	2º	74,1	0,1	57,9	2.612.318	2º	13.240	3º	0,736	42,73	1º
Pacatuba	65772	6º	132	12º	497,27	4º	91,0	1,5	48,9	364.581	10º	5.543	9º	0,717	37,54	2º
Pacajus	54881	8º	254	9º	216,07	8º	77,8	6,8	43,3	377.315	9º	6.875	6º	0,678	25,68	7º
São G. do Amarante	40312	10	834	3º	48,34	15º	62,0	14,9	65,5	552.849	7º	13.714	2º	0,639	19,52	10º

Fonte: IBGE, 2007 / SIM/DATASUS, 2010.

Em Caucaia, município com a maior extensão territorial da RMF (1.228 km²), população de 316.906 habitantes, alto nível de integração na dinâmica da aglomeração metropolitana, grande diversidade natural, econômica e social, grandes espaços com baixa densidade populacional (antigas propriedades rurais), presença de indústrias, de conjuntos habitacionais e um litoral com intensa atividade turística e de lazer, houve um crescimento gradativo da taxa de homicídios, com poucas oscilações, passando de uma taxa 14,39, em 1998, para 32,19, em 2007.

Maracanaú é o principal distrito industrial do Ceará, com a segunda maior densidade populacional e o segundo PIB do estado do Ceará. Único município com nível de integração muito alto na dinâmica da aglomeração, com população de 197.301 habitantes (2007), desde 1999 tem apresentado as maiores taxa de homicídios da RMF. A taxa passou de 13,63, em 1998, para 42,73/ 100.000 habitantes, em 2007.

Maranguape é município com grande área rural (sertão e serra), com baixa integração, quarto em população (102.982 habitantes), 10^o em densidade populacional e sexto em PIB da RMF em 2007. Sua economia, embora esteja se modernizando, com a instalação de indústrias como Dakota, Mallory e Hope, ainda se destaca pela produção de atividades tradicionais, como a de bordados. A variação nas taxas de homicídios ocorreu de 13,88, em 1998, para no ano de 2007 atingir a taxa de 26,44/ 100.000 habitantes.

Dentre os municípios com população entre e 50 e 100.000, a menor taxa de criminalidade no período de 1998 a 2007 ocorreu em Aquiraz, variando de 4,63, em 2003, a 23,44/ 100.000 habitantes, em 2007, a maior taxa da década. Esse município, com uma população de 67.265 habitantes, localiza-se no litoral leste da RMF, tendo se destacado como área de expansão de atividades do lazer e turismo, sede do Beach Park, e, mais recentemente, de moradia para a classe média alta (condomínios de luxo), apresentava baixo nível de integração em 2000. Com a construção da ponte sobre o Rio Cocó e a integração ao quarto anel viário, deverá haver ampliação da integração com a cidade polo.

Em Pacatuba, com 65.772 habitantes, quarto em densidade populacional, situado no eixo de expansão industrial de Maracanaú, com quase 50% do PIB oriundo da atividade industrial, a oscilação nas taxas de criminalidade foram maiores, com valores variando de 4,36 a 37,54/ 100.000. Apresentava alto índice de integração à cidade polo.

Pacajus, com uma população de 54.881 habitantes, em 2007,

taxa de urbanização de 77,8% e 43,5% do PIB, fruto de atividades industriais, principalmente ligada à agroindústria do caju, apresentou muita oscilação, variando de quatro a 15 homicídios nos anos de 1998 a 2003, com taxas de 10, 24 e 31,35/ 100.000 habitantes, respectivamente. Em 2004, a taxa caiu para 16,31/ 100.000 habitantes, com oito mortes. As taxas se mantêm nesse nível até 2006 (15,05), voltando a crescer em 2007 (25,68/ 100.000 habitantes).

Nos municípios com população menor do que 50. 000 habitantes, as taxas de mortalidade oscilaram muito no período de 2001 a 2007, e o nível de integração variou de médio a baixo. Como a população é reduzida, qualquer elevação no número absoluto de homicídios provoca grande aumento nas taxas.

Eusébio, emancipado em 1986, município de grandes contradições sociais, cortado por duas rodovias (BR-116 e CE-020), abriga vários condomínios fechados, a sede de uma das 500 maiores empresas nacionais (M. Dias Branco) e de várias empresas prestadora de serviços, principalmente na área de segurança. Com população de 38.189 habitantes, é o terceiro maior em densidade populacional e quarto maior PIB da RMF, com 62,1% do PIB resultado da atividade industrial (2007). Em 1998, registrou apenas um homicídio, que equivaleu a uma taxa de 6,91, atingindo, em 2006, a taxa de 32,75/ 100.000 habitantes. No entanto, esse valor cai para 12,21/ 100.000 habitantes em 2007.

Horizonte, antigo distrito de Pacajus, emancipado em 1987, era voltado para agroindústria do caju. Nos anos 1990, teve um rápido processo de industrialização, resultado de políticas públicas, alcançando uma população de 48.660 habitantes e o quinto PIB da RMF, em 2007, sendo 57,6% resultado da atividade industrial. As taxas de homicídios têm oscilado muito, passando de 11,11, em 1998, para 36,02, em 1999. Teve uma queda para 10, 80, em 2002, e depois voltou a elevar-se, alcançando a cifra de 31,93/100. 00 em 2007.

Itaitinga, com 31.107 habitantes e uma das menores áreas (150 km²) da RMF, de forma alongada, acompanhando a BR-116, concentra os presídios do estado do Ceará. Apresentou grande oscilação nas taxas de criminalidade, possivelmente em função de homicídios por disputas de poder ou acertos de conta nos presídios. Passa de zero, em 1998, a 10 homicídios, em 2004, atingindo uma taxa 31,44/ 100.000 habitantes. Em 1999, ocorreram sete casos, com taxa de 24,7; oito em 2000, com taxa de 27,4; quatro em 2001, com taxa de 13,3; sete em 2002, com taxa

de 22,90; três em 2003, com taxa de 9,62; e em 2004 alcançou a maior taxa, de 31,44/100.00 habitantes, com 10 homicídios. Há uma queda na taxa em 2005 para 9,03, elevando-se bruscamente, em 2006, para 38,30, e voltando a cair, em 2007, para 17,32/ 100.000 habitantes.

São Gonçalo do Amarante, com 40.312 habitantes em 2007, município litorâneo e eminentemente rural, passou por mudanças profundas com a construção do porto do Pecém (1995-2002). Em 2000, a taxa de urbanização de 62% era baixa em relação aos outros municípios da RMF. No período de 1998 a 2002, a criminalidade letal variou de um a nove homicídios. No ano da inauguração do porto, em 2002, alcançou a maior taxa, de 24,4/ 100.000 habitantes. Em 2003, o número de homicídios se reduz para um, equivalente a taxa de 2,66, e em 2004 sobe para oito, atingindo a taxa 23,58/ 100.000 habitantes. Permanece nesse nível nos anos seguintes: 20, 22 em 2005, 24,82, em 2006 e 19,52 em 2007. Essa variação pode estar relacionada a momentos de presença mais intensa de trabalhadores migrantes nas obras do porto do Pecém (infraestrutura, construção da termoelétrica etc.).

Em Guaiúba, antigo distrito de Pacatuba, emancipado em 1987, uma das menores densidade e um dos piores PIB per capita da RMF (12º lugar), teve uma das menores taxas de criminalidade violenta da RMF, não registrando homicídios em 1998, 2000 e 2004. As maiores taxas ocorreram nos anos de 1999 (18,15), 2003 (19,42) e 2006 (18,52), caindo para 13,72/ 100.000 habitantes em 2007. Em 2007, contava com 22.405 habitantes.

Em Chorozinho, com a menor população absoluta, 18.261 habitantes, município predominantemente rural, baixa integração a metrópole, menor PIB per capita e taxa de urbanização de 50,6%, em 2000, em termos absolutos, teve uma variação de zero a quatro mortes por ano. Nos anos de 1999 e 2002, não ocorreram homicídios. Nos outros anos, as taxas variaram de 12,39, em 1998, a 23,32/ 100.000 habitantes, em 2007.

Conclusão

Confirmando as ideias de Santos e Cano, a violência varia de acordo com a escala geográfica. No intraurbano, podemos relacionar a violência com as áreas onde se encontra a população socialmente mais vulnerável. No entanto, na escala metropolitana, os fatores integração

metropolitana, taxa de urbanização e tamanho da população são mais importantes.

A distribuição da violência segundo a renda, sexo e nível educacional reforça as teses já tratadas por outros autores, como Peres (2007). De acordo com os dados analisados, o grupo mais vulnerável são os jovens que, por fatores de ordem social, econômica e cultural, se envolvem em conflitos letais. O alargamento da criminalidade letal para outras faixas etárias merece atenção. Em Fortaleza, os homicídios atingem tanto a faixa etária de 15 a 24 anos, como também se alargam para a faixa etária de 25 a 34 anos.

Constatou-se uma concentração expressiva de homicídios de pessoas da cor parda, pois o fator estigmatização, aliado à exclusão social, contribui para tornar esse grupo social mais vulnerável a crimes violentos. Dessa maneira, a preocupação não está apenas no aumento da criminalidade, como também na propagação dos preconceitos de classes sociais, raça/cor, o que colabora para a segregação simbólica de muitas populações já estigmatizadas da RMF.

Os homicídios atingem majoritariamente os jovens com baixa escolaridade, possivelmente excluídos do mercado de trabalho ou ocupados em atividades ilícitas. A verdade é que o crescimento dos homicídios RMF é decorrente de diversos fatores conjugados, como o aumento do crime organizado (em especial do tráfico de drogas), conflitos territorializados e segregação socioespacial.

Os municípios com maiores taxas de pobreza, domicílios carentes, piores IDH e com menores índices de integração urbana são os menos violentos. Ou seja, apesar da população ser mais vulnerável socialmente, esses municípios mais pobres, mais rurais, com taxas de urbanização em torno de 60%, têm os índices de violência mais baixos da RMF.

A partir de 1999, as taxas de homicídio de Maracanaú e Caucaia ultrapassaram a da capital. Portanto, de acordo com dados de 2007, a violência se apresentou maior na capital, permanecendo em terceiro lugar durante quase toda a década nos municípios mais populosos (Maracanaú em primeiro e Caucaia em segundo); e nos municípios menores, mais recentes, com maiores PIBs na atividade industrial e com maior densidade populacional (Maracanaú em primeiro, Eusébio em quarto e Pacatuba em sexto lugar).

Alguns municípios de grande diversidade natural (litoral, serra e sertão), social e econômica, como Caucaia, Aquiraz e Maranguape,

são difíceis de avaliar pela sua heterogeneidade. Têm grandes áreas rurais e zonas densas de conjuntos habitacionais, indústrias, áreas de lazer e turismo. A violência está concentrada provavelmente nas zonas mais urbanizadas. No entanto, de acordo com dados gerais para o município, pode ficar a impressão de que a violência está diluída por todo a área. Enquanto Caucaia foi o segundo município mais violento, Aquiraz ficou em 10^o lugar, com taxas relativamente baixas durante toda a década, que variaram de 4,63 a 23,4. Maranguape alcançou o quinto lugar, em 2007, município com menor integração à Fortaleza e menores taxas de urbanização.

Eusébio, Pacajus e Itaitinga apresentam, em alguns anos, picos de violência, que podem ser explicados por suas especificidades: Itaitinga, pela concentração de presídios do estado do Ceará e Eusébio e Pacajus, por estarem relacionados à implantação de indústrias e ao crescimento da presença de migrantes.

Referências

BATITUCCI, E. C. ; RIBEIRO, L. M. L. ; SOARES, G. A. D. As mortes desiguais em Minas Gerais: gênero, idade, estado civil e raça nos homicídios registrados pelo Sistema de Informações de Mortalidade In: CRUZ, M. V. G. ; BATITUCCI, E. C. (Org.). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CANO, I. ; SANTOS, N. **Violência letal, renda e desigualdade no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

CANO, I. ; RIBEIRO, E. Homicídios no RJ e no Brasil: dados, políticas públicas e perspectivas. In: CRUZ, M. V. G. ; BATITUCCI, E. C. (Org.). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

COSTA, M. C. L. Arranjo familiar e vulnerabilidade na RMF. In: COSTA, M. C. L. ; DANTAS, E. (Org.). **Vulnerabilidade socioambiental na Região Metropolitana de Fortaleza**. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

DESCHAMPS, M. et al. **Nível de integração dos municípios à dinâmica metropolitana**. Curitiba: Iparde, 2007.

FREITAS, F. L. S. **A territorialidade da criminalidade violenta no bairro Jardim das Oliveiras – Fortaleza - CE**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

FREITAS, F. L. S. ; COSTA, M. C. Violência, vulnerabilidade e desigualdade socioespacial na RMF. In: COSTA, M. C. L. ; DANTAS, E. (Org.).

Vulnerabilidade socioambiental na Região Metropolitana de Fortaleza.

Fortaleza: Edições UFC, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2010.

LEVI, G. ; SHCMITT, J. **Introdução. História dos jovens I**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MARANDOLA JÚNIOR, E. ; HOGAN, D. J. Vulnerabilidade e riscos: entre geografia e demografia. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 29-53, jan. /jun. 2005.

PEQUENO, R. **Como anda Fortaleza**. Rio de Janeiro: Ministério das Cidades, 2009.

PERES, M. F. T. Homicídios, risco e vulnerabilidade. In: CRUZ, M. V. G. ; BATITUCCI, E. C. (Org.). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

PIZARRO, R. **La vulnerabilidad social y sus desafíos: uma mirada desde América Latina**. Motevideo: Cepal, 2001. Disponível em: <<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/3/6553/lcl1490e.pdf>>. Acesso em: 4 nov.

SANTOS, J. V. T. A agonia da vida: mortes violentas entre a juventude do país do futuro. In: CRUZ, M. V. G. ; BATITUCCI, E. C. (Org.). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO SOBRE MORTALIDADE (SIM) - DATASUS. Disponível em: <<http://w3.datasus.gov.br/datasus/datasus.php>>. Acesso em: nov. 2009.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO SOBRE MORTALIDADE (SIM) - DATASUS. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?idb2008/c09.def>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

SOARES, G. A. D. **Não matarás: desenvolvimento, desigualdade e homicídios**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

WACQUANT, L. **Os condenados da cidade: um estudo sobre a marginalidade avançada**. Rio Janeiro: Revan, 2001.

WASELFIZ, J. J. **Mapa da violência no Brasil IV: os jovens no Brasil**. Brasília: Instituto Ayrton Senna, 2002.

WASELFIZ, J. J. **Juventude, violência e cidadania: os jovens de Brasília**. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

Homicídios na Região Metropolitana de São Paulo – 1998-2007

José Duarte Barbosa Júnior

Márcio Fernandes Ribeiro

Flávio Henrique Miranda de A. Freire

Introdução

A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) recebe essa denominação segundo a Lei Complementar nº 1.139, de 16 de junho de 2011. Há, evidentemente, consonância ao artigo 25, §3º, da Constituição Federal de 1988 e aos dispositivos da Constituição do Estado de São Paulo. Essa região surge como a primeira metrópole brasileira oficialmente no ano de 1974, por meio de decreto-lei estadual, denominando-se “Região da Grande São Paulo”. Nas décadas de 1970 e 1980, suas áreas eram ocupadas em grande escala por indústrias, comércios e bancos, produzindo certamente um enorme fluxo financeiro. Além de ter uma população urbana já bem consolidada, numa densidade demográfica muito acentuada, a metrópole paulistana transformou sua paisagem urbana e cresceu em sua geopolítica.

A cidade de São Paulo, município polo da RMSP, inicia-se no processo de ocupação/urbanização com um mercado imobiliário bastante promissor e a partir de desapropriações de terras das antigas fazendas nos quais foram erguidos os primeiros loteamentos para fins de moradias (ROLNIK, 1997). No final do século XIX, sua dimensão espacial era projetada e estruturada para urbanização, mas com certo processo de ocupação desordenada, talvez decorrente da influência comercial e de possibilidades de geração de emprego, principalmente para migrantes.

A RMSP é considerada um grande centro urbano e metropolitano brasileiro, tendo área de aproximadamente 8.000 km², com população de 19.683.985 de habitantes, conforme os dados do Censo 2010. Esses habitantes estão distribuídos nos 39 municípios que compõem a

região metropolitana, sendo o município de São Paulo o principal polo metropolitano. A RMSP é maior metrópole da América Latina – está entre as mais ricas do continente –, ficando apenas atrás, em contingente populacional, da Cidade do México. Ela ainda carrega em sua memória resquícios das riquezas coloniais, dos efervescidos ciclos do café, do gado e da extração de minérios.

Devido a sua localização estratégica, a região atraía investidores e comerciantes de diversos ramos. Com isso, começou a instalação de indústrias. A partir de então, a área passa a ser ponto de destino migratório de brasileiros e de estrangeiros, principalmente vindos da Europa, nas décadas de 1920 e 1930. Alijada ao crescimento da metrópole, a nova organização do espaço social somava-se à chegada de migrantes – no caso, evidencia-se a vinda de europeus que fugiam de guerras em seus países de origem – e de populações de habitantes do Nordeste brasileiro, região que enfrentava intensa seca.¹ Muitos desses migrantes regionais em condição de vulnerabilidade acabaram se acomodando em assentamentos irregulares do entorno paulista.

A condição de vulnerabilidade desses migrantes se constituía não apenas pelo “desenraizamento” de uma situação local, pelas condições de existência na origem de sua diáspora, mas também no seu destino. Tal fato poderia ser compreendido com a ideia de *não inclusão* de Kztzman (1999; 2001), que sustenta a tese de que o indivíduo de origem pobre acaba ficando exposto e vulnerável a riscos sociais. Processos sociais de exclusão e acesso desigual a bens e serviços contribuem para a produção de uma ordem moral contraditória na qual se desenvolve um quadro complexo de insatisfações.

Esse quadro é também o contexto no qual pode ser situada a produção do crime violento, problema que tem ocupado a agenda de governos e da sociedade. Estudos acerca do tema têm sido empreendidos por Beato Filho e Marinho (2007), Cano e Ribeiro (2007), Freire e Silva (2010) e Waiselfisz (2008a; 2008b; 2010; 2011). Ademais, esses estudos são elaborados a partir dos resultados dos três últimos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos anos de 1991, 2000 e 2010, os quais afirmam que as taxas de homicídios têm se reduzido na Grande São Paulo, e, de modo geral, para o contexto brasileiro, com base no Sistema de

¹ Sobre a seca nas décadas de 1920 a 1940 no Nordeste do Brasil, ver: GOMES, 2001.

Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde.

Alguns autores, também em trabalhos recentes, como no caso de Coelho (2005) e Soares (2008), atribuem altas taxas de criminalidade violenta ao desenvolvimento da região, pois afirmam que elevações em casos de homicídios têm raízes no processo de urbanização e nas condições desiguais da população. Já Felix (2002) faz associações entre pobreza e criminalidade. Essa autora afirma que a violência e o crime têm causas diretas, no que tange a situação – inferiorizada socialmente – de pobreza do indivíduo criminoso. Entretanto, alguns autores citados anteriormente sustentam a ideia de que a pobreza pode ser um facilitador social do crime violento – não parece ser um fator de predisposição exclusivo da problemática gerada pelo homicídio em si.

Nos últimos anos, a RMSP sofreu uma redução demográfica, principalmente o município polo e capital do estado de São Paulo. Em outros municípios em relação à capital, no entanto, apresenta certo vigor, indicando crescimento tardio. Isso se deve, entre outros fatores, à descentralização industrial ocorrida nos anos de 1980, que favoreceu o incremento de municípios do tipo operário tradicional, como é o caso de Francisco Morato, Itaquaquecetuba e Pirapora do Bom Jesus, por exemplo. (PASTERNAK, 2009).

Outro aspecto que favoreceu o aumento populacional de alguns municípios da RMSP foi a alocação de condomínios fechados, como ocorrido em Santana do Parnaíba e Barueri. Santana do Parnaíba é uma exceção do grupo de municípios da elite industrial que, pelo aspecto acima elencado, apresenta considerável taxa de crescimento (7,89% entre 1991 e 2000 contra a RMSP, com 1,66% no mesmo período). O desenvolvimento na RMSP então é reduzido no polo e passa a ser mais vigoroso nas franjas periféricas da região.

O aumento da população residente nas áreas rurais, segundo Pasternak (2009), não corresponde ao da ocupação agrícola, mas à ocupação das “franjas verdes” por invasões e loteamentos irregulares. Mesmo levando em conta esse crescimento na área rural, o aumento populacional na zona urbana é superior e, no entanto, o grau de urbanização, mesmo nos municípios agrícolas, é bastante alto.

Uma característica que particularmente nos interessa é o fato de que a concentração juvenil na RMSP encontra-se num conjunto de municípios do tipo operário tradicional, como é o caso de Itaquaquecetuba e Francisco Morato, com maior proporção de população entre 0 e 15 anos e com baixo índice de envelhecimento.

E, num segundo conjunto de municípios, com núcleos ocupados por categorias médias e renda alta, como Barueri e Santana do Parnaíba. A concentração da população idosa encontra-se em grande parte no município polo da RMSP e no núcleo da elite industrial.

A população da RMSP segundo a cor é notadamente de brancos, com concentração dessas camadas nos municípios da elite industrial. Percebe-se maior concentração de pretos e pardos nos municípios do tipo operário tradicional, sendo o município de Francisco Morato com 48,4%. Outras características da RMSP indicam ainda uma reconfiguração do tipo familiar, crescendo aquele chefiado por mulher com filhos e sem cônjuge, como evidenciado por Medeiros e Osório (2000). Chama também a nossa atenção, em relação aos aspectos demográficos da RMSP, a dimensão da habitação refletida na dualidade das favelas e dos condomínios fechados, quadro que não se conjuga apenas na RMSP, mas em outras regiões metropolitanas brasileiras. A produção do espaço social nesses termos possui uma forte característica de segregação espacial.

RMSP: taxas de homicídios por sexo da vítima e percentuais por grupos etários, estado civil, raça/cor e anos de estudo

Em 1998, para cada 100.000 habitantes da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) ocorreram 59,27 homicídios, número que teve um breve aumento em 1999, breve estabilidade entre 2000 e 2001 (respectivamente 59,39 e 58,01), para apresentar queda gradual até o ano final da série, em 2007 (18,92). O incremento desses números deve-se ao diferencial da vitimização masculina que representa grande parte dos homicídios, como pode ser visto no Gráfico 2. A baixa vitimização feminina, que em 1998 representava 7,89 homicídios, cai para pouco menos que a metade em 2007 (3,09) contra a vitimização masculina, que, mesmo apresentando uma diminuição da taxa entre os respectivos anos, é preponderante com 113,53 em 1998 e 36,10 em 2007. Vale salientar que é no ano de 1999 que a taxa entre homens é mais alta, 127 homicídios.

O percentual de homicídio por grupo etário que mais reflete a tendência de queda na taxa de homicídio da RMSP é, particularmente, em indivíduos de 15 a 29 anos, faixa de idade que também representa a maior concentração de homicídios da série, com 60%, em 1998, e

50, 7%, em 2007. A faixa entre 30 e 44 anos, embora na maioria dos anos da série represente quase a metade da faixa anterior (15 a 29 anos), concentra ainda número alto. Chama a atenção, no entanto, o aumento da taxa entre indivíduos de 45 anos e mais, que era 8,5%, em 1998, e 14,3%, em 2007. A faixa que compreende 0 a 14 anos possui as menores taxas, tendo 1,1% em 2004 e 2005, como pode ser visualizado na Tabela 1.

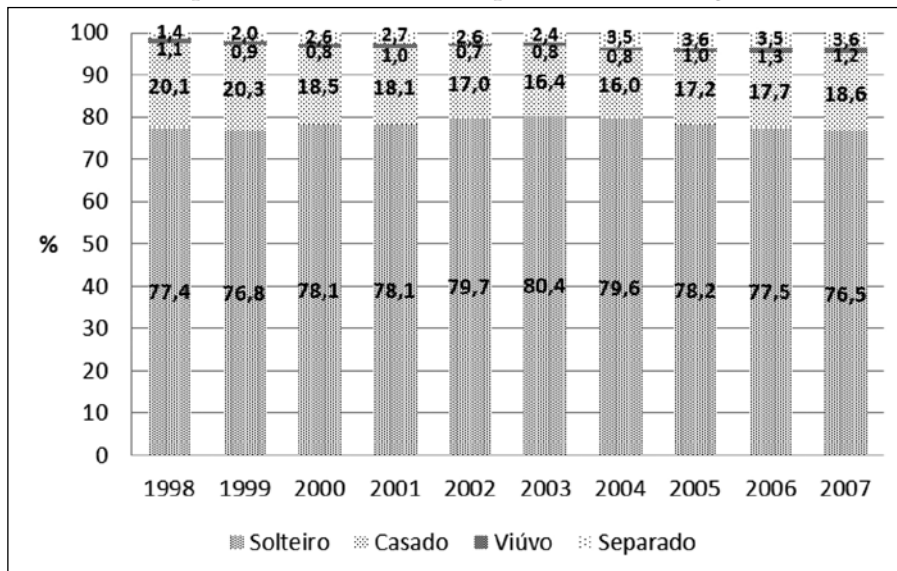
Tabela 1 – Percentual de homicídio por grupo etário segundo o ano

	0 a 14	15 a 29	30 a 44	45 e mais
1998	1,3	60, 1	30, 1	8,5
2001	1,4	60, 6	28,9	9,1
2004	1,1	59,6	29,5	9,9
2007	1,5	50, 7	33,5	14,3

Fonte: Dados extraídos do Datasus.

Em relação ao estado civil dos vitimados por homicídio, há predominância de solteiros, com uma leve variação na série histórica, tendo como foco o ano de 2003, quando a taxa foi de 80, 4%, mas com tendência de retornar, em 2007 (76,5%), ao patamar do ano de 1999, que foi de 76,8%. Mesmo representando menos que a metade do percentual de mortalidade entre indivíduos solteiros, a mortalidade entre casados possui números relativamente altos, quando comparada a incidência de viúvos e separados. O menor percentual de homicídios entre indivíduos casados foi nos anos de 2003 (16,4%) e 2004 (16,0%), para ter um aumento gradual até o ano de 2007 (18,6), quando se avizinhou ao percentual do ano 2000 (18,5%). É, no entanto, a progressão do percentual de homicídios entre indivíduos separados que chamará a atenção, pois, enquanto a taxa de homicídio entre homens e mulheres da RMSP apresenta uma tendência geral de queda, entre separados há um aumento, sendo 1,4% em 1998, 2,7% em 2001, 3,5% em 2004 e 3,6% em 2007.

Gráfico 1 – percentual de homicídio por estado civil segundo o ano



Fonte: Dados extraídos do Datasus.

O percentual de homicídios por raça/cor, em toda série de 1998 a 2007, está concentrado entre brancos, como demonstra os anos de 1998 (51,1%), 2001 (55,9%), 2004 (53,7%) e 2007 (53,6%). Ao se observar a série completa, percebe-se um aumento do percentual de homicídios entre brancos a partir de 1998 até 2001, com tendência a declinar discretamente até o ano de 2007. O percentual de homicídios entre pardos apresenta queda entre os anos de 1998, quando representava 40,1% em 2000, quando foi de 35,7%. Essa queda muda de padrão nos anos de 2001 e 2002, que tiveram, respectivamente, 36,1% e 36,8%, para ter em 2003 o menor percentual de homicídios entre pardos, 34,3%. O percentual de homicídios entre pretos demonstra um crescimento discreto entre os anos de 1998 a 2000, com leve baixa em 2001, mas que toma vigor no ano de 2002, para ter nos dois anos seguintes os maiores percentuais, 11,1%, em 2003, e 10%, em 2004. Esse percentual cai em 2005 a 7,9% e retoma o padrão dos anos iniciais da série. O percentual de mortalidade nas categorias amarelo e indígena têm uma baixa concentração e tende, em alguns anos, a zerar os registros em 1998, 1999, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005.

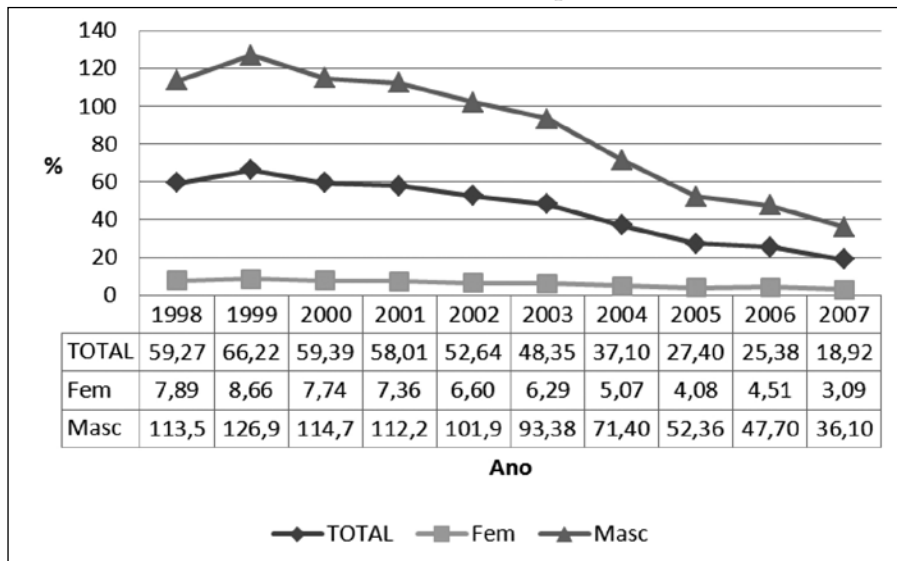
Tabela 2 – Percentual de homicídio por anos de estudo segundo o ano

	Nenhum	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 e mais
1998	43,5	0, 0	0, 0	56,5
1999	4,6	9,8	69,8	15,8
2000	2,7	23,5	53,1	20, 7
2001	2,2	24,0	52,7	21,0
2002	2,2	21,0	55,5	21,2
2003	2,3	18,5	50, 8	28,4
2004	2,2	18,5	53,4	25,8
2005	2,6	16,2	47,2	33,9
2006	1,9	16,4	41,3	40, 5
2007	2,0	15,1	40, 5	42,4

Fonte: Dados extraídos do Datasus.

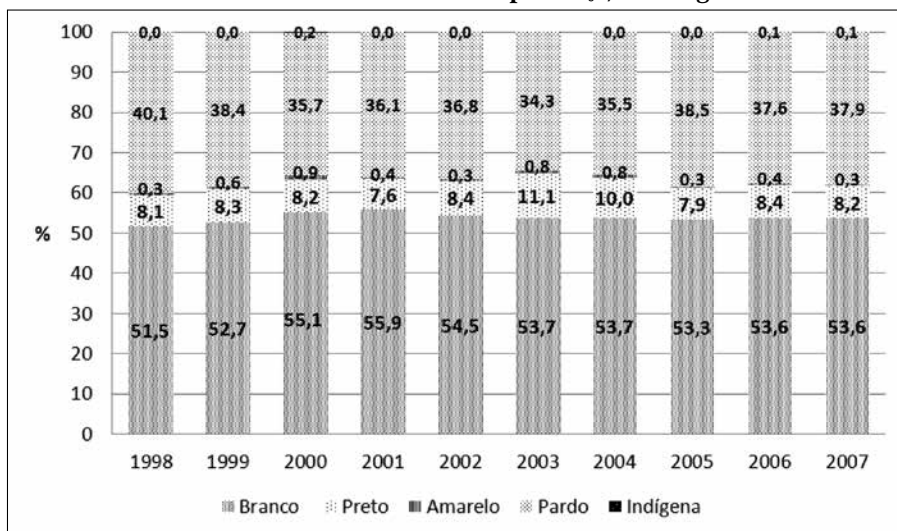
Em 1998, o percentual de vitimados por homicídio na RMSP sem nenhuma escolaridade era 43,5%, número que sofreu uma forte redução durante toda a série, sendo 1,9% em 2006. Nesse mesmo ano, os grupos de indivíduos que estudaram de 1 a 3 anos e de 4 a 7 anos tiveram percentual 0. Ainda em 1998, o percentual de homicídios no grupo de indivíduos com escolaridade de 8 anos e mais foi de 56,5%, superior ao do grupo sem nenhuma escolaridade. Esse grupo de indivíduos com maior escolaridade teve considerável incremento entre os anos de 1999, quando seu percentual era de 15,8 a 2007, e chegou aos 42,4%. Em 1999, indivíduos que possuíam de 4 a 7 anos de estudo foi o grupo que sofreu maior vitimização por homicídio na RMSP representando quase 70% da mortalidade violenta. Esse grupo de vitimados sofreu pouca variação entre os anos de 2000 e 2004, para declinar a partir de 2005, quando era de 47,2%, em 2006, ficou em 41,3% e no ano final da série, 2007, 40, 5%.

Gráfico 2 – Taxas de homicídios por 100.000 hab.



Fonte: Dados extraídos do Datasus.

Gráfico 3 – Percentual de homicídio por raça/cor segundo o ano



Fonte: Dados extraídos do Datasus.

Taxas de homicídios por sexo da vítima, percentuais por grupo etário, estado civil, raça/cor, anos de estudo e os graus de integração dos municípios da RMSP com o município polo²

Municípios com baixo grau de integração

Entre os anos de 1998 e 2000, a taxa de homicídios dos municípios da RMSP com baixo grau de integração com o município polo teve queda de quase 50%. Em 1998, para cada 100.000 habitantes, a taxa de homicídio era de 31,33, em 1999, 21,75 e em 2000, 16,02. Esse número sofreu variações em toda série: em 2001, a taxa de homicídios volta a crescer (22,29), para sofrer queda novamente no ano seguinte, com 18,55%, como pode ser notado no Gráfico 6. Em 2003, o crescimento alcança a taxa mais alta da série, com 37,39, que, salvo o aumento de 2005, seguiu em queda até o ano final da série (2007), com 5,74.

A disparidade entre as taxas de homicídios no que diz respeito ao sexo do vitimado põe o gênero masculino no topo da vitimização, representando grande parte das mortes violentas. A vitimização feminina, embora acompanhe de longe o contorno da vitimização masculina, chega a ter nenhum registro em 2000 e 2007.

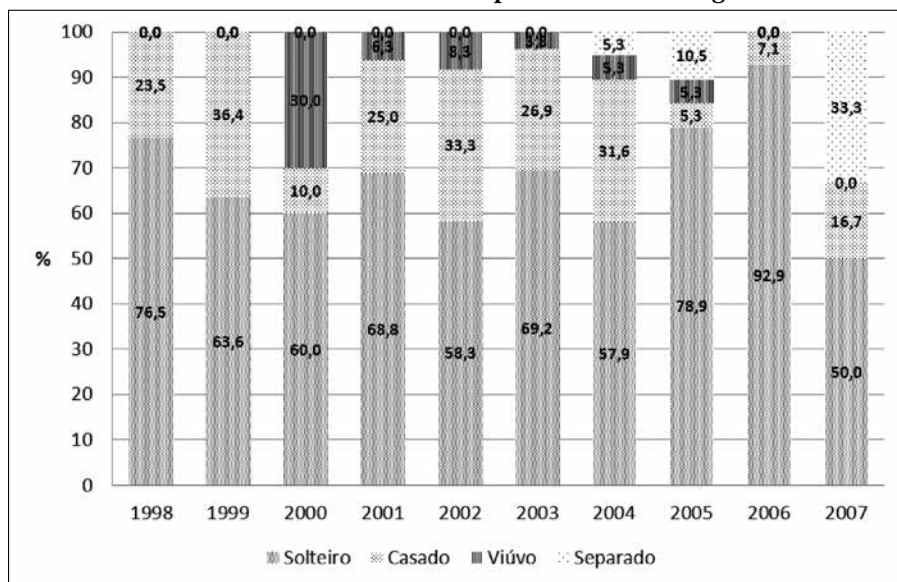
O percentual de homicídio por grupo etário nos municípios com baixo grau de integração com a capital São Paulo coloca o grupo de indivíduos de 15 a 29 anos como a faixa em maior vulnerabilidade, representando 45,8% dos homicídios em 1998. Esse grupo etário sofreu variações durante toda a série, tendo alcançado seu nível mais alto em 2003, com 54,3%. O grupo etário de 30 a 44 anos de idade é o que teve maior incremento entre os anos de 1998, quando representava 25%, progredindo até os 50% em 2007. Mesmo sofrendo variações durante toda a série de 1998 a 2007, o grupo de vitimados na faixa dos 45 anos e acima tendeu a diminuir dos 25%, no ano de 1998, para 16,7%, em 2007. O grupo que representa o período de idade mais tenra, 0 a 14 anos, apresentou nenhuma incidência nos anos de 1999, 2000, 2001, 2003, 2006 e 2007.

O percentual de homicídios por estado civil segundo o ano demonstra que a vitimização concentra-se largamente entre indivíduos

² Taxas suavizadas por médias móveis, trianuais e padronizadas por uma estrutura etária comum.

solteiros e, mesmo sofrendo variações durante toda a série de 1998 a 2007, o padrão se mantém. O ano que tem a menor vitimização de solteiros é o do final da série (2007), com 50% dos homicídios, antecedido pelo ano com maior vitimização por homicídios (2006), com 92,9%. O grupo de vitimados casados também sofre variações durante a série histórica. Chamam a atenção, no entanto, alguns anos com baixa porcentagem de homicídios, como nos anos de 2000, quando representou 10%, de 2005, com 5,3%, e de 2006, com 7,1%. O grupo de viúvos possui uma baixa porcentagem de vitimização em relação ao grupo de solteiros e o grupo de casados, tendo alcançado um percentual mais alto apenas no ano de 2000, quando representou 30% dos homicídios. O grupo de vitimados, que eram separados, tem, de 1998 a 2003, nenhum registro, tendo sua porcentagem mais alta no ano de 2007, com 33,3%.

Gráfico 4 – Percentual de homicídio por estado civil segundo o ano

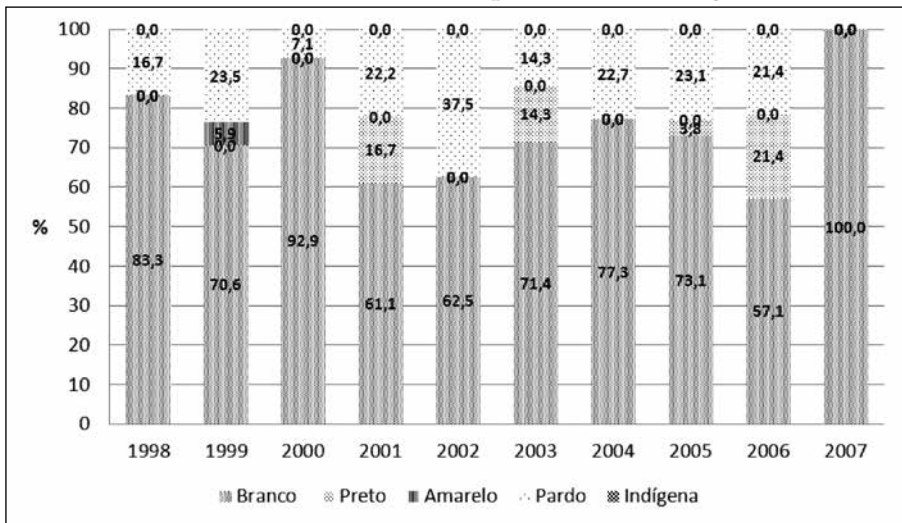


Fonte: Dados extraídos do Datasus.

A vitimização identificada por raça/cor nos municípios da RMSP com baixo grau de integração é, para a série de 1998 a 2007, predominantemente uma vitimização branca. O percentual de homicídios de indivíduos identificados como brancos alcança seus maiores níveis nos anos de 1998, com 83,3%, de 2000, com 92,9%,

e de 2007, com 100%. As categorias amarelo e indígena são de pouca expressão e a vitimização de negros no âmbito dos municípios analisados encontra-se apenas nos anos de 2001, quando representou 16,7%, de 2003, com 14,3%, de 2005, com 3,8%, e de 2006, com 21,4%. O percentual de homicídios entre pardos, embora varie durante toda a série histórica, concentra número considerável de homicídios, exceto em 2007. Para essa categoria, os maiores percentuais da vitimização são nos anos de 1999, com 23,5%, e de 2006, com 37,5%.

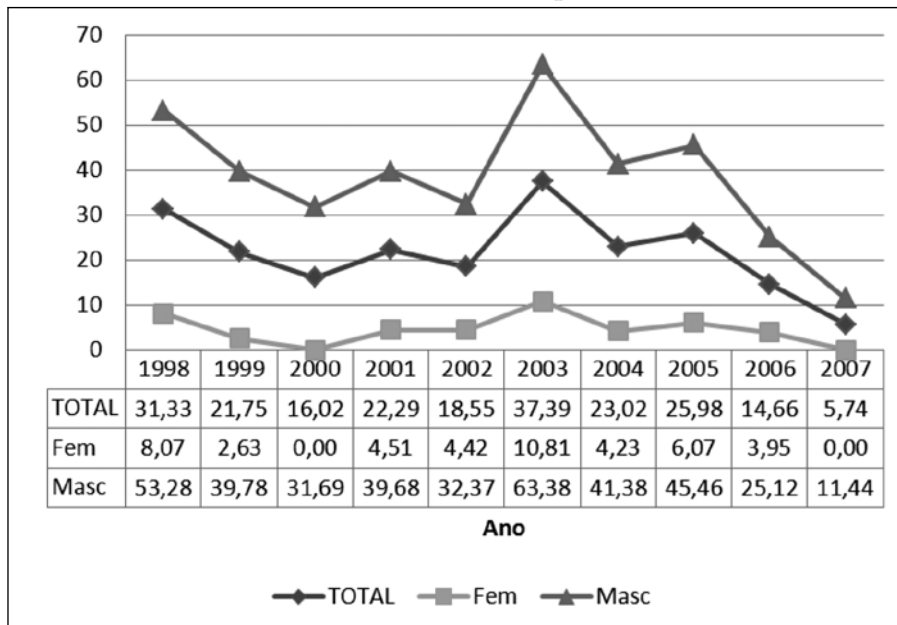
Gráfico 5 – Percentual de homicídio por estado civil segundo o ano



Fonte: Dados extraídos do Datasus.

O percentual de homicídios por anos de estudo do vitimado concentra-se nos grupos de indivíduos que estudaram de 1 a 3 anos e de 4 a 7 anos. Nesse primeiro grupo, embora haja variação do percentual, percebe-se um aumento a partir do ano 2000, que tem seu ápice em 2002, quando representa 55,6% dos homicídios. O grupo seguinte (4 a 7 anos) também concentra os maiores percentuais de homicídios, sendo 100% em 1999. O grupo de vitimados que possuía de 8 anos e mais de estudos possui variações que vão dos 100%, em 1998, a 0%, no ano seguinte.

Gráfico 6 – Taxas de homicídios por 100.000 hab.



Fonte: Dados extraídos do Datasus.

Municípios com médio grau de integração

Os municípios com médio grau de integração parecem acompanhar um pouco a progressão das taxas de homicídios dos municípios com baixo grau, com queda nos três primeiros anos, passando dos 35,55, em 1998, 25,15, em 1999, aos 17,7, em 2000, como demonstra o Gráfico 8. A retomada do aumento da taxa de homicídios é menos brusca no ano de 2001 (18,87) do que nos municípios com baixo grau de integração, e apresenta também variações menos bruscas. Essa retomada do aumento da taxa progride até o ano de 2004, quando é de 27,81, menos que a taxa do ano inicial da série. Em 2005, a taxa de homicídios começa a declinar, até ser de 12,67 no ano de 2007.

O mesmo padrão de disparidade entre as taxas de homicídios pelo sexo da vítima coloca o gênero masculino novamente como a categoria que concentra maior mortalidade e o gênero feminino com taxa bastante inferior, o que se observa notadamente nos anos de 2001, quando era de 1,74, em 2005, 1,58, e em 2007, 1,52. A taxa mais alta de homicídios entre o gênero feminino é de 5,35 óbitos em 2004.

O percentual de homicídio por grupo etário nos municípios com

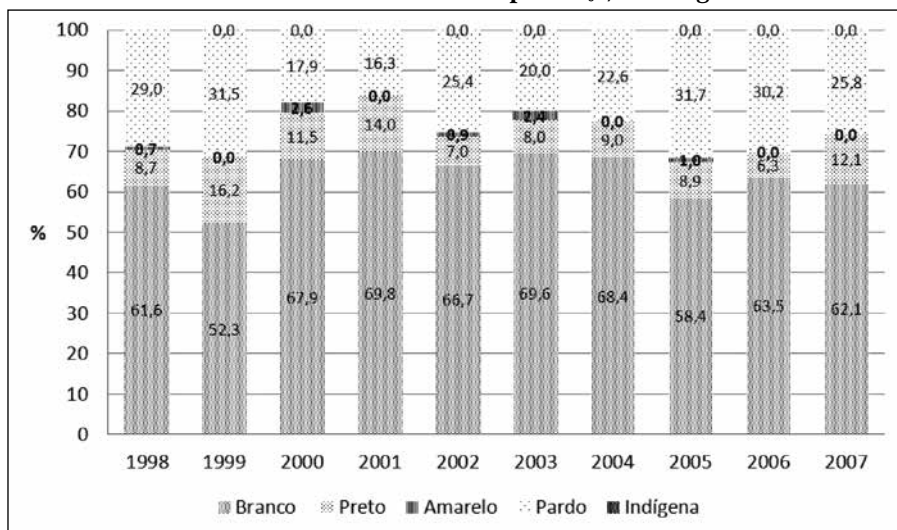
médio grau de integração com o município polo da RMSP concentra-se no grupo de indivíduos na faixa de 15 a 29 anos, sendo os maiores percentuais nos anos de 2002, quando era de 50,7%, em 2003, 50,4%, e em 2004, 57,2%. O grupo que vai dos 30 aos 44 anos também concentra alta porcentagem de mortalidade, tendo alcançado seus níveis mais altos em 1999, quando foi de 40,2%, em 2000 com 41,2% e em 2007 com 40,5%. A faixa de idade que vai de 0 a 14 anos varia durante toda a série 1998-2007, e seus níveis mais altos não passam de 4,2% nos anos de 1998 e 2006. Indivíduos pertencentes ao grupo com 45 anos e mais também variam nos percentuais, sendo os mais altos no ano de 2001, com 24,4%, e no ano de 2006, com 30,6%. Esse grupo tem, no entanto, percentuais superiores aos de 0 e 14 anos, e em 2006 tem seu maior nível, com 30,6%.

A vitimização identificada pelo estado civil do vitimado concentra-se notadamente entre os solteiros, percentual que apresenta uma leve tendência de queda em 1999, quando representava 74,1%, até 2002, quando chegou a 65,9%. Essa tendência de queda perde vigor no ano seguinte, quando o percentual volta a crescer, chegando aos 77,3%, para declinar novamente nos anos de 2005 (69,4%) e 2006 (65,1%) e aumentar até os 75,9%, em 2007. A vitimização entre casados foi consideravelmente alta, chegando aos 29%, em 2001, mas declinando em 2007, quando foi de 13%. Embora varie durante toda a série 1998-2007, o grupo de vitimados viúvos apresenta um incremento nos anos de 2005, com 3,1%, de 2006, com 3,6%, e de 2007, com 3,7%, percentual atingido também no ano de 2002. Tendência semelhante aparece no percentual de homicídios entre indivíduos separados, em que, nos últimos anos da série, aparece um tímido incremento representando em 2007, 7,4%. Os maiores percentuais, no entanto, estão distribuídos nos anos de 2000, com 8,3%, de 2002, com 8,5%, e de 2006, com 9,6%.

O percentual de homicídio por raça/cor concentra-se em grande parte entre brancos, acentuando-se mais em 2001 e 2003, quando a ocorrência foi respectivamente de 69,8% e 69,6%. O grupo de vitimados identificados com a categoria preto tem sua porcentagem mais alta entre os anos de 1999 e 2001, quando chegou a 14%. Em 2002, há uma diminuição de porcentagem de vitimados nessa categoria, variando até 2006, quando se encontra em 6,3%, para tornar a ser alto, em 12,1%. O percentual de vitimados identificados como pardos, embora varie durante a série, mantém certa regularidade: 29%, em

1998, e 30, 2%, em 2006, seus maiores percentuais, e 16,3%, em 2001, seu percentual mais baixo. A ocorrência em indivíduos na categoria amarelo teve pouca expressão, sendo 0, 7%, em 1998, 2,6%, em 2000, 0, 9%, em 2002, e 1,0%, em 2005; os outros anos não tiveram registro, assim como na categoria indígena.

Gráfico 7 – Percentual de homicídio por raça/cor segundo o ano



Fonte: Dados extraídos do Datasus.

O percentual de homicídios por anos de estudo do vitimado, nos municípios com médio grau de integração, exceto em 1998, concentrou-se mais em indivíduos na faixa de 4 a 7 anos de idade. A faixa dos 8 anos e mais teve um incremento nos últimos anos da série. O ano de 1998 é em que os registros se dividem entre o grupo de vitimados sem nenhum ano de estudo, representando 61,5% dos homicídios e 38,5% de indivíduos que possuíam 8 anos e mais de estudo. Esta última categoria mostra tendência de crescimento entre os anos de 2002, quando era de 21,1%, progredindo até os 39,2%, em 2007, mesmo patamar que indivíduos com 4 a 7 anos de estudo também em 2007. Na faixa de 1 a 3 anos de estudo, o maior percentual de homicídios foi no ano de 2001, tendendo a cair até 2007, chegando aos 11,8%, exceto pelo ano de 2004. Outra tendência de queda para a série 1998-2007 é a do grupo de vitimados com nenhum ano de estudo. Nessa categoria a porcentagem dos anos iniciais é alta, como é possível ver na Tabela 3, mas que sofre uma brusca diminuição no

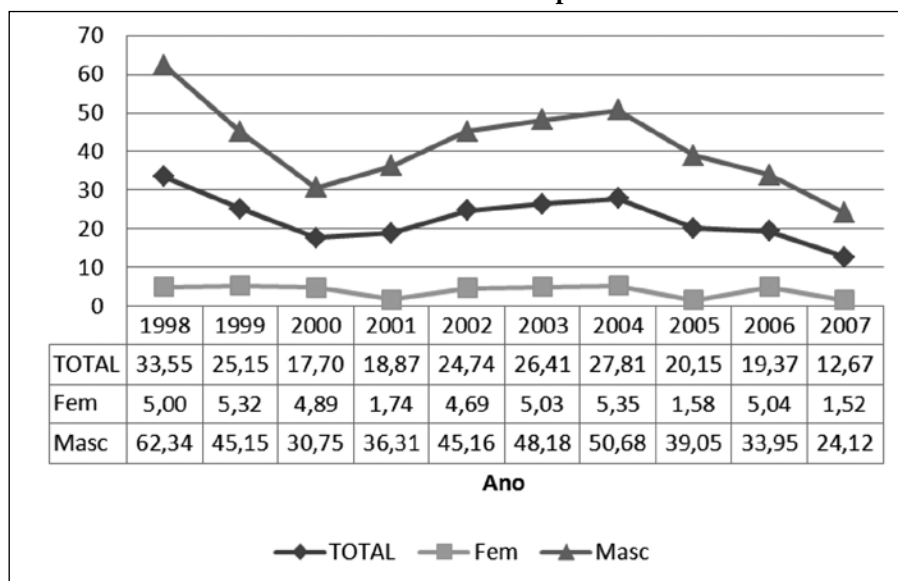
ano de 2000, com 2,7%; cresce em menor medida nos anos de 2001 (13,2%) e 2002 (12,3%) e sofre nova diminuição em 2003 (3,5%), para retomar esse aumento lentamente e chegar aos 9,8% em 2007.

Tabela 3 – Percentual de homicídio por escolaridade segundo o ano

	Nenhum	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 e mais
1998	61,5	0,0	0,0	38,5
1999	12,7	12,7	63,6	10,9
2000	2,7	29,7	40,5	27,0
2001	13,2	44,7	21,1	21,1
2002	12,3	24,6	42,1	21,1
2003	3,5	23,5	40,0	33,0
2004	4,7	27,9	36,0	31,4
2005	6,7	16,7	37,8	38,9
2006	6,7	12,0	45,3	36,0
2007	9,8	11,8	39,2	39,2

Fonte: Dados extraídos do Datasus.

Gráfico 8 – Taxas de homicídios por 100.000 hab.



Fonte: Dados extraídos do Datasus.

Município polo e municípios com alto grau de integração

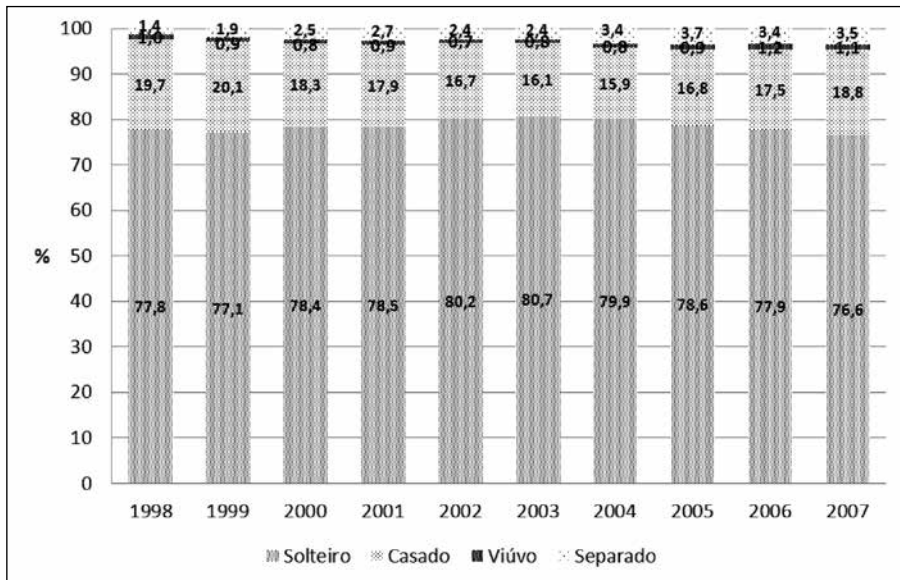
A progressiva queda da taxa de homicídio no município polo e nos municípios com alto grau de integração segue queda progressiva da taxa observada para a RMSP. Em 1998, para cada 100.000 habitantes da RMSP, ocorreram 60,67 homicídios, taxa que sofre um aumento no ano seguinte (1999, 68,03), para declinar até o ano final da série quando a taxa foi 18,88.

A concentração desses homicídios deve-se, em grande parte, à vitimização masculina, que chega a ser 15 vezes maior que a mortalidade feminina, como no caso do ano de 1999, que a taxa de homicídio entre homens foi de 131,11. A tendência de queda, no entanto, chega a ser observada tanto entre homens quanto entre mulheres, mesmo sendo baixa a incidência entre o gênero. A disparidade entre as taxas de homicídios em relação ao sexo do vitimado repete-se no município polo e nos municípios com alto grau de integração.

A maior concentração de homicídios por grupo etário no município polo e nos municípios com alto grau de integração encontra-se na faixa dos 15 aos 29 anos, sendo seu percentual em 1998 de 60,6%, em 2001, 61%, em 2004, 59,9%, e em 2007, 50,7%. O grupo de vitimados na faixa dos 30 aos 44 anos inicia um tímido mais progressivo aumento que é mais perceptível a partir do ano de 2004, quando a porcentagem de homicídio é 29,4, até alcançar os 33,5% em 2007. A faixa dos 45 anos e mais segue tendência de aumento, passando dos 8,6%, em 1998 e 2001, respectivamente, para 14,3%, no ano de 2007, e a faixa do 0 a 14 anos permanece muito baixa e sem grandes variações, sendo 1% em 2005.

O percentual de homicídio por estado civil concentra maior número de óbitos entre solteiros, crescendo de 1998, quando era de 77,8%, até 2002-2003, anos com a maior porcentagem da série, representando, respectivamente, 80,2 e 80,7%. A partir do ano de 2004, a tendência de aumento da porcentagem de homicídios entre solteiros cai até os 76,6% em 2007. O percentual de homicídios entre casados tem um tímido aumento em 1999, que segue diminuindo até 2004, quando é de 15,9%, para aumentar até os 18,8% em 2007. Há uma tendência de aumento do percentual de homicídios entre indivíduos separados, que era 1,4% em 1998, 2,7% em 2001, 3,4% em 2004 e 3,5% em 2007. O percentual para a categoria viúvos é relativamente baixa durante toda a série 1998-2007.

Gráfico 9 – Percentual de homicídio por estado civil segundo o ano



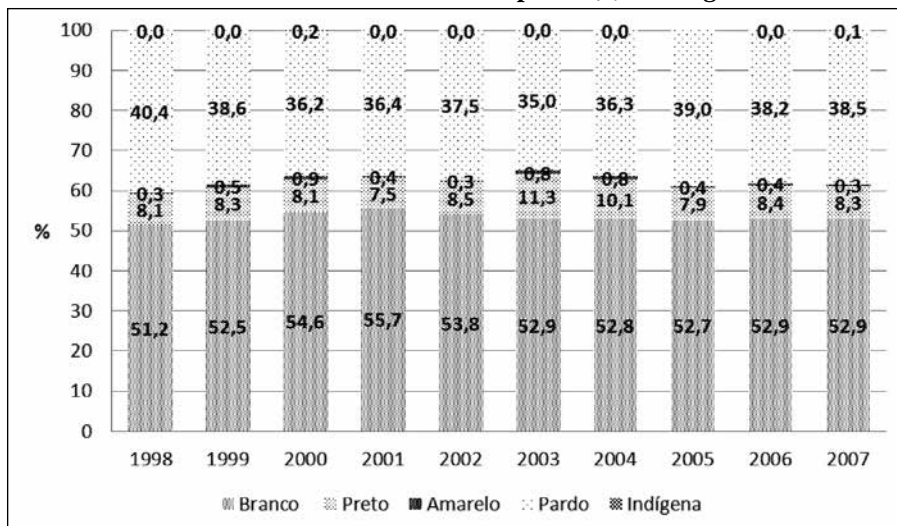
Fonte: Dados extraídos do Datasus.

O percentual de homicídio por raça/cor divide entre brancos e pardos as maiores contrações de óbito, embora a taxa seja maior entre brancos. Nesta última categoria, há pouca oscilação nos percentuais, sendo 51,2% em 1998, 55,7% em 2001, 52,8% em 2004 e 52,9% em 2007. O percentual de homicídios entre pardos foi de 40,4%, em 1998, 36,4%, em 2001, 36,3%, em 2004, e 38,5%, em 2007. Essa divisão entre brancos e pardos é padrão durante toda a série 1998-2007, como pode ser visto no Gráfico 10, sem variações bruscas no que diz respeito às porcentagens. Nas categorias amarelo e indígena, e mais notadamente nesta última, os percentuais são pouco expressivos.

Em relação ao percentual de homicídio por anos de estudos dos vitimados, há maior concentração na faixa dos 4 a 7 anos, exceto para o ano de 1998. Naquele ano, os registros se dividem entre o grupo de vitimados, sem nenhum ano de estudo, representando 42,5% dos homicídios e 57,5% para vitimados que possuíam 8 anos e mais de estudo. Há uma tendência de redução dos percentuais de homicídios, na categoria 4 a 7 anos de estudo, ainda que ao fim da série o percentual seja alto (40,6% em 2007). Tendência semelhante aparece no grupo de indivíduos com 1 a 3 anos de estudos, que sofre um aumento no início da série até 2001, quando representa 23,3%, e declina gradualmente

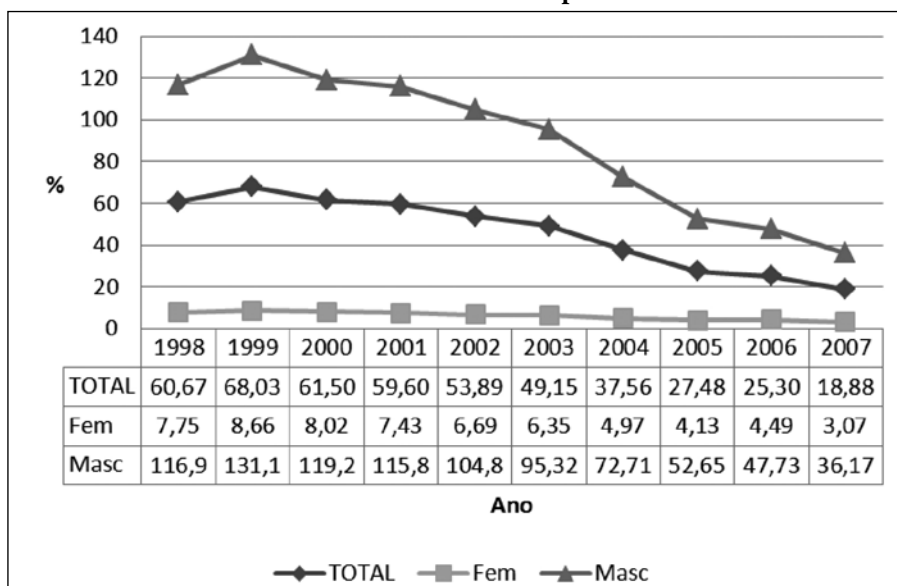
até 2007, quando é de 14,9%. O grupo de indivíduos vitimados que apresenta maior incremento é o que possui de 8 anos e mais de estudos, que passa dos 16% em 1999 para os 42,7% em 2007.

Gráfico 10 – Percentual de homicídio por raça/cor segundo o ano



Fonte: Dados extraídos do Datasus.

Gráfico 11 – Taxas de homicídios por 100.000 hab.



Fonte: Dados extraídos do Datasus.

Principais observações

Os aspectos mais marcantes da vitimização por morte violenta na Região Metropolitana de São Paulo é a concentração desses registros entre indivíduos *homens*, predominantemente *solteiros*, ainda que haja uma tendência de aumento entre indivíduos *separados*. Estes são também, em sua maioria, entre 15 e 29 anos de idade. No que diz respeito à *idade*, chama a atenção o aumento do percentual de homicídios entre indivíduos na faixa dos 45 e mais. Como pode ser visto, outro aspecto da vitimização por homicídio na RMSP é a sua concentração entre indivíduos *brancos*, muito embora se divida com um número considerável de *pardos*. Outro aspecto marcante é o fato de que, ainda que em nove anos da série os homicídios concentrem-se mais entre indivíduos com 4 a 7 anos de estudo, há considerável incremento da mortalidade violenta entre os indivíduos com 8 anos e mais de estudo. No âmbito da RMSP observa-se uma diminuição da taxa de homicídios, tendência discrepante em relação a outras regiões metropolitanas brasileiras.

Os municípios com baixo grau de integração apresentam o mesmo padrão de disparidade entre a vitimização de indivíduos do sexo feminino e masculino, concentrando-se as maiores taxas de homicídios entre os homens. A faixa de 15 a 29 anos é a de maior vulnerabilidade, concentrando-se largamente entre indivíduos solteiros, brancos (ainda que a ocorrência entre pardos seja expressiva). Nos municípios com baixo grau de integração com o polo, percebe-se uma diminuição da taxa de homicídios, embora no ano de 2003 tenha sofrido um aumento que não aparece na RMSP, no polo e nos municípios com alto grau de integração. Esse nível alto no ano de 2003 é um pouco mais discreto nos municípios com médio grau de integração, tendo seu ápice, para o mesmo período, em 2004, antes de retomar o padrão de queda da taxa de homicídio.

Como pode ser percebido, os municípios com médio grau de integração parecem acompanhar a progressão das taxas de homicídios dos municípios com baixa integração, havendo uma redução de aproximadamente 50% entre os anos de 1998 e 2000. Naqueles municípios, o gênero masculino concentra maior mortalidade, notadamente entre indivíduos na faixa de 15 a 29 anos de idade e solteiros. Chama a atenção, no entanto, a tendência de aumento da vitimização de indivíduos separados. Outro aspecto da vitimização

que coincide com as demais análises é a concentração de homicídios entre indivíduos brancos com, pelo menos, 4 a 7 anos de estudo. A faixa que vai de 8 anos e mais de estudos demonstra relativo aumento.

O município polo, São Paulo, e os municípios com alto grau de integração também apresentam uma concentração dos homicídios entre indivíduos do sexo masculino, notadamente entre 15 e 29 anos, embora a faixa que vai dos 45 anos e mais siga tendência de aumento. Outros aspectos da vitimização nesses municípios indicam que os vitimados eram, em sua maioria, solteiros, embora haja uma tendência de aumento do percentual de homicídios entre indivíduos separados; tinham entre 4 e 7 anos de estudo, ainda que indivíduos com 8 anos e mais de estudo tenham sofrido considerável aumento. A incidência entre indivíduos brancos que, embora seja mais evidente, divide ocorrência expressiva com a incidência entre pardos.

Distribuição espacial dos homicídios na RMSP por ano(taxas por 100.000 hab.): taxas padronizadas e suavizadas por média móvel

A distribuição espacial dos homicídios na RMSP sugere gradual diminuição das taxas de homicídio, seguindo a tendência demonstrada nas sessões analíticas anteriores. Passemos a uma análise detalhada da ocorrência de homicídios registrados pelo SIM/DATASUS a partir de sua distribuição espacial. No ano de 1999, a RMSP possuía uma considerável concentração de homicídios na faixa central e a oeste, espalhando-se também na faixa leste. Predomina nesses municípios uma taxa de 33,8 a 63,1 homicídios. Para esse mesmo ano, a maior concentração de homicídios é no município de Diadema, fronteiro (conurbado) com o município polo, São Paulo. Uma faixa de municípios a oeste do centro, Embu-Guaçu, Itapeperica da Serra, Embu e Taboão da Serra; um conjunto de três municípios a noroeste do centro, Itapevi, Jandira e Barueri; na franja norte, o município de Francisco Morato, e a nordeste do centro Guarulhos e Itaqucetuba, concentram de 63,1 a 92,4 homicídios no ano de 1999.

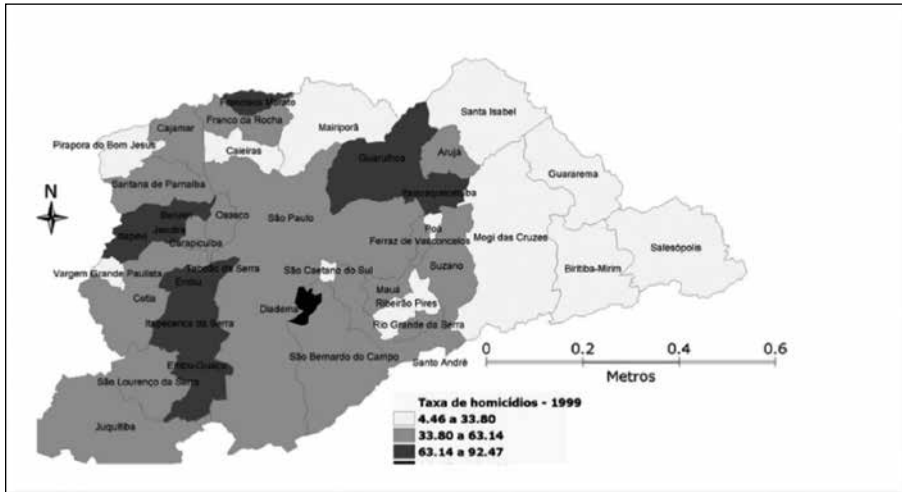
Em 2000, como pode ser visto no Mapa 2, há um recuo das taxas de homicídios na franja norte, que é perceptível nos municípios de Franco da Rocha e Cajamar. O município de Francisco Morato, no entanto, mantém o mesmo patamar do ano de 1999. O mesmo recuo

sofrido na franja norte ocorre na parte oeste da RMSP, especificamente no município de São Lourenço da Serra. Dois municípios na faixa oeste apresentam um incremento em suas taxas de homicídios, seguindo em direção contrária à tendência da queda das taxas na RMSP: Osasco e Itapeverica da Serra, este último passa à margem dos 92,4 a 121,8 óbitos. Nesse mesmo nível, permanece o município de Diadema. Itapevi, Jandira, e Barueri são três municípios na faixa oeste que mantêm os níveis do ano anterior.

Em 2001, a diminuição das taxas de homicídios na RMSP é mais nítida, como podemos observar no Mapa 3. Os municípios que possuíam destacadamente níveis mais altos, como Diadema e Francisco Morato, passam a sofrer uma redução das taxas de homicídios. Os municípios que se destacaram, com taxas entre 63,1 e 92,4 homicídios, mantêm-se ainda no ano de 2001 na faixa oeste e a leste do município polo. Jiquitiba também sofre uma redução em suas taxas de homicídios para aumentarem no ano de 2002. Naquele ano, o aglomerado de municípios, que inclui Itapevi, Barueri e Vargem Grande Paulista, passa também a sofrer reduções das taxas de homicídios, como também Guarulhos. Em 2003, são os municípios de Osasco, Itaquaquecetuba, Arujá, São Bernardo do Campo, Taboão da Serra que apresentam redução em suas taxas, progressão que pode ser vista nos Mapas 4 e 5.

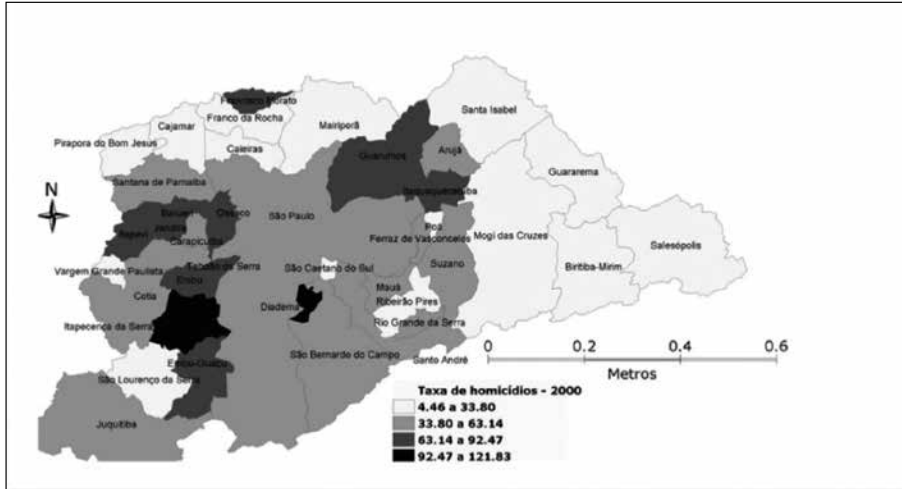
No ano de 2004, a distribuição espacial dos homicídios na RMSP parece ser regular para a maioria dos municípios da região, estando as taxas entre 33,8 e 63,1 homicídios por 100.000 habitantes. No ano seguinte, 2005, a diminuição das taxas de homicídios no município polo sugere que a descentralização do registro de óbitos ali se acentua, permanecendo no entorno da cidade de São Paulo. É possível perceber ainda na faixa oeste uma concentração de homicídios que persiste na série, indo de Jiquitiba, Embu-Guaçu, Itapeverica da Serra, Embu e Itapevi, ao município de Francisco Morato, na franja norte a Guarulhos e Itaquaquecetuba, a leste, e a Diadema, a sudoeste, como sugere o Mapa 6. Em 2006, a distribuição espacial dos homicídios, como pode ser visto no Mapa 7, reflete com nitidez a redução na mortalidade violenta entre os anos de 1999 e 2006. Permanece, como se pode perceber, na faixa oeste, um aglomerado de municípios, Embu-Guaçu, Itapeverica da Serra, Embu e Itapevi, concentrando uma taxa de 33,8 a 63,1 homicídios. A taxa padrão naquele ano para os demais municípios vai de 4,4 a 33,8 homicídios.

Mapa 1 – Taxa de homicídio na Região Metropolitana de São Paulo em 1999 por 100.000 hab.



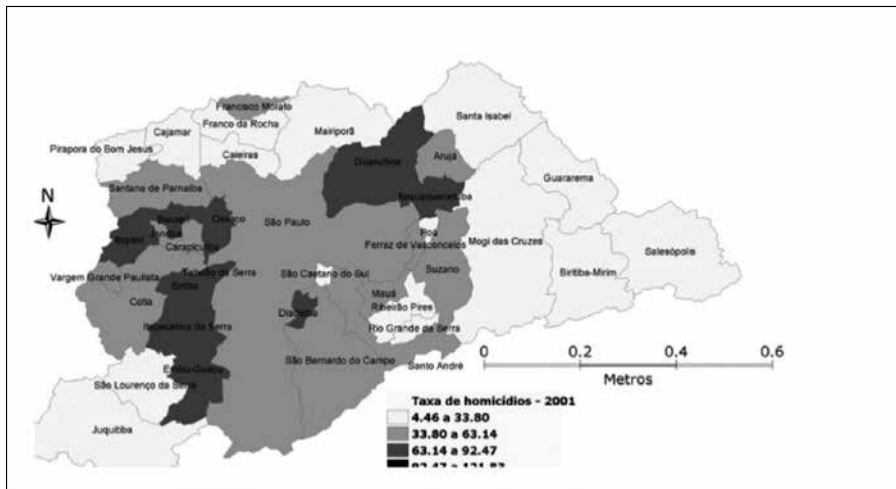
Fonte: Dados extraídos do Datasus.

Mapa 2 – Taxa de homicídio na Região Metropolitana de São Paulo em 2000 por 100.000 hab.



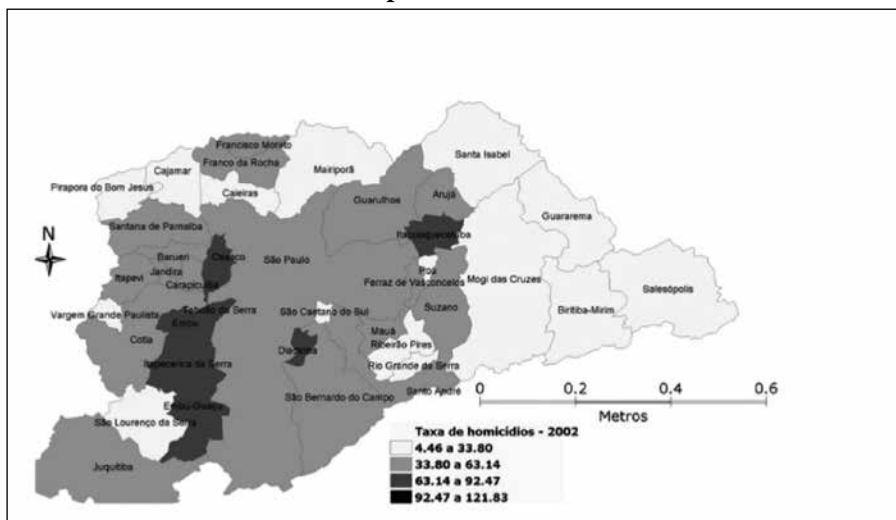
Fonte: Dados extraídos do Datasus.

Mapa 3 – Taxa de homicídio na Região Metropolitana de São Paulo em 2001 por 100.000 hab.



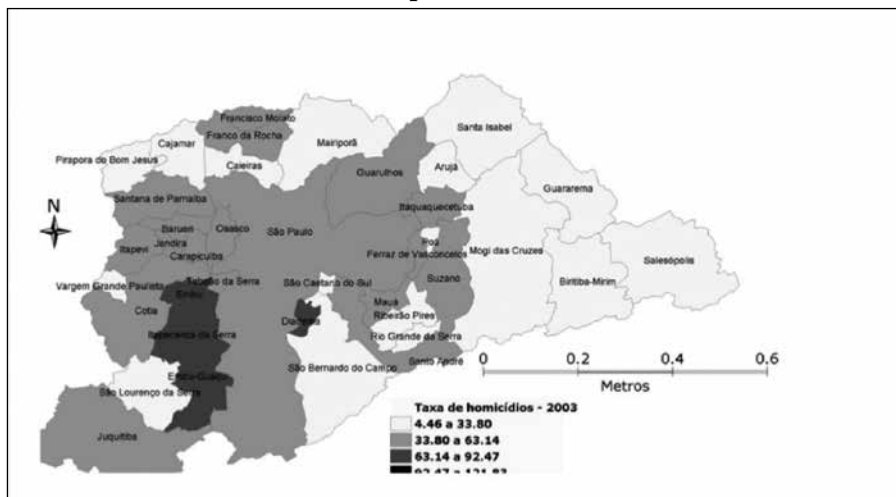
Fonte: Dados extraídos do Datasus.

Mapa 4 – Taxa de homicídio na Região Metropolitana de São Paulo em 2002 por 100.000 hab.



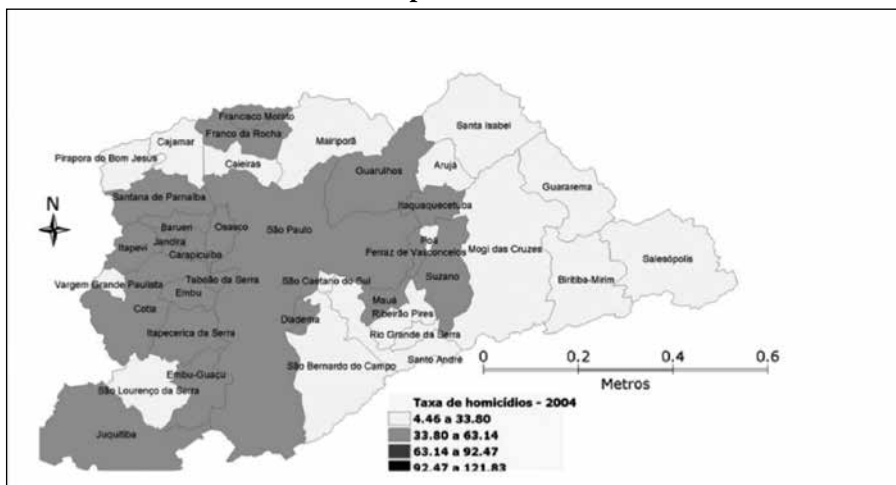
Fonte: Dados extraídos do Datasus

Mapa 5 – Taxa de homicídio na Região Metropolitana de São Paulo em 2003 por 100.000 hab.



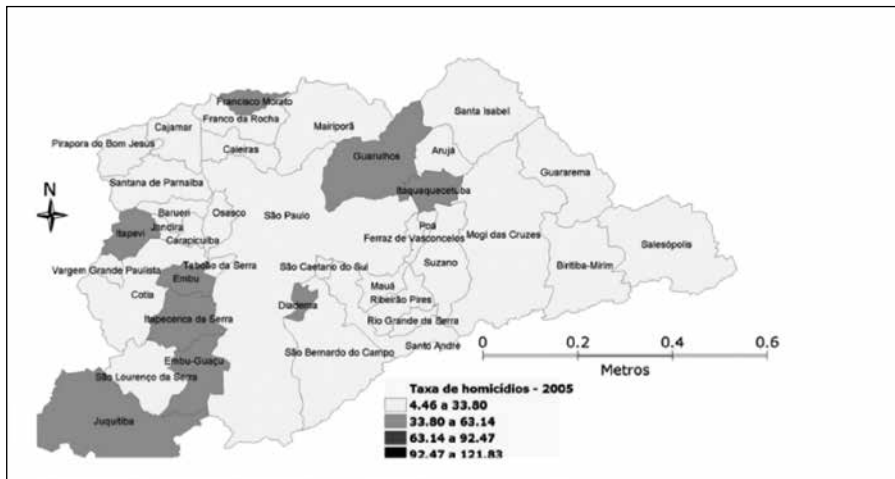
Fonte: Dados extraídos do Datasus.

Mapa 5 – Taxa de homicídio na Região Metropolitana de São Paulo em 2004 por 100.000 hab.



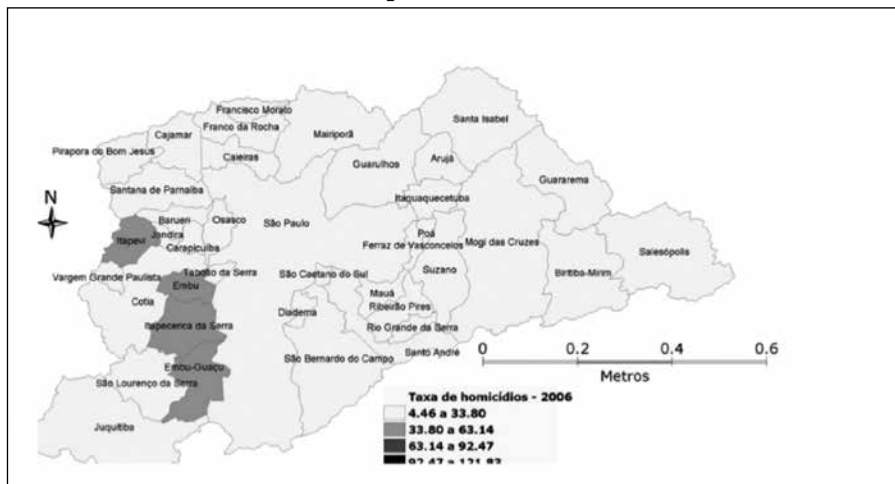
Fonte: Dados extraídos do Datasus.

Mapa 6 – Taxa de homicídio na Região Metropolitana de São Paulo em 2005 por 100.000 hab.



Fonte: Dados extraídos do Datasus.

Mapa 7 – Taxa de homicídio na Região Metropolitana de São Paulo em 2006 por 100.000 hab.



Fonte: Dados extraídos do Datasus.

Considerações finais

A partir dos dados empíricos analisados nas seções analíticas anteriores, pudemos elencar os principais aspectos da vitimização por morte violenta na Região Metropolitana de São Paulo e sua distribuição espacial. Tais análises permitem inferir que o perfil da vitimização na RMSP entre os anos de 1998 e 2007 está caracterizado pela sua predominância entre homens jovens (15 a 29 anos) solteiros, brancos e pardos, com até 7 anos de estudo. O contexto espacial dessa vitimização tem se concentrado mais no entorno do município polo, São Paulo, notadamente em sua faixa leste.

O homicídio é um dos elementos que compõem o cenário da violência urbana, como também um dado que indica a suspensão dramática de toda sociabilidade, implicando perdas sociais e afetivo-emocionais. É uma questão humana por excelência e sua natureza social implica que ela está num emaranhado de questões cuja complexidade impõe rigor em sua abordagem. No campo polissêmico da violência, o homicídio é objeto tanto do medo quanto da curiosidade na opinião pública. Nesse campo, destacam-se a produção de imagens sobre a violência e o crime, que, tomados de experiências reais, constituem, através dos discursos e das narrativas, um imaginário social da violência. Por outro lado, o Estado se ocupa das experiências reais de violências sofridas e, como detentor da violência legítima, recebe o encargo de lidar com os conflitos sociais por meio de seus aparelhos reguladores e coercitivos.

Orientado por políticas públicas, cabe ao Estado, segundo a Constituição Federal, garantir a segurança dos cidadãos. Há, no entanto, no Brasil uma tensão entre suas orientações legais, instituições públicas e agentes oficiais e a dimensão da cultura. Se, por um lado, a promulgação da Constituição de 1988 e a luta dos movimentos sociais são conquistas representativas, por outro, padrões de conduta individuais e mesmo atitudes mentais coletivas demonstram aspectos retrógrados, notadamente em abusos de poder e autoridade. O tema da violência urbana passa a ser então um problema que exige um olhar a partir das demandas sociais e da cidadania.

O fenômeno complexo no qual está inserido a criminalidade violenta aponta para uma masculinização da violência, particularmente em homens jovens. Para Abramovay et al. (2002), a situação de vulnerabilidade, como violência sofrida, dificulta o acesso

do indivíduo jovem a estruturas de oportunidades, situação que se soma a condições socioeconômicas desvantajosas e facilita, fomenta e propicia o aumento da violência e da criminalidade. Crime organizado e tráfico de drogas ou, mais especificamente, a criminalização das drogas (PAIXÃO, 1994) são problemas que aparecem associados à discussão da juventude, notadamente no que diz respeito a homens jovens (ZALUAR, 1997). Nesse sentido, têm-se discutido sobre um *ethos* da masculinidade/virilidade, que inclui um universo de consumo voltado ao jovem, a globalização de estilos de cultura jovem, as novas configurações familiares, o uso distintivo de armas de fogo e a relação de indivíduos e grupos (gangues e quadrilhas) com a defesa do território e da honra.

A questão suscitada pela variável raça/cor para nós é problemática. Roger Bastide (1982), analisando “A criminalidade negra no estado de São Paulo” para meados do século XX, põe em questão os estereótipos dominantes sobre o negro aos olhos do branco. Para o autor, a motivação da criminalidade entre negros deveria ser buscada na situação social de miséria, analfabetismo, no fato de a justiça ser mais severa com negros do que com brancos, e não no fator biológico/racial. Em estudo sobre racismo, criminalidade violenta e justiça penal, Adorno (1996) demonstra como no sistema penal brasileiro, no que concerne ao desfecho de processos criminais, a maior proporção de réus condenados é negra. Embora o crime não seja prerrogativa racial, os réus negros encontram-se em situação de desvantagem em face dos brancos. No estado de São Paulo, o conjunto de indivíduos declaradamente negra representa aproximadamente 30% da população. Como foi percebido nas seções analíticas do presente texto, os maiores percentuais da vitimização segundo raça/cor é de brancos, embora esteja algumas vezes quase em páreo com a vitimização de pardos. Considerando sua complexidade, parece-nos que essa discussão deve ser aprofundada e, para além da categoria oficial, utilizada em fichas, como as de nascimento e óbito.

Como pode ser percebida, a distribuição espacial dos homicídios na RMSP acompanha o ritmo de queda das taxas entre 1999 e 2006. Essa distribuição permite-nos, no entanto, ressaltar que o recuo das taxas de homicídios na RMSP ocorre, durante a série, de forma desigual. Aglomerados de municípios no entorno da capital têm o seu recuo das taxas de homicídio tardiamente em relação à RMSP. A parte central dos distritos da capital apresentou, em toda série histórica,

por outro lado, as menores taxas. Embora não tenhamos analisado as taxas de mortalidade por homicídios segundo os distritos da capital, outros estudos (MAIA, 1999; MIRAGLIA, 2007, 2008) apontam que o risco de morte no município pelo encontra-se no entorno de sua parte mais central, e aquela com a menor taxa, até 30 homicídios por 100.000 habitantes.

Buscamos explorar os aspectos da criminalidade violenta na Região Metropolitana de São Paulo, contabilizando suas taxas de homicídios, entre os anos de 1998 e 2007, com base no Sistema de Informação de Mortalidade do Sistema Único de Saúde (SIM-Datasus). Como foi exposto, há uma redução das taxas de homicídios na RMSP. Para nós, a “causa” dessa redução não pode ser dimensionada apenas pelo registro de óbitos. Os aspectos da mortalidade na RMSP, no entanto, oferecem alguns indícios da vulnerabilidade ou risco de morte entre determinados grupos, como aparece de forma marcante entre jovens. Alguns autores sugerem que a redução dos homicídios em São Paulo (MELLO; SCHNEIDER, 2007), a partir do final da década de 1990 e começo do ano 2000, se devia à implementação de políticas públicas, como a “Lei Seca” de controle do álcool e a restrição às armas de fogo, com a Lei do Desarmamento, ante o impacto do crescimento acentuado da criminalidade violenta antes desse período. Essa hipótese sugere a elaboração de um levantamento sistemático das políticas de segurança públicas locais, bem como um levantamento de avaliações dessas políticas.

Em debate promovido pelo *blog* Crimes no Brasil, para entender mais sobre o Primeiro Comando da Capital (PCC), foi colocada a relevância do grupo na diminuição da violência no estado de São Paulo. Foi consenso entre os estudiosos convidados (FELTRAN et al., 2010)³ que há uma “regulação interna ao ‘mundo do crime’” que envolve regulação do comércio de drogas, da conduta dos indivíduos e da manutenção de um senso jurídico extralegal que teria impacto não sobre a diminuição da violência em geral, mas na diminuição do número de homicídios. Na perspectiva de Biondi (2010), foi uma solidariedade entre internos da Casa de Detenção do Carandiru que deu contorno ao PCC. Para a autora, a constituição de tal grupo se deve a uma “política da transcendência”, ou seja, da desindividualização (repressão a manifestações individuais), para a construção da transcendência

³ Os debatedores foram os sociólogos Gabriel Feltran e Camila Nunes e os antropólogos Karina Biondi e Adalton Marques.

(renúncia da agência pessoal em detrimento da coletividade), e esta como componente para desterritorialização: “estamos juntos e misturados”, nas palavras de dos interlocutores da pesquisadora. Essa “transcendência”, uma espécie de contrato hobbesiano, teria impacto disciplinar sobre a conduta dos prisioneiros dentro e fora da prisão. Embora a tese de que a redução dos homicídios em São Paulo se deva largamente a políticas do PCC seja de difícil defesa, ela se coloca também como problema de pesquisa.

Outra incursão que talvez possa respaldar uma análise mais aprofundada do recuo da ocorrência de homicídios na RMSP seja a que leve em consideração a dimensão da cultura e do imaginário urbano acerca da violência e seu impacto nos modos de vida da população:⁴ o que mudou nos últimos 10 anos local e globalmente? Quais processos têm operado sobre as dinâmicas sociais e culturais da RMSP? Há um “refinamento” do crime que desloca sua forma mais cruel (o homicídio) para formas mais sutis de violência? Obter respostas e desenvolver novas abordagens implica o exercício contínuo de levantar essas questões. Impõe-se também a tarefa contínua de analisar os registros de óbitos para se ter uma série temporal progressiva, ao mesmo tempo que se coloca o exercício de explorar a complexidade da vida social em busca de outros imponderáveis do cotidiano urbano.

Referências

ABRAMOVAY, M. et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, 2002.

ADORNO, S. Racismo, criminalidade violenta e justiça penal: réus brancos e réus negros em perspectiva comparada. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, páginas, 1996.

BASTIDE, R. A criminalidade negra no estado de São Paulo. In: NASCIMENTO, A. **O negro revoltado**. Rio de Janeiro: GRD, 1968.

BEATO FILHO, C. C. ; MARINHO, F. C. Padrões regionais de homicídio no Brasil. In: CRUZ, M. V. G; BATITUCCI, E. C. (Org.). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

BIONDI, K. **Junto e misturado: uma etnografia do PCC**. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.

⁴ O que foi feito por Biondi embora de forma “restrita” ao mundo prisional.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, 2004.

CANO, I. ; RIBEIRO, E. Homicídios no Rio de Janeiro e no Brasil: dados, políticas públicas e perspectivas. In: CRUZ, M. V. G. da; BATITUCCI, E. C. (Org.). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CANO, I. ; SANTOS, N. Violência letal, renda e desigualdade social no Brasil: questões metodológicas sobre as fontes e um resultado provisório. In: ZALUAR, A. et al. (Org.). **Sociedade e violência**. São Paulo: Letras & Letras, 2003.(Sociabilidades, III).

COELHO, E. C. **A oficina do diabo**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FELIX, S. A. **Geografia do crime**: interdisciplinaridade e relevâncias. Marília: Unesp Publicações, 2002.

FELTRAN, Gabriel et al. **16 perguntas sobre o PCC**. Crimes Disponível em: <http://brasil.23jan.2010>. Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/crimes-no-brasil/2010/01/23/16-perguntas-sobre-o-pcc/>.

FREIRE, F. H. M. A; SILVA, L. E. Aspectos da criminalidade em duas regiões metropolitanas do Nordeste: Natal e Recife. In: SEMINÁRIO NACIONAL GOVERNANÇA URBANA E DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO, 2010. **Anais...** Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/seminariogovernanca/cdrom/>. Acesso em: 01 mar 2011.

GOMES, G. M. **Velhas secas em novos sertões**: continuidade e mudanças na economia do semi-árido e dos cerrados nordestinos. Brasília: IPEA, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores sociodemográficos e de saúde no Brasil, 2009**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. (Estudos & Pesquisas: informação demográfica e socioeconômica, n. 25).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População brasileira envelhece em ritmo acelerado**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 nov. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Resultados do Censo 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br> Acesso em: 09 set. 2011.

KATZMAN, R. **Marco conceptual sobre activos, vulnerabilidad y estructura de oportunidades**. Montevideo: Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 1999.

KATZMAN, R. Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. **Revista de CEPAL**, Santiago de Chile, n. 75, p. 171-189, Dic. 2001.

MAIA, P. B. Vinte anos de homicídios no Estado de São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 121-129, out. /dez. 1999.

MEDEIROS, M; OSÓRIO, R. G. Mudanças na composição dos arranjos domiciliares no Brasil – 1978 a 1998. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 17, n. 1/2, páginas 141-162, jan. /dez. 2000.

MELLO, J. M. P; SCHNEIDER, A. Mudança demográfica e a dinâmica dos homicídios no estado de São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 19-30, jan. /jun. 2007.

MIRAGLIA, P. **Cosmologias da violência**: entre a regra e a exceção – uma etnografia da desigualdade em São Paulo. 2007. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

MIRAGLIA, P. Espaços seguros em São Paulo: ensaio. In: MIRAGLIA, P. **Urban age**. London: The London School of Economics and Political Science, 2008.

PAIXÃO, A. L. Violência urbana e políticas públicas de controle da criminalidade. In: VELLOSO, J. P. (Org.). **Governabilidade, sistema político e violência urbana**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

PASTERNAK, S. Aspectos demográficos da Região Metropolitana de São Paulo. In: BÓGUS, L. M. M; PASTERNAK, S. (Org.). **Como anda São Paulo**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2009.(Conjuntura Urbana, 3).

ROLNIK, R. **A cidade e a Lei**. São Paulo: Nobel, 1997. Capítulos 3 e 4.

SOARES, G. A. D. **Não matarás**: desenvolvimento, desigualdade e homicídios. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2010**: anatomia dos homicídios no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2010.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2011**: os jovens do Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2011.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência dos municípios brasileiros**, 2008. São Paulo: Instituto Sangari, 2008b.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência**: os jovens da América Latina 2008. São Paulo: Instituto Sangari, 2008a.

ZALUAR, A. Gangues, galeras e quadrilhas: globalização, juventude e violência. In: VIANNA, H. (Org.). **Galeras cariocas**: territórios de conflitos e encontros culturais. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

Os jovens e as mortes por homicídio na Região Metropolitana do Rio de Janeiro 1998-2007

Alexandre Magno Alves Diniz

Elisângela Gonçalves Lacerda

Felipe de Ávila Chaves Borges

Introdução

Nos últimos anos, vários estudos têm destacado o fato de a violência ter se tornado um grave problema de saúde pública em decorrência de seus múltiplos impactos. A violência provoca mortes, lesões, traumas físicos e psíquicos, diminuindo a qualidade de vida das pessoas e coletividades, além de demandar uma série de readequações dos serviços de saúde (MINAYO, 1994). Tal problema tornou-se ainda mais grave ao ter passado a atingir, ao longodas últimas décadas, principalmente, a população jovem. Isso está relacionado ao fato de que a violência praticada nos centros urbanos, que antes tinha como principal finalidade a obtenção de bens materiais, hoje funciona também como meio de expressão dos jovens.

Na tentativa de se levantar as causas desse fenômeno, muitos autores têm lançado luz sobre a temática, apontando a falta de estrutura familiar e de políticas públicas específicas para os jovens, além da falta de emprego e, majoritariamente, o tráfico de drogas, como alguns dos principais fatores de risco associados à incidência de homicídios nessa faixa etária.

O fenômeno dos homicídios entre os jovens se distribui de forma heterogênea no espaço em decorrência de sua múltipla diversidade e especificidade, privilegiando as áreas mais urbanizadas, uma vez que essas detêm considerável número de jovens, além de evidenciar e ampliar toda a sorte de desigualdades sociais no seu interior.

A mortalidade dos jovens coloca-se como um desafio não apenas por seu aspecto quantitativo, mas principalmente pela complexidade do problema e de suas consequências de ordem demográfica, econômica, social e de saúde (FERREIRA; VASCONCELOS; PENNA, 2008). Nesse

sentido, o esforço de averiguar a violência e suas eventuais soluções demanda uma investigação mais aprofundada no que se refere à sua dimensão territorial.

Com o intuito de contribuir para o entendimento da dinâmica territorial desses homicídios, o presente artigo apresenta uma análise espacializada dos dados referentes aos homicídios ocorridos entre os habitantes da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) entre 1998 e 2007, bem como de subpopulações específicas, quais sejam, homens, mulheres, jovens entre 15 e 29 anos. Nesse contexto, as ferramentas de tratamento de dados geográficos e de análise espacial são indispensáveis, uma vez que permitem que áreas com concentração mais significativa de homicídios sejam facilmente distinguíveis, o que possibilita uma atuação mais efetiva por parte do poder público na tentativa de minimizar esse problema, bem como suas consequências.

Mortalidade por homicídio entre jovens brasileiros

Inicialmente, é imperativo discutir o conceito de mortes por causas externas, categoria na qual se enquadram os homicídios. As mortes por causas externas são aquelas ocasionadas por causas não naturais, na qual se incluem todos os tipos de acidentes e lesões intencionais, que pertencem, atualmente, ao capítulo XX da Classificação Internacional de Doenças, se sua 10^a revisão.

Segundo Beato Filho et al. (2001), a categoria de mortes por causas externas é a principal responsável pela mortalidade entre jovens no Brasil, especialmente as mortes por homicídio. Esse dado é reflexo de um problema ainda mais vultoso, uma vez que a proporção das mortes por causas externas no Brasil é semelhante àquela observada no México, Nicarágua, Panamá e Venezuela (em torno de 15% do conjunto de mortes), sendo superada, apenas, pela Colômbia. Ressalte-se que o percentual brasileiro corresponde ao dobro do valor observado nos Estados Unidos e Canadá (MACEDO et al. , 2001), revelando a dimensão do problema.

A intensificação das mortes por causas externas entre jovens, especificamente os homicídios, vem ocorrendo desde as últimas décadas do século XX. Conforme demonstra a Síntese dos Indicadores Sociais do ano 2000, levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com o intuito de averiguar as mudanças

que ocorreram no Brasil na década de 1990, a violência ganhou destaque, passando a ser responsável por 68% das mortes entre jovens. Entre 1991 e 2000, a mortalidade por homicídio passou de 20,9 para 27,0 óbitos por 100.000 habitantes, sendo que, para a população de 15 a 24 anos, esses valores foram 35,2 e 52,1, respectivamente. Na comparação regional, as taxas brasileiras foram inferiores apenas aos dados apresentados por Colômbia e Costa Rica, de acordo com *ranking* da UNESCO (AIDAR; SOARES, 2006).

Não são escassos os estudos que buscam levantar as causas e os fatores que proporcionam o incremento das taxas de homicídio entre jovens. Carvalho, Salles e Guimarães (2002) aponta que esses homicídios estão, na maioria das vezes, relacionados com o uso de drogas e com a luta entre gangues. Outros autores apontam para o processo de urbanização, de desigualdades socioeconômicas, de conflitos armados e de mudanças na estrutura familiar como sendo indicador de risco para a incidência de homicídios entre indivíduos dessa faixa etária (LIMA; XIMENES, 1998). As tentativas de se levantar as principais causas da violência, apesar de serem válidas, muitas vezes buscam um responsável direto, o que leva a uma compreensão particularizada de um problema muito mais amplo e complexo. Segundo Minayo e Souza (1999), a mortalidade por violência só pode ser compreendida, na sua totalidade, a partir da apreensão de conceitos como desigualdade, impunidade, deterioração institucional, banalização e pouca valorização da vida.

Ao buscarem uma abordagem mais psicológica, Rodriguez e Kovács (2005) apontam que os jovens tendem a se lançar numa busca intensa pela vida, com sentimentos de onipotência e ideias de imortalidade, e tais fatores acabam por impulsioná-los na prática de ações que acabam os levando a uma aproximação dos perigos e à possibilidade de morte. Nessa mesma linha, Santos (2007) afirma que as altas taxas de homicídio entre jovens observadas não só no Brasil, como também no contexto internacional, refletem algumas especificidades dessa faixa etária, conforme descreve:

A atração pela arma de fogo é uma característica que permanece no imaginário coletivo dos jovens, pois ela parece conferir uma outra estatura ao indivíduo, representando autonomia, confiança e poder. A posse de armas de fogo traz à tona disputas internas que levam os jovens ao óbito. (SANTOS, 2007, p. 77).

Seja qual for o enfoque, apesar dos vários problemas estruturais relacionados à alta incidência de mortes entre os jovens, é quase consenso entre os estudiosos dessa temática que o tráfico de drogas é um dos principais problemas a serem enfrentados. Conforme afirma Beato Filho et al. (2001), “qualquer que seja a proporção dos homicídios relacionados às drogas, os mesmos deverão ocorrer com maior intensidade nas regiões e vizinhanças assoladas pelo tráfico”.

Isso se deve, em grande parte, ao fato de que, no contexto das regiões metropolitanas, nas áreas mais desvalorizadas e marcadas pelas omissões do estado e das instituições públicas, os jovens encontram maiores dificuldades para se inserirem no mercado de trabalho. Esse contexto de exclusão acaba por fomentar as ações ilícitas, com grande destaque para o tráfico de drogas, no qual uma ampla mão de obra disponível passa a atuar.

Segundo Macedo et al. (2001), os ambientes urbanos são espaços privilegiados para o estabelecimento das relações sociais, bem como para a ocorrência de mortes violentas, uma vez que ali vários fatores condicionantes do fenômeno criminal se fazem mais evidentes, tais como a concentração populacional elevada, impessoalidade das relações, alta competição entre os indivíduos, além do fácil acesso à armas de fogo. Contudo, cabe destacar que estabelecer uma relação direta entre as desigualdades sociais e a dinâmica dos crimes violentos, dentre eles os homicídios, é um erro, dada a complexidade inerente ao fenômeno (SOARES FILHO et al. , 2007).

Estudos têm revelado que os homicídios entre jovens apresentam distribuição espacial heterogênea, sendo maiores os riscos de vitimização por homicídio em determinadas sub-regiões do país e de áreas específicas da cidade (CANO; RIBEIRO, 2007). Minayo (1990), por exemplo, indicava que a magnitude da mortalidade por causas externas entre adolescentes era maior nas capitais dos estados das regiões Sudeste e Sul, sendo também mais significativa nas áreas urbanas do que no interior dos vários municípios brasileiros. Ressalte-se que, em 1995, essas duas regiões (Sul e Sudeste) concentraram mais de 65% dos óbitos entre jovens, sendo responsáveis pelo padrão de mortalidade impresso no Brasil (VERMELHO; JORGE, 1996). Um estudo feito pelo Observatório de Favelas (2006) revelou, ainda, que na região Sudeste há três concentrações de municípios com altos níveis de vitimização: Região Metropolitana de Belo Horizonte, o entorno de Vitória (Espírito Santo) e a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Ao analisarem a mortalidade por causas violentas na Região Metropolitana de Campinas (RMC), Aidar e Soares (2006) observaram que o processo de metropolização regional, que inclui a expansão da mancha urbana para além das áreas centrais de Campinas, intensificou as relações intermunicipais e favoreceu o aumento da mortalidade por homicídio nas áreas do entorno da sede. Na mesma linha de raciocínio, Ferreira, Vasconcelos e Penna (2008), ao avaliarem a vulnerabilidade dos jovens da Região Metropolitana de Brasília, concluíram que o risco ao homicídio é consideravelmente menor no centro e adjacências e aumenta em locais específicos da periferia da área metropolitana.

Assim, este texto pretende contribuir com o debate acerca da organização espacial dessa modalidade criminal, pois, embora a violência urbana seja uma característica geral da configuração social das cidades brasileiras, é mais ou menos consensual que ela afeta os municípios de forma diferente, em decorrência das desigualdades que possuem (SILVA, 2004).

Metodologia

Os aspectos de interesse para o presente estudo estão contidos na Classificação Internacional de Doenças (CID-10), em seu capítulo XX, onde são definidas as “causas externas de morbidade e mortalidade”. Dentre as causas de óbito estabelecidas pela CID-10, foram utilizados os agrupamentos de X85 a Y09, que recebem o título genérico de “Agressões”. Esse capítulo caracteriza-se pela presença de agressões ocasionadas por terceiros, que fazem uso de meios diversos para provocar danos, lesões ou a morte da vítima.

Os dados utilizados são oriundos do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), sob a gestão da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS/MS) e do Departamento de Informática do SUS (Datapus/MS), do Ministério da Saúde, tendo sido considerados os dados referentes aos óbitos por gênero, faixa etária (15 a 29 anos) e total.

Para a produção de taxas brutas anuais, entre 1998 e 2007, foram utilizados os dados de população do IBGE referentes à população geral, bem como às subpopulações de interesse (censos demográficos de 1991 e 2000, contagem populacional de 1996 e estimativas populacionais). As taxas foram produzidas para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) e seus municípios, a partir da razão entre o número

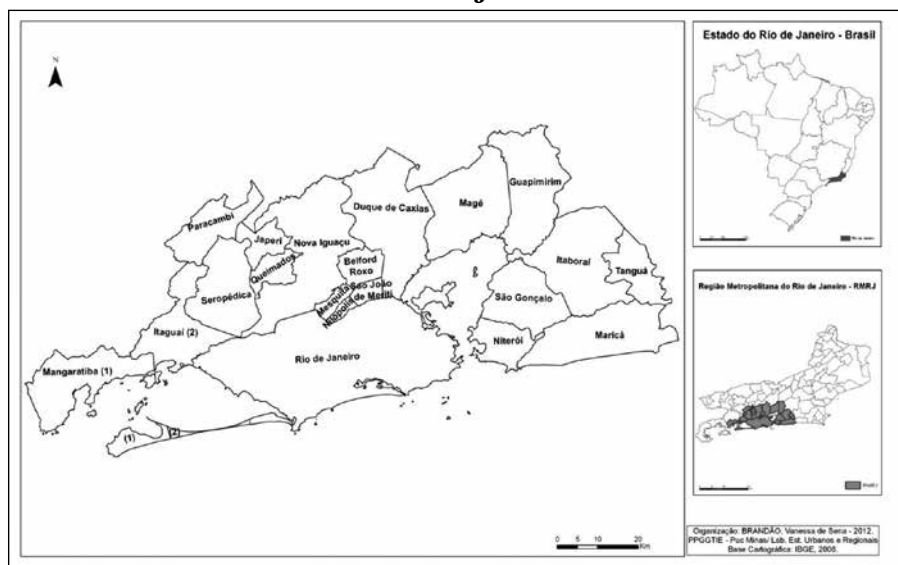
de homicídios ocorridos em cada subgrupo e as subpopulações específicas expostas ao risco (total, homens, mulheres e jovens).

Área de estudo

A RMRJ é a segunda maior área metropolitana do país, sendo composta por 20 municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Itaboraí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá(Figura 1).

As taxas de cada município foram representadas através de cartogramas coropléticos, enquanto as taxas globais correspondentes à RMJR foram organizadas em um polígono de frequências, com o fito de melhor visualizar a evolução temporal do fenômeno entre 1999 e 2007.

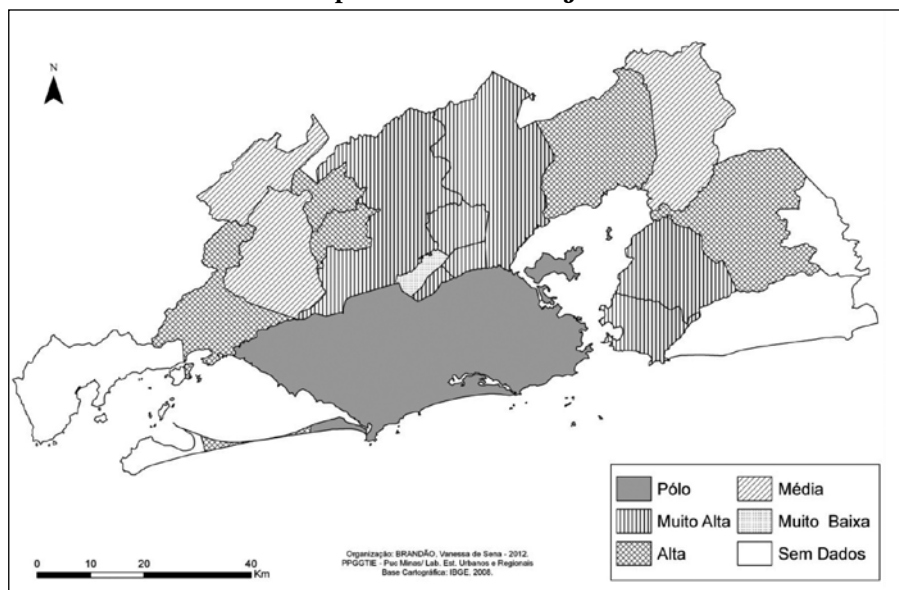
Figura 1 – Municípios integrantes da Região Metropolitana do Rio de Janeiro



Fonte: IBGE (2008)

Na tentativa de se verificar se a integração existente entre os municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro apresenta alguma relação com as taxas de homicídio, foi utilizado o Nível de Integração na Dinâmica da Aglomeração (ver Figura 2).

Figura 2 - Nível de Integração na Dinâmica da Aglomeração da Região Metropolitana do Rio de Janeiro



Fonte: Observatório das Metrôpoles (2004)

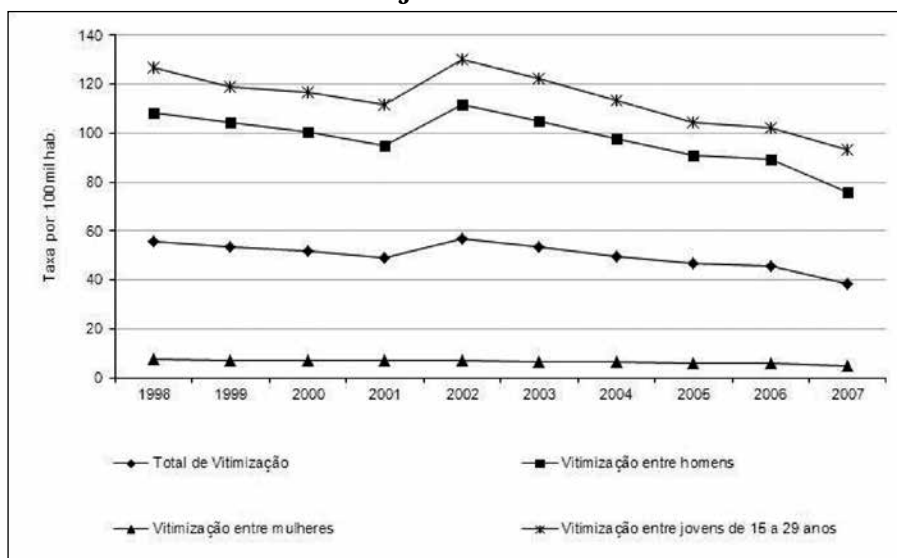
Resultados

Evolução temporal das taxas de homicídios na RMRJ

A evolução das taxas de homicídios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro está disposta no Gráfico 1, em que é possível verificar que, de forma geral, as taxas específicas apresentaram comportamento semelhante entre si. Entre 1998 e 2001, as taxas sofreram ligeira queda, ao passo que, entre 2001 e 2002, houve significativa dilatação, seguida de decréscimo regular até o fim do período em tela (2007).

Observe-se, ainda, que as taxas de óbitos entre indivíduos com idade entre 15 e 29 anos mantiveram valores superiores àqueles apresentados pelos demais subgrupos e pela população total (entre 93,2 e 130, 2 homicídios por 100.000 habitantes). As menores taxas corresponderam aos homicídios femininos, que ficaram praticamente estáveis ao longo de todos os anos (abaixo de 10 homicídios por 100.000 mulheres). Os homicídios totais apresentaram taxas intermediárias, entre 38,3e 56,7homicídios por 100.000 habitantes, enquanto as taxas de homicídios masculinos variaram entre 75,7 e 111,52 homicídios por 100.000 homens.

Gráfico 1-Taxas de homicídio da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 1998-2007



Fonte: SIM-DATASUS (Vários anos)

Análise espacial das taxas de homicídio na RMRJ

Taxa total de homicídio

As taxas totais de homicídios, ao longo dos anos analisados, variaram de 0 a 94,3 homicídios por 100.000 habitantes. Com base nos mapas do período em questão (Figura 3), é possível notar que, entre 1998 e 2004, há uma clara expansão das taxas, que surgem a partir dos municípios alocados na porção norte da região e que apresentam um nível de integração muito alto ou alto com o Rio de Janeiro (Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Belford Roxo), formando um corredor em direção a oeste da RMRJ.

Entre 1998 e 1999, há uma elevação nas taxas totais de homicídios, com alguns municípios chegando a atingir a classe de 76,6 a 94,3 homicídios por 100.000 habitantes (Belford Roxo e Itaboraí). Ressalte-se que tais municípios possuem, respectivamente, nível de integração muito alto e alto com o município polo da RMRJ. Nesse momento, os municípios da porção leste, até então com taxas que não chegavam a ultrapassar os 60 homicídios por 100.000 habitantes, passaram a superar esse valor (Maricá, Niterói e Itaboraí).

Nos anos 2000 e 2001, há uma leve queda nas taxas de homicídios, que voltam a crescer sensivelmente em 2002, mantendo esse padrão até 2004. Ao longo desses anos, os municípios mais afetados (com taxas superiores a 76,6 homicídios por 100.000 habitantes) localizam-se no norte/noroeste e no leste da RMRJ, sendo eles: Itaguaí, Queimados, Belford Roxo e Itaboraí.

Entre 2005 e 2007, as taxas de homicídios sofrem um significativo declínio em grande parte da RMRJ, onde apenas Itaguaí e Itaboraí permanecem com taxas superiores a 76,6 homicídios por 100.000 habitantes. Cabe ressaltar que tais municípios apresentam uma alta integração com o Rio de Janeiro. Nesse período o município do Rio de Janeiro obteve taxas relativamente baixas, se comparadas àquelas apresentadas pelos demais municípios da RMRJ, mantendo-se abaixo dos 60, 5 homicídios por 100.000 habitantes.

Taxas de homicídios entre homens

As taxas de homicídios masculinas oscilaram entre 0 e 178,6 homicídios por 100.000 homens. Em 1998, as maiores taxas (entre 118,1 e 149,9 homicídios por 100.000 homens) ficaram concentradas nos municípios de Mangaratiba, Japeri, Queimados, Nova Iguaçu,

Belford Roxo, Mesquita e Duque de Caxias. Dentre esses municípios, a maioria possui um nível de integração muito alto com o Rio de Janeiro (Figura 4).

Entre 1999 e 2001, nota-se uma considerável redução no número de município, com taxas variando entre 118,1 e 149,9 homicídios por 100.000 habitantes, tendo reduzido de sete, em 1998, para três, em 2001. Em 1999, Guapimirim se destacou com elevadas taxas de homicídio entre homens (150, 0 a 178,6 homicídios por 100.000 homens).

Nos anos de 2002 e 2003 houve uma expansão das taxas mais elevadas em direção a oeste da RMRJ. Nesse intervalo de tempo, Guapimirim e Itaguaí tiveram taxas de homicídios na classe mais elevada (150, 0 a 178,6 homicídios por 100.000 habitantes), ambos apresentando nível de integração médio e alto, respectivamente.

Nos anos seguintes (2004 a 2007), observa-se a dispersão das taxas mais significativas entre os municípios localizados nas porções setentrional (Nova Iguaçu, Queimados e Belford Roxo), oeste (Itaguaí) e leste (Itaboraí) do Rio de Janeiro. Nesses municípios, as taxas ficaram entre 118,1 e 149,9 homicídios por 100.000 habitantes. Ao longo desse período, o município do Rio de Janeiro apresentou taxas abaixo dos 117,1 homicídios por 100.000 homens.

Taxas de homicídios entre mulheres

As taxas de homicídios entre mulheres foram as que se mantiveram mais baixas ao longo dos anos analisados, tendo ficado entre 0 e 45,9 homicídios por 100.000 mulheres. Além disso, apenas um município (Mangaratiba) chegou a apresentar taxas na última classe (26,5 a 45,9 homicídios por 100.000 mulheres). A grande maioria dos municípios da RMRJ apresentou taxas entre 1,2 e 16,2 homicídios por cada grupo de 100.000 mulheres (Figura 5).

Em 1998, as taxas não ultrapassaram os oito homicídios por 100.000 mulheres. Nesse ano os municípios com maiores taxas (Itaguaí, Queimados, Japeri, Belford Roxo, São João de Meriti, Duque de Caxias, Itaboraí e Niterói) ficaram alocados de forma dispersa na RMRJ, não havendo, portanto, nenhuma concentração espacial.

Entre 1999 e 2001, alguns municípios que até então tinham taxas relativamente baixas começam a se destacar com taxas elevadas de homicídios entre mulheres, dentre eles Mangaratiba (26,5 a 45,9 homicídios por 100.000 mulheres), Guapimirim e Queimados (ambos com taxas

entre 17,3 e 25,1 homicídios por 100.000 mulheres). Os demais municípios ficaram com taxas entre 0 e 16 homicídios por 100.000 mulheres.

No período entre 2002 e 2004, verifica-se que as taxas mais significativas permanecem em municípios dispersos na RMRJ, com exceção de 2003, quando os municípios de Guapimirim e Itaboraí, postados na parte leste da RMRJ, chamam a atenção, com taxas entre 17,3 e 25,1 homicídios por 100.000 mulheres.

Em 2006, há uma clara redução nas taxas de homicídios entre mulheres. Nessa oportunidade, as maiores taxas ficam abaixo de 16,5 homicídios por 100.000 mulheres. Esse padrão praticamente se mantém em 2007, contudo, naquele ano, Mangaratiba volta a se destacar com taxas superiores a 26,5 homicídios por 100.000 mulheres.

Taxas de homicídios entre jovens de 15 a 29 anos

As taxas de homicídios entre jovens de 15 a 29 anos variaram de 0, 0 a 204,4 homicídios por 100.000 jovens e apresentaram um claro padrão de concentração na porção central da RMRJ, com os municípios detentores das menores taxas, ou mesmo taxas nulas, alocados na periferia da região metropolitana. Ao longo do período em estudo, nota-se que, apesar de haver algumas alterações em relação aos municípios com maiores taxas, o padrão de distribuição espacial permanece quase que inalterado (Figura 6).

Em 1998, observa-se um aglomerado de municípios com altas taxas (acima de 129,7 homicídios por 100.000 jovens) ao norte do Rio de Janeiro, com destaque para Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Queimados, Nova Iguaçu, Belford Roxo, Nilópolis e São João de Meriti.

Em 1999, esse padrão sofre alteração, deixando de apresentar uma aglomeração de municípios com altas taxas. Entre 2000 e 2002, surge novamente um grupo de municípios com altas taxas, que passam a abranger entidades administrativas da porção oeste da RMRJ, como Soropédica e Itaguaí. No setor leste, destaca-se apenas Itaboraí, com taxas entre 129,7 e 168,2 homicídios por 100.000 jovens.

Em 2003 e 2004, os municípios com maiores taxas são Itaguaí, Queimados e Belford Roxo (entre 168,3 e 204,4 homicídios por 100.000 jovens). Entre 2005 e 2007, nenhum município apresentou taxas na última classe, tendo o padrão geral sido de redução em grande parte dos municípios. Em 2007, apenas Itaguaí, Nilópolis, Duque de Caxias e Itaboraí obtiveram taxas de homicídios superiores a 129,7 homicídios por 100.000 habitantes de 15 a 29 anos.

Considerações finais

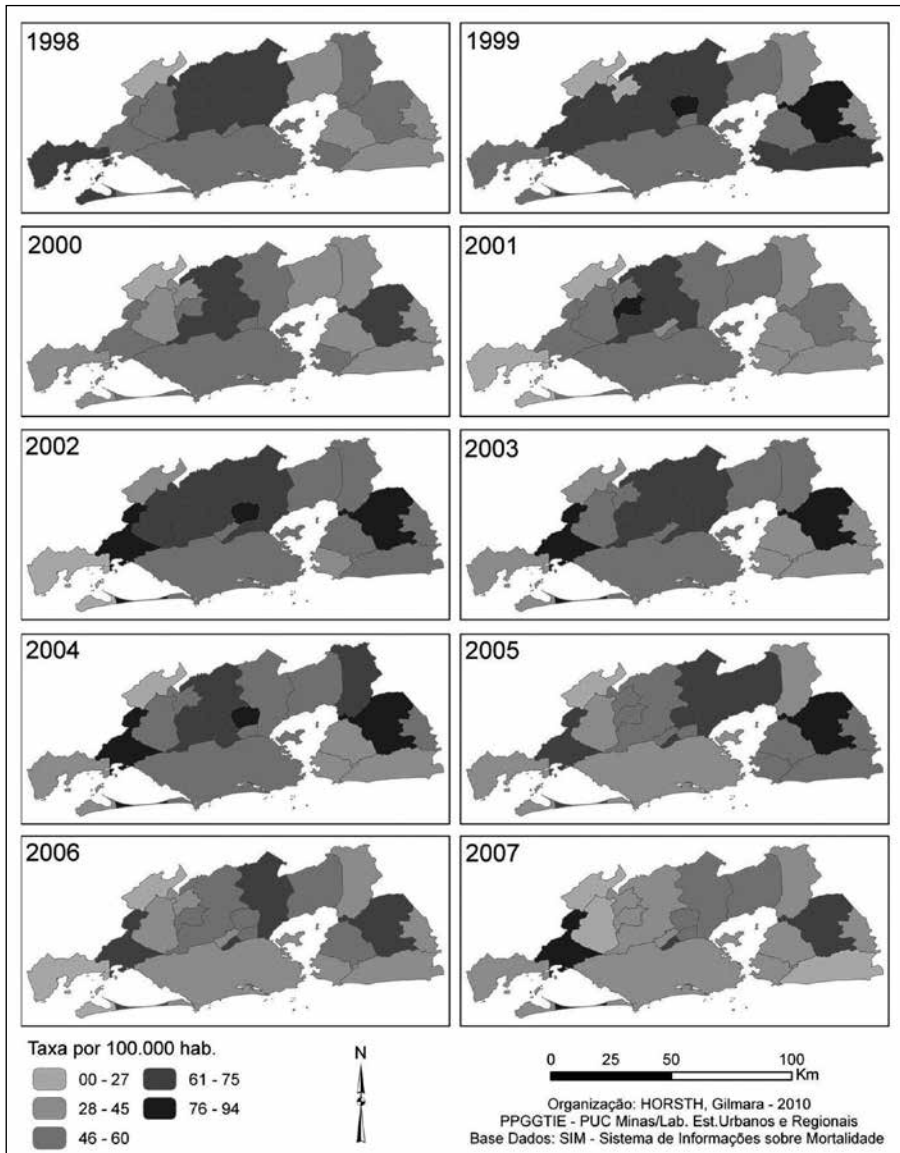
Este exercício exploratório revelou uma série de resultados que merecem relevo. Primeiramente, as mortes por homicídio não vexam a população como um todo, mas subgrupos específicos, como homens e jovens. No entanto, os homicídios apresentam-se mais concentrados entre indivíduos com idades de 15 a 29 anos.

Outro aspecto que merece destaque é a tendência declinante do fenômeno na RMRJ, quando se toma como referência o período de 1998 e 2007. Tal inflexão negativa foi observada em todas as subpopulações escrutinadas neste estudo. Tal inflexão corresponde parcialmente às observações de Cerqueira (2012), que aponta significativo aumento no número de mortes violentas com causa indeterminada no Estado do Rio de Janeiro nos últimos anos, fato que destoava do padrão evolutivo desses registros no âmbito nacional.

Emulando outros estudos espaciais sobre criminalidade, as mortes por homicídio na RMRJ também não se distribuem homoganeamente, apresentando padrões espaciais específicos. Quando se toma o conjunto de homicídios, notam-se concentrações mais evidentes nas porções setentrional e oriental. Os homicídios de homens apresentam-se de forma mais destacada também ao norte e a leste da região. Por outro lado, as taxas referentes às mulheres são mais intensas na porção ocidental da RMRJ. Por fim, as taxas de homicídio entre jovens (15 a 29 anos) são mais patentes no quadrante norte da RMRJ.

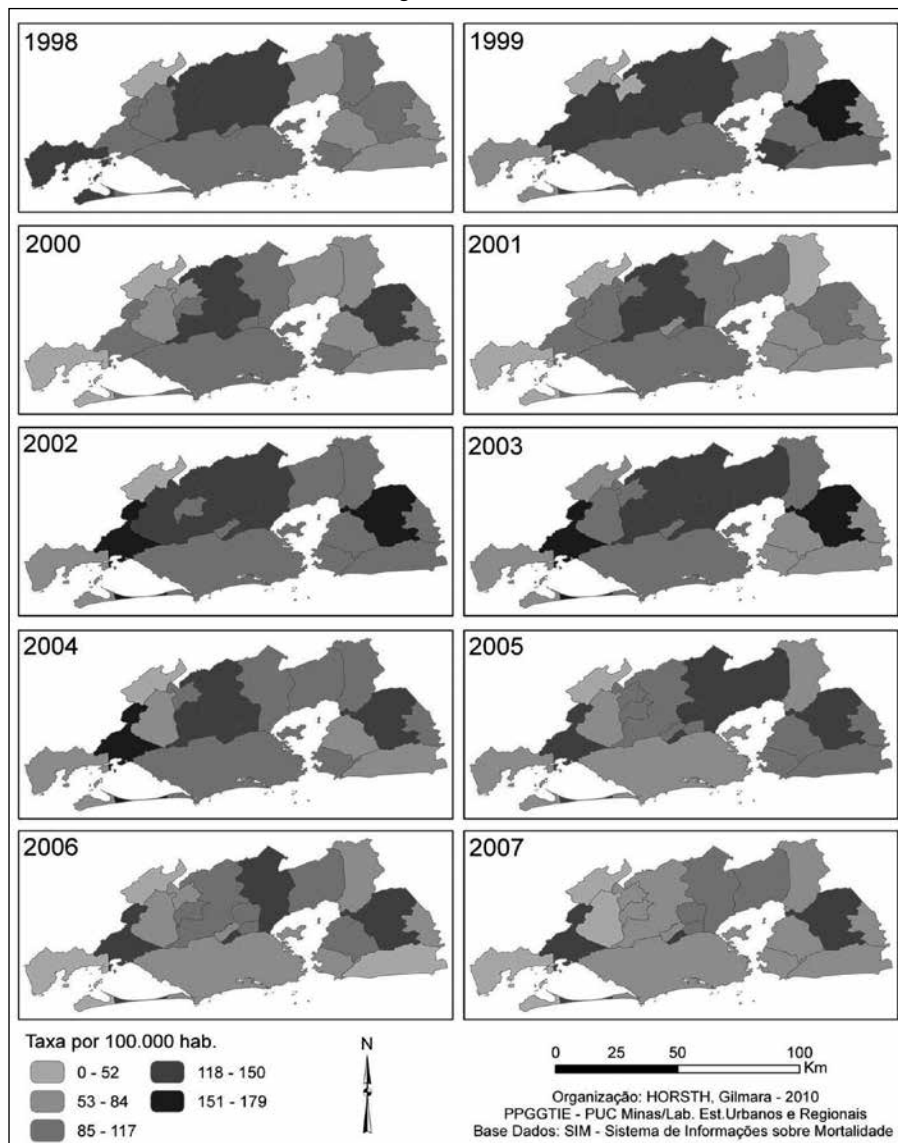
Como possível explicação para os padrões encontrados, explorou-se qualitativamente a relação como nível de integração entre os municípios metropolitanos e o município do Rio de Janeiro. Futuros estudos deverão incorporar outras variáveis, sobretudo as de natureza socioeconômica, em análises multivariadas, para se melhor compreender a complexa e multifacetada dinâmica das mortes por homicídio na RMRJ.

Figura 3 - Taxa total de homicídios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 1998-2007



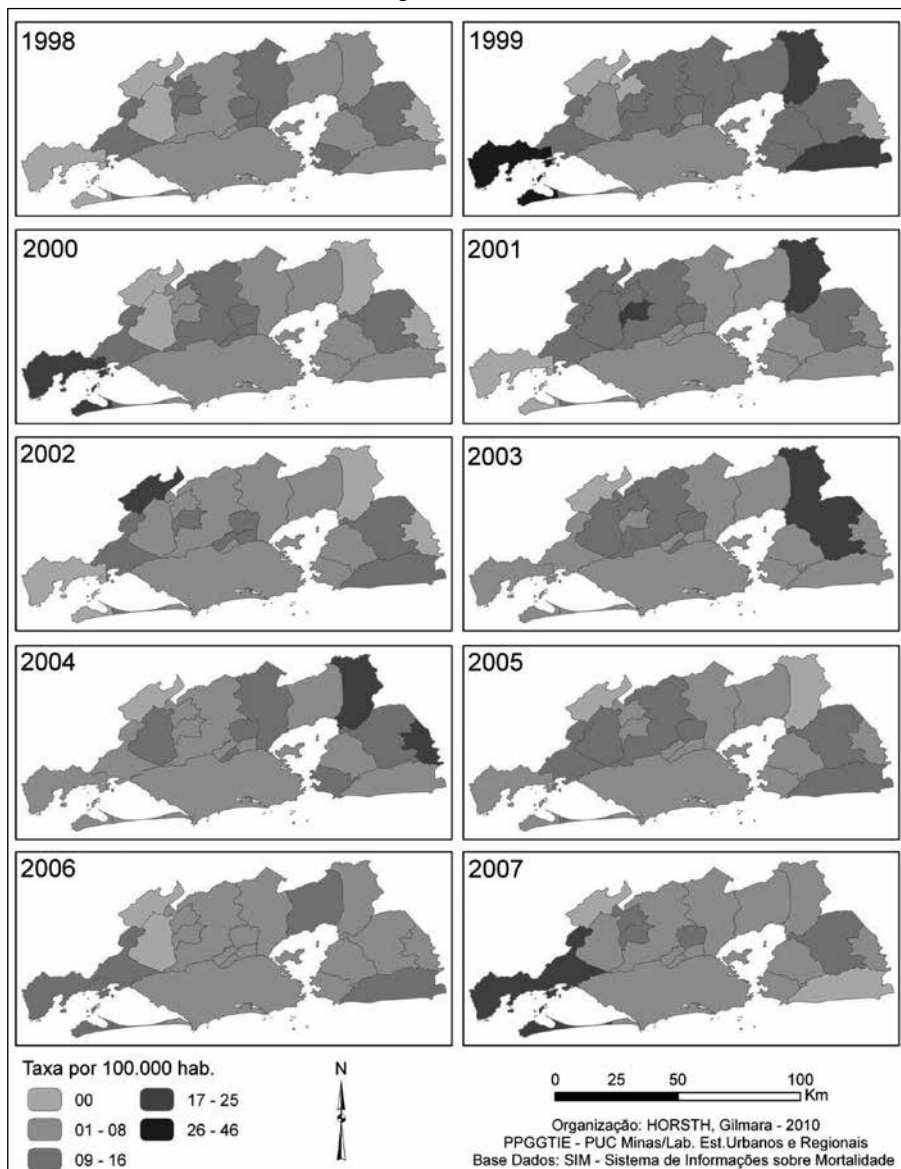
Fonte: SIM-DATASUS

Figura 4 - Taxa de homicídios entre homens da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 1998-2007



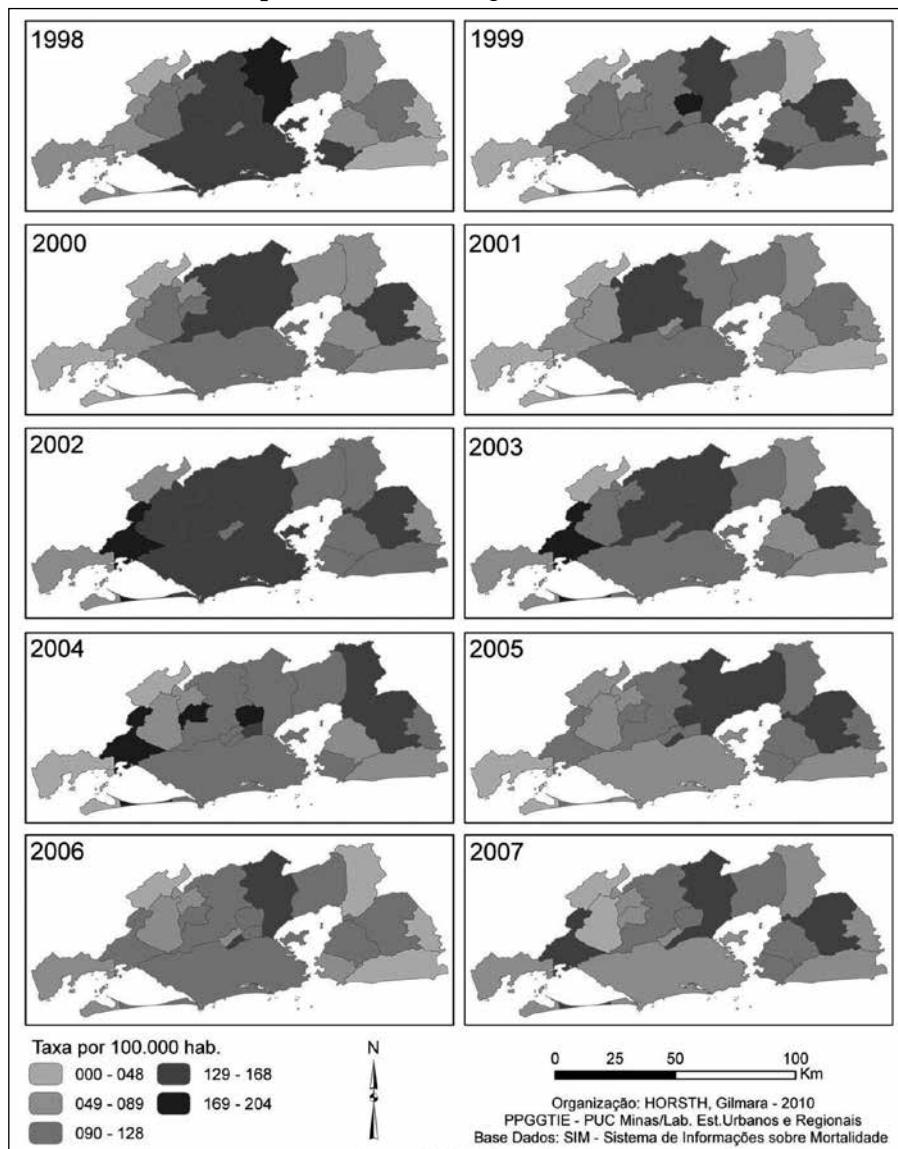
Fonte: SIM-DATASUS

Figura 5 - Taxa de homicídios entre mulheres da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 1998-2007



Fonte: SIM-DATASUS

Figura 6 – Taxa de homicídios entre jovens de 15 a 29 anos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – 1998-2007



Fonte: SIM-DATASUS

Tabela 1 – Valores absolutos do total de homicídios e taxa bruta por 100.000hab. por municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – 1998-2007

Município	Valores absolutos																	Taxa bruta por 100.000hab.																
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007														
Belford Roxo	292	325	297	291	347	301	350	318	253	269	70,0	76,4	68,4	65,8	77,1	65,8	75,4	66,2	51,7	54,1														
Duque de Caxias	553	500	454	459	537	566	459	544	530	491	75,1	67,0	58,5	58,6	67,3	70,0	56,0	64,5	62,0	56,6														
Guapimirim	18	16	13	14	24	22	28	17	13	14	50,4	43,0	34,3	35,8	60,0	53,7	66,7	38,5	28,7	30,2														
Itaboraí	102	147	136	111	165	186	163	167	158	147	60,0	84,5	72,5	57,6	83,7	92,3	79,2	77,4	71,5	65,0														
Itaguaí	38	50	39	45	81	75	76	66	63	75	51,9	67,0	47,6	53,4	94,3	85,5	84,9	70,5	65,8	76,7														
Japeri	56	13	27	51	57	44	45	52	42	39	71,4	16,1	32,4	59,8	65,5	49,6	49,8	55,2	43,7	39,7														
Magé	80	94	68	99	103	130	110	153	141	117	41,7	47,9	33,0	47,0	48,0	59,4	49,3	65,9	59,5	48,4														
Mangaratiba	13	11	10	5	7	11	9	11	7	10	60,8	49,8	40,2	19,4	26,5	40,7	32,5	37,6	23,3	32,4														
Maricá	28	41	28	26	48	31	33	46	28	26	43,3	61,5	36,5	32,4	57,8	36,0	37,1	48,1	28,3	25,4														
Mesquita	-	-	-	64	94	95	109	105	75	67	-	-	-	38,1	54,8	54,6	61,7	57,5	40,4	35,5														
Nilópolis	88	103	109	80	100	107	96	96	95	95	57,2	67,2	70,9	52,3	65,5	70,2	63,2	63,6	63,1	63,3														
Niterói	269	297	216	134	201	186	209	212	176	155	58,9	64,6	47,0	29,1	43,3	39,9	44,6	44,7	36,9	32,3														
Nova Iguaçu	560	558	569	503	523	546	512	482	405	355	65,8	64,7	61,8	65,8	67,0	68,9	63,7	58,0	48,0	41,4														
Paracambi	4	8	5	6	14	12	10	9	6	5	9,8	19,4	12,4	14,7	33,9	28,8	23,7	20,9	13,8	11,4														
Queimados	85	75	68	98	78	86	98	70	74	53	75,2	65,2	55,7	78,7	61,5	66,6	74,6	51,3	53,2	37,4														
Rio de Janeiro	2.941	2.604	2.902	2.741	3.153	2.850	2.711	2.281	2.515	1.935	52,7	46,5	49,5	46,5	53,1	47,7	45,1	37,4	41,0	31,3														
São Gonçalo	289	488	379	268	412	379	305	468	467	406	33,7	56,1	42,5	29,7	45,1	41,0	32,6	48,7	48,0	41,2														
São João de Meriti	316	212	266	319	306	312	270	251	259	246	72,1	48,2	59,2	70,6	67,3	68,3	58,8	54,1	55,5	52,4														
Seropédica	26	41	27	40	48	36	32	30	26	14	45,3	70,1	41,4	59,8	70,0	51,4	44,7	40,0	33,9	17,8														
Tangará	8	10	10	11	14	11	16	14	11	11	32,5	39,7	38,4	41,3	51,5	39,7	56,6	47,5	36,5	35,8														
RMJ	5.766	5.593	5.623	5.365	6.312	5.986	5.641	5.392	5.344	4.590	55,6	53,5	51,6	48,8	56,8	53,3	49,8	46,6	45,7	38,3														

Fonte: SIM-DATASUS

Tabela 2 – Valores absolutos de homicídios entre homens e taxa bruta por 100.000 homens por municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – 1998-2007

Município	Valores absolutos										Taxa bruta por 100.000hab.									
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Belford Roxo	268	307	270	273	322	282	330	293	241	247	131,7	147,9	127,8	127,0	147,1	126,8	146,1	125,3	101,3	102,6
Duque de Caxias	515	465	426	430	507	535	425	511	498	468	143,4	127,8	113,4	113,3	131,1	136,6	107,1	125,1	120,2	111,8
Guapimirim	17	12	13	10	23	18	24	17	12	13	94,6	64,2	68,6	51,2	115,1	88,0	114,6	77,1	53,1	56,4
Itaboraí	93	136	126	100	150	167	149	152	150	135	110,1	157,4	135,9	105,0	154,0	167,7	146,4	142,4	137,3	120,9
Itaguaí	34	45	35	39	76	74	74	60	56	64	93,6	121,6	86,2	93,5	178,6	170,3	166,9	129,3	118,1	131,8
Japeri	50	13	24	46	54	39	42	49	38	35	128,3	32,4	58,1	108,8	125,2	88,7	93,7	104,8	79,6	71,7
Magé	79	83	65	92	95	128	102	145	131	108	83,2	85,6	64,2	88,6	89,9	118,8	93,0	126,8	112,3	91,0
Mangaratiba	13	6	5	5	7	10	8	10	5	7	120,1	53,7	39,6	38,4	52,4	73,0	56,9	67,4	32,8	45,1
Maricá	27	35	26	23	42	30	32	41	24	26	83,0	104,3	67,9	57,5	101,3	69,9	72,1	85,9	48,6	51,7
Mesquita	-	-	-	59	86	91	104	100	71	66	-	-	-	72,7	103,8	108,2	121,9	113,4	79,2	73,4
Nilópolis	84	92	100	75	94	98	88	91	90	91	114,6	126,0	137,8	103,8	130,3	136,3	122,7	127,7	126,7	129,5
Niterói	248	266	202	121	186	171	189	198	162	136	115,9	123,5	94,4	56,3	86,0	78,7	86,5	89,7	73,0	61,2
Nova Iguaçu	525	516	528	458	495	506	486	440	376	328	126,9	123,1	118,5	123,6	131,0	131,9	124,8	109,4	91,9	78,9
Paracambi	4	8	5	4	10	12	10	9	6	5	19,8	39,1	25,1	19,9	49,2	58,4	48,2	42,5	28,0	23,3
Quicmados	77	70	67	87	71	82	95	66	71	47	138,8	124,0	112,6	143,3	114,7	130,2	148,2	99,1	104,6	68,2
Rio de Janeiro	2.741	2.441	2.683	2.551	2.952	2.682	2.518	2.136	2.326	1.827	104,5	92,8	97,6	92,2	106,0	95,7	89,3	74,7	80,8	63,2
São Gonçalo	266	452	358	250	384	354	282	431	435	382	64,0	107,3	83,4	57,4	87,1	79,4	62,5	93,1	92,7	80,8
São João de Meriti	291	197	233	302	288	298	260	236	248	238	137,3	92,5	107,9	139,0	131,9	135,7	117,8	105,8	110,5	106,0
Seropédica	26	38	27	37	46	33	29	27	26	13	91,2	130,8	83,7	111,9	135,8	95,3	82,0	72,8	68,5	33,7
Tanguá	8	10	10	10	14	10	13	13	10	10	64,2	78,4	76,5	74,8	102,6	71,9	91,7	88,0	66,3	65,1
RMRJ	5.366	5.192	5.203	4.972	5.902	5.620	5.260	5.025	4.976	4.246	108,4	104,1	100,4	95,0	111,5	105,2	97,5	91,2	89,4	75,7

Fonte: SIM-DATASUS

Tabela 3: Valores absolutos de homicídios entre mulheres e taxa bruta por 100.000 mulheres por municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – 1998-2007

Municípios	Valores absolutos										Taxa bruta por 100.000hab.									
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Belford Roxo	24	18	26	18	22	19	20	23	12	22	11,2	8,3	11,6	7,9	9,5	8,1	8,4	9,3	4,8	8,6
Duque de Caxias	38	35	28	29	30	31	34	33	32	23	10,1	9,1	7,0	7,2	7,3	7,4	8,1	7,6	7,3	5,1
Guapimirim	1	4	0	4	0	4	4	0	1	1	5,6	21,7	0,0	20,4	0,0	19,5	19,0	0,0	4,4	4,3
Itaboraí	9	10	0	11	15	19	13	15	8	12	10,5	11,4	10,5	11,3	15,1	18,7	12,5	13,7	7,2	10,5
Itaguaí	4	5	4	6	5	1	2	6	7	11	10,8	13,3	9,7	14,1	11,5	2,3	4,4	12,7	14,5	22,3
Japeri	6	0	3	5	3	5	3	3	3	4	15,2	0,0	7,1	11,6	6,8	11,2	6,6	6,3	6,2	8,1
Magé	1	11	3	7	7	2	8	8	10	8	1,0	11,1	2,9	6,5	6,4	1,8	7,1	6,8	8,3	6,5
Mangaratiba	0	5	3	0	0	1	1	1	2	3	0,0	45,9	24,4	0,0	0,0	7,5	7,3	6,9	13,5	19,6
Maricá	1	6	2	2	6	1	1	5	4	0	3,1	18,1	5,2	5,0	14,4	2,3	2,2	10,4	8,1	0,0
Mesquita	-	-	-	5	8	4	5	5	4	1	-	-	-	5,8	9,0	4,4	5,5	5,3	4,2	1,0
Nilópolis	4	11	9	5	6	9	8	5	5	4	5,0	13,7	11,1	6,2	7,4	11,2	10,0	6,3	6,3	5,0
Niterói	21	31	14	13	15	15	20	14	14	19	8,6	12,7	5,7	5,3	6,0	6,0	8,0	5,5	5,5	7,4
Nova Iguaçu	33	42	40	45	28	40	26	42	28	27	7,5	9,5	8,4	11,4	7,0	9,8	6,3	9,8	6,4	6,1
Paracambi	0	0	0	2	4	0	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0	9,6	19,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Queimados	8	5	1	11	7	4	3	4	3	6	13,9	8,5	1,6	17,2	10,8	6,0	4,5	5,7	4,2	8,2
Rio de Janeiro	200	160	217	190	200	168	193	145	188	108	6,8	5,4	7,0	6,1	6,3	5,3	6,0	4,5	5,8	3,3
São Gonçalo	23	35	21	18	28	25	23	37	32	23	5,2	7,8	4,5	3,8	5,9	5,2	4,7	7,4	6,3	4,5
São João de Meriti	25	13	31	17	18	13	10	15	11	8	11,1	5,7	13,3	7,2	7,6	5,5	4,2	6,2	4,5	3,3
Seropédica	0	2	0	3	2	3	3	3	0	1	0,0	6,8	0,0	8,9	5,8	8,5	8,3	7,9	0,0	2,5
Tangará	0	0	0	1	0	1	3	1	1	1	0,0	0,0	0,0	7,5	0,0	7,2	21,3	6,8	6,7	6,5
RMRJ	398	393	412	392	404	365	380	365	365	282	7,3	7,2	7,2	6,8	6,9	6,2	6,4	6,0	6,0	4,5

Fonte: SIM-DATASUS

Tabela 4 – Valores absolutos de homicídios entre jovens de 15 a 29 anos e taxa brutapor 100.000jovensde 15 a 24 anos por municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro– 1998-2007

Município	Valores absolutos																	Taxa bruta por 100.000hab.																
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007														
Belford Roxo	186	204	171	189	208	185	222	202	153	159	157,0	168,9	141,9	154,1	166,6	145,9	172,3	151,5	112,8	121,8														
Duque de Caxias	361	318	275	267	329	360	281	350	350	332	175,1	152,1	130,3	125,2	151,5	163,6	126,0	152,6	150,4	147,8														
Guapimirim	7	4	7	8	11	9	18	11	4	6	68,4	37,6	66,9	74,1	99,7	79,6	155,6	90,4	32,1	48,8														
Itaboraí	54	76	72	54	74	94	93	79	76	87	110,0	151,2	136,8	99,9	133,8	166,2	160,9	130,4	122,5	148,3														
Itaguaí	18	26	17	18	49	45	43	31	30	36	86,5	122,6	74,3	76,6	204,4	183,8	172,1	118,6	112,3	140,4														
Japeri	25	7	12	34	33	24	15	20	20	21	109,2	29,7	50,6	140,0	133,2	95,0	58,3	74,5	73,0	78,8														
Magé	47	53	40	60	52	67	60	90	62	60	88,8	98,1	71,8	105,2	89,5	113,2	99,5	143,3	96,7	96,4														
Mangaratiba	5	1	2	3	5	4	3	1	4	4	88,2	17,1	30,9	44,9	73,0	56,9	41,7	13,2	51,2	52,9														
Maricá	6	16	14	7	22	11	17	12	9	15	34,9	90,2	71,3	34,1	103,5	50,0	74,7	49,0	35,5	61,9														
Mesquita	-	-	-	34	52	59	60	56	44	38	-	-	-	75,2	112,8	126,0	126,3	114,1	88,2	80,2														
Nilópolis	51	60	64	42	55	67	49	62	59	49	123,4	145,7	158,0	104,2	136,6	166,9	122,4	155,9	148,8	134,1														
Niterói	154	181	137	83	133	121	118	138	102	99	133,8	156,2	118,4	71,5	113,8	103,0	100,0	115,6	85,0	88,8														
Nova Iguaçu	315	300	326	286	322	322	259	252	225	196	132,9	124,9	130,2	137,1	151,3	149,0	118,1	111,2	97,7	88,5														
Paracambi	3	3	1	1	7	5	5	7	3	4	27,0	26,6	9,6	9,5	65,9	46,6	46,2	63,3	26,9	36,6														
Queimados	43	37	42	57	52	51	63	36	41	33	132,2	111,8	122,3	162,6	145,6	140,3	170,3	93,7	104,7	87,8														
Rio de Janeiro	1.813	1.557	1.779	1.717	1.947	1.760	1.695	1.372	1.500	1.150	128,9	110,4	119,0	114,0	128,4	115,4	110,5	88,2	95,7	77,5														
São Gonçalo	152	270	187	147	245	205	166	287	268	247	64,4	112,9	78,1	60,6	99,7	82,5	66,0	111,2	102,5	100,8														
São João de Meriti	195	138	169	190	172	193	172	146	162	168	161,4	113,8	138,4	154,7	139,3	155,5	137,9	115,7	127,7	141,1														
Seropédica	15	18	19	16	26	17	16	17	15	5	96,4	113,5	107,1	88,0	139,5	89,2	82,2	83,3	71,8	24,3														
Tangará	2	5	3	5	5	8	8	9	2	7	27,1	66,1	39,6	64,5	63,2	99,1	97,3	105,0	22,8	86,9														
RMRJ	3.452	3.274	3.337	3.218	3.799	3.607	3.363	3.178	3.129	2.716	126,6	119,1	116,8	111,5	130,2	122,5	113,1	104,6	101,9	93,2														

Fonte: SIM-DATASUS

Referências

AIDAR, T. ; SOARES, M. Desigualdade, vulnerabilidade social e a mortalidade por causas violentas no contexto metropolitano: o caso de Campinas, Brasil. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). **Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: Núcleo de Estudos de População/Unicamp, 2006.

BEATO FILHO, C. C. et al. Conglomerados de homicídios e o tráfico de drogas em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, de 1995 a 1999. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 5, p. 1163-1171, set. /out. 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema de Informações sobre a Mortalidade**. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde. Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br/catalogo/sim.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2010.

CANO, I. ; RIBEIRO, E. Homicídios no Rio de Janeiro e no Brasil: dados, políticas públicas e perspectivas. In: CRUZ, M. V. G. ; BATITUCCI, E. C. (Org.). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CARVALHO, A. ; SALLES, F. ; GUIMARÃES, M. (Org.) **Adolescência**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

CERQUEIRA, D. **Mortes violentas não esclarecidas e impunidade no Rio de Janeiro**. Disponível em: <<http://www2.forumseguranca.org.br/content/mortes-violentas-n%C3%A3o-esclarecidas-no-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 8 ago. 2012.

FERREIRA, I. C. B; VASCONCELOS, A. M. N. ; PENNA, N. A. Violência urbana: a vulnerabilidade dos jovens da periferia das cidades. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16, 2008, Caxambu-MG. **Anais...** Caxambu: ABEP, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População Jovem no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

LIMA, M. L. C. ; XIMENES, Ricardo. Violência e morte: diferenciais da mortalidade por causas externas no espaço urbano do Recife, 1991. **Caderno de Saúde Pública**, v. 14, n. 4, p. 929-940, 1998.

MACEDO, A. C. et al. Violência e desigualdade social: mortalidade por homicídios e condições de vida em Salvador, Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 35, n. 6, p. 15-22, 2001.

MINAYO, M. C. S. A Violência na adolescência: um problema desáude pública. **Caderno de Saúde Pública**, v. 6, n. 3, p. 278-292, jul. /set. 1990.

MINAYO, M. C. S. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 7-18, 1994.

MINAYO, M. C. S; SOUZA, E. R. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da Saúde Pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 4, p. 7-32, 1999.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias**. Rio de Janeiro, 2004. Projeto Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil. Relatório de atividade 1. Trabalho realizado por Observatório das Metrôpoles, FASE e IPARDES. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/produtos/produto_mc_1.pdf>. Acesso em: maio 2012>.

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS. Índice de homicídios na adolescência: análise preliminar dos homicídios em 267 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes. Rio de Janeiro: Programa de Redução da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens, 2009.

RODRIGUEZ, C. F. ; KOVÁCS, M. J. O que os jovens têm a dizer sobre as altas taxas de mortalidade na adolescência? **Imaginário, São Paulo**, v. 1, n. 11, p. 111-136, dez. 2005.

SOARES FILHO, A. M. et al. Análise da mortalidade por homicídios no Brasil. **Epidemiologia e Serviço de Saúde**, v. 16, n. 1, p. 7-18, 2007.

SANTOS, J. E. F. Homicídio entre jovens de uma periferia de Salvador, Bahia: um relato de experiência sobre a violência e o desenvolvimento humano. **Revista Brasileira Crescimento Desenvolvimento Humano**, v. 17, n. 3, p. 72-83, 2007.

SILVA, L. A. M. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan. /jun. 2004.

VERMELHO, L. L. ; JORGE, M. H. P. M. . Mortalidade de jovens: análise do período de 1930 a 1991 (a transição epidemiológica para a violência). **Revista de Saúde Pública**, v. 30, n. 4, p. 319-31, 1996.

VILLELA, L. de C. M. et al. Tendência da mortalidade por homicídios em Belo Horizonte e Região Metropolitana: 1980-2005. **Revista de Saúde Pública**, v. 44, n. 3, p. 2-10, 2010.

WASELFSZ, J. J. **Mapa da violência 2010: anatomia dos homicídios no Brasil**. São Paulo: Instituto Sangari, 2010.

Organização social do território e criminalidade violenta na Região Metropolitana de Maringá

Ana Lúcia Rodrigues
Celso Nicola Romano

Para compreender o fenômeno da criminalidade violenta, um dos pressupostos deste artigo é sua íntima relação com a organização social do território. Assim, seu objetivo central é analisar a relação entre o território da Região Metropolitana de Maringá (RMM) e a incidência de homicídios nos municípios metropolitanos durante o período de 1998 a 2007. Para tanto, iremos analisar variação das taxas de homicídios,¹ bem como a relação entre estas e a integração dos municípios à dinâmica metropolitana. Será analisado também o perfil das vítimas a partir dos seguintes indicadores: idade, gênero, escolaridade e cor das vítimas.

Essas questões, ainda que exploratórias, pareceram necessárias, pois, antes de tudo, é importante conhecer a distribuição e as variações dos homicídios no interior das metrópoles e suas possíveis relações com outras dinâmicas metropolitanas.

Foram utilizados e trabalhados pelo Observatório das Metrôpoles dados do DATASUS-Departamento de Informática do SUS/MS (Sistema Único de Saúde/Ministério da Saúde)/SIM-Sistema de Informações de Mortalidade, para o período de 1998 a 2007 e dos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O conjunto destas informações mostra que houve no Brasil, no transcorrer dos últimos 10 anos, uma redefinição territorial dos índices de criminalidade, levando ao que está sendo chamada “interiorização da violência”. Portanto, esse fenômeno deixou de ser uma exclusividade

¹ As taxas de homicídios são calculadas a partir do número de óbitos por homicídio, divididos pela população no meio de ano (ou seja, estimada para 1º de julho) e multiplicados por cem mil. Os cruzamentos serão realizados por município metropolitano, segundo variável para cada ano em estudo (de 1998 a 2004).

das capitais, e o interior do país também passou a experimentar o aumento da criminalidade violenta, como atestam estudos recentes, consubstanciados no *Mapa da violência* (WAISELFISZ, 2007; WAISELFISZ, 2011).

Entre 1980 e 2007, a taxa de mortalidade por homicídio, no Brasil, cresceu 115%, passando de 11,7 por cada 100.000 habitantes para 25,2 por 100.000, tendo alcançado um pico no ano de 2003, com 28,9 homicídios para cada 100.000 habitantes. Todavia, as maiores taxas, no ano de 2007, foram as dos estados de Alagoas (59,1), Espírito Santo (53,6) e Pernambuco (53,1) (WAISELFISZ, 2011).

O mesmo estudo mostra que os homicídios, juntamente com outras mortes por causas externas, perfizeram 2 milhões de mortes no período entre 1980 e 2000. As vítimas foram homens em mais de 80% dos casos, perfazendo quase 1,7 milhão. Esses índices são tão graves que equivalem às mortes em países que se encontram em guerras civis, inclusive porque são homens jovens que têm entre 15 e 24 anos os mais afetados.

Na RMM, somente os municípios de Sarandi e Paçandu mantêm alto grau de integração com Maringá,² o núcleo metropolitano, que detém o maior grau de urbanização, bem como a maior densidade demográfica da região. Por outro lado, as maiores taxas de homicídios se concentram nos citados municípios vizinhos, como se evidenciará neste artigo.

² Esse indicador foi elaborado pelo estudo *Identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias*, que hierarquizou os municípios metropolitanos brasileiros segundo sua integração à dinâmica metropolitana. Como resultado, obtiveram-se seis graus de hierarquia. Excetuando-se o município polo, esses graus vão de muito alto a muito baixo de integração. A partir da integração baixa (inclusive), os municípios não seriam, segundo esse estudo, considerados como metropolitanos. Os indicadores utilizados foram: densidade demográfica, taxa média de crescimento populacional 1991-2000, contingente e proporção de pessoas que realizam movimento pendular, proporção de empregos agrícolas e não agrícolas e presença de funções específicas à circulação de pessoas e mercadorias, como a localização de portos e aeroportos, e capacidade de geração de renda pela economia local (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2005).

Tabela 1 – Caracterização da população dos municípios da Região Metropolitana de Maringá, segundo grau de urbanização e integração na dinâmica metropolitana

Cidade	Pop. 2010	Área	Densid.	Grau. Urb.	Integração
Ângulo	2.859	105,70	27,05	78,8	Baixa
Astorga	24.698	435,00	56,78	91,3	Baixa
Doutor Camargo	5.828	118,00	49,39	87,7	Baixa
Floresta	5.931	159,40	37,21	92,2	Baixa
Iguaraçu	3.982	166,10	23,97	89,4	Baixa
Itambé	5.979	244,00	24,50	94,9	Baixa
Ivatuba	3.010	97,00	31,03	76,2	Baixa
Mandaguaçu	19.781	294,00	67,28	88,9	Baixa
Mandaguari	32.658	336,00	97,20	94,7	Baixa
Marialva	31.959	476,40	67,08	80,7	Baixa
Maringá	357.077	490,90	727,39	98,2	Polo
Paiçandu	35.936	171,00	210,15	98,6	Alta
Sarandi	82.847	104,30	794,31	99,2	Alta

Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2005.

A Região Metropolitana de Maringá tem uma situação razoavelmente confortável quando comparada com outras regiões brasileiras em relação às taxas de homicídios. Todavia, são crescentes os índices de violência e se percebe *in loco* uma sensação de insegurança também crescente junto à população. Assim, já não se reproduz mais a visão consensual de até há alguns anos, quando Maringá era considerada uma cidade *sui generis*, onde não existia violência, sendo inclusive identificada como uma espécie de oásis de segurança e tranquilidade.

Essa referência se alicerça numa histórica representação reproduzida e consolidada num *ranking* em que Maringá apresentava a menor taxa de homicídios dentre as cidades brasileiras com mais de 300.000 habitantes (Quadro 1). A matéria se intitulava “Do Velho Oeste ao paraíso” e apresentava a cidade assim: “Viver num lugar tranquilo, onde se sai à noite sem medo, as crianças brincam na rua e podem ir à escola de ônibus, é o sonho de toda família de cidade grande. Refúgios assim ainda existem no Brasil” (CLEMENTE; PEREIRA; MENDONÇA, 2005).

Quadro 1 – Ranking das cidades mais violentas e menos violentas segundo a taxa de homicídios – 2004

As cidades mais violentas – Risco de homicídio - em 100.000 hab.		
Posição	Cidades	Risco
1°	Serra (ES)	97,62
2°	Olinda (PE)	95,29
3°	Cariacica (ES)	91,99
4°	Jaboatão dos Guararapes (PE)	88,35
5°	Diadema (SP)	73,15
6°	Duque de Caxias (RJ)	69,62
7°	Vila Velha (ES)	69,31
8°	Nova Iguaçu (RJ)	68,54
9°	S. João de Meriti (RJ)	67,65
10°	Recife (PE)	66,38
As cidades mais seguras – Risco de homicídio - em 100.000 hab.		
Posição	Cidades	Risco
1°	Maringá (PR)	7,94
2°	Joinville (SC)	8,03
3°	Juiz de Fora (MG)	8,16
4°	Pelotas (RS)	8,72
5°	Franca (SP)	8,83
6°	Petrópolis (RJ)	13,21
7°	Montes Claros (MG)	13,58
8°	S. José do Rio Preto (SP)	14,37
9°	Bauru (SP)	15,27
10°	Uberlândia (MG)	15,27

Fonte: CLEMENTE; PEREIRA; MENDONÇA, 2005, p. 48.

No ano de 2006, o estado do Paraná registrou uma taxa de homicídios de 28,6 casos por 100.000 habitantes (Tabela 2). No mesmo período, Londrina estava acima da média paranaense, de forma idêntica a Foz do Iguaçu e a Cascavel, mas diferentemente de Maringá, cuja taxa se mantinha bem mais baixa.

Tabela 2 – Taxa de homicídios por município no estado Paraná, segundo posicionamento em ranking nacional – 2006

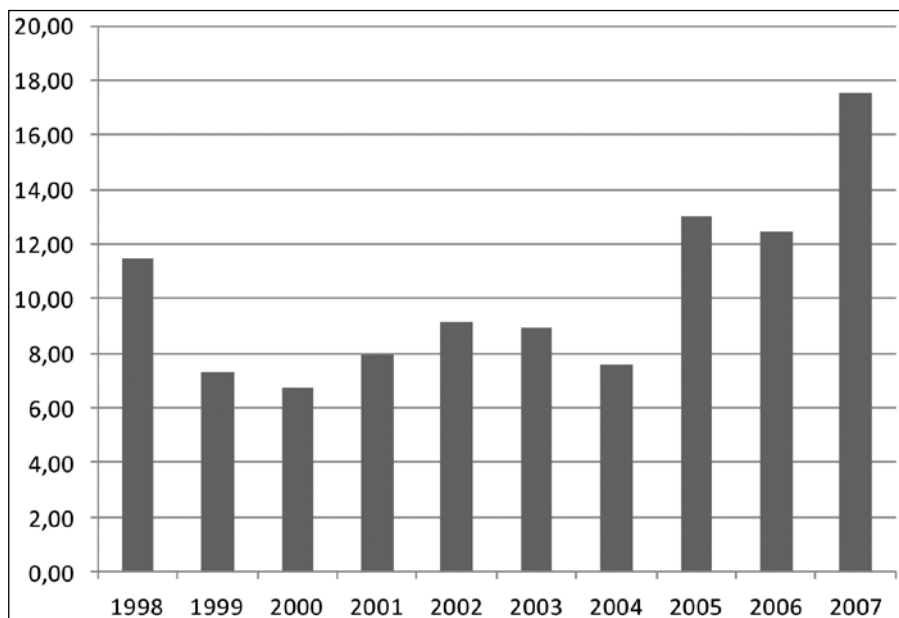
Ranking Nacional	UF	Município	Número de Homicídios Total					Taxa Hom. 2006
			2002	2003	2004	2005	2006	
20	PR	Foz de Iguaçu	265	241	285	275	326	106,8
43	PR	Londrina	162	202	190	155	162	39,7
73	PR	Cascavel	64	67	97	97	111	33,1
181	PR	Maringá	24	24	42	42	37	11,5
Paraná							2904	28,6

Fonte: DATASUS/SIM, 2002-2006. Dados organizados pelo Observatório das Metrópoles-Núcleo Maringá, 2011.

Isso posto, seguem a apresentação e as análises das taxas de homicídios nos municípios metropolitanos maringaenses, no período de 1998 a 2007, buscando estabelecer possíveis relações entre essas taxas, integração dos municípios à dinâmica metropolitana e algumas características das vítimas, como a idade, o gênero, a escolaridade e a cor.

Quando se trata de pensar a violência a partir das ocorrências de homicídios, constatou-se que os dados absolutos da RMM acompanham a tendência nacional de aumento do fenômeno. No ano de 1998, ocorreu nessa região um total de 57 homicídios e, em 2007, esse número saltou para 105 casos. Tal crescimento ocorreu em relação à cidade polo e às cidades metropolitanas com alto grau de integração a ela, notadamente Sarandi e Paçandu, a área conurbada com Maringá.

Gráfico 1 – Taxa anual de homicídios na Região Metropolitana de Maringá – 1998-2007



Fonte: DATASUS-SUS/SIM-SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE MORTALIDADE, 1998 a 2007. Dados trabalhados pelo Observatório das Metrôpoles, 2010.

Observa-se que, a partir de 2005, a taxa anual ultrapassou 10 homicídios por 100.000 habitantes – o patamar considerado aceitável pela Organização das Nações Unidas (ONU), mas destaca-se que tais ocorrências se restringem quase que totalmente ao polo metropolitano

ou aos municípios de alta integração com o mesmo, como se observa a seguir (Tabela 3).

Isso se associa ao histórico processo de segregação socioespacial que caracterizou a formação dessa região, pois, desde o início do seu planejamento, a cidade de Maringá foi concebida para agregar população solvável de rendas maiores e, por consequência, afastar os moradores de baixas rendas para áreas periféricas, que se tornaram territórios do abandono. Rodrigues afirma que:

Projeteu-se uma cidade onde estavam definidos espaços residenciais “principais” (no centro da cidade e proximidades), comercializados a preços mais altos, “populares” e “operários” (mais distanciados), de preços menores, que deveriam ser ocupados pelas classes respectivas. (RODRIGUES, 2004, p. 99).

A periferização da pobreza, que relegou grandes contingentes populacionais aos extremos intra e interurbanos e à situação de abandono, ofereceu-lhes outro legado. A estigmatização de muitos territórios que, uma vez associados à violência, identifica todos os moradores como participantes de uma lógica da qual participam, na verdade, também como vítimas. Nas palavras de Caldeira:

O crime e os criminosos são associados aos espaços que supostamente lhes dão origem, isto é, as favelas e os cortiços, vistos como os principais espaços do crime. Ambos são espaços liminares, são habitações, mas não o que as pessoas consideram residências apropriadas [...]. Policiar as fronteiras das posições sociais é uma operação crucial da fala do crime, e isso é realizado não apenas pela elite, mas por todos os grupos sociais – os pobres também o fazem, depreciando os moradores de favelas e cortiços. (CALDEIRA, 2000, p. 73, 79).

É importante destacar que, na cidade polo da região, o crescimento dos índices de criminalidade aumentou a partir do ano de 2004. Coincidência ou não, esse é o momento em que o poder público de Maringá utilizou os resultados do *ranking* do IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (CLEMENTE, 2005) para projetar, por meio da mídia nacional, a imagem de cidade mais segura do país. Além da matéria em revista de circulação nacional, foi realizada uma edição do programa *Globo Repórter* da Rede Globo de Televisão, em que Maringá figurou como eixo central, e ainda *outdoors* em diversas capitais brasileiras foram utilizados como recursos midiáticos para promover a imagem da cidade sem violência.

Alguns estudos, dentre os quais os de Diniz e Andrade (2008) e Souza (2006), demonstram que os altos índices de criminalidade violenta estão relacionados aos municípios que mantêm alta integração com a cidade polo, e, diferentemente, os municípios cuja integração é baixa não apresentam taxas elevadas de homicídios, salvo momentos e casos pontuais. Destacamos que essa diferenciação guarda analogia com o processo de desenvolvimento urbano regional, pois os municípios de alta integração com o polo incorporaram o ônus desse crescimento caracterizado por um intenso processo de segregação socioespacial, segundo pesquisas recentes (RODRIGUES, 2004; CORDOVIL, 2010).

Tabela 3 - Taxa anual de homicídios (por 100.000 hab.) dos municípios da Região Metropolitana de Maringá - 1998-2007

Munic. /ano	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Ângulo	0, 0	35,9	0, 0	0, 0	0, 0	0, 0	0, 0	0, 0	0, 0	0, 0
Astorga	4,3	0, 0	0, 0	4,2	0, 0	0, 0	8,3	0, 0	8,2	8,1
Dr Camargo	17,0	0, 0	17,3	0, 0	0, 0	0, 0	0, 0	0, 0	0, 0	0, 0
Floresta	0, 0	0, 0	0, 0	19,2	0, 0	0, 0	18,6	0, 0	18,0	0, 0
Iguaraçu	0, 0	0, 0	0, 0	0, 0	0, 0	0, 0	0, 0	0, 0	26,1	0, 0
Itambé	0, 0	17,1	0, 0	0, 0	0, 0	0, 0	0, 0	0, 0	0, 0	0, 0
Ivatuba	0, 0	0, 0	0, 0	0, 0	35,0	69,3	0, 0	33,6	0, 0	0, 0
Mandaguacu	0, 0	16,9	0, 0	0, 0	0, 0	0, 0	11,3	11,0	16,3	10, 7
Mandaguari	13,9	10, 3	12,7	12,6	15,6	9,3	6,1	6,0	3,0	14,6
Marialva	3,7	3,6	7,0	3,4	6,7	3,2	12,8	9,2	6,0	8,9
Maringá	12,8	7,3	7,3	7,1	6,0	7,6	7,8	11,6	10, 5	16,1
Paiçandu	10, 4	3,4	3,3	18,9	18,4	6,0	0, 0	11,1	16,2	18,4
Sarandi	17,1	9,1	8,4	10, 8	22,3	22,9	8,7	30, 2	25,9	36,1

Fonte: DATASUS-SUS/SIM-SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE MORTALIDADE, 1998 a 2007. Dados trabalhados pelo Observatório das Metrôpoles, 2010.

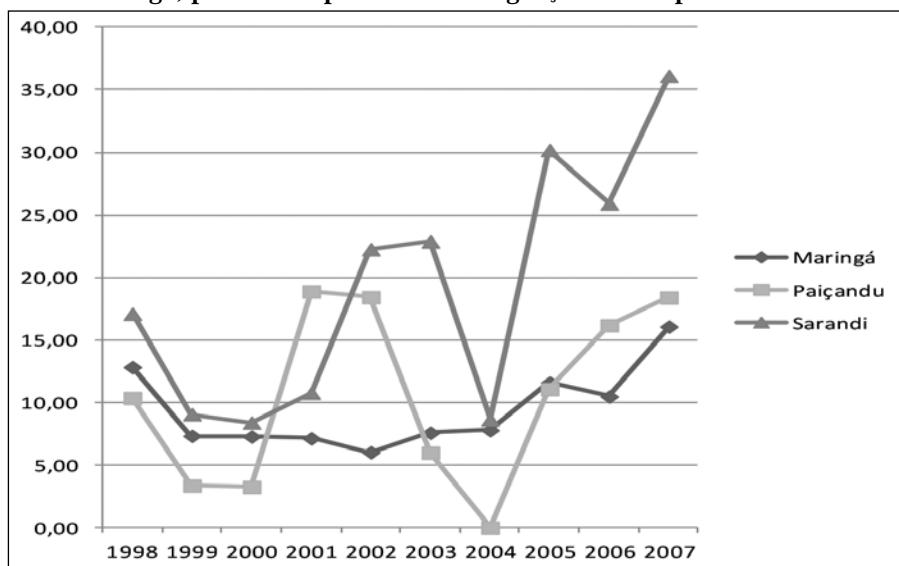
É importante refletir acerca das taxas de homicídio serem preponderantemente maiores na cidade polo e nos municípios do seu entorno próximo, ou principalmente naqueles em que há um alto grau de integração com o polo metropolitano (Mapa 1). Isso está, presumidamente, vinculado aos processos de crescimento urbano que segregam para as periferias municipais ou intermunicipais grandes contingentes de população sem oferecer as condições urbanas necessárias para assegurar qualidade de vida e manter adensado o processo de coesão social (RODRIGUES, 2004).

A lógica de desenvolvimento das urbanidades de Paiçandu e Sarandi é muito semelhante, pois se relaciona ao mesmo processo de desenvolvimento urbano regional. Os dados apresentados no gráfico

a seguir mostram uma mesma trajetória de crescimento dos índices de homicídio no mesmo período. Todavia, cabe destacar que o processo de segregação que caracteriza essa formação regional imprime a esses municípios conurbados com o polo um agravamento da problemática social, cuja expressão mais contundente tem sido os altos índices de criminalidade violenta.

Os dados sistematizados mostram que os três municípios conurbados da RMM, Maringá, Paçandu e Sarandi, são os mais violentos da região, na medida em que têm taxas de homicídio que indicam os maiores riscos de uma pessoa ser vitimada.

Gráfico 2 – Taxas de homicídios (por 100.000 hab.) Região Metropolitana de Maringá, por município de alta integração com o polo – 1998-2007



Fonte: DATASUS-SUS/SIM-SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE MORTALIDADE, 1998 a 2007. Dados trabalhados pelo Observatório das Metrôpoles, 2010.

Observa-se nesse gráfico a preponderância de ocorrências nos três municípios conurbados, que reuniram 85% de todos esses eventos no período. É importante destacar ainda que, apesar de apresentar esse índice de ocorrências, o percentual de população aí residente é menor que o de ocorrências, pois aí residem 76% dos moradores de toda a região (Quadro 2). Isso significa que, além da concentração demográfica, há outros elementos que definem a maior concentração de homicídios.

Essas informações dão suporte à hipótese de que essas causas

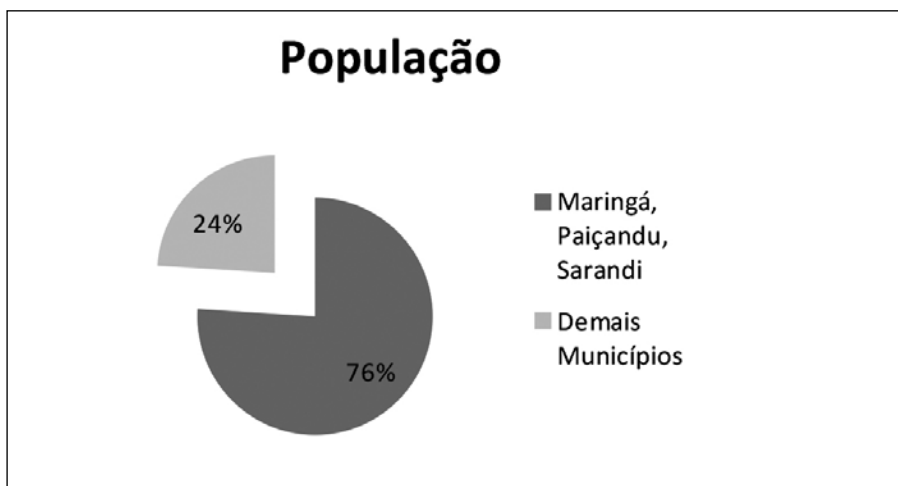
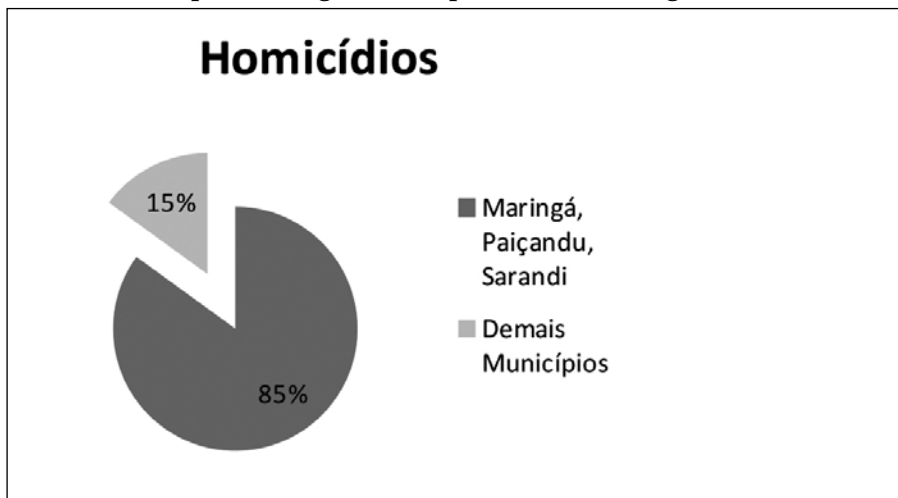
podem estar associadas a outras variáveis demográficas, apresentadas na sequência, mas também a processos de segregação socioespacial que periferizam a moradia sem associar a isso um equivalente aporte de estrutura urbana, social e de equipamentos coletivos. Ou seja, as pessoas são alocadas em territórios deficientes, ficando imobilizadas e abandonadas à própria sorte. Se a segregação é um fenômeno relativamente bem estudado, falta ainda investir em estudos que explorem a relação do contexto metropolitano com e a incidência de homicídios.

Quadro 2 – Percentual de concentração dos homicídios por municípios conurbados da Região Metropolitana de Maringá – 1998-2007

Concentração dos Homicídios		
RMM de Maringá	Percentuais de 1998 a 2007	
	Homicídios	População
Maringá, Paiçandu, Sarandi	85%	76%
Demais Municípios	15%	24%

Fonte: DATASUS-SUS/SIM-SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE MORTALIDADE, 1998 a 2007. Dados trabalhados pelo Observatório das Metrôpoles, 2010.

Gráfico 3 – Percentual de concentração dos homicídios por agregado de municípios da Região Metropolitana de Maringá – 1998-2007

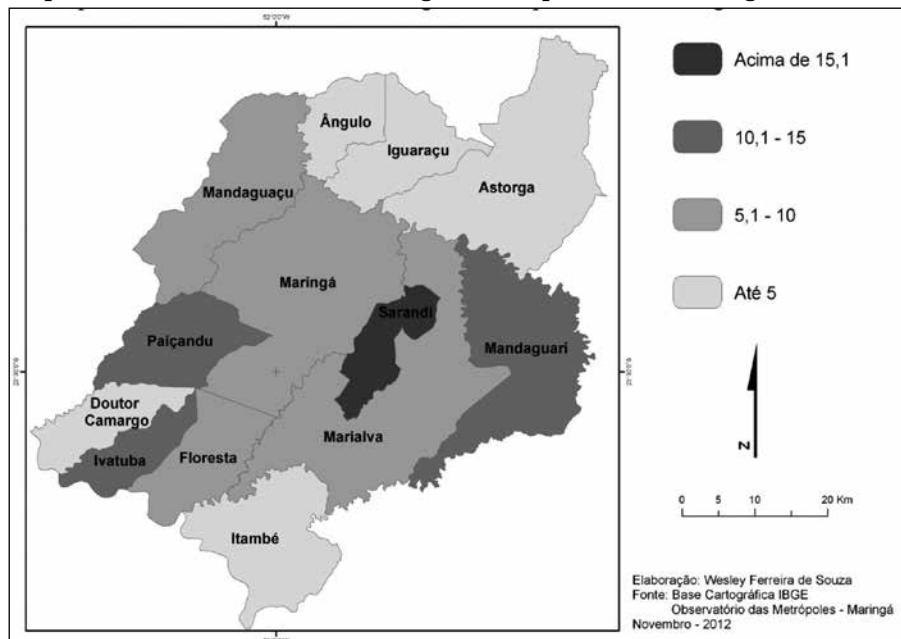


Fonte: DATASUS-SUS/SIM-SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE MORTALIDADE, 1998 a 2007. Dados trabalhados pelo Observatório das Metrôpoles, 2010.

Destaca-se que as taxas de homicídio dos municípios de pequeno porte (Ângulo, Doutor Camargo, Floresta, Iguaçu, Itambé e Ivatuba) podem ser consideradas indicadores de violência menos precisos, na medida em que sofrem alterações significativas em função de pequenas variações do número de registros de homicídios.

A seguir, se verifica mapeamento com as taxas de homicídios (por 100.000 habitantes) dos municípios da RMM agregadas em quatro faixas assim classificadas: a) cinco municípios apresentam taxas que variam até cinco homicídios; b) quatro municípios, taxas entre cinco e 10 homicídios; c) três municípios com taxas entre 10 e 15 homicídios; e d) um município apresenta taxas acima de 15 homicídios.

Mapa 1 – Taxas de homicídios na Região Metropolitana de Maringá – 1998-2007



Fonte: Base Cartográfica IBGE, 2010; DATASUS-SUS/SIM-SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE MORTALIDADE, 1998 a 2007. Dados trabalhados pelo Observatório das Metrôpoles, 2010.

Assim como ocorre no país, as informações para a RMM mostram que a quase totalidade dos homicídios também vitimiza pessoas do sexo masculino.

Tabela 4 – Taxa de homicídios segundo gênero, por município da Região Metropolitana de Maringá – 1998-2007

Cidade	Anos de 1998 a 2007								
	Total			Homens			Mulheres		
	Homic.	Media Pop.	Taxa	Homic.	Media Pop.	Taxa	Hom.	Media Pop.	Taxa
Ângulo	1	2968	3,4	0	1498	0,0	1	1470	6,8
Astorga	8	24009	3,3	7	11880	5,9	1	12130	0,8
Dr. Camargo	2	5735	3,5	2	2828	7,1	0	2907	0,0
Floresta	3	5308	5,7	3	2695	11,1	0	2614	0,0
Iguaçu	1	3666	2,7	1	1870	5,3	0	1796	0,0
Itambé	1	5871	1,7	1	2909	3,4	0	2962	0,0
Ivatuba	4	2881	13,9	3	1401	21,4	1	1480	6,8
Mandaguçu	12	17648	6,8	10	8823	11,3	2	8825	2,3
Mandaguari	33	31979	10,3	30	15817	19,0	3	16162	1,9
Marialva	20	30521	6,6	16	15256	10,5	4	15265	2,6
Maringá	288	303392	9,5	264	145628	18,1	24	157764	1,5
Paiçandu	36	33280	10,8	33	16567	19,9	3	16713	1,8
Sarandi	155	77832	19,9	142	38751	36,6	13	39081	3,3
Totais RMM	564	545088	10,4	512	265921	19,2	52	279167	1,9

Fonte: DATASUS-SUS/SIM-SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE MORTALIDADE, 1998 a 2007. Dados trabalhados pelo Observatório das Metrôpoles, 2010.

Adorno (2002) afirma que essas características das vítimas podem ser observadas em todo o país, pois o alvo preferencial da criminalidade violenta são adolescentes e jovens, do sexo masculino, das chamadas classes populares urbanas, tendência que vem sendo observada nos estudos sobre mortalidade por causas externas (violentas). Na Região Metropolitana de São Paulo, registros de mortes violentas revelam maior incidência nos bairros que compõem a periferia urbana, onde as condições sociais de vida são acentuadamente degradadas (ADORNO, 2002, p. 7-8).

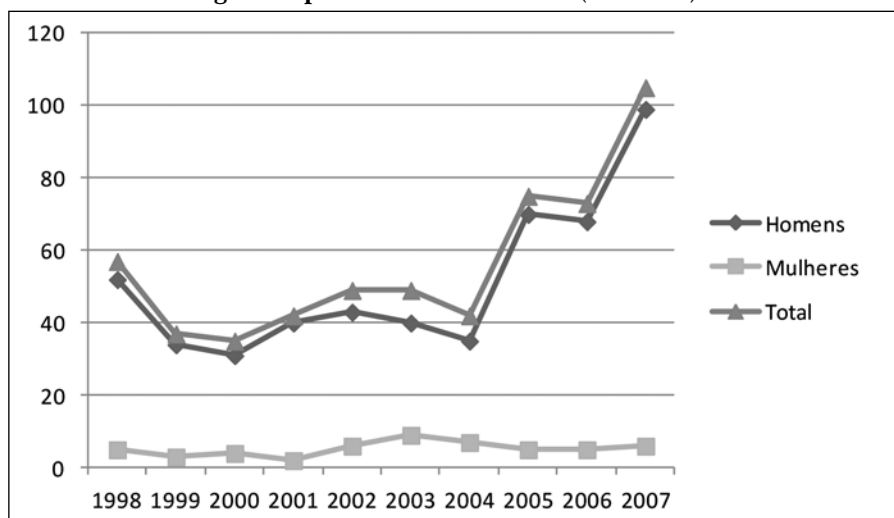
Tabela 5 – Vitimização por homicídio segundo gênero para a Região Metropolitana de Maringá – 1998-2007

Anos/Gênero		1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Homens	Abs.	52	34	31	40	43	40	35	70	68	99
	Tx.	21,4	13,7	12,3	15,5	16,4	15,0	12,9	24,9	23,7	34,1
Mulheres	Abs.	5	3	4	2	6	9	7	5	5	6
	Tx.	2,0	1,2	1,5	0,7	2,2	3,2	2,5	1,7	1,7	2,0

Fonte: DATASUS-SUS/SIM-SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE MORTALIDADE, 1998 a 2007. Dados trabalhados pelo Observatório das Metrôpoles, 2010.

Destaca-se a disparidade dos números referentes a homens e mulheres vitimados por homicídio. Enquanto as taxas referentes aos homens se mantêm, na maioria dos casos, acima de 10 homicídios por 100.000 habitantes, as das mulheres não chegaram a quatro, nos anos sob análise.

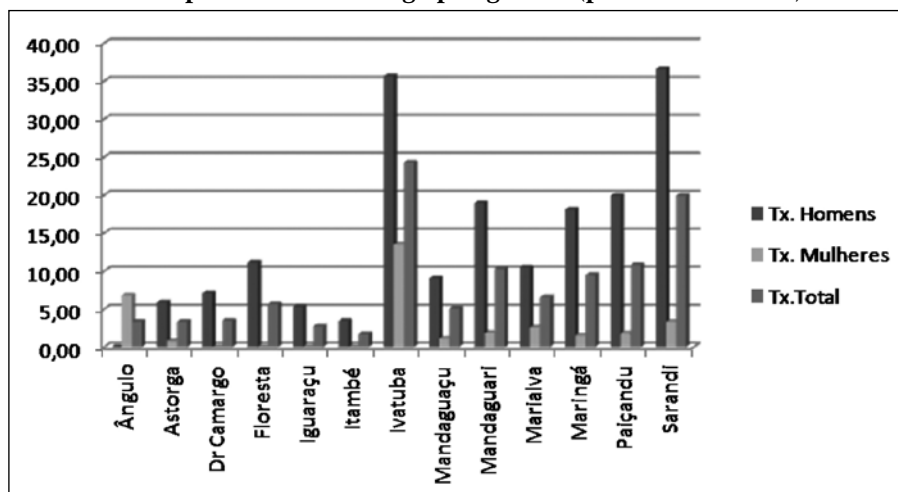
Gráfico 4 – Homicídios da Região Metropolitana de Maringá segundo gênero por ano de ocorrência (absoluto)



Fonte: DATASUS-SUS/SIM-SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE MORTALIDADE, 1998 a 2007. Dados trabalhados pelo Observatório das Metrôpoles, 2010.

Aquilo que vem sendo chamado de masculinização da violência (indicador de vitimização masculina: taxa homem-taxa mulher/taxa mulher) pode ser observado nessa região também. Em números absolutos no período, foram 512 homens e 52 mulheres vítimas de homicídios, ou 91% e 9%, respectivamente. Observam-se (Gráfico 4) como exceção os casos pontuais de Ângulo, com apenas um caso em 10 anos sendo do sexo feminino, e de Ivatuba, com quatro casos, sendo um deles de mulher, destoantes do percentual da RMM.

Gráfico 5 – Taxa de homicídios por município da Região Metropolitana de Maringá por gênero (por 100.000 hab.)



Fonte: DATASUS-SUS/SIM-SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE MORTALIDADE, 1998 a 2007. Dados trabalhados pelo Observatório das Metrôpoles, 2010.

As taxas de homicídios explicitam a preponderância de morte entre homens, como se observou anteriormente, mas prepondera também a faixa etária entre 20 e 29 anos, com uma taxa de 22,4 homicídios, como mostra a Tabela 6, na qual também se pode observar que a média na RMM para o total da população foi de 10,4 homicídios para cada 100.000 habitantes.

Tabela 6 – Taxa de homicídios segundo faixa etária, por município da Região Metropolitana de Maringá – 1998-2007

Cidade	Até 9 anos		De 10 a 19 anos		De 20 a 29 anos		De 30 a 39 anos		De 40 a 49 anos		50 anos ou mais	
	Quant.	Taxa	Quant.	Taxa	Quant.	Taxa	Quant.	Taxa	Quant.	Taxa	Quant.	Taxa
Ângulo	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	17,2
Astorga	0	0,0	0	0,0	2	5,0	1	2,6	3	9,7	2	4,2
Dr Camargo	0	0,0	0	0,0	1	11,9	1	10,2	0	0,0	0	0,0
Floresta	0	0,0	1	10,1	1	11,0	1	12,3	0	0,0	0	0,0
Iguaçu	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	14,6
Itambé	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	13,6	0	0,0
Ivatuba	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	48,8	2	59,9	0	0,0
Mandaguaçu	0	0,0	0	0,0	7	23,2	3	10,4	2	9,6	0	0,0
Mandaguari	0	0,0	6	10,2	12	22,1	10	19,4	1	2,5	4	6,6
Marialva	0	0,0	1	1,7	6	11,1	3	6,3	7	18,0	3	5,4
Maringá	2	0,4	33	5,8	106	19,6	72	14,0	36	8,8	39	7,2
Paçandu	0	0,0	5	7,8	12	19,6	8	14,7	5	13,0	6	12,2
Sarandi	2	1,3	22	14,6	70	48,4	26	20,5	16	17,6	19	17,1
Total RMM	4	0,4	68	6,6	217	22,4	127	14,1	73	10,4	75	7,9

Fonte: DATASUS-SUS/SIM-SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE MORTALIDADE, 1998 a 2007. Dados trabalhados pelo Observatório das Metrôpoles, 2010.

Essa constatação da vitimização da população jovem reflete uma situação recorrente em todo o território nacional, em que as taxas de homicídios preponderam nas faixas etárias menores de 24 anos.

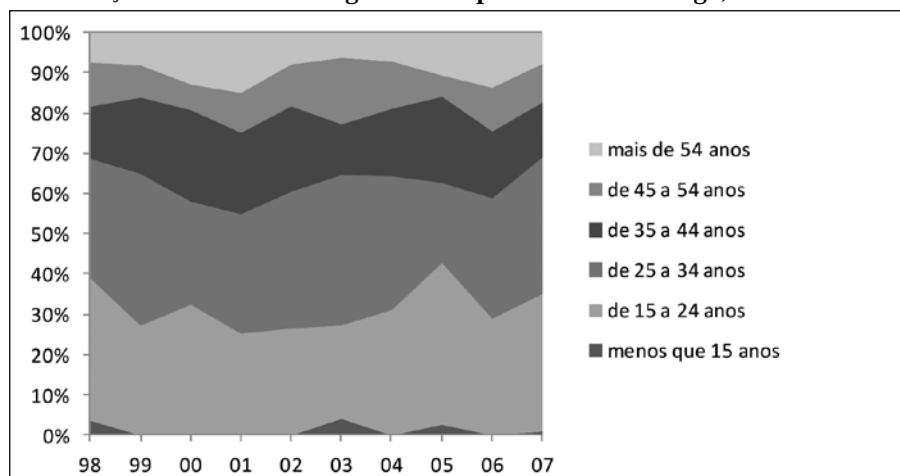
Tabela 7 – Homicídios na Região Metropolitana de Maringá, segundo faixas etárias – 1998-2007

Anos	Até 14anos	De 15 a 24 anos	De 25 a 34 anos	De 35 a 44 anos	De 45 a 54 anos	De 55 anos ou mais	Totais
1998	2	19	17	8	7	4	57
1999	0	10	14	7	3	3	37
2000	0	10	9	8	3	5	35
2001	0	10	13	9	4	6	42
2002	0	10	16	11	7	5	49
2003	2	11	19	6	8	3	49
2004	0	13	14	7	5	3	42
2005	2	30	15	16	4	8	75
2006	0	21	22	12	8	10	73
2007	1	35	36	15	10	8	105
Totais por faixa	7	169	175	99	59	55	564

Fonte: DATASUS-SUS/SIM-SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE MORTALIDADE, 1998 a 2007. Dados trabalhados pelo Observatório das Metrôpoles, 2010.

Os dados apresentados (Tabela 7) ilustram, ano a ano, essa evolução e preponderância das faixas mais jovens como vítimas de homicídios.

Gráfico 6 – Percentuais de homicídios em relação ao total – na Região Metropolitana de Maringá, 1998-2007



Fonte: DATASUS-SUS/SIM-SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE MORTALIDADE, 1998 a 2007. Dados trabalhados pelo Observatório das Metrôpoles, 2010.

O gráfico anterior mostra que mais de 60% de todos os homicídios, nos diversos anos analisados, vitimaram preponderantemente pessoas com até 34 anos de idade. Outro fato a ser observado é que, do total dos homicídios ocorridos, predominou com mais da metade dos casos (54,8%) pessoas, cujo estado civil era solteiro enquanto apenas 25,5% das ocorrências eram de pessoas casadas, conforme se nota a seguir.

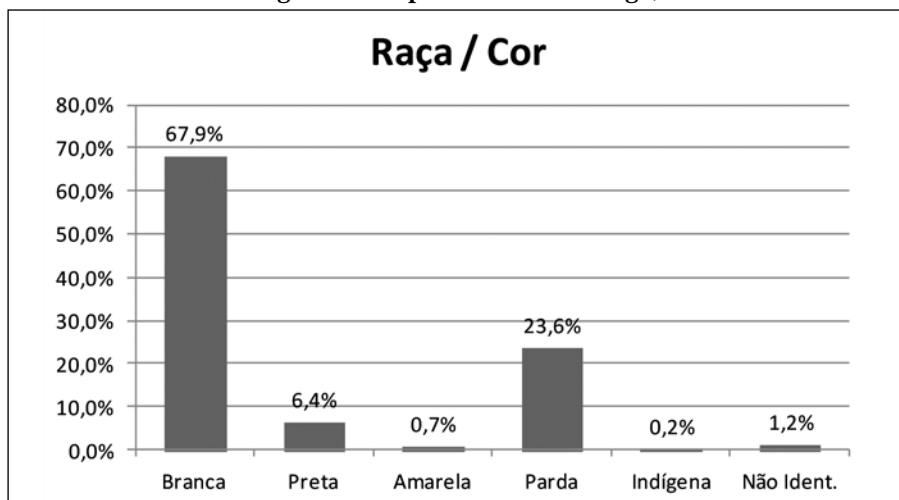
Tabela 8 – Total e percentual de homicídios segundo estado civil, por município da Região Metropolitana de Maringá – 1998-2007

Cidades da RMM	Casado	Solteiro	Viúvo	Separado	Ignorado	Totais
Ângulo	1	-	-	-	-	1
Astorga	4	3	-	-	1	8
Dr. Camargo	-	1	-	-	1	2
Floresta	-	3	-	-	-	3
Iguaçu	1	-	-	-	-	1
Itambé	-	1	-	-	-	1
Ivatuba	1	1	-	-	2	4
Mandaguçu	4	4	-	1	3	12
Mandaguari	4	22	3	1	3	33
Marialva	4	9	1	3	3	20
Maringá	79	158	5	10	36	288
Paiçandu	14	16	-	1	5	36
Sarandi	32	91	1	7	24	155
Total RMM	144	309	10	23	78	564
Percentuais	25,5%	54,8%	1,8%	4,1%	13,8%	100, 0%

Fonte: DATASUS-SUS/SIM-SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE MORTALIDADE, 1998 a 2007. Dados trabalhados pelo Observatório das Metrôpoles, 2010.

Essa constatação pode ser relacionada às idades das vítimas que, como verificado, se concentram nas faixas mais jovens e, conseqüentemente, ainda solteiros. Quanto à cor das vítimas de homicídio, se observa pelo gráfico a seguir que é principalmente branca, incidindo em 68% dos casos. Mas também é significativa a morte de vítimas de cor preta, parda e amarela, que, juntas, constituem 30, 7% do total dos casos.

Gráfico 7 – Percentual de homicídios segundo cor das vítimas – Região Metropolitana de Maringá, 1998-2007



Fonte: DATASUS-SUS/SIM-SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE MORTALIDADE, 1998 a 2007. Dados trabalhados pelo Observatório das Metrôpoles, 2010.

Tabela 9 – Total e percentual de homicídios segundo cor da vítima, por município da Região Metropolitana de Maringá – 1998-2007

Cidades da RMM	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Não identificado	Totais
Ângulo	1	-	-	-	-	-	1
Astorga	5	-	-	3	-	-	8
Dr. Camargo	1	-	-	-	-	1	2
Floresta	3	-	-	-	-	-	3
Iguaraçu	1	-	-	-	-	-	1
Itambé	1	-	-	-	-	-	1
Ivatuba	3	1	-	-	-	-	4
Mandaguaçu	12	-	-	-	-	-	12
Mandaguari	14	3	-	14	-	2	33
Marialva	12	3	-	5	-	-	20
Maringá	200	15	4	66	1	2	288
Paiçandu	22	4	-	10	-	-	36
Sarandi	108	10	-	35	-	2	155
Total RMM	383	36	4	133	1	7	564
Percentuais	67,9%	6,4%	0,7%	23,6%	0,2%	1,2%	100,0%

Fonte: DATASUS-SUS/SIM-SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE MORTALIDADE, 1998 a 2007. Dados trabalhados pelo Observatório das Metrôpoles, 2010.

Ressalta-se que há presença menor de moradores de cor preta, parda e amarela nessa espacialidade do que os índices de morte dos mesmos. Em 2000, os percentuais eram 3,1% de moradores da cor preta e mais que o dobro (6,4%) foram vitimados por homicídio. A mesma tendência se observa, ainda que em patamares menores, para os moradores de cor parda (20,8%), sendo 23,6% do total das vítimas de homicídios, e da cor amarela (2,2%), com 6,4% do total de mortos por homicídio. Por outro lado, a cor branca que é preponderante nessa região (73,3%) é vítima da citada ocorrência em 67,9% dos casos.

Os dados apresentados a seguir (Tabela 10) mostram que a maior parte das vítimas de homicídio na RMM no período entre 1998 e 2007 tem até três anos de escolaridade, ou seja, predomina na população classificada como analfabeta funcional, com um total de 34,1%. Se adicionados os que têm de quatro a sete anos de escolaridade, são mais 29,8%, alcançando 63,9% do total das vítimas de homicídio na região.

Tabela 10 – Total e percentual de homicídios segundo anos de escolaridade, por município da Região Metropolitana de Maringá – 1998-2007

Cidades da RMM	Nenhuma	1 a 3 anos de escol.	4 a 7 anos de escol.	8 a 11 anos de escol.	Mais de 12 anos de escol.	Desconhecido	Totais
Ângulo	-	-	-	-	-	1	1
Astorga	-	2	5	-	-	1	8
Dr Camargo	-	-	1	-	-	1	2
Floresta	1	2	-	-	-	-	3
Iguaraçu	-	-	1	-	-	-	1
Itambé	-	-	-	1	-	-	1
Ivatuba	-	2	-	2	-	-	4
Mandaguacu	-	2	6	2	-	2	12
Mandaguari	4	10	9	2	-	8	33
Marialva	1	8	4	3	-	4	20
Maringá	16	68	90	35	17	62	288
Paiçandu	2	12	7	8	1	6	36
Sarandi	16	46	45	19	4	25	155
Total RMM	40	152	168	72	22	110	564
Percentuais	7,1%	27,0%	29,8%	12,8%	3,9%	19,5%	100,0%

Fonte: DATASUS-SUS/SIM-SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE MORTALIDADE, 1998 a 2007. Dados trabalhados pelo Observatório das Metrôpoles, 2010.

Considerações finais

O mal é algo associado à natureza humana, algo a que qualquer um é vulnerável. No entanto, como os pobres são vistos como mais próximos da natureza e da necessidade e mais distantes da razão e do comportamento racional que as outras pessoas, e como estão fisicamente mais próximos dos espaços do crime, conseqüentemente, são tidos também como outro grupo que corre o risco de ser infectado pelo mal. (CALDEIRA, 2000, p. 90).

A citação acima ilustra razoavelmente uma leitura dos dados que acabamos de apresentar, pois as vítimas da violência não são apenas dados frios, mas, ao contrário, são pessoas de um certo gênero, que têm determinada cor, uma posição na diferenciada escala social. Como corrobora Caldeira:

Os preconceitos em relação aos pobres não impedem as pessoas das classes altas de reconhecer que as condições de vida da classe trabalhadora aproximam-se do intolerável. Entretanto, elas sempre acham um meio de culpar os pobres por sua própria pobreza e de descartar argumentos contrários. (CALDEIRA, 2000, p. 74).

Pôde ser observado no período estudado o aumento dos casos e, conseqüentemente, das taxas de homicídio nessa espacialidade metropolitana, indicando o que alguns autores têm mostrado acerca da interiorização do fenômeno da violência no Brasil.

Foi possível evidenciar também que as vítimas de homicídio nessa espacialidade são, na maioria dos casos, homens que têm entre 20 e 29 anos. Essas vítimas em mais da metade das ocorrências são solteiras, têm escolaridade predominantemente de até três anos de estudo e são de cor branca. Contudo, é preciso enfatizar que o percentual das vítimas de cor preta é o dobro do da população residente nessa região.

Há que se destacar também que, na RMM, assim como em várias regiões metropolitanas brasileiras polarizadas por capitais, as taxas de homicídio são mais altas nos municípios que mantêm alto grau de integração com o polo, conforme evidenciam estudos sobre criminalidade violenta no Brasil, realizados pelos pesquisadores da rede Observatório das Metrôpoles, no âmbito do projeto Institutos Nacionais-Observatório das Metrôpoles, 2009-2013 (ANDRADE, 2011).

Vários estudos têm demonstrado que onde o Estado não se faz presente criam-se vácuos que serão, com o tempo, ocupados pelo crime

organizado (ADORNO, 1993, 1995, 2002). Este tem na promoção da violência uma de suas formas de existência, simples resultado da guerra para a conquista de territórios e de clientela.

Aparece uma lacuna em relação à ação das próprias políticas públicas de combate à violência, que devem agir com objetivos conjuntos reunindo todas as faces que na realidade não estão separadas como estão nos organogramas técnico-administrativos. O combate à violência não pode ser restrito à alçada da segurança pública, nem apenas da assistência social, nem tampouco da educação (à qual cabe o principal papel), mas deve se estruturar como um conjunto de ações que perpassam todas essas esferas e outras, ou seja, as secretarias – em todos os níveis de poder – devem dialogar e realizar ações conjuntas.

As conclusões sobre a questão da criminalidade violenta na RMM apresentadas nesse texto são preliminares. Porém, elas devem remeter necessariamente à lógica que nacionalmente submete as realidades locais, dando expressão aos fenômenos de violência que não se restringem mais às grandes metrópoles, como se explicitou por meio do recente aumento das taxas de homicídio numa região historicamente destituída de criminalidade violenta.

Referências

ADORNO, Sérgio. A criminalidade urbana violenta no Brasil: um recorte temático. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 35, p. 3-24, 1º Sem. 1993.

_____. A violência na sociedade brasileira: um painel inconcluso em uma democracia não consolidada. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 299-342, jul. 1995.

_____. Monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea. In: MICELI, S. (Org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-2002)**. São Paulo: Sumaré, 2002.v. 4.

_____. Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea. **Jornal de Psicologia**, n. 132, p. 7-8, abr. /jul. 2002.

ANDRADE, Luciana Teixeira de, & MARINHO, L. T. Explorando as relações entre metrópole, juventude e homicídios. **Emetropolis**, v. 1, p. 13-21, 2011.

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34, 2000.

CLEMENTE, Isabel, PEREIRA, R. , & MENDONÇA, R. Do Velho Oeste ao

paraíso. **Revista Época**, São Paulo, n. 359, p. 48, 4/abril/2005. Disponível no link: <http://revistaepoca.globo.com/Epoca/0,6993,EPT941029-1664,00.html>.

CORDOVIL, F. C. S. A aventura planejada: engenharia e urbanismo na construção de Maringá, PR, 1947 a 1982.2010. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo, São Paulo.

DATASUS-Departamento de Informática do SUS/MS. **SIM-SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE MORTALIDADE**, 1998 a 2007, <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/sim/obtdescr.htm>, 2010.

DINIZ, A. M. A. ; ANDRADE, L. T. Metropolização e crimes violentos na RMBH e em seu colar. In: ANDRADE, L. T. ; MENDONÇA, J. G. ; FARIA, C. A. P. (Org.). **Metrópole: território, sociedade e política: o caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Base cartográfica da Região Metropolitana de Maringá** Maringá: Observatório das Metrôpoles-Núcleo Região Metropolitana, 2010.

_____. **Censo Demográfico 2010: dados do universo-Dados Preliminares**. Consulta ao site <http://www.ibge.gov.br>, em mar/2011.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. SIM – **Sistema de Informação de Mortalidade**/ Ministério da Saúde. Disponível em <<http://portal.saude.gov.br>>. Acesso em set. 2010.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil. **Relatório da atividade 1: identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias**. Convênio Ministério das Cidades/Observatório das Metrôpoles/FASE/IPARDES. Brasília, 2005.118 p.

_____. Hierarquização e identificação dos Espaços Urbanos. **Série Como Andam as Regiões Metropolitanas**. RIBEIRO, L. C. Q. (org.), Rio de Janeiro: Letra Capital, 2009.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (org). As metrôpoles brasileiras no milênio: resultados de um programa de pesquisa. São Paulo: Letra Capital, 2012.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Metrôpoles, Reforma Urbana e Desenvolvimento Nacional, in RIBEIRO, RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz & SANTOS JR. , Orlando A. (org). **As metrôpoles e a questão social brasileira**, RJ: Revan, Fase, 2007.

RODRIGUES, A. L. A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na Região Metropolitana de Maringá. 2004.Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SENASP-Secretaria Nacional de Segurança Pública-Ministério da Justiça. **SIM-Sistema Informações de Mortalidade**. Disponível em <http://www.mj.gov.br/senasp/estatisticas/estat_homicidios.htm>. Acesso em: 28 mar. 2010.

SILVA, L. A. M. Criminalidade violenta: por uma nova perspectiva de análise. **Revista de Sociologia e Política**, n. 13, p. 115-124, nov. 1999.

SOUZA, D. B. **Violência, poder e autoridade em Goiás**. Goiânia: Editora UFG, 2006.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência dos municípios brasileiros, 2007**. Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana, 2007.

_____. Mapa da violência, 2011: os jovens do Brasil. Brasília: **Instituto Sangari**, 2011.

WASELFISZ, Mapa da Violência, São Paulo: **Instituto Sangari**, 2012.

Uma visão dos homicídios na Região Metropolitana de Recife

Ana Raquel Matias Dantas
Flávio Henrique Miranda de A. Freire

Introdução

Em 2001, o Brasil foi considerado o quinto país com maior taxa de homicídio e o terceiro com maiores taxas de roubo, segundo o relatório do Centro Internacional pela Prevenção do Crime (CIPC) das Nações Unidas.¹

O *Mapa da violência* de 2011² indica que no ano de 2008 a Região Metropolitana de Recife apresentou um índice de 68,4 homicídios por 100.000 habitantes, ficando atrás apenas da Região Metropolitana de Vitória, com taxa de 80, 2 homicídios. Além disso, na literatura internacional, há um consenso de que crimes violentos, em geral, e homicídios, em particular, são fenômenos atuais, sendo os jovens tanto as vítimas quanto os assassinos (SOARES, 2008). No contexto de ocorrência de crimes violentos e seus determinantes, Cano e Santos (2001) afirmam que há uma imensa controvérsia no Brasil e no exterior, ou seja, questionamentos relacionados a fatores como renda e sua desigualdade na distribuição seriam realmente importantes para explicar as taxas de homicídios. De um lado, aqueles que concordam que renda e desigualdade são determinantes dos homicídios apoiam medidas sociais como políticas de redução das mesmas. De outro lado, aqueles que questionam essa relação defendem medidas de ordem no sistema de justiça criminal ao invés de medidas sociais.

Os estudos relacionados à criminalidade ainda possuem divergências no campo da ciência e em sua maior parte são

¹ Disponível em: <<http://www.crime-prevention-intl.org/>>. Acesso em: 20 out. 2012.

² Disponível em: <<http://www.sangari.com/mapadaviolencia/pdf2011/Mapa-Violencia2011.pdf/>>. Acesso em: 20 out. 2012.

inconclusivos, especialmente no que se refere aos determinantes da criminalidade, ponto primordial para explicação das altas taxas de criminalidade violenta ou não. Esse ponto não será tratado neste texto, apesar de fazer uma breve explanação dos resultados preliminares. Os dados usados neste artigo foram os disponíveis pelo Datasus, com informações relacionadas às taxas de homicídios por 100.000 habitantes.

O objetivo deste texto é analisar as taxas de homicídios na Região Metropolitana de Recife de 1998 a 2007. Para tanto, será dividido em duas seções: primeiramente faz-se uma caracterização da região metropolitana; a segunda seção trata dos resultados, que foram subdivididos em preliminares e, posteriormente, sua discussão e análise. Neste, serão discutidas as taxas de homicídios para a Região Metropolitana de Recife, por nível de integração³ ao polo. Por último, se fará uma apreciação da distribuição espacial dos homicídios na região e, serão apresentadas as considerações finais.

Caracterização da Região Metropolitana de Recife

A Região Metropolitana de Recife foi criada em 1973, inicialmente composta por nove municípios. Depois, foram incorporados alguns outros municípios e outros foram desmembrados: Abreu e Lima foi desmembrado de Paulista; Araçoiaba foi desmembrado de Igarassu; Itapissuma também foi desmembrado de Igarassu; e Camaragibe foi desmembrado de São Lourenço da Mata. A configuração atual da Região Metropolitana de Recife conta com 14 municípios: Abreu e Lima, Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Igarassu, Ipojuca, Itamaracá, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Recife e São Lourenço da Mata. A Tabela 1 a seguir mostra a evolução populacional ao longo dos últimos censos demográficos dos 14 municípios da Região Metropolitana de Recife.

³A definição quanto ao nível de integração na dinâmica do aglomerado metropolitano é do trabalho *Análise das regiões metropolitanas do Brasil: identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias* (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2004) e levou em consideração as seguintes variáveis: taxa de crescimento populacional total por município 1991-2000, densidade hab. /km², número de pessoas que trabalham ou estudam em outros municípios 2000, percentual de ocupados não agrícolas em 2000, número de passageiros em voos domésticos, posição no *ranking* nacional de portos e Produto Interno Bruto (PIB) em 2003.

Tabela 1 – População total, segundo ano censitário e taxa de crescimento geométrico, na Região Metropolitana de Recife – 2000-2010

Municípios RMR	1970	1980	1991	2000	2010	Taxa Cresc. (2000-2010)
Abreu e Lima	-	-	77.035	89.039	94.428	0, 59
Araçoiaba			-	15.107	18.144	1,85
Cabo de Santo Agostinho	75.829	104.155	127.036	152.979	185.123	1,93
Camaragibe	-	-	99.407	128.703	144.506	1,16
Igarassu	55.079	73.254	79.837	82.278	101.987	2,17
Ipojuca	35.851	39.452	45.424	59.280	80. 542	3,11
Ilha de Itamaracá	7.117	8.254	11.606	15.858	22.449	3,54
Itapissuma	-	-	16.408	20. 118	23.723	1,66
Jaboatão dos Guararapes	200. 975	330. 416	487.119	581.556	644.699	1,04
Moreno	31.204	34.943	39.132	49.206	56.767	1,44
Olinda	196.342	282.207	341.394	367.900	375.559	0, 21
Paulista	70. 059	165.743	211.491	262.239	300. 611	1,37
Recife	1.060. 701	1.203.887	1.298.229	1.422.904	1.536.934	0, 77
São Lourenço da Mata	94.016	144.142	85.861	90. 403	102.956	1,31

Fontes: IBGE, 2011; Censos demográficos 1970, 1980, 1991, 2000-2010; produzida pelos autores.

A Região Metropolitana de Recife possui 3.688.428 de habitantes, segundo os dados do censo de 2010. Possui densidade demográfica registrada no ano de 2010 no valor de 27.658,22 hab. /km². Pela Tabela 1 é possível verificar a permanência quanto aos municípios com população superior a 200. 000 habitantes, em que dos 14 municípios quatro apresentam população superior àquele valor e conformam os municípios com mais alto nível de integração com o polo metropolitano, são eles: Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista e Recife. Pode-se inferir ainda que o município da Ilha de Itamaracá apresenta uma taxa geométrica de crescimento populacional superior aos demais municípios da região metropolitana, com taxa de 3,54%, enquanto Olinda apresenta a menor taxa, com 0, 21%, nos últimos 10 anos.

A categorização dos municípios de acordo com o nível de integração ao polo metropolitano parte de indicadores que explicam a dinâmica espacial da ocupação, levando em conta a taxa média geométrica de crescimento populacional, a densidade demográfica, a urbanização e o indicador da mobilidade da população quanto a intensos fluxos de movimento pendular, participação do município na composição do Produto Interno Bruto (PIB) total. Para Deschamps et al. (2007), as altas taxas de crescimento da população, espaços

mais adensados onde as relações tenderiam a ser mais fortes com a metrópole e o movimento pendular acontecendo em direção aos pólos, as funções caracteristicamente urbanas, dentre outros, oferecem “um quadro fiel do nível de integração na dinâmica da aglomeração, em função de diferentes papéis desempenhados pelos municípios”. Para a Região Metropolitana de Recife, temos a seguinte classificação dos municípios, resumida no Quadro 1:

Quadro 1 – Classificação dos municípios, segundo o nível de integração ao polo

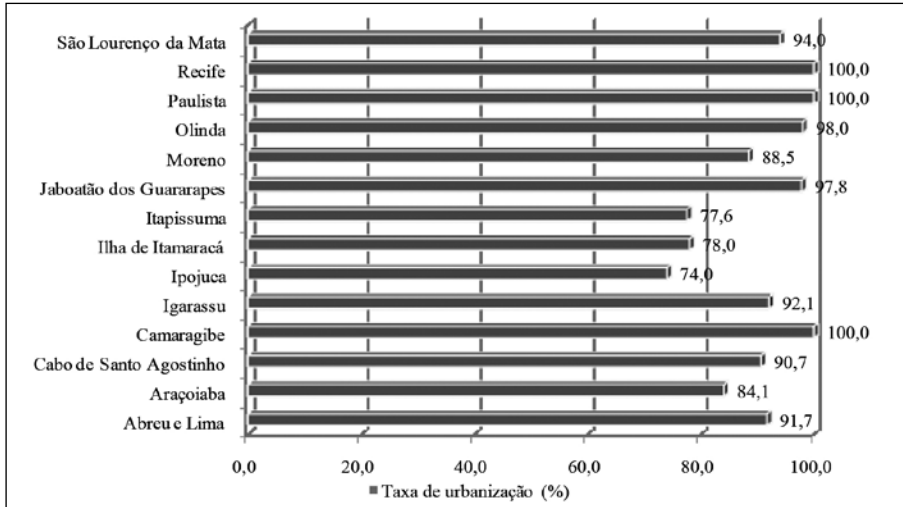
Municípios	Nível de integração ao polo
Jaboatão dos Guararapes Olinda Paulista Recife (polo)	Muito alto
Abreu e Lima Camaragibe	Alto
Araçoiaba Cabo de Santo Agostinho Igarassu Ilha de Itamaracá Itapissuma Moreno São Lourenço da Mata	Médio
Ipojuca	Baixo

Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2004; produzida pelos autores.

Em termos de urbanização, o Gráfico 1 exibe elevadas taxas de urbanização em 2010, sobretudo naqueles municípios que se encontram em nível de integração muito alto em relação ao polo, com taxa média de urbanização de aproximadamente 99%. Somado a isso, como se pode notar, o município de Ipojuca (baixo grau de integração ao polo) apresenta a menor taxa de urbanização, com 70%. Em geral, os dados evidenciam o aspecto eminentemente urbano da Região Metropolitana de Recife, característica que pode explicar a alta criminalidade observada na região. Empiricamente, temos o trabalho de Cano e Santos (2000), que mostram uma correlação positiva entre taxas de homicídio e taxas de urbanização. A ideia é a de que altas taxas de urbanização estariam ligadas a altos níveis de criminalidade, pois ambientes com maior aglomeração de indivíduos facilitam a fuga

e impedem a identificação de criminosos (KUME, 2004).

Gráfico 1 - Taxa de urbanização (%) para Região Metropolitana de Recife - 2010



Fonte: Censos Demográficos 2010; produzida pelos autores.

O estudo realizado pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife⁴ para os anos de 1991 a 2000 indica que grande parte dos municípios da Região Metropolitana do Recife avançou aquém do que Pernambuco no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M),⁵ apesar de continuar com um padrão superior a média do estado. No tocante a educação (um dos componentes do IDH), há divergências. A literatura se depara com uma relação positiva entre essa variável e a criminalidade violenta. Como exemplo seminal, tem-se o trabalho de Ehrlich (1975). Mais recentemente, Araújo Júnior (2002) verificou que o aumento da educação diminui os custos de efetivação e planejamento do crime, elevando então o lucro de se cometer atividade desonesta. Já a relação negativa se encontra no fato de que, com maior educação, o indivíduo tem maiores chances e oportunidade de emprego; em outras palavras, há uma elevação do custo moral de se cometer o crime, então a criminalidade se reduz.

⁴ O Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife abrange um conjunto de estudos analíticos e um amplo banco de dados de indicadores socioeconômicos.

⁵ O IDH-M é uma síntese de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda, que são avaliadas em subíndices, sendo então o IDH-M calculado a partir da média aritmética desses três subíndices. Varia de 0 a 1.

Segundo o *Mapa da pobreza e desigualdade*⁶ de 2003 produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com o Banco Mundial, os municípios da Região Metropolitana de Recife apresentam os seguintes valores do Índice de Gini dos municípios que compõem a Região Metropolitana de Recife e respectiva Incidência da Pobreza:⁷

Tabela 2 – Índice de Gini e Índice de Incidência da Pobreza na Região Metropolitana de Recife

Municípios RMR	Índice de Gini	Pobreza (%)
Abreu e Lima	0,38	62,48
Araçoiaba	0,37	80,97
Cabo de Santo Agostinho	0,41	57,01
Camaragibe	0,41	74,48
Igarassu	0,4	69,32
Ipojuca	0,41	62,83
Ilha de Itamaracá	0,41	70,69
Itapissuma	0,39	71,22
Jaboatão dos Guararapes	0,45	53,81
Moreno	0,39	64,90
Olinda	0,46	53,10
Paulista	0,43	52,26
Recife	0,49	39,46
São Lourenço da Mata	0,4	68,96

Fontes: SIM/MS, 2011; Censos Demográficos 2000/2010 e Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2002-2003; produzida pelos autores.

Observa-se, pela Tabela 2, que os municípios com maiores Índice de Gini são aqueles mais populosos. As menores taxas de pobreza se encontram naqueles municípios com grau muito alto de integração ao polo. Araçoiaba é município com maior incidência de pobreza, com 80,97%, enquanto Recife apresenta uma menor incidência da pobreza, na ordem de 39,46%, mas expõe nível de desigualdade superior em relação aos outros municípios.

Com referência aos indicadores de longevidade e mortalidade

⁶ O *Mapa da pobreza e desigualdade* é desenvolvido a partir dos dados de Pesquisa e Orçamento Familiares 2002-2003 e Censo 2000.

⁷ O Índice de Gini varia de 0 a 1. O valor 0 indica uma perfeita igualdade da distribuição de renda, enquanto o valor unitário indica a concentração máxima, completa desigualdade. O Índice de Incidência da Pobreza é uma estimativa do percentual de pessoas abaixo do limiar de pobreza.

infantil,⁸ o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil aponta que no período de 1991 a 2000 a taxa de mortalidade infantil dos municípios da região metropolitana foi reduzida em média 28,09%. O município de Paulista apresentou maior diminuição na taxa de mortalidade, com 41,43%, enquanto Camaragibe, a menor, com 4,76%. A expectativa de vida, por sua vez, cresceu em média 5,07 anos. Ipojuca aparece na primeira posição com aumento de 7,84 anos, e Camaragibe ocupa a última posição, com crescimento de 2,01 anos na esperança de vida, de acordo com os dados censitários de 1991 e 2000. A fecundidade, como era de se esperar, apresentou queda nesse período.

Resultados

Os resultados foram divididos em quatro partes. Primeiramente se discute a relação de algumas variáveis principais com a criminalidade. A segunda parte enfatiza os resultados da taxa total de homicídios na Região Metropolitana de Recife. Em seguida, é feita uma apreciação a cerca da taxa total de homicídio por nível de integração dos municípios ao polo metropolitano. Por fim, apresenta-se a distribuição espacial dos homicídios com taxas de homicídios padronizadas e suavizadas por média móvel⁹ para os municípios.

Análise preliminar

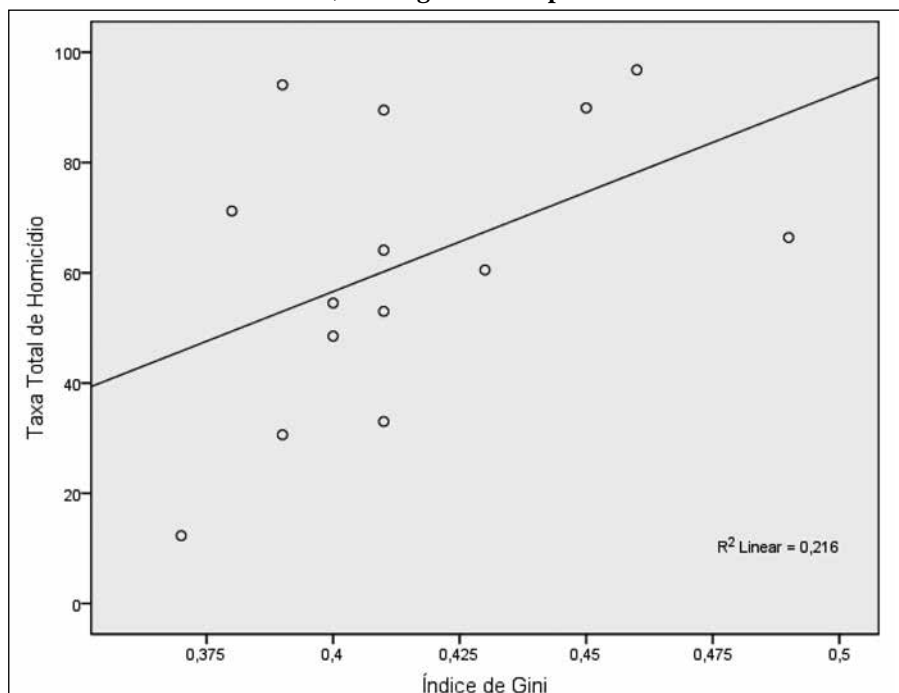
A literatura dos determinantes da criminalidade argumenta que a desigualdade de renda seria um mecanismo que estimula o crime, autores como Mendonça, Loureiro e Sachsida (2003) e Kume (2004), em suas estimações, encontram essa relação positiva entre as variáveis em questão. Segundo Viapiana (2006), a desigualdade de renda e de oportunidades no mercado de trabalho tem sido apontada como principal causa do crime. Outro exemplo prático foi o trabalho desenvolvido por Mendonça, Loureiro e Sachsida (2003), no qual utiliza dados para os estados brasileiros e conclui que o Índice de Gini se relaciona positivamente com a criminalidade.

⁸ Mortalidade até um ano de idade, por 1.000 nascidos vivos. Longevidade em anos.

⁹ As taxas de homicídio para o nível municipal foram suavizadas por média móvel trianual e padronizadas por uma estrutura etária comum. Assim, diminui-se o efeito de flutuações aleatórias e de estrutura etária.

O Gráfico 2 a seguir relaciona dados do Índice de Gini com a taxa total de homicídio (por 100.000 habitantes) para os 14 municípios da Região Metropolitana de Recife, no ano de 2003.

Gráfico 2 – Taxa total de homicídio e Índice de Gini, no ano de 2003, na Região Metropolitana de Recife

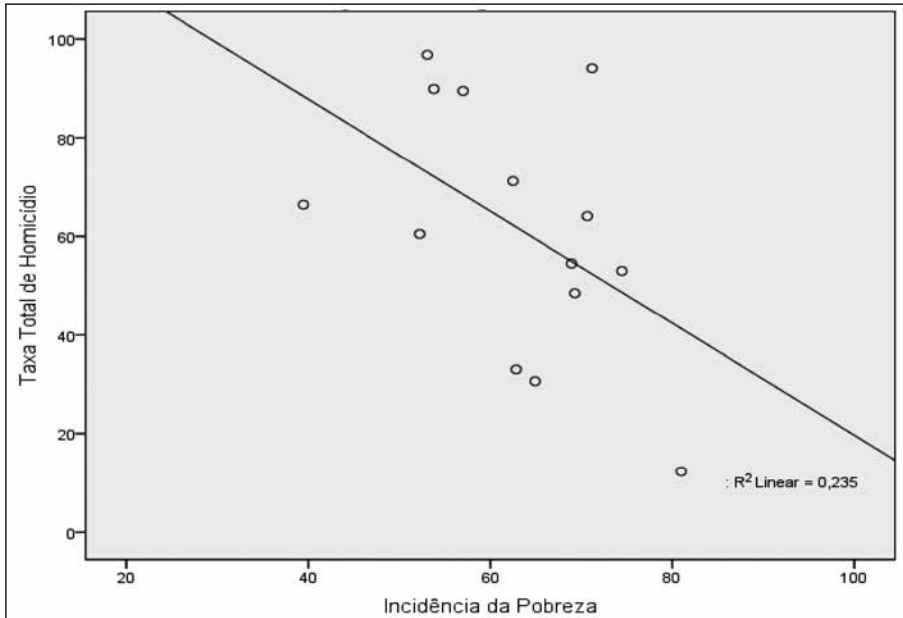


Fonte: SIM/MS, 2011; Censos Demográficos 2000 e Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2002/2003 e SIM/Datasus; produzida pelos autores.

Como se pode notar, há uma relação positiva entre as duas variáveis, um maior Índice de Gini se relaciona a uma grande elevação nas taxas de homicídio no ano de 2003.

Sobre a pobreza, Cardia e Schiffer (2002) argumentam que essa variável gera desorganização social, reduzindo os mecanismos de controle social informal que condiciona o indivíduo, e, assim, uma diminuição, *ceteris paribus*, do nível da pobreza ocasiona queda nas taxas de criminalidade. Empregando ainda dados da Tabela 2 e homicídios dos municípios da Região Metropolitana de Recife no ano de 2003, o Gráfico 3 ilustra a relação entre Incidência da Pobreza e Taxa Total de Homicídios:

Gráfico 3 – Taxa total de homicídio e Índice de Incidência da Pobreza, na Região Metropolitana de Recife – 2003



Fonte: SIM/MS, 2011; Censos Demográficos 2000/2010 e Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2002/2003 e SIM/Datasus. ; produzida pelos autores.

A tendência decrescente evidencia a relação negativa entre Incidência da Pobreza e taxa total de homicídio em Recife. Esse resultado é oposto ao esperado, já que pobreza geralmente está correlacionada positivamente com homicídios e negativamente com os demais tipos de crime (REZENDE; ANDRADE, 2011).¹⁰

Somado a isso, a maior parte dos estudos assume como ponto de partida o trabalho de Becker (1968), no qual o indivíduo, através da escolha racional, pondera os custos e benefícios em sua decisão de entrar na vida criminoso. Rattou et al. (2011) propõem a utilização de uma *análise configuracional* dos homicídios e acreditam que esse tipo de apreciação permite a superação de restrições dos estudos tradicionais que abordam o homicídio como padrão comportamental do indivíduo. Dessa forma, a *análise configuracional* proposta por aqueles autores visa articular as

¹⁰ Esses autores encontraram resultados interessantes ao desagregar os tipos de crimes. A pobreza aparece com efeito negativo quando se analisa a totalidade dos crimes, devido a predominância de crimes contra a propriedade nesse agregado. Ao desagregar os dados, o efeito positivo da pobreza em relação aos homicídios é significativo.

características de vítimas e de acusados (como sexo, raça, idade e renda) aos elementos situacionais da ofensa (o motivo do crime, tipo de arma usada, presença de drogas, álcool, hora do crime, entre outros).

Em termos de vulnerabilidade familiar, variável também importante na determinação da criminalidade, considerando-se apenas os dados da porcentagem de mulheres de 15 a 17 anos com filhos nos anos de 1991 e 2000, temos os seguintes resultados:

Tabela 3 – Vulnerabilidade familiar: porcentagem de mulheres de 15 e 17 anos com filhos – 1991-2000

Municípios RMR	Mulheres (%)	
	1991	2000
Abreu e Lima	8,2	11,4
Araçoiaba	32,3	13,3
Cabo de Santo Agostinho	14,5	13,7
Camaragibe	9,0	6,4
Igarassu	18,7	8,5
Ipojuca	26,3	8,8
Ilha de Itamaracá	13,2	13,1
Itapissuma	13,0	12,5
Jaboatão dos Guararapes	10,3	8,1
Moreno	19,2	7,5
Olinda	7,7	7,3
Paulista	5,4	7,6
Recife	8,0	8,1
São Lourenço da Mata	15,8	5,5

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Os municípios que compõem a Região Metropolitana de Recife tiveram o percentual de mães de 15 a 17 anos reduzido entre os censos de 1991 e 2000, com exceção de Paulista, em que apresentava 5,4% em 1991, aumentando em 2000 para 7,6%. Recife teve um aumento insignificante e passou de 8% para 8,1% e Abreu e Lima apresentava 8,2% no primeiro momento, aumentando esse percentual para 11,4% de mães naquela idade. A maior proporção de mães adolescentes entre 15 e 17 anos se encontra no município de Cabo de Santo Agostinho, expondo 13,7%. A menor taxa está em São Lourenço da Mata, com 5,5% no ano de 2000 (Tabela 3). A ideia encontrada na literatura é a de que a vulnerabilidade familiar tanto é importante na explicação de crimes violentos como em crimes contra o patrimônio. Em um estudo recente, Hartung e Pessoa (2007) propõe que, ao crescer a proporção de mães solteiras, futuramente haverá uma proporção de jovens com aptidão a atividades criminosas,

aumentando assim a criminalidade na região. Um exemplo empírico disso são os estudos que utilizam dados de mães adolescentes e solteiras de 20 anos atrás para explicar a criminalidade de hoje, encontrando uma relação positiva e significativa entre as duas variáveis.

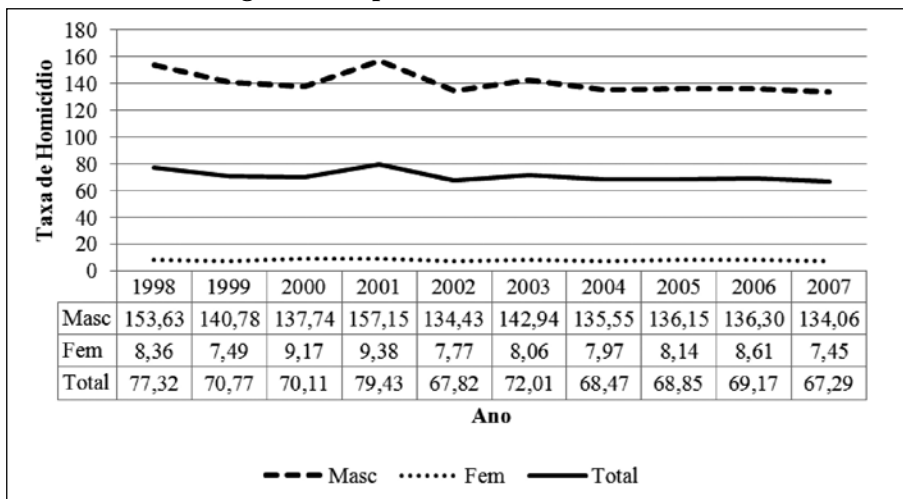
Mortes por homicídios na Região Metropolitana de Recife

Nesta subseção serão analisados os dados do Datasus de óbitos por homicídios relativos aos anos de 1998 a 2007¹¹ na Região Metropolitana de Recife.

Taxa de homicídio por sexo

A Região Metropolitana de Recife apresenta indicadores elevados, embora mostre tendência de estabilização dos níveis de mortalidade por homicídio. Em 1998, foram 77,32 homicídios por 100.000 habitantes, sendo que entre os homens a taxa foi de alarmantes 153,63 homicídios para cada 100.000 homens. Em 2007, a taxa de homicídio para a população em geral caiu para 67,29 homicídios por 100.000 habitantes. Entre os homens, a taxa, em 2007, foi de 134,06.

**Gráfico 4 – Taxas de homicídios (por 100.000 hab.)
na Região Metropolitana de Recife – 1998-2007**



Fonte: Dados básicos extraídos do Datasus/Ministério da Saúde.

¹¹ Permanece o período de análise de 1998 a 2007 nas próximas subseções.

É amplo o debate sobre os fatores que deixam os homens mais vulneráveis do que as mulheres quando se trata de vitimização por homicídios. A necessidade de expressão de virilidade pelos homens, através da exibição da força nas negociações dos conflitos (BREINES; CONNELL; EIDE, 2000), além do maior acesso a armas de fogo e da maior inserção no tráfico de drogas (NOLASCO, 2001), é fator que pode explicar a maior vulnerabilidade do homem com relação à mulher. Com relação à vitimização feminina, segundo Rattón e Pavão (2009), as altas taxas de homicídios entre os homens levam ao aumento das taxas de homicídios de mulheres devido a fatores como o culto a virilidade, o patriarcalismo, entre outros. Portella et al. (2011) analisam diferentes configurações de homicídios de mulheres em 2009 ocorridos em Recife. E os resultados dessa investigação indicam que o principal motivo de morte violenta das mulheres são os conflitos passionais, além da relação entre a criminalidade urbana e a vulnerabilidade de gênero com as de classe e de raça.

Apesar de leve oscilação, o índice de vitimização masculina por homicídio permanece praticamente estável no período 1998-2007. Os números são impressionantes. Em 1998, os óbitos por homicídio em homens foram de 1.738, 20% maior do que em mulheres. Em termos de risco, isso significa dizer que, em 1998, o de um homem morrer por homicídio na Região Metropolitana de Recife era 18,38 vezes maior que o de uma mulher vir a óbito por homicídio. Pela tabela a seguir, observa-se que esses indicadores não variaram muito no período estudado.

Tabela 4 – Índice de vitimização masculina por homicídio e razão entre os riscos de mortalidades por homicídio masculina e feminina na Região Metropolitana de Recife

Ano	Índice de vitimização	Razão dos riscos
1998	1738,2	18,38
1999	1779,1	18,79
2000	1401,92	15,02
2001	1576,23	16,76
2002	1629,78	17,30
2003	1672,42	17,72
2004	1600,49	17,00
2005	1573,03	16,73
2006	1483,42	15,83
2007	1700,52	18,01

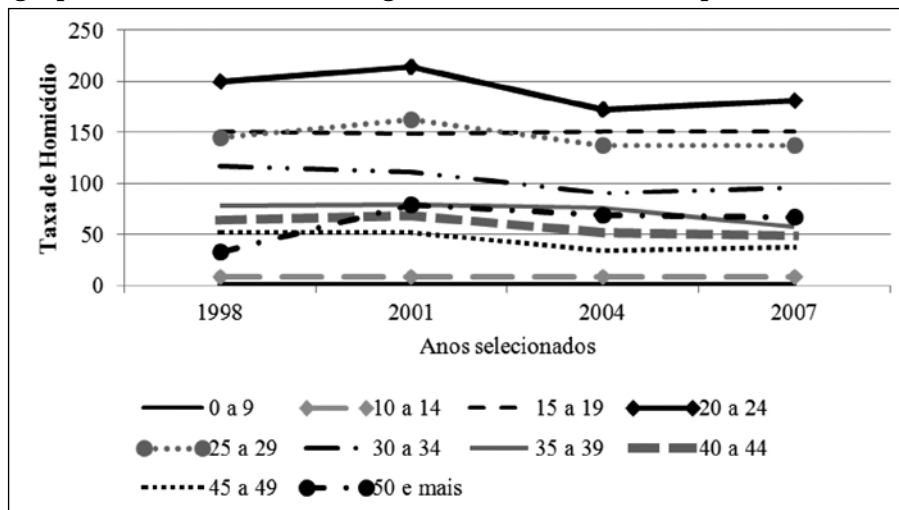
Fonte: Elaboração própria com dados básicos extraídos do Datasus/Min. da Saúde.

Os homicídios são de tal forma concentrados nos homens que já se percebe impacto estrutural na população. Alguns aspectos da dinâmica demográfica já aponta consequência direta devido à sobremortalidade masculina em decorrência de causas externas em geral, que envolve, além dos homicídios, mortes por suicídio, acidentes de trânsito, afogamento e outras mortes violentas. Em geral, nos últimos anos, o Brasil como um todo tem experimentado avanços nos indicadores gerais de mortalidade, tanto em homens quanto em mulheres. Contudo, à medida que se percebem esses avanços, percebe-se também que o avanço na mulheres é maior que nos homens. Um exemplo claro disso é o diferencial na esperança de vida ao nascer, que hoje encontra-se próximo dos 10 anos pró-mulheres (WONG; CARVALHO, 2006; SOUZA, 2005).

Percentual e taxa de homicídio por grupos etários

O Gráfico 5 apresenta a tendência da taxa de homicídio ao longo dos anos estudados por grupo etário na Região Metropolitana de Recife. Nota-se uma tendência de declínio das taxas de homicídio, sobretudo no período entre 2001 e 2004, embora o nível seja bem mais alto naquela do que nesta. Esse declínio ganha força principalmente no grupos de 20 a 24, 25 a 29 e 30 a 34 anos, justamente nos quais os homicídios são mais concentrados. Contudo, entre os adolescentes, grupo etário de 15 a 19 anos, também responsável por grande parte dos homicídios na Região Metropolitana de Recife, a taxa de mortalidade por homicídio permaneceu inalterada, sempre em torno de 150 homicídios por 100.000 habitantes. Não há relação direta no sentido de quando se aumenta o risco de morte por homicídio, maior a concentração dessas mortes em adolescentes e jovens adultos, entre 15 e 29 anos. Chama a atenção o fato de, ao contrário da tendência de queda nas taxas para praticamente todos os grupos etários, na população acima de 50 anos ocorre um aumento. Nesse estrato populacional, houve um incremento nos homicídios, principalmente entre 1998 e 2001. Só a partir de 2004 é que essa população mais velha começou a experimentar um pequeno declínio no risco de homicídios. É um padrão bem diferente do que ocorre com os demais grupos etários analisados.

Gráfico 5 – Taxas de homicídios da Região Metropolitana de Recife por grupos etários selecionados segundo ano de ocorrência (por 100.000 hab.)



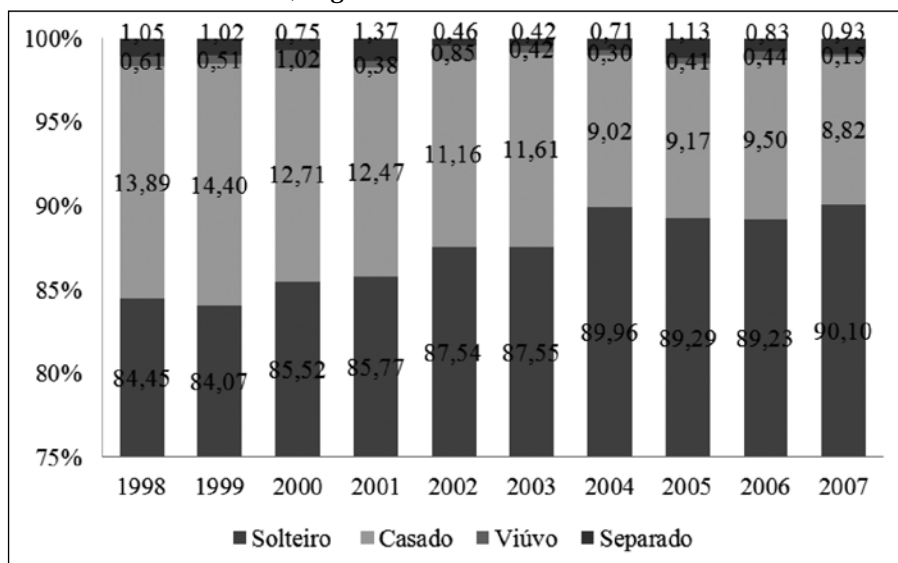
Fonte: Dados básicos extraídos do Datasus/Ministério da Saúde.

Percentual de homicídios por estado civil

A variável estado civil é também importante no sentido de permitir uma estimativa do perfil da vítima por homicídio. O Gráfico 6 mostra que o maior percentual de óbitos prevalece entre solteiros durante todo período de análise e com tendência crescente, alcançando em torno de 90, 10% no ano de 2007. Em segundo lugar, estão os casados, nesse caso o que se observa é uma tendência decrescente do percentual de óbitos. A menor proporção de homicídios da Região Metropolitana de Recife se encontra entre os viúvos e separados.

Aqui cabe uma ressalva sobre a forma e a qualidade da informação. Primeiro, no que diz respeito à forma, o indicador do Gráfico 6 mostra o percentual de óbitos segundo estado civil da vítima, pois não se tem estimativa da população por estado civil para todos os anos da série, inviabilizando o cálculo de taxas. A segunda questão, sobre a qualidade da informação, remete ao fato de que existe considerável número de registros de óbitos em que a informação do estado civil da vítima não é declarada. Então, analisando o percentual, de acordo com o gráfico a seguir, se tem uma ideia da distribuição dos óbitos segundo o estado civil, sob a hipótese da não declaração dessa informação não ser seletiva por uma ou mais de uma categoria dessa variável.

Gráfico 6 – Percentual de homicídios da Região Metropolitana de Recife, segundo estado civil – 1998-2007

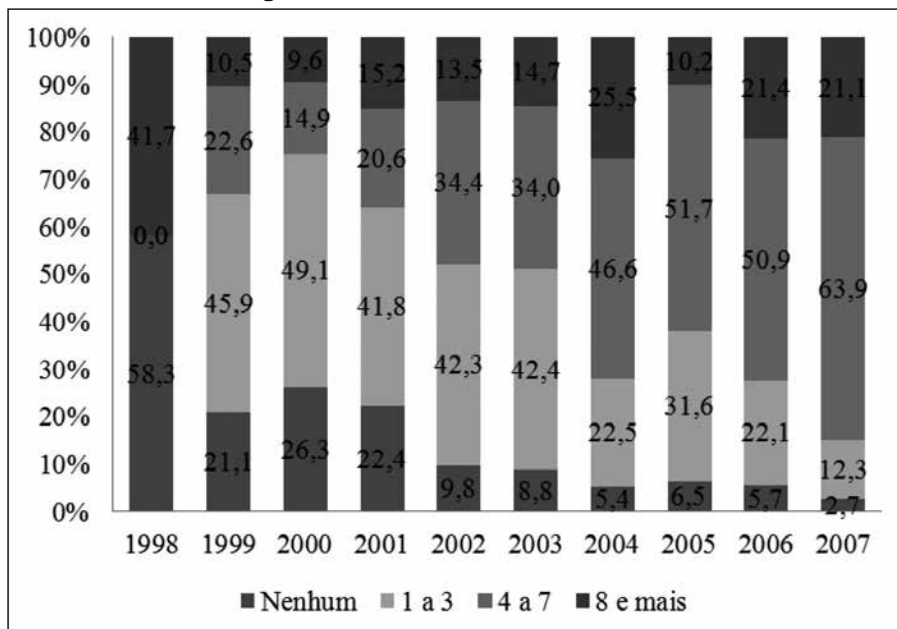


Fonte: Dados básicos extraídos do Datasus/Ministério da Saúde.

Percentual de homicídios por ano de estudo

Em 1998, o maior percentual de homicídios na Região Metropolitana de Recife se encontra na categoria com nenhuma escolaridade, em torno de 58,3%, caindo para 2,7% em 2007. Nesse ano, o grupo que apresenta maior proporção e tendência de crescimento de óbitos é o de 4 a 7 anos de estudo (63,9%). De modo geral, as categorias “Nenhum”, “1 a 3” e “8 e mais” anos de estudo apresentaram declínio entre 1998 e 2007. Contudo, é importante ressaltar que os dados do Datasus usados neste texto, sobre anos de estudo do falecido, não tinham boa qualidade, com grande número de informações não declarada (Gráfico 7). As ressalvas e os cuidados sobre a qualidade dos dados do estado civil são exatamente os mesmos para o caso da informação sobre anos de estudo das vítimas de homicídios.

Gráfico 7 – Percentual de homicídios da Região Metropolitana de Recife, segundo anos de estudo – 1998-2007

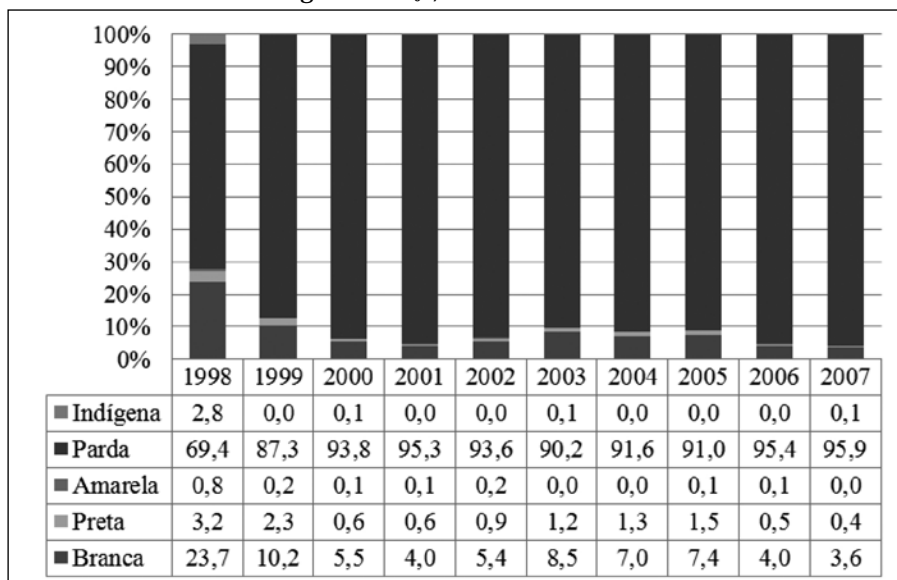


Fonte: Dados básicos extraídos do Datasus/Ministério da Saúde.

Percentual de homicídios por raça/cor

Segundo os dados do Gráfico 8, as populações indígena e amarela apresentaram as menores proporções de mortes por homicídio em todo o período, comparadas as outras categorias de raça/cor na Região Metropolitana de Recife. A população parda apresenta expressivamente o maior percentual de óbitos em todos os anos, alcançando um patamar em torno de 96% em 2007. A população preta e branca nota seus percentuais caírem no decorrer dos anos, apesar de ocorrer uma pequena elevação a partir do ano de 2002 e declínio no ano de 2006, chegando em 2007, respectivamente, a 0,4% e 3,6% do total de óbitos por homicídios. As ressalvas e os cuidados sobre a qualidade dos dados sobre estado civil são exatamente os mesmos para o caso da informação sobre raça e cor das vítimas de homicídios.

Gráfico 8 – Percentual de homicídios da Região Metropolitana de Recife, segundo raça/cor – 1998-2007



Fonte: Dados básicos extraídos do Datasus/Ministério da Saúde.

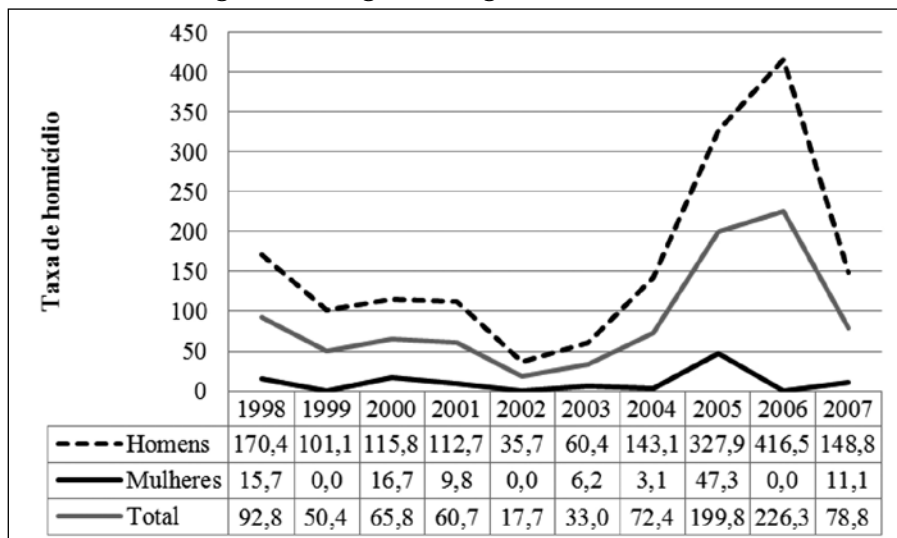
Taxas de homicídios por nível de integração na Região Metropolitana de Recife

O objetivo desta seção é mostrar o comportamento das taxas de homicídios dos municípios conforme o grau de integração ao polo.

Taxa de homicídio por nível de integração segundo sexo

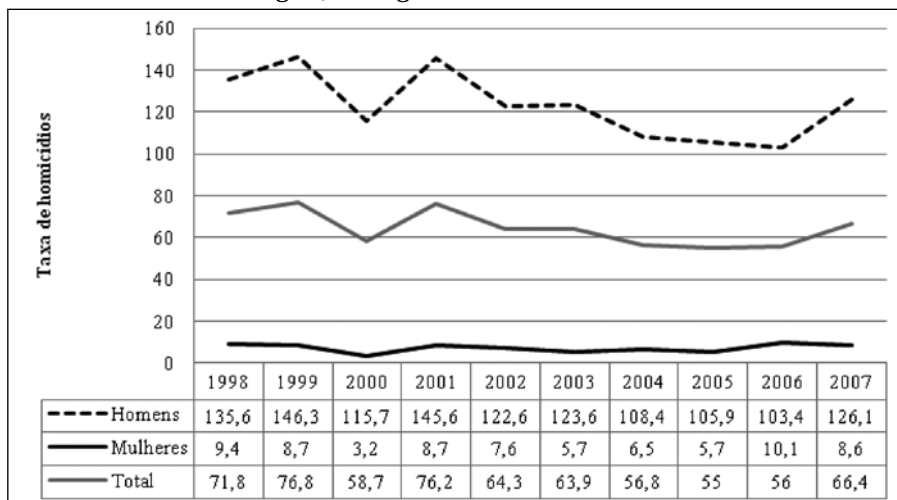
No baixo grau de integração ao polo, observa-se que em 1998 a taxa total de homicídios era de 92,8 homicídios para cada 100.000 habitantes. Observa-se uma queda nessa taxa no ano de 2002, apresentando um total de 17,7 homicídios. Depois desse ano, a taxa total volta a subir, com ápice no ano de 2006, com taxa de 226,3 homicídios. Prevaecem maiores taxas entre os homens, alcançando 148,8 homicídios em 2007. Cabe ressaltar que, quando se fala em baixo nível de integração com o polo, estamos mencionando exclusivamente o município de Ipojuca, e, por isso, as taxas têm maior flutuação do que nos gráficos para os outros níveis de integração, mesmo que essas taxas municipais tenham passado por ajustes, conforme comentado anteriormente (Gráfico 9).

Gráfico 9 – Taxa total de homicídios nos municípios com baixo grau de integração, segundo sexo – 1998-2007



Fonte: Dados básicos extraídos do Datasus/Ministério da Saúde.

Gráfico 10 – Taxa total de homicídios nos municípios com médio grau de integração, segundo sexo – 1998-2007

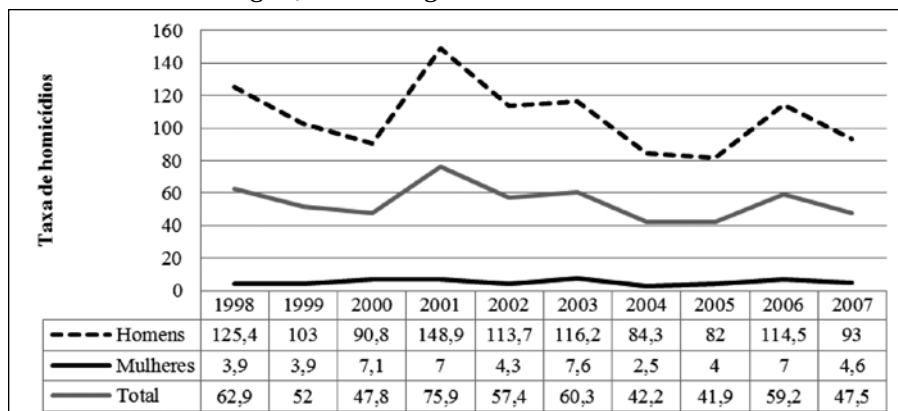


Fonte: Dados básicos extraídos do Datasus/Ministério da Saúde.

Em relação aos municípios com grau médio de integração ao polo, Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Itapissuma, Moreno e São Lourenço da Mata, ocorre o seguinte: a taxa total de homicídio no início do período foi de 71,8 para cada 100.000 habitantes. Ao final do período analisado, essa taxa total cai para 66,4. Vale perceber, ainda, que não ocorre aumento ou redução significativa em algum ano específico, as taxas permanecem estáveis, principalmente no que se refere a óbito feminino (Gráfico 10).

Os municípios que possuem alto grau de integração ao polo (Abreu e Lima e Camaragibe) apresentaram, no ano de 1998, taxa de homicídio para ambos os sexos num total de 62,9 para cada 100.000 habitantes. Nesse mesmo ano, a taxa de homicídios entre os homens é de 125,4, aproximadamente 32 vezes maior que a taxa de homicídios entre as mulheres. Ao final do período, em 2007, a taxa total cai para 47,5. Apesar da tendência decrescente apresentada, o diferencial por sexo é bastante evidente, a taxa de homicídios entre os homens ainda é significativamente maior do que a das mulheres (Gráfico 11).

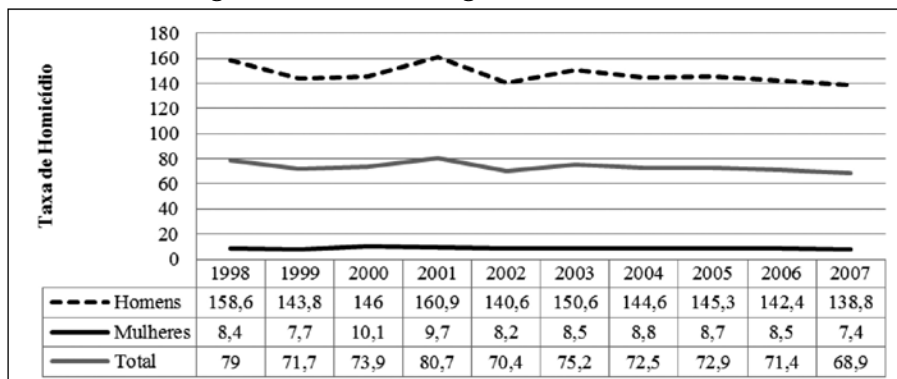
Gráfico 11 – Taxa total de homicídios dos municípios com grau de integração alto, segundo sexo – 1998-2007



Fonte: Dados básicos extraídos do Datasus/Ministério da Saúde.

Por último, temos os municípios que conformam nível de integração muito alto: Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista e Recife (município polo). No início do período, a taxa total era de 79 homicídios para cada 100.000 habitantes. Olinda apresentava maior taxa naquele ano, com 98,6 homicídios, e Paulista, a menor taxa, com 48,8. Em 2007, a taxa total cai para 68,9 homicídios. Não percebe-se diferença expressiva entre os anos analisados (Gráfico 12).

Gráfico 12 – Taxa total de homicídios dos municípios com grau de integração muito alto, segundo sexo – 1998-2007



Fonte: Dados básicos extraídos do Datasus/Ministério da Saúde.

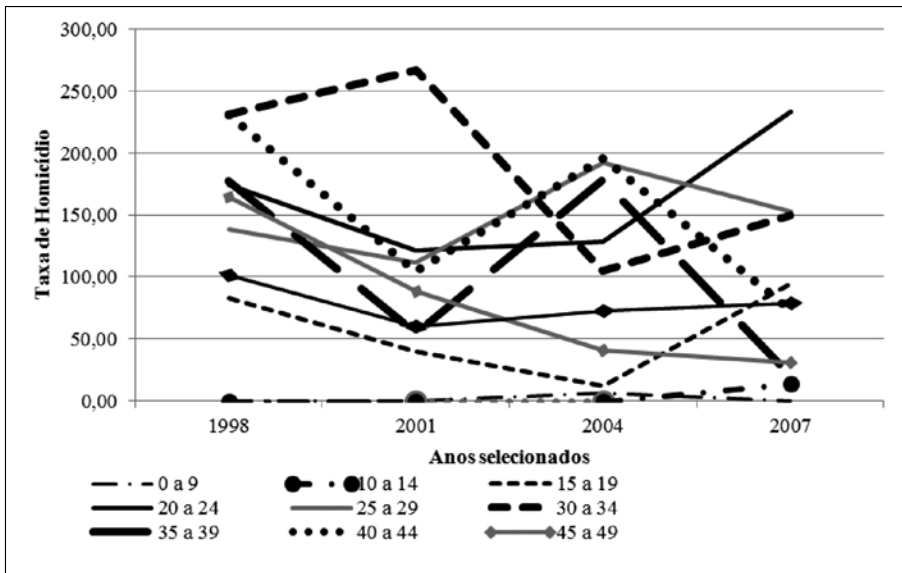
Comparando o total de homicídios por grau de integração no ano de 2007, temos que os municípios que compõem o nível integração baixo apresentam a maior taxa total de homicídios por 100.000 habitantes (78,8), enquanto os municípios com alto grau de integração ao polo apresentam uma menor taxa total de homicídios (47,5). Taxa mais baixa que a encontrada no nível de integração mais elevado (68,9). Em regra, entre os níveis baixo, médio e alto de integração com o polo, se poderia dizer que há uma relação inversa no tocante à taxa de homicídio: quanto menor o nível de integração, maior era a taxa de homicídio. Contudo, quando se colocam nesse cenário os municípios com integração mais forte com o polo, incluindo-se este próprio, revela-se que a taxa de homicídio desse nível de integração é mais alta do que a taxa observada entre os municípios de alto nível de integração ao polo. Além disso, se percebeu um tendência de aumento das taxas de homicídio no último ano da série analisada, entre 2006 e 2007, apenas entre os municípios de médio grau de integração com o polo.

Taxa de homicídio por grau de integração segundo grupos etários

Segundo informações contidas no Gráfico 13, a maiores taxas de homicídios por 100.000 habitantes se encontram a partir dos 20 anos de idade. Em 1998, a maior taxa de óbitos por homicídios é observada no grupo entre 30 e 34 anos (231,55), chegando a 257,14 homicídios por 100.000 habitantes no ano de 2001. Em 2007, o grupo entre 20 e 24 anos

prevalece com a maior taxa (233,77) comparada aos demais grupos etários. Vale ressaltar que as faixas depois dos 45 anos apresentaram taxas de homicídios decrescentes. Contudo, como são dados de apenas um único município, essas taxas específicas por grupos etários têm estimativas sujeitas a grandes flutuações aleatórias e devem ser vistas com ressalvas.

Gráfico 13 – Taxas de homicídios dos municípios com baixo grau de integração, por grupos etários selecionados segundo ano de ocorrência (por 100.000 hab.)

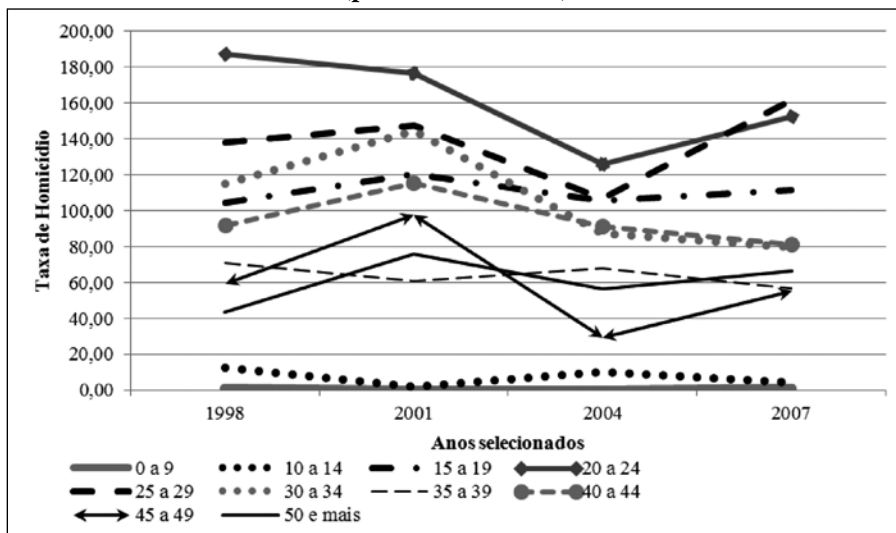


Fonte: Dados básicos extraídos do Datasus/Ministério da Saúde.

Considerando os municípios com médio grau de integração, as taxas de homicídios alcançaram máxima expressividade na faixa etária de 20 a 24 anos, perdendo apenas em 2007 para o grupo de 25 a 29 anos, com 161,71 homicídios para cada 100.000 habitantes (Gráfico 14).

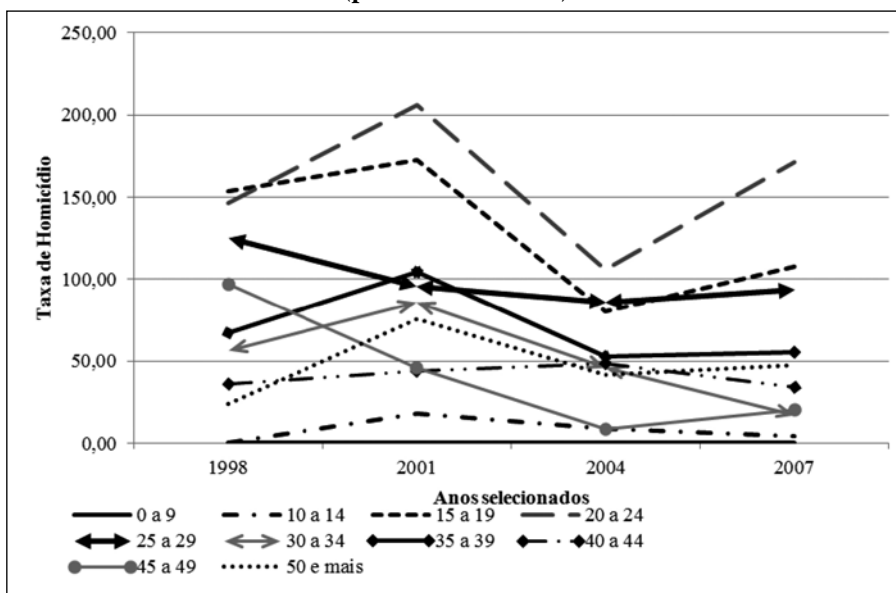
É importante ressaltar que, nesse grupo, ao final do período em análise, a faixa etária de 25 a 29 anos apresentou maior taxa de homicídio, seguida pelo grupo etário de 20 a 24 anos. Esses dois grupos etários têm tendência de acréscimo dos homicídios a partir de 2004. Em terceiro lugar, ficou a faixa etária adolescente, entre 15 e 19 anos, também apresentando crescimento a partir de 2004, embora mais leve que os outros dois grupos etários em análise.

Gráfico 14 - Taxas de homicídios do município com médio grau de integração, por grupos etários selecionados segundo ano de ocorrência (por 100.000 hab.)



Fonte: Dados básicos extraídos do Datasus/Ministério da Saúde.

Gráfico 15 - Taxas de homicídios dos municípios com alto grau de integração, por grupos etários selecionados segundo ano de ocorrência (por 100.000 hab.)

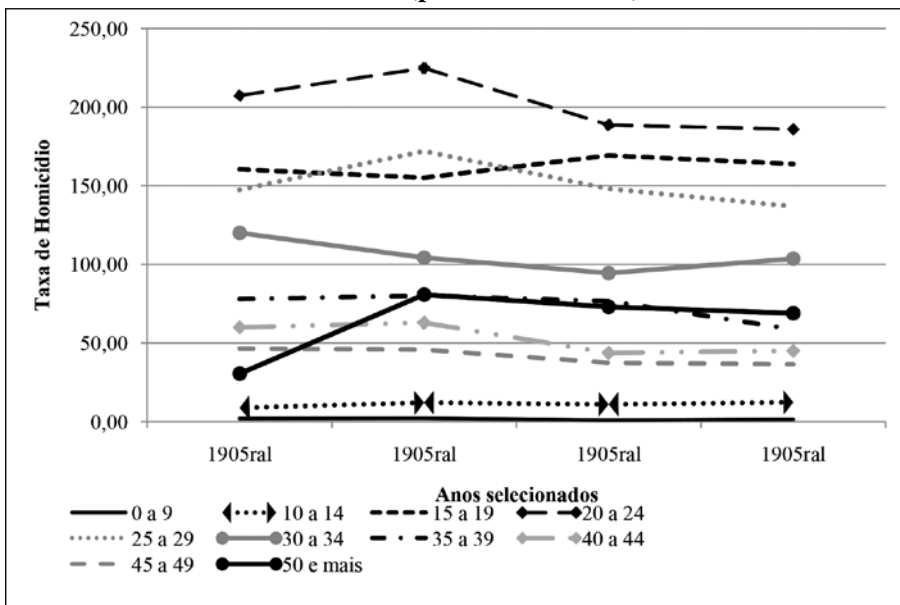


Fonte: Dados básicos extraídos do Datasus/Ministério da Saúde.

Nos municípios que conformam o grau de integração alto, as taxas de homicídios entre os jovens se mantêm. Mais precisamente, a faixa etária com as maiores taxas de homicídio é aquela entre 20 e 24 anos, com 171,06 homicídios para cada 100.000 habitantes em 2007. O que diferencia dos demais graus de intergração abordados até aqui são as elevadas taxas de óbitos por homicídios entre 15 e 19 anos. Nota-se uma queda nas taxas de todos os grupos etários em 2004 e posterior elevação no ano de 2007, com exceção do grupo entre 0 e 9 anos, no qual não foram encontrados mortes por homicídio em nenhum dos anos selecionados (Gráfico 15).

No Gráfico 16 a seguir são apresentadas as taxas de homicídio segundo nível de integração muito alto ao polo. Nota-se maior concentração das taxas na população entre 20 e 24, que apresenta um total de 186 homicídios por 100.000 habitantes no ano de 2007. Exceto entre o grupo de 15 e 19 anos, as taxas de homicídios dos demais grupos etários caem no ano de 2004, assim como ocorre nos municípios com alto nível de integração. As oscilações das taxas no decorrer dos anos são bem estáveis se comparadas com os demais graus de integração.

Gráfico 16 – Taxas de homicídios dos municípios com grau de integração muito alto, por grupos etários selecionados segundo ano de ocorrência (por 100.000 hab.)



Fonte: Dados básicos extraídos do Datasus/Ministério da Saúde.

Essas análises de homicídio por idade segundo nível de integração metropolitana remetem ao fato de que, na Região Metropolitana de Recife, quanto mais integrado ao polo metropolitano o município é, mais concentradas entre pessoas jovens (15 e 19 e 20 e 24) são as taxas de mortalidade por homicídio.

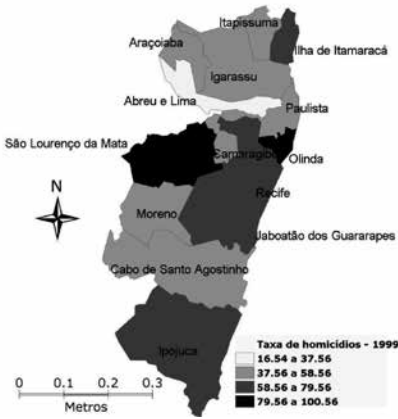
Distribuição espacial dos homicídios

Segundo Diniz e Battela (2006), o enfoque espacial do crime e da violência parte da hipótese de que os crimes não ocorrem no vácuo, mas sim em conjunturas espaciais concretas, dotadas de características que favorecem a ocorrência dos mesmos. Exemplo disso é o aumento da urbanização, que, além de ser um dos fatores primordiais para se entender a configuração espacial de dada região, está estreitamente ligada à criminalidade violenta no território. Como a criminalidade não ocorre de forma homogênea, o ideal seria analisar os dados num nível de desagregação ainda maior, por exemplo, os bairros.

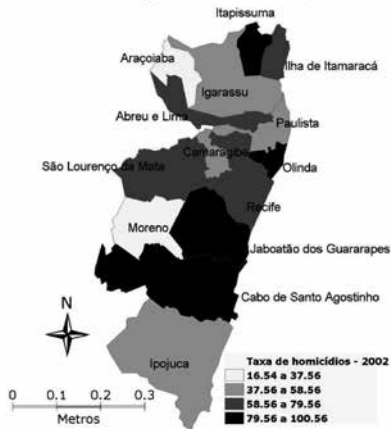
Contudo, numa avaliação prévia dos dados do Datasus, observou-se que a qualidade da informação nesse nível de desagregação ainda não suporta análises de qualidade. Além disso, quanto maior o nível de desagregação, menor o contingente populacional. Desse modo, como o evento estudado não deixa de ser fato “estatisticamente” raro, a combinação de baixa população com quantidade de eventos relativamente pequena contabilizada no numerador ocasiona taxas de homicídio muito instáveis, mesmo quando o nível de análise é municipal (FREIRE; ASSUNÇÃO, 1998; FREIRE, 2001).

Os mapas a seguir delinham a configuração espacial dos homicídios na Região Metropolitana de Recife. Para os anos de 1999 e 2002, os mapas apontam que enquanto as taxas de homicídio decrescem em São Lourenço da Mata, aumentam em municípios como Jaboatão do Guararapes, Cabo de Santo Agostinho e Itapissuma, numa espécie de espalhamento dos homicídios (Mapas 1 e 2). Em 2004 e 2006, ocorrem redução nas taxas de homicídios nos municípios de Jaboatão dos Guararapes e Olinda e aumento das taxas no município de Itapessuma (Mapas 3 e 4). Nos anos considerados, a capital Recife permanece entre as taxas de 58,56 a 79,56 homicídios por 100.000 habitantes.

Mapa 1 – Taxa de homicídio na RMR em 1999 (por 100.000 hab.)



Mapa 2 – Taxa de homicídio na RMR em 2002 (por 100.000 hab.)



Mapa 3 – Taxa de homicídio na RMR em 2004 (por 100.000 hab.)



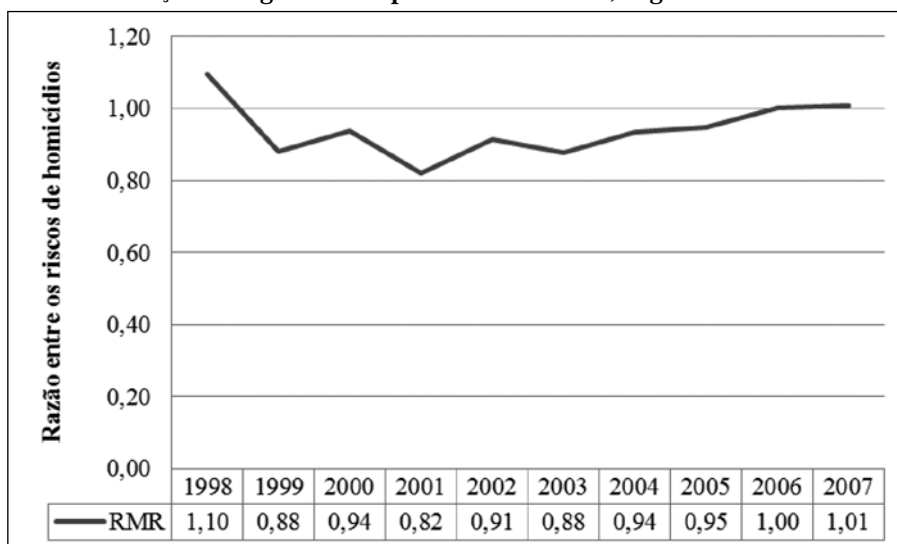
Mapa 4 – Taxa de homicídio na RMR em 2006 (por 100.000 hab.)



O Gráfico 17 relaciona o risco de mortalidade da capital com relação ao restante da região. Lembrando que o estimador do risco de mortalidade por homicídio é dado pela taxa de homicídio, que é uma medida que leva em conta o tamanho populacional. A interpretação desse gráfico é a seguinte: se a razão do risco for maior que 1, então o risco de mortalidade na capital é maior que no restante da região metropolitana. Por outro lado, se esse risco for menor que 1 é porque o risco de uma pessoa morrer por homicídio é maior no restante da região metropolitana do que na capital. Observa-se que depois de 1998

o risco de homicídio na capital Recife era maior do que nos outros municípios. A partir daí, em 1999, a tendência se inverte e o risco de homicídios na Região Metropolitana de Recife passa a ser maior fora da capital Recife. O que é importante ressaltar ainda é que a partir de 2004 essa tendência parece reverter novamente: deste ano em diante, a razão entre o risco de homicídio em Recife e o risco de homicídio fora de Recife volta a aumentar, atingindo 1 em 2006 e 2007.

Gráfico 17 – Razão entre o risco de morte por homicídios da capital com relação à Região Metropolitana de Recife, segundo o ano



Fonte: Dados básicos extraídos do Datasus/Ministério da Saúde.

Considerações finais

O estudo teve como objetivo traçar um panorama das taxas de homicídios na Região Metropolitana de Recife entre 1998 e 2007. Para tanto, foram apresentados pontos relacionados à caracterização da região metropolitana, algumas relações entre variáveis e taxas de homicídios, discussão dos resultados da pesquisa, tanto para homicídios na região como um todo, como para as taxas de homicídios por nível de integração ao polo metropolitano e, por último, uma apreciação da distribuição espacial dos homicídios na região.

Os principais resultados para região metropolitana como um todo foram: expressividade das taxas de homicídios entre os homens, concentração de homicídios na faixa etária entre 15 e 29 anos e declínio dos homicídios para população acima de 50 anos a partir de 2004; o maior percentual de óbitos por homicídios se encontra entre os solteiros em todo período e com tendência crescente e a menor proporção está entre os viúvos e separados. Em 1998, as pessoas com nenhum grau de escolaridade representava em torno de 58,3% do total de homicídios. Esse quadro se inverte em 2007, quando o grupo entre 4 e 7 anos de estudo aparece com a maior percentual e tendência crescente, e os demais níveis de escolaridade apresentaram declínio no período. Por último, tem-se o percentual de homicídios segundo raça/cor, prevalece a população parda com a maior expressividade na participação de mortes entre 1998 e 2007.

A respeito das taxas de homicídios por nível e integração, como era de se esperar, temos as maiores taxas encontradas entre os homens em todos os níveis de integração. A taxa total por sexo é maior no nível de integração mais baixo e menor no alto grau de integração. Com relação aos grupos etários, no baixo grau de integração, a maior taxa aparece entre 20 e 24 anos em 2007, com tendência crescente também para as pessoas entre 15 e 19 anos. No médio grau de integração, a maior taxa está entre 25 e 29 anos, seguida da faixa entre 20 e 24 anos; no alto e muito alto grau de integração, as maiores taxas se encontram na faixa entre 15 e 19 anos. São nos maiores níveis de integração que ocorre queda nas taxas em 2004, exceto a faixa etária entre 15 e 19 anos. Segundo estado civil, o maior percentual de homicídios esteve entre os solteiros em todos os níveis de integração, sendo maior percentual encontrado no fim do período no nível de integração mais baixo. De acordo com o nível de escolaridade, o baixo grau de integração apresenta maior percentual de homicídio entre os indivíduos com nenhuma escolaridade, no primeiro momento e em todos os níveis de integração. Em 2007, a maior proporção está no nível de escolaridade mais alto, acima de 8 anos. Para o baixo grau de integração e para o médio grau o maior percentual, está entre os que têm 4 e 7 anos de estudo, o mesmo ocorre para os demais níveis de integração. Segundo raça/cor, assim como na análise total da região metropolitana, prevalece a população parda com maior percentual de mortes por homicídios em todos os níveis de integração e anos considerados.

Com relação à configuração espacial dos homicídios na Região Metropolitana de Recife, os mapas apontam que, entre 1999 e 2000, as taxas decrescem em São Lourenço da Mata e aumentam em Jaboatão do Guararapes, Cabo de Santo Agostinho e Itapissuma. Entre 2004 e 2007, as taxas decrescem em Jaboatão dos Guararapes e Olinda e aumentam em Itapissuma. A capital Recife permanece entre 58,56 e 79,56 homicídios durante esses anos considerados.

Analisou-se o risco de homicídios da capital Recife e do restante da região metropolitana: em 1998, o risco era maior na capital, enquanto, a partir de 1999, o risco passa a ser fora capital Recife. Em 2006 e 2007, o risco aumenta, chegando a 1 e 1,01, respectivamente.

De acordo com Waiselfisz (2010), a Região Metropolitana de Recife junto com a Região Metropolitana de Vitória disputam a dianteira das estatísticas de homicídios no Brasil. Mantida a tendência detectada entre 2004 e 2007, a criminalidade violenta na Região Metropolitana de Recife aumentará cada vez mais e atingirá cada vez mais jovens e adolescentes.

Referências

ARAÚJO JÚNIOR, A. Raízes econômicas da criminalidade violenta no Brasil: um estudo usando microdados e pseudopainel – 1981-1996. **Revista de Economia e Administração**, v. 1, n. 3, p. 1-34, jul. /set. 2002.

BECKER, G. Crime and punishment: an economic approach. **Journal of Political Economy**, n. 76, p. 169-217, 1968.

BREINES, I. ; CONNELL, R. ; EIDE, I. **Male roles: masculinities and violence, a culture of peace perspective**. Paris: UNESCO, 2000.

CANO, I. ; SANTOS, N. Violência letal, renda e desigualdade no Brasil. In: FÓRUM DE DEBATES, 5, 2000, Rio de Janeiro. **Criminalidade, violência e segurança pública no Brasil: uma discussão sobre as bases de dados e questões metodológicas**. Rio de Janeiro: IPEA/CESEC, 2000.

CANO, I. ; SANTOS, N. **Violência letal, renda e desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

CARDIA, N. ; SCHIFFER, S. Violência e desigualdade social. **Ciência e Cultura**, Brasília, ano 54, n. 1, p. 25-31, 2002.

DESCHAMPS, M. et al. **Nível de integração dos municípios à dinâmica metropolitana**. Curitiba: IPARDES, 2007.

DINIZ, A. M. A. ; BATELLA, W. B. Abordagens espaciais no estudo da criminalidade violenta nas cidades médias mineiras. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE CIDADES MÉDIAS. **Anais...**Uberlândia: UFU, 2006.p. 1-13.

EHRlich, I. On the relation between education and crime. In: JUSTER, F. T. (Ed.). **Education, income and human behavior**. New York: McGraw-Hill, 1975.

FREIRE, F. H. ; ASSUNÇÃO, R. M. Intervalo de confiança para a taxa de fecundidade total de pequenas áreas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11, 1998, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABEP, 1998.

FREIRE, F. H. **Projeção populacional para pequenas áreas pelo método das componentes demográficas usando estimadores bayesianos espaciais**. 2001.Tese (Doutorado em Demografia) –Universidade Federal de Minas Gerais, Cedeplar, Belo Horizonte.

HARTUNG, G. ; PESSOA, S. Fatores demográficos como determinantes da criminalidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 35, Recife, 2007.**Anais**. . . Recife: Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, 2007.

KUME, L. Uma estimativa dos determinantes da taxa de criminalidade brasileira: uma aplicação em painel dinâmico. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 32., São Paulo, 2004.**Anais...** São Paulo: Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, 2004.

MENDONÇA, J. ; LOUREIRO, P. ; SACHSIDA, A. **Criminalidade e desigualdade social no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2003.(Texto para discussão 967).

NOLASCO, Sócrates. **De Tarzan a Homer Simpson: banalização e violência masculina em sociedades contemporâneas ocidentais**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.318 p.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Análise das regiões metropolitanas do Brasil**: identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias. 2004.Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/produtos/produto_mc_1.pdf>. Acesso em: 19 out. 2012.

PORTELLA, A. P. et al. Análise configuracional de homicídios: velhas e novas situações de violência letal contra as mulheres em Recife. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 4, p. 403-439, 2011.

RATTON, J. L. ; PAVAO, N. Mulheres, violência e percepção da violência em Pernambuco. In: SENTO-SÉ, João Trajano (Org.). **Segurança pública**: outros olhares, novas possibilidades. Brasília: Cidade, 2009.p. 88-103.

RATTON, J. L. et al. Configurações de homicídios em Recife: um estudo de caso. **Segurança, Justiça e Cidadania**, v. 6, p. 73-90, 2011.

REZENDE, J. P. ; ANDRADE, M. V. Crime social, castigo social: o efeito da desigualdade de renda sobre as taxas de criminalidade nos grandes municípios brasileiros. **Estudos Econômicos**, v. 41, n. 1, p. 173-195, jan. / mar. 2011.

SOARES, G. A. D. **Não matarás**: desenvolvimento, desigualdade e homicídios. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

SOUZA, E. R. Masculinidade e violência no Brasil: contribuições para a reflexão no campo da saúde. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v. 10, n. 1, p. 59-70, jan. /mar. 2005.

VIAPIANA, L. T. **Economia do crime**: uma explicação para formação do criminoso. Porto Alegre: Editora AGE, 2006.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência dos municípios brasileiros**. Brasília: Instituto Sangari, 2010.

WONG, L. R. ; CARVALHO, J. A. M. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 23, n. 1, p. 15-33, jan. /jun. 2006.

Apêndice

Tabela 5 – Total de homicídios na Região Metropolitana de Recife – 1998-2007

Municípios	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Jaboatão dos Guararapes	405	475	484	572	484	549	545	574	523	485
Olinda	348	319	379	406	358	364	332	343	277	299
Paulista	119	122	125	164	128	168	157	136	189	170
Recife	1115	905	959	1012	929	970	964	1002	1049	1035
Abreu e Lima	51	32	46	83	65	66	39	51	70	57
Camaragibe	74	73	58	86	65	73	60	51	77	63
Araçoiaba	12	3	5	4	6	2	4	3	3	2
Cabo de Santo Agostinho	106	118	99	158	148	144	123	139	129	152
Igarassu	40	42	31	48	28	42	47	58	50	37
Ilha de Itamaracá	13	15	7	20	11	11	6	6	7	10
Itapissuma	15	9	9	19	18	20	14	9	28	32
Moreno	11	18	26	15	22	16	26	33	27	20
São Lourenço da Mata	92	109	73	66	50	50	37	36	50	67
Ipojuca	47	26	39	37	11	21	47	37	43	56

Fonte: Dados básicos extraídos do Datasus/Ministério da Saúde.

Tabela 6 – Taxa de homicídios na Região Metropolitana de Recife – 1998-2007

Municípios	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Jaboatão dos Guararapes	73,7	85,0	83,2	96,6	80,5	89,9	87,9	89,6	80,3	73,3
Olinda	98,6	89,9	103,0	109,1	95,9	96,8	87,7	89,2	71,5	76,6
Paulista	48,8	49,1	47,7	61,1	46,9	60,5	55,5	46,3	63,1	55,7
Recife	81,5	65,7	67,4	70,4	64,1	66,4	65,4	66,8	69,2	67,7
Abreu e Lima	62,0	38,6	51,7	91,6	71,0	71,2	41,5	52,8	71,5	57,4
Camaragibe	63,5	61,4	45,1	65,0	48,2	53,0	42,7	34,7	51,2	41,0
Araçoiaba	95,2	23,4	33,1	25,7	37,7	12,3	24,0	17,2	16,8	10,9
Cabo de Santo Agostinho	72,1	78,7	64,7	101,3	93,4	89,5	75,2	82,1	74,9	86,8
Igarassu	52,5	54,1	37,7	57,5	32,9	48,5	53,5	63,8	54,1	39,4
Ilha de Itamaracá	89,9	101,6	44,1	122,1	65,7	64,1	34,1	8,8	10,1	51,3
Itapissuma	74,9	44,1	44,7	92,3	86,1	94,1	64,8	40,1	122,5	137,5
Moreno	27,1	43,9	52,8	29,8	42,9	30,6	48,8	59,4	47,7	34,6
São Lourenço da Mata	100,8	118,5	80,8	72,6	54,7	54,5	40,1	38,6	53,3	71,1
Ipojuca	92,8	50,4	65,8	60,7	17,7	33	72,4	199,8	226,3	78,8

Fonte: Dados básicos extraídos do Datasus/Ministério da Saúde.

Análise da mortalidade por homicídios na Região Metropolitana de Belém

Najla Franco Frattari
Dalva Borges de Souza

Introdução

Embora a criminalidade urbana esteja relacionada a um sentimento de insegurança generalizado que marca a vivência dos habitantes das cidades, redefinindo as práticas e o modo de vida dos cidadãos, é notório que ela não se distribui de forma homogênea por todo o território. Vários estudos têm evidenciado o fenômeno da concentração espacial da violência urbana, em que a violência letal tende a se concentrar nas áreas periféricas, ao passo que, nas áreas centrais, concentram-se os crimes contra o patrimônio (KAHN, 2005). Apesar da racionalidade dessa distribuição ser complexa, diversos fatores parecem contribuir para a sua explicação, tais como: condições de habitação, diferenças nas taxas de emprego, distribuição de equipamentos públicos (escolas, creches, parques, hospitais etc.), evasão escolar, dentre outros aspectos. Nesse sentido, a relação entre território e ocorrência de homicídios se torna objeto de preocupação e de investigação. A incidência desse tipo de crime não deixa de se relacionar também à dinâmica metropolitana e populacional. No intuito de compreender a ocorrência de homicídios nas regiões metropolitanas, torna-se evidente a importância de uma análise que explore a realidade socioeconômica dos municípios que compõem essas regiões metropolitanas.

Neste contexto, o processo de urbanização é um elemento central para se compreender a problemática em questão. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2002, o Brasil atingiu um índice de urbanização de 84,14 %. A acelerada expansão urbana brasileira é um fenômeno bastante recente e se insere em um processo de transformações econômicas, sociais e políticas. Embora o processo de urbanização tenha ocorrido em todo o território

brasileiro, não se trata de um fenômeno uniforme. Ocorreu, todavia, um processo de concentração demográfica nas cidades maiores (BRITO, 2006).

A rápida urbanização se deu, na maioria das vezes, em descompasso com o provimento de elementos básicos para a garantia de uma vida digna a amplas parcelas da população que passaram a habitar as grandes cidades brasileiras. As enormes disparidades sociais e espaciais ajudam a entender, ainda que não expliquem de modo simples e direto, a criminalidade urbana violenta. Somam-se a isso a incapacidade de o Estado exercer o controle social e ainda as ações do crime organizado, especialmente o tráfico de drogas.

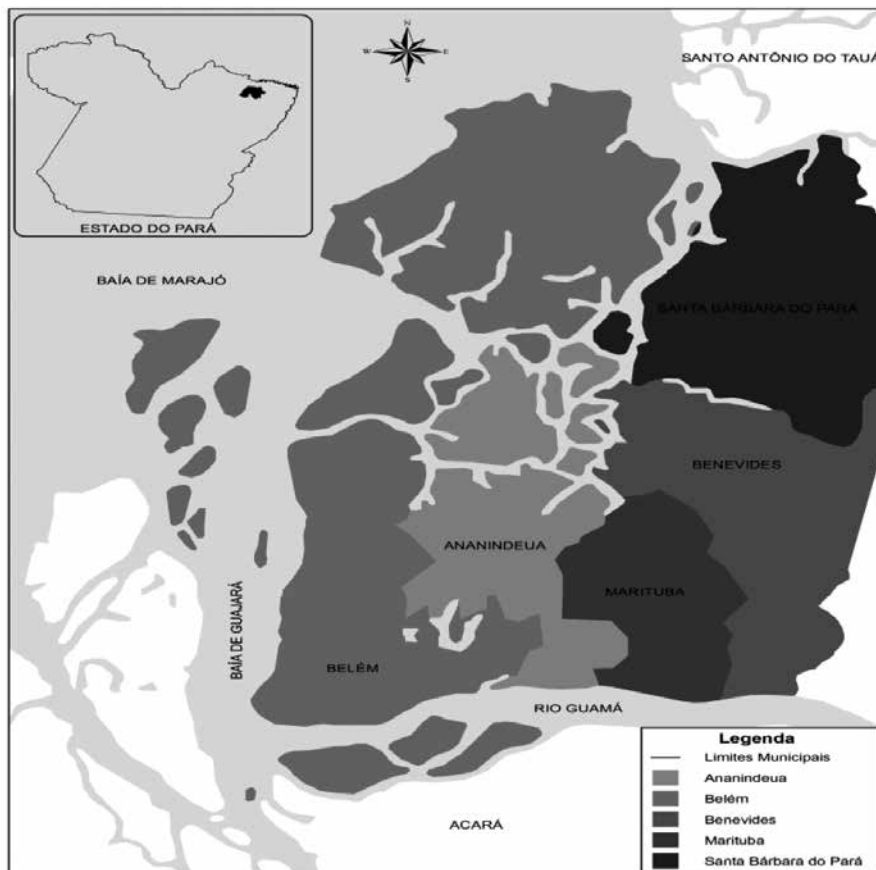
Esse texto se propõe a apresentar o comportamento da mortalidade por homicídios na Região Metropolitana de Belém (RMB), entre 1998 e 2007, buscando não só medir a magnitude, como também identificar os grupos e as populações mais afetadas.

A Região Metropolitana de Belém

A Região Metropolitana de Belém (RMB), composta, até o ano de 1973, pelos municípios de Belém e Ananindeua, foi ampliada, em 1995, com a inclusão dos municípios de Marituba e Benevides. Em 1996, com a criação do município de Santa Bárbara do Pará, a partir do desmembramento de Benevides, a região assumiu a composição atual, com cinco municípios. A região metropolitana apresenta uma população total de 2.042.417 habitantes (Censo IBGE, 2010) e uma área de 52.325,65 km², sendo que a maioria da população reside em zonas urbanas (LIMA; MOYSÉS, 2009).

A capital Belém, enquanto polo concentrador de empregos e serviços, aparece como centro atrator da região metropolitana, ocasionando um aumento populacional expressivo nos municípios mais próximos. A área mais adensada representa a conurbação iniciada na década de 1970 com o município de Ananindeua, que se estendeu no final da década de 1980 em direção à Marituba e Benevides, absorvendo suas áreas urbanas. A expansão em direção à Santa Bárbara do Pará somente ocorreu nos anos de 1990 e é, ainda, marcada pelo caráter rural da ocupação.

Mapa: Região Metropolitana de Belém



Fonte: Companhia de Habitação do Pará (2003).

Tabela 1 – Evolução da população na Região Metropolitana de Belém

Município	Ano				
	1991	1996	2000	2007	2010
Ananindeua	88.151	338.907	393.569	484.278	471.980
Benevides	46.611	68.465	77.027	35.546	51.651
Belém	1.244.889	1.140.349	1.280.614	1.408.847	1.393.399
Marituba	-	-	74.429	93.416	108.246
Santa Bárbara do Pará	-	11.449	11.378	13.714	17.141

Os dados apresentados referem-se aos censos dos anos de 1991, 2000 e 2010 e às contagens da população realizadas em 1996 e 2007. Fonte: IBGE, 2010.

A dinâmica do crescimento proporcionou uma acelerada transformação do solo rural em urbano, principalmente nos municípios de Ananindeua e Benevides, trazendo uma série de mudanças culturais, sociais, econômicas e políticas que impactaram diretamente no modo de vida dos habitantes. Em Ananindeua, como resultado da conurbação acentuada com Belém, evidenciou-se um aumento significativo do número de pessoas vivendo em assentamentos informais em condições precárias, nas proximidades das novas oportunidades de trabalho e renda. Segundo dados apresentados pela Companhia de Habitação do Pará (2003), na Região Metropolitana de Belém existem 174.305 pessoas residindo em invasões, sendo 84.448 em Ananindeua e 89.857 em Belém.

O município de Marituba, cujas terras foram desanexadas do município de Benevides, em 1995,¹ apresenta a terceira densidade demográfica mais elevada do estado do Pará. A maioria dos seus habitantes, devido à escassez de emprego na cidade, trabalha em Belém, por isso o município é tido como cidade-dormitório. De acordo com dados da Fundação João Pinheiro (2005), o déficit habitacional no município é de 5.303 unidades habitacionais.

Segundo dados do IBGE (2000) apresentados por Lima e Moysés (2009), na Região Metropolitana de Belém, 31,91% das famílias têm renda *per capita* de até meio salário mínimo. A quantidade de famílias com renda *per capita* na faixa de meio salário e um salário corresponde a 24,39%, entre um e três salários, 28,53%, e acima de três salários mínimos, 15,17%. O maior número de famílias com renda *per capita* até meio salário mínimo se concentra no município de Belém, assim como acima de três salários mínimos.

Ainda de acordo com Lima e Moysés (2009), um panorama geral revela que a Região Metropolitana de Belém tem apresentado uma crescente fragilização da base econômica, especialmente após as sucessivas crises da década de 1980: taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) inferiores à taxa de crescimento demográfico, elevados níveis de desemprego e subemprego, baixos níveis salariais, concentração de renda, precariedade dos serviços públicos, como saúde, educação, favorecendo um processo de crescente segregação socioespacial, marcado pela existência de um centro urbano adensado, ocupado por populações de renda média e alta, em contraste com

¹ Esse fato explica a queda populacional que o município apresenta na contagem realizada no ano de 2007.

a existência de uma periferia dispersa habitada por uma população pobre e sem alternativas habitacionais.

Ao quadro de marcante vulnerabilidade social, desigualdades e segregação socioespacial, soma-se um contexto de violência e criminalidade crescentes nos municípios que compõem a Região Metropolitana de Belém, especialmente os mais adensados, como Belém, Ananindeua e Marituba. A violência letal apresenta um incremento constante e tem como vítima preferencial os jovens.

A dinâmica dos homicídios na Região Metropolitana de Belém

O tema violência se destaca nos últimos anos como sendo um dos problemas sociais mais graves que acomete as grandes cidades brasileiras, especialmente as mais adensadas. A mortalidade por homicídios representa um dos principais indicadores do fenômeno da violência, haja vista as elevadas taxas apresentadas pelos estados e municípios brasileiros. Desde a década de 1980, a violência letal vem crescendo significativamente.

Segundo informações da Secretaria Nacional de Segurança Pública (BRASIL, 2007), obtidas a partir do Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde, em 1980, foram 13.910 pessoas assassinadas no Brasil. Em 1990, esse número quase dobrou, chegando a 31.989 homicídios. Já em 2003 esse número alcançou 50.980 mortes por homicídio. Em 1980, a taxa foi de 11,7, e, em 2003, atingiu 29 homicídios por 100.000 habitantes. Esses números têm sofrido uma queda nos últimos anos, especialmente em função da redução dos casos de homicídio no estado de São Paulo; todavia, na maior parte do país as estatísticas têm revelado uma tendência ascendente.

No caso da Região Metropolitana de Belém contabilizou-se, entre 1998 e 2007, um total de 5.028 vítimas de homicídios. O total de homicídios que, em 1998, era de 398 saltou, em 2007, para 753 casos, o que expressa um aumento de 47, 27%.

Gráfico 1 – Evolução do número de homicídios na Região Metropolitana de Belém – 1998-2007

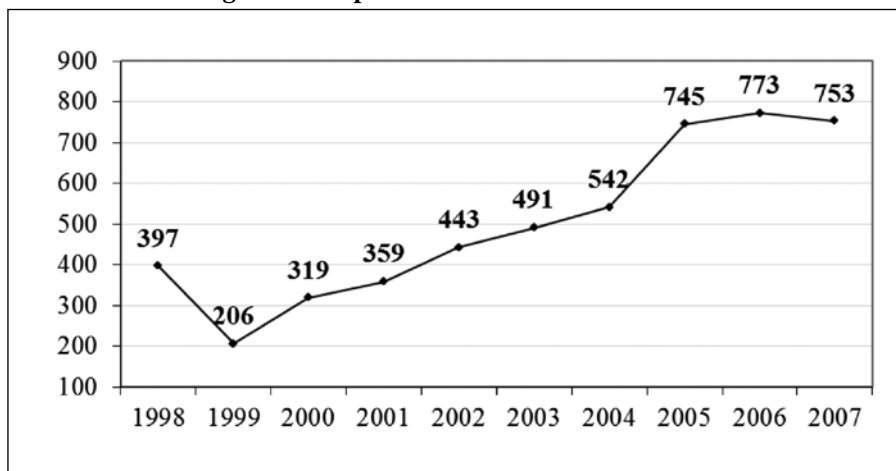


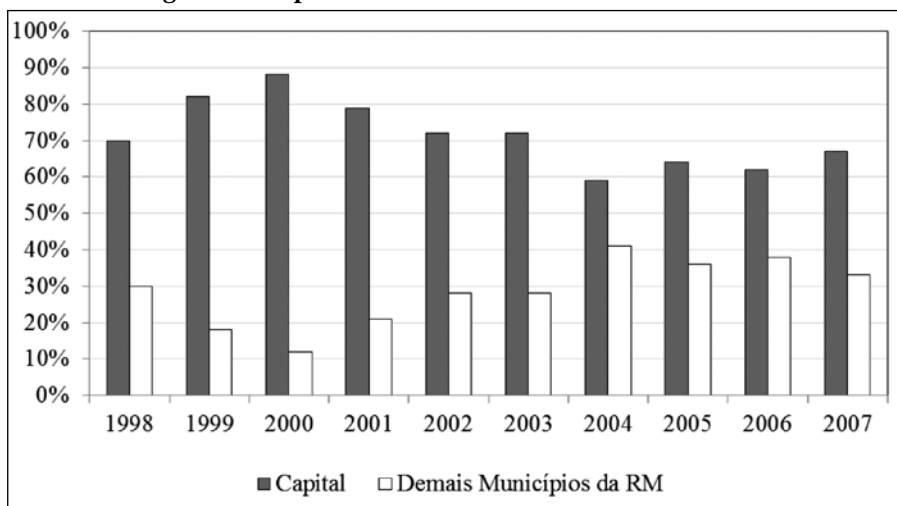
Tabela 2 – Número de homicídios na população total por município na Região Metropolitana de Belém – 1998-2007

Município	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Ananindeua	98	27	29	51	87	98	161	211	234	182
Belém	279	169	281	285	323	358	325	484	482	505
Benevides	5	1	0	5	2	6	6	5	2	8
Marituba	15	9	9	18	31	28	49	45	50	58
Santa Bárbara do Pará	0	0	0	0	0	1	1	0	5	0
Total RMB	397	206	319	359	443	491	542	745	773	753

Fonte: SIM/MS, 1998-2007.

A descrição do comportamento dos municípios que compõem a região permite verificar que a maioria das mortes violentas concentra-se na capital Belém e em Ananindeua, responsáveis, respectivamente, por 92,85% do total de homicídios no período em questão. Em seguida, aparece o município de Marituba, com um aumento significativo no número de homicídios a partir de 2004.

Gráfico 2 – Participação da capital e dos demais municípios da Região Metropolitana no total de homicídios – 1998-2007



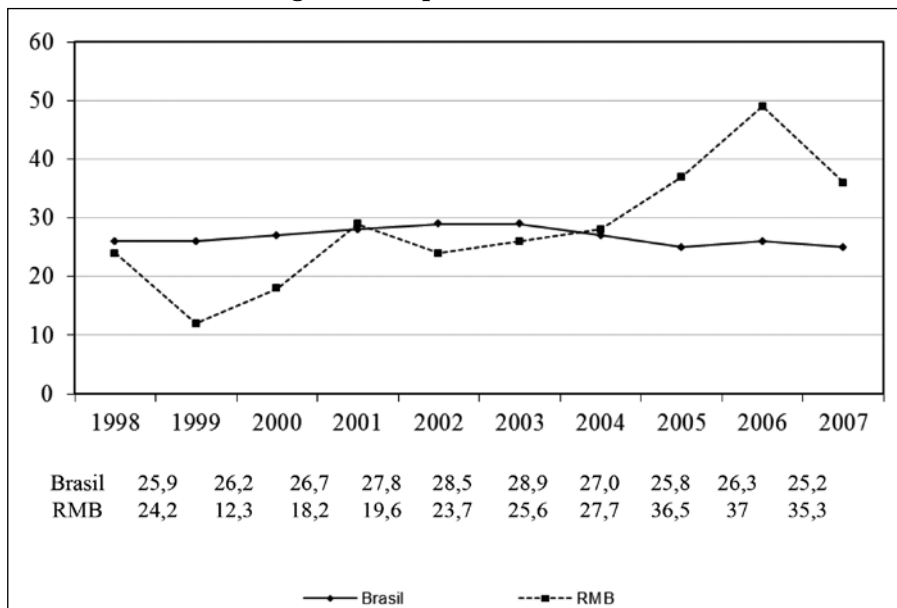
Fonte: SIM/MS, 1998-2007.

Embora a maioria dos homicídios concentre-se na capital, podemos observar no gráfico acima que, a partir de 2002, cresce a participação dos demais municípios que compõem a região metropolitana no número total de homicídios. Se em 2000 89% dos homicídios da região metropolitana concentrava-se em Belém, no ano de 2004 esse número sofre uma queda significativa, passando a representar 60% dos casos. Todavia, isso não significa uma queda de homicídios em Belém, mas sim aumento significativo dos homicídios em Ananindeua.

As taxas de vítimas de homicídios por 100.000 habitantes na região ficaram abaixo da média nacional nos anos de 1998 a 2004,² com exceção do ano de 2001, em que as taxas são praticamente equivalentes. Todavia, a partir do ano de 2005, evidencia-se um processo ascendente das taxas da Região Metropolitana de Belém em relação às nacionais, conforme se observa no Gráfico 2.

² As taxas médias nacionais foram retiradas do estudo *Mapa da violência 2010: anatomia dos homicídios no Brasil* e estão apresentadas no Gráfico 2.

Gráfico 3 – Taxas de homicídios (100.000 hab.) no Brasil e na Região Metropolitana de Belém – 1998-2007



Fonte: SIM/MS, 1998-2007.

A menor taxa de homicídios na Região Metropolitana de Belém para o período é de 12,3 homicídios por 100.000 habitantes, no ano de 1999, e a maior é de 37 homicídios por 100.000 habitantes, no ano de 2006. A tendência ascendente das taxas de homicídios, nos últimos anos, se mantém quando analisamos os municípios que compõem a região. A capital, Belém, que apresentou taxas inferiores à média nacional até o ano de 2004, traz, no período de 2005 a 2007, uma elevação significativa, expondo no ano de 2007 uma taxa de 35,3 homicídios por 100.000 habitantes. Segundo o estudo *Mapa da violência 2010*, Belém ocupa a 16ª posição no *ranking* do número de homicídios por 100.000 habitantes dentre as capitais brasileiras.

O município de Ananindeua, após uma queda significativa nos anos de 1999 e 2000, apresenta uma tendência ascendente bastante significativa, que se acentua no período de 2004 a 2006. No ano de 2006, o município traz uma taxa de 47 homicídios por 100.000 habitantes, significativamente maior que a taxa nacional, que é de 26,3 homicídios por 100.000 habitantes.

Tabela 3 – Taxa de homicídios por 100.000 hab. na Região Metropolitana de Belém – 1998-2007

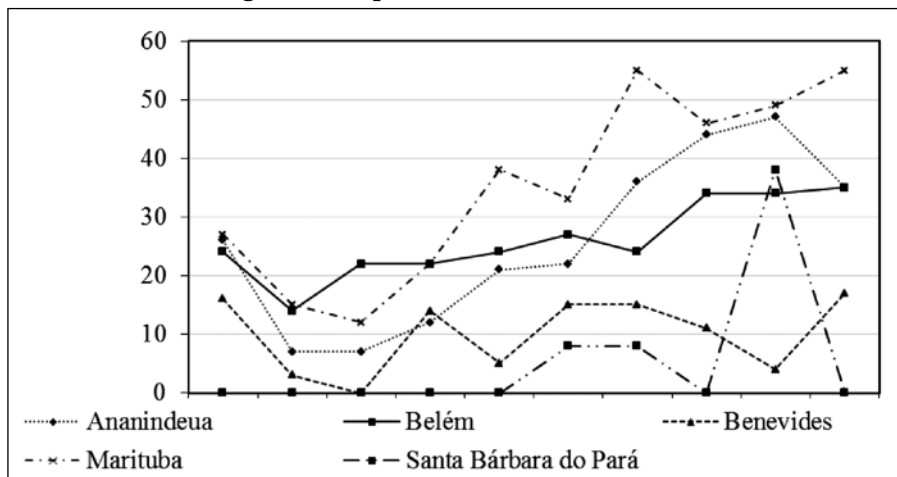
Município	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Ananindeua	25,6	6,7	7,4	12,4	20,6	22,4	35,7	43,8	47	35,4
Belém	23,8	14,2	21,9	21,9	24,4	26,7	23,9	34,4	33,7	34,8
Benevides	15,6	3,0	0	13,5	5,2	15,1	14,6	11,3	4,4	16,9
Marituba	26,7	15,2	12,1	22,5	37,8	32,7	54,9	46,3	49,3	55,0
Santa Bárbara do Pará	0	0	0	0	0	8,2	8,0	0	37,6	0
Total RMB	24,2	12,3	18,2	19,6	23,7	25,6	27,7	36,5	37	35,3

Fonte: SIM/MS, 1998-2007.

Nesse contexto, destaca-se o município de Marituba, que apresenta, a partir de 2002, taxas bem acima da média nacional e também em relação à média da região metropolitana. Marituba atingiu taxas de 37,8 homicídios por 100.000 habitantes em 2002, 32,7 em 2003, 54,9 em 2004, 46,3 em 2007, 49,3 em 2008 e 55 em 2007. É importante destacar que o processo ascendente das taxas intensifica-se a partir de 2003-2004, em contraste com o que acontece com a taxa média nacional. A redução da média nacional deve-se, sobretudo, conforme já dito, à queda nas taxas de homicídios no estado de São Paulo a partir do ano de 2003 e agora também no estado do Rio de Janeiro.

No que diz respeito às taxas apresentadas pelos municípios de Benevides e Santa Bárbara do Pará, algumas considerações são necessárias, uma vez que existem sérios problemas estatísticos para a estimação de taxas em municípios com pequenas populações. Nessas áreas, como é o caso dos municípios mencionados, as estimativas tornam-se muito instáveis e pouco confiáveis. O acréscimo ou decréscimo de um único caso provoca distorção no risco de homicídio expresso pela taxa gerada, conforme se observa no Gráfico 4, nos casos de Benevides e Marituba.

**Gráfico 4 – Taxas de homicídios (100.000 hab.)
na Região Metropolitana de Belém – 1998-2007**



Fonte: SIM/MS, 1998-2007.

Para amenizar as dificuldades decorrentes da instabilidade das taxas de pequenas populações, o modelo estatístico de média móvel foi utilizado. O termo média móvel é aplicado porque, à medida que a próxima observação está disponível, a média das observações é recalculada, incluindo essa observação e descartando a observação mais antiga. A ideia básica é corrigir as taxas brutas para obter uma nova taxa (denominada taxa corrigida) que seja uma estimativa com menos variabilidade quando estamos tratando com populações pequenas. A Tabela 4 apresenta as taxas corrigidas para os municípios que compõem a Região Metropolitana de Belém.

Tabela 4 – Taxa suavizada por média móvel – 1999-2006

Município	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Ananindeua	13,0	8,5	12,8	17,5	25,3	32,6	40,4	39,8
Belém	18,9	18,4	21,2	22,2	22,9	26,0	28,2	31,7
Benevides	6,1	5,4	6,1	10,9	11,7	14,0	10,9	11,3
Marituba	13,8	13,5	25,5	32,1	42,0	43,9	49,5	49,2
Santa Bárbara do Pará	3,9	3,9	0,0	2,6	6,4	6,4	15,5	11,7

Fonte: SIM/MS, 1998-2007.

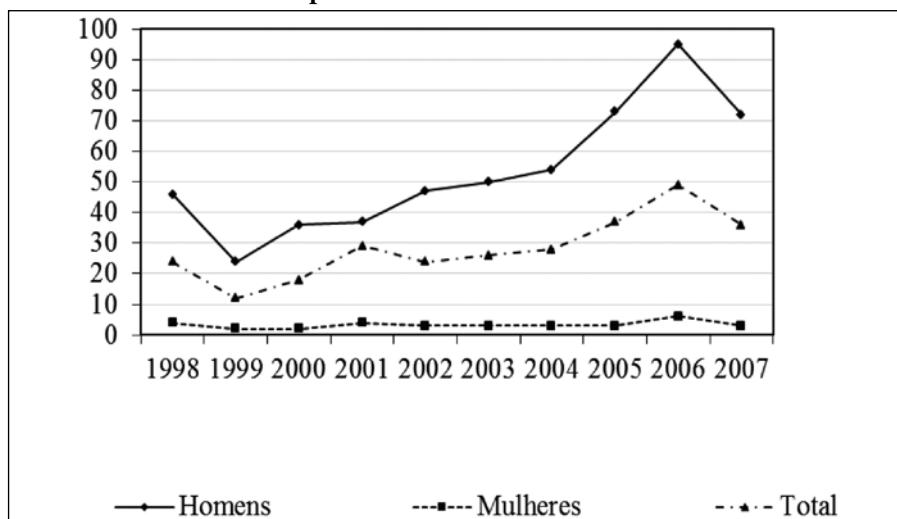
Gênero³ e mortalidade por homicídio

Quando analisamos os homicídios por gênero, percebemos que os homens são atingidos em proporção muito maior do que as mulheres. Ainda de acordo com dados do *Mapa da violência 2010*, para cada mulher vítima de homicídio no Brasil morreram, no ano de 2007, acima de 12 homens. Na Região Metropolitana de Belém, o número de óbitos por homicídio na população masculina representa, no ano de 1998, 92% do total de mortes ocorridas. Já no ano de 2007 esse número sobe para 96%. O Gráfico 5 evidencia a escalada ascendente das taxas de homicídios entre os homens no período de 1999 a 2006, com algumas reduções podendo ser observadas nos anos de 1999 e 2007. No ano de 2006, temos o pico dos homicídios nessa série histórica (1998-2007), quando os homens responderam por 72,6 homicídios por 100.000 habitantes, quando a taxa média da Região Metropolitana de Belém foi de 37 homicídios por 100.000 habitantes e a taxa feminina foi de 3,3 homicídios por 100.000 habitantes.

O ano de 1999 apresenta as menores taxas de homicídios no período analisado, quando as taxas médias de homicídio foram: 12,3 homicídios por 100.000 habitantes para a população total da região metropolitana, 23,5 homicídios por 100.000 habitantes para a população masculina e 1,9 homicídios por 100.000 habitantes para a população feminina. Enquanto se observa um aumento significativo das taxas de homicídios entre homens, na série histórica em questão as taxas femininas tendem a se manter estáveis com poucas oscilações. Assim, entre os anos de 2002 e 2005, a taxa média entre as mulheres na Região Metropolitana de Belém é de três homicídios por 100.000 habitantes.

³ Para fins deste texto, os termos gênero e sexo serão tratados como sinônimos.

Gráfico 5 – Taxas de homicídios por 100.000 hab. da população total, da população masculina e da população feminina na Região Metropolitana de Belém – 1998-2007



Considerando apenas o gênero, chegamos a uma diferença em que a taxa de homicídios dos homens é até 22 vezes maior que a das mulheres na série em estudo, ou seja, o risco de um homem morrer vítima de homicídio chega a ser 22 vezes maior do que o de uma mulher.

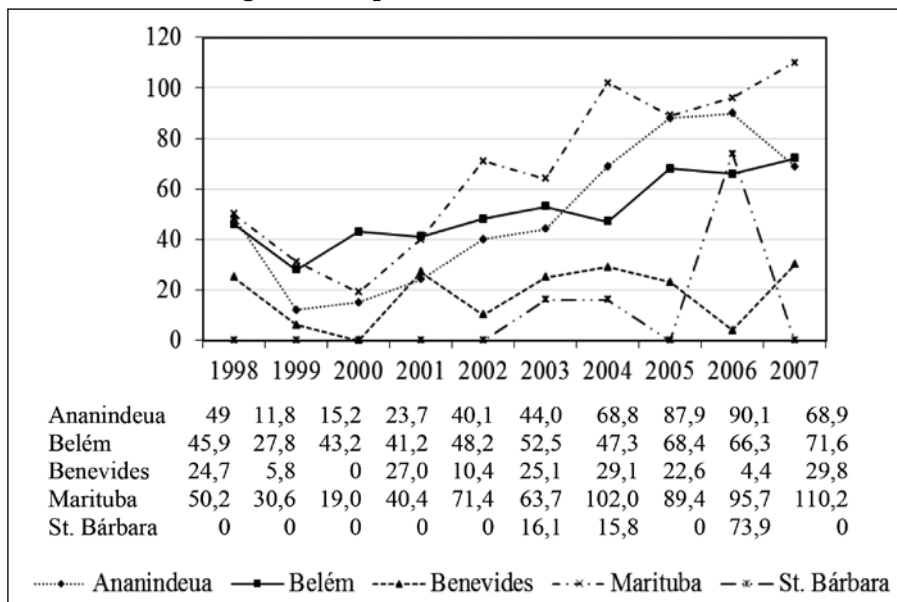
Tabela 5 – Razão de risco de vitimização por homicídio por sexo na Região Metropolitana de Belém – 1998-2007

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
RMB	12,0	12,2	16,3	9,8	16,8	17,3	16,3	22,0	15,0	22,0

Fonte: SIM/MS, 1998-2007

A descrição dos municípios que compõem a Região Metropolitana de Belém evidencia, uma vez mais, um destaque para Marituba, a terceira cidade mais populosa do estado do Pará, que apresenta a maior taxa de homicídios entre homens da região metropolitana, com 110, 2 homicídios por 100.000 habitantes no ano de 2007. Apesar de algumas oscilações observadas na série histórica, é notória a tendência ascendente das taxas no município. O município de Ananindeua aparece em segundo lugar, com uma taxa de 68,9 homicídios por 100.000 habitantes.

Gráfico 6 – Taxas de homicídios por 100.000 hab. da população masculina na Região Metropolitana de Belém – 1998-2007



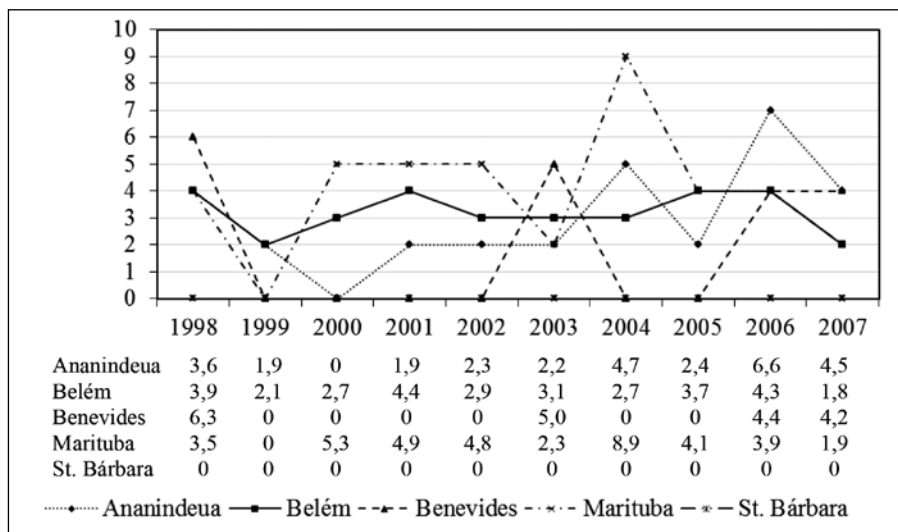
Fonte: SIM/MS, 1998-2007

A capital, Belém, apresenta oscilações no período da série histórica. A menor taxa de homicídios entre homens é de 27,8 por 100.000 habitantes, no ano de 1999, e a maior é de 71,6 homicídios por 100.000 habitantes, no último ano da série. As taxas observadas nos municípios de Benevides e de Santa Bárbara do Pará são bastante discrepantes. Isso decorre, como já dissemos anteriormente, das distorções em função do tamanho da população desses municípios (35,546 e 13,714, respectivamente, para o ano de 2007). Em Santa Bárbara, a maior taxa refere-se a cinco casos de homicídios ocorridos em 2006; em Benevides, a sete casos.

O Gráfico 7 demonstra que, apesar de bem menores do que as masculinas, as taxas sobre a população feminina apresentam oscilações entre os anos de 1998 e 2007, com alguns períodos de estabilidade. Em Marituba, registra-se a maior variação, com taxas fluando entre 0 e 8,9 homicídios por 100.000 habitantes, seguido de Ananindeua, com taxas entre 0 e 6,6 homicídios por 100.000 habitantes, e de Belém, que apresenta taxas entre 2,1 e 4,3 homicídios por 100.000 habitantes. No que diz respeito ao município de Benevides, haja vista todas as ressalvas, a taxa varia entre 4,2 e 6,3 homicídios por 100.000

habitantes. No período em estudo, nenhum caso de homicídio entre mulheres foi registrado em Santa Bárbara do Pará.

Gráfico 7 – Taxas de homicídios por 100.000 hab. da população feminina na Região Metropolitana de Belém – 1998-2007

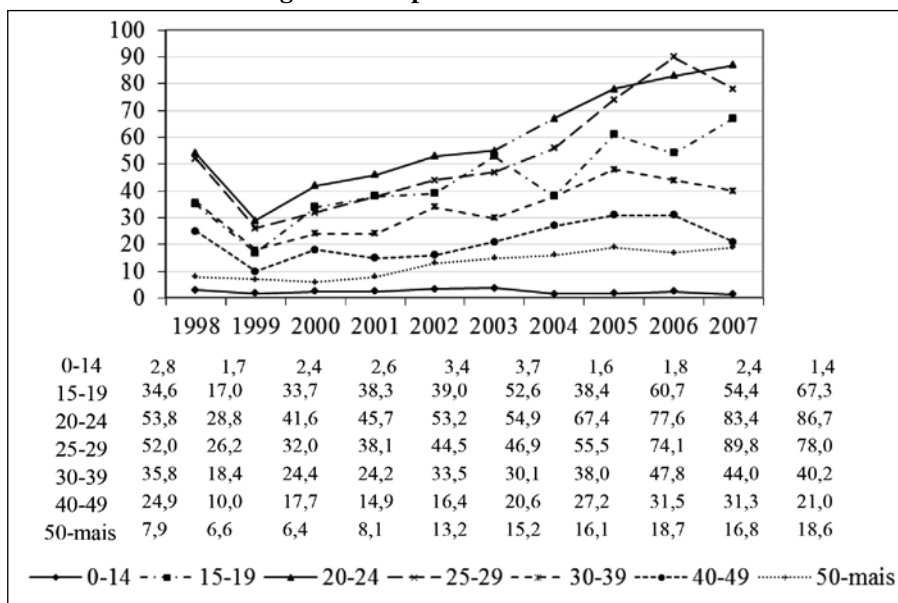


Fonte: SIM/MS, 1998-2007.

Juventude e mortalidade por homicídio

Quando nos detemos nos dados referentes às correlações entre idade e vitimização, nos deparamos com o fato de que o homicídio é um fenômeno jovem. Uma ampla literatura tem discutido exaustivamente que os jovens, principalmente, homens e pobres, estão mais intimamente ligados a situações de vulnerabilidade e exposição à violência letal. Segundo Soares (2009), a taxa de homicídio, de 0 a 14 anos por 100.000 habitantes, é mínima para os padrões brasileiros; todavia, ela sofre um brusco aumento na faixa de 15 a 19 anos, atingindo o seu ápice no grupo de 20 a 24 anos. Esses aspectos podem ser observados quando analisamos o número de homicídios por grupo etário na Região Metropolitana de Belém. Conforme apresentado no Gráfico 7, a taxa de homicídios, na faixa etária de 0 a 14 anos, varia entre 1,4 e 3,7 homicídios por 100.000 habitantes. Já no grupo de 15 a 19 a variação está entre 17,0 e 67,3 homicídios por 100.000 habitantes para o período em estudo.

Gráfico 7 – Taxa de homicídios por 100.000 hab. por faixa etária na Região Metropolitana de Belém – 1998-2007

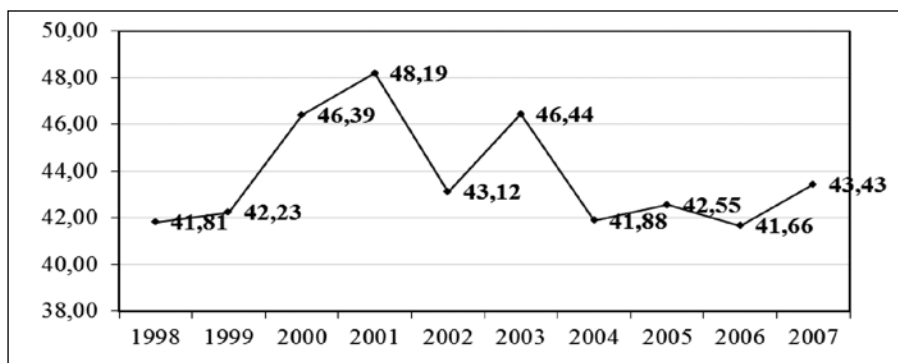


Fonte: SIM/MS, 1998-2007.

Verifica-se, todavia, um brusco incremento nas taxas de homicídios na faixa de 20 a 24 anos de idade, sendo a menor taxa 28,8 homicídios por 100.000 habitantes e a maior 86,7 homicídios por 100.000 habitantes. Enquanto a taxa de homicídios, no grupo de 15 a 19 anos, mostra oscilações entre os períodos de 1998 a 2007, verifica-se, em oposição, uma tendência ascendente, após o ano de 1999, na faixa que vai de 20 a 24 anos. Essa tendência crescente a partir do ano de 1999 também se apresenta no grupo de 25 a 29 anos, registrando-se, porém, uma queda no ano de 2007 em relação a 2006. O grupo etário de 30 a 39 anos caracteriza-se por oscilações nas taxas de homicídios, com períodos intermitentes de quedas e ascensões. Na faixa de 40 a 49 anos tem-se, entre os anos de 2001 e 2006, um incremento gradual das taxas de homicídios. Já no ano de 2007, a taxa decresce de 31,3 homicídios por 100.000 habitantes para 21,0 homicídios por 100.000 habitantes. Por fim, no grupo que compreende as pessoas com 50 anos de idade ou mais, temos um aumento significativo das taxas, que saltam de 6,4 homicídios por 100.000 habitantes no ano de 2000 para 18,7 homicídios por 100.000 habitantes em 2005. No ano de 2006, há uma ligeira queda na taxa (16,8 homicídios por 100.000 habitantes), voltando a crescer no ano seguinte.

Quando passamos a considerar um grupo etário de 15 a 24 anos, verificamos que este chega a responder por 48,19% do total de homicídios ocorridos na Região Metropolitana de Belém no período em estudo.⁴

Gráfico 8 – Evolução da participação dos homicídios jovens na população de 15 a 24 anos, no total de homicídios na Região Metropolitana de Belém 1998-2007

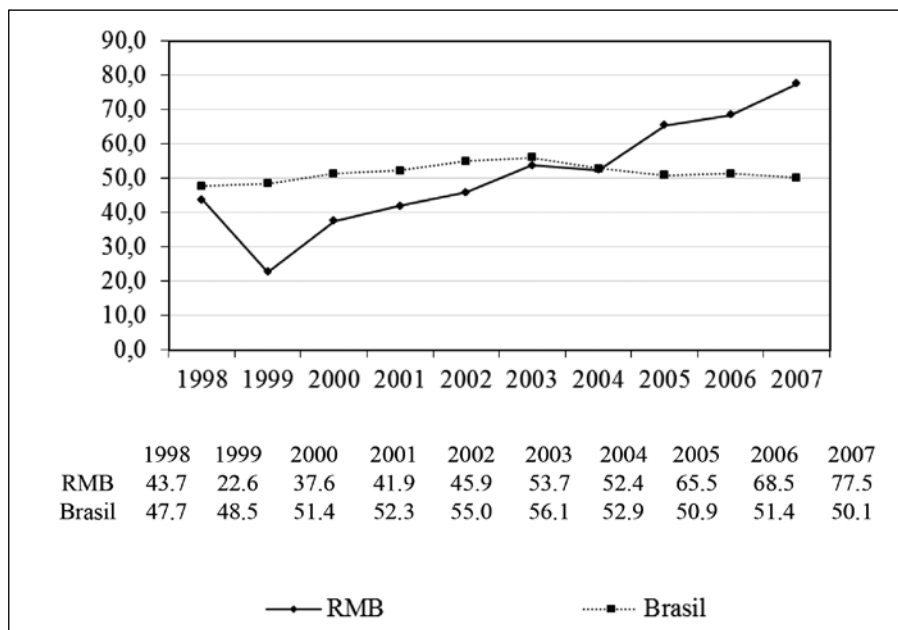


Fonte: SIM/MS, 1998-2007

Em 1998, verificamos que 41,81% do total de homicídios ocorridos na Região Metropolitana de Belém, correspondem à vitimização de jovens na população de 15 a 24 anos. Esse número sobe para 42,23% no ano de 1999, passando a apresentar uma tendência ascendente até o ano de 2001, quando passa a representar 48,19% dos casos. Em 2002, o número de óbitos juvenis diminui, passando a representar 43,12% do total de ocorrências. Entre os anos de 2002 e 2004, verifica-se uma oscilação brusca nesse percentual, que se eleva para 46,44% em 2003 e diminui no ano seguinte, passando a expressar 41,88% do total de mortes por homicídio na região. Essas oscilações se mantêm entre os anos de 2005 e 2007, mas são menos bruscas (42,55%, 41,66% e 43,43%).

⁴ Ampliando-se a faixa etária até os 29 anos, este número sobe para 63,25%.

Gráfico 9 – Taxas de homicídios (100.000 hab.) referente à faixa etária de 15 a 24 anos, no Brasil e na Região Metropolitana de Belém 1998-2007



Fonte: SIM/MS, 1998-2007.

No que se refere às taxas de homicídios nessa população de 14 a 24 anos, a região metropolitana apresenta uma tendência ascendente vertiginosa, após uma queda significativa na taxa no ano de 1999. A taxa de 37,6 homicídios por 100.000 habitantes, alcançada no ano 2000, subiu progressivamente, até atingir o número de 77,5 homicídios por 100.000 habitantes em 2007.

Segundo dados apresentados por Waiselfisz (2010), Belém passou a ocupar no ano de 2007 o 13º lugar no *ranking* das capitais por taxas de homicídios em 100.000 habitantes na população de 15 a 24 anos de idade. Em 1997, a capital ocupava a 20ª posição.

Ao comparar as taxas médias de vitimização dos jovens na Região Metropolitana de Belém com as taxas nacionais, verificamos que até 2004 as taxas da região metropolitana estavam abaixo das nacionais. Contudo, nos últimos três anos da série, essa situação se modifica inteiramente, com uma ascensão das taxas na região em relação ao contexto brasileiro, cujas taxas apresentam tendência descendente.

Mortalidade por homicídios segundo raça/cor, anos de estudo e estado civil

A escalada da violência nos grandes centros urbanos e o medo generalizado têm contribuído sobremaneira para a percepção de que todos os cidadãos estariam igualmente expostos à vitimização letal. Todavia, conforme vimos discutindo, alguns grupos apresentam risco bastante superior ao de outros. Essa situação é bastante superior para as pessoas jovens. A taxa de homicídios para os indivíduos do sexo masculino na Região Metropolitana de Belém em 2007 era 22 vezes superior à das mulheres.

Contudo, outros fatores também influenciam no risco à vitimização letal. A raça/cor é outra categoria relevante para o estudo do perfil das vítimas de homicídio, bem como os anos de estudo e também a situação civil.⁵ Ao analisar os dados disponíveis para a Região Metropolitana de Belém, observamos que a porcentagem de vítimas da cor parda é substancialmente superior a de brancos.

Tabela 6 – Vítimas de homicídios segundo raça/cor na Região Metropolitana de Belém – 1998/2007

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Branca (%)	3,0	1,5	1,6	3,3	3,4	3,7	3,9	4,7	4,8	6,6
Preta (%)	2,3	2,9	2,8	5,6	4,1	2,9	4,8	4,0	1,8	3,7
Amarela (%)	0,3	0,5	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Parda (%)	69,0	79,1	81,8	79,1	89,6	91,6	91,0	89,9	91,1	87,6
Indígena (%)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
Sem informação (%)	25,4	16,0	13,8	11,7	2,9	1,8	0,4	1,3	2,3	1,9
Total (%)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: SIM/MS, 1998-2007.

⁵ Para as categorias raça/cor, anos de estudo e situação civil, não foram calculadas taxas de homicídios, mas sim porcentagens. Isso porque, para essas categorias, os dados do SIM/MS estavam inconsistentes, ou seja, não havia informações. Na categoria anos de estudo chegamos a encontrar 80% de ignorados. Não havia também dados de população para essas categorias.

Quanto ao estado civil das vítimas, é possível concluir que os solteiros estão mais expostos à violência letal do que os casados. Entre as vítimas de homicídios na Região Metropolitana de Belém, no período em estudo, cerca de 80% eram solteiros. O casamento seria assim um fator protetor contra a mortalidade por homicídios.

Tabela 7 – Vítimas de homicídios segundo estado civil na Região Metropolitana de Belém – 1998-2007

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Solteiro (%)	80,6	80,1	76,8	82,7	83,3	84,7	84,1	84,2	87,3	80,7
Casado (%)	14,9	13,6	11,9	10,3	12,4	10,4	13,3	10,5	7,1	10,2
Viúvo (%)	1,3	0,5	0,3	0,3	0,5	0,8	0,2	0,8	0,5	0,3
Separado (%)	0,0	0,5	0,9	0,3	0,5	0,6	1,1	0,4	0,4	0,3
Ignorado (%)	3,3	5,3	10,0	6,4	3,4	3,5	1,3	4,2	4,7	8,5
Total (%)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: SIM/MS, 1998-2007.

As informações referentes aos anos de estudo das vítimas apresentam alguns problemas, principalmente nos primeiros anos da série (1998-2001). Nos anos seguintes, o dado já mostra uma qualidade melhor com uma porcentagem bem menor de informação “ignorada”.

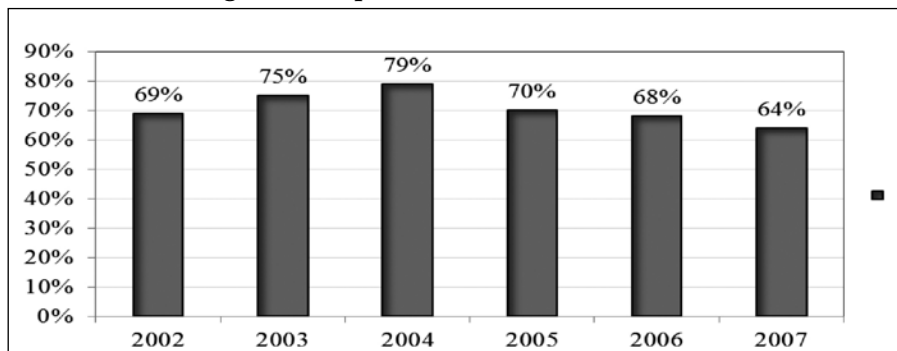
Tabela 8 – Vítimas de homicídios segundo anos de estudo na Região Metropolitana de Belém – 1998-2007

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Nenhum (%)	11,3	3,4	1,9	1,9	2,7	3,5	2,8	1,6	2,3	1,9
Anos 1-3 (%)	0,0	0,0	12,9	10,6	25,1	22,8	28,0	18,9	18,2	18,3
Anos 4-7 (%)	0,0	0,0	20,4	24,2	41,1	49,1	48,5	49,5	47,1	44,0
Anos 8-11 (%)	10,6	6,3	6,6	9,5	10,8	16,3	14,8	17,3	16,9	18,7
Anos 12 e mais (%)	1,5	1,9	2,2	1,4	2,9	3,1	2,6	3,2	2,7	2,9
Ignorado (%)	76,6	88,4	56,1	52,4	17,4	5,3	3,3	9,4	12,7	14,2
Total (%)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: SIM/MS, 1998-2007.

Nesse período (2002/2007) a maioria das vítimas se encontra nos grupos de menor escolaridade. Nos anos de 2002, 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007, 69%, 75%, 79%, 70%, 68% e 64%, respectivamente, das vítimas possuíam de 0 a 7 anos de estudo. Esses aspectos demonstram a maior vulnerabilidade dos grupos menos favorecidos da sociedade no que diz respeito à violência letal.

Gráfico 10 – Vítimas de homicídio até sete anos de estudo na Região Metropolitana de Belém – 2002-2007



Fonte: SIM/MS, 1998-2007.

Considerações finais

Diante do exposto, torna-se evidente que a distribuição do risco de vitimização letal em uma dada sociedade não é aleatória. Diferentes grupos apresentam riscos diferentes de serem vítimas de homicídio. Embora haja uma percepção aguçada do aumento da criminalidade violenta e do sentimento generalizado de medo e insegurança e de que, no atual contexto, todos os cidadãos estão à mercê do risco de violência letal, existem fatores que influenciam diretamente as taxas de risco.

No contexto aqui analisado, a questão metropolitana, ou seja, a forma como os municípios da região metropolitana se relacionam e, sobretudo, como interage com o município polo, constitui um aspecto relevante para a compreensão da violência letal. O aumento do número de homicídios na Região Metropolitana de Belém aponta para a necessidade do reconhecimento da dimensão metropolitana do problema da criminalidade violenta. Reconhecer essas dinâmicas que envolvem o fenômeno do homicídio pode contribuir com o desenvolvimento de intervenções mais eficazes por parte da sociedade para lidar com tal situação.

Referências

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Relatório de homicídios no Brasil**. Brasília: SENASP, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. **O sistema de informações sobre mortalidade**. Disponível em: < <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=040701>. Acessado em 10/08/2011.

BRITO, F. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 221-236, 2006.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARÁ. **Relatório técnico de soluções pra o sistema de abastecimento de água para Região Metropolitana de Belém-PA**. Belém: CHPA, 2003.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil**. 2.ed. Belo Horizonte, Centro de Estatística e Informações, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

KAHN, T. Indicadores em prevenção municipal da criminalidade. In: SENTO-SÉ, J. T. (Org.). **Prevenção da violência: o papel das cidades**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2005.

LIMA, J. J. F. ; MOYSÉS, A. (Org.). **Como andam Belém e Goiânia**. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrópoles, 2009.(Conjuntura urbana, v. 11).

SOARES, G. A. D. Subdesenvolvimento econômico e social e homicídios. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon et al. **Homicídios: políticas de controle e prevenção no Brasil**. Brasília: Ministério da Justiça, 2009.(Coleção Segurança com Cidadania, v. 1, n. 3). p. 69-89.

WASELFSZ, J. J. **Mapa da violência 2010: anatomia dos homicídios no Brasil** Brasília: Instituto Sangari, 2010.

SEGUNDA PARTE

Crime, delinquência juvenil e ação pública em Portugal

Paulo Machado

Função primordial e equívocos no estudo da criminalidade

Na perspectiva em que este artigo se situa, qualquer estudo sobre a evolução da criminalidade não pode servir para acompanhar a leitura desalentada sobre a sociedade contemporânea, tão em voga na *doxa*, como senso comum inculcado, vinculado aos nossos sentidos e impressões, de que se alimenta a *voxpopuli* e se preenchem os tempos da comunicação dos *media*. De resto, sabemos que o frenesim comunicacional pode gerar o que se designa por pânico moral, e pelo qual se entende uma sobre-reação colectiva sobre determinada ocorrência ou grupo social (por exemplo, surtos xenófobos), inspirada pela comunicação social. Por exemplo, Oliveira (2003) refere-se ao hiperdimensionamento da criminalidade juvenil no noticiário, sobretudo provocado pela baixa inflexão investigativa, pelo efeito de redundância e pela necessidade de satisfação das necessidades simbólicas de conforto do medo.

Inversamente, o estudo da criminalidade também não pode servir para denegar uma realidade que comporta antissocialidade e ocultar a existência de processos sociais degenerativos da qualidade de vida das populações. Ainda que sejam difíceis de encontrar, por serem, porventura, inexistentes, relações de causalidade direta entre determinadas condições de vida e certos comportamentos delinquentes e criminosos, denegar a forte influência do meio social no comportamento antissocial de certos grupos sociais é um absurdo lógico. Mas a deificação das comunidades socialmente mais vulneráveis – no sentido da sua identificação com uma imagem imaculada da natureza humana, com elevado controlo social vinculativo e preventivo da transgressão – é outro absurdo lógico.

Com efeito, defende-se que o senso comum deve ser alimentado, maioritariamente, pela *episteme*, i. e. , pelo conhecimento racional proporcionado pelo trabalho de investigação científica, da reflexão subordinada às lógicas do método científico e à crítica epistemológica, e menos pela especulação fundada nas percepções e nos preconceitos sobre o crime e a delinquência. Ora, as questões públicas sobre segurança, e a segurança pública quando questionada, nem sempre se socorrem de resultados científicos credíveis, nem são sensíveis a mais elementar das regras do método científico: a que respeita à análise das fontes estatísticas disponíveis. Muitos dos dados a que se tem acesso (sobretudo qualitativos) integram-se, com uma naturalidade de espantar, na cadeia dogmática que produz a impressão sobre o que se está a passar, mas não no conhecimento.

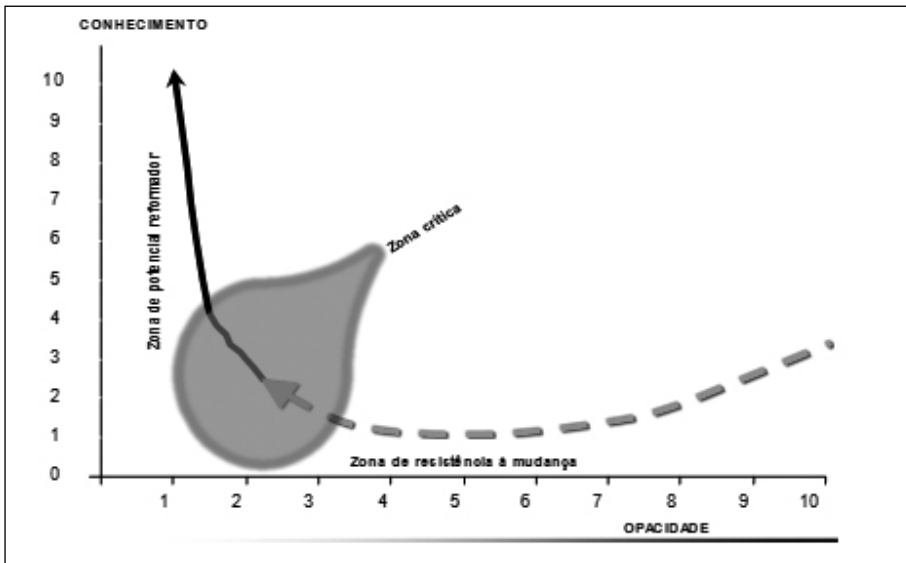
É oportuno reafirmar que na avaliação sobre o crime são recorrentes três tipos de erros:

- a) o primeiro diz respeito à insistência em resumir o estudo sobre a evolução da criminalidade à análise da variação anual do número de ocorrências criminais, fazendo tábua rasa das mudanças sociais, endógenas ou induzidas pelo exterior, que podem contribuir para explicar, pelo menos parcialmente, essa variação observada. Isto é, dissocia-se a criminalidade da realidade social em que se manifesta, como se o fenómeno social da ilicitude e, mais genericamente, dos comportamentos antissociais relevasse uma outra esfera de atuação e de condicionamento que não a da sociedade;
- b) um segundo erro, muito associado ao primeiro, prende-se com o facto de muitas dessas variações não serem enquadradas no ciclo temporalmente mais dilatado em que se inscrevem, por vezes até em contraciclo, gerando um clima ansiogénico que alimenta medos e receios generalizados, ou, pelo contrário, levando a tomar por adquirida, mas enganadoramente, a resolução de determinados problemas (por exemplo, quando se verificam variações negativas, mas não sustentadas);
- c) um terceiro erro consiste em não distinguir, dentro da criminalidade participada, as ocorrências que devem ser tomadas como indicadores de eficiência do desempenho policial, daquelas que são, inequivocamente, indicadores de situações menos positivas, ou mesmo preocupantes, devendo ser estas a merecer a prioridade nas medidas de política e nas estratégias do trabalho policial preventivo ou repositivo da legalidade.

Esses três erros, oriundos de um mesmo problema de fundo – a ausência de um conhecimento sustentado sobre a realidade sociocriminal –, têm uma só consequência: o impedimento da criação de condições para uma reflexão serena, estudada, estratégica e, por conseguinte, eficaz quanto aos resultados obtidos.

Conivente com essa paralisia reflexiva, encontramos a adesão acrítica à ideia de que toda a mudança social é negativa, de que “vamos de mal a pior”. Ainda que se partilhe a ideia da centralidade da mudança social como princípio ativo que alimenta o modelo de análise da insegurança, entende-se por mudança social algo diferente, ou seja, transformação observável, afetação durável da organização social, modificação do curso da história, e não como um juízo de valor. Em rigor, as mudanças a que se vem assistindo nesse domínio da nossa vida coletiva permitem perceber que uma das mais relevantes transformações pode ser encontrada na reversão da opacidade dos fenômenos sociais, nomeadamente dos criminais, diretamente decorrente do aumento do seu conhecimento, condição necessária, mas não suficiente, para produzir respostas adequadas do ponto de vista dos resultados desejados (Esquema 1).

Esquema 1 – O ciclo da mudança social: da resistência à (re)ação



Fonte: MACHADO (2007)

Teoricamente, podemos considerar que ao recuo da opacidade (enquanto circunstância socialmente produzida, e não como fatalidade) corresponde um ganho de conhecimento (em sentido, portanto, inverso), e que este é condição necessária para desencadear uma transformação, função não negligenciável da investigação sociológica. A opacidade, pelo contrário, facilita a manutenção de um *status quo*. Nesse modelo simplificado cabe igualmente uma referência à zona de transição (ou crítica) entre o recuo da opacidade que corresponde à progressão do processo de conhecimento, zona na qual os fatores de resistência à mudança se manifestam com grande intensidade, quer como manifestação da perpetuação de uma certa cultura organizacional, quer ainda como garantia das condições de manutenção de processos homeostáticos (auto-regulatórios) de que se socorrem os sistemas sociais ameaçados.

Em busca de um quadro de referência para a criminalidade registada em Portugal

Em matéria de criminalidade, a situação portuguesa apresenta algumas especificidades em relação ao que poderíamos designar por quadro europeu de referência, e muitas diferenças quando comparamos os dados nacionais com outros países: sul-americanos, africanos, asiáticos.

Severiano Teixeira *et al.* (2003) apresentaram uma síntese sobre a evolução da criminalidade registada em Portugal, entre 1998 e 2004, nos seguintes termos:

- Continuação do predomínio do crime patrimonial;
- Litoralização e urbanização do crime, que resulta diretamente do crescimento populacional nas zonas mais povoadas;
- Surgimento de *novos fenômenos de delinquência juvenil e grupal* nas grandes áreas metropolitanas, associado a um *aumento dos níveis de violência*, gratuidade e fungibilidade;
- Apesar do seu peso relativamente baixo, no conjunto da criminalidade participada, o crime violento apresenta uma tendência para o crescimento quantitativo e qualitativo;
- Tendência do aumento, quantitativa e qualitativa, da violência sobre os elementos das forças de segurança;
- *Aumento da criminalidade transfronteiriça e pendular*, em zonas do interior, por força da melhoria das acessibilidades, do processo de abandono e envelhecimento das populações e da sua menor

proteção, o que faz com que o volume da criminalidade participada à GNR tenha vindo a aproximar-se gradualmente e ultrapassado em 2005, pela primeira vez, o número de ocorrências registadas pela PSP;

- *Aumento significativo dos casos relativos à criminalidade económico-financeira*. Associada a este fenómeno, a cibercriminalidade terá tendência a aumentar potenciada pelo uso cada vez maior da Internet;

- Surgimento de *novas formas de criminalidade organizada transnacional*, em resultado dos processos de abertura de fronteiras, globalização e redes de imigração ilegal, tráfico de seres humanos;

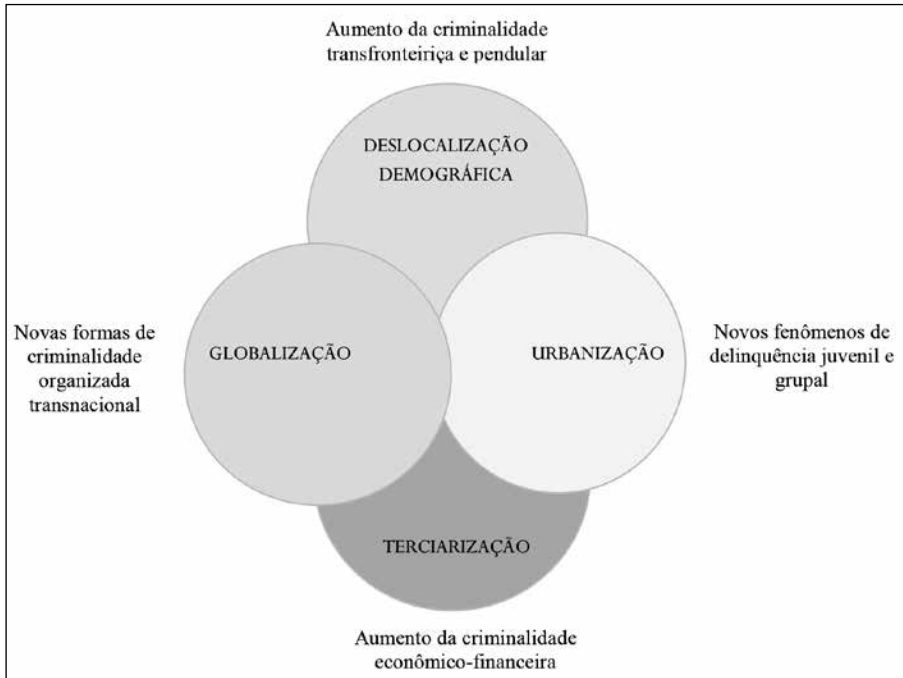
- Embora Portugal não seja um alvo prioritário e estratégico, não se pode excluir a utilização do seu território por organizações terroristas.

A análise do caso português parece, pois, confirmar que também em Portugal se regista uma alteração do quadro das ameaças. A transformação das ameaças tradicionais, a emergência das ameaças transnacionais e a consequente emergência de novos riscos apontam para que a segurança não se esgote no uso da força, mas reclama, entre outras, e pelo menos, a componente “proteção e socorro”. (TEIXEIRA; LOURENÇO; PIÇARRA, 2003, p. 31, grifos nossos).

Essa síntese parece-nos perfeitamente atual e o enquadramento e compreensão do significado dessas (e de outras) mudanças conduz-nos a uma esquematização sobre algumas transformações estruturais da sociedade portuguesa e das alterações criminais conexas (cf. Esquema 2).

No essencial, este diagrama de Venn permite identificar relações lógicas entre certos fenómenos sociais de largo alcance morfogénético (i. e. , transformador) e novas expressões de ilicitude na sociedade portuguesa. Um determinado crime, por exemplo, o tráfico de pessoas, integrado nas novas formas de criminalidade organizada transnacional, pode ser interpretado, à luz desse modelo de relações, como estando mais proximamente associado ao fenómeno da globalização, embora não deva ser dissociado dos outros processos que explicam igualmente a sua existência (a litoralização, a urbanização, a terciarização) e que, em larga medida, o contextualizam. Em todo o caso, estamos diante de inequações sociais, porque as relações que se podem estabelecer entre os fenómenos de estrutura e a criminalidade emergente não podem ser de equivalência.

Esquema 2 – Diagrama de Venn de algumas transformações estruturais da sociedade portuguesa e das alterações criminais conexas



Fonte: MACHADO (2011)

Alguns desses fenômenos e tendências assumem um alcance de largo espectro. Mas será possível pensar numa uniformização da ilicitude em escala mundial? Longe disso. No limite de uma tolerância folgada, poder-se-ão identificar algumas macrotendências, nomeadamente para a Europa, sem prejudicar a observação geral sobre a grande diversidade que existe no continente Europeu em termos de criminalidade:

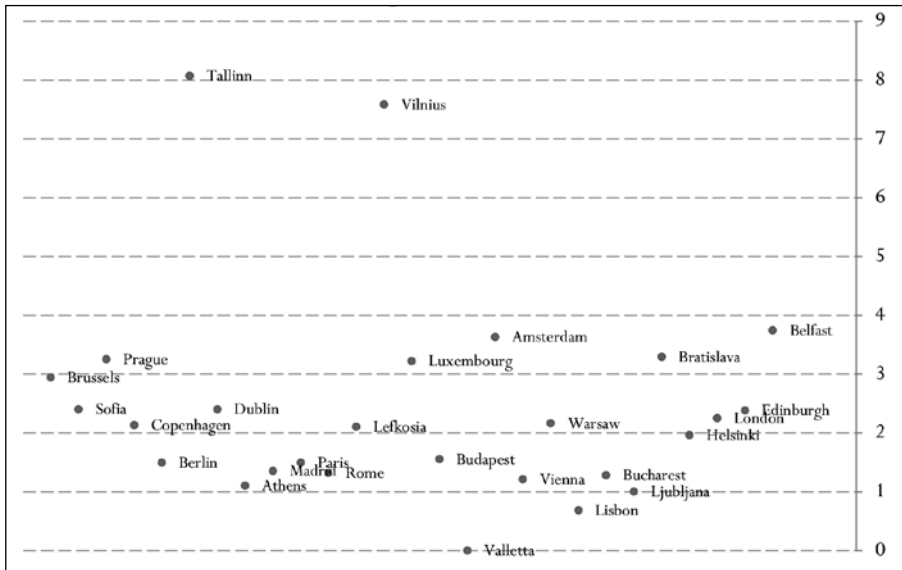
- a) nos últimos 10 anos, a criminalidade registada observou dois ciclos: o primeiro ciclo correspondeu ao período de 1999 a 2002, durante o qual o total de crimes reportados aumentou; e um segundo ciclo, mais longo, que se manifesta desde 2003, e corresponde a um declínio no número de casos reportados;¹

¹ No mesmo sentido se pronunciaram os respondentes ao inquérito europeu realizado em 2007 por Gomes *et al.* (2009).

- b) os crimes que registaram um maior aumento foram os violentos² (com uma variação superior a 3% entre 1998 e 2007) e o tráfico de droga (com uma variação superior a 1%);
- c) nos crimes que se tornaram menos prevacentes incluem-se os crimes contra a propriedade, tais como os furtos de veículos (menos 7%) e os assaltos a residências (menos 3%);
- d) a taxa anual de homicídios registada entre 2005 e 2007 foi de 1,4/ 100.000 habitantes, mas ligeiramente mais alta nas cidades capitais (1,9/ 100.000 habitantes) – ver Gráfico 1;
- e) existe uma forte diferenciação em termos do risco criminal em meio urbano, neste caso expresso pela taxa de homicídios intencionais, malgrado o fenómeno de a cosmopolitização urbana europeia induzir uma homologia dos padrões de vida – o que reforça o argumento a favor da importância da contextualização da criminalidade. São evidentes quatro patamares de incidência desse crime, e duas cidades que se distinguem pela sua situação excepcionalmente desvantajosa: Tallin e Vilnius. A capital portuguesa encontra-se no patamar mais baixo de incidência, numa posição relativa deveras invejável (só superada por La Valleta, em Malta);
- f) a população prisional cresceu na ordem de 1% ao ano no período de 1998 a 2007, até atingir um valor médio entre os Estados-membros de 123 detidos por 100.000 habitantes no período de 2005 a 2007. Em Portugal, e em idêntico período, essa *ratio* foi de 117/ 100.000 habitantes.

² De acordo com o Eurostat, o conjunto dos crimes violentos inclui as ofensas à integridade física, o roubo e os crimes sexuais.

**Gráfico1- Taxa de homicídios intencionais por 100.000 habitantes
nalgumas capitais europeias – 2005-2007**



Fonte: Dados retirados de European Source book of Crime and Criminal Justice Statistics 2006. Gráfico elaborado pelo autor.

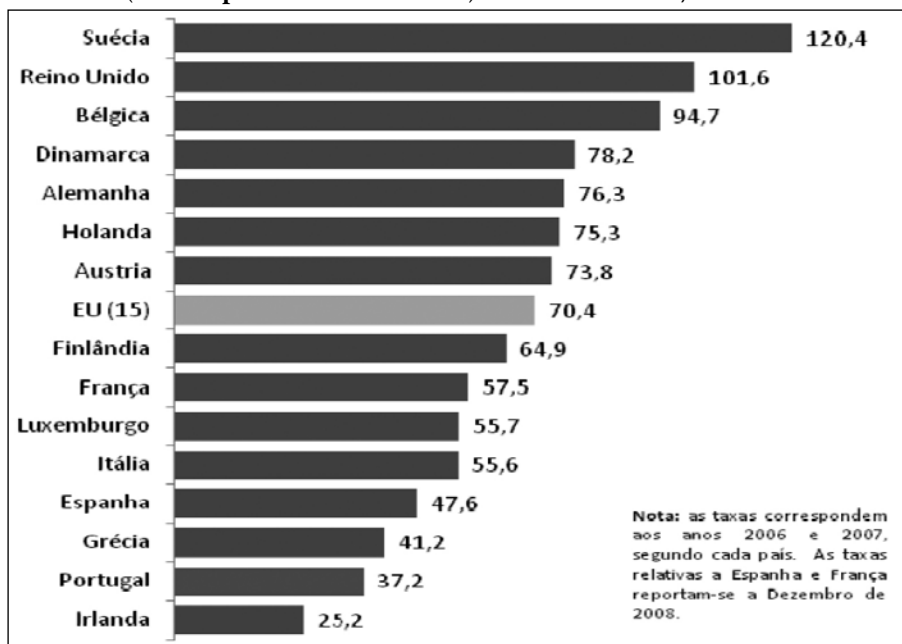
A diversidade europeia exprime-se igualmente através dos valores da incidência criminal (cf. Gráfico 2). Mesmo recorrendo a uma comparação europeia de banda estreita (com 15 países europeus), a diferenciação europeia torna-se ainda mais evidente, assumindo contornos regionais.

Uma análise mais fina, por tipo de crime, não permite reter conclusões que se afastem da visão macroscópica sobre a diversidade europeia. Para além de dinâmicas sociais próprias, ela é também parcialmente explicada pela não conformidade dos sistemas de notação policial e estatística das ocorrências, pelas práticas de proteção passiva (pró-atividade) da população e por estratégias policiais diferenciadas. No entanto, algumas tendências na Europa podem, com prudência, ser apontadas:

- a) o aumento da participação de menores e de mulheres na criminalidade;
- b) o declínio de certos crimes em que a respetiva incidência era já mais baixa;
- c) o aumento daqueles que se destacavam negativamente pelas taxas mais elevadas (e. g. assaltos, violações, furtos no interior de residências);

- d) o aumento da incidência dos roubos (na via pública) e dos furtos (ainda que com variações assinaláveis);
- e) o declínio da incidência de furtos de veículos.

**Gráfico 2-Taxa de criminalidade comparada
(crimes por 1.000 habitantes) – anos de 2006 e/ou 2007**

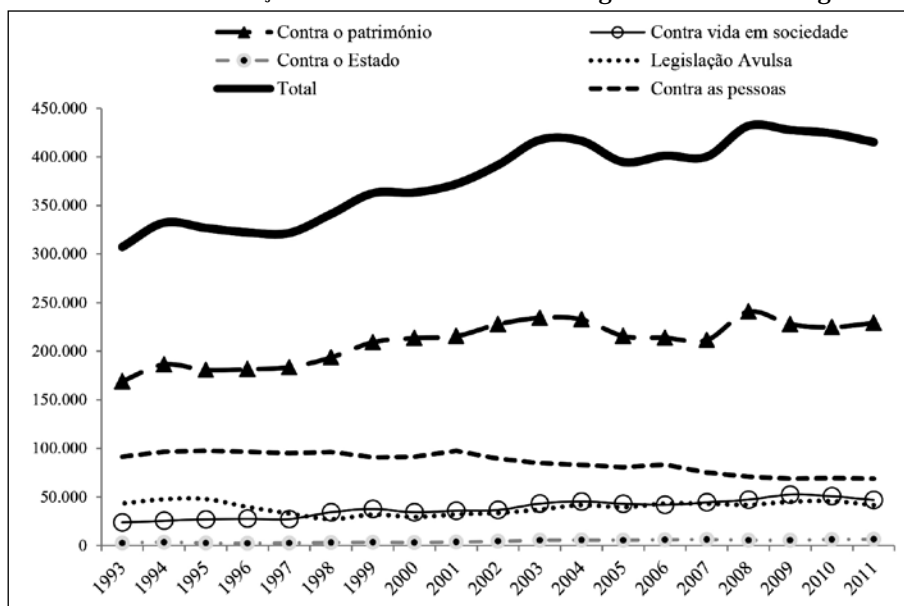


Fonte:Retirado de Relatório Anual de Segurança Interna 2008, a partir de Ministerio del Interior de Espanha, Evolución de La Criminalidad en 2008.

Evolução do *stock* e da incidência criminal em Portugal

Portugal conheceu, entre 1993 e 2007, um crescimento moderado e gradual, mas não linear, do número total de crimes registrados. O Gráfico3 permite identificar quatro ciclos parcialmente distintos: um ciclo curto de decréscimo moderado entre 1994 e 1997; um ciclo longo e ininterrupto de crescimento mais acentuado entre 1997 e 2003;um ciclo mais incharacterístico com ligeiros decréscimos e acréscimos, iniciado em 2004 e que se arrastou até 2008, sem formar uma tendência; e um ciclo marcado por valores em decréscimo que ainda não foi interrompido em 2011.

Gráfico 3–Evolução do número de crimes registados em Portugal



Fonte: Direção-Geral da Política de Justiça, SIEJ. Gráfico efetuado pelo autor.

Nesse mesmo período longo, de quase duas décadas, a amplitude máxima registada foi de 124.585 crimes (diferencial entre o ano de 2008, como valor máximo, e o ano de 1993, como valor mínimo no período). Ora, trata-se de um diferencial não desprezível e que representa um terço (33%) do número médio anual de crimes registados nesses 19 anos ($\mu = 377.366$). Perceber o porquê dessa variação torna-se tanto mais pertinente quanto se sabe que a evolução demográfica no período foi marcada por um ritmo de crescimento fraco e decrescente e uma variação anual média da população residente muito reduzida (CARRILHO; PATRÍCIO, 2010). Por conseguinte, o *stock* criminal foi variando ora positiva, ora negativamente, em ciclos de curta duração, independentemente da variação populacional observada, não havendo qualquer correlação entre as duas distribuições. Assim, aos ciclos conjunturais de crescimento ou decréscimo da criminalidade total, irregulares e diferenciados, contrapõe-se uma estabilização demográfica sem sobressaltos. O contraste é, de facto, muito grande: a taxa de variação anual média dos crimes registados foi de 1,8% entre 1993 e 2011; a taxa de variação anual média da população residente foi, em igual período, de 0,3%. A diferença entre a arritmia da variação do

stock criminal anual e a quase estabilização da população residente em Portugal afetou a taxa de incidência criminal, que passou de 31 crimes/1.000 habitantes (em 1993) para 39/1.000 habitantes (em 2011).

O Gráfico 3 permite, igualmente, perceber que a criminalidade total registada em Portugal é fortemente influenciada pelo comportamento observado na designada criminalidade contra o património, a qual representa sempre uma percentagem do total bastante acima dos 50%. Se é certo que os crimes contra o património são, de longe, os que mais se registam em Portugal, de resto, à semelhança do que se passa na generalidade do Mundo Ocidental, e com uma tendência geral para crescer, diferente é, todavia, a relação entre o crime patrimonial e o crime contra as pessoas, que nalguns países europeus, nos Estados Unidos ou no Canadá chega a atingir o valor de 6 contra 1 (BAUER, 2007), enquanto em Portugal essa relação nunca ultrapassou (no período em análise) o valor de 3 contra 1. Ainda que essa diferença se possa explicar, porventura, por taxas de participação distintas, como indicam alguns dados (KESTEREN; MAYHEW; NIEUWBEERTA, 2000; ALMEIDA, 1995, 1993), poderão existir outros fatores que explicam essa especificidade nacional.

É relevante reconhecer que os crimes contra a propriedade, essencialmente furtos, roubos e danos, são largamente majoritários no conjunto da criminalidade patrimonial, e registam um crescimento continuado, mas ligeiro. Já os crimes contra o património em geral (essencialmente as burlas) conheceram um acréscimo nessas duas décadas, igualmente contínuo, mas, claramente, mais acentuado. Os crimes contra os direitos patrimoniais variaram ao longo desse período, mas não conheceram significativas mudanças no volume das ocorrências, situando-se em patamares quase sempre abaixo das duas centenas por ano. Os crimes englobados na subcategoria residual (outros crimes contra o património) conheceram um decréscimo bastante significativo. A tendência relativa à perda de importância das subcategorias residuais é comum a qualquer uma das cinco grandes categorias criminais (identificadas no Gráfico 3) e reveladora que os sistemas de tipificação e de notação criminal se têm vindo a aperfeiçoar, permitindo um conhecimento mais rigoroso e detalhado do comportamento antissocial em Portugal, nomeadamente do que é tipificado como crime.

Depois da “criminalidade patrimonial”, são os “crimes contra as pessoas” que registam um maior número de participações, e também

nessa grande categoria se verifica uma tendência para um aumento gradual, que se manifestou entre 1993 e 2003, tendo-se mantido em valores relativamente estáveis (e até ligeiramente decrescentes) nos últimos três anos. Destacam-se claramente dos demais os crimes contra a integridade física (essencialmente, tratam-se de condutas que revelam a violência interpessoal), cuja variação entre 1993 e 2011 foi de 25%, gradual e sem alterações significativas. Em relação aos crimes contra a liberdade pessoal (ameaças, coações, raptos, sequestros), o aumento verificado (+150%) distingue-se das demais subcategorias, e, embora os valores observados sejam menos da metade daqueles que respeitam aos crimes contra a integridade física, eles configuram a segunda grande subcategoria e expressam o aumento de importância de certas condutas litigantes, provavelmente pelo seu aumento efetivo, mas também pelo reconhecimento que as vítimas têm dos seus direitos. Dentro dessa subcategoria há ainda que considerar as questões relacionadas com o incumprimento da regulação do poder paternal, que origina queixa-crime e recai, com frequência, no crime de sequestro. Todas as restantes subcategorias registam aumentos ligeiros, com duas exceções: a subcategoria residual (outros crimes contra pessoas), facto já anteriormente mencionado, e os crimes contra a reserva da vida privada, cuja variação foi semelhante (+168%) à verificada nos crimes contra a liberdade pessoal. É relevante destacar a similitude, ainda que com escalas distintas, dos aumentos nessas duas subcategorias, que sublinham a crescente denúncia e, porventura, também ameaça aos direitos e liberdades individuais, num quadro de interação social mais restrito, ameaça que a Lei claramente condena.

Os “crimes contra a vida em sociedade” (representando uma vitimização mais difusa) têm uma expressão numérica muito equivalente aos crimes reunidos na categoria da “legislação avulsa”, e ambas as categorias registaram um crescimento irregular, mas relevante, desde finais da década de 1990. Destacam-se, pelo número de ocorrências, os crimes englobados na subcategoria crimes contra a segurança das comunicações, e que se referem, esmagadoramente, à condução de veículo com taxa de álcool igual/superior a 1,2g/l e à condução perigosa de veículo rodoviário. A relevância desses ilícitos na sociedade portuguesa tem uma expressão geracional muito vincada (são, sobretudo, jovens) e constitui um problema social contemporâneo da maior gravidade. Incluem-se ainda nos crimes contra a vida em sociedade aqueles que podem ser reunidos na

subcategoria crimes contra a família, e cujo volume triplicou nesses últimos 18 anos. A prática desses crimes inscreve-se num quadro de relações sociais intrafamiliares muito tensas, que acompanha de perto o próprio aumento da frequência de outros ilícitos (tipicamente a violência doméstica, a subtração ou sequestro de menores), e mais genericamente a tendência para o crescimento da divorcialidade com contornos mais litigantes e violentos na sociedade portuguesa.

A categoria “legislação avulsa” é particularmente sensível às alterações legislativas que se vão verificando, resultantes da criminalização ou descriminalização de certas condutas. Ela reúne um conjunto vasto de ilícitos, distintos entre si e que registaram variações igualmente muito diferenciadas. Cabe destacar o crime de condução sem habilitação legal, os crimes fiscais, os crimes contra os direitos de autor e propriedade industrial, os crimes venatórios e, mais genericamente, os crimes económicos não incluídos na criminalidade patrimonial. Ainda que se trate de uma categoria amórfica, em termos da ilicitude que nela se integra, com uma vitimização difusa e uma autoria muito diversificada, é enorme o seu potencial heurístico para a compreensão de algumas das mais relevantes mudanças sociais ocorridas nas duas últimas décadas na sociedade portuguesa. Mais abstratamente, esses crimes configuram uma pressão (mal-sucedida) sobre os sistemas de regulação social, em particular daqueles que foram instituídos na decorrência das próprias transformações sociais, ou que resultam da necessidade de instituir novas regras para a preservação de recursos naturais, da saúde pública, do funcionamento da economia, das regras do mercado, do bom funcionamento da segurança social, da propriedade industrial, entre muitos outros. Essa categoria é, também, aquela pela qual se pode apreciar a evolução de alguma da criminalidade transnacional mais grave (auxílio à imigração ilegal, terrorismo), atentatória dos direitos fundamentais dos cidadãos e da estabilidade das instituições democráticas, ou que mais genericamente agride questões fundamentais de cidadania universal (crimes contra o direito internacional humanitário).

A situação portuguesa nesses domínios, em termos da evolução registada e da situação atual, deve ser interpretada como favorável, se se atender às ameaças mais graves, mas não deixa de transparecer que alguma criminalidade “interna” tem registado aumentos significativos. É claro que, e sobretudo no que respeita à criminalidade económica

e financeira, esse aumento decorre em larga medida da pró-atividade das forças e serviços de segurança, sendo difícil estabelecer paralelos que determinem inequivocamente se a sociedade portuguesa se tornou mais ou menos vulnerável a determinados comportamentos antissociais. Afirma-se, isso sim, que as transformações ocorridas e já esquematizadas anteriormente (ver Esquema 2) podem, sob determinadas condições, propiciar o aparecimento de uma nova ilicitude, ou pelo menos favorecer o desenvolvimento de mais casos.

Relativamente aos crimes contra o Estado, há que salientar que o principal ilícito (o crime contra a autoridade pública) quase triplicou no período em análise. Esses crimes, essencialmente a resistência e coação sobre funcionário e a desobediência, têm vindo a ser utilizados como um indicador que exprime uma alteração substantiva, ainda que socialmente muito circunscrita (a avaliar pelo número total de participações), da relação entre o indivíduo e a autoridade do Estado, sobretudo em situações de controlo formal. Associados a outro indicador, que respeita ao número de membros das forças e serviços de segurança agredidos e/ou ameaçados em serviço, esses comportamentos antissociais são objeto de forte amplificação pública e sugeriram, de resto, recentes alterações legislativas.

Pode ainda afirmar-se que Portugal se densificou em termos criminais, quer pela legislação, quer em termos territoriais. Essa densificação territorial não obedece aos tradicionais eixos de análise da mudança social (litoral *versus* interior; Norte *versus* Sul). Pelo contrário, ela deve ser entendida à luz da esquematização apresentada anteriormente (cf. Esquema 2), porquanto novos fenómenos sociais de grande alcance podem ajudar a compreender as transformações verificadas. Nalgumas regiões, casos do Algarve ou de parte da ilha de S. Miguel, na Região Autónoma dos Açores, os valores calculados para a segunda metade da década de 2000 superam largamente a média nacional, ultrapassando as 80 ocorrências/1.000 habitantes (recorde-se que a média para esta segunda metade da década foi de 39 ocorrências/1.000 habitantes). No continente há uma fileira territorial de incidência máxima, cuja explicação recai, em parte, na diferença existente entre a propriedade implantada (segunda habitação) e a população efectivamente residente (na maior parte do ano), ou seja, parte significativa do património construído, particular, está sem controlo directo dos proprietários (ausentes), ou ao cuidado dos sistemas de vigilância (alarmes) não presenciais.

O cenário de referência da criminalidade portuguesa contemporânea pode ser, assim, resumido pela ótica dos crimes mais participados (ver Quadro 1):

- a) os 10 principais crimes participados representaram quase dois terços(63,1%) do total das ocorrências registadas em 2011 (contra 72,4% em 1993);
- b) a ordem de importância (numérica) dos 10 principais crimes registados em Portugal alterou-se significativamente entre 1993 e 2011, em larga medida resultante de alterações legislativas que criminalizaram algumas condutas (*e. g.* , a condução sob o efeito do álcool, a condução sem habilitação legal), autonomizaram-se outras (violência doméstica) e descriminalizaram outras (*e. g.* , a emissão de cheques sem cobertura de montantes baixos);
- c) destacam-se, em ambos os anos, pela sua expressão numérica, os furtos, nomeadamente em veículo motorizado (*i. e.* , de bens existentes no seu interior), quer em 2011, quer em 1993, mas não é negligenciável o aumento dos furtos em residência (*i. e.* , de bens no interior das residências) e o furto dos próprios veículos;
- d) o aumento do crime de dano (25%) é congruente com a perceção pública de um significativo afrontamento da propriedade na via pública (sobretudo praticado por jovens, individualmente ou em grupo).

Em síntese, observaram-se modificações quantitativas e qualitativas relevantes na criminalidade participada em Portugal, e que sugerem uma reflexão aprofundada sobre os processos sociais que lhes estão inerentes.

Quadro 1 – Criminalidade mais participada em Portugal (anos de 2011 e 1993)

Ano a que respeitam os dados:	2011	%	Ano a que respeitam os dados:	1993	%
Outros furtos	46.971	11,3%	Furto em veículo motorizado	36.345	11,8%
Furto em veículo motorizado	38.232	9,2%	Emissão de cheque sem provisão	35.858	11,7%
Furto em residência	28.307	6,8%	Ofensas à integridade física voluntária simples	29.973	9,8%
Ofensas à integridade física voluntária simples	27.963	6,7%	Furto em edifício não residencial	21.472	7,0%
Violência doméstica	23.742	5,7%	Furto em residência	19.376	6,3%
Condução com taxa álcool => 1,2g/l	23.274	5,6%	Outros furtos	19.357	6,3%
Outro dano	20.887	5,0%	Outro dano	16.726	5,4%
Furto de veículo motorizado	19.500	4,7%	Ofensas à integridade física por negligência em acidente de viação	15.999	5,2%
Condução sem habilitação legal	17.083	4,1%	Furto de veículo motorizado	15.542	5,1%
Ameaça e coação	15.822	3,8%	Outros contra vida sociedade	11.913	3,9%
<i>somatório dos 10 crimes mais registados</i>	261.781	63,1%	<i>somatório dos 10 crimes mais registados</i>	222.561	72,4%
<i>total de crimes registados no ano</i>	415.172		<i>total de crimes registados no ano</i>	307.333	

Fonte: Direção-Geral da Política de Justiça, SIEJ. Cálculos efetuados pelo autor.

De entre esses fenómenos sociais, cabe destacar a delinquência juvenil, apontada como um indicador degenerativo da sociedade contemporânea ao qual a *voxpopuli* (reprodutora de crenças sobre a natureza humana e a ordem social), amplificada pelos *media*, concede grande importância e atribui forte responsabilidade pela criminalidade dos nossos dias. De acordo com a ONU, referindo-se especificamente aos países ocidentais,

[. . .] in the industrialized countries, increased prosperity and the availability of a growing range of consumer goods have led to increased opportunities for juvenile crime, including theft, vandalism and the destruction of property. With the social changes that have occurred over the past few decades, the extended family has been replaced by the nuclear family as the primary kinship group. The informal traditional control exercised by adults (including parents, relatives and teachers) over young people has gradually declined, and adequate substitutes have not been

provided. Lack or insufficiency of parental supervision is one of the strongest predictors of delinquency. The contemporary Western family structure constitutes one of the most important factors associated with the increase in juvenile delinquency in the past 50 years. (ONU, 2004, p. 199).

Mas a mobilização de um quadro geral de ação social para enquadrar a ilicitude na adolescência é igualmente possível:

For many young people today, traditional patterns guiding the relationships and transitions between family, school and work are being challenged. Social relations that ensure a smooth process of socialization are collapsing; lifestyle trajectories are becoming more varied and less predictable. The restructuring of the labour market, the extension of the maturity gap (the period of dependence of young adults on the family) and, arguably, the more limited opportunities to become an independent adult are all changes influencing relationships with family and friends, educational opportunities and choices, labour market participation, leisure activities and lifestyles. It is not only developed countries that are facing his situation; in developing countries as well there are new pressures on young people undergoing the transition from childhood to independence. Rapid population growth, the unavailability of housing and support services, poverty, unemployment and underemployment among youth, the decline in the authority of local communities, overcrowding in poor urban areas, the disintegration of the family, and ineffective educational systems are some of the pressures young people must deal with. Youth nowadays, regardless of gender, social origin or country of residence, are subject to individual risks but are also being presented with new individual opportunities – some beneficial and some potentially harmful. Quite often, advantage is being taken of illegal opportunities as young people commit various offences, become addicted to drugs, and use violence against their peers. (ONU, 2004, p. 189).

Leote de Carvalho refere-se à delinquência juvenil como sendo aquela que

[. . .] engloba todos os atos correspondentes a infrações penais cometidas por crianças e jovens menores de 16 anos de idade que são abrangidos por legislação específica no âmbito da proteção e intervenção judiciária relativamente à infância e juventude [...] Esta demarcação etária é uma das principais características na

diferenciação deste conceito e o modo como se vê definido depende do entendimento que uma sociedade faz sobre estas duas categorias sociais – infância e juventude – não podendo a reação social posta em execução delas ser dissociada. (CARVALHO, 2010, p. 33).

Todavia, o entendimento coletivo sobre delinquência pode ser alargado: “atos cuja deteção e identificação provoca uma reação social sobre quem os pratica” (CARVALHO, 2010, p. 35) e conter, ainda, as chamadas incivilidades, entendidas como ocorrências não criminais, geradoras de receio (i. e. de perceção individual ou coletiva de ameaça) ou mesmo alarme social (generalizado), ocorrências da autoria de gente jovem. Muita da delinquência de que se ouve falar em público refere-se, com efeito, a atos (comportamentos antissociais) praticados por menores ou jovens adultos (17-24 anos), que desafiam e põem em causa a ordem pública (porque “passam das marcas”), e cuja prática reiterada tem repercussões negativas no quotidiano das populações (gritos, pequenos distúrbios, algazarras, conspurcações da via pública, consumo de álcool de modo exibicionista, linguagem grosseira, pequenos danos, grafitismo e, sobretudo, pichação). A generalização dessas práticas numa área geográfica determinada resulta num aumento do sentimento de insegurança, podendo contribuir, sob certas condições, para o aumento da criminalidade, aparecendo muito associadas a práticas que estão efetivamente tipificadas como delitos. Esses comportamentos têm capacidade para provocar ruturas do tecido social, aumentar o sentimento de insegurança, desmoralizar coletivamente a comunidade-alvo desses comportamentos e, acima de tudo, alimentarem o perigo de se entrar numa espiral de degradação física, psicológica e social que, uma vez mais sob certas condições, potencia a prática de atos criminais. Refere Petitclerc que

l'insécurité est le fruit d'une délinquance dont tout le monde peut se sentir victime un jour ou l'autre. Voilà pourquoi nous assistons à une très forte montée du sentiment d'insécurité, liée à la croissance de la délinquance de proximité. Ce sont précisément les adolescents qui sont les principaux acteurs de cette délinquance de proximité. (PETITCLERC, 2005, p. 70).

Leonardo (2009) não hesita, baseado na sua revisão de literatura, em incluir as incivildades como parte integrante da violência escolar, numa lógica de complementaridade das abordagens legalistas e pelos efeitos que podem ter sobre o ambiente escolar. Essa relação entre comportamentos delinquentes e ambiente escolar é, em larga medida, tributária de uma perspectiva sócio-ecológica, que tende a pôr em evidência as características dos sujeitos, sobretudo relações de pertença social, do seu cenário comportamental, do seu micro, meso e exossistema, destacando desse modo a delinquência como um subproduto do meio, ou se se preferir como expressão de uma subcultura reativa. Nessa linha existe uma tradição que remonta à Escola de Chicago, bem sistematizada há muito por Bagley (1965).

A delinquência juvenil e a criminalidade grupal

Cabe sublinhar que nem a delinquência juvenil nem a criminalidade grupal são categorias jurídico-penais puras (como, por exemplo, as plasmadas nos gráficos e quadros anteriores). Tais conceitos podem considerar-se um *mix* (imperfeito) entre conceitos sociológicos e categorias policiais para fins meramente estatísticos. Mas ambos prestam-se aos maiores equívocos descritivos e interpretativos, e não resistem, na maior parte das vezes, à avaliação dos respetivos metadados (quando estes estão disponíveis). Isto é, sabe-se mal, ou não se sabe de tudo, que ocorrências são captadas sob a classificação de delinquência juvenil e criminalidade grupal, o que adensa a realidade e espevita a polémica pública. Tal não significa, porém, que não reconheçamos a existência de comportamentos juvenis disruptivos, não exclusivamente delimitados pela idade dos 16 anos, cuja relevância para o conhecimento dos processos de socialização é decisiva, alargando-se o seu interesse à compreensão das trajetórias desviantes de muitos jovens (de várias idades) oriundos de diferentes meios sociais.

A delinquência juvenil como fenómeno interpelador da segurança

Os Relatórios Anuais de Segurança Interna (RASI) permitem perceber qual foi a evolução registada em Portugal em termos da delinquência juvenil, infelizmente sem possibilidade de identificar, com maior detalhe geográfico (para além do distrital), os territórios

(contextos locais) em que ela se tem manifestado.³ Nesses Relatórios Anuais – com informação que nos permite reconstituir a evolução observada nos últimos 17 anos para a delinquência juvenil –, esta delinquência é entendida como o *stock* anual de ocorrências registadas pelas forças de segurança e que respeitam a factos ilícitos qualificados como crimes, cometidos por menores de 16 anos.

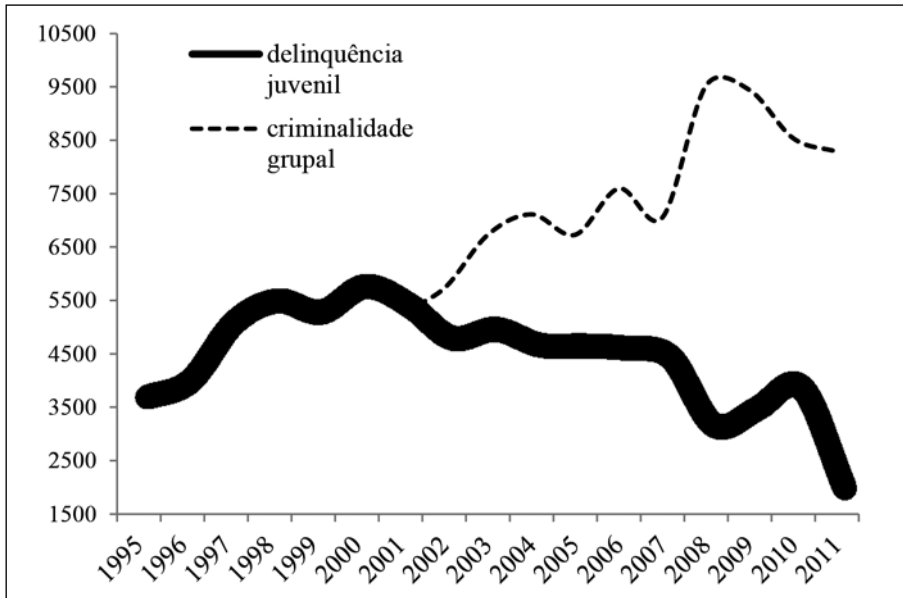
Relacionado com esse tipo específico de criminalidade (em razão da idade dos autores), mas não sendo totalmente sobreponível, encontra-se uma outra categoria, a da delinquência ou criminalidade grupal, definida como sendo a criminalidade praticada por um conjunto de três ou mais indivíduos, independentemente da idade desses indivíduos. A relação entre uma e outra categoria decorre do facto de parte significativa da criminalidade grupal ser da responsabilidade de adolescentes com menos de 16 anos. Para a criminalidade grupal, apenas dispomos de dados a partir de 2001.

No Gráfico 4 é possível perceber que existem dois períodos totalmente distintos em termos da frequência de casos de delinquência juvenil em Portugal. Com efeito, a delinquência juvenil, que registara um crescimento irregular, mas praticamente contínuo entre 1995 e 2000, passou a registar um decréscimo acentuado e irregular desde o início da década e até aos nossos dias (com quebra abrupta no último ano). Inversamente, a criminalidade grupal não parou de crescer desde 2000, embora com quebra a partir de 2008. Num certo sentido, a observação deste Gráfico 4 sugere que esta última veio substituir a delinquência juvenil, como se tratasse de um processo de sucessão tipológica. Naturalmente, essa possibilidade de sucessão é remota ou nula. À luz do que nos é dado perceber noutras sociedades, e pesando a nossa própria percepção sobre os acontecimentos ilícitos, somos de opinião que essa alegada transfiguração da ilicitude (do ato delinquente individual, na maior parte dos casos decorrente da chamada oportunidade, para o crime praticado em grupo, premeditado) é, sobretudo, uma consequência dos processos de sinalização adotados pelas polícias. Com efeito, não existem elementos informativos adicionais que validem tal hipótese, nem quaisquer outros que revelem alterações substanciais no *stock* dos crimes praticados pelos jovens. Os dados evidenciam, isso sim, uma mudança classificatória por partes das autoridades policiais

³ Essa análise mais circunstanciada é efectuada através de outros processos de análise e sistematização de informação, da responsabilidade das forças de segurança e com uma circulação muito restrita.

que procedem à notação estatística das ocorrências e, não menos importante, uma sucessão etária, como defenderemos mais adiante.

Gráfico 4 – Evolução do número de ocorrências tipificadas como delinquência juvenil e como criminalidade grupal



Fonte: Gabinete Coordenador de Segurança – Relatórios Anuais de Segurança Interna.

Na última década, os valores conjuntos da delinquência juvenil e da criminalidade grupal foram variando numa banda razoavelmente circunscrita de ocorrências (o coeficiente de variação foi de 7,2% para um valor anual médio de 11.639 ocorrências), o que pode ser entendido, sobretudo quando comparado com outros países europeus, como um indicador de estabilidade nesse domínio da criminalidade (essencialmente, mas não exclusivamente, repercutida em meio urbano). No caso francês, por exemplo, o Observatório Nacional da Delinquência tem registado flutuações muito mais acentuadas, como de resto se passa no Reino Unido, Alemanha, Bélgica e Espanha, e que se justificam pela eclosão de episódios de violência urbana, intensos e reiterados que fazem aumentar consideravelmente a criminalidade grupal registada. Em Portugal, diferentemente, esses episódios têm sido muitíssimo mais esporádicos e com uma intensidade e consequências bastante menos gravosas.

A apreciação da delinquência juvenil (e correlativamente da criminalidade grupal), através desse indicador tão simples (e, por certo, redutor), que traduz apenas o número de ocorrências registadas pelas forças de segurança, sugere dois comentários:

- a) por um lado, a evolução registrada não reflete a ideia do senso comum e generalizada, porventura alimentada pelos *media*, e igualmente veiculada pelos próprios relatórios policiais (incluindo os RASI), de que os crimes praticados por jovens vêm aumentando;
- b) por outro lado, muitos dos factos salientados pela comunicação social e que retroagem sobre a *voxpopuli* não deixam de merecer a adjetivação de delinquentes, mas não são praticados por adolescentes (com menos de 16 anos) – não deixando de ser praticados por jovens, nomeadamente mais velhos – e não são necessariamente tipificados como crimes (podem ser desactos que se inscrevem mais corretamente na tipologia das incivildades).

Cabe apreciar esse paradoxo com a seguinte hipótese: haverá uma amplificação social porventura ancorada na mediatização de alguns dos crimes praticados por jovens (sobretudo quando esses casos envolvem, como vítimas, pessoas célebres,⁴ ou quando são praticados por grupos com uma rotulagem socialmente ressonante⁵), mas o grosso da delinquência refere-se a condutas antissociais não criminais e, como tal, não aparece nas estatísticas oficiais. ⁶Essa hipótese aceita uma outra, desdobrada nos seguintes

⁴ Esta hipótese parece-nos particularmente plausível em relação à amplificação social da delinquência juvenil na sequência da vitimização de uma conhecida atriz portuguesa nos finais da década de 1990.

⁵ Exemplos de uma rotulagem socialmente ressonante podem ser os *jovens do bairro X* (normalmente bairros pobres), os *membros da claque do clube Y*, os *jovens pertencentes a uma minoria étnica Z*. Não se exclui, também, a hipótese de se observar nesse domínio o chamado *efeito de Werther*, e que resultaria em espirais de acontecimentos, ainda assim bastante mitigadas, como agora mesmo se referiu, resultantes da exposição mediática de certas condutas. Aceite como facto científico em relação às vagas de suicídios, são cada vez mais aqueles que reclamam que o *efeito de Werther* (ou de imitação incidente de forma específica em relação a subgrupos da população com um elevado potencial de *audienceresponsiveness*) também se verifica noutras circunstâncias para além do suicídio, sobretudo pela notoriedade que a imitação sugere propiciar aos autores.

⁶ Não existem procedimentos de recolha sistemática de informação sobre ocorrências não criminais, nomeadamente daquela que envolve bens patrimoniais na via pública (exceto dos danos), nem processos de aferição periódica do sentimento de inseguran-

termos: a atribuição generalizada de responsabilidade pelos atos delinquentes a jovens menores incorre num erro de paralaxe social, porquanto esses jovens delinquentes já não se encontram no patamar etário da inimputabilidade. É possível fundamentar essa hipótese com recurso aos dados sobre os intervenientes, com idades conhecidas, em crimes (Gráfico 5).

Para o período em análise, é notório que o número de menores de idade (menos de 16 anos) intervenientes em crimes tem diminuído desde 2000, e de modo quase irregular. Também o número de intervenientes jovens adultos (16-24 anos) tem registado uma descida acentuada, embora mais irregular. O número de intervenientes maiores de idade (> 24 anos) sofreu um aumento quase linear entre 1993 e 2003 e, desde então, conheceu um ligeiro decréscimo. Surpreendentemente, à luz da representação social da juventude enquanto grupo social ofensor, os dados estatísticos revelam um número de vítimas menores que é, em quase todo o período de análise, superior aos suspeitos, e que em 2011 foi quase três vezes superior. O número de vítimas aumenta exponencialmente no escalão etário seguinte (16-24 anos), correlativo de uma crescente exposição ao risco de vitimização, mas depois de um período em que os números de vítimas e suspeitos se afastam, desde 2010 eles aparecem muito próximos. Por último, nas idades maiores (24 e mais anos), as vítimas voltam a ser maioritárias e observa-se uma tendência irregular e ligeira de aumento.

Esses dados questionam diretamente o senso comum e revelam (uma vez transformados em valores relativos) que, ao longo das duas últimas décadas, nunca a proporção de suspeitos de intervenientes (com idades conhecidas) em crimes, com idade inferior a 24 anos, foi tão baixa como nos dois últimos anos (em 2010 e 2011 foi de 18,1%). Ou seja, dos intervenientes identificados em crimes registados pelas forças de segurança, menos de 1 em cada 5 era jovem (< 24 anos de idade). Em relação às vítimas, pode concluir-se em idêntico sentido: menor percentagem de jovens no conjunto das vítimas.

Há, igualmente, outras interpretações para a redução do crime praticado por jovens a partir de 2000, e que importa aqui considerar, ainda que brevemente, pela importância de que se revestem e na perspectiva de uma adequada compreensão desse fenómeno. A primeira das interpretações reporta-se ao efeito combinado da “nova justiça tutelar educativa” (GOMES *et al.*, 2004) e de algumas iniciativas em matéria de

ça das populações – de modo a que se possa avaliar quais as zonas sobre as quais seria adequado o reforço da atenção do controlo social formal, policial e outro.

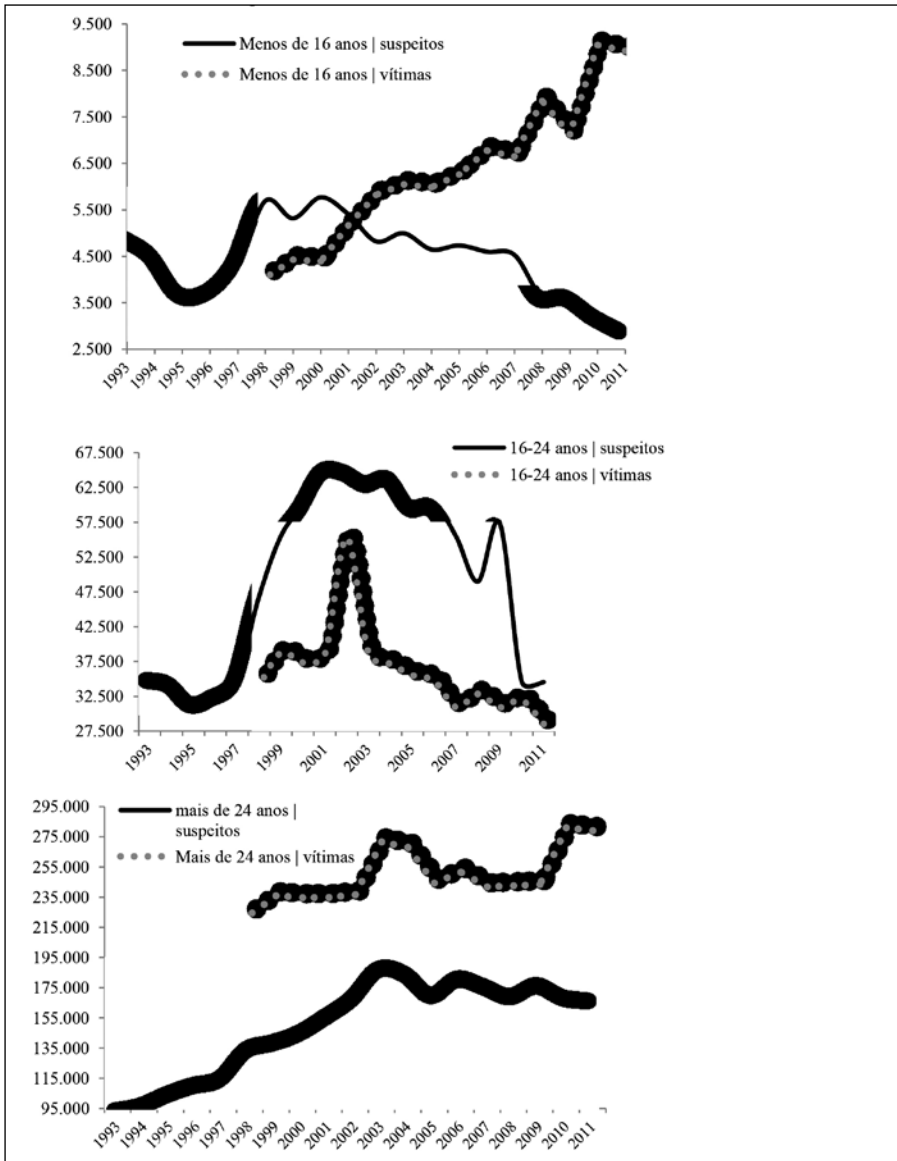
prevenção primária e secundária da delinquência e da criminalidade.

Com efeito, o pacote de reformas⁷ sugeridas pela entrada em vigor da Lei nº 147/1999, de 1º de setembro – respeitante à proteção de crianças e jovens em perigo –, da Lei nº 133/1999, de 28 de agosto – relativa aos processos tutelares cíveis – e, sobretudo, da Lei nº 166/1999, de 14 de setembro – Lei Tutelar Educativa – poderá ter tido um efeito efetivo, contribuindo para aumentar a dissuasão da prática de crimes junto de alguns subgrupos populacionais juvenis, os quais passaram a ser objeto de um controlo mais focalizado.

Malgrado o diagnóstico de desajustamentos ou bloqueios na aplicação e execução da reforma (que se iniciou, de facto, em 2001), bloqueios de carácter normativo, cultural e organizacional (GOMES et al. , 2004) aos quais se deverá dar a maior atenção, facto é que a aplicação das medidas tutelares consagradas na legislação, nomeadamente em termos dos processos tutelares educativos, criaram um ambiente menos favorável às ideias de inimputabilidade e de ausência de consequência dos atos praticados, ideias que trespassam, com facilidade, entre os grupos de jovens (e de algum modo entre a população em geral). Ora, é possível pensar-se que um outro modelo de cerceamento social também seja divulgado pelos agentes socializadores, mas também interparese ponderado por estes. Como estamos sempre a considerar um volume global de ocorrências que se situa entre os 10 e os 13 milhares (incluindo, portanto, a criminalidade grupal), qualquer efeito local da adoção de medidas tutelares sobre alguns jovens pode desencadear refreamentos que se traduzam por variações mínimas, para mais e para menos, observáveis em termos anuais.

⁷ Trata-se de um pacote fortemente induzido por uma mudança paradigmática a que se vem assistindo desde o início da década de 1990 e para a qual muito tem contribuído o Conselho da Europa e a própria União Europeia.

Gráfico5- Intervenientes, com idades conhecidas, em crimes registados, segundo o escalão etário⁸



Nota: Não existem dados disponíveis no SIEJ sobre vítimas, anteriores a 1998.

Fonte: Direção-Geral da Política de Justiça, SIEJ. Cálculos e gráficos efetuados pelo autor.

⁸ A percentagem de suspeitos sem idade identificada no total dos suspeitos passou de 17,6%, em 1993, para 11,5%, em 2011. Mesmo que, por absurdo, todos os não identificados fossem menores de idade, permaneceriam minoritários no conjunto dos autores dos crimes praticados em Portugal.

Quando analisamos os crimes em que os jovens (< 24 anos) têm uma intervenção maioritária (i. e. , os crimes praticados maioritariamente por jovens com menos de 24 anos de idade), verificamos que existe, ao longo do todo o período de análise (de 1993 a 2011), uma regularidade marcada pela sua participação maioritária (acima dos 65%) no roubo na via pública (com ou sem esticção da vítima), no furto (com ou sem arrombamento) e/ou roubo no interior de escolas, com valores entre os 50 e os 65%, no roubo em transportes públicos, incluindo motoristas (com valores acima dos 60%), nos danos (sempre a cima dos 55%) e nos crimes contra a paz pública e de violação de providências públicas (desrespeito pelas ordens civis, manifestações não autorizadas, arruaças). Dos crimes mais graves contra a vida e a liberdade (homicídios, violência física agravada, raptos, sequestros), os jovens encontram-se em posição francamente minoritária, registando-se anos em que representam menos de 10% do total dos intervenientes suspeitos dessas práticas. Ademais, a sua participação tem vindo, inclusivamente, a diminuir. A criminalidade estritamente juvenil (< 16 anos de idade), com alguma expressão relativa (superior a 25% no total das ocorrências registadas), apenas se manifesta nos crimes de furto e roubo no interior das escolas, nos danos patrimoniais: excepcionalmente, no ano de 1999, na violação de providências públicas (que corresponde à crise estudantil no ensino básico e secundário então ocorrida).

A segunda interpretação remete para as alterações demográficas profundas que se vêm registando nas sociedades ocidentais e às quais Portugal não está alheio. Esse quadro interpretativo leva a considerar que o envelhecimento na base das estruturas populacionais cria as condições para a existência de um menor potencial demográfico disponível para a prática de comportamentos antissociais. De acordo com Dijk et al. (2005), este facto explicará, de resto, o abaixamento da criminalidade que em geral se observou na última década nos países ocidentais. Os autores mencionados caracterizam nestes termos a evolução registada nos países ocidentais:

The level of common crime in Europe reached a plateau around 1995 and has shown a steady decline over the past ten years. The level of crime in Europe has now fallen back to the levels of 1990. Although his report focuses on crime within the EU, it seems worth mentioning here that levels of common crime have recently shown declining trends in the USA, Canada, Australia and other industrialized countries as well. (DIJK et al, 2005, página 22)

No que respeita a essa questão da relação entre a mudança demográfica e a criminalidade, há que prestar uma atenção muito particular, já que Portugal regista uma situação que não é rigorosamente idêntica à que Dijk et al. (2005) caracterizaram para os países ocidentais. Com efeito, o volume de ocorrências criminais reportadas às forças de segurança não tem registado, em Portugal, um decréscimo, e a taxa de crimes por 1.000 habitantes sofreu mesmo um ligeiro aumento: de 31/1000, em 1993, para 39/1000, em 2011. Todavia, uma segunda constatação refere-se ao facto de Portugal ter conhecido um declínio demográfico muito acentuado (e em tudo semelhante) no número de residentes mais jovens. É necessário ter em consideração que, em termos demográficos, a população residente em Portugal com menos de 16 anos diminuiu nesse período (de 1993 a 2011) cerca de 10%, e que a população com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos decresceu quase 23% – representando em 2011 pouco mais do que 11% do total de residentes, enquanto em 1993 representava 18%. O total de população residente em Portugal terá aumentado aproximadamente 5,2% nesta última década. Essas transformações parecem adequar-se melhor ao que Dijk menciona, não pelo declínio do volume de crimes, mas sim pela diminuição concomitante entre jovens e delinquência juvenil que entre nós também se verificou:

The general consensus is that changing demographics, among other factors, have played a causal role in the decreases in crime across the Western world. Since the bulk of common crimes are committed by young males, the proportion of adolescents in societies makes, as said, a difference to the levels of crime. Within the EU (15 countries) the proportion of the population aged 15 to 24 years decreased from 14.1 in 1993 to 12.2 in 2004.(DIJK et al, 2005, página 24).

Em Portugal as alterações demográficas ainda só terão tido efeito em relação a alguns tipos de crimes, nomeadamente em relação aos crimes praticados por jovens, sendo expectável, de acordo com o que se verifica noutros países ocidentais, que venham a ter também efeitos na criminalidade geral.

Discussão dos resultados

Referindo-se à emergência de bairros críticos na Europa durante os anos 1990, Conway Konvitz(2000) chamam a atenção para o facto de um dos resultados importantes da Conferência de Dublin em 1998, organizada pela OCDE e pela Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho, ter sido o de sublinhar o papel dos *media* na formação da opinião pública sobre esses mesmos bairros críticos (empobrecidos, com fortes tensões sociais, com condições habitacionais precárias, elevada marginalidade). Mas acrescentaram, em jeito de síntese:

[...] Another [finding] concerns the need for preventive strategies and policies; and a third concerns the linkages between regeneration, education and job training and employment. There is a need for policy-makers and academic researchers to work towards a common agenda and a shared discourse. In the final analysis, the study of distressed areas can reveal much about the nature of larger urban economic and social processes. But the responsibility of government to act means making some informed judgment about how to intervene, and why intervention is necessary, even on the basis of imperfect information. (CONWAY; KONVITZ, 2000, p. 749).

O princípio ativo do presente artigo tem exatamente que ver com a preocupação, por nós expressa em diferentes ocasiões, mas sobretudo em termos recomendativos programáticos há alguns anos atrás (MACHADO et al. , 2007), sobre a necessidade de aperfeiçoarem os processos de conhecimento científico da realidade, tendo em vista o apoio à tomada de melhores decisões. O esforço necessário para combater a opacidade própria da realidade social, tal como ela nos é dada conhecer, transformando-a em conhecimento, faz tanto mais sentido quanto esse valor acrescentado que a pesquisa científica permite transitar da zona de resistência à mudança para a zona de potencial reformador (cf. Esquema 1, anteriormente).

No tocante à criminalidade, esse propósito tem um valor social acrescido porque pode permitir um enfrentamento adequado da ilicitude contemporânea, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das populações. Uma das principais desconstruções do sensocomum sobre a criminalidade dos nossos dias consiste em

destacar as especificidades nacionais, regionais e locais, procurando perceber os contextos sócio-ecológicos em que o crime se manifesta. A desconstrução é, sobretudo, válida para combater a ideia de que fenômenos como a globalização, a urbanização e a terciarização tendem a uniformizar processos sociais. Essa uniformização, a existir, não se manifesta de modo claro, ou tão pouco se concretiza, quando falamos de crime.

O aumento do sentimento de insegurança nas sociedades modernas, que não tem necessariamente uma relação direta com o aumento da criminalidade (ROCHÉ, 1993), tem muito que ver com processos de amplificação social do crime e, em particular, da delinquência juvenil. Beneficiando de um conjunto temporalmente alargado de dados sobre a criminalidade registada pelos órgãos de polícia criminal portugueses, o artigo identifica as grandes tendências da criminalidade total registada e das grandes categorias jurídico-penais, revelando que o crescimento do número de ocorrências não tem sido linear nem uniforme em todas as categorias, assistindo-se mesmo a períodos de abaixamento nas duas últimas décadas. O país apresenta taxas de incidência de crimes por 1.000 habitantes que são das mais baixas da Europa, nomeadamente em relação a crimes violentos, como é o caso do homicídio intencional. A criminalidade em Portugal está ainda muito marcada pelos furtos, por agressões físicas (simples) e por comportamentos antissociais ilícitos, tais como a condução sob efeito de álcool ou sem habilitação legal. Acrescem a esses as incivilidades, não enquadráveis nas estatísticas do crime. É reconhecido que em duas décadas algumas mudanças se fizeram sentir nessa estrutura de ilicitude prevalecente (ver, anteriormente, Quadro 1), mas não a um ponto que exija uma revisão do paradigma de abordagem e de conceptualização do crime em Portugal.

No que respeita, especificamente, à delinquência juvenil, entendida como o conjunto dos atos criminais praticados por jovens com menos de 16 anos, e que se tem revelado como um motor de transformação da criminalidade dos países ocidentais, os dados revelam que, apesar de limitações evidentes em termos de notação estatística (que sabemos respeitarem também a outros países), também nesse particular a situação portuguesa é bastante específica. Mais do que perpetradora de ilicitude, os dados parecem evidenciar, ao contrário, uma população juvenil mais vítima do que autora. Mesmo entre os jovens de 16 e os 24 anos, os dados estatísticos mais

recentes (dos dois últimos anos) revelam uma forte aproximação entre o número de vítimas e de autores de delitos registados.

A apreciação mais fina da delinquência praticada pelos jovens (com menos de 24 anos) põe em evidência a sua responsabilidade minoritária nos crimes de sangue e, mais genericamente, nos crimes muito violentos, mas fazendo emergir a sua responsabilidade maioritária em crimes como o roubo na via pública, o furto no interior de escolas, o roubo em transportes públicos, os danos e os crimes contra a paz pública e de violação de providências públicas, para além das incivildades cometidas e que geram igualmente receio, medo por parte de terceiros.

Defendemos que a particular visibilidade pública desses crimes (sobretudo os *street crime*) e a perturbação da ordem pública (cuja ressonância nos *media* é elevadíssima) acabam por alimentar uma ideia amplificada sobre a delinquência juvenil, que não parece ter, entre nós, paralelo com o que se passa noutros países, nomeadamente europeus.

Por ora subsiste, por conseguinte, uma leitura menos favorável e quase paradoxal sobre a criminalidade juvenil. A análise e a interpretação dos dados, tal como vertidas para os relatórios oficiais, não permitem, por exemplo, retirar a conclusão de que se poderá estar a alterar um ciclo marcado por uma evolução continuada dos casos registados, dando lugar a uma diminuição ou estabilização das ocorrências. Percebe-se, isso sim, que existe uma relativa estabilidade na dinâmica desse fenómeno, com tendência para um aparente esgotamento interpretativo, em torno de quatro grandes argumentos:

- a) acentuação da marca urbana dos delitos juvenis;
- b) acentuação do seu potencial gerador de insegurança;
- c) orientação para uma vitimização essencialmente patrimonial (aparentemente muito idiopática), mas com uma expressão muito residual no conjunto dos crimes registados.

Há, claramente, e como todos os operadores policiais, judiciais e técnicos sociais reclamam, um forte investimento a fazer no sentido do conhecimento da ecologia social da delinquência juvenil em meio urbano, da sua idiopatia, gerando o conhecimento necessário para o reforço dos mecanismos com potencial preventivo, quer ao nível primário, secundário e terciário.

Para que seja possível validar essas hipóteses interpretativas do fenômeno do declínio da delinquência juvenil, insiste-se na necessidade de se dispor de dados que provem que o declínio dos outros comportamentos antissociais (incivilidades) também se observou – considerando a sua “cumplicidade” –, o que obriga a estabelecer um conjunto de mecanismos de recolha de informação.

Esses dados da delinquência e da criminalidade grupal, complementados com outros que vão sendo aduzidos ao acervo estatístico disponibilizado pelo Gabinete Coordenador de Segurança, permitem concluir que haverá uma diferença procedimental e um efeito de degrau geracional que se acentua na transição da adolescência (com menos de 16 anos) para a adolescência tardia e adultez (acima dos 16 anos e sensivelmente até aos 21 anos). Esse efeito de degrau geracional fica marcado pela mobilidade acrescida dos jovens prevaricadores, facilitada pelos transportes públicos e, acima de tudo, pelo automóvel, permitindo que a área de influência do crime e da sua antissocialidade em geral se alargue consideravelmente. Por outro lado, permite a intensificação e a reiteração dos delitos cometidos em situação de *raid* (a que se vem chamando *crime spree*). A criminalidade grupal, entendendo-a como uma subcategoria da criminalidade juvenil, reveste-se de uma natureza criminal mais grave (até pelo uso de armas, que se lhe pode associar), geograficamente mais alargada e praticada por jovens numa fase de transição para a adultez. Do ponto de vista criminológico e sociológico, trata-se de fenômenos distintos, ainda que se possa afirmar estarem relacionados.

Por último, os dados disponibilizados não permitiram proceder a uma identificação inequívoca – ela aparece apenas sugerida nas referências efetuadas pelas forças de segurança – entre os autores e a sua proveniência, designadamente dos bairros problemáticos. Não pondo em causa uma relação forte entre a pertença dos jovens e adolescentes delinquentes identificados formalmente pelos seus atos a esses bairros, caberá compreendê-la melhor e, sobretudo, identificar os contextos em que a incivilidade e o delito ocorrem, para que a sua mitigação seja efetivamente possível.

Referências

- ALMEIDA, M. R. C. **Aspectos da administração da justiça penal**. Lisboa: GEPMJ, 1995.
- ALMEIDA, M. R. C. **Inquérito à vitimação**. Lisboa: GEPMJ, 1992.
- BAGLEY, C. Juvenile delinquency in Exeter: an ecological and comparative study. **Urban Studies**, n. 2, p. 33-50, May 1965.
- BAUER, A. (Dir.). **La criminalité en France: rapport de l'Observatoire National de la Délinquance 2007**. Paris: CNRS Éditions, 2007.
- CARRILHO, M. J. ; PATRÍCIO, L. A situação demográfica recente em Portugal. **Revista de Estudos Demográficos**, Lisboa, n. 48, p. 101-145, 2010.
- CARVALHO, M. J. L. **Do outro lado da cidade: crianças, socialização e delinquência em bairros de realojamento**. 2010. Dissertação (Doutoramento em Sociologia) – Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa.
- CONWAY, M. ; KONVITZ, J. Meeting the challenge of distressed urban areas. **Urban Studies Journal Limited**, v. 37, n. 4, p. 749-774, 2000.
- DIJK, J. et al. **The burden of crime in the EU: a comparative analysis of the European crime and safety survey (EU ICS) 2005**. Brussels: Gallup Europe, 2005.
- Direção-Geral da Política de Justiça, SIEJ.
- European Sourcebook of Crime and Criminal Justice Statistics 2006.
- GOMES, C. et al. **Os caminhos difíceis da “nova” justiça tutelar educativa: uma avaliação de dois anos de aplicação da Lei Tutelar Educativa**. Coimbra: OPJP/CES, 2004.
- GOMES, P. et al. **Criminalidade de massa e criminalidade organizada: um inquérito europeu**. Lisboa: DGAI, 2009.
- KESTEREN, J. ; MAYHEW, P. ; NIEUWBEERTA, P. **Criminal victimization in seventeen industrialized countries: key findings from the 2000 International Crime Victims Survey**. Haia: NSCR, 2000.
- LEONARDO, J. **As violências nas escolas**. Lisboa: Colibri, 2009.
- MACHADO, P. et al. **Metrópoles seguras: bases para uma intervenção multissetorial nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto**. Lisboa: LNEC, 2007.3 v.
- MACHADO, P. An integrated model to understand and prevent domestic violence in Portugal, apresentação na EUCPN Best Practices 6th Annual Conference 2007, Lisbon, 10th and 11th of December 2007.

MACHADO, P. MACHADO, P. (2011). Safety and security in Portugal: paradoxes and perplexities, in Conferência Barómetro da Segurança nas organizações em Portugal 2011, IBM | PremiValor Consulting, 23 novembro 2011, Lisboa, 2011.

Ministerio del Interior de Espanha, Evolución de La Criminalidad en 2008.

OLIVEIRA, C. S. O hiperdimensionamento da criminalidade juvenil no noticiário. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 26, 2003, Belo Horizonte. **Anais**. . . Belo Horizonte: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2003.

ONU. **World youth report 2003**: the global situation of young people. New York: UN-Department of Economic and Social Affairs, 2004.

PETITCLERC, J. -M. **Les nouvelles délinquances des jeunes**. Paris: Édition Dunod, 2005.

ROCHÉ, S. **Le sentiment d'insécurité**. Paris: Presses Universitaires de France, 1993.

TEIXEIRA, S. ; LOURENÇO, N. ; PIÇARRA, N. **Estudo para a reforma do modelo de organização do sistema de segurança interna**. Lisboa: IPPRI, 2006.

Desigualdade, pobreza e violência em Porto Alegre

Leticia Maria Schabbach

Introdução

Estudos nacionais e internacionais consideram o homicídio o indicador mais eficaz para se medirem a magnitude da violência em determinado espaço social e a probabilidade de risco de sua população, a qual é desigualmente distribuída entre as classes sociais. Segundo Fox e Zawitz,

O homicídio é interessante não apenas devido à sua gravidade, mas também porque é considerado por estudiosos um barômetro bastante confiável do crime violento. Em nível nacional, nenhum outro crime é medido tão acurada e precisamente. (FOX; ZAWITZ, 2002, p. 1, tradução nossa).

Esse é o crime violento mais pesquisado internacionalmente, seja através de fontes primárias (por exemplo, entrevistas com apenados e pessoas conhecidas da vítima e do agressor, pesquisa documental em prontuários de presos e em processos judiciais), seja por fontes secundárias (estatísticas policiais e da área da saúde). Isso se deve pelo fato de que, além de graves, os homicídios são juridicamente padronizados, além de contabilizarem uma cifra oculta ínfima em comparação com os outros delitos.

Amplamente conhecida é a relação entre homicídios e uso de armas de fogo (que ocorre em cerca de 80% dos casos),¹ que possuem letalidade muito superior a das armas brancas (facas e outros objetos cortantes ou perfurocortantes). Outro aspecto constatado é de que as vítimas são preferencialmente homens jovens (com idade entre 15 e 24 anos).

¹ Em 2006, no Brasil, 77% dos óbitos por homicídio foram praticados com o concurso de armas de fogo (WAISELFISZ, 2008). Ressalte-se que, conforme Soares e Cano (2002, p. 5), “a arma não causa a violência nem o delito, mas multiplica o potencial letal do mesmo”.

Também quanto aos homicídios é menos aplicável a tese de que a classificação/identificação dos crimes decorre do processo de criminalização de atos transgressores, implementado pelo sistema de justiça criminal, pois o ato voluntário de matar outra pessoa é socialmente reprovado nas sociedades desde tempos imemoriais, embora sempre houvesse casos de convalidação de acordo com o contexto histórico: em legítima defesa, nas guerras, no exercício da atuação policial sob determinadas condições legalmente previstas.

Visualizando-se na Tabela 1 o comportamento dos homicídios no Brasil e no estado do Rio Grande do Sul no período 1991 a 2010, percebe-se um crescimento de, respectivamente, 7% e 2% (quanto à média das variações anuais),² enquanto em nível intraestadual destacam-se duas tendências opostas: a) elevação das taxas em Porto Alegre e nos municípios metropolitanos com 100.000 ou mais habitantes (média das variações anuais de, respectivamente, 8% e 7%); b) redução ou estabilização das taxas – o decréscimo nos municípios interioranos com menos de 100.000 habitantes (-2%) e a estabilização nos municípios metropolitanos com menos de 100.000 habitantes e nos interioranos com 100.000 ou mais habitantes. Além disso, nota-se que os valores das taxas dos municípios metropolitanos com 100.000 ou mais habitantes superam, em duas ou mais vezes, os índices dos outros espaços sociais.

Portanto, o comportamento das taxas de homicídios no contexto estadual é sensível à localização dos municípios (na Região Metropolitana de Porto Alegre ou no interior do estado) e ao seu tamanho (acima ou abaixo de 100.000 habitantes).

² A *média das variações* das taxas de um ano a outro incorpora e equilibra as oscilações anuais ocorridas ao longo do período de 1991 a 2010. Por sua vez, a *variação no período* compara a taxa observada no último ano da série com a do primeiro ano, sem considerar as oscilações entre os anos constitutivos da mesma.

Tabela 1 – Taxas de homicídios por 100.000 habitantes no Brasil, Rio Grande do Sul e espaços intraestaduais – 1991-2010

Taxas de homicídios por 100.000 habitantes	1991	1996	2000	2007	2010	Variação no período	Média das variações anuais
Brasil	20,9	24,8	26,7	25,9	27,4	31%	7%
Rio Grande do Sul	18,4	15,2	16,3	20,5	19,3	5%	2%
RS - Região Metropolitana, municípios com menos de 100.000 hab.	14,8	13,9	14,0	16,6	14,6	-1%	0%
RS - Região Metropolitana, municípios com 100.000 ou + habitantes, exclusive POA	25,1	22,7	22,5	31,2	31,2	24%	7%
RS - Porto Alegre	29,4	29,6	39,2	48,4	36,8	25%	8%
RS - Interior do estado – municípios com menos de 100.000 hab.	12,6	9,1	9,4	10,6	11,1	-12%	-2%
RS - Interior do estado – municípios com 100.000 ou + habitantes	21,5	14,8	12,4	16,5	18,7	-13%	0%

Nota: A Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) corresponde à sua definição legal e abrange 31 municípios anexados até 2010. O município de Rolante, inserido na região em 5 de agosto de 2010, não foi considerado na análise.

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados extraídos de: BRASIL, 1991, 1996, 2000, 2007, 2010; IBGE, 1996, 2007.

O que estaria provocando esses movimentos opostos dos índices de homicídio no espaço intraestadual? Os mesmos fatores causais que explicam a elevação dos homicídios nas cidades metropolitanas mais populosas poderiam esclarecer a redução das taxas nos municípios interioranos com menos de 100.000 habitantes? Ou ainda a estabilização do fenômeno nos municípios metropolitanos menores de 100.000 habitantes e interioranos mais populosos? Estaríamos diante de perfis etiológicos distintos vinculados ao espaço social em que os homicídios ocorrem?

Fatores explicativos da incidência de homicídios no âmbito da sociologia criminal

Homicídios e urbanização

Um dos fatores mais citados entre os pesquisadores nacionais é a associação entre homicídios e urbanização dos espaços sociais, seja no sentido de sua diminuição (Durkheim), seja no de sua elevação (teorias do controle social).

No caso da redução dos homicídios nas cidades pequenas e médias do interior do estado e da estabilização nas metropolitanas abaixo de 100.000 habitantes e nas interioranas acima desse patamar populacional, podemos remeter à formulação de Émile Durkheim (1966) de que os homicídios diminuiriam nos países civilizados e mais individualistas, em que a vida supostamente valeria mais do que outros bens e valores morais, e, por conseguinte, o crime letal seria mais punido. Nesse mesmo sentido, Gomez Buendia (1989, p. 6) ressalta que, com o passar do tempo e com a expansão das cidades, tende a ocorrer um recrudescimento dos crimes contra a propriedade, seguido da redução ou da estabilização dos homicídios. Essas tendências resultariam dos processos de modernização, de urbanização e de complexificação das sociedades que provocam um enfraquecimento das formas tradicionais de controle social (pela família, vizinhança, religião, comunidade), uma ampliação do anonimato nas relações interpessoais e uma mudança de comportamento das pessoas frente aos novos padrões de interação. Entretanto, esta explicação não se aplica aos municípios sul-rio-grandenses onde houve ampliação dos homicídios: os metropolitanos com 100.000 ou mais habitantes, incluindo Porto Alegre.

Para outro grupo de autores, o aumento dos homicídios vinculado à urbanização ocorre porque, nos municípios mais urbanizados, há menor regulação e controle social do que nas áreas rurais e pequenas comunidades, onde as pessoas se conhecem e o desvio é imediatamente detectado e estigmatizado, “[...] o anonimato urbano diminui o controle social e aumenta a impunidade” (CANO; SANTOS, 2001, p. 84).

Pobreza, desigualdade de renda e homicídios

Variáveis como a pobreza, a desigualdade e a exclusão atuam mais no interior de cidades, especialmente as metropolitanas, e menos em nível de países e estados. Por que os homicídios prevalecem nas áreas periféricas e pobres dentro das cidades?

Conforme a literatura sociológica e criminológica, nessas áreas mais pobres, com maior analfabetismo e urbanização precária e baixos níveis de satisfação das necessidades básicas e de provimento de serviços públicos, ocorrem mais homicídios. Em contrapartida, nas áreas centrais ou mais nobres, com maior concentração ou circulação de riquezas, são mais frequentes os crimes contra o patrimônio, conforme os resultados de pesquisas realizadas em vários municípios brasileiros: São Paulo (CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA, 1996a, IZUMINO; NEME, 2002), Rio de Janeiro (CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA, 1997a; CANO, 1997, CANO; SANTOS, 2001, DIRK, 2011), Salvador (CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA, 1997b), Curitiba (CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA, 1996b), Brasília (SOARES, 2009), Porto Alegre (SANTOS; RUSSO, 2003). Para Cano e Santos (2001), a renda representa um fator de proteção da violência letal, enquanto Soares (2008) salienta que as favelas possuem muitas condições facilitadoras e poucas dissuasórias da violência letal, comparativamente às áreas nobres e de classe média.

Já na comparação entre espaços mais amplos, Cano e Santos (2001) não encontraram associação estatisticamente significativa entre desigualdade de renda (medida pelo Índice L de Theil) e taxas de homicídios nos estados brasileiros. Para Soares (2008), o impacto da desigualdade de renda sobre os homicídios dentro de países (entre estados, cidades ou áreas metropolitanas) não é tão forte nem tão consistente a ponto de requerer uma teoria específica.

Razões para o crescimento das taxas de homicídio

Soares (2008) enfatiza que um crescimento súbito das taxas de homicídio associa-se, dentre outros, aos seguintes fatores: o aumento do consumo de drogas e dos conflitos inerentes ao tráfico (disputas por territórios, quitação de dívidas, “queimas de arquivo”), o acesso

fácil a novas e potentes armas, a insuficiência ou a ineficácia da atuação de agentes inibidores (menor presença policial, por exemplo), ou em contexto de guerra.

Por sua vez, Mariño (2012) refere-se a um processo de transição etiológica da criminalidade latino-americana no século XXI, no sentido de que os mesmos fatores que influenciavam o fenômeno delitivo até o final do século passado explicam muito pouco ou quase nada dos perfis criminais na atualidade. Tal mudança é verificada especialmente na criminalidade contra o patrimônio, no tráfico de drogas e em alguns tipos de homicídio.

No caso dos homicídios, a mudança ocorre porque os motivos de um possível declínio vinculam-se à institucionalização da justiça para a resolução de conflitos interpessoais (como fator inibidor), enquanto seu crescimento advém de uma maior instrumentalização por grupos organizados em favelas metropolitanas caracterizadas pela ausência do Estado, desorganização social e disputa violenta em torno da dominância no meio (MARIÑO, 2012). Nessa mesma linha, autores destacam o comportamento violento nas relações sociais constitutivas da criminalidade organizada, em especial do tráfico de drogas, em que encontraríamos a sociabilidade violenta (SILVA, 1999; MISSE, 1998) ou a reciprocidade violenta (ZALUAR, 2004), ou ainda a conflitualidade violenta perpetrada pelas organizações criminosas e destas para com a polícia (SANTOS; TIRELLI, 1999).

Assim, se, por um lado, uma tendência declinante dos homicídios nos espaços sociais pode sinalizar uma alteração do padrão cultural de resolver os conflitos interpessoais por conta própria, sem a intermediação de terceiros e através da violência, na direção da resolução judicial das contendas e do maior autocontrole dos indivíduos (ELIAS, 1990; GOTTFREDSON; HIRSCHI, 1990; MISSE, 1998; SOUZA, 2001; MARIÑO, 2012; ZALUAR, 1999), por outro, um crescimento dos homicídios remete à existência de estruturas criminais no meio, as quais estariam recorrendo sistematicamente à violência instrumental.

A maior organização e o planejamento das atividades, a reunião em grupos criminais que agem de forma sistemática, o maior grau de violência nos conflitos seriam, assim, algumas das características recentes da criminalidade latino-americana, especialmente daquela vinculada ao crime organizado.

Maria Victória Llorente e outros (2002) relacionam a violência homicida à presença de “estruturas criminais” nos espaços sociais, a partir da constatação de que os homicídios em Bogotá prevalecem em uns poucos focos (no centro da cidade e em zonas periféricas), nos quais existem atividades criminais associadas com mercados ilegais e atividades ilícitas e do baixo mundo.³ Por envolverem grupos de abrangência local, de hierarquia mais “frouxa” e que executam ações difusas, as características dessas estruturas seriam distintas do crime organizado tradicional da Colômbia (as grandes máfias do narcotráfico e os grupos guerrilheiros e paramilitares existentes em algumas regiões, como em Medellín e Cali). (LLORENTE et al. , 2002).

Em nossa tese de doutorado (SCHABBACH, 2007), encontramos forte correlação entre a presença de gangues escolares e as taxas de homicídios de 32 municípios gaúchos, nas décadas de 1990 e de 2000. De fato, a presença desses grupamentos (cuja abrangência não se restringe ao interior das escolas e que reúnem eventualmente alunos parentes ou conhecidos de criminosos) não significa que a violência letal seja por eles praticada, mas sinaliza a existência de condições propícias às práticas violentas do lado de fora das escolas. Essas condições envolvem: a existência de áreas desorganizadas (conforme a Ecologia Humana da Escola de Chicago), que possuem estruturas de oportunidades ilegítimas (CLOWARD; OHLIN, 1960) e possibilitam contatos frequentes com criminosos experientes, indispensáveis à aprendizagem criminal (SUTHERLAND, 1949), que enfrentam situações econômicas precárias e nutrem certos valores culturais favoráveis ao surgimento de subculturas desviantes (MATSUEDA; HEIMER, 1997). Em síntese, as gangues escolares seriam um indicador de desorganização social e de organização criminal existente no meio externo ao espaço escolar.⁴

³ Entre estas atividades, predominam: assaltos de rua, a bancos e a carros-fortes, roubo e furto de veículos, furto a residências e a estabelecimentos comerciais, prostituição, extorsão e sequestro, venda de drogas ilícitas, tráfico de armas e assassinatos pagos, justiceiros, grupos de autodefesa.

⁴ Para uma síntese das correntes criminológicas citadas, consultar: SCHABBACH (2007).

*Fatores explicativos da redução recente das taxas
de homicídio em estados brasileiros*

Os estados de São Paulo e Rio de Janeiro têm apresentado, em anos recentes, uma redução persistente das taxas de homicídio, demonstrando uma inflexão relativamente aos anos anteriores.

Acrescenta-se a essas evidências a constatação de Nóbrega Júnior (2011) quanto à inversão das taxas de homicídios entre as regiões Sudeste e Nordeste, a partir de 2004: enquanto as primeiras apresentaram uma tendência declinante, as segundas cresceram linearmente.

Duas hipóteses procuram explicar os fatores associados com o declínio da violência letal naqueles estados: uma centrada nos efeitos das políticas de segurança pública adotadas ao longo da década de 2000 e outra baseada nas mudanças demográficas. Embora frisa-se que não seriam os únicos fatores relacionados com a redução dos homicídios em São Paulo, Ferreira, Lima e Bessa (2009) centram nas mudanças ocorridas no sistema de justiça e segurança pública, tais como aperfeiçoamento dos mecanismos de planejamento, gestão e controle, participação das prefeituras municipais na agenda da segurança pública, aumento da participação social em áreas de alto risco.

Nesse mesmo sentido, Gláucio Soares (2009)⁵ afirma que políticas públicas podem salvar vidas, sendo assim prioritárias. Para Mello e Schneider (2009), a explicação baseada nas políticas públicas é inconsistente, uma vez que a sua adoção foi posterior ao início da trajetória declinante dos homicídios paulistas, em 1999, ou seja, todas as intervenções ocorreram quando a tendência já havia revertido. Os autores destacam como variável importante, sem desconsiderar a influência das políticas públicas, da melhoria na distribuição de renda e da elevação da escolarização secundária, as mudanças na estrutura etária relativas à queda da participação dos jovens de 15 a 24 anos na população paulista, as quais responderam por 50% da variação dos homicídios. Embora tenham crescido o interesse dos pesquisadores brasileiros e o rol de explicações à citada redução dos homicídios nos dois estados da região Sudeste, ainda persiste uma lacuna quanto à utilização de modelos analíticos multidimensionais nas análises (RATTON et al. , 2011, p. 77).

⁵ Palestra proferida no Seminário Nacional sobre os Homicídios no Brasil, ocorrido nos dias 8 a 10 de outubro de 2009, em Caruaru-PE.

Para se avançar nas pesquisas sobre homicídios, é preciso buscar o cruzamento de informações criminais com indicadores sociais, bem como levantar dados desagregados e intramunicipais que permitam apreender as complexas circunstâncias de ocorrência dos homicídios. É o que procuramos realizar no presente estudo, cujo universo empírico foi o município de Porto Alegre.

Homicídios e desigualdade na cidade de Porto Alegre

Por meio de pesquisa com dados secundários de homicídios agregados por delegacias distritais de polícia, procuramos conhecer as correlações significativas entre violência letal e dados socioeconômicos nos espaços intramunicipais da cidade de Porto Alegre. Na época da pesquisa, existiam 24 delegacias de polícia distritais na capital, e o primeiro desafio foi obter os indicadores criminais e sociais por delegacia de polícia, cuja área não corresponde exatamente a dos bairros oficiais.

O indicador de violência letal é aqui representado pelo percentual de ocorrências envolvendo homicídios sobre o total de crimes registrados em cada delegacia de polícia (ano a ano e média dos anos de 2000 a 2005), ou seja, a participação dos homicídios sobre o total de ocorrências criminais, dolosas e culposas, tentadas ou consumadas contabilizadas pelas delegacias de polícia.

A opção por esse indicador em detrimento da taxa de 100.000 habitantes decorreu da impossibilidade de se identificar, pelos dados fornecidos, se as vítimas dos homicídios residiam na área da delegacia onde foi registrada a ocorrência, bem como da inexistência de informações sobre a população flutuante em cada espaço social.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa desenvolveu-se através dos seguintes passos:

- a) Indexação de cada área compreendida pelos setores censitários no território das delegacias distritais de Porto Alegre (IBGE, 2000; RIO GRANDE DO SUL, 1997).
- b) Desse trabalho restaram 44 setores censitários inclassificáveis (total de 26.566 residentes em 2000), pois o seu território distribuía-se por duas delegacias. A fim de incorporá-los à análise, procedeu-se da seguinte forma: a) dois setores com população

- menor do que 100 pessoas (os de números 1.305 e 2.157) foram reclassificados para a delegacia de menor população dentre as duas abrangidas; b) os dados dos 42 setores censitários restantes foram redistribuídos entre as duas delegacias correspondentes, metade dos valores para cada uma.
- c) Obtenção de dados socioeconômicos de 2000 para cada delegacia, através da soma das informações dos setores censitários indexados nas delegacias. Fonte: IBGE, 2000b.
 - d) Cálculo dos indicadores criminais por delegacia – participação dos homicídios consumados, tentados, dolosos e culposos sobre o total de crimes registrados (ano a ano e média do período de 2002 a 2005). Fonte: RIO GRANDE DO SUL, 2006.
 - e) Preparação da base de dados para a análise estatística.

Para o exame estatístico das correlações bivariadas e da rodagem da análise fatorial, foram selecionadas 21 delegacias de polícia, com a exclusão das seguintes: 1^a e 17^a (suas sedes localizam-se no centro da capital, englobando áreas com grande circulação de pessoas e contabilizando elevado número de registros cujo fato ocorreu em outra circunscrição policial); 24^a (possuindo cerca de 3.316 moradores residentes, trata-se de caso discrepante em termos de população e incidência de crimes).

Das variáveis socioeconômicas, foram consideradas apenas as correlacionadas, positiva ou negativamente, com o indicador de homicídios, quais sejam:

- Pobreza: porcentagem de responsáveis por domicílios que receberam até um salário mínimo;
- Participação dos adolescentes: porcentagem de adolescentes, com idade entre 12 e 18 anos, sobre a população total;
- Carência de serviços públicos urbanos: porcentagem de domicílios sem rede sanitária geral;
- Escolaridade dos responsáveis pelos domicílios, medida pelos anos de estudos dos responsáveis por domicílios, indicador que se mostrou altamente correlacionado com “salário médio dos responsáveis por domicílios particulares permanentes” (0, 950**), variável esta excluída;
- Desigualdade: razão entre os responsáveis que receberam 10 ou mais salários mínimos sobre os responsáveis que perceberam até um salário mínimo;
- Média populacional dos anos 2000 e 2007.

- a) Cruzamento entre o indicador criminal e os socioeconômicos, por meio da rotação de correlações bivariadas utilizando-se o *software* SPSS®, a fim de se identificar as associações mais significativas entre eles;
- b) Análise fatorial⁶ de componentes principais através do programa *Système Pour Analyse de Données* (SPAD®), para se visualizar graficamente as proximidades e as distâncias entre variáveis e fatores e respectivos casos.

Resultados

Correlações bivariadas entre as variáveis

A proporção de homicídios – consumados e tentados, culposos e dolosos – sobre o total de crimes registrados em Porto Alegre, no período de 2002 a 2005, atingiu 0, 5%, percentual inferior aos crimes de furto (39%), roubo (17%), ameaça (11%) e lesão dolosa (9,4%).

Analisando-se a Tabela 2, verifica-se que os homicídios prevaleceram nas delegacias com alta proporção de responsáveis que recebem até um salário mínimo (0, 851), alta proporção de adolescentes (0, 841), expressiva presença de domicílios sem rede sanitária geral (0, 582). Em contrapartida, nas delegacias onde os responsáveis por domicílios tinham maior escolaridade (medida pelos anos de estudo, -0, 858) e eram mais desiguais (maior distância entre a quantidade de responsáveis com mais de 10 salários mínimos e o número daqueles que receberam até um salário mínimo, -0, 659), ocorreram menos homicídios no período analisado. A variável “média da população 2000 e 2007” não se correlacionou com homicídios.

⁶ Conforme Schabbach (2009, p. 37, nota 16): “A análise fatorial é uma família de métodos estatísticos de análise multidimensional que pode utilizar tanto dados quantitativos quanto qualitativos e codificados, a partir dos quais são extraídos os fatores: variáveis artificiais combinadas das originais que sintetizam o conjunto dos dados.”

Tabela 2 – Correlações bivariadas entre as variáveis

	% Homicídios/ total de crimes	% Adolescentes	% Responsáveis com até 1 SM	Razão entre responsáveis + 10 SM/até 1 SM	Anos de estudo dos responsáveis	% Domicílios s/ rede sanitária geral	Média da população 2000 e 2007
% Homicídios / total de crimes	1	,841**	,851**	-,659**	-,858**	,582**	,236
% Adolescentes	,841**	1	,863**	-,737**	-,899**	,448*	,357
% Responsáveis com até 1 SM	,851**	,863**	1	-,766**	-,974**	,577**	-,020
Razão entre responsáveis + 10 SM/até 1 SM	-,659**	-,737**	-,766**	1	,848**	-,560**	-,179
Anos de estudo dos responsáveis	-,858**	-,899**	-,974**	,848**	1	-,629**	-,092
% Domicílios s/ rede sanitária geral	,582**	,448*	,577**	-,560**	-,629**	1	,128
Média da população 2000 e 2007	,236	,357	-,020	-,179	-,092	,128	1

Notas: * a correlação é significativa em nível 0, 05; ** a correlação é altamente significativa em nível 0, 01. As correlações bivariadas foram rodadas no *software* SPSS for Windows®. Os valores das células equivalem aos coeficientes de correlação.

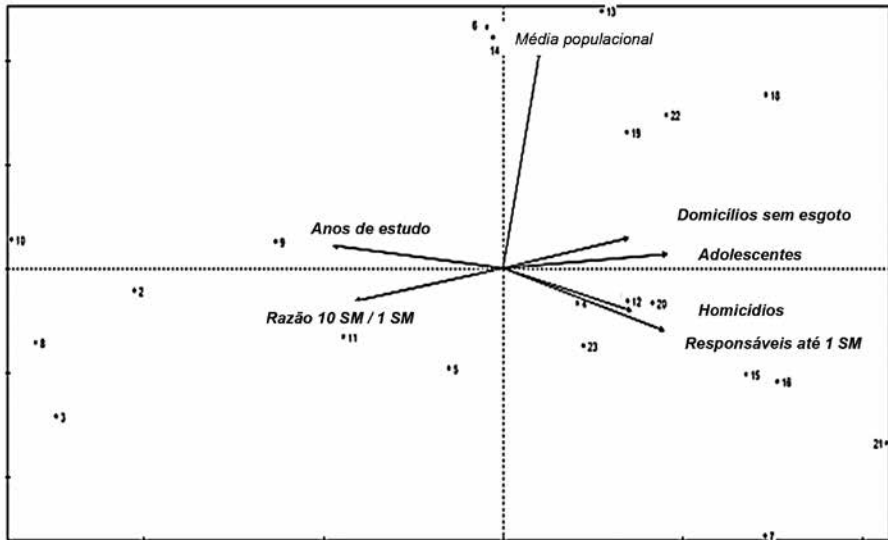
Fontes: Cálculos efetuados pela autora a partir dos dados extraídos de IBGE, 2000b, 2000c, 2007; RIO GRANDE DO SUL, 2006.

Visualização gráfica da configuração dos fatores (componentes principais) e da distribuição das delegacias típicas

O Gráfico 1 dispõe os fatores (conjuntos de variáveis relacionadas, expressas pelos nomes e setas) e os casos (delegacias de polícia, sinalizadas pelos pontos e números) entre os lados direito e esquerdo dos dois eixos.

Observa-se, no lado direito do gráfico, a aproximação de três indicadores – pobreza (porcentagem de responsáveis que receberam até um salário mínimo), carência no provimento de serviços públicos urbanos (porcentagem de domicílios sem rede geral de esgoto) e participação de adolescentes na população – com o indicador dos homicídios. As delegacias típicas dessa configuração são: 21ª DP (bairros Agronomia e Lomba do Pinheiro), 16ª DP (bairro Restinga), 15ª DP (bairros Intercap e Jardim Carvalho), 7ª DP (extremo sul de Porto Alegre, bairros Belém Novo, Ponta Grossa e Lageado) e 20ª DP (bairro Cristal/Cruzeiro), situadas nas primeiras colocações do *ranking* da participação dos homicídios sobre o total de crimes registrados (vide Anexo 2).

Gráfico 1 – Homicídios e variáveis socioeconômicas e respectivas delegacias típicas



Fontes: Cálculos efetuados pela autora a partir dos dados extraídos de: IBGE, 2000b, 2000c, 2007; RIO GRANDE DO SUL, 2006.

Do lado oposto (à esquerda), nas delegacias cujos responsáveis pelos domicílios possuíam maior escolaridade (e também maior renda) e nas quais havia maior desigualdade entre altas e baixas rendas, os índices de homicídios foram os mais baixos do período 2002-2005. Representam esse padrão as delegacias de polícia: 8ª DP (bairro Petrópolis), 10ª DP (bairro Bom Fim), 3ª DP (bairros São Geraldo e Floresta) e 2ª DP (bairro Menino Deus).

Conclusão

A pesquisa tratou da incidência da violência letal e dos fatores socioeconômicos correlacionados em 24 delegacias distritais de polícia de Porto Alegre, partindo da indexação dos setores censitários de 2000 nas áreas compreendidas pelas delegacias.

Pretendeu-se conhecer melhor os vetores socioeconômicos que, além de polarizarem os espaços internos da capital do Rio Grande do Sul, estão mais associados com a violência letal. Nesse sentido, o trabalho permitiu uma visão geral dos contrastes e dos problemas sociais que assolam a capital gaúcha.

Após o exame dos principais fatores correlacionados com a participação dos homicídios no total de ocorrências criminais das delegacias de polícia, concluiu-se que a distribuição da violência letal também representa, ao lado da renda, escolaridade, moradia, estilo de vida, um indicador da desigualdade intramunicipal. Constatou-se que os homicídios prevalecem em áreas de maior proporção de adolescentes, justamente as mais pobres, de menor escolaridade e com menor provimento de serviços urbanos (rede geral de esgoto). Em contrapartida, eles incidem menos nas áreas das delegacias cujos habitantes possuem maior renda e escolaridade e onde a desigualdade de renda é mais acentuada. Nesse sentido, concordamos com Cano e Santos (2001), quando afirmam que a renda é um fator de proteção da violência letal, desigualmente distribuído nos espaços sociais metropolitanos.

Muito ainda é necessário avançar para se conhecer a dinâmica e as características dos homicídios nos microespaços urbanos. Em termos metodológicos, existem duas lacunas a serem transpostas:

- a) dificuldade de acesso a informações socioeconômicas desagregadas e com periodicidade condizente com a dinâmica e oscilações dos fenômenos, isto é, inferior aos intervalos intercensitários;
- b) disponibilização e livre acesso aos dados provenientes de ocorrências e inquéritos policiais, os únicos que permitem identificar onde o conflito realmente ocorreu. As informações sobre mortalidade não contemplam o endereço do fato, embora contem com inúmeras vantagens, dentre elas, cobertura nacional com periodicidade anual. Elas incluem fatos letais que nos registros policiais são tipificados em categorias jurídicas distintas de homicídio, por exemplo: latrocínio, lesões corporais seguidas de morte, assassinatos ocultados pela denominação “encontro de cadáver”, para citar algumas. Os dados referentes às “agressões” nas Estatísticas Vitais do Ministério da Saúde não informam o endereço/local onde ocorreu o conflito, mas o local de residência da vítima ou de ocorrência do óbito (que pode ser diverso do local do conflito, por exemplo, um hospital).

Por fim, salienta-se que o homicídio é um delito complexo, que compreende vários cenários sociais do crime, ou seja, distintos atos e objetos, relações sociais, temas de confrontação, interesses em jogo e dinâmicas. Ele pode abranger desde a extrema racionalidade e planejamento das ações (como no caso do acerto de contas do crime organizado), até os conflitos domésticos ou nos locais de convivência, bem como os desentendimentos por motivos fúteis entre conhecidos ou desconhecidos.

A construção de tipologias representa uma estratégia útil para se contemplar essa diversidade dos homicídios, ao se diferenciá-los, por exemplo, em: a) *violência interativa ou relacional* – mais frequente e envolvendo pessoas que se conhecem e vivenciam conflitos interpessoais cotidianos; b) *violência instrumental* – relacionada com práticas de aquisição de bens ilícitos acionadas por criminosos profissionais e/ou vinculados ao crime organizado, as quais, embora menos incidentes do que o primeiro tipo, tendem a prevalecer em espaços urbanos, metropolitanos, com alta densidade populacional e onde existem estruturas criminais; c) *violência difusa ou ocasional* – verificada em fatos decorrentes de discussões ocasionais entre desconhecidos, brigas de rua, em bares, no trânsito, que geralmente

não têm motivo aparente e são potencializados pela embriaguez e pelo uso de arma de fogo.

A fim de se operacionalizar tais tipologias, é indispensável examinar-se em profundidade as circunstâncias dos homicídios e as características dos envolvidos, através de consulta em fontes secundárias (como os processos judiciais criminais ou os inquéritos policiais) ou de pesquisa de campo, com técnicas qualitativas de levantamento de dados (entrevistas com apenados, com conhecidos da vítima e do criminoso, com testemunhas etc.).

Na esteira dos estudos recentes que demonstram que as políticas públicas fazem realmente a diferença, o conhecimento dos variados tipos de homicídios pode contribuir com a maior efetividade das distintas formas de enfrentamento da violência letal, sejam elas reativas ou preventivas.

Referências

BRASIL. **Informações de saúde: estatísticas vitais**. Brasília: Ministério da Saúde, 1991. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=>>. Acesso em: 5 jan. 2011.

BRASIL. **Informações de saúde: estatísticas vitais**. Brasília: Ministério da Saúde, 1996. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=>>. Acesso em: 5 jan. 2011.

BRASIL. **Informações de saúde: estatísticas vitais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2000. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=>>. Acesso em: 5 jan. 2011.

BRASIL. **Informações de saúde: estatísticas vitais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=>>. Acesso em: 5 jan. 2011.

CANO, I. **Mapa de risco da violência no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião, 1997.

CANO, I. ; SANTOS, N. **Violência letal, renda e desigualdade social no Brasil**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001.

CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA. **Mapa de risco da violência**: cidade de São Paulo. São Paulo: CEDEC, 1996a.

CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA. **Mapa de risco da violência**: cidade de Curitiba. São Paulo: CEDEC, 1996b.

CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA. **Mapa de risco da violência**: cidade do Rio de Janeiro. São Paulo: CEDEC, 1997a.

CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA. **Mapa de risco da violência**: cidade de Salvador. São Paulo: CEDEC, 1997b.

CLOWARD, R. A. ; OHLIN, L. E. **Delinquency and opportunity**: a theory of delinquent gangs. New York: Free Press, 1960.

DIRK, R. Homicídios dolosos no Rio de Janeiro: variáveis aleatórias. **Segurança, Justiça e Cidadania**, Brasília, v. 3, n. 6, p. 143-167, 2011.

DURKHEIM, É. **Lecciones de sociologia**. Buenos Aires: Schapire, 1966.

ELIAS, N. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. v. 1.

FERREIRA, S. ; LIMA, R. S. de; BESSA, W. Criminalidade violenta e homicídios em São Paulo: fatores explicativos e movimentos recentes. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon et al. **Homicídios**: políticas de controle e prevenção no Brasil. Brasília: Ministério da Justiça, 2009.(Coleção Segurança com Cidadania, v. 1, n. 3). p. 11-20.

FOX, J. ; ZAWITZ, M. **Homicide trends in the United States**: 2002 Update. Bureau of Justice Statistics – Crime Data Brief: US Department of Justice, Nov. 2004.Disponível em: <<http://bjs.ojp.usdoj.gov/content/pub/pdf/htus02.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2006.

GOMEZ BUENDIA, Hernando (Ed.). **Urban crime**: global trends and policies. Tokyo: The United Nations University, 1989.

GOTTFREDSON, M. ; HIRSCHI, T. **A general theory of crime**. Stanford: Stanford University Press, 1990.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Malha do setor censitário urbano digital do Brasil 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000a. CD-ROM.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2000**: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2000b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm>. Acesso em: 1 jan. 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2000**: base de informações por setor censitário da área urbana dos distritos-sede. Resultados do universo - Região Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 2000c. CD-ROM.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contagem da população 1996**.Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem/default.shtm>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contagem da população 2007**. Disponível em: <[http://www. ibge. gov. br/home/estatistica/populacao/ contagem2007/](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/)>. Acesso em: 10 jan. 2011.

IZUMINO, W; NEME, C. Violência urbana e graves violações de direitos humanos. **Ciência e Cultura**, Ano 54, n. 1, p. 47-49, jul. /set. 2002.

LLORENTE, M. V. et al. **Violência homicida y estructuras criminales en Bogotá**. Bogotá: Universidad de los Andes, 2002.

MARIÑO, J. M. F. **Sobreviventes, bandidos e rebeldes**: para uma sociologia da criminalidade na América Latina. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2012.No prelo.

MATSUEDA, R. L. ; HEIMER, K. A symbolic interactionist theory of role-transitions, role-commitments and delinquency. In: THORNBERRY, T. (Ed.). **Developmental theories of crime and delinquency**. New Brunswick: Transaction, 1997.p. 163-213.

MELLO, J. M. P. ; SCHNEIDER, A. Mudança demográfica e a dinâmica dos homicídios no estado de São Paulo. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon et al. **Homicídios**: políticas de controle e prevenção no Brasil. Brasília: Ministério da Justiça, 2009.(Coleção Segurança com Cidadania, v. 1, n. 3). p. 21-36

MISSE, M. **O final da cadeia**: interpretações da violência no Rio. Trabalho apresentado no Seminário “Foucault”. Rio de Janeiro, 11 ago. 1998.

NÓBREGA JÚNIOR; J. M. Os homicídios no Nordeste Brasileiro. **Segurança, Justiça e Cidadania**, Brasília, v. 3, n. 6, p. 31-71, 2011.

RATTON, J. L. et al. Configurações de homicídios em Recife: um estudo de caso. **Segurança, Justiça e Cidadania**, Brasília, v. 3, n. 6, p. 73-89, 2011.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 37.331 de 1º de abril de 1997.Institui a 24ª delegacia de polícia e altera a circunscrição de distritos policiais, no município de Porto Alegre, e dá outras providencias. **Diário Oficial do Estado**, Porto Alegre, 2 abr. 1997.Disponível em: <[https://www. al. rs. gov. br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0& Hid_ TodasNormas=9470&hTexto=&Hid_IDNorma=9470](https://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=9470&hTexto=&Hid_IDNorma=9470)>. Acesso em: 4 ago. 2008.

RIO GRANDE DO SUL. “Delitos POA 02.xls”; “Delitos POA 03.xls”, “Delitos POA 04.xls”, “Delitos POA 05.xls”. Porto Alegre: Polícia Civil/Departamento de Planejamento e Coordenação/Serviço de Estatística, ago. 2006.[Planilhas excel fornecidas exclusivamente para a pesquisa].

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Obras Públicas, Irrigação e Desenvolvimento Urbano. Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional. Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). Disponível em: <[http://www. metroplan. rs. gov. br/institucional/area_ atua. htm#rmpa/](http://www.metroplan.rs.gov.br/institucional/area_atua.htm#rmpa/)>. Acesso em: 9 out. 2011.

SANTOS, J. V. T. ; RUSSO, M. Espacialização das violências em Porto Alegre: cidade complexa e diferenciada. In: GUIMARÃES, Luiz A. Brenner. **A Prefeitura Municipal de Porto Alegre e a segurança urbana: uma forma alternativa e cidadã de construir soluções para a segurança.** Porto Alegre: Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana, 2003.p. 15-21.

SANTOS, J. V. T. ; TIRELLI, C. A ordem pública e o ofício de polícia: a impunidade na sociedade brasileira. In: SOUSA, E. L. **Psicanálise e colonização: leituras do sintoma social no Brasil.** Porto Alegre: Artes & Ofícios, 1999.p. 113-127.

SCHABBACH, L. M. **Análise sociocriminal das delegacias de polícia de Porto Alegre.** Porto Alegre: Academia de Polícia Civil, 2009.

SCHABBACH, L. M. **Tendências e preditores da criminalidade violenta no Rio Grande do Sul.** 2007.Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, UFRGS, Porto Alegre.

SILVA, L. A. M. Criminalidade violenta: por uma nova perspectiva de análise. **Revista Sociologia Política,** Curitiba, n. 13, p. 115-124, nov. 1999.

SOARES, G. A. D. **Não matarás: desenvolvimento, desigualdade e homicídios.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

SOARES, G. A. D. Subdesenvolvimento econômico e social e homicídios. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon et al. **Homicídios: políticas de controle e prevenção no Brasil.** Brasília: Ministério da Justiça, 2009.(Coleção Segurança com Cidadania, v. 1, n. 3). p. 69-89.

SOARES, G. A. D. ; CANO, I. **As teorias sobre as causas da criminalidade.** Rio de Janeiro: IPEA, 2002.

SOUZA, D. **Motivações da violência.** Trabalho apresentado no X Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia. Fortaleza: 2001.

SUTHERLAND, E. **Princípios de criminologia.** São Paulo: Martins, 1949.

WASELFSZ, J. J. **Mapa da violência dos municípios brasileiros – 2008.** Brasília: Instituto Sangari, 2008.

ZALUAR, A. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ZALUAR, A. Violências, globalizações e exclusões. **Zero Hora,** Porto Alegre, 1º maio 1999.p. 5.

Anexo A – Municípios que compõem a Região Metropolitana de Porto Alegre com a data de anexação e a legislação que assim a determinou

	Município	Anexado em	Legislação	Área (km²)	População (2010)	PIB em R\$ (2008)
1	Alvorada	8 de junho de 1973	LCF 14/1973	70, 811	195.718	1.087.998,073
2	Cachoeirinha	8 de junho de 1973	LCF 14/1973	43,766	118.294	2.839.759,406
3	Campo Bom	8 de junho de 1973	LCF 14/1973	61,406	60. 081	1.244.126,000
4	Canoas	8 de junho de 1973	LCF 14/1973	131,097	324.025	16.444 . 476,000
5	Estância Velha	8 de junho de 1973	LCF 14/1973	52,378	42.589	533 743,783
6	Esteio	8 de junho de 1973	LCF 14/1973	27,543	80. 669	2 056 260, 828
7	Gravataí	8 de junho de 1973	LCF 14/1973	463,758	255.762	5 352 575,064
8	Guaíba	8 de junho de 1973	LCF 14/1973	376,973	95.230	1 744 502,214
9	Novo Hamburgo	8 de junho de 1973	LCF 14/1973	223,606	239.051	4 418 162,311
10	Porto Alegre	8 de junho de 1973	LCF 14/1973	496,827	1.409.939	37.787.913.000
11	São Leopoldo	8 de junho de 1973	LCF 14/1973	102,313	214.210	2 934 146,819
12	Sapiranga	8 de junho de 1973	LCF 14/1973	137,519	75.020	992 933,636
13	Sapucaia do Sul	8 de junho de 1973	LCF 14/1973	58,644	130. 988	1 705 758,391
14	Viamão	8 de junho de 1973	LCF 14/1973	1.494,263	239.234	1 728 600, 488
15	Dois Irmãos	3 de outubro de 1989	CE	65,156	27.572	510 235,074
16	Eldorado do Sul	3 de outubro de 1989	CE	509,699	34.335	442 194,141
17	Glorinha	3 de outubro de 1989	CE	323,641	6.885	219 687,227
18	Ivoti	3 de outubro de 1989	CE	63,138	19.877	354 394,758
19	Nova Hartz	3 de outubro de 1989	CE	62,558	18.346	289 296,651
20	Parobé	3 de outubro de 1989	CE	109,026	51.481	485 248,949
21	Portão	3 de outubro de 1989	CE	159,942	30. 881	584 919,355
22	Triunfo	3 de outubro de 1989	CE	823,416	25.811	4 550 725,434
23	Charqueadas	27 de julho de 1994	LCE 10234	216,513	35.363	920 717,222
24	Araricá	30 de julho de 1998	LCE 11201	35,292	4.868	48.694,677
25	Nova Santa Rita	30 de julho de 1998	LCE 11201	217,868	22.706	304 375,179
26	Montenegro	14 de janeiro de 1999	LCE 11307	420, 017	59.436	1 421 097,843
27	São Jerônimo	21 de junho de 1999	LCE 11340	937,049	22.141	276 577,919
28	Taquara	21 de março de 1999	LCE 11318	457,130	54.656	523 359,876
29	Arroio dos Ratos	1° de janeiro de 2000	LCE 11539	425,938	13.608	141.046,822
30	Santo Antônio da Patrulha	21 de setembro de 2000	LCE 11530	1.048,904	39.679	461 758,165
31	Capela de Santana	28 de junho de 2001	LCE 11645/2001	184,003	11.613	85 879,104
32	Rolante	5 de agosto de 2010	LCE 13496/2010	296,992	19.493	200 358,083
Total				10. 097,196	3.979.561	92.691.876.886

Fonte: RIO GRANDE DO SUL, 2011.

Anexo B – Ranking das delegacias conforme a participação dos homicídios no total de crimes registrados

Delegacia	Bairro da sede da delegacia	Nº absoluto de homicídios 2002-2005	Nº absoluto de crimes 2002-2005	% dos homicídios/ total de crimes	Posição no ranking
21ª DP	Agronomia/Lomba do Pinheiro	163	11.184	1,5%	1
18ª DP	Vila Safira	291	21.786	1,3%	2
20ª DP	Cristal	209	17.063	1,2%	3
15ª DP	Intercap	247	20.335	1,2%	4
16ª DP	Restinga	222	20.395	1,1%	5
7ª DP	Belém Novo	82	7.986	1,0%	6
22ª DP	Rubem Berta	236	23.963	1,0%	7
19ª DP	Partenon	94	10.802	0,9%	8
23ª DP	Partenon	57	8.412	0,7%	9
12ª DP	Sarandi	120	18.953	0,6%	10
5ª DP	Glória	87	13.988	0,6%	11
14ª DP	Vila Ipiranga	146	24.374	0,6%	12
13ª DP	Cavanhada	126	21.174	0,6%	13
4ª DP	Floresta	142	26.883	0,5%	14
24ª DP	Anchieta	17	3.507	0,5%	15
11ª DP	Partenon	76	20.700	0,4%	16
6ª DP	Ipanema	67	20.402	0,3%	17
1ª DP	Centro	57	32.781	0,2%	18
2ª DP	Menino Deus	53	31.480	0,2%	19
3ª DP	São Geraldo	28	17.322	0,2%	20
9ª DP	Passo da Areia	32	22.943	0,1%	21
10ª DP	Bom Fim	37	34.483	0,1%	22
17ª DP	Centro	61	77.779	0,1%	23
8ª DP	Petrópolis	13	20.540	0,1%	24
Total Porto Alegre		2.989	640.893	0,5%	

Fonte: RIO GRANDE DO SUL, 2006. Cálculos efetuados pela autora.

Homicídios e tráfico de drogas: contribuições da análise de segregação socioespacial

Lúcia Lamounier Sena

Introdução

De maneira reiterada, os indicadores sobre a questão de homicídios relacionados ao tráfico de drogas no Brasil tem chamado a atenção para o fato de que há uma forte correlação entre esse fenômeno e o status socioeconômico tanto das vítimas quanto dos autores: são pobres (negros ou pardos), jovens, masculinos, moradores de vilas e/ou favelas das principais periferias urbanas.

Se, por um lado, a explicitação desses atributos possibilita tangibilizar um pouco mais o fenômeno da criminalidade violenta e direcionar as políticas públicas, por outro, há um processo de naturalização, quer dizer, os sujeitos evidenciados nesse processo passaram a ser culpabilizados pela sua condição social, relacionada às atividades que supostamente geram uma sociedade violenta e insegura. No entanto, os atributos clássicos – cor, faixa etária e local de moradia – referenciados como “naturais” dos autores ou vítimas de homicídios, mais do que esclarecedores do fenômeno, nos colocam diante de uma questão, já abordada por Jessé Souza (2003a; 2003b; 2006): o que está por detrás desses atributos?

Um caminho que talvez possa ampliar a possibilidade de nos aproximarmos da complexidade dessa resposta é empreender uma discussão sobre as desigualdades e as vulnerabilidades sociais reveladas nos espaços metropolitanos brasileiros. A complexidade espacial, em termos das implicações da segregação, quer dizer, da homogeneidade social interna, e não os atributos dos sujeitos, diz muito sobre os fundamentos relacionados ao fenômeno do homicídio e sua ligação com a juventude no Brasil.

Aliado a essa naturalização corrente, pressupõe-se que o tráfico de drogas – atividade fortemente apontada como “produtora” de jo-

vens vítimas ou autores de homicídios – é homogêneo, destituído de especificidades, no que tange a sua relação com o espaço em que se realiza. Predomina uma representação de uma atividade altamente hierarquizada, constituída por um “núcleo duro” que determina todas as ações dos sujeitos a ela conectados, atividade guiada somente pela racionalidade do homicídio como pressuposto de resolução dos conflitos e demonstração de poder.

Finalmente, a especificidade do espaço em que predomina o tráfico como uma atividade central (em termos da violência e de imposição de poder) ou nele ocorre como uma atividade presente em uma multiplicidade de outras, mas com forte impacto sobre a população aí residente, é praticamente descartada como uma variável analítica. O pressuposto deste artigo é o de considerar a atividade do tráfico de drogas como uma complexa e diversificada rede de comercialização não determinada pela configuração de um espaço, mas que nele encontra condições favoráveis, ou não, ao seu desenvolvimento. A perspectiva é considerar o lugar, com seus respectivos indicadores de vulnerabilidade social, como correlatos aos tipos específicos de rede de comercialização de drogas ilícitas e ao perfil da criminalidade violenta que lhe é correlata.

Neste artigo, apresento uma descrição da dinâmica de uma rede de atividade do tráfico de drogas – nomeada como Rede de Bocas –, tomada como objeto empírico, capaz de dar concretude aos argumentos apresentados. Esses dados foram coletados, no âmbito de uma pesquisa mais ampla, sobre a problemática do crack, da violência, do tráfico e do tratamento do usuário, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), coordenada pelo professor Luís Flávio Sapori e por Regina Medeiros. Nesse estudo participei como coordenadora do trabalho de campo, para coleta de dados sobre as redes de comercialização de drogas. O estudo foi realizado entre os anos de 2008 e 2010, com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A análise apresentada no âmbito deste artigo está baseada em um total de 19 entrevistas do tipo qualitativas – semiestruturadas, informais ou por pautas – com jovens diretamente envolvidos em algum tipo de rede de comercialização de drogas, na RMBH. As entrevistas foram voluntárias e conseguidas através do estabelecimento de contatos, oriundos da própria universidade, de participantes de um programa estadual de prevenção ao homicídio (o Fica Vivo!), de membros participantes de uma comunidade terapêutica e de um centro socioeducativo.

Espaço e vulnerabilidade socioespacial

Júlio César Andrade Roberto, um jovem brasileiro com nome de imperador romano, morava na Baixada Fluminense e foi morto em julho de 2008, num suposto confronto com a polícia. (GOMES, 2011). É um dos casos que consta nos “autos de resistência”, editado em 1969, no Rio de Janeiro. Trata-se de um registro policial utilizado para mortes de suspeitos em confronto armado com os agentes da lei (a polícia). Ao longo do ano de 2008, para cada policial morto em operação morreram 43 civis. (NEPOMUCENO, 2009, p. 27). Essa breve história é um fio que se desenrola na complexidade que envolve o fenômeno da criminalidade violenta juvenil no Brasil e o conceito de vulnerabilidade socioespacial.

Os adjetivos urbano e metropolitano, do fenômeno da exclusão social e da pobreza, têm sido reiterados nas obras dos pesquisadores que se dedicam ao estudo das questões urbanas brasileiras. No que diz respeito à criminalidade violenta, a composição dos resultados do estudo sobre o Índice de Homicídios na Adolescência¹ pode nos dizer algo. No ano de 2007, dos 20 municípios com população superior a 200. 00 habitantes, o Sudeste se destacou com 10 municípios metropolitanos, cujos patamares estão acima de cinco adolescentes mortos para cada 1.000. Destacaram-se as cidades da Grande Vitória (Serra, Vila Velha e Guarapari), da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Duque de Caxias, Itaboraí e São Gonçalo) e da RMBH (Belo Horizonte, Ribeirão das Neves, Betim e Contagem). No caso dos municípios da RMBH destacados, as taxas de homicídio de jovens entre 15 e 29 anos, no ano de 2010, eram de 66,7 (Belo Horizonte), 143,7 (Betim) e 96,12 (Ribeirão das Neves).²

No entanto, não pode passar despercebido o fato de que, no universo do censo demográfico brasileiro de 2010, dos cerca de 16

¹ A divulgação desse estudo foi feita em 2010, pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Os responsáveis pelo documento são: o Programa de Redução da Violência Letal, uma iniciativa do Observatório de Favelas, em parceria com o UNICEF, e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, o Laboratório de Análise de Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LAV-UERJ), que tem como apoio institucional a Organização Intereclesiástica de Cooperação para o Desenvolvimento (ICCO). (BRASIL, 2010).

² Dados para 100.000 habitantes extraídos do Índice Mineiro de Responsabilidade Social da Fundação João Pinheiro: dados de saúde. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2011).

milhões de jovens que residem em domicílios sem rendimento, ou com rendimento de até R\$ 70, 00, nada mais do que 10. 054.586 são pardos. A tangibilidade desses números deve ser considerada na análise do fenômeno da criminalidade, uma vez que indica ser parte de uma complexidade maior, também relacionada às dimensões de acesso ou vulnerabilidades revelados no espaço.

Os estudos sobre exclusão/marginalidade (KOWARICK, 2009), segregação residencial (RIBEIRO, 2003) e isolamento/vulnerabilidade (KAZTMAN; FILGUEIRA, 2005; SARAVI, 2004), pobreza e segregação espacial (MARQUES, 2010) são convergentes na problematização do espaço, no que se refere aos seus diferenciais, em termos de uma oferta desigual de acesso aos recursos socialmente disponíveis, suas respectivas dinâmicas de integração/exclusão social.

O fenômeno crescente da favelização nas metrópoles brasileiras é apontado como uma das consequências mais visíveis e danosas da vulnerabilidade, uma vez que significa, na perspectiva de Kowarick (2009) uma destituição desses espaços – e, portanto, daqueles que nele habitam- seja pelos seus atributos tangíveis, pela restrição da validade da regra jurídica, que sujeita seus moradores às situações cotidianas de violência, oriundas de matrizes tanto legais quanto ilegais, e pela disseminação de representações dominantes “[. . .] os “mitos” acionam estereótipos longamente maturados que questionam a participação do conjunto dos favelados na moralidade hegemônica, assim como a postura ética dos moradores desses territórios” (SILVA; LEITE, 2007, p. 549).

A perspectiva que relaciona espaço, pobreza e vulnerabilidade social tem como foco analítico o próprio espaço como elemento interveniente, gerador e reproduzidor das situações de vulnerabilidade e desigualdade social. O pressuposto é de que a segregação, no sentido de separação entre grupos sociais no espaço, e a desigualdade de acesso são situações autoreferentes. No diálogo da perspectiva adotada por Kaztman e Filgueira (2005), Saravi (2004) e Amartya Sen (2000) encontra-se uma abordagem da pobreza/exclusão social, como um contexto de privação de capacidades humanas, situação em que se relaciona renda com a privação das capacidades. É exclusão social entendida como privação da liberdade, inclusive, das potencialidades de se auferir e converter a renda em vantagens e capacidades sociais mais ampliadas (SEM, 2000).

O pressuposto dos autores da segregação socioespacial com sua dimensão de vulnerabilidade indica uma possibilidade de análise do

fenômeno que toma o espaço, e não os indivíduos, como o portador de (des)vantagens sociais. A segregação espacial não somente agrega e separa, por homogeneidade, mas também expõe determinados indivíduos, tanto ao confronto direto com as situações de homicídio que inflam as taxas nacionais, quanto no “convite” à integração nas redes em que esta violência é presente.

Mas o que pode explicar essa suposta “exposição” socioespacial? A contribuição de Souza (2006) sobre a subcidadania, decorrente da ausência do *habitus* primário constituinte das sociedades capitalistas periféricas, como a brasileira, é uma pista reveladora. Por *habitus primário*, Souza refere-se a um complexo processo de formação das sociedades modernas, cujos padrões morais e de comportamentos, objetivos e simbólicos, são válidos para todo o conjunto social. A concepção de uma nação não se deu somente como um limite geográfico e político, mas constituiu-se pela unicidade de sujeitos, comumente referenciados social, econômica e politicamente pela “natureza cidadã” da dignidade.

É essa ausência de reconhecimento socialmente compartilhado da igualdade, sustentado por regras jurídicas parcialmente válidas, que Souza conceitua como *habitus precário*, uma linha imaginária (mas institucionalmente efetiva), que determina, para baixo e para cima, as pré-condições sociais, econômicas e políticas do sujeito útil, digno e cidadão. A ausência de reconhecimento socialmente compartilhado da igualdade que sustenta a regra jurídica com sendo válida para todos também está presente na ideologia do desempenho, isto é, a construção da validade da distinção social, que de maneira não equânime distribui reconhecimento e dignidade social, baseada em uma suposta “capacidade objetiva do indivíduo de comprovação das suas competências como sujeito produtivo e, portanto, seu valor social” (KRECKEL apud SOUZA, 2006). Nesse sentido, o grau de vulnerabilidade de uns e outros está relacionado, na perspectiva aqui adotada, a uma construção da validade da distinção social que de maneira não equânime distribui reconhecimento e dignidade pública.

A dimensão, não revelada, da “utilidade do sujeito social” é o fato de ser decorrente de uma correlação social de forças, cuja dinâmica implica em disputas permanentes por interesses, em um quadro em que os competidores se encontram em desigualdade de posições para a efetivação dos resultados atingidos (KOWARICK, 1977). O que habilita uns e inibe/expõe outros ao acesso às “estruturas de oportunidades” das quais nos fala Kartzman (2005) é o fato de as oportunidades não estarem disponíveis para uma concorrência livre. As oportunidades estão relacionadas a uma estrutura de produção e reprodução de privilégios, de natureza material e simbólica, sendo o espaço uma das dimensões fundamentais desse fenômeno. A existência de situações de extermínio, como, por exemplo, o *auto de resistência*³ no Rio de Janeiro, não é uma regra jurídica que se aplica ao perfil de qualquer jovem, somente é válida para muitos daqueles que, não por acaso, fazem parte do contingente de moradores jovens, pretos ou pardos, moradores de favelas.

As exclusões e a desigualdade de acesso são situações autoreferentes e de natureza cumulativa, quer dizer se superpõem em uma cadeia de marginalizações correlacionadas (KOWARICK, 2009; KARTZMAN; FILGUEIRA, 2005; MARQUES, 2010). Alguns dados talvez possam dar materialidade a esse pressuposto. Em 2000 o quadro de inserção produtiva relacionado à escolaridade revelava que estavam sem qualquer ocupação 1/4 dos jovens aos 18 anos e 15% os de 25 anos. No ano de 2001, 29% dos trabalhadores urbanos tinham somente 4 anos de estudo; 36% apresentavam 11 anos ou mais de estudo, sendo que os jovens entre 16 e 24 anos representavam 45% do total de desempregados do país em 2003 (CARDOSO, 2010). Em 2006 um estudo realizado pelo Observatório das Favelas revelou que, dos jovens pesquisados, inseridos no mercado das drogas, apenas 7% ainda estudavam, sendo que a faixa etária de evasão escolar era entre 11 e 14 anos, coincidindo com a entrada no tráfico de drogas, uma vez que 60% ingressaram na atividade entre 12 e 15 anos. (SILVA, 2006, p. 12). No ano de 2007 dos cerca de 17.000 milhões de adolescentes e jovens entre 16 a 24 anos de idade, que estavam ocupados no 49,2%

³ O auto de resistência foi editado em 1969, no Rio de Janeiro (antigo estado da Guanabara). Trata-se de um registro policial utilizado para mortes de suspeitos em confronto armado com os agentes da lei (a polícia). Os dados da dessa reportagem apontavam para uma média 3 autos de resistência por dia, sendo que ao longo de 2008 para cada policial morto em operação morreram 43 civis. (NEPOMUCENO, 2009).

auferiam uma renda de até 1 SM¹. Na faixa dos 10 a 17, que estavam ocupados na semana de referência da pesquisa, 66,1% iniciaram suas atividades como trabalhadores entre 10 e 15 anos, ou seja, uma franca concorrência com o período da formação escolar fundamental. No universo do censo demográfico 2010, dos cerca de 16 milhões de jovens que residem em domicílios sem rendimento, ou com rendimento de até R\$70,00, nada mais do que 10.054.586 são pardos. A capacidade empreendedora “objetiva” está explícita!

Redes de comercialização de drogas ilícitas e vulnerabilidades socioespaciais⁴

Relacionar uma atividade econômica específica, o tráfico de drogas, com o aprofundamento da vulnerabilidade social de um espaço é uma tarefa de buscar tanto no espaço quanto na atividade seus elementos qualificadores. O pressuposto aqui defendido é de que as vulnerabilidades sociais de uma atividade econômica necessitam da desvantagem do espaço para que nele possam prosperar. É nesse sentido que acrescentamos à afirmação de Zaluar (1998) - de que é necessário entender a violência na complexidade da ordem cultural e econômica mundial em que operam o mercado das drogas - a de que essa complexidade tem seus desdobramentos sobre os lugares vulnerabilizando-os.

Para a compreensão dos perfis da rede de comercialização de drogas ilícitas e dos sujeitos que nela atuam, é necessário buscar conexões mais amplas para a sua formação. O processo da reestruturação econômico-produtiva, que tem início já nos anos 1970 e se consolida a partir dos anos 1980 e 1990, também deve ser considerado na complexidade do fenômeno analisado. As já conhecidas transformações, ocorridas nos mercados e centros de produção mundiais, acarretaram um declínio da valorização dos fatores produtivos, que são encontrados na sua forma natural. Essa desvalorização foi relacionada não somente às matérias-primas, mas também ao trabalho humano, com baixo nível de familiarização com o mundo informacional (LASTRES; ALBAGLI, 2000).

O novo contexto produtivo atingiu, de forma particular, os jovens

⁴ Os dados descritivos sobre a rede de bocas são reproduções de parte de um artigo publicado por Saporì e Sena (2012) e Saporì, Sena e Silva (2010).

no Brasil, sobretudo os pobres e com baixa qualificação. Os dados apresentados por Cardoso (2010, p. 302) são esclarecedores nesse sentido. Em 2000, estavam sem qualquer ocupação um quarto dos jovens com 18 anos e 15% os de 25 anos. Em 2001, 29% dos trabalhadores urbanos tinham somente quatro anos de estudo, 36% apresentavam 11 anos ou mais de estudo, sendo que os jovens entre 16 e 24 anos representavam 45% do total de desempregados do país, em 2003. Esse quadro, que articula espaço e exclusão pela baixa qualificação e pelo redirecionamento produtivo vulnerável, pode ser observado nos dados da pesquisa realizada pelo Observatório das Favelas, em 2006. O estudo revelou que dos jovens pesquisados, que estavam inseridos no mercado das drogas, apenas 7% ainda estudavam, sendo que a faixa etária de evasão escolar era entre 11 e 14 anos, coincidindo com a entrada no tráfico de drogas, uma vez que 60% ingressaram na atividade entre 12 e 15 anos. (SILVA, 2006, p. 12).

Em nossa pesquisa, o perfil de maior vulnerabilidade dos sujeitos envolvidos na atividade do tráfico de drogas está relacionado ao pertencimento a uma Rede de Bocas, na qual predominam jovens entre 16 e 22 anos. São residentes em periferias, favelas e aglomerados, de classe de renda D e E, analfabetos, analfabetos funcionais ou com escolaridade de nível fundamental incompleto. Uma Rede de Bocas referencia também um lugar, quer dizer, significa um local específico em uma favela (um beco, por exemplo), em que a comercialização de drogas é realizada. Os dados levantados pela pesquisa indicam que o perfil de vulnerabilidade socioeconômica do espaço é variável, importante para a compreensão da relação entre o tipo de rede e o fenômeno da violência/homicídio. Ainda que de forma exploratória, pode-se afirmar que quanto mais baixos os indicadores sociais mínimos, mais alta a taxa de desemprego local ou população atrelada a atividades informais, mais baixa a escolaridade, condições de habitação precárias, alto índice de grupos familiares desestruturados e menor presença do Estado, maior será a probabilidade do local de abrigar um poder centralizado, “uma firma e um patrão”.

A centralização indica domínio sobre um território social e econômico frágil e, portanto, mais propício para a ação daquele(s) que se impõe(m) com força real e simbólica nessas localidades. A imposição de poder local, necessariamente, gera despotismo, tais como regras privadas de controle e resolução de conflitos, restrição do direito de ir e vir, porte de armas para constrangimento, dentre

outras formas de dominação que possam atuar como garantia de prevalência de poder.

Outro qualificador de vulnerabilidade desses espaços diz respeito ao perfil e às condições de trabalho dos jovens que atuam nessas frentes de comercialização. São relações que, obviamente, são destituídas de qualquer regra de seguridade, pelo contrário, a insegurança e a sujeição à violência são comuns. Essa vulnerabilidade é ainda maior se considerarmos que nem todas as funções desempenhadas são remuneradas em espécie que é, também, moeda corrente, para algumas funções consideradas “menores” ou para aqueles indivíduos, cuja manutenção do vício (que já se encontra em estágio máximo) depende do exercício de algum trabalho para receber em troca o produto vendido.

Essas conexões dos jovens, com a atividade ilegal do lugar, são dinâmicas e acarretam fragilidades tanto para os jovens quanto para os locais. A inserção e a manutenção de um jovem, em determinada rede, dependem, em princípio, da sua capacidade de domínio sobre a sua forma de atuar, como membro de uma boca. No entanto, ele tem baixo poder de controle sobre o seu desempenho não só pela fragilidade pessoal que lhe é inerente, mas porque está sujeito às situações adversas, impossíveis de serem previstas ou controladas, em termos das suas consequências. E estas, por sua vez, reverberam, também, sobre o espaço social em que ele reside.

As situações de endividamentos gerados pelo uso, por exemplo, impactam as localidades e/ou seu entorno. O roubo é a situação mais recorrente. Ele pode acontecer na transação comercial, ou seja, roubar toda a “carga” do produto, que deveria ter uma parte vendida (delito grave conhecido como “derrame” da droga e que pode acarretar em homicídio), ocorre dentro da própria família, gerando situações de violência doméstica e diminuição de um patrimônio já reduzido, no entorno das bocas ou dentro da própria região de moradia, sendo esse delito o mais passível de ocorrência de homicídio contra o usuário, pelos próprios integrantes da rede.

Outra situação que amplia a vulnerabilidade do espaço são os conflitos abertos, também conhecidos como “guerra do tráfico”, geralmente originados de um processo de concorrência primitiva. Como já amplamente discutido na literatura, a guerra, como uma ação de tomada de boca, é a ocupação de um ponto de venda por um grupo ou indivíduo. Os confrontos armados não são entre os

“representantes das firmas”, mas entre “os guerreiros” de uma boca contra outros “guerreiros”, fato que reforça a afirmação anterior sobre a vulnerabilidade das conexões, quer dizer dos jovens, que atuam no *front* desse mercado.

Finalmente, diríamos que a vulnerabilidade do local diz respeito à disseminação de práticas de violência que parecem se espalhar para todo o tecido social das localidades em que essas redes estão instaladas. Por exemplo, situações em que um desafeto ou um mal-entendido ocorre, mas não necessariamente há uma questão comercial como fator desencadeante do conflito, podem gerar resoluções extremas, como agressões físicas, vinganças e/ou a prática de homicídio. Assim, e de forma semelhante aos achados do estudo de Saravi (2004), o isolamento dessas comunidades é de caráter tanto externo, no sentido da amplitude do social em que se localizam, quanto interno, devido ao esgarçamento das solidariedades internas que lhe sustentam.

Do mesmo modo, retomamos a questão sobre a associação entre atividades econômicas locais e as desvantagens sociais territoriais como elementos que se reforçam mutuamente. Se uma atividade relacionada a um espaço pode evidenciar a sua prosperidade e, num círculo virtuoso ampliá-la, o contrário também é verdadeiro. Uma atividade inserida em um espaço pode aprofundar a sua vulnerabilidade, ampliar a dimensão da segregação socioespacial que lhe é típica, diminuir as chances das escolhas e das capacidades individuais para acessar os bens coletivos que garantam a todos os que nele habitam a universalidade do direito à vida (SEM, 2000).

Considerações finais

Como considerações finais, reafirmamos a contribuição da análise da segregação socioespacial como um estudo amplificador do fenômeno do homicídio e de sua relação com o tráfico de drogas. Em termos dos procedimentos metodológicos, as contribuições das vertentes de estudo sobre a segregação socioespacial dizem respeito à composição dos elementos a serem analisados. Ao elegerem como unidade de análise o indivíduo, podem revelar os atributos específicos que, em uma localidade, relacionam o perfil socioeconômico à segregação espacial e ao crime, retirando dos indivíduos a “culpa” pelo fenômeno.

Ao especificarem a localização dos indivíduos, em termos do acesso aos recursos sociais, possibilitam estabelecer relações com as condições de exposição à violência. E, ao discutirem as dissimilaridades espaciais, podem contribuir na articulação do fenômeno da criminalidade à complexidade da estrutura do mercado de trabalho contemporâneo e à maneira como essa questão se distribui, desigualmente, no espaço.

A predominância de uma estrutura de bocas, em locais como as favelas, indica que a homogeneidade socioeconômica espacial tem um nutriente segregador de isolamento social, que pode estar na base da ocorrência de vários fenômenos. A exposição ao homicídio é o mais dramático deles. As escolhas metodológicas e respectivas operacionalizações de categorias de análise são, ao fim e ao cabo, uma escolha do pesquisador. No entanto, são essas escolhas que podem ampliar o entendimento da complexidade envolvendo o tema dos homicídios, tornando-o menos naturalizado e contribuindo para um melhor direcionamento das políticas públicas. A perspectiva de análise socioespacial parece constituir-se como uma escolha acertada nessa direção.

Referências

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. **Homicídios na adolescência no Brasil: IHA 2005/2007**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010. Disponível em: < <http://portal.mj.gov.br/sedh/ihimprensa.pdf>>. Acesso em: jul. 2011.

CARDOSO, Adalberto. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades**. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2010.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Índice mineiro de responsabilidade social**. Belo Horizonte: FJP, 2011. Disponível em: <<http://www.fjp.gov.br/index.php/indicadores-sociais/-imrs-indice-mineiro-de-responsabilidade-social>>. Acesso em: jul. 2011.

GOMES, marcelo. Cabo envolvido no desaparecimento do menino Juan já esteve preso e responde por 15 mortes. **O Globo**, Rio de Janeiro, 04 jul. 2011. Caderno Rio.

KAZTMAN, R. ; FILGUEIRA, F. As normas como bem público e privado: reflexões nas fronteiras do enfoque “ativos, vulnerabilidade estrutura de oportunidades”. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). **Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: Nepo, 2005.

KOWARICK, Lúcio. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **Viver em risco**: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Editora 34, 2009.

LASTRES, Helena M. M. ; ALBAGLI, S. . **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

MARQUES, E. C. **Redes sociais, segregação e pobreza em São Paulo**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

NEPOMUCENO, Eric. Restam as palavras. **Carta Capital**, São Paulo, Ano 15, n. 559, p. 26-29, 19 ago. 2009.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Segregação residencial e políticas públicas: análise do espaço social da cidade na gestão do território. In: RASSI NETO, Elias; BÓGUS, Cláudia Maria (Org.) **Saúde nos grandes aglomerados urbanos**: uma visão integrada. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2003. (Série Técnica projeto de desenvolvimento de sistemas e serviços de saúde, 3).

SAPORI, L. F. ; SENA, L. L. Crack e violência urbana. In: RIBEIRO, M. ; LARANJEIRA, R. **O tratamento do usuário de crack**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

SAPORI, L. F. ; SENA, L. L. ; SILVA, B. A. A relação entre o comércio do crack e a violência urbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: SAPORI, L. F. ; MEDEIROS, R. (Org.). **Crack**: um desafio social. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2010.

SARAVI, G. Segregación urbana y espacio público: los jóvenes en enclaves de pobreza estructural. **Revista de la Cepal**, n. 83, p. 33-47, ago. 2004.

SEM, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Jailson de Souza (Coord.) **Caminhada de crianças, adolescentes e jovens na rede de tráfico de drogas no varejo do Rio de Janeiro, 2004-2006**. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2006. Disponível em: <<http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/includes/publicacoes/9772881438084dc1deeb1ecf6b105392.pdf>>. Acesso em: nov. 2010.

SILVA, Luiz Antônio Machado; LEITE, Márcia Pereira. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 545-591, set. /dez. 2007.

SOUZA, J. (Não) **Reconhecimento e subcidadania**: o que é “ser gente”? Rio de Janeiro: FAPERJ, 2003a.

SOUZA, J. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003b.

SOUZA, J. A visibilidade da raça e a invisibilidade da classe. In: SOUZA, J. (Org.). **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

ZALUAR, Alba. Para não Dizer que não Falei de Samba: os enigmas da violência no Brasil. In: PERROT, Michelle (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.v. 4, p. 244 -316.

Vidas desperdiçadas: mortes por causas externas na Região Metropolitana da Baixada Santista¹

Luzia Fátima Baiarl

Apresentação

Muitas são as indagações e os debates que impulsionam as pesquisas acerca das mortes por causas externas na Região Metropolitana da Baixada Santista: quais são as principais causas de morte? Como se distribuem pela região? Quem são as vítimas? Como se distribuem em séries temporais históricas? Como se espraiam pelos territórios da região?

O presente ensaio busca uma aproximação à forma como as mortes por causa externa, em geral, e os homicídios, em particular, se expressam na Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS) do estado de São Paulo. As principais fontes de dados utilizadas foram: Ministério da Saúde (Datasus), Organização Mundial de Saúde (OMS), Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Fundação Seade, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com a finalidade de caracterizar a dinâmica das mortes violentas na região. Este texto insere-se na “Linha II – Dimensão Socioespacial da Exclusão/Integração nas Metrôpoles: Reprodução das Desigualdades e Impactos na Sociabilidade Urbana”, do Observatório da Metrópole da Baixada Santista. Insere-se ainda na “TR11 – Organização Social do Território e Criminalidade Violenta”, coordenado pela professora Luzia Fátima Baiarl (Unifesp, Baixada Santista). Trata-se de uma primeira aproximação à temática de criminalidade violenta e território, visando explorar a relação entre o território (municípios da RMBS) e as incidências das mortes por causas externas.

¹ Este ensaio foi apresentado no VII Encontro Nacional de Política Social em Vitória-ES, na Universidade Federal do Espírito Santo, em junho de 2012, sofrendo modificações. Colaboraram para a coleta de dados os estudantes William Barragam, Adriana Duarte, Michele Duarte e o técnico em educação Eduardo Fontoura.

Introdução

Os avanços tecnológicos dos últimos 30 anos do século XX, sem precedentes na história da humanidade, propiciaram o aumento de produtividade metamorfoseando profundamente o mundo do trabalho e gerando, conseqüentemente, uma massa de desempregados que dificilmente retornam aos seus postos – o chamado desemprego estrutural (ANTUNES, 2005). Por outro lado, o final do século XX e o liminar do século XXI foram marcadas por crises do capitalismo, sendo que a atual apresenta-se qualitativamente diferente. Segundo Harvey (2011), cada vez menos o excedente de capital é absorvido pela produção e sim para novos investimentos que geram novos excedentes de capital pela valorização nos juros, concentrando cada vez mais na mão de poucos. A apropriação de dinheiro confere aos particulares um poder social sem limites. “A ilimitação do dinheiro e o desejo inevitável de comandar o poder social que ele lhe confere oferecem uma gama abundante de incentivos sociais e políticos para querer mais dinheiro” (HARVEY, 2011, p. 44).

A sociedade capitalista convive contraditoriamente com noções de avanços tecnológicos jamais imaginados, de cidadania e democracia, ao lado de noções de decadência, intolerância, miséria e barbárie. Vive-se hoje uma piora nas condições de vida do trabalhador rural e urbano em escala mundial, expressão das novas manifestações da “questão social”.² Como Iamamoto, entendemos que a

[. . .] “questão social” não pode ser pensada fora do processo de acumulação capitalista e dos efeitos que produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras, o que se encontra na base da exigência de políticas sociais públicas. Ela é tributária das formas assumidas pelo trabalho e pelo Estado na sociedade burguesa e não um fenômeno recente, típico do trânsito do padrão de acumulação no esgotamento dos 30 anos gloriosos de expansão capitalista. (IAMAMOTO, 2001, p. 11).

² A “questão social” tem seu surgimento como expressão na terceira década do século XIX para designar o fenômeno do pauperismo, no qual o crescimento da pobreza decorria não da escassez; ao contrário, quanto mais a sociedade se revelava capaz de produzir riquezas, maior era o quadro de pobreza e de destituição das condições materiais (NETTO, 2001, p. 42).

O processo de globalização econômico, social e político contemporâneo dá novas configurações à “questão social”, que é insuprimível sem a superação da ordem do capital (NETTO, 2001, p. 48), visto que é resultante da contradição fundamental da sociedade: capital *versus* trabalho.

As “novas” expressões da “questão social” se evidenciam nas transformações e metamorfoses do mundo do trabalho e nos sistemas de proteção social, cujo padrão tem sido de perdas acumuladas nos últimos 30 anos, resultante principalmente do projeto neoliberal. No cerne da “questão social” encontram-se as diferentes formas de desigualdade social, econômica e política: pobreza, trabalho precário, desemprego estrutural, fome, precariedade no atendimento à saúde, habitação etc. , gerando tanto formas de resignação, tensões e revolta, geralmente toleradas e banalizadas ou reprimidas. Dirá Ianni que as cidades são o lócus privilegiado onde se concentram as maiores formas de desigualdades, conflitos e fragmentações, “fermentando agressões e destruições, atingindo pessoas, coisas e ideias, sentimentos, atividades e ilusões” (IANNI, 2004, p. 145). Essas expressões refletem a forma como a sociedade brasileira é marcada por contradições estruturais decorrentes da forma como se organiza e se estrutura: a segregação social, o confinamento urbano e os preconceitos são reforçados e mistificados em torno da chamada onda de violência ou cultura da violência. Os mais frágeis – os que vivem diferentes situações de exclusão social e econômica – tendem a ser os mais criminalizados e as maiores vítimas da violência. Como pontua Harvey, para o capitalista ter mais dinheiro, é necessário investir os excedentes de hoje para gerar mais excedentes amanhã. Entretanto, na crise atual do capital, as formas de acumulação do poder social através do dinheiro não se efetuam somente nas formas legais, mas também em formas extraleais, como fraudes, corrupção, banditismo, roubo, terrorismo, tráfico ilegal de armas, pessoas e coisas. Trata-se da face legal/ilegal do capitalismo, visto que “os três maiores setores de comércio externo são as drogas, as armas ilegais e o tráfico de seres humanos” (HARVEY, 2011, p. 44). Os beneficiários desses investimentos ilegais se veem protegidos pelas posições que ocupam na sociedade, sendo criminalizados aqueles a quem cabe a tarefa da realização do chamado “trabalho sujo”.

Buscar explicações para as diferentes expressões das mortes por causas externas na RMBS pressupõe pensá-las enquanto construção social e histórica no interior da região e nas suas múltiplas relações

com a sociedade brasileira e com a sociedade global. É na sociedade que as manifestações de violência se geram e se constroem, no espaço mesmo onde se dão às relações entre as classes sociais e como resultante das contradições da sociedade capitalista. Trata-se da manifestação da violência expressa através do desemprego, da fome, nas agressões, das diferentes formas de discriminação, humilhação social que tende a ser tolerada, e, conseqüentemente, banalizada e naturalizada. Essas manifestações da violência estão enraizadas de tal maneira na sociedade que tendem a ser banalizadas e naturalizadas, sendo reproduzidas nos diferentes âmbitos da vida social: nos espaços domésticos e privados, nos espaços institucionais e de trabalho, nos espaços comunitários e públicos. As cidades e o urbano, onde se concentram a maioria da população, concentram a maioria das tensões, conflitos e fragmentações: o trânsito caótico dos grandes centros urbanos, a poluição sonora, ambiental e visual, o apelo ao consumo, o estresse cotidiano, a luta pela vida, a individualização em que a vida do outro deixou de ser um valor fundamental. A vida das pessoas aparece como descartáveis. Milhares são os óbitos por causas externas: acidentes de trânsito, quedas, agressões, afogamentos, suicídios, homicídios que vêm atingindo em particular a população mais jovem, na sua maioria homens. Vidas que são desperdiçadas em mortes que poderiam ser evitadas.

A violência e as diferentes formas de criminalidade são fenômenos sociais e históricos que sempre existiram nas sociedades, em todos os tempos e lugares. O chão de construção é a própria sociedade, ou seja, é resultante da forma como esta se organiza e estrutura suas relações. Cada sociedade define para si, em cada contexto histórico, aquilo que é considerado violento ou não, lícito ou ilícito, ao mesmo tempo que cria as condições para a emergência de diferentes manifestações de violência e criminalidade. Trata-se, portanto, de construções sociais, históricas e políticas que indicam o que é legal ou ilegal, certo ou errado. Por ser construção histórica e social, envolve componentes éticos e morais daquilo que é aceito como legítimo ou ilegítimo pela sociedade em dado contexto histórico. Chauí (1988) ensina que uma cultura define o que é violência quando explicita para si e para a sociedade aquilo que entende por mau, crime e vício. Desse ponto de vista, a violência está vinculada à violação de normas e regras instituídas socialmente, vinculadas a princípios éticos e morais estabelecidos e aceitos e pactuados por uma coletividade daquilo que é tolerado ou não na sociedade.

Entende-se a violência não só como uso da força de uma pessoa contra outra pessoa, mas trata-se também da intimidação, da coação e da pressão de pessoas, grupos e classes sobre outras pessoas, grupos e classes. Violência envolve sempre relações entre pessoas, relações de poder daqueles que detêm força sobre aqueles que se encontram mais fragilizados e subalternizados. Essa situação pode envolver: o uso da força física, psicológica, das armas, do dinheiro, do saber e, em última instância, das relações de poder.

Não podemos confundir violência com criminalidade, visto que esta última refere-se a circunstâncias que envolvem situações ilícitas e ilegais passíveis de serem punidas por lei. Os crimes são atos de violência, no sentido de violar leis estabelecidas socialmente. No entanto, nas sociedades, nem todos os atos violentos são entendidos e interpretados como crimes. Por exemplo, só recentemente, com a Lei Maria da Penha ou com o Estatuto da Criança e do Adolescente, que violências contra a mulher, os adolescentes e as crianças são passíveis de punição legal.

As mortes por causas externas de que trata este ensaio são mortes violentas, provocadas por agente externo, através de instrumentos que podem ser uma arma, um carro, o fogo, uma calçada esburacada que provoca uma queda, um medicamento, um erro médico, um afogamento, tendo ou não intenção de tirar a vida do outro. Inscrevem-se nos territórios e é resultado de contextos históricos e sociais muito peculiares.

Cenários por onde se espraiam as mortes violentas

A Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS) corresponde a 1% do território paulista, abrangendo uma área de 2.373 km². Situa-se na faixa da planície litorânea, limitada pela Serra do Mar, na Mata Atlântica. A RMBS foi criada em 1996 pela Lei Complementar nº 815, de 30 de julho de 1996, e é formada por nove municípios: Santos, São Vicente, Bertioga, Guarujá, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém, Peruíbe e Cubatão.

Os municípios da RMBS distam entre 57 a 138 km da capital, contando com uma rede viária e de transporte composta pelo Sistema Anchieta Imigrantes e ferrovias (Freroban e MRS), que permitem o escoamento da produção agrícola e industrial do estado de São Paulo e de outras regiões produtoras, tanto Sudeste como Sul e Centro-Oeste

do Brasil, e de países do Mercosul.³ Conta com o maior complexo portuário da América Latina, o Porto de Santos, que no ano de 2011 movimentou 97,2 milhões de toneladas (PORTO DE SANTOS, 2011) em seus 12 km de cais.

Dada a presença do Porto de Santos e seu significado na economia local, nacional e continental, a economia da região especializou-se em atividades de comércio e complementares. O crescimento urbano e as atividades de turismo têm contribuído para o crescimento do setor de serviço, em particular de alimentação, hospedagem e serviços pessoais. O turismo e o pré-sal contribuem para o crescimento urbano, impulsionando a construção civil, o mercado imobiliário e, consequentemente, a especulação imobiliária. O *boom* do mercado imobiliário, à medida que aumenta postos de trabalho na construção civil, atrai trabalhadores que vivem em condições precárias nos alojamentos das próprias construções, gerando inclusive denúncias de trabalho escravo. Contraditoriamente, pode dar indicações em futuro próximo de parcela significativa de trabalhadores desempregados sem moradias, que se alojarão na periferia da cidade, nos morros, em moradias subnormais, em condições precárias, que formam os bolsões de pobreza da região.

A baixa atividade agropecuária da região é consequência do tipo de relevo, marcado pela faixa litorânea, com baixa qualidade do solo, onde se destacam a banana e o palmito-pupunha em Itanhaém e a piscicultura (SEPLAN, 2010).

A participação industrial ganha destaque com o refino de petróleo, a metalurgia e os produtos químicos, sendo responsável por violências ambientais que ocorrem na região. Na cidade de Cubatão, concentra-se o polo petroquímico envolvendo a Refinaria Presidente Bernardes, a Petrobras, a Siderúrgica Paulista (Cosipa) e indústrias químicas e de fertilizantes.

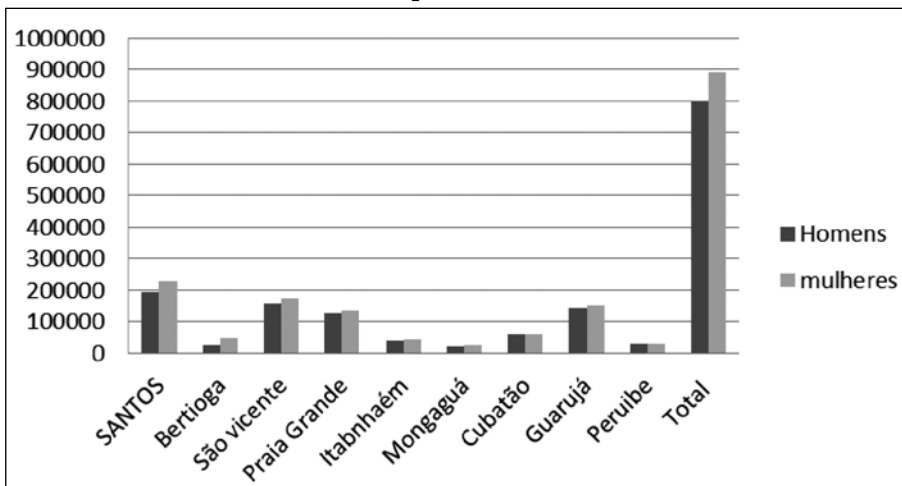
O setor que mais emprega na RMBS (Fundação Seade, 2009) é o de serviços (62,92%), em proporção bem maior do que a registrada para o total do estado (50, 5%), seguido do comércio (21,93%), com parcela pouco superior àquela verificada para o estado (19,0%). A indústria participou com 6,79% do total de empregos formais, muito distante do percentual estadual (22,53%); a construção civil foi responsável por (6,79%) empregos registrados. O setor de serviços é o

³ Região Metropolitana da Baixada Santista, Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Economia e Planejamento, 2010

que majoritariamente emprega na região, sendo que o polo industrial se concentra na cidade de Cubatão, onde os empregos com carteira assinada no setor do comércio são os menores da região. Observa-se ainda que o setor de serviços congrega mais de 50% dos empregos registrados, seja pela CLT ou estatutários, em todos os municípios da RMBS. Trata-se, portanto, de uma região onde o setor de serviços é predominante, sendo que no município de Santos esse setor representa 72,26% dos empregos registrados.

A RMBS é a terceira maior região do estado de São Paulo, do ponto de vista populacional, contanto com 1.686.097 habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010), sendo a cidade de Santos a mais populosa (419.757 habitantes.), seguida de São Vicente (332.424 habitantes), Guarujá (290. 607 habitantes), Praia Grande (260. 769 habitantes), Cubatão (118.797 habitantes), Itanhaém (87.053 habitantes), Peruíbe (59.793 habitantes), Bertioga (47.572 habitantes) e Mongaguá (42.310 habitantes). O Censo de 2010 revela uma maior participação das mulheres na população em todos os municípios da Baixada Santista, sendo que do total da população da RMBS 47,8% são homens e 52,2% são mulheres, como pode ser verificado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Distribuição da população Região Metropolitana da Baixada Santista por sexo – 2010



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010.

Segundo Censo 2010, a taxa de natalidade por 1.000 habitantes na RMBS é de 14,64, enquanto o estado de São Paulo é de 14,59. O município de Santos (11,64) é o único com taxa abaixo a do estado, enquanto os demais municípios apresentam as seguintes taxas: Bertioga, com 19,59, Peruíbe, com 18,17, Cubatão e Guarujá, com a taxa de 15,62, Itanhaém, com 15,85, Praia Grande, com 15,1, e São Vicente, com 15,14.

O índice de envelhecimento da população⁴ (Fundação Seade, 2011) na RMBS em 2011 foi de 59,29%, enquanto no estado de São Paulo foi de 53,79%. O maior índice concentra-se na cidade de Santos (91,96), sendo que as demais cidades encontram-se abaixo do índice do estado de São Paulo. Há que se ressaltar que a cidade de Santos vem atraindo a população idosa da capital, que, ao se aposentar, vem residir na cidade, o que faz ampliar esse índice. Por outro lado, isso exige um olhar mais aguçado desse segmento, que requer ampliação de políticas sociais, em particular de saúde, de lazer e de cultura, seja daquela que vem residir na região para aproveitar o momento de aposentadoria, seja aquela residente na cidade, moradora das áreas periféricas, muitas vezes esquecida. Trata-se de segmento da população vulnerável a acidentes de trânsito (atropelamentos) e a quedas no espaço doméstico. Os menores índices de envelhecimento encontram-se nos municípios de Bertioga, Cubatão e Guarujá.

No que tange a população menor de 15 anos, portanto, objeto prioritário das políticas sociais, a cidade de Bertioga apresenta a maior percentagem (27,19%). Exceto Santos, que possui 16,75%, os demais municípios da região estão acima do índice do estado de São Paulo, que é de 21,48%. A taxa de mortalidade infantil por 1.000 nascidos vivos, segundo o Censo 2010, é maior nos municípios de Mongaguá (22,16), São Vicente (19,08), Guarujá (19,17). Os municípios de Bertioga (8,45), Cubatão (8,63), Peruíbe (8,29) e Santos (11,65) encontram-se abaixo do estado de São Paulo (11,86).

O Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) sintetiza o município de acordo com sua riqueza, escolaridade e longevidade. Segundo os parâmetros de classificação dos municípios por dimensões

⁴ O índice de envelhecimento é um indicador utilizado pela Fundação Seade e refere-se à proporção das pessoas de 60 anos ou mais por 100 indivíduos de 0 a 14 anos e tem como referência o 1º de julho de cada ano (SEADE, 2011). Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/perfil_regional/index.php>. Perfil dos municípios, acessado em 20. 10. 2012.

do IPRS da Fundação Seade, é considerada para a categoria “baixa” a riqueza municipal até 42 (2004), 45 (2006) e 48 (2008). Contraditoriamente, a RMBS ocupa o primeiro lugar de riqueza, mas encontra-se na última colocação em longevidade (15^a) e na penúltima em escolaridade (14^a), conforme *ranking* das regiões metropolitanas do estado de São Paulo.

Nenhum dos municípios possui 100% de atendimento de coleta de lixo urbano, sendo que Mongaguá e Itanhaém são os que contam com menor atendimento, respectivamente, 94,9% e 94,2%, em domicílios particulares permanentes atendidos por serviço regular de coleta de lixo, na zona urbana. Com relação ao abastecimento de água, observa-se que os domicílios particulares permanentes com menor abastecimento são: Cubatão (85,07%), Itanhaém (85,62%) e Peruíbe (89,11%). No que concerne ao tratamento de esgoto sanitário, nota-se que Peruíbe conta somente com 9,26% de domicílios com atendimento desse serviço, conforme dados da Fundação Seade. Observa-se que nesse indicador, exceto Santos, que conta com 94,42% de domicílios particulares permanentes atendidos, todos os demais municípios encontram-se abaixo do percentual do estado de São Paulo, que é de 85,72%.

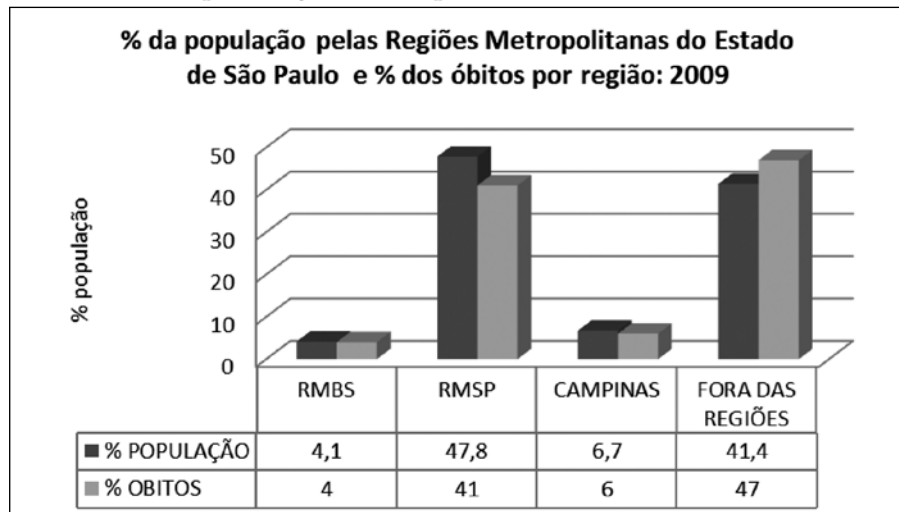
Os municípios que concentram domicílios com renda *per capita* menor que um quarto de salário mínimo, embora os dados sejam do ano 2000, dão indicações sobre as condições de vida da população. Exceto Santos (2,85%), todos os demais municípios estão acima dos dados do estado de São Paulo (5,16%), chegando Mongaguá a 11,12%. No que tange aos domicílios com renda *per capita* menor que meio salário mínimo, novamente, exceto Santos, com 4,62%, e Bertioga, com 10,28%, as demais cidades da RMBS encontram-se acima da porcentagem do estado de São Paulo (11,19%).

Trata-se de uma região que concentra em seu território profundas disparidades e desigualdades sociais: pobreza e riqueza convivem cotidianamente, tanto no que diz respeito ao acesso à riqueza produzida, bem como a serviços públicos. O crescimento populacional da RMSB é resultado de um processo de aglomeração urbana desordenada que reflete as contradições e as desigualdades sociais presentes no território, o que leva as famílias de baixa renda a ocupar habitações subnormais, em particular nas áreas ambientalmente mais frágeis, carentes de serviços públicos em encostas de morro e mangues.

Morte por causas externas: vidas desperdiçadas

O Gráfico 2 revela a distribuição em porcentagem do total da população das regiões metropolitanas do estado de São Paulo, como o percentual dos óbitos por causas externas nas regiões.

Gráfico 2 – Distribuição em porcentagem total da população e de óbitos por causas externas pelas regiões metropolitanas do estado de São Paulo – 2009



Fonte: Datasus, 2009.

Considerando os dados gerais do estado de São Paulo no ano de 2009, no que se refere a mortes por causas externas,⁵ observa-se no Gráfico 2 que 47% dos óbitos se deram fora nas regiões metropolitanas do estado de São Paulo, onde concentram 41,4 % do total da população do estado, enquanto na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) concentra-se 47,8% da população e 41,% de óbitos por causas externas, na RMBS concentram-se 4,1 % da população do estado e 4% de óbitos.

⁵ Segundo notas técnicas do Datasus, as imprecisões na declaração da intencionalidade da ocorrência (homicídio, suicídio ou acidente) condicionam o aumento da proporção de causas externas de intenção não determinada, comprometendo a qualidade do indicador. Isso ocorre sempre que é registrada apenas a natureza da lesão observada (capítulo XIX da CID-10 e capítulo XVII da CID-9), dificultando a codificação segundo a causa externa (capítulo XX da CID-10 e classificação suplementar de causas externas da CID-9). Na particularidade da Região Metropolitana da Baixada Santista, não dispomos de dados que possam confirmar ou não. Há necessidade de uma pesquisa mais apurada das declarações de óbitos.

Há que se destacar o número expressivo de 47% de óbitos de residentes em municípios fora das regiões metropolitanas do estado de São Paulo.

Os óbitos por causas externas de residentes na RMBS representam 8% das causas das mortes da região. São a quarta causa de mortes da região (8%), perdendo para doenças do aparelho circulatório (31%), neoplasias (17%) e doenças do aparelho respiratório (11%), ou seja, 8% das mortes são decorrentes de causas que poderiam ser evitadas.

As mortes por causas externas concentram-se na juventude, como pode ser observado no Gráfico 3, no qual seu ápice se encontra na faixa de 20 a 29 anos.

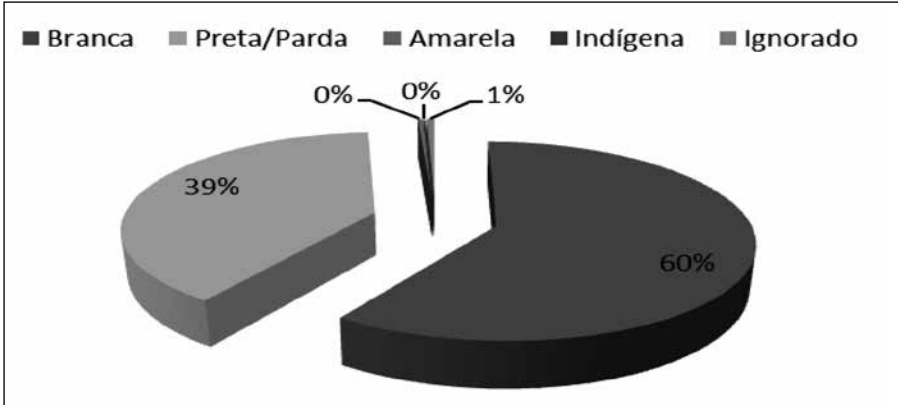
Gráfico 3 – Óbitos por causas externas e faixa etária na Região Metropolitana da Baixada Santista – 2009



Fonte: Datasus, 2009.

Vale ressaltar que 20% das mortes por causa externa têm atingido a população idosa, ou seja, aquela maior de 60 anos, sendo que a faixa acima de 80 anos representa 7,3%, população essa mais vulnerável a acidentes (quedas no espaço doméstico, ruas ou atropelamentos). No entanto, há necessidade de aprofundar esses dados vinculados à violência doméstica contra o idoso, muito pouco explicitado nas declarações de óbitos. Há que destacar a incidência na faixa de 10 a 29 anos. Observa-se que jovens e idosos vêm perdendo a vida em situações que poderiam ser evitadas. Com relação à cor/raça das pessoas que vão a óbito por causas externas, o Gráfico 4 mostra que 60% são declarados brancos e 39% declarados pardos e pretos.

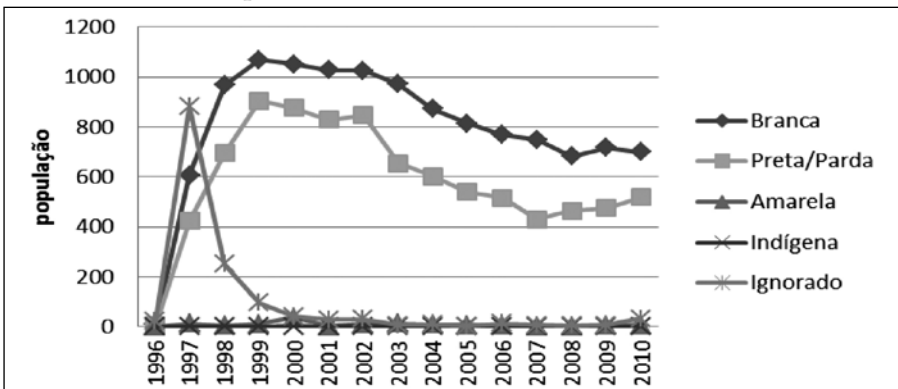
Gráfico 4 – Óbitos por causas externas na Região Metropolitana da Baixada Santista – 2009



Fonte: Datasus, 2009.

Com relação à cor e raça, observa-se na série histórica da RMBS de óbitos por causa externa que no ano de 1997 o número de óbitos com cor ignorada era elevado, equivalendo ao números de óbitos de brancos e de pardos/pretos. Provavelmente, dada a precariedade do preenchimento da informação. A partir de 1997 começa a reduzir o número de ignorados sensivelmente. Nota-se ainda que a partir de 2007 começa aumentar o número de óbitos de causas externas de pretos e pardos.

Gráfico 5 – Óbitos por causas externas e por cor/raça da Região Metropolitana da Baixada Santista – 1996-2010



Fonte: Datasus, 2010.

Os dados do Datasus, de 2009, do estado de São Paulo revelam que as características importantes das vítimas de mortes por causas externas não diferem das características de pesquisas anteriores; ao contrário, reafirmam o perfil: concentração de 30, 5% entre 15 e 29 anos de vida – os homens representavam 81% e as mulheres, 19%.

Do total dos 24.305 óbitos por causa externa no estado de São Paulo, o Gráfico 6 revela que 60% dos óbitos são de acidentes de transportes (30, 2%) e de agressões (30, 0%). Os 40% restantes decorrem de quedas (11%), lesões autoprovocadas intencionalmente (8%) e em 11 % encontram-se nas demais causas. Ressalta-se ainda que 10% referem-se a eventos cuja intenção não é determinada. Trata-se de uma porcentagem muito expressiva, em se tratando de causas externas, pois encobre a verdadeira causa morte, o que prejudica sobremaneira analisar os dados.

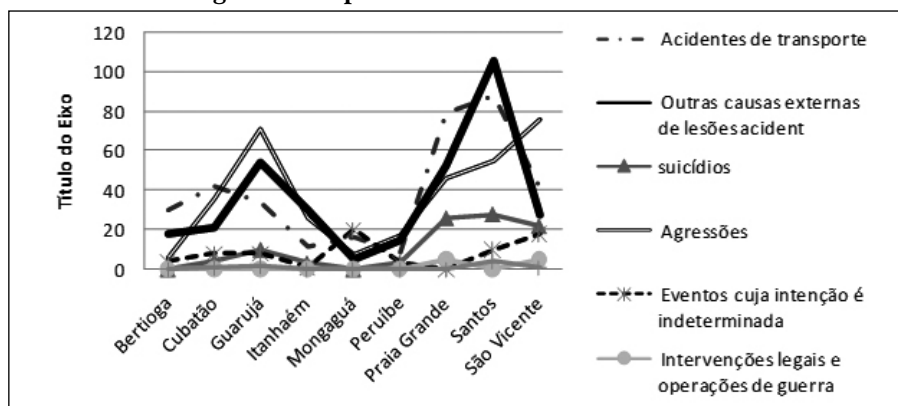
Gráfico 6 – Distribuição de óbitos por causas externas da Região Metropolitana da Baixada Santista – 2009



Fonte: Datasus, 2009.

Observa-se no Gráfico 7 que a distribuição das mortes por causas externas é muito desigual na RMBS. Os acidentes de transporte são a primeira causa de morte nos municípios de Bertiooga, Cubatão e Praia Grande. As agressões se destacam nos municípios de Cubatão, Guarujá e São Vicente. Em Santos, prevalece os acidentes de transporte. Em Itanhaém as outras causas externas se ao lado de agressões. As intervenções legais aparecem em Praia Grande e São Vicente. Há que se ressaltar que mortes ocasionadas pela polícia tem sido destaque em matérias jornalísticas no último ano, em particular no município de São Vicente.

Gráfico 7 – Distribuição de mortes por causas externas pelos municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista – 2009



Fonte: Datasus, 2009.

A Tabela 1 demonstra a distribuição das taxas de morte por causas externas nos nove municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista, na série temporal de 1999 a 2010.

Tabela 1 – Taxas por morte por causas externas da Região Metropolitana da Baixada Santista de 1999 a 2010 por 100.000/hab.

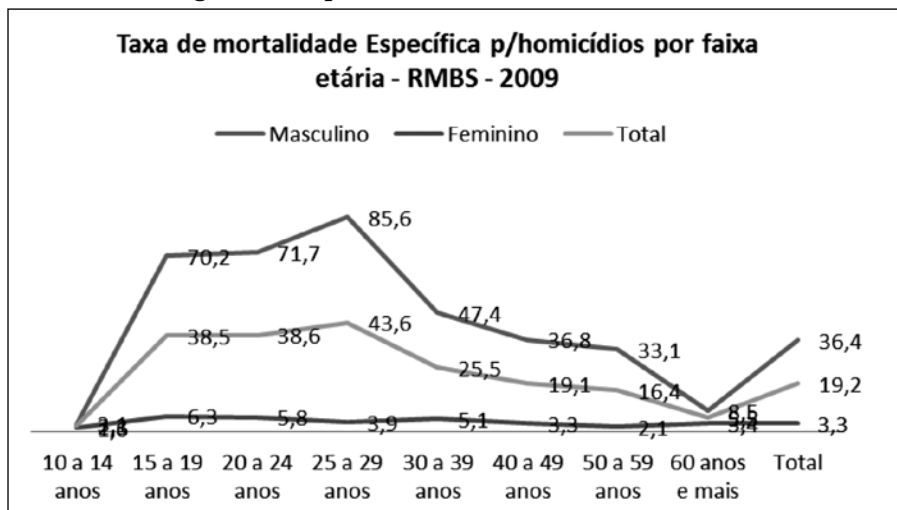
	Bertioga	Cubatão	Guarujá	Itanhaém	Mongaguá	Peruíbe	Praia Grande	Santos	São Vicente
1999	17,77	51,13	40, 71	31,18	20, 61	19,16	21,79	26,24	40, 71
2000	24,25	49,2	29,16	30, 18	38,25	38,23	24,97	16,85	34,56
2001	18,46	40, 03	32,08	28,36	38,35	33,01	19,96	19,42	32,79
2002	15,26	70, 47	31,05	29,87	27,03	36,68	19,95	18,59	26,85
2003	11,65	58,13	25,34	21,43	16,95	35,78	12,32	12,8	18,95
2004	10, 84	34,66	12,56	11,58	8,25	21,93	6,81	10, 32	13,18
2005	3,1	24,73	7,05	16,53	17,4	7,82	3,45	8,42	7,63
2006	7,98	12,61	11,25	13,19	14,36	6,5	5,09	8,37	7,3
2007	3,39	14,09	5,68	15,72	3,82	12,6	3,75	4,88	5,93
2008	5,48	14,69	7,89	17,19	7,73	10, 53	3,66	2,86	5,99
2009	2,58	24,94	9,1	14,05	10, 12	16,2	4,05	5,86	9,89
2010	3,01	20, 2	5,81	8,67	11,2	17,54	4,08	6,51	7,25

Fonte: Datasus, 2010.

Apesar das taxas referentes a municípios pequenos dificultarem uma análise mais aprofundada, os dados nos dão indicação da dinâmica das mortes por causas externas na região no período de 1999 a 2010. No *ranking* das mortes por causas externas, Cubatão manteve-se em primeiro lugar com as maiores taxas, perdendo somente para Itanhaém nos anos de 2006, 2007 e 2008. Já as menores taxas encontram-se nas cidades de Bertioga e Santos. A tabela anterior revela que Cubatão apresentou a maior taxa (58,3) de mortes por causas externas da região em toda a série. Cubatão se sobressai com os maiores índices em toda a série temporal, encontrando-se em 2010 com a taxa de 20, 2 por 100.000 habitantes. Outro dado importante é que Peruíbe encontra-se no segundo lugar do *ranking* em 2010.

Considerando a mortalidade específica por homicídios por faixa etária na RMBS, o Gráfico 8 revela que, na faixa de 25 a 29 anos, concentram-se taxas elevadíssimas para os homens, chegando à taxa de 85,6 nas faixas de 25 a 29 anos e, para as mulheres, de 15 a 24 anos e 30 a 39 anos. Os homens jovens são aqueles que se encontra em situação de maior vulnerabilidade com relação a mortes por homicídios.

Gráfico 8 – Taxa de mortalidade por homicídios por 100.000 hab. da Região Metropolitana da Baixada Santista – 2009

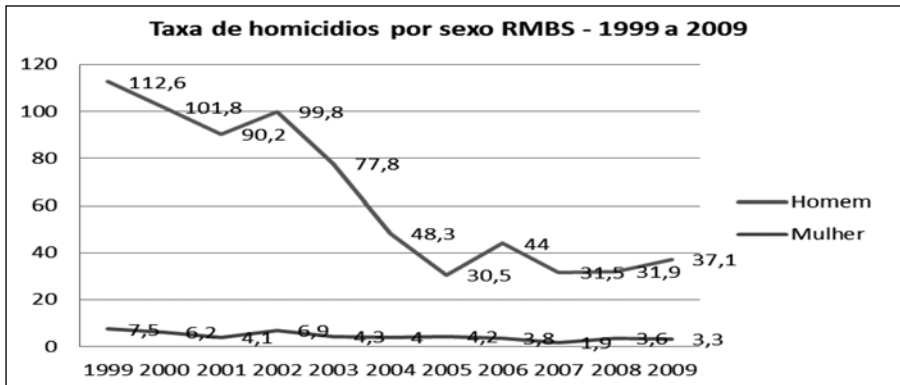


Fonte: Datasus, 2009.

O Gráfico 9 indica queda significativa nas taxas de homicídios para os homens ao longo da última década. Nota-se que as taxas para o sexo masculino que se encontravam no patamar de 112,6, em 1999, caem para 37,1, em 2009. Observa-se que a queda iniciou-se mais expressivamente a partir de 2002 e ocorreu de maneira acentuada até 2005. A partir de então, a sequência temporal revela oscilação, indicando crescimento em seu último ano. Embora a queda das taxas por 100.000 habitantes seja significativa nos últimos anos, a mesma encontra-se ainda em patamares elevados se considerarmos as estimativas da OMS, que é de 8,8.⁶ As mortes por causas externas, em particular, as mortes por homicídios configuram-se, sem sombra de dúvidas, além de um fenômeno social um problema de saúde pública pelo impacto que tem nos serviços de saúde.

⁶ Segundo a OMS, no ano de 2000, “morreram no mundo 520. 000 pessoas em consequência da violência interpessoal, o que representa uma taxa de 8,8 por cada 100.000 habitantes” (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2002, p. 5).

Gráfico 9 – Distribuição da taxa de homicídios por 100.000 habitantes na Região Metropolitana da Baixada Santista – 1999-2009



Fonte: Datasus, 2009.

Com relação às mulheres, o gráfico anterior mostra também uma queda desde 1999, mantendo-se certa estabilidade ao longo da sequência temporal.

Mortes violentas e suas repercussões

Nas duas últimas décadas do século XX, a sociedade presenciou o crescimento por mortes por causas externas, em particular dos homicídios que atingiam, em sua maioria, homens, jovens e pobres, residentes nas áreas periféricas dos grandes centros urbanos, conforme inúmeras pesquisas (MISSE, 1998; MINAYO, 2005; BAIERL, 2004; ALMENDRA, 2007; CASTANHO, 2002). Ao encerrar a primeira década do século XXI, notam-se, no estado de São Paulo e na Região Metropolitana da Baixada Santista, quedas significativas das mortes por causas externas no período de 1999 a 2009.

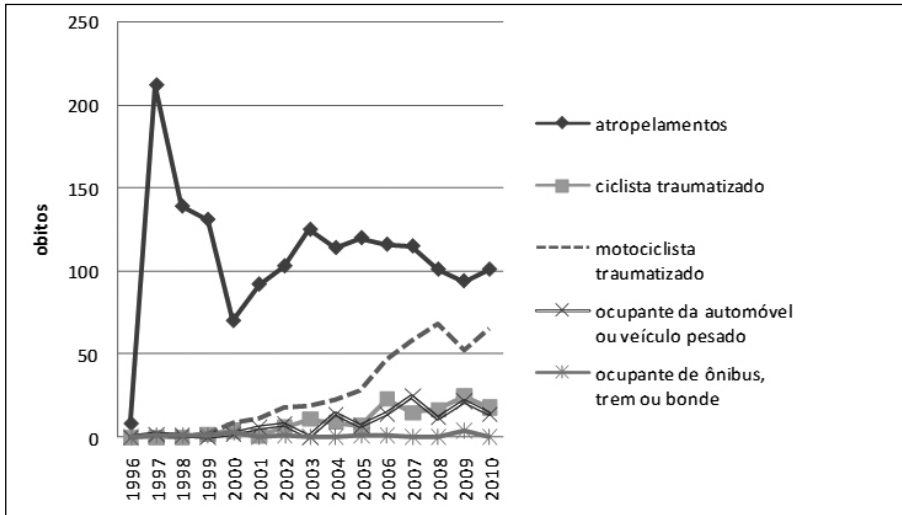
Os cenários apresentados traçam a natureza das situações em que as pessoas perdem a vida em situações que poderiam ser evitadas: acidentes de transportes, afogamentos, envenenamentos, agressões, quedas, acidentes domésticos, atropelamentos, entre outros. As vítimas são crianças, jovens, adultos e idosos, independente de raça, classe, gênero e condições socioeconômicas. Será que os vínculos entre classe, gênero e raça podem ser analisadas fora do contexto onde se dão as relações sociais? Será que todas as classes sociais estão sujeitas a

várias manifestações de violência ou elas revelam e são frutos de uma sociedade desigual? Não podemos reduzir essas mortes a fatalidades do destino; faz-se necessário entender o contexto socioeconômico e político em que são geradas. Embora sua distribuição seja espalhada em toda a sociedade, elas escondem diferenciações e desigualdades sociais, e sua distribuição não é igual em todas as classes sociais, encobertoando muitas formas de crime contra a vida nem sempre de fácil elucidação, em particular nas situações de homicídios.

Analisar mortes violentas decorrentes de causas externas, em particular dos homicídios e tentativas de homicídios, a partir de motivos banais, seria um reducionismo. Relacioná-las à pobreza e à miséria seria supor que a sociedade brasileira produz a miséria e gesta grupos sociais perigosos e indesejados assistindo impávida à sua destruição. Estudos realizados nessa área não comprovam relações diretas entre criminalidade e pobreza, criminalidade e desemprego. No entanto, é evidente que os homicídios e as tentativas de homicídios se espalham ao longo de territórios onde as desigualdades sociais são visíveis, onde a ausência ou a precariedade da presença do Estado permite que outros poderes lá se constituam, poderes estes que se constituem não paralelo ao Estado, mas em convivência direta com ele.

O aumento crescente dos acidentes de transporte relaciona-se diretamente com o crescimento urbano e com o aumento da frota de veículos nas cidades, em particular com o aumento de motocicletas. Das mortes ocasionadas por acidentes de trânsito, o Gráfico 10 revela que a primeira das causas são os atropelamentos, seguida de motociclistas traumatizados. Nota-se que, no caso dos atropelamentos, seu maior pico foi em 1997, observando-se uma queda significativa até o ano 2000, voltando a crescer até o ano de 2003. A partir de 2003, notam-se pequenas oscilações decrescentes. No caso de morte de ocupantes de motos, observa-se uma curva ascendente de mortes, revelando seu crescimento na última década. Waise selfisz (2012, p. 3) aponta, no *Mapa da violência 2012*, que no ano de 2010, no Brasil, 66,6% das mortes em acidentes de trânsito envolviam pedestre, ciclistas e motociclistas. Indica ainda a mesma dinâmica que se revela na RMBS na última década, ou seja, “significativas quedas na mortalidade de pedestres; manutenção das taxas de ocupantes de automóveis; leves incrementos nas mortes de ciclistas e violentos aumentos na letalidade de motociclistas” (WAISESELFISZ, 2012, p. 3).

Gráfico 10 – Mortes em acidentes de transportes na Região Metropolitana da Baixada Santista – 1996-2010

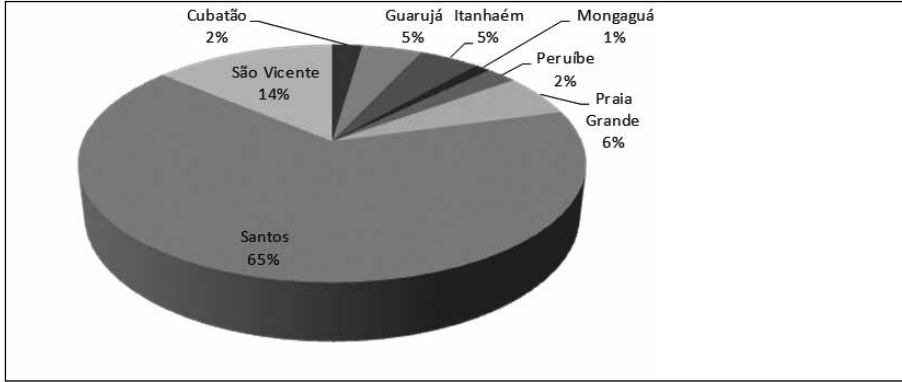


Fonte: Datasus, 2010.

Devido seu relevo, a RMBS é uma região que propicia o uso de motocicletas e bicicletas como meio de transporte para trabalho e/ou lazer, o que coloca em risco a vida de pessoas, como indicado no gráfico anterior. Os atropelamentos destacam-se em toda a série. Isso demonstra como os veículos automotores, as motocicletas e as bicicletas podem se tornar uma arma letal no trânsito caótico das cidades. Há um descaso muito elevado no que diz respeito ao outro e a si mesmo nas relações de trânsito, em particular, relativas a bicicletas e a motocicletas.

No que diz respeito a mortes provocadas por quedas, o Gráfico 11 revela que a maioria ocorre no município de Santos (65%), seguida de São Vicente. Considerando que a cidade de Santos possui o maior índice de envelhecimento (91,96), como já mencionado, explica-se o número elevado de quedas nessa cidade, considerando que a população idosa é mais propensa a esse tipo de acidente. Acidentes e quedas são propícios no espaço doméstico; no entanto, as quedas são difíceis de ser mensuradas ou elucidadas: como ocorreram, se foram provocadas ou acidentais. Há necessidade de estudos subsequentes aprofundarem o perfil das pessoas que vão a óbito por essa causa identificando as circunstâncias e o tipo de queda, se ocorreu em espaço público, doméstico ou de trabalho, entre outras.

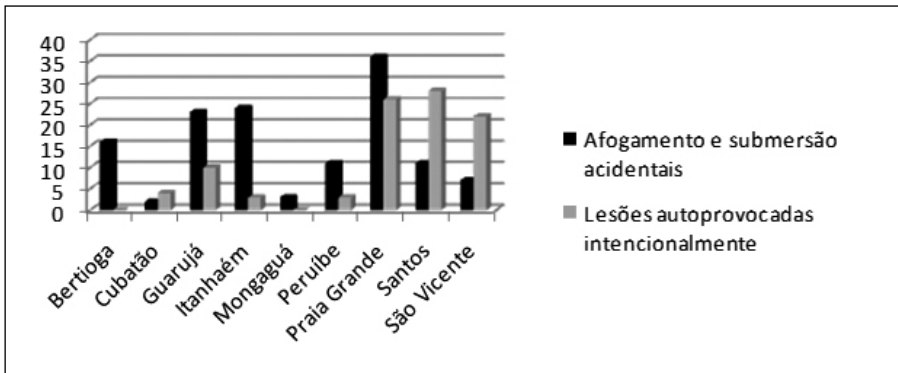
Gráfico 11 – Mortes por quedas na Região Metropolitana da Baixada Santista – 2009



Fonte: Datasus, 2010.

Com relação às mortes provocadas por afogamentos e suicídio, o Gráfico 12 indica a distribuição das mesmas no ano de 2009. Nota-se que os afogamentos concentram-se nas cidades de Itanhaém, Praia Grande, Guarujá e Bertioga, e os suicídios nas cidades de Santos e São Vicente. Em Bertioga e em Mongaguá, não se observa nenhuma ocorrência de suicídio em 2009.

Gráfico 12 – Distribuição de afogamentos e suicídio na Região Metropolitana da Baixada Santista – 2009

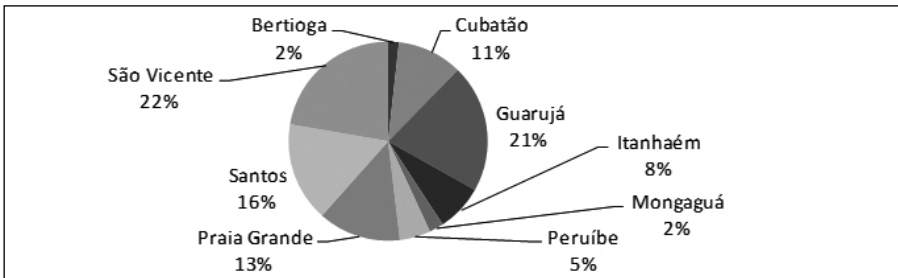


Fonte: Datasus, 2009.

Por ser região litorânea, trata-se de território que propicia situações de afogamentos, principalmente no período de férias e feriados, um incremento significativo da população na região. No caso dos suicídios, há necessidade de aprofundar estudos.

Em relação às agressões, ou seja, aos homicídios, observa-se que a distribuição dos mesmos é desigual na região. Estes se concentram em São Vicente (22%), Guarujá (21%) e Santos (15%) para o ano de 2009.

Gráfico 13 – Distribuição de óbitos por agressão na Região Metropolitana da Baixada Santista – 2009



Fonte: DATASUS:2009

As agressões revelam que o local de moradia oferece chão fértil às mortes por homicídios: concentram em regiões mais empobrecidas das cidades, com menor presença de políticas e serviços públicos básicos e maiores índices de exclusão social. Algoz e vítima têm alguma forma de relação e conhecimento, pautados e constituídos na vida local, e, de alguma maneira, a vida de ambos é descartável e banalizada, não ensejando desdobramento dos registros policiais para superar o anonimato de autoria desconhecida e tornar pública a verdade, punindo os responsáveis. A “lei do silêncio” impera nos bairros e os familiares se sentem obrigados a essa convivência com restritas condições de reação coletiva e nenhuma individual.

Considerações finais

Ao tratar das mortes violentas, os dados nos fornecem informações sobre as vítimas, a causa da morte no tempo e no espaço. Não entanto, não favorece uma análise sobre as circunstâncias do evento, do agressor e de suas intencionalidades. Há, sem dúvida, uma grande dificuldade de se estabelecer “com precisão, o caráter de intencionalidade tanto dos eventos violentos quanto dos acidentes, a sua classificação comporta sempre um grau de imprecisão” (MINAYO: 2005, p. 21). Uma idosa ou uma criança que vai a óbito por queda deveria ser categorizado? Um ônibus ou um carro que colide como um motoqueiro poderia ter uma intencionalidade em sua ação? Uma pessoa que faz da rua sua morada e morre numa noite fria tem como ser categorizado como omissão e negligência do Estado? Quando um trabalhador sofre acidente de trabalho, isso pode ser considerado negligência dele ou da empresa? Tratam-se de situações que podem ser meros acidentes, como também podem encobrir formas de violência, difíceis de serem mensuradas.

Outro aspecto a ser ressaltado é que as mortes por causas externas impactam não somente as pessoas envolvidas, mas produzem repercussões sociais, econômicas, políticas, gerando impactos econômicos e políticos significativos para familiares envolvidos e para a sociedade: gastos com atendimento à saúde, tratamento e reabilitações necessárias para os sobreviventes, para a previdência social, com licença médicas; dias perdidos de trabalho por motivos de saúde, para o turismo, com a deterioração de locais tidos como áreas violentas, para a segurança pública, para as famílias das vítimas e dos agressores, entre outros. As perdas e os custos decorrentes da violência urbana envolvem um custo econômico que, segundo o Banco Interamericano, chega a 1,9% do PIB em gastos com a saúde (atendimento médico hospitalar das vítimas, problemas de saúde mental, pânico, até incapacidade física), que equivalem a 1,9% do PIB brasileiro em 1997 (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2002, p. 10). Londono e Guerreiro (1999), ao estudarem o custo da violência na América Latina, indicam que no Brasil os custos com a segurança privada e pública equivalem a 1,4% do PIB; transferências de recursos materiais das vítimas para os criminosos 1,6% do PIB; deterioração dos investimentos em áreas violentas 2,2% do PIB; e 3,4% do PIB na deterioração do consumo e do trabalho.

Contraditoriamente, as mortes violentas, além das perdas das vidas das pessoas e de seus impactos, trazem lucros para atores diferenciados. A indústria da violência cresce a cada dia através das seguradoras patrimoniais (casas, automóveis, motos) e pessoais, pelo crescimento de seguranças privadas e também com os lucros advindos do mundo do tráfico de armas e de pessoas, sem mencionar as diferentes formas de corrupção envolvida.

O território oferece chão fértil às mortes por causas externas. É também no território que os acidentes de trânsito e demais acidentes acontecem. Por se tratar de cidade litorânea, afogamentos são uma das causas mortes presentes nos municípios. Os acidentes de trânsito decorrem em muito do porte do município, ou seja, são maiores naqueles municípios que têm maior frota de veículos automotores – carros e caminhões – e também, como tem acontecido nas grandes cidades, uma frota considerável de motocicletas e bicicletas. Com relação aos acidentes de transporte, muitos decorrem também das condições socioeconômicas: motoristas de caminhões e ônibus e motoboys, que precisam se sujeitar a horas extenuantes de trabalho; estradas mal pavimentadas e mal sinalizadas, condições de trabalho estressante, trânsito caótico etc.

Buscar explicações para as mortes violentas pressupõe pensá-las enquanto construção social e histórica no espaço e no tempo da vida social. O crescimento das diferentes manifestações de violência nas grandes capitais e em regiões metropolitanas brasileiras, em particular dos homicídios, nos anos 1990, mobilizou grupos da sociedade civil que passaram a pressionar sobremaneira o Estado para assumir seu papel e sua responsabilidade, não só no que tange a segurança pública, que vinha se mostrando ineficaz e incapaz de garantir ao cidadão se sentir seguro, mas pela ausência de políticas públicas e sociais, em particular as preventivas, voltadas a uma parcela significativa da sociedade que se vê alijada dos produtos e da riqueza socialmente produzidas. Por outro lado, vem também mobilizando grupos sociais empenhados em ações mais rígidas e repressivas: alterações da legislação penal, ênfase no encarceramento, entre outros. Nesses cenários de exacerbação das formas criminosas, tanto de acidentes de trânsito, homicídios e chacinas, tornavam-se visíveis, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, medidas que foram sendo tomadas pelo responsável pela segurança, seja através de criação de bases comunitárias fixas ou móveis em determinadas localidades, policiamentos para solução

de problemas; secretarias de combate à violência foram criadas em inúmeras cidades; instituição da Lei Seca em algumas cidades; legislação em relação a motoristas e ao uso do álcool; forças tarefas envolvendo polícias Civil, Militar e Federal, e atualmente no Rio de Janeiro a Polícia Pacificadora e a Lei Seca, bem como um conjunto de ações repressivas. Tais ações explicam, por si só, a redução das mortes por causas externas, seja no trânsito, seja das agressões? Essas ações têm aumentado o sentimento de segurança na população? Significam uma redução no crime organizado ou explicitam que articulações e pactos vêm sendo forjados entre os poderes do Estado e o mundo da criminalidade? O mundo da criminalidade vem construindo novas regras?

Analisar mortes violentas decorrente de causas externas, na particularidade dos homicídios, a partir de motivos banais, seria um reducionismo. Relacioná-las à pobreza e à miséria seria supor que a sociedade brasileira produz a miséria e gesta grupos sociais perigosos e indesejados assistindo impávida à sua destruição. Estudos realizados nessa área não comprovam relações diretas entre criminalidade e pobreza, criminalidade e desemprego. No entanto, é evidente que os homicídios e as tentativas de homicídios se espriam ao longo de territórios onde as desigualdades sociais são visíveis, onde a ausência ou a precariedade da presença do Estado permite que outros poderes lá se constituam, poderes estes que se constituem não paralelo ao Estado, mas em convivência direta com ele.

Estudos realizados⁷ no Grande ABC Paulista (BAIERL, 2004) e na Região Metropolitana de Campinas (ALMENDRA, 2007), em São Paulo (CASTANHO, 2000) revelam que o local de moradia oferece chão fértil às mortes por homicídios: concentram em regiões com menor presença de políticas e serviços públicos básicos e maiores índices de exclusão social. Algoz e vítima têm alguma forma de relação e conhecimento, pautados e constituídos na vida local. A vida de ambos é descartável e banalizada não ensejando desdobramento dos registros policiais para superar o anonimato de autoria desconhecida e tornar pública a verdade punindo os responsáveis. Há uma distância entre o que as famílias sabem sobre a morte de seus familiares e aquilo que revelam ou se sentem autorizadas a denunciar nos processos, imbuídas pelo medo social que definem o fosso existente entre o

⁷ A esse respeito, ver: BAIERL, 2004; ALMENDRA, 2007; CASTANHO, 2000, 2002.

Estado e sua concretização institucional – a polícia, o sistema judiciário e a sociedade civil organizada. Esse espaço vem sendo ocupado de diferentes formas e por segmentos sociais distintos, o que reforça os pactos sociais de silêncio acordados veladamente. Esses pactos são movidos pelo medo social utilizado como instrumento para submeter e subjugar pessoas e grupos. A “lei do silêncio” impera nos bairros e os familiares se sentem obrigados a essa convivência com restritas condições de reação coletiva e nenhuma individual.

Esse cenário vem reforçar a corrupção desenfreada no aparelho estatal, nas últimas décadas, envolvendo funcionários públicos, representantes eleitos pelo voto, criando fissuras nos muros que separam o Estado e suas formas de governo da marginalidade local, regional, nacional e internacional. O desenvolvimento e a institucionalização da rede do tráfico caminham paralelamente, articulando-se a esse sistema de corrupção, especialmente pela necessidade que tem de operar no cotidiano, desde a entrada das drogas ilícitas e armas no país, até sua venda no varejo direto ao usuário, que, por sua vez, também participa da manutenção e reprodução desse esquema perverso de disseminação da violência no tecido das relações sociais.

O que se presencia nos dias de hoje é que a sociedade mundial e brasileira vem abandonando aquela atitude contemplativa em que se fazia de conta que nada estava acontecendo com relação às drogas ou, se alguma coisa estivesse aparecendo, era coisa de bandidos, traficantes e marginais, ou seja, coisas que não dizem respeito ao cidadão comum. Hoje, a criminalidade e a violência vêm cada vez mais ganhando visibilidade, pois têm afetado a vida do conjunto da sociedade em seu cotidiano, em seus bens, em sua tranquilidade e, em última instância, em suas vidas. Entretanto, a questão vem sendo abordada muito mais nas consequências do que nas causas, como se a violência urbana e a criminalidade pudessem ser resolvidas pontualmente através da intervenção policial e do encarceramento dos envolvidos. Tal perspectiva considera que a violência urbana é responsabilidade direta e exclusiva dos bandidos e traficantes, sem considerar a rede de articulação do crime organizado, com a lógica do sistema capitalista envolvendo, portanto, uma logística para sua manutenção que necessita de apoio de autoridades políticas, policiais, bancos, mercado imobiliário e do próprio mercado consumidor, ou seja, necessita daqueles entendidos como “cidadãos comuns” e “honestos”.

Entende-se que qualquer forma de enfrentamento ou superação das diferentes manifestações da violência e criminalidade seja aquela que se expressa no âmbito privado e doméstico, que se expressa no âmbito público, passa antes por uma questão política que mobiliza pessoas, grupos e classes para construção de alternativas coletivas. As diferentes expressões da violência e criminalidade, sejam aquelas contra a vida, sejam contra o patrimônio, contra a natureza, afetam profundamente o cotidiano das pessoas em sua vida privada e pública. Não somente pelas perdas materiais que possam provocar, mas, sobretudo, pelas marcas deixadas, que podem ser físicas, psíquicas e pelas inseguranças geradas, que levam as pessoas a alterações profundas no modo de ser e viver cotidiano. Afetam as relações de sociabilidade, geram suspeitas, medos, esgarçado as relações de sociabilidade que dificultam formas ações coletivas, visto que as pessoas tendem a se confinar em espaços protegidos por medo (BAIERL, 2004). Como vimos anteriormente, as mortes decorrentes de latrocínios (assalto seguido de morte) são proporcionalmente reduzidas se relacionadas aos homicídios; no entanto, há um medo disseminado em relação a esse tipo de morte violenta, embora os dados em si não tenham contrapartida no real. Esse medo é muito mais estimulado pela forma como a mídia, em geral, transmite notícias de mortes violentas, sem uma análise mais adequada das mesmas.

Como Ianni, entende-se que a violência não pode ser explicada fora da ordem capitalista atual, pois há uma relação de capilaridade entre ambas que, para serem explicadas, somente os dados quantitativos não dão conta. Embora os dados estatísticos sinalizem o fenômeno, a violência envolve dados objetivos e subjetivos que nem sempre ganham visibilidade. “Revela o visível e o invisível, o objetivo e o subjetivo, no que se refere ao social, econômico, político e cultural, compreendendo o individual e o coletivo, a biografia e a história” (IANNI, 2004, p. 169).

Referências

ALMENDRA, C. A. da C. **Violência e tráfico: o indizível e o impronunciável** – cenas de Campinas, Rio de Janeiro e São Paulo. 2007. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

ALMENDRA, C. A. da C. ; BAIERL, L. F. A dinâmica perversa da violência e do medo social. In: _____. **Serviço social & sociedade**. São Paulo: Cortez, v. 23, número 70, páginas 59-74, julho 2002.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2005.

BAIERL, L. F. **Medo social: da violência visível ao invisível da violência**. São Paulo: Cortez, 2004.

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Trad. Franklin de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Editora 34, 2000.

CARDIA, N. ; SCHIFFER, S. Violência e desigualdades. **Revista da Sociedade Brasileira de Desenvolvimento e Progresso da Ciência**, Ano 54, n. 1, p. 25-31, jul. /set. 2002.

CASTANHO, I. de M. ; PAVEZ, G. A. (Org.). **Reflexões sobre justiça e violência: o atendimento a familiares de vítimas de crimes fatais**. São Paulo: Educ, 2002.

CASTANHO, I. de M. ; PAVEZ, G. A. ; MARSIGLHIA, R. **Vidas nuas, mortes banais**. Pesquisa realizada em parceria PUC-SP Secretaria de Justiça e FAPESP, 2002.

CHAUÍ, Marilena. Ética e violência. **Revista Teoria e Debate**, n. 39, outubro/novembro/dezembro, 1998, In: <http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-antiores/ensaio-etica-e-violencia>, acessado em 12/11/2012

CHAUÍ, Marilena. **Política em Espinosa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHAUÍ, Marilena. Sobre o medo. In: CARDOSO, Sérgio et al. **Os sentidos da paixão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

COSTA, M. R. ; LIPPI, L. F. B. ; OLIVEIRA, I. I. de M. Homicídios em São Paulo: reflexões sobre a qualidade das informações. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 3, v. 9, n. 47, páginas 87-96, julho/setembro 1995.

DATASUUS, Informações de saúde, Estatísticas vitais: **Mortes por causas externas**, <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0205> acesso em 20. 10. 2012.

FUNDAÇÃO SEADE, *Perfil Municipal*, (2009, 2010, 2011) disponível em <http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/>, acesso em 20. 10. 2012.

HARVEY, D. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 2, n. 3, páginas 9-32, jan. /jun. 2001.

IANNI, O. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e estatística, CENSO 2010, http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/primeiros_resultados/default_primeiros_resultados.shtm, acesso em 20. 10. 2012

LONDONO, Luis & GUERREIRO, Rodrigo. **Violência em américa latina: Epidemiologia e custos**, Buenos Aires, Revista de Administração Pública, agosto 1999

MINAYO, M. C. Violência: um problema para a saúde dos brasileiros. In: BRASIL. Ministério da Saúde. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

MISSE, M. As ligações perigosas: Mercado Informal Ilegal, narcotráfico e violência no Rio. **Contemporaneidade e Educação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 93-116, 1998.

MOORE, M. H. Policiamento comunitário e polícia para solução de problemas. In: TORNY, Michel (Org.). **Policiamento moderno**. Trad. Jacy Cárdia Chirotti. São Paulo: Edusp, 2003.(Série Polícia e Sociedade, n. 7).

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da questão social. **Temporalis**, Brasília, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 2, n. 3, páginas 41-49, jan. /jun. 2001.

Organización Mundial de Salude (OMS). **Informe mundial sobre la violencia y la salude**, Genebra, 2000. Disponível em: http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/en/abstract_es.pdf acesso em 20. 10. 2012.

SEPLAN. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional do estado de São Paulo, **Caracterização socioeconômica da Região Metropolitana da Baixada Santista**, 2010, disponível em http://www.planejamento.sp.gov.br/noti_anexo/files/uam/trabalhos/RMBS.pdf, acesso em 20. 10. 2012

SKOLNICK, J. H. **Policiamento comunitário**: questões e práticas através do mundo. São Paulo: Edusp, 2002.

WAISESELFISZ, J. J. *Mapa da violência 2012*: cadernos complementares – acidentes de trânsito. São Paulo: Instituto Zangarini, 2012 Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_transito.pdf>. Acesso em 20. 10. 2012.

Um jogo de empurra: a questão federativa e a indefinição da política pública de segurança

Robson Sávio Reis Souza

O foco da análise deste ensaio se concentra na discussão a respeito da necessidade de uma engenharia institucional capaz de articular, em termos federativos, a política de segurança pública. Na verdade, este breve esforço analítico aponta alguns dos vários óbices que dificultam uma gestão integrada e eficiente dessa política, justamente pela dificuldade de uma concertação nacional. Portanto, parece que, para além de uma indefinição de papéis e responsabilidades dos níveis de governo encarregados da execução da política, há um “jogo de empurra”, ou, quem sabe, uma conivente omissão dos gestores da política tanto no centro (União) como nos estados federados. Essa situação que conjuga indefinição, omissão e escamoteamentos acerca dos papéis da União e dos estados na gestão compartilhada da política, somada ao pragmatismo político (do governo federal e dos governos estaduais) – que sempre objetiva o máximo do êxito com o mínimo de custos –, frustrou a efetiva implantação de um Sistema Único de Segurança nos moldes do Sistema Único de Saúde. Isso porque a União sempre ressentiu dos custos de evocar para si a gestão da política, preferindo atuar como coadjuvante e deixando para os governadores a tarefa de organizar os sistemas estaduais de segurança pública. Por sua vez, os governadores não conseguem a governabilidade da política, na medida em que não enfrentam mazelas históricas, como as disputas entre as polícias civis e militares e os gargalos dos sistemas prisionais estaduais. O que se observa nas últimas décadas é a grande quantidade de tentativas pontuais de estruturação de um sistema de segurança. Verdadeiros remendos novos num pano velho.

Diferentemente de outras políticas públicas e sociais, como a educação (que tem uma lei que regula nacionalmente o setor, Lei de Diretrizes e Bases da Educação/Lei nº 9.394 de 1996, e a definição constitucional das obrigações dos entes federados – tanto em termos

de repasse de recursos quanto de responsabilidade de gestão) e a saúde (que tem um sistema único nacional). A política de segurança pública aparece como uma espécie de “colcha de retalhos”, cujas indefinições (legislativas, de financiamento, estruturais e nos procedimentos operacionais) corroboram para uma desordem institucionalizada, com repercussões trágicas para a cidadania, haja vista os elevados indicadores de crimes violentos que ainda persistem no Brasil.

A título de exemplo, no caso da política de saúde pública, observamos que, ao longo das últimas décadas, vários mecanismos institucionais foram criados dentro da perspectiva de um pacto federativo para otimizar a gestão dessa política setorial:

Em decorrência da descentralização, na política de saúde registram-se nos últimos 20 anos mudanças nos cinco atributos relevantes para a caracterização do federalismo destacados por Obinger *et al.*: os arranjos institucionais e regras para decisões nacionais com vistas a incorporar interesses territoriais (por meio das comissões intergovernamentais na saúde); o conjunto de atores com base territorial (ampliação dos atores envolvidos na implementação da política, como gestores locais e conselheiros de saúde); os arranjos legais para definir responsabilidades entre níveis de governo (leis da saúde, normas operacionais do SUS e outras portarias); os arranjos de transferências fiscais intergovernamentais (mecanismos de financiamento, tipos e volume das transferências federais, mudanças na participação das esferas de governo no gasto em saúde); os arranjos informais entre governos, verticais e horizontais (relações entre gestores do SUS e governantes). (VIANA; MACHADO, 2009, p. 814).

Os desafios para uma concertação federativa num país tão grande, diverso e com tantas clivagens socioeconômicas e políticas também estão presentes na gestão compartilhada da política de saúde pública, que, não obstante, parece consenso, avançou muito nas últimas décadas.

Alguns autores têm demonstrado que, nos últimos anos, políticas públicas têm alcançado importantes avanços em termos de ajustamentos federativos – cooperação, descentralização e articulação inter e intragovernamental. A título de exemplo, Melo trata da questão previdenciária, sustentando que embora os fatores externos (as imposições de organismos multilaterais e mesmo o impacto da globalização econômica na política, entre outros) sejam relevantes,

“os fatores domésticos continuam cruciais na determinação dos resultados dos processos de difusão de políticas” (MELO, 2004, p. 198). Coêlho (2012), ao tratar da política de renda mínima, avalia como surpreendente o fato de programas locais terem se difundido amplamente pelo país no período marcado pela oferta diversa de políticas sociais pelos estados e pelo governo federal. As experiências como o Orçamento Participativo, o Programa Saúde da Família e o Programa Bolsa Escola Municipal são exemplos de inovações locais que se disseminaram entre os municípios.

Em se tratando dos arranjos institucionais nas regiões metropolitanas, o entendimento acerca da importância de melhor articulação dos entes e agências governamentais vem se tornando alvo de pesquisas. Rocha e Faria (2010) discutem a maneira como, desde a década de 1970, têm se institucionalizado no Brasil distintos modelos de gestão metropolitana. Souza (2006) trata do dilema da ação coletiva, no sentido da necessidade de promoção da cooperação inter e intragovernamental, bem como intersetorial, que requer a articulação entre interesses e preferências distintos, defendidos por atores e agências estatais, societárias, semipúblicas e privadas, que desfrutam de variados graus de autonomia, mas atuam sobre o mesmo espaço territorial.

Faletti ao analisar os efeitos da descentralização nas relações intergovernamentais, afirma que

[. . .] um processo descentralizador, que começa com a descentralização política, continua com a descentralização fiscal e termina com a descentralização administrativa, dá poderes aos governos subnacionais. Isso ocorre independentemente do tipo de governo, das condições iniciais das estruturas institucionais intergovernamentais e também, em grande parte, independentemente da lealdade dos parlamentares à estrutura partidária. Em outras palavras, são as características do processo, isto é, que interesses territoriais dominam cada instância de negociação das políticas descentralizadoras, e o *timing* das reformas que explicam o grau de mudança do equilíbrio intergovernamental do poder entre governos nacional e subnacionais. (FALETTI, 2006, p. 51).

Em termos de política de segurança pública, tudo parece muito complexo, com especificidades que dificultam os avanços institucionais e as articulações intergovernamentais (e, muitas vezes, inclusive, intragovernamentais). É desnecessário assentar que os dilemas da política pública de segurança não são recentes. Revendo rapidamente a formação social e política brasileira, percebe-se claramente que o povo, “feito de amabilidade, generosidade e doçura cristã” (VIANNA, 1951, p. 58), nunca lutou por movimentos violentos para a melhoria de sua penúria. E as poucas revoltas populares, geralmente de extensão reduzida, foram enfrentadas a ferro e fogo pelo poder central – historicamente nas mãos de uma elite avessa aos interesses populares.

Até recentemente, o poder político do Estado, aliado às oligarquias rurais e urbanas, limitou as atividades de segurança pública a ações de controle e repressão social. As origens do nosso sistema policial se baseiam nas Ordenações Filipinas,¹ que deram os primeiros passos para a criação e desenvolvimento de polícias urbanas no Brasil, ao disporem sobre os serviços gratuitos de polícia. Esses serviços eram exercidos pelos moradores, sendo organizados por quarteirões e controlados primeiramente pelos alcaides e, mais tarde, pelos juízes da terra. As penas previstas nas Ordenações Filipinas eram consideradas severas e bastante variadas, destacando-se o perdimento e o confisco de bens, o desterro, o banimento, os açoites, morte atroz (esquartejamento) e morte natural (forca). Mas, como típica sociedade estamental da época, não eram submetidos às penas infamantes ou vis os que gozassem de privilégios como os fidalgos, os cavaleiros, os doutores em cânones ou leis, os médicos, os juízes e os vereadores (MACIEL, 2006). Em boa medida, ainda hoje persiste um modelo de repressão criminal que diferencia os ricos dos pobres. Por exemplo, na criminalização da pobreza.

Nesse quadro, nada mais natural que o foco das atenções esteja dirigido aos aparelhos policiais, com forte ênfase em sua função de controle social, entendida de maneira restrita à dimensão coercitiva de repressão ao crime violento. Proponho-me a realizar aqui uma descrição crítica desse modo de construção coletiva do

¹ O sistema jurídico que vigorou durante todo o período colonial do Brasil foi o mesmo que existia em Portugal, ou seja, as Ordenações Reais, compostas pelas Ordenações Afonsinas (1446), Ordenações Manuelinas (1521) e, por último, fruto da união das Ordenações Manuelinas com as leis extravagantes em vigência, as Ordenações Filipinas, que surgiram como resultado do domínio castelhano. Ficaram prontas ainda durante o reinado de Filipe I, em 1595, mas entraram efetivamente em vigor em 1603, no período de governo de Filipe II. (MACIEL, 2006).

problema da expansão do crime violento nas grandes cidades brasileiras e algumas de suas consequências, tomando, repito, o Rio de Janeiro como caso particular. A conclusão mais geral é que, por uma espécie de efeito *boomerang*, o próprio enquadramento do debate é um dos elementos que reproduz o problema que se quer resolver. Entretanto, o centro do argumento focaliza, em particular, um dos mais perversos efeitos desse enquadramento – a criminalização das populações residentes nos “territórios da pobreza”, aqui representados pelas favelas. A ironia é que elas são chamadas de “comunidades” pela polícia, pela população da cidade e pelos próprios moradores. (SILVA, 2010, p. 284).

Obviamente, tal diferenciação se percebe na prática, dado que formalmente todos são iguais perante a lei (Constituição Federal, art. 5º). É verdade que o controle da pobreza, não somente no Brasil, mas nas sociedades capitalistas atuais, também se dá pelo sistema penal e judicial:

Interesses políticos e econômicos estão absolutamente imbricados no conjunto de mudanças que envolvem desde sanções de leis mais punitivas, até uma agressiva tarefa policial. Essa situação se complementa com o sistema prisional transformado, cada vez mais, num mero depósito de seres humanos, os quais, nesta sociedade, não merecem outra coisa senão ódio e desprezo. E, convertidos em inimigos públicos número um, tornam-se os bodes expiatórios responsáveis por todos os nossos males. Esta letal política criminal, profundamente seletiva e classista e com traços marcadamente racistas e xenófobos, legitima o agir dos Estados que – de forma mistificada – aparecem como protetores da sociedade contra o “crime” e, em nome da segurança pública, não fazem outra coisa que criminalizar, de forma cada vez mais ostensiva, a pobreza e a miséria, derivadas do desemprego e/ou do emprego precário, cujas dimensões atuais são inéditas. (KILDUFF, 2010, p. 247).

No caso do Brasil, mesmo em períodos em que há algum tipo de “revolução”, como na Era Vargas, não se observa avanços substantivos nas conquistas pela paz social.

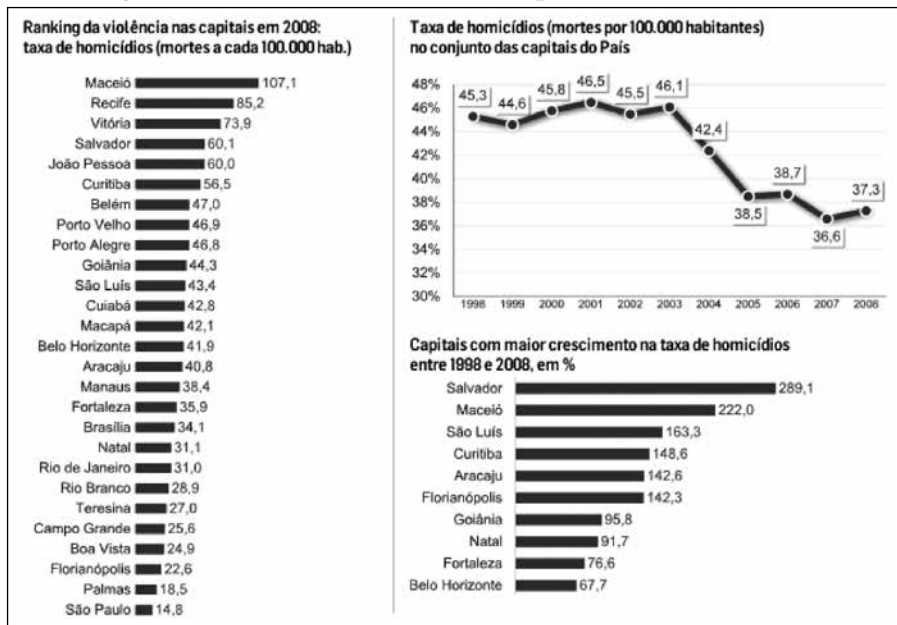
Resulta que a tarefa da Revolução, diferentemente dos países europeus, não foi assegurar a paz social, já de si garantida pela índole do povo, mas sim a justiça social, barrada pela natureza individualizante e degradante de nosso processo civilizatório. (CARDOSO, 2010, p. 783).

Assim, a área da segurança pública entrou, efetivamente, para o rol das políticas sociais somente após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Diferentemente de outras políticas, a segurança apresenta inúmeros problemas e gargalos: além das questões federativas (objeto de nossa análise), burocracia altamente insulada (e armada), sendo parte militarizada (polícias militares) e parte civil (polícias civis) com imensas disjunções e disputas entre as duas corporações e, internamente às polícias, entre diferentes hierarquias, com procedimentos não uniformes; crescente participação dos municípios sem uma definição clara sobre o papel desses entes na política (criação de órgãos executivos e guardas municipais); históricos problemas de legitimidade frente à opinião pública² (tendo em vista a ação tradicionalmente truculenta por parte das polícias); graves violações de direitos (principalmente no sistema prisional); baixa articulação entre os principais atores que compõem o sistema (polícias, Ministério Público, Judiciário, sistema prisional).

Apesar de as taxas de homicídios declinarem em algumas regiões metropolitanas nos últimos anos (principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo), observamos altos indicadores de criminalidade violenta e, especialmente, de homicídios. A taxa nacional de 26 assassinatos por grupo de 100.000 habitantes é quase três vezes maior se levarmos em consideração que taxas acima de 10 por 100.000 são consideradas epidêmicas pela Organização Mundial de Saúde. Existem capitais e regiões metropolitanas brasileiras que essas taxas chegam a 100 por 100.000, conforme podemos observar na figura a seguir, a partir de dados do *Mapa da violência 2011*. (WAISELFISZ, 2011)

² Recente pesquisa divulgada na *Revista Brasileira de Segurança Pública* (OLIVEIRA JÚNIOR, 2011) com dados do Sistema de Indicadores de Percepção Social do IPEA, de 2010, aponta que em nenhuma região do país mais de 6% da população diz confiar muito no trabalho policial. A população da região Sudeste foi a que apresentou o menor índice de confiança plena nas polícias Civil e Militar: apenas 3% dos entrevistados atribuíram nota “confia muito” às entidades. Segundo essa pesquisa, 30,05% dos moradores da mesma região disseram não confiar na atuação das polícias – também o índice mais elevado do Brasil. Os outros 66,95% da população do Sudeste afirmaram que “confiam” ou “confiam pouco” nas polícias.

Figural – Taxa de homicídios nas capitais brasileiras (2011)



Fonte: (WAISELFISZ, 2011)

Isso sem desconsiderar, também, a “trajetória de dependência” da política de segurança, ancorada, em boa medida, na concepção de defesa nacional criada durante a ditadura militar.

Segurança pública: situação atual

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 144, define que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos e é exercida através dos seguintes órgãos: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, polícias civis, polícias militares e corpos de bombeiros militares.

Como se pode depreender do texto constitucional, são vários os atores institucionais que atuam direta e indiretamente na política pública de segurança em nosso país. Além dos atores nominados no artigo 144 da Constituição, outros tantos fazem parte, direta ou indiretamente, do sistema, conforme sumarizado no Quadro 1.

Quadro 1 – Atores institucionais que participam direta e indiretamente dos sistemas de justiça criminal e (em destaque) de segurança pública no Brasil

Executivo	Legislativo	Judiciário	Agências executoras	Órgãos autônomos	Sociedade civil
Federal: Ministério da Justiça (Senasp)	Congresso Nacional	Justiça federal (+) Supremo Tribunal Federal	Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, sistema prisional federal, Guarda Nacional	Ministério Público, defensoria pública	Conferência Nacional, Conselho Nacional (Conasp), pesquisadores
Estadual: Secretarias de Segurança ou similares	Assembleias estaduais	Tribunais de justiça	Polícias Militar e Civil, sistema prisional	Ministério Público, defensoria pública	Conferências estaduais, conselhos estaduais, pesquisadores
Municipal: Secretarias Municipais de Segurança ou similares	Câmaras municipais	-	Guardas municipais	-	Conferências municipais, conselhos municipais, pesquisadores

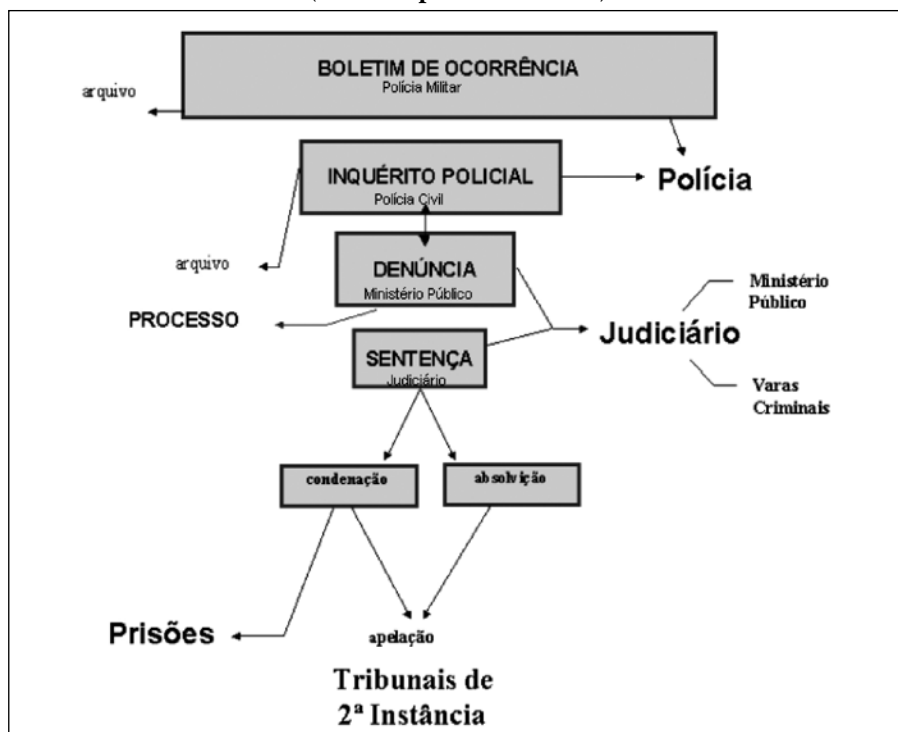
Fonte: elaborado pelo autor.

Como se depreende do Quadro 1, o sistema de segurança pública no Brasil faz parte do chamado sistema de justiça criminal. Além de órgãos do Poder Executivo, há forte participação, interveniência e dependência de outros órgãos, como do Poder Judiciário, responsável, entre outros, pela execução criminal.

Nesse emaranhado de atores, o problema da legitimidade das instituições encarregadas de aplicação das leis penais passa a ser crucial. Uma série de dificuldades relacionadas à formulação e implementação de políticas de segurança e justiça afetam a eficiência das agências encarregadas de conter a violência dentro dos marcos da legalidade democrática. A baixa eficiência dessas agências – especialmente das polícias Militar e Civil, subordinadas aos governos estaduais, em prevenir crimes e investigar ocorrências, e de todo o segmento judicial (Ministério Público e tribunais de justiça) em punir agressores –, associada aos tradicionais obstáculos enfrentados pelo cidadão comum no acesso à justiça, acaba estimulando a adoção de soluções privadas para conflitos de ordem social (como os linchamentos e as execuções sumárias), bem como contribuindo para a exacerbação do sentimento de medo e insegurança coletivos. Na medida em que esse círculo vicioso é alimentado, cresce a perda de confiança nessas instituições de justiça e nos agentes responsáveis pela lei e ordem públicas.

No Quadro 2, a seguir, temos o fluxo do sistema de justiça criminal. Observam-se a quantidade de atores institucionais presentes nesse sistema e também os vários procedimentos adotados por cada um desses atores, procedimentos que não são compartilhados por todos os atores do sistema.

Quadro 2 – Fluxo do sistema de justiça criminal brasileiro (atores e procedimentos)



Fonte: Adaptado de VARGAS, 2004, p. 52.

O sistema de justiça criminal, caracterizado como “frouxamente articulado” (SAPORI, 2007, p. 63), tem um conjunto de órgãos com ligações distintas em várias esferas do Estado: com os executivos estaduais (polícias Civil e Militar, sistema prisional), com os municípios (políticas locais e prevenção à criminalidade e guardas municipais), com a União (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Guarda Nacional, atuação das Forças Armadas em contextos de segurança pública, como tem ocorrido, com frequência, por exemplo, em contextos de greves das polícias estaduais). Ademais, ainda no

âmbito federal, nos últimos anos, há tentativas de padronização de procedimentos operacionais para agentes de segurança, criação de bancos de dados criminais, repasse de recursos para financiamentos diversos para os órgãos estaduais e municipais de segurança. Registrem-se, ainda, as amarrações com o sistema prisional (federal e estadual), além do Poder Judiciário, da defensoria pública e do Ministério Público (estes dois últimos órgãos autônomos). Isso sem falar numa tendência legiferante, observada não somente no Brasil,³ mas em vários países do mundo, expressa no aumento do poder de punir do Estado: a administração do controle penal, desde a tipificação de novos delitos, até o funcionamento dos órgãos policiais, passando pelos procedimentos dos órgãos oficiais de administração da justiça e pelo sistema prisional. Portanto,

[. . .] a herança autoritária, marcante no desenvolvimento do nosso Sistema de Justiça Criminal, e o insulamento organizacional que as instituições deste sistema vivenciaram apresentam, para o desenvolvimento contemporâneo de políticas públicas nesta área, uma série de desafios a serem vencidos. (BATITUCCI; RIBEIRO; CRUZ, 2012, p. 14).

Como se pode observar da simples exposição de tão complexa estrutura, uma política nacional, nos moldes federativos, capaz de articular tantas e tão diversas agências, com níveis diferenciados de poder e entendimentos tão diversos sobre seus papéis institucionais (além de práticas de funcionamento distintas), parece quase impossível, a não ser nos ensaios teóricos sobre as articulações entre esses sistemas.

Soma-se a tudo isso o fato das várias agências policiais serem instituições altamente insuladas, com conhecimento técnico assimétrico

³ Estudo comparativo realizado por Azevedo (2004, p. 40) mostra que, entre as áreas novas ou ao menos distintas das tradicionalmente contidas no Código Penal brasileiro e no argentino, atingidas pela expansão do direito penal, cabe mencionar as disposições penais em matéria de delitos econômicos e financeiros – sonegação fiscal, lavagem de dinheiro etc. (Brasil e Argentina); criminalização das condutas contrárias às relações de consumo (Brasil); criminalização de delitos ambientais (Brasil) e relacionados com resíduos perigosos (Argentina); tipificação de delitos de discriminação racial ou de outro tipo e da chamada criminalidade organizada (Brasil e Argentina); criminalização do assédio sexual (Brasil) e de condutas relacionadas com espetáculos esportivos e terrorismo (Argentina).

em relação aos outros agentes públicos e, em certa medida, detentoras de um poder discricionário de decisão e implementação de estratégias, muitas vezes para além do âmbito da política (de segurança). Situação agravada pelo fato da quase inoperância dos mecanismos de controle externo dessas instituições. ⁴ Sem adentrarmos na discussão sobre os papéis institucionais da polícia na política de segurança pública,⁵ urge, pelo menos, apontar para a premência de se institucionalizar, no Brasil, o que vem sendo definido por especialistas e pesquisadores como governança policial:

Governar a polícia começa, então, por decidir o que a polícia pode e não pode ser capaz de fazer, o que só é possível quando se controla e decide qual é a sua capacidade. Assim, tudo que estabelece e autoriza as alternativas de ação de que uma polícia é capaz – efetivo da polícia, sua estrutura organizacional no espaço, desenho, dimensão e subordinação entre suas especialidades ou repartições funcionais de suas atividades, seus equipamentos, procedimentos – tem que decorrer de decisões políticas e não da própria polícia. (PROENÇA; MUNIZ; PONCIONI, 2009, p. 35).

Herança histórica

Os arranjos da segurança no Brasil, historicamente, estão assentados numa estrutura que privilegia as elites, em detrimento dos pobres. No quadro abaixo, apresentamos, sumariamente, como se constituíram, em linhas gerais, tais arranjos ao longo do tempo.

⁴ O Ministério Público, que detém a prerrogativa do controle das polícias, pouco exerce tal atribuição. As ouvidorias de polícia brasileiras não têm autonomia para investigar os desvios praticados por policiais.

⁵ Além do problema do duplo comando (federal e estadual) das polícias militares e corpos de bombeiros (conforme art. 22, XXI, e art. 144, § 6º, da CF/88), há ainda o dilema da fragmentação e padrão dual das duas instituições policiais nos estados. As duas polícias (militar e civil) têm comandos próprios e nenhuma executa um ciclo completo da atividade policial. Trata-se de um arranjo conflituoso, impeditivo de avanços na eficiência da gestão policial.

Quadro 3 – Arranjos institucionais da segurança no Brasil

	Período escravagista (1530-1888)	República Velha (1889- 1929)	Estado Novo (1937-1945)	Ditadura militar (1964-1985)	Pós- Constituição Federal de 1988
Agente direto	Capitão do mato	Capangas	Policiais civis e militares	Policiais civis e militares e Forças Armadas	Policiais, agentes penitenciários
Agente indireto	Senhor branco - monopólio privado da violência	Fazendeiro, ("Coronel") com a complacência do Estado	Estado (forças policiais militares)	Estado	Estado
Vítimas/ suspeitos	Negros, escravos, índios e pobres	Pobres de modo geral; opositores na política local e regional	Oponentes do governo, pobres	Pobres, favelados, militantes de partidos de esquerda, intelectuais, lideranças políticas Controle social dos pobres; obtenção de confissões e informações para inibir movimentos pró- democracia	Pobres, negros, jovens, detentos e suspeitos de crimes
Objetivos	Humilhação, submissão e castigo	Manutenção do poder político e social do coronel	Controle social e político		Controle social, castigo

Fonte: elaboração do autor, tendo como referência a Revista *IstoÉ*.

Em certa medida, ainda persiste um quadro de violência institucional que vitima segmentos vulneráveis e com baixo poder de vocalização de suas demandas. Ademais, há outro elemento que merece ser registrado. A omissão – e em certa medida a conivência – do Estado com a violência privada propiciou o surgimento, nas últimas décadas, de grupos paramilitares que, em situações de conflito e de variadas formas de disputas (por armas, drogas, controle de territórios etc.), perpetraram todo o tipo de violência, principalmente nas grandes cidades. São grupos de extermínio (com participação de policiais) e mais recentemente as chamadas milícias urbanas. Ademais, a pistolagem continua dizimando a vida de milhares de pessoas, principalmente nas disputas pela terra no interior do país. Para citar um exemplo, segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), há um aumento no número de pessoas vivendo sob a pressão de pistoleiros

em todo o país. Esse número cresceu de 38.555 pessoas, em 2010, para 45.595, em 2011. Um aumento de 18,2%. Na região Norte, destaca-se ainda o crescimento de vítimas sob risco de pistoleiros no estado de Rondônia, que apresentou uma das maiores variações. A localidade contabilizou um total de 325 pessoas vítimas de pistolagem em 2010, contra 3.670 em 2011, um crescimento de 1.029,2%.

Política desarticulada e pouco eficiente

Vários indicadores denunciam a precarização da vida social pelas deficiências no aparato público de segurança: segundo a Síntese dos Indicadores Sociais de 2003, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o total de mortes por causas externas (que, além de homicídios, inclui também acidentes, suicídios e outras causas não naturais) provocou no país cerca de dois milhões de mortes de 1980 a 2000 o equivalente à população de Brasília. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2003).

Como se observa no Relatório Final da Primeira Conferência Nacional de Segurança Pública, realizada em 2009, até mesmo o governo federal (à época) reconhecia que a segurança pública, historicamente, se constituiu como uma política insulada, altamente concentrada nas mãos de poucos atores sociais. Apesar dos avanços institucionais da Constituição Federal de 1988, reposicionando-a como direito social, diferentemente dos outros direitos sociais previstos, as políticas de segurança não estavam inseridas num sistema de cogestão participativa que compartilhassem, entre o Estado e a sociedade, a responsabilidade de planejar, implementar, monitorar e avaliar ações (BRASIL, 2009, p. 23). Portanto, há um evidente desafio da articulação política inter e intragovernamental entre as várias agências encarregadas pela segurança pública brasileira para possibilitar uma mudança efetiva do setor.

Alguns estudos têm demonstrado a orientação descentralizadora da Constituição Federal de 1988, que transferiu para os municípios uma série de atribuições. Também as constituições estaduais (na mesma lógica segundo a qual a descentralização era a palavra de ordem para contrapor o centralismo do governo ditatorial e para consolidar um ordenamento político mais democrático, pluralista e participativo) cuidaram de atribuir um papel central às municipalidades nos arranjos

federativos. No caso das relações intergovernamentais no âmbito das regiões metropolitanas, tal processo foi caracterizado como “hipermunicipalismo simétrico”; ou seja, cada município (que compõe essas regiões) passou a ter um enorme poder de barganha, “uma vez que a tendência, no âmbito estadual, foi a de não discriminação de papéis diferenciados para os municípios membros, segundo as suas particularidades econômicas e demográficas e o seu tipo de inserção na dinâmica metropolitana” (FARIA, 2008, p. 9).

No caso da segurança pública, porém, o processo de centralização de controles sociais e de militarização produziu, segundo Adorno (2000), pelo menos três consequências institucionais a partir da abertura política: transformou o controle da criminalidade comum em problema de segurança interna, propiciando uma recorrente confusão entre o controle civil da ordem e o controle da segurança nacional. Ademais, os problemas relacionados com a repressão do crime ficaram limitados à órbita das agências policiais, em especial das polícias militares, redundando na militarização da segurança e fazendo com que as dificuldades relacionadas ao crime sejam tratadas com estratégias e táticas de guerra contra um inimigo, personificado na expressão “o bandido”. Por fim, a ideia de que segurança pública é sinônimo de eficiência policial desobriga os demais segmentos do sistema de justiça criminal de suas tarefas e deveres no conjunto das ações de segurança pública. Esses vieses se constituíram como um delicadíssimo problema político para os governos estaduais e são até hoje mal equacionados (ADORNO, 2000, p. 133).

Processos de descentralização são evidentes em relação a algumas políticas sociais, como saúde, educação e assistência social. Contudo, em relação à segurança pública, a autonomia das unidades federativas foi parcialmente maculada à medida que as polícias militares continuaram como forças de reservas do Exército.

Apesar desse entrave formal (dado que na prática o Exército não interfere na gestão das polícias militares estaduais – a não ser excepcionalmente, por exemplo, em casos de greves de policiais), observamos uma ambiguidade, dado que a Constituição consagrou a separação entre segurança pública e defesa nacional – fundamentos da República, até então. Nesse sentido, observamos um movimento pendular em relação à política de segurança pública. Num primeiro momento, em consonância com a Constituição Federal de 1988, essa política passa a ser tratada como questão exclusiva dos governos

estaduais. Depois, à medida que a questão da violência urbana vai se constituindo como importante pauta de reivindicação social (com o aumento da criminalidade violenta a partir da década de 1980), o problema volta a ser da alçada federal e, mais recentemente, também de competência dos municípios.

Há, então, um caso curioso de circulação de competências para uma política pública que, tradicionalmente tratada como questão de segurança nacional, é deslocada para o âmbito dos estados, na esteira de uma redefinição do pacto federativo brasileiro. Posteriormente, como que para dar maior solidez a esse mesmo deslocamento, a segurança pública, sem prejuízo das atribuições estaduais, volta à agenda do governo federal. Simultaneamente, como uma espécie de radicalização do primeiro movimento, dá-se a tentativa de incorporação dos poderes municipais a esse campo de atuação. (SENTO-SÉ, 2011, p. 502).

Assim, no campo da segurança pública, uma questão, em certa medida dramática, está posta: a consolidação da democracia brasileira e sua institucionalização dependem, em grande medida, das relações com temas como violência, direitos, justiça, cidadania, estado de direito e direitos humanos.

A situação da política de segurança pública poderia ser resumida na seguinte equação: interesses corporativos + entendimentos diversos do que é lei e ordem + conservadorismo social + aparelho repressivo do Estado. Resultado: desrespeito aos direitos humanos e baixa eficiência da ação estatal no controle e na prevenção da violência.

Os desafios de uma política nacional de segurança pública

Quais seriam os papéis do governo central e dos entes federados na elaboração e execução coordenada e/ou articulada das políticas de segurança? Como pensar um arranjo que possibilite a cooperação entre as esferas de governo dado as discrepâncias que incidem nessa política? Como superar os evidentes conflitos organizacionais (disputa entre as várias agências por espaços de poder e definição das políticas), além de questões institucionais (papel das instituições nos arranjos do sistema)? É possível uma legislação que unifique procedimentos, métodos e dados para a área da segurança pública?

Como discutido anteriormente, não obstante as raízes violentas que conformaram as imensas desigualdades, desde a colonização do Brasil, derivando numa cultura que, em certa medida, convive pacífica e coniventemente com todo o tipo de violência, o recrudescimento da criminalidade violenta a partir da década de 1980 parece ter aumentado a percepção do medo. Pesquisas de opinião recentes confirmam essa tese, o que tem proporcionado um clima de insegurança. As ações governamentais, por sua vez, não conseguem responder aos clamores de uma sociedade amedrontada.

Em artigo publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, comentando as medidas de segurança tomadas no chamado Complexo do Alemão,⁶ no Rio de Janeiro, envolvendo agências federais, estaduais e municipais, defende que tal medida “sinaliza um novo patamar de exigência da população no tocante ao problema da segurança”. O magistrado chama a atenção sobre os papéis dos vários níveis e agências públicas encarregadas da tarefa de garantir a segurança à população:

Passa da hora de reconhecer que as questões de segurança são de alcance nacional, não só por permearem diversos estados da Federação, mas por serem de responsabilidade de todas as esferas políticas [...] O amadurecimento político, diante das disputas partidárias, já vem sendo notado há anos em áreas cruciais, como saúde e educação. A segurança, evidentemente, não pode ficar fora desse pacto por ações definitivas em prol do bem comum [...] É preciso que a União assuma, de uma vez por todas, seu natural papel de liderança federativa, expurgando as improvisações que, nos casos ligados à violência, além de inadmissíveis, se mostram tão paliativas quanto improdúcentes [...] De modo algum, uma acanhada interpretação do federalismo pode obscurecer ou restringir a responsabilidade da União de organizar o empenho das mais variadas estruturas administrativas na área da segurança pública. (MENDES, 2010).

Não obstante as ponderações do ministro do STF, o fato concreto é que a segurança pública, historicamente, esteve umbilicalmente ligada a um sistema federativo que, no seu arranjo original, atribuiu importante

⁶ Trata-se, segundo o jargão das forças de segurança pública do Rio de Janeiro, da operação de “retomada de territórios” pelas forças de segurança pública, em áreas antes dominadas por quadrilhas de traficantes de drogas.

destaque aos coronéis locais, que controlavam as chamadas forças públicas. O modelo adotado no Brasil, ratificado com a Constituição Federal de 1988, ainda atribuiu boa parte das competências na área da segurança aos governos estaduais, responsáveis pelas duas polícias (Civil e Militar), pelo sistema prisional, pelo sistema de medidas socioeducativas e pelas políticas de prevenção à criminalidade – ainda recentes.

Em boa medida, o conceito de “doutrina de segurança nacional” montado durante a ditadura militar (1964-1985) continuou vigorando na estrutura de nossos sistemas estaduais e federal de segurança. Até meados da década de 1990, ainda se pensava em segurança pública como sinônimo de força, arma, polícia e repressão. Só recentemente que alguns desses conceitos são revisitados, principalmente a partir de paradigmas que propõem a compreensão das raízes sócio-históricas e culturais da violência e dos novos mecanismos de prevenção, repressão qualificada e melhoria na qualidade de nossas polícias.

No Brasil, até a década de 1990, questões relativas à segurança pública eram tratadas essencialmente como responsabilidade dos governadores de estados. É bem verdade que a maior parte do trabalho de polícia é realizada pelas polícias estaduais civil e militar. Entretanto, o tema não é tão estadual quanto parece, uma vez que o exercício e a divisão do trabalho de polícia são disciplinados pela Constituição Federal. Além disso, a atividade policial também é condicionada pelo direito penal e processual penal, assuntos de competência da União. (COSTA; GROSSI, 2007, p. 7).

Assim, as relações entre federalismo e segurança pública entraram na pauta da agenda política brasileira muito recentemente. No tocante, especificamente, à questão de uma política nacional de segurança, trata-se, crucialmente, de verificarmos se há cooperação intergovernamental, assim como capacidade do governo central na criação de estímulos, incentivos, mecanismos institucionais de apoio aos entes federados e ações articuladas e integradas no combate ao crime e prevenção criminal.

Ademais, tópicos como o planejamento e coordenação estratégica das políticas de segurança – o que requer troca de informações, compartilhamento de dados e sistemas, preferências orçamentárias, controle das polícias (dado o altíssimo grau de letalidade das ações policiais no Brasil) –, impactam fortemente na relação entre União e autonomia política dos estados.

Outro ponto importante para a análise de uma política nacional de segurança pública sob a ótica federativa se refere à relação da União e dos estados com as polícias. A estrutura e a organização dos sistemas policiais variam muito. Há países em que a atividade policial é desempenhada por uma única instituição, como Israel, Grécia, Bolívia e Irlanda; noutros, como França, Espanha, Itália e Portugal, a função policial é desempenhada por poucas instituições policiais; e há casos, similares ao brasileiro, como Argentina, México e Alemanha, onde existem várias polícias, sendo que, no Canadá, existem centenas de polícias e, nos Estados Unidos, milhares, dado que são municipais (COSTA; GROSSI, 2007, p. 9-10).

Legislações nacionais determinam o âmbito de atuação policial. O fato é que esses modelos de gestão e atuação policial estão relacionados a aspectos políticos, ao processo de construção dos estados modernos e, não necessariamente, à necessidade do controle da criminalidade (COSTA; GROSSI, 2007, p. 10).

Por esse motivo, como informado anteriormente, há que entender os dilemas em relação às dificuldades de interação dos entes responsáveis pela segurança pública brasileira dentro de um contexto de disputa e distribuição de poder. Se, por um lado, os governadores clamam pela ineficiência da coordenação da política por parte da União, por outro, esses mesmos governadores nem sempre fazem o “dever de casa” na melhoria das polícias estaduais, do sistema prisional e das ações de prevenção. E mais: não abrem mão do comando das instituições policiais sob sua tutela. Em vários episódios da vida nacional, inclusive no período republicano e mesmo depois da redemocratização do país, na década de 1980, as polícias estaduais foram “usadas” por governadores como mecanismo de poder em relação à União⁷ e mesmo em relação a outras unidades da federação.

⁷ Quando Itamar Franco – ex-presidente da República – governou Minas Gerais (2000-2003), por mais de uma vez ordenou que a Polícia Militar de Minas Gerais procedesse à realização de exercícios militares como forma de contrapor a medidas da União. Apesar de muitos considerarem essas ações folclóricas, tais atividades militares foram realizadas dentro de um contexto de disputa de poder entre um estado e a União.

Conclusões

O presente texto apresentou uma breve discussão sobre alguns dos desafios de uma política de segurança pública no contexto federativo brasileiro. É imperioso concordar que avanços têm sido conquistados nos últimos anos, conforme conclui Souza:

Para não ficarmos apenas nas críticas às políticas de segurança pública herdadas da tradição estatizante e burocrática do Estado brasileiro, é importante indicar algumas mudanças no quadro mais amplo, relacionadas ao novo protagonismo do governo federal no âmbito da segurança pública. Nos últimos anos, o governo federal vem lançando e mantendo programas nacionais de segurança pública que tentam imprimir novas concepções e modelo, bem como reforçar aspectos importantes do *state building*, como monopólio da força. Deve-se dar destaque ao Susp, ao Insoseg, à Renaesp e ao Pronasci [...] Nos estados, apesar das resistências e de importantes *set-backs*, as Ouvidorias de Polícia e as Defensorias Públicas imprimiram níveis de responsabilização não usuais no sistema, ampliando canais de denúncia, de informação e controle, com acesso direto dos cidadãos. De forma ainda muito incipiente, alguns estados começaram a aceitar princípios de redução de uso de forma letal, incorporando nas academias de polícia e no dia a dia do policial armas não letais e princípios de proporcionalidade no uso da força. Os municípios também procuraram assumir mais espaços nas políticas públicas de segurança, criando secretarias, guardas municipais, conselho, projetos. (SOUZA, 2011, p. 18).

Portanto, o atual momento da política nacional de segurança pública, advindo com a Constituição Federal de 1988, supera alguns dos dilemas e contradições dos modelos anteriores (mais centralizados e hierarquizados) e, de alguma forma, pode representar um novo marco da vida democrática nacional.

A partir da compreensão da segurança como direito de cidadania, novas bases poderão derivar num pacto nacional que objetive não somente melhorar os indicadores da criminalidade em nosso país, mas, substancialmente, devolva a cidadania negada a milhões de brasileiros, historicamente excluídos pelas várias políticas sociais e reprimidos pela política de segurança (que enxerga[va] nos pobres, as classes perigosas e violentas).

Quais seriam os principais gargalos que ainda precisam ser superados?

- a) as instituições policiais não suplantaram os modelos tradicionais tanto de policiamento ostensivo, quanto de polícia judiciária. A sociedade brasileira mudou muito nos últimos anos, mas a ação policial ainda está fundada em antigos pressupostos (militarização, insulamento institucional, entre outros). Ademais, a competição entre as duas corporações torna a atividade policial onerosa e pouco eficiente;
- b) o sistema prisional, altamente oneroso para o Estado e a sociedade, ainda está fundado na contenção dos detentos, sem oferecer objetivas condições de reinserção social dos presos;
- c) as políticas de enfrentamento das drogas (um dos principais motores da criminalidade violenta nos últimos anos) são insuficientes, desarticuladas, equivocadas. De maneira geral, estão centradas quase que exclusivamente na “guerra contra as drogas” e em ações de repressão ao usuário, sem atentar para o tratamento dos dependentes, além de não responder à complexidade do problema;
- d) as defensorias públicas têm ação limitadíssima pelo escasso número de servidores e alcance de suas ações. Isso dificulta o acesso dos pobres à justiça. Nesse cenário, a sensação de impunidade aumenta;
- e) praticamente não existem mecanismos efetivos e autônomos de controle externo das polícias. As poucas ouvidorias de polícia que existem têm suas atribuições muito limitadas. Tais mecanismos são fundamentais em sociedades democráticas;
- f) falta de transparência dos dados de segurança pública, o que impede a produção de bons diagnósticos sobre as diferentes modalidades de crime, dificultando o planejamento eficiente das ações de prevenção. Ademais, a falta de transparência corrobora com a desconfiança da população em relação às polícias e à justiça;
- g) ausência de participação social nos mecanismos de gestão e controle da política de segurança. Trata-se de um setor altamente insulado;
- h) sistema legal e judiciário defasado e moroso frente às novas facetas do crime.

Ao invés de enfrentar esses e outros problemas, os governos federal e estaduais e os legisladores (principalmente do Congresso Nacional) geralmente os tamponam. As reformas são incrementais e, via de regra, colocam-se “remendos novos num pano velho”. Os integrantes do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, por ocasião do sexto encontro nacional, ocorrido em Porto Alegre, em julho de 2012, chegam a seguinte conclusão:

Avanços eventuais no aparato policial e reformas na legislação penal têm se revelado insuficientes para reduzir a incidência da violência urbana. O FBSP acredita que resultados sobre esse problema só podem ser obtidos mediante reformas estruturais do sistema de segurança pública e justiça criminal, bem como do efetivo comprometimento político dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Essas reformas devem envolver a construção de um verdadeiro Sistema Único de Segurança Pública no Brasil, atualizando a distribuição e a articulação de competências entre União, estados e municípios e criando mecanismos efetivos e perenes de cooperação entre eles; a reforma do modelo policial estabelecido pela constituição federal de modo a promover a sua maior eficiência; e o estabelecimento de requisitos mínimos nacionais para as instituições de segurança pública no que diz respeito à formação dos profissionais, produção e disponibilização de informações, uso da força e controle externo. (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2012).

Reformas estruturais de todo o aparato de justiça criminal, especialmente do sistema de segurança pública, são impostergáveis. Esse parece ser o consenso de muitos pesquisadores, policiais e ativistas sociais que pesquisam e exercem atividades profissionais na área da segurança pública. Um modelo baseado em cooperação entre União, estados e municípios, com a definição de responsabilidades e deveres, poderá redundar em avanços significativos da política de segurança pública, impactando na melhoria da qualidade de vida dos brasileiros.

Referências

ADORNO, S. Insegurança *versus* direitos humanos: entre a lei e a ordem. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 129-153, 2000.

ARRETCHE, M. ; MARQUES, E. Condicionantes locais da descentralização das políticas de saúde. **Cadernos CRH**, n. 39, p. 55-81, 2004.

AZEVEDO, R. G. de. Tendências do controle penal na época contemporânea: reformas penais no Brasil e na Argentina. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 1, p. 39-48, 2004.

BATITUCCI, E. ; RIBEIRO, L. M. L; CRUZ, M. V. G da. **Accountability**, legitimidade e controle nas organizações policiais brasileiras: uma reflexão sócio-histórica. Disponível em: <<http://comunidadessegura.org.br/files/accountabilitylegitimidadecontrole.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2012.

BRASIL. (Constituição, 1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em <www.senado.gov.br>. Acesso em: 5 out. 2012.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Relatório final da Primeira Conferência Nacional de Segurança Pública**. Brasília: Ministério da Justiça, 2009.

CARDOSO, A. Uma utopia brasileira: Vargas e a construção do Estado de bem-estar social numa sociedade estruturalmente desigual. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 4, p. 775-819, 2010.

CARVALHO, J. M. Federalismo y centralización en el imperio brasileño. In: CARMAGNANI, M. (Org.). **Federalismos latinoamericanos**: México, Brasil, Argentina. México: Fondo de Cultura, 1993.

COÊLHO, D. B. A agenda social nos governos Cardoso e Lula: competição política e a difusão do modelo de renda mínima. In: HOCHMAN, G. ; FARIA, C. A. P. (Org.). **Federalismo e política pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012. No prelo.

COSTA, A. ; GROSSI, B. C. Relações intergovernamentais e segurança pública: uma análise do Fundo Nacional de Segurança Pública. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, ano 1, n. 1, p. 6-20, 2007.

FALETTI, T. G. Efeitos da descentralização nas relações intergovernamentais. In: SOUZA, C. ; DANTAS NETO, F. (Org.). **Governo, políticas e elites políticas nos estados brasileiros**. Rio de Janeiro: Revan, 2006.p. 21-56.

FARIA, C. A. P. Gestão metropolitana e relações intergovernamentais assimétricas: o caso dos pequenos municípios da RMBH. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 6., Campinas. **Anais...** Campinas, Unicamp, 2008.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Carta de Porto Alegre**. Assinada pelos integrantes do Fórum, por ocasião do sexto encontro nacional. Jul. 2012. Disponível em: <<http://www2.forumseguranca.org.br/content/carta-de-porto-alegre>>. Acesso em: 5 out. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese dos Indicadores Sociais de 2003**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=%20132&id_%20pagina=1>. Acesso em: 5 out. 2012

KILDUFF, F. O controle da pobreza operado através do sistema penal. **Revista Katálysis**, v. 13, n. 2, p. 240-249, 2010.

MACIEL, J. F. R. Ordenações filipinas: considerável influência no direito brasileiro. **Carta Forense**, 4 set. 2006. Disponível em: <<http://www.cartaforense.com.br/conteudo/colunas/ordenacoes-filipinas-consideravel-influencia-no-direito-brasileiro/484>>. Acesso em: 5 out. 2012.

MELO, M. A. Escolha institucional e a difusão dos paradigmas de política: o Brasil e a segunda onda de reformas previdenciária. **Dados**, v. 47, n. 1, p. 169-206, 2004.

MENDES, G. Federalismo cooperativo e segurança pública. **O Estado de São Paulo**, 23 dez. 2010. Disponível em: <www.estadao.com.br/estadaodehoje/20101223/not_im65728.php>. Acesso em: 5 out. 2012.

OBINGER, H. ; LEIBFRIED, S. ; CASTLES, F. **Federalism and the Welfare State**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

OLIVEIRA JÚNIOR, Almir de. Dá para confiar nas polícias? Confiança e percepção social da polícia no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, Ano 5, n. 9, p. 7-22, ago. /set. 2011.

PROENÇA; MUNIZ; PONCIONI. **Da governança de polícia à governança policial**: controlar para saber, saber para governar. 2009. Disponível em: <<http://www.posgraduacaocesec.com/jacqueline11.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2012.

REVISTA IstoÉ. **O Brasil que ainda tortura**. Edição nº 275, de 20/julho/2011, p. 52.

ROCHA, C. A de V. ; FARIA, C. A. P. de. Federalismo, relações intergovernamentais e gestão metropolitana no Brasil. In: CASTRO, E. ; WOJCIECHOWSKI, M. J. (Org.). **Inclusão, colaboração e governança urbana**: perspectivas brasileiras. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2010. p. 101-119.

SAPORI, L. F. **Segurança pública no Brasil**: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SÁTYRO, N. G. D. Política nos estados brasileiros e gastos sociais: uma análise de série temporal com corte transversal: 1987 a 2002. In: SOUZA, C. ; DANTAS NETO, F. (Org.). **Governo, políticas públicas e elites políticas nos estados brasileiros**. Rio de Janeiro: Revan, 2006, p. 57-90.

SENTO-SÉ, J. T. A construção de um discurso sobre segurança pública no âmbito nacional: apontamentos para um programa de pesquisa. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 4, n. 3, p. 501-521, jul./set. 2011.

SILVA, L. A. M. da. Violência urbana, segurança pública e favelas: o caso do Rio de Janeiro atual. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 23, n. 59, maio/ago. 2010.

SOUZA, C. Condições institucionais de cooperação na região metropolitana de Salvador. In: CARVALHO, I. M. M. ; PEREIRA, G. C. (Org.). **Como anda Salvador e sua região metropolitana**. Salvador: EdUFBA, 2006.p. 171-185.

SOUZA, L. A. F. de. Políticas públicas e a área da segurança no Brasil: debate em torno de um novo paradigma. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA, 15., 2011.**Anais...** Disponível em: <[www.sbs2011_GT21_Luis_Antonio_Francisco_de_Souza\[1\]. pdf](http://www.sbs2011_GT21_Luis_Antonio_Francisco_de_Souza[1].pdf)>. Acesso em: 5 out. 2012.

VARGAS, J. D. **Estupro: que justiça?** Fluxo do funcionamento e análise do tempo da justiça criminal para o crime de estupro. 2004.Tese (Doutorado) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

VIANA, A. L. ; MACHADO, C. V. Federative coordination and decentralization: Brazilian experience in health. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 14, n. 3, p. 807-817, 2009.

VIANNA, F. J. O. **Direito do trabalho e democracia social:** o problema da incorporação do trabalhador no Estado. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.

WASELFSZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2011:** os jovens do Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2011.Disponível em: <[http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2011/ MapaViolencia2011.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2011/MapaViolencia2011.pdf)>. Acesso em: 5 out. 2012.

Aspectos sociológicos dos acidentes de trânsito: o caso de Belo Horizonte

Andreia dos Santos

Introdução

Este trabalho tem por finalidade discutir os acidentes de trânsito em Belo Horizonte, partindo do escopo de dados oficiais.¹ Percebe-se que esse tema é pouco explorado nas ciências sociais. Assim, a discussão à luz de uma nova percepção pode prover novas perspectivas de compreensão de um problema público e social (GUSFIELD, 1981). O estudo desse problema social aponta para duas questões pertinentes à sociologia. A primeira delas envolve a questão dos acidentes de trânsito de forma mais direta, ou seja, quantos morrem, por que morrem e quem morre no trânsito brasileiro. A segunda refere-se aos estudos sobre o sistema de justiça criminal, que julga os acidentes de trânsito como crimes de trânsito. Ao fazermos essa escolha de estudo, devemos nos remeter, inicialmente, à ocorrência que dá origem aos crimes de trânsito e que faz do Brasil um país violento em relação a esse tema.

Ao longo dos anos, os acidentes de trânsito no Brasil vêm sendo discutidos por profissionais técnicos de diversas áreas de conhecimento, entre elas, destacam-se os campos de saber da saúde, engenharia e direito. Por razões diferentes, esses profissionais lançaram olhar para a compreensão do fenômeno. Dessa maneira, acidentes de trânsito no Brasil são tratados por técnicos da área de saúde como um problema de saúde pública, mas que tem pouca atenção no Brasil (MARIN; QUEIROZ, 2000). Apesar de ser uma causa de morte que ceifa várias vidas² e ainda deixa um número alto de vítimas com lesões graves

¹ Esse texto é parte da tese de doutorado *Morreu na contramão atrapalhando o tráfego: um estudo sobre a justiça para os crimes de trânsito em Belo Horizonte/MG*. (SANTOS, 2010) pretendeu-se uma caracterização do problema dos acidentes de trânsito em Belo Horizonte, Minas Gerais e Brasil.

² De acordo como *site* Trânsito há uma estimativa de que, em média, 26.000 pessoas

ou permanentes, esse não é um problema social/público que mereça ações sistematizadas por parte das instâncias governamentais. É claro que muito foi feito nos últimos anos³ para minimizar os efeitos relativos aos acidentes de trânsito no Brasil, mas ainda há um longo caminho a ser percorrido no sentido de alcançarmos índices de redução dos acidentes similares aos obtidos em países como a França ou o Japão, países que, de acordo com Costa (1978), foram reconhecidos por seus esforços na redução das taxas de mortalidade em acidentes. As discussões de Vasconcellos (1993) e Souza, Minayo e Franco (2007) sobre os acidentes de trânsito indicam que eles constituem um evento aleatório que pode acontecer com qualquer pessoa. No entanto, os números de acidentes revelam diversos problemas em relação a esse tipo de evento.

Entre os muitos problemas em relação ao trânsito, há os acidentes que podem ser causados por aspectos estruturais das vias públicas, que muitas vezes estão em estado precário de circulação por falta de manutenção, ou ainda – e não menos perigosa – a associação de direção e ingestão de bebidas alcoólicas/drogas, que pode ser, de acordo com Pinsky (1999), a causa de pelo menos 50% dos acidentes de trânsito. É importante apontar que as mortes mais comuns no trânsito brasileiro são causadas por atropelamentos, ocorridos em função de um enorme fluxo de pessoas que circulam por nossas cidades, que não possuem um transporte público adequado. No entanto, os trabalhos técnicos indicam que acidentes mais graves com vítimas fatais acontecem por excesso de velocidade ou consumo exagerado de álcool (MARIN; QUEIROZ, 2000).

As informações apuradas pelo relatório do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), intitulado *Impactos sociais e econômicos dos acidentes de trânsito nas aglomerações urbanas* (2003), demonstram que não apenas os problemas em relação às mortes no trânsito, mesmo tendo diminuído, representam um grave complicador de saúde pública, com a ocupação de leitos em hospitais, como também

perdem suas vidas, anualmente, em acidentes de trânsito. Mas esse número ainda é subestimado, pois não são considerados os óbitos ocorridos nos hospitais, em decorrência dos ferimentos provocados pelos acidentes.

³ O relatório produzido pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) sobre criminalidade e mortes por causas violentas no Brasil, no ano de 2003, indica que em 1991 ocorriam 15,1 mortes para cada 100.000 habitantes e que no ano de 2000 esse número era de 11,8 por 100.000, o que demonstra uma redução nas mortes no trânsito.

diversos custos são considerados em função dos acidentes. Um dos objetivos do citado trabalho é o cálculo nacional dos custos totais decorrentes desses eventos, já que “os acidentes de trânsito, no ano de 2001, geraram custos da ordem de R\$ 3,6 bilhões, a preços de abril de 2003, para as 49 aglomerações. Caso se considere o total da área urbana, estes custos chegam a R\$ 5,3 bilhões” (INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS, 2003, p. 9). Nessa pesquisa foram elencados 13 itens para a avaliação social e econômica dos acidentes.⁴

Em 1998, tivemos a promulgação do novo Código de Trânsito Brasileiro – CTB (BRASIL, 1998), que modificou a relação do brasileiro com o trânsito. As informações obtidas junto ao órgão que trabalha com o trânsito na cidade Belo Horizonte (BHTrans) indicam a redução dos acidentes em locais em que há fiscalização eletrônica, por exemplo: em 2000, não houve registro de vítimas fatais em locais com lombadas eletrônicas e outros tipos de controle. A nova lei previu que condutores que circulam em vias públicas acima de uma velocidade estipulada por órgãos públicos competentes deveriam ser multados eletronicamente. Essa novidade, de se retirar das vias o agente de controle, colocou freio nas altas velocidades praticadas nos centros urbanos e estradas brasileiras, pelo menos naquele momento.

Pode parecer uma medida simples, mas, de acordo com a BHTrans, o número de vítimas fatais na capital mineira reduziu-se a cada ano: em 1997, foram 6,2 mortos por 10. 000 veículos, em 2001 foram 4,38 mortos por 10. 000 veículos⁵. Esses números são bem significativos no que diz respeito à curva descendente que as mortes no trânsito representam atualmente. Uma vitória, com certeza, em relação à incômoda posição de um dos países com o maior número absoluto de mortes por acidentes de trânsito. Pelo menos nessa capital podemos verificar que as medidas de controle de condutores surtiram efeito de educação positivo. Outro problema de trânsito destacado

⁴ São eles: custo de perda de produção, custo dos danos aos veículos, custo médico-hospitalar, custo de processos judiciais, custo de congestionamentos, custo previdenciário, custo de resgate de vítimas, custo de remoção de veículos, custo dos danos ao mobiliário urbano e à propriedade de terceiros, custo de outro meio de transporte, custo dos danos à sinalização, custo de atendimento policial e dos agentes de trânsito e custo de impacto familiar.

⁵ Essa taxa é mundialmente calculada, para a verificação dos dados de violência no trânsito e também para que se possa ter um índice unificado e comparativo entre os países.

por Marin e Queiroz (2000) indica que o crescimento do volume de veículos circulando nas ruas é um fator de agravamento da situação de trânsito, em nosso país.

Nota-se que a falta de estudos sistemáticos em relação aos acidentes de trânsito não permite uma confirmação de outros aspectos relativos ao problema público do trânsito. Este merece ser analisado bem de perto, para que se possam sugerir outras modificações, com vistas a uma significativa melhora no trânsito, não apenas na circulação de veículos, mas também na redução dos acidentes de trânsito.

A criação de uma legislação que pudesse trazer mudanças no comportamento de condutores e pedestres representou um avanço, uma vez que determinadas condutas passaram a ser consideradas como crimes de trânsito.⁶ Isso se deve principalmente porque julgar acidentes de trânsito, em nosso país, pode parecer uma atividade inusitada, pois muitas vezes o imaginário popular não consegue perceber que colisões, atropelamentos, choques e abalroamentos são ações resultantes de uma má condução do veículo e acreditam que

⁶ Citarei apenas os artigos referentes aos crimes de trânsito e, resumidamente, o que eles significam, sem contudo indicar quais são as penas e cada crimes, são eles: “Art. 302.Praticar homicídio culposo na direção de veículo automotor; Art. 303.Praticar lesão corporal culposa na direção de veículo automotor; Art. 304.Deixar o condutor do veículo, e prestar imediato socorro à vítima, ou, não podendo fazê-lo diretamente, por justa causa, deixar de solicitar auxílio da autoridade pública; Art. 305.Afastar-se o condutor do veículo do local do acidente, para fugir à responsabilidade penal ou civil que lhe possa ser atribuída; Art. 306.Conduzir veículo automotor, na via pública, sob a influência de álcool ou substância de efeitos análogos, expondo a dano potencial a incolumidade de outrem; Art. 307.Violar a suspensão ou a proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor importa com fundamento neste Código; Art. 308.Participar, na direção de veículo automotor, em via pública, de corrida, disputa ou competição automobilística não autorizada pela autoridade competente, desde que resulte dano potencial à incolumidade pública ou privada; Art. 309.Dirigir veículo automotor, em via pública, sem a devida permissão para dirigir ou habilitação, ou ainda, se cassado o direito de dirigir, gerando perigo de dano; Art. 310. Permitir, confiar ou entregar a direção de veículo automotor a pessoa não habilitada, com habilitação cassada ou com o direito de dirigir suspenso, ou, ainda, a quem, por seu estado de saúde, física ou mental, ou por embriaguez, não esteja em condições de conduzi-lo com segurança; Art. 311.Trafegar em velocidade incompatível com a segurança nas proximidades de escolas, hospitais, estações de embarque e desembarque de passageiros, logradouros estreitos, ou onde haja grande movimentação ou concentração de pessoas, gerando perigo; Art. 312.Invocar artificialmente, em caso de acidente automobilístico com vítima, na pendência do respectivo procedimento policial preparatório, inquérito policial ou processo penal, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, a fim de induzir a erro o agente policial, o perito, ou juiz. ”

acidentes são uma ação divina, utilizando expressões de senso comum, tais como: “foi Deus é quem quis”, “era hora de fulano morrer”. Essas expressões reforçam ainda mais que os acidentes de trânsito não são provocados por ingestão de álcool e drogas, altas velocidades, “rachas” em vias públicas e não representam um risco real de morte para as pessoas e ainda reforçam que os carros são guiados por condutores “treinados” para desempenhar uma atividade responsável nas ruas e estradas brasileiras. Dessa forma, naturalizam um problema social e público que deve ser investigado para que se tenha uma melhor compreensão de nossa estrutura social, revelando aspectos de nossa sociedade que são pouco estudados.

A proposta aqui é apresentar discussões em relação aos acidentes de trânsito. Como acontecem? Quais as principais discussões sobre o assunto? Quais as causas mais comuns? O crescimento da frota dos veículos no Brasil influencia no aumento ou diminuição dos acidentes de trânsito? Parte das respostas a essas perguntas, no Brasil, passa pela discussão das informações estatísticas oficiais sobre os acidentes de trânsito.

Quanto à metodologia utilizada, partiu-se de fontes de informações secundárias oficiais, publicadas em *sites* dos governos federal, estadual e municipal sobre os acidentes de trânsito, e também de relatórios internacionais publicados sobre o tema. Pretendeu-se lidar com informações mais recentes em relação aos acidentes de trânsito, uma vez que se intenta atualizar as discussões em relação à temática estudada. Nesse sentido, apresenta-se um indicador bastante comum em relação ao estudo do trânsito não apenas no Brasil, como também em outros países – as estatísticas de trânsito. Parte do problema com essa fonte de informação diz respeito à qualidade dos dados produzidos e à validade dos dados, ou seja, muitas informações produzidas não podem ser consideradas como confiáveis, outras deverão ser compreendidas. Por outro lado, é importante que as mortes no trânsito no Brasil sejam entendidas pela perspectiva cultural e social que encerram, quem morre no trânsito em nosso país e de que maneira essas mortes dizem de um problema social que envolve especialmente uma parcela da população – os jovens.

Problemas com as estatísticas de acidentes de trânsito

Muitos são os problemas com as estatísticas oficiais sobre os acidentes de trânsito. Esse fato revela a dificuldade em relação às informações prestadas desde o acontecimento do acidente, até os dados do processamento da justiça em relação aos crimes de trânsito.

Apresentam-se, nesta parte do texto, os registros oficiais que mostram a evolução das taxas de acidentes de trânsito no Brasil. Vale dizer que os dados oficiais brasileiros, quaisquer que sejam, apresentam problemas em relação à produção das estatísticas. No caso do trânsito, as dificuldades vão desde a coleta dos dados sobre os acidentes, até o registro das mortes no trânsito. De resto, o problema com a coleta e a confiabilidade dos dados já vêm sendo discutido de maneira extensa por diversos pesquisadores da área das ciências sociais, que apontam problemas semelhantes com o registro de homicídios e outros tipos de crimes no Brasil (MISSE, 2008; LIMA, 2009; BEATO, 2009).

Um dos problemas em relação aos dados oficiais de trânsito é o sub-registro de mortes, o qual se caracteriza pela não inclusão, nas estatísticas oficiais, daqueles que morrem em consequência dos ferimentos causados pelo acidente de trânsito. Dessa maneira, contabilizam-se, muitas vezes, somente aqueles indivíduos que tenham morrido na hora ou no local do acidente. Ladeira (1995) indica que o sub-registro de acidentes de trânsito na cidade de Belo Horizonte é de 30%, ou seja, muitas mortes não são registradas adequadamente na cidade. Os feridos que vão para o hospital e que morrem em consequência dos ferimentos provocados pelo acidente, muitas vezes, não têm o registro de morte por causa externa, caracterizando o acidente, mas sim um registro do óbito que indique uma seqüela qualquer do acidente, como, por exemplo, fraturas múltiplas ou embolia pulmonar. Sendo assim, o registro da causa da morte estará relacionado ao tipo de trauma e não ao o que causou o trauma.

No entanto, com a promulgação do Código de Trânsito Brasileiro, para qualquer pessoa que morra em um acidente de trânsito, abre-se uma investigação para apurar as responsabilidades da morte, constituindo um inquérito de investigação, que irá averiguar o que de fato aconteceu no acidente. Se a informação sobre o acidente não é registrada adequadamente, muitos casos acabam por não serem investigados.

Outras informações são perdidas ao longo do processo de registro, por exemplo, quando os dados sobre as vítimas e os condutores não são

adequadamente preenchidos. Assim não se têm informações eficazes, como escolaridade, profissão, raça, entre outras, sobre as vítimas e os autores dos acidentes. Com todas as informações corretas, seria possível indicar com mais precisão o perfil dos autores e das vítimas.

De acordo com Kilsztajn et al. (2001), os números que melhor expressam a mortalidade no trânsito, do ponto de vista da saúde pública, são aqueles calculados a partir do número de óbitos e da população residente. No entanto, esses não são os números que melhor expressam o grau de violência no trânsito. O autor indica que, para o cálculo correto da taxa de mortalidade no trânsito, deveria ser considerado o número de quilômetros rodados ou as horas rodadas, que não são estimáveis em nosso país. Assim, Kilsztajn et al. (2001, p. 263) aponta um estudo realizado pelo Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), em 1977, em que o cálculo da violência no trânsito seria feito pelo número de óbitos por veículos e pelo número de veículos por habitantes, “sendo que o número de óbitos por acidentes de trânsito, a princípio, depende mais do grau de desenvolvimento dos transportes por veículos a motor do que do número de habitantes”. Esses cálculos continuam sendo utilizados para estimar o grau de mortalidade no trânsito e o desenvolvimento social. Dessa forma, quanto maior o número de veículos circulando nas ruas, maior a taxa de mortalidade por acidentes; quanto menor o número de veículos, menor a taxa de mortalidade – o que não seria indicativo de ausência de violência, mas decorrência do número reduzido de veículos por habitante.

Frota de veículos e acidentes de trânsito

Vimos nos últimos anos não apenas o aumento significativo da frota de veículos no Brasil, como também uma renovação dela. No entanto, o crescimento do número de automóveis trouxe outros problemas em relação à circulação de veículos nos grandes centros. Uma consequência imediatamente identificável é que a velocidade de circulação de veículos diminuiu drasticamente, trazendo um grande problema para o gerenciamento do tráfego nos grandes centros.

A Associação Nacional de Transportes Públicos (2009), em seu relatório anual, apresenta dados de evolução dos deslocamentos no Brasil,⁷ indicando que a maior parte deles é feito a pé. De modo geral,

⁷ Os cálculos dos deslocamentos foram realizados para 445 municípios em todo o Brasil, o que permitiu uma base de cálculos e entendimento das viagens realizadas.

aponta-se o aumento do tráfego, destacando-se os deslocamentos por motocicletas e automóveis. A Tabela 1 demonstra como evoluiu a média das viagens por modo.

**Tabela 1 – Evolução das viagens por modo no Brasil 2003-2008
(milhões de viagens/ano)**

Dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Ônibus municipal	10.961	11.004	11.480	11.324	11.877	12.099
Ônibus intermunicipal	2.352	2.323	2.391	2.445	2.513	2.695
Trilhos	1.444	1.455	1.501	1.649	1.810	1.980
Transporte coletivo - total	14.756	14.782	15.216	15.574	16.200	16.774
Automóvel	13.297	13.647	14.162	14.588	15.024	15.389
Motocicleta	948	1.027	1.121	1.241	1.401	1.582
Transporte individual - total	14.245	14.674	15.283	15.828	16.425	16.971
Bicicleta	1.206	1.311	1.363	1.418	1.531	1.654
A pé	19.258	19.645	20.287	20.636	21.060	21.584
Não motorizado - total	20.464	20.956	21.650	22.054	22.592	23.237
Total	49.465	50.412	52.149	53.456	55.216	56.983

Fonte: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTE PÚBLICO (2009).

Percebe-se que há um aumento geral da mobilidade, com estabilidade em relação às viagens de transporte coletivo. O que chama a atenção é a evolução em relação ao aumento de viagens realizadas em motocicletas. O relatório demonstra que, entre os anos de 2007 e 2008, o aumento foi de 12,9%, o que significa dizer que essa modalidade vem ganhando destaque nos últimos anos. Não por acaso, o ornal *Folha de S. Paulo*,⁸ em matéria publicada, aponta duas pesquisas, uma realizada pelo Ministério da Saúde e outra pelo Instituto Brasileiro de Segurança no Trânsito, que indicam que o ano de 2009 foi um marco em relação à transição do tipo de vítimas de trânsito no Brasil. Isso porque, até 2008, pelo menos 10.000 mortes no trânsito foram por atropelamento; no ano de 2009, entretanto, a previsão era de que as mortes de motociclistas ultrapassassem as mortes por atropelamentos, atingindo, assim, curva epidêmica de mortalidade.

O estudo do Ministério da Saúde, conforme descrito pelo jornal, demonstra que houve um aumento de 131% de mortes de motociclistas de 2006 a 2009. Curiosamente, Koizumi (1985) aponta que, em 1982, já havia registro do aumento de mortes de motociclistas na cidade

⁸ Motos em Xequê. *Folha de S. Paulo*, 26 de julho de 2009. Caderno Veículos, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/veiculos/cv2607200901.htm> acesso em 10 de novembro de 2012.

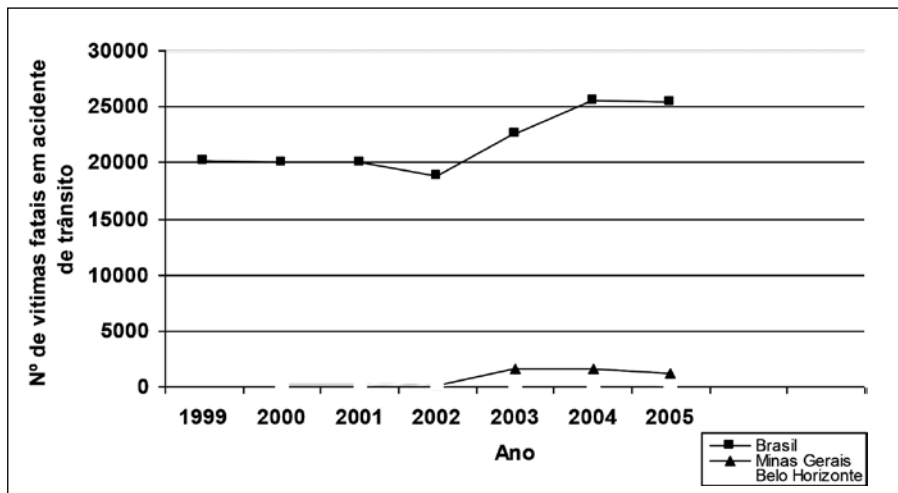
de São Paulo, assinalando, ainda, que os condutores e os passageiros estão mais sujeitos a traumas na região da cabeça, tornando o acidente fatal ou causando morte em até 24 horas após o ocorrido.

Uma das preocupações em relação ao volume de circulação urbana é o crescimento de vítimas fatais no trânsito. No entanto, ainda que com indicações problemáticas em relação aos registros e informações sobre os acidentes de trânsito, o número absoluto de vítimas fatais no Brasil nos últimos anos vem se estabilizando em 25.000 mortes por ano. Observa-se, também, nas informações do Gráfico 1 que os dados referentes ao estado de Minas Gerais e sua capital, Belo Horizonte, permaneceram praticamente estáveis. A ligeira alteração em relação aos dados em Minas Gerais é compatível com outros estudos sobre a violência no trânsito. Diniz et al. (2008) indica que Minas Gerais é o estado com a maior malha viária do país, um entroncamento importante de diversas rodovias federais e estaduais e, conseqüentemente, com um número de acidentes de trânsito elevado.

O Gráfico 1 apresenta os números de vítimas fatais, em números absolutos, em acidentes de trânsito, no qual podemos perceber que, até 2002, os números eram baixos. A partir dessa data, entretanto, há um aumento significativo desse escore. Esse crescimento pode ser explicado pelo aumento de acidentes complexos, que envolvem mais de uma vítima, e também pela diminuição da vigilância nas ruas, como ainda pelo aumento da velocidade no trânsito. Além disso, destaca-se o aumento da frota de veículos que passou a circular nas ruas das principais cidades de nosso país.

Muitos dos problemas enfrentados no trânsito brasileiro em relação aos acidentes devem-se à opção feita, em anos passados, pelos transportes público e particular. De acordo com Vasconcellos (1993), no início da década de 1960, o processo de modernização capitalista fez com que os grandes centros no Brasil crescessem devido à diversidade de atividades econômicas que foram criadas, entre elas a complexa rede de locais de trabalho, que necessitava trazer para os centros das cidades os trabalhadores, em viagens longas entre a moradia e o local de trabalho. Além disso, as cidades tornaram-se grandes polos de atração migratória, aumentando em muito o contingente populacional. Nesse sentido, os grandes centros tiveram que se adaptar e atender a uma demanda viária crescente que, segundo o autor, não atendeu aos aspectos ligados à segurança viária e à qualidade de vida, aumentando com isso a mortalidade por acidentes de trânsito.

Gráfico 1 – Número de vítimas fatais em acidente de trânsito – 1999-2005



Fonte: BRASIL, 2009.

Naquele momento, o modelo desenvolvimentista fez com que a frota de veículos crescesse consideravelmente e se mantivesse em crescimento desde então. Isso aconteceu porque, segundo o autor, ampliou-se o poder aquisitivo de uma parcela da população, permitindo que tivesse condições financeiras para adquirir um automóvel e indicando, com isso, que

o novo padrão de acessibilidade não foi equitativo e a maioria da população continuou presa aos sistemas de transportes públicos, tecnológica e operacionalmente arcaicos, que limitam significativamente a sua acessibilidade ao espaço urbano e à vida social e econômica. (VASCONCELLOS, 1993, p. 21).

Vasconcellos (1993) indica ainda que a remodelação das cidades brasileiras deu-se em função de um modelo econômico. Isso permitiu que pessoas circulassem mais, considerada a rede diária de atividades que foi estabelecida - principalmente para se chegar ao trabalho -, para que se pudesse compatibilizar os “novos níveis de renda e consumo”, transformando com isso o automóvel e as motocicletas em instrumentos de circulação preferencial em detrimento do transporte público, que não é de qualidade nem eficiente. Por outro lado, essa escolha de circulação criou um marco de separação entre as classes de consumo: aqueles que utilizam o transporte coletivo e aqueles que

usufruem do transporte particular. De acordo com Vasconcellos (1993, p. 22), a teia de relações da classe média no Brasil em suas relações sociais só pode ser entendida, em suas condições ideológicas, quando se pensa no dilema “transporte público *versus* transporte particular”, passando pela aquisição do automóvel.

Todavia, não se pode aceitar apenas a percepção de que automóveis têm sua importância por estarem associados a fatores como status, poder, privacidade, pois se corre o risco de simplificar a explicação associada à utilização de veículos automotores. Na verdade, o autor propõe a vinculação do automóvel a um conjunto de valores numa perspectiva sociológica, que está além do processo de desenvolvimento econômico. Dessa forma, fica cada vez mais complexo encontrar soluções que possam resolver o impasse entre transporte público e particular, já que a classe média não abre mão de seus valores em relação ao carro, em detrimento de um transporte público que não oferece qualidade, ao mesmo tempo que “limitar o uso do automóvel significa reduzir ou até mesmo inviabilizar a eficiência na execução de rede de atividades, sem alternativa de compensação” (VASCONCELLOS, 1993, p. 25).

Entretanto, pelo menos duas medidas já restringem o uso de espaço urbano pelos veículos: uma de caráter conjuntural e outra estrutural. Em relação à primeira, há aspectos econômicos, como planos governamentais, por exemplo, que aumentam ou diminuem a circulação de veículos. Como consequência, temos congestionamentos nos grandes centros e aumento do número de mortos em acidentes.⁹

O segundo fator, segundo Vasconcellos (1993), estaria relacionado à questão ambiental e à qualidade de vida urbana. São problemas correlatos ao trânsito, considerados por ele como aspectos negativos, como poluição, tempo perdido em congestionamentos, áreas residenciais que são redesenhadas a partir da necessidade de circulação, estudados pelo IPEA (2003).

⁹ Barros et al. (2003) aponta que o ano de 1986 foi marcado pelo plano econômico (Cruzado) que alterou consideravelmente o número de acidentes no Brasil, ou seja, uma consequência não prevista. Por exemplo, se compararmos os dados de mortalidade no trânsito, da década de 1980, pode-se perceber a variação nos anos de 1985, 1986 e 1987, enquanto no ano de 1985 o índice de mortalidade foi de 18,5 por 100.000 habitantes. O ano de 1986 é marcado pela elevação desse índice para 22,1 e, no ano seguinte, mesmo com a redução para 20,3 por 100.000, ainda é considerada uma taxa alta de mortalidade. Observa-se que no ano de 1999 a taxa era de 26 por 100.000, isso já com o advento do Plano Real e da promulgação do CTB. Em 2003, os dados apontam que a taxa de mortalidade de por acidentes de transporte, segundo Souza et al. (2007), foi de 19 por 100.000 habitantes.

Por outro lado, Vasconcellos (1993) aponta que os conflitos físicos e políticos decorrentes do trânsito acabam por distribuir benefícios e prejuízos entre aqueles que circulam no trânsito. O conflito mais básico é entre fluidez/acessibilidade e segurança/qualidade de vida.

Com os inúmeros congestionamentos, nem sempre têm sido possíveis fluidez, acessibilidade, segurança e qualidade de vida, já que é visível a percepção do número crescente de veículos circulando pelas ruas e estradas de todo país. Esse aumento faz com que o trânsito nas grandes cidades se torne cada vez mais caótico e lento. Observando os dados separadamente, podemos perceber que carros e motos são os tipos de veículos que mais contribuíram para o aumento da frota nacional.

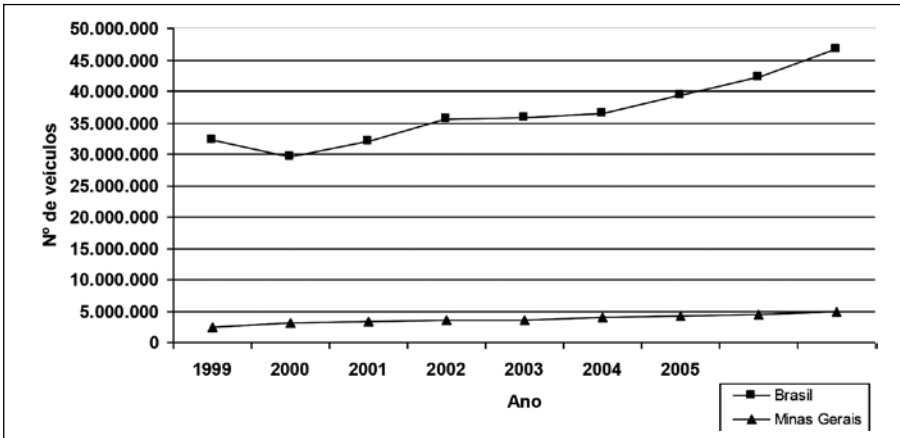
Por outro lado, Bayerl (2006) afirma que as regiões metropolitanas brasileiras concentram cerca de 90% das viagens de ônibus e aproximadamente 50% da frota de veículos circulantes no Brasil. Segundo a autora, ainda assim são quase 21 milhões de quilômetros diários de deslocamentos a pé.¹⁰ Estes favorecem a exposição de pedestres ao risco de circulação, ou seja, tantas pessoas andando a pé pelos grandes centros redundam no alto número de atropelamentos.

Complementando essa realidade, o Brasil é composto por suas sociedades urbanas em desenvolvimento, nas quais predominam os automóveis como meio de transporte. O transporte coletivo torna-se uma modalidade de deslocamento que carece de maior investimento em infraestrutura urbana e é pouco utilizado em nosso país.

O Gráfico 2, que compara a frota total de veículos no Brasil e em Minas Gerais, reflete a lógica de investimentos dos últimos anos. Percebe-se que há um aumento constante no número de veículos no Brasil nos últimos anos. Mesmo estando a linha do estado de Minas Gerais praticamente estável em relação ao aumento de veículos, percebe-se que no ano de 2005 ela chega à casa dos 5 milhões de veículos.

¹⁰ Em função dos problemas advindos da dificuldade de mobilidade urbana, foi criado o Programa Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável (BRASIL, 2004), que procura ajustar parâmetros de mobilidade sustentável para os grandes centros, observando e adequando as escolhas de meios de transporte feitas nos últimos anos pelos governantes.

Gráfico 2 – Frota de veículos no Brasil e em Minas Gerais – 1999-2005

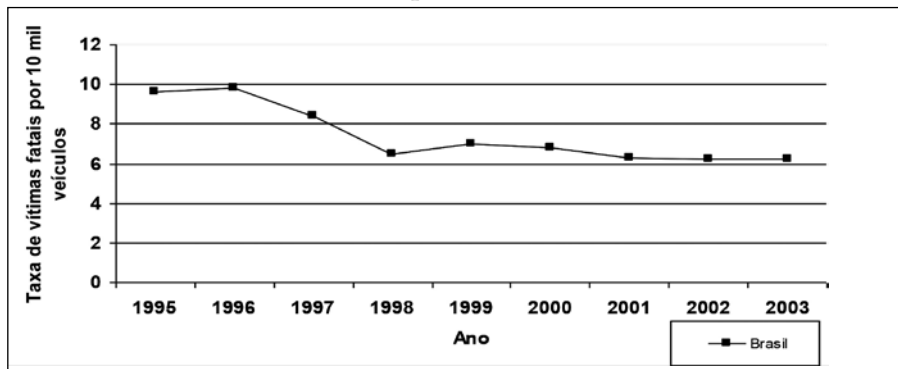


Fonte: BRASIL, 2008.

A transformação do espaço público nos últimos anos permitiu que o Brasil consolidasse processos de acessibilidade urbana para a população como um todo, mas ainda há muito o que ser feito em relação às melhorias no transporte público de qualidade para que se ofereça não apenas mobilidade, como também segurança para a circulação. Ao focar as discussões sobre o aumento da frota de veículos e as escolhas em relação ao transporte individual no Brasil, percebe-se que esses dois elementos são agravantes em relação aos acidentes de trânsito, uma vez que os estudiosos da área de trânsito os apontam como efetivos fatores intervenientes em relação aos acidentes (BAYERL, 2006; VASCONCELLOS, 1993).

Acidentes de trânsito e o efeito perverso: as mortes

O efeito mais dramático da desorganização urbana em países subdesenvolvidos são os acidentes de trânsito, que matam muitas pessoas. Os estudos sobre esse fenômeno consideram que eles são uma das principais causas de mortes no Brasil. O cálculo das taxas de vítimas fatais, com base em comparação entre países, é feito pelo nível de motorização e de mortes por acidentes no trânsito. O Gráfico 3 apresenta a taxa de vítimas fatais por 10.000 veículos, de 1995 a 2003, no Brasil.

Gráfico 3 – Taxa de vítimas fatais por 10.000 veículos no Brasil – 1995-2003

Fonte: BRASIL, 2008.

Ao observarmos o Gráfico 3, percebemos que a taxa de mortalidade vem declinando de maneira constante nos últimos anos. Interessante notar que esse declínio é ainda maior no ano de promulgação do Código Trânsito Brasileiro, indicando os possíveis efeitos da lei para os condutores. De fato, a obrigação do uso do cinto de segurança e os controles de velocidade, ainda que precariamente instalados, causaram certo efeito redutivo no número de mortes no trânsito. Essa taxa é calculada pelo número de veículos circulantes e pelo aumento da frota nacional de veículos – quanto maior o número de carros, menor seria a taxa de vítimas fatais.

Por outro lado, percebe-se que o problema do trânsito representa uma fonte de preocupação para a Organização Mundial de Saúde (OMS), que assinala que os acidentes rodoviários representam elevado número de mortes em países em desenvolvimento: suas taxas médias variam entre 21,3 e 19,5 por 100.000 habitantes; já em países desenvolvidos essa taxa é de 10,3 por 100.000 habitantes (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2009, p. 8). Nos países subdesenvolvidos ou nos desenvolvidos, mais da metade daqueles que morrem em acidentes de trânsito são ciclistas, pedestres e motociclistas. O relatório indica, também, que 1,2 milhões de pessoas morrem a cada ano de acidentes rodoviários.

Ainda de acordo com o relatório da OMS (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2009), por outro lado, muitas dessas mortes poderiam ser evitadas, se fossem observadas as cinco áreas que devem ser prioridade no aspecto de prevenção de mortes em acidentes de trânsito no mundo, que são: uso de capacete, uso de cinto de segurança,

diminuição de velocidade, não dirigir embriagado e visibilidade no trânsito. Além disso, os dados indicam que os acidentes de trânsito representam a segunda causa de morte de pessoas com até 29 anos no mundo e a terceira causa de morte de pessoas entre 30 e 44 anos.

Os dados apresentados no relatório da OMS (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2009)¹¹ sobre o Brasil o colocam entre aqueles com desempenho médio em relação aos assuntos referentes ao trânsito, pois no ano de 2006 ocorreram 35.155 acidentes fatais, sendo que 82% das vítimas eram homens e 18% mulheres, e 407.685 acidentes não fatais. Outra informação é que metade dos mortos no trânsito eram pedestres, ciclistas ou passageiros – conhecidos coletivamente como aqueles que estão mais desprotegidos no trânsito.

Todavia, qual é a definição de acidente de trânsito? Como pode ser caracterizado? Parte da resposta vem das discussões de Souza, Minayo e Franco (2007, p. 20), que afirmam que acidente de trânsito é “todo evento que provoque dano e envolva um veículo, a via, a pessoa humana e/ou animais e que, para se caracterizar, tem a necessidade da presença de pelo menos dois desses fatores”. Ainda é possível pensar em acidentes como eventos aleatórios, isto é, contra a vontade do agente que o causa. Em outro estudo, realizado por Santos (2000), fica evidente que muitas podem ser as causas dos acidentes de trânsito e que o entendimento em relação a elas orientam políticas públicas de redução de mortalidade e de ocorrência de acidentes.

Se acidentes são acontecimentos não intencionais, eventos que escapam à capacidade de controle das pessoas neles envolvidas, então, seria possível tratar como acidentais acontecimentos com frequências tão significativas? Parece haver aqui uma fenda cognitiva: se é rotina, como pode ser acidental? Tal fenda, se explorada, pode revelar-se uma “caixa de Pandora”, abrindo trilhas para a compreensão do problema em questão.

Segundo Souza et al. (2007, p. 34), o termo acidente é pouco utilizado na literatura internacional, pois pode indicar dubiedade em relação à definição, sugerindo “má interpretação de algo inevitável, imprevisível ou que não seja passível de prevenção. Termos como *crash* e *injury* têm sido utilizados em língua inglesa, por não transmitirem essa conotação” (grifo nosso). A autora ressalta que, no Brasil, trabalha-se com a definição de acidente como um evento não intencional, mas

¹¹ A pesquisa foi realizada com informações coletadas em 178 países sobre o desenvolvimento das leis de trânsito, redução de acidentes, frota de veículos, entre outras informações.

que pode ser evitado e que causa lesões físicas e emocionais. Além disso, a definição traduz a previsibilidade do evento. Ainda assim, Souza et al. aponta que

Muitos são os fatores de risco associados aos acidentes de transporte. Seu conhecimento possibilita intervenções para a prevenção. Descrevem-se, entre alguns problemas estruturais no Brasil, principalmente: a precária conservação das estradas; o longo tempo de uso da frota (mais de 12 anos) e sua manutenção inadequada; e aqueles relacionados à introdução da motocicleta como instrumento de trabalho. (SOUZA, 2007, p. 34).

Dessa maneira, temos uma divisão entre acidentes com vítima e acidentes sem vítima. Essas definições podem parecer óbvias, mas são, na verdade, um esforço de compreensão dos acidentes. De acordo com Gold (1998), falta no Brasil um maior treinamento de técnicos (acidentólogos) que possam avaliar causas de acidentes, até porque as estatísticas sobre o assunto são precárias. Além disso, é possível, por meio dessas definições, perceber como são formuladas, ou como poderiam ser reformuladas as políticas públicas direcionadas à redução dos acidentes, resultando, por exemplo, na redução de traumas em acidentes com o investimento em segurança veicular.

Assim, um acidente sem vítima, de acordo com Gold (1998, p. 9), é aquele que produz danos materiais, sem pessoas feridas, e é o tipo mais comum, classificado como “abalroamento”. Mesmo com essa definição, ressalta-se que esse tipo de acidente pode vir a se tornar, devido às lesões, um acidente com vítima.

É claro que o policial que faz o registro da ocorrência não tem como saber o desdobramento do acidente aparentemente sem vítima, mas o acompanhamento posterior dos fatos e a checagem dos dados, inclusive no Instituto Médico Legal, seriam uma saída eficiente para a resolução do problema com os dados de vítimas fatais.

Normalmente, não ter vítimas num acidente implica, para os envolvidos na colisão, apenas uma “dor de cabeça” para resolver: quem é considerado culpado, por transgredir as regras do trânsito. Entretanto, o grande número de colisões indica que as regras associadas ao trânsito não são bem apreendidas, visto que, segundo as indicações da polícia (tanto Civil, quanto Militar), a maioria dos acidentes acontece por imprudência, imperícia ou negligência.

Esse tipo de interpretação, no entanto, simplifica muito a análise dos acidentes, já que essas indicações da polícia sobre os acidentes apenas responsabilizam condutores e pedestres. Partindo da premissa de que 90% dos acidentes acontecem por falha humana, podemos considerar que as políticas públicas voltadas para a educação de condutores e pedestres são precárias e que as vias e as rodovias deveriam formar uma rede de circulação confiável e segura para seus usuários. O pressuposto é que a causalidade de acidentes, na verdade, deve-se a um conjunto de fatores. Não se pode afirmar, portanto, que acidentes tenham uma única causa – por exemplo, motoristas ou vias mal pavimentadas/sinalizadas. O que há, segundo Gold (1998), é um conjunto de causas ou de fatores que podem afetar a segurança no trânsito que, somadas, representam as principais causas de acidentes de trânsito:

Para as testemunhas, a causa deve ter sido o excesso de velocidade. Para os médicos, a influência do álcool sobre o motorista. Para o psicólogo, o baixo rendimento do condutor se devia ao estado anormal de tensão. Para o perito em automóveis, foi o mau funcionamento dos freios. Um leigo, inclusive, poderia culpar os amigos do condutor por animá-lo a dirigir sob os efeitos do álcool. Para o técnico de trânsito, poderia ter sido a superelevação inadequada combinada com o estado derrapante do pavimento liso sob a chuva. Além disso, a presença do poste próximo à pista sem proteção agravou o resultado do acidente. A sinalização não advertiu o condutor de perigo devido à má visibilidade das placas. (GOLD, 1998, p. 6).

De acordo com Gold (1998, p. 6), se forem levadas em consideração as hipóteses levantadas, provavelmente todas estarão corretas, pois “o acidente ocorreu devido à existência simultânea de todos esses fatores contribuintes. A eliminação de qualquer um deles poderia ter reduzido significativamente a probabilidade de ocorrer o acidente.”

A probabilidade de acontecer um acidente, conforme Gold (1998) implica uma associação de pelo menos quatro fatores: o primeiro é relativo justamente aos aspectos humanos, que são identificados como psicológicos (tensão, distração, desconhecimento do trajeto) e médicos (ingestão de bebidas alcoólicas); o segundo diz respeito aos aspectos relativos ao veículo, associados ao seu mau funcionamento; o terceiro é relativo à via, que diz de sua sinalização, pavimentação, construção, fatores ligados à natureza (como chuva, deslizamentos,

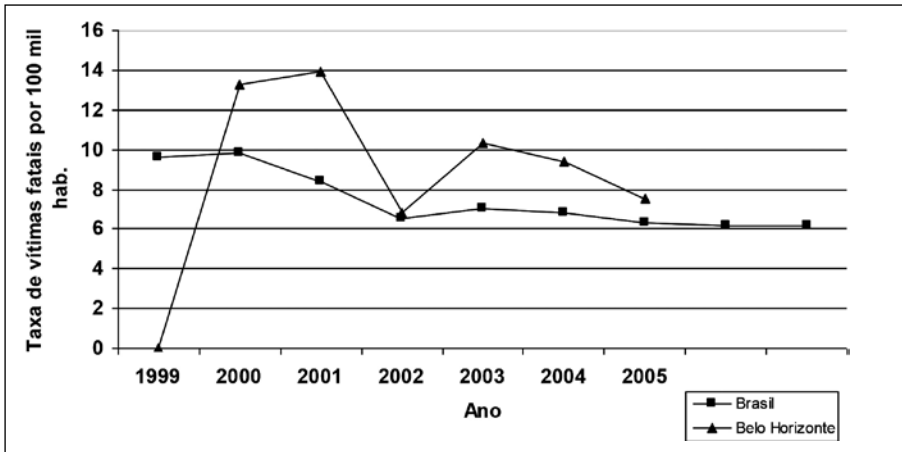
quedas de árvores); e, por fim, os fatores institucionais/sociais, que são os associados à fiscalização do trânsito.

Dentro da perspectiva da cultura, Roberto DaMatta (2010) aponta que o problema do trânsito no Brasil é que o espaço público é hierarquizado. Com isso, o trânsito não obedece às regras propostas, mas sim aos interesses pessoais. Por outro lado, DaMatta também assinala que o pedestre é sempre esquecido no estabelecimento das políticas públicas de trânsito e que essa mentalidade hierárquica que permeia a sociedade brasileira faz com que se pense que os carros/motoristas tenham prioridade sobre aqueles que estão à pé, salvo a exceção, em alguns casos, de quem é o pedestre. O autor reforça que o carro não é apenas um meio de transporte, mas sinaliza uma condição social. Segundo ele, esse não é um problema só do Brasil, mas da América Latina como um todo.

Outra possibilidade de se compreender o evento do acidente de trânsito é através de seu risco de acontecimento. Nesse sentido, o risco está mais presente na condução de motociclistas do que outro tipo de motoristas, mesmo porque o carro protege mais aos condutores do que a ciclistas, motociclistas e pedestres. Bellaby (1990) indica que há situações que não podem ser menosprezadas na análise de acidentes e percepção de risco, entre elas as variáveis físicas, como as condições da estrada, principalmente porque indicam quanto os condutores estão expostos ao risco de acidente. Para isso, o que se poderia propor é uma análise mais aprofundada para reconhecer como o risco é percebido por usuários de sistema de trânsito no Brasil.

Por fim, temos mais um indicativo de que as taxas de mortalidade no trânsito brasileiro estão reduzindo. As informações do Gráfico 4 são relativas às taxas de mortalidade por 100.000 habitantes e dizem respeito à cidade de Belo Horizonte e ao país como um todo. Tanto em um como em outro, é perceptível a redução dos números a partir de 1999. Mesmo com os picos de crescimento da taxa de mortalidade, em Belo Horizonte, nos anos de 2000 e 2001, nota-se uma diminuição significativa nos anos seguintes, que vem se mantendo. De fato, obteve-se uma diminuição do número de mortos em acidentes de trânsito por 100.000 habitantes. No entanto, o número de acidentes de trânsito que não envolvem mortes ainda chama a atenção por sua quantidade, como demonstrado no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Taxa de vítimas fatais por 100.000 habitantes – Belo Horizonte e Brasil – 1999-2005



Fonte: BRASIL, 2009.

Percebe-se que parte do fenômeno dos acidentes de trânsito está profundamente ligada ao desenvolvimento social e industrial dos países. As discussões sobre o aumento da frota de veículos associado às mortes no trânsito indicam o grau de desenvolvimento do país, bem como a preocupação das autoridades na solução desse problema público. Além disso, os acidentes de trânsito representam uma fonte de preocupação para as autoridades de saúde no mundo inteiro, e não seria diferente no Brasil. Ainda assim, os aspectos que envolvem seu desempenho sociológico ainda são pouco explorados, a não ser no aspecto do conflito social que os acidentes representam, pois, muitas vezes, carros, motocicletas e pedestres competem pelo espaço das ruas de maneira desigual. Para que o trânsito tivesse seu aspecto de moralização pública e o Brasil deixasse de ser um dos campeões em mortes no trânsito perante o mundo, foi promulgado, em 1997, o Código de Trânsito Brasileiro, com o propósito de regularizar e criminalizar ações praticadas no trânsito. Sua repercussão e os debates que envolveram a construção de um mecanismo de controle social são fundamentais para que possamos compreender os desdobramentos que envolvem o sistema de justiça criminal, que é a instituição que recebe os crimes de trânsito e os julga de acordo com seus ritos e procedimentos administrativos. Parte-se, então, do fato que origina os crimes de trânsito – os acidentes – para que se possa compreender o desdobramento dessa instituição.

Considerações finais

Percebe-se que, nos últimos anos, o aumento da frota de veículos salientou um problema social e público enfrentado pelos brasileiros de modo geral – os acidentes de trânsito. Nesse sentido, o propósito deste texto foi justamente analisar os aspectos sociológicos dos acidentes de trânsito e suas implicações para o país, para o estado de Minas Gerais e para a cidade de Belo Horizonte.

Nota-se que as vítimas de acidentes de trânsito possuem perfil parecido com as vítimas de mortes violentas, ou seja, são jovens e do sexo masculino os que mais morrem por causas externas em nosso país, e na cidade não poderia ser diferente. No entanto, não há políticas públicas específicas voltadas para esse público, as campanhas de prevenção de acidentes são poucas e atuam na prevenção da condução de veículos sob efeito de álcool e outras drogas.

As ruas deveriam ser espaços de convivência social harmoniosa, mas ainda percebe-se o conflito inerente às relações do trânsito. Se, de um lado, temos a disputa do espaço urbano para a circulação confusa de pedestre, motociclistas e condutores, por outro, temos seu efeito mais devastador, as mortes no trânsito. Soma-se a esse tipo de morte o investimento em transporte público pouco adequado aos deslocamentos de longa distância – ônibus coletivos acirram os conflitos por espaço e por isso os casos de atropelamento são altos. O investimento em transporte de qualidade poderia contribuir na redução dos acidentes e das mortes no trânsito, na medida em que pudesse deslocar o maior número de pessoas possível com segurança.

As campanhas de educação para o trânsito não espelham a realidade das mortes, o foco das discussões aponta para aspectos que, embora relevantes, não atendem às prioridades de circulação ou mesmo à redução dos acidentes de trânsito. Sequer tentam controlar os “Sr. Willers”¹² que existem em cada um dos condutores brasileiros que procuram obter vantagens na negociação constante do trânsito nas cidades do país.

¹² Referencia ao desenho animado da Walt Disney, em que se mostra a personagem Pateta mudando o comportamento diante do volante, numa alusão a *O médico e o monstro*; o Sr. Willer seria o lado ruim do Sr. Walker, que é pacato e bom cidadão. No entanto, sentado atrás do volante, transforma-se num perigoso motorista.

Ao reconhecer os problemas concernentes ao trânsito, bem como o perfil das vítimas e dos condutores que provocam acidentes é um começo para a formulação de políticas públicas voltadas para um segmento social importante. Nesse sentido, esse trabalho contribui para que o problema social seja reconhecido.

Referências

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTE PÚBLICO. **Relatório comparativo 2003-2008**. Brasília: ANTP, 2009. Disponível em: <<http://portall.antp.net/site/default.aspx>>. Acesso em: 19 dez. 2009.

BAYERL, E. **Contribuição à análise dos acidentes de trânsito a partir da evolução da taxa de motorização e indicadores socioeconômicos no Brasil**. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

BARROS, A. de et al. Acidentes de trânsito com vítima: sub-registro, caracterização e letalidade. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 979-986, jul. /ago. 2003.

BEATO, C. Gestão da informação. **Coleção Segurança com Cidadania**, Brasília, Ano 1, n. 2, p. 8-46, 2009.

BELLABY, P. To risk or not to risk? Uses and limitation of Mary Douglas on risk acceptability for understanding health and safety at work and road accidents. **Sociological Review**, v. 38, n. 3, p. 465-483, 1990.

BRASIL. **Código de Trânsito Brasileiro**: Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, modificada pela Lei nº 9.605, de 21 de janeiro de 1998. Contagem: Santa Clara Editora, 2000.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Sistema Nacional de Estatística de Trânsito**. Disponível em: <<http://www.brasilemcidades.gov.br/src/html/home.html>>.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Política nacional de mobilidade urbana sustentável**. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.ta.org.br/site2/Banco/7manuais/6PoliticaNacionalMobilidadeUrbanaSustentavel.pdf>>.

COSTA, F. O fator humano e os acidentes de trânsito (primeira parte: visão geral). **Arquivos Brasileiro de Psicologia Aplicada**, v. 30, n. 3, p. 3-24, 1978.

DaMatta, Roberto. **Fé em Deus e pé na Tábua** – ou como e porque o trânsito no Brasil enlouquece. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 2010.

DINIZ, A. et al. Acidentes de trânsito em Minas Gerais (2003): uma abordagem espacial. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**, v. 8, n. 1, 2008. Disponível em: <<http://eduep.uepb.edu.br/rbct/sumarios/pdf/acidentes.pdf>>.

GOLD, P. A. **Segurança de trânsito**: aplicações de engenharia para reduzir acidentes. Washington: BID, 1998.

GUSFIELD, J. **The culture of public problems**: drinking-driving and symbolic order. Chicago: Chicago Press, 1981.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. **Impactos sociais e econômicos dos acidentes de trânsito nas aglomerações urbanas**. Brasília: IPEA, 2003.

KILSZTAJN, S. et al. Taxa de mortalidade por acidentes de trânsito e frota de veículos. **Revista de Saúde Pública**, v. 35, n. 3, p. 262-268, 2001.

KOIZUMI, M. S. Acidente de motocicleta no município de São Paulo-SP (Brasil). **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 19, p. 475-489, 1985.

LADEIRA, R. M. **Morbi-mortalidade por acidentes de trânsito em cinco hospitais de Belo Horizonte e Contagem, 1994/95**. 1995. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Medicina, Belo Horizonte.

LIMA, R. S. Produção da opacidade: estatísticas criminais e segurança pública no Brasil. **Coleção Segurança com Cidadania**, Brasília, Ano 1, n. 2, p. 8-46, 2009.

MARIN, L. ; QUEIROZ, M. S. A atualidade dos acidentes de trânsito na era da velocidade: uma visão geral. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 7-21, jan. /mar. 2000.

MISSE, M. Sobre a construção social do crime no Brasil: esboços de uma interpretação. In: MISSE, M. (Org.). **Acusados e acusadores**: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações. Rio de Janeiro: REVAN, 2008.

PINSKY, I. **Dirigir alcoolizado**: perfil de risco entre jovens de São Paulo. 1999. Tese (Doutorado) – Faculdade de Saúde Pública, São Paulo.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Global status report on road safety: time for action**. Washinton: World Health Organization, 2009.

SANTOS, A. **Acidentes de trânsito em Belo Horizonte**: uma perspectiva sociológica. 2000. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte.

SANTOS, A. **Morreu na contramão atrapalhando o tráfego**: um estudo sobre a justiça para os crimes de trânsito em Belo Horizonte/MG. 2010. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte.

SOUZA, M. F. M et al. Análise descritiva e de tendência de acidentes de transporte terrestre para políticas sociais no Brasil. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 16, n. 1, p. 33-44, 2007.

SOUZA, E. R. ; MINAYO, M. C. S. ; FRANCO, L. G. Avaliação do processo de implantação e implementação do Programa de Redução da Morbimortalidade por Acidentes de Trânsito. **Epidemiologia e Serviço de Saúde**, v. 16, n. 1, p. 19-31, mar. 2007. Disponível em: <http://scielo.iec.pa.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742007000100003&lng=em&nrm=iso>. Acesso: 24 dez. 2009.

VASCONCELLOS, E. A. Os ônibus, os automóveis e as classes sociais: limites da política de transporte urbano no Brasil. **Revista dos Transportes Públicos**, Ano 15, 1º trim. 1993.

Sobre os autores

Alexandre Magno Alves Diniz – Doutor em Geografia pela Arizona State University. Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia - Tratamento da Informação Espacial, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Pesquisador do Observatório das Metrópoles e da Fapemig.

Ana Lúcia Rodrigues – Doutora em Sociologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com Pós-Doutoramento em Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá-UEM. Coordenadora do Núcleo Maringá do Observatório das Metrópoles.

Ana Raquel Matias Dantas – Graduada em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2009). Mestranda em Estudos Urbanos e Regionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Andreia dos Santos – Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora no Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas).

Celso Nicola Romano – Mestre em Sociologia Urbana pela Universidade Estadual de Maringá. Desenvolve pesquisa na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia Urbana, vinculado ao Observatório das Metrópoles-Núcleo Região Metropolitana de Maringá.

Dalva Borges de Souza – Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e coordenadora do Núcleo de Estudos da Criminalidade e da Violência da Universidade Federal de Goiás (UFG). Membro do Núcleo Goiânia do Observatório das Metrópoles.

Elisângela Gonçalves Lacerda – Graduada em Geografia, com ênfase em Geoprocessamento, e mestranda em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas).

Fabiano Lucas da Silva Freitas – Graduado e mestre em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Pesquisador do Observatório das Metrópoles.

Felipe de Ávila Chaves Borges – Graduado em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas).

Flávio Henrique Miranda de A. Freire – Possui graduação em Estatística pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1994), mestrado em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1997) e doutorado em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2001). Atualmente é professor associado I da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

José Duarte Barbosa Júnior – Cientista Social pela UFRGN. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGAS-UFRN). Assistente de pesquisa do Núcleo Avançado de Políticas Públicas da UFRN

Leandro Jesus Basegio – Graduado em História e mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS. Pesquisador do Núcleo de Porto Alegre do Observatório das Metrôpoles.

Letícia Maria Schabbach – Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Departamento de Sociologia da UFRGS. Pesquisadora do Observatório das Metrôpoles – Núcleo Porto Alegre e do Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania (UFRGS).

Lúcia Lamounier Sena – Mestre em Comunicação Social e doutoranda em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Pesquisadora do Centro de Estudos e Pesquisa em Segurança Pública (Cepesp) da PUC Minas.

Luciana Teixeira de Andrade – Doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e coordenadora regional do Observatório das Metrôpoles. Pesquisadora do CNPq e da Fapemig.

Luizia Fátima Baiarl – Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo, coordenadora do Núcleo de pesquisa sobre violência e medo social (NUVIMs), pesquisadora do Observatório das Metrôpoles da Baixada Santista.

Márcio Fernandes Ribeiro – Graduado e mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPEUR-UFRN).

Marco Antônio Couto Marinho – Graduado em Geografia, mestre e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Professor de Ciências Sociais na Universidade Presidente Antônio Carlos e pesquisador do Observatório das Metrôpoles.

Maria Clélia Lustosa Costa – Doutora em Geografia e Urbanismo pela Université Sorbonne Nouvelle – Paris III. Professora do Departamento de Geo-

grafia da Universidade Federal do Ceará (UFC) e coordenadora do Núcleo Fortaleza do Observatório das Metrôpoles.

Moisés Alberto Calle Aguirre – Possui graduação em Sociologia - Universidad Mayor de San Andres (1991), mestrado em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1998) e doutorado em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2003). Fez estágio pós-doutoral na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (BRASIL) pesquisando a aplicação da Análise da Educação Básica desde a perspectiva Demográfica e Sociológica. Atualmente é professor adjunto (Dedicação Exclusiva) do Departamento de Estatística, DEST/UFRN.

Najla Franco Frattari – Doutoranda em Sociologia na Universidade de Brasília (UnB). Professora da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) e pesquisadora do Observatório das Metrôpoles.

Paulo Machado – Doutor em Sociologia pela Universidade Nova de Lisboa (UNL). Professor auxiliar na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH/UNL) e investigador integrado do Centro de Estudos de Sociologia Universidade Nova de Lisboa (Cesnova).

Robson Sávio Reis Souza – Graduado em Filosofia, mestre em Administração Pública e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Professor e coordenador do Núcleo de Estudos Sociopolíticos da PUC Minas.

Tiago Souto Bezerra – Licenciado em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2012), atualmente é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN. Tem atuado principalmente nos seguintes temas: educação e desigualdade social e dinâmica demográfica, além de criminalidade urbana violenta.

Conselho Editorial
Coleção Metr poles

Dr. Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro – IPPUR/UFRJ

Presidente do Conselho

Dra. Ana Lúcia Rodrigues – PPGCS/UEM

Dra. Andrea C. Catenazzi – UNGS/Argentina

Dr. Aristides Moysés – PUC Goiás

Dr. Carlos de Mattos – IEU/PUC Chile

Dr. Carlos Nassi – COPPE/UFRJ

Dr. Emilio Pradilla Cobos – UAM (Universidade Aut noma Metropolitana),
México

Dr. Eust gio Wanderley C. Dantas – PPGG/UFC

Dr. Frederico Rosa Borges de Holanda – FAU/UNB

Dr. Jeroen Johannes Klink – UFABC

Dra. Inai  Maria Moreira de Carvalho – PPGCS/UFBA

Dr. José Borzacchiello da Silva – PPGDMA/UFC

Dra. Lúcia B gus – PPGCS/PUC Minas

Dra. Luciana Teixeira Andrade – PPGCS/PUC Minas

Dra. Marcia da Silva Pereira Leite – IFCS/UERJ

Dr. Marcio da Costa – FE/UFRJ

Dr. Manuel Villaverde Cabral – Universidade de Lisboa

Dra. Maria do Livramento Miranda Clementino – NAPP/UFRN

Dra. Maria Madalena Franco Garcia – FNEM (Fórum Nacional de Entidades
Metropolitanas)

Dra. Maura Pardini Bicudo V ras – PPGCS/PUC São Paulo

Dra. Olga Firkowski – Dept. Geografia/UFPR

Dr. Orlando Santos Junior – IPPUR/UFRJ

Dr. Peter Spink – EAESP/Mackenzie/SP

Dr. Roberto Kant de Lima – INCT-InEAC/UFF

Dr. Roberto Luís M. Monte-M r – CEDEPLAR/UFMG

Dr. Ruben George Oliven – PPGAS/UFRGS

Dr. Ricardo Machado Ruiz – CEDEPLAR/UFMG

Dra. Raquel Rolnik – FAU/USP

Dra. Rosa Moura – IPARDES/PR

Dra. Rosetta Mammarella – FEE/RS

Dra. Simaia do Socorro Sales da Mercês – NAEA/UFPA

Dra. Suzana Pasternak – FAU/USP

Esta obra foi impressa em processo digital/sob demanda,
na Oficina de Livros para a Letra Capital Editora.
Utilizou-se o papel polem soft 80g/m² e a fonte ITC-NewBaskerville corpo 11.
Rio de Janeiro, maio de 2013.

Alexandre Magno Alves Diniz
Ana Lúcia Rodrigues
Ana Raquel Matias Dantas
Andreia dos Santos
Celso Nicola Romano
Dalva Borges de Souza
Elisângela Gonçalves Lacerda
Fabiano Lucas da Silva Freitas
Felipe de Ávila Chaves Borges
Flávio Henrique Miranda de A. Freire
José Duarte Barbosa Júnior
Leandro Jesus Basegio
Letícia Maria Schabbach
Lúcia Lamounier Sena
Luciana Teixeira de Andrade
Luzia Fátima Baierl
Márcio Fernandes Ribeiro
Marco Antônio Couto Marinho
Maria Clélia Lustosa Costa
Moisés Alberto Calle Aguirre
Najla Franco Frattari
Paulo Machado
Robson Sávio Reis Souza
Tiago Souto Bezerra



IPPUR
Instituto de Pesquisa
e Planejamento Urbano e Regional

